



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2421

Terça-feira - 02 de Janeiro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alfredo Wagner	2	Iomerê	124	Presidente Nereu	246
Anchieta	3	Iporã do Oeste	125	Princesa	247
Anitápolis	4	Ipuacú	127	Quilombo	248
Arroio Trinta	5	Irani	131	Rio do Campo	257
Balneário Rincão	9	Itapiranga	132	Rio do Sul	258
Bom Jesus do Oeste	12	Itapoá	143	Romelândia	262
Camboriú	13	Jaborá	144	Salto Veloso	263
Campo Alegre	14	Jacinto Machado	145	Santa Rosa do Sul	264
Campo Erê	16	Jaraguá do Sul	152	Santa Terezinha do Progresso	265
Capinzal	17	Joaçaba	173	Santiago do Sul	267
Caxambu do Sul	27	Laguna	179	São Bento do Sul	268
Chapadão do Lageado	29	Lindóia do Sul	180	São Bonifácio	272
Cocal do Sul	30	Macieira	192	São Carlos	273
Cordilheira Alta	31	Maracajá	193	São João do Sul	297
Coronel Freitas	32	Massaranduba	194	São José do Cedro	298
Coronel Martins	42	Meleiro	197	São Lourenço do Oeste	301
Corupá	43	Modelo	200	São Miguel do Oeste	302
Cunha Porã	47	Navegantes	202	Saudades	304
Cunhataí	49	Nova Itaberaba	204	Seara	308
Dionísio Cerqueira	52	Nova Trento	209	Serra Alta	311
Doutor Pedrinho	53	Nova Veneza	210	Tangará	321
Flor do Sertão	55	Ouro	219	Tigrinhos	326
Forquilha	62	Ouro Verde	221	Timbé do Sul	331
Fraiburgo	64	Palma Sola	228	Timbó	334
Frei Rogério	69	Passo de Torres	231	Três Barras	335
Galvão	70	Passos Maia	232	Trombudo Central	338
Garopaba	74	Paulo Lopes	233	Tunápolis	344
Garuva	77	Penha	234	Urussanga	361
Governador Celso Ramos	81	Peritiba	238	Vargem Bonita	365
Herval d'Oeste	83	Pinheiro Preto	239	Vidal Ramos	367
Ilhota	84	Planalto Alegre	240	Videira	437
Imbituba	86	Pomerode	243	Vitor Meireles	448
Indaial	109	Porto União	245	Xavantina	451

Associações

AMFRI	457
-------------	-----

Consórcios

ARIS	460
CIGA	460
CIMCATARINA	462
CIS/AMFRI	464
CIS/AMURC	465
CIS/AMURES	485
CITMAR	486
Consórcio CISAMA	489
CVC	490
CIAPS	491



Alfredo Wagner**CÂMARA MUNICIPAL****017/2017**

Publicação N° 1477639

RESOLUÇÃO 017/2017

REVOGA RESOLUÇÕES QUE DISPÕEM SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGOS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, NO USO DE SUAS FUNÇÕES E DE ACORDO COM O REGIMENTO INTERNO, DECIDE:

Art. 1º - Revogar as Resoluções nº 03, 05, 06, 07 e 08/2017.

Art. 2º - As Resoluções mencionadas dispõem sobre a nomeação de Sílvia Maria Andersen, Mario Sergio Kalbuch, Pedro Menezes, Cleusa Telles e Mariana dos Passos Marian para cargos na Câmara Municipal.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Alfredo Wagner, 29 de dezembro de 2017.

EDENILSON RODRIGUES DE SOUZA

Presidente

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 192/2017

Publicação Nº 1477178

DECRETO Nº. 192 /2017, de 21 de dezembro de 2017

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.289, de 09 de dezembro de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :
TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais) destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.428.2.101- Adm. Geral Bens e Serv. de Atenção Básica

(09) 3.1.90.00.00.00.00.00.0295 -Aplicações Diretas
..... R\$ 4.600,00

10.304.0434.2.105 - Adm. Geral Bens e Serv. de Vigilância em Saúde
de

(78) 3.1.90.00.00.00.00.00.0237 -Aplicações Diretas
..... R\$ 3.300,00

10.301.428.2.104 - Adm. Geral Bens e Serv. de Media e Alata Complexidade

(32) 3.3.90.00.00.00.00.00.0737 -Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Total R\$ 12.900,00

Art. 3º Para atendimento Parcial da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.428.2.101- Adm. Geral Bens e Serv. de Atenção Básica

(15) 3.3.90.00.00.00.00.00.0295 -Aplicações Diretas
..... R\$ 4.600,00

10.304.0434.2.105 - Adm. Geral Bens e Serv. de Vigilância em Saúde
de

(79) 3.3.90.00.00.00.00.00.0237 -Aplicações Diretas

..... R\$ 3.300,00

Sub - Total R\$ 7.900,00

Art. 4º Para o atendimento Complementar do Crédito, fica utilizado o produto do Provável Excesso de Arrecadação no exercício financeiro de 2017, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, sendo que concernente a fonte de Recurso sob nº. 737 (00.01.0737), referente fonte receitaria sob código 4.1.7.2.1.33.19 – Transf. de Rec. Sist. Único Saúde – SUS - MAC HOSPITALAR, Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 13.525-9, código reduzido (61353), em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Orçamentária nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.278, de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 7º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
21 de dezembro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 21/12/2017.

Fernanda Cristina Segalin
Secretária de Administração e Gestão

Anitápolis

PREFEITURA

PORTARIA 183/2017 - CONCEDE APOSENTADORIA AO SERVIDOR VALÉRIO BACK

Publicação Nº 1477649

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

Portaria nº 0183/2017 - Concede Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º, da Lei federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público do servidor VALÉRIO BACK, a partir de 31/12/2017, e dá outras providencias. Gabinete do Prefeito, em 29 de dezembro de 2017. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

PORTARIA 184/2017 - CONCEDE APOSENTADORIA AO SERVIDOR JAMIL BEPLER

Publicação Nº 1477651

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

Portaria nº 184/2017. Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público do servidor JAMIL BEPLER, a partir de 01/01/2018, e dá outras providencias. Gabinete do Prefeito, em 29 de dezembro de 2017. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal de Anitápolis.

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0003/2018 - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

Publicação Nº 1477185

CONTRATO N.º 0003/2018 DE 02 DE JANEIRO DE 2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26, CEP 89590-000, na cidade de ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito(a), Senhor(a) CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATANTE, e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, pela CONTRATADA, aos Sistemas:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);
2. Gestão de Obras – G-Obras: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA

e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional – G-Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – G-Nota: permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA;

6. Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma – SINFAT: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos;

7. Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte – G-DEC: permite que os atos e termos processuais municipais sejam formalizados, comunicados e transmitidos por formato eletrônico por meio de uma caixa postal eletrônica, com acesso restrito aos usuários cadastrados e autorizados. A ferramenta garante sigilo, identificação, autenticidade e integridade das informações.

§ 1º - O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no "Caderno de Serviços" do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

§ 2º - A CONTRATADA prestará, inicialmente, à CONTRATANTE, serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação aos seguintes Sistemas:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC
2. Gestão Tributária: Gestão do Cadastrado Integrado Municipal - G-CIM
3. Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - G-Simples
4. Gestão de Obras - G-Obras

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 02 de janeiro de 2018 até 31

de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 9.435,00 (NOVE MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00

2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 1.155,00

3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00

4. Gestão de Obras - R\$ 2.400,00

VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2018: R\$ 9.435,00 (NOVE MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS)

§ 1º - Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2018, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

§ 2º - CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, poderá ser corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

§ 3º - Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80/Km) e hora técnica (R\$ 160,00).

§ 4º - A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica (R\$ 160,00).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$9.435,00 (NOVE MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS), que será efetuado por meio de boleto de pagamento referente aos serviços prestados, diretamente pela CONTRATADA, com vencimento em parcela única em 30 de março de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito; e
- Ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo único. É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos

termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2018, nos termos da Lei Municipal nº 1.819 de 10/11/2017.

Parágrafo único. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

§ 1º - Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de exclusão, após prévia suspensão, do ente consorciado ao CIGA;
- c.1) A exclusão não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- c) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- d) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- e) Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;
- f) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas; e
- g) A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

§ 2º - Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e
- i) Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste Contrato.

§ 3º - Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo único. Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiros, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS
A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste Contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e sua exclusão do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

§ 1º - Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

§ 2º - Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá ser excluída do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, mediante deliberação da Assembleia Geral do CIGA, precedida de processo administrativo em que seja reconhecida a justa causa para a exclusão e seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 3º - As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

§ 1º - Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE,

sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) Pagamentos do custo da desmobilização.

§ 2º. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

§ 3º. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 4º. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo único. No âmbito dos programas de computador, aplicam-se, à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

§ 1º. Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

§ 2º. Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

§ 3º. A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

§ 4º. O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Florianópolis – SC, 02 de janeiro de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO Prefeito de ARROIO TRINTA CONTRATANTE
GILSONI LUNARDI ALBINO DIRETOR EXECUTIVO DO CIGA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE CPF Nº 027.783.989-02
FERNANDA ROSA SOCIAL ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DO CIGA

ANEXO I

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE

O Município de ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, constitui o Senhor CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC, como seu representante no Contrato n.º003/2018, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis – SC, 02 DE JANEIRO DE 2018.

CLAUDIO SPRICIGO Prefeito de ARROIO TRINTA CONTRATANTE
--

ANEXO II

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui a Gerente Administrativa como sua representante para fiscalizar a execução do Contrato n.º0003/2018, celebrado com o Município de ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina.

Florianópolis – SC, 02 DE JANEIRO DE 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO DIRETOR EXECUTIVO DO CIGA CONTRATADA

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº. 117/2017

Publicação Nº 1477541

DECRETO/GP/Nº 117, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE O COMÉRCIO AMBULANTE NA ORLA MARÍTIMA E NAS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DURANTE A TEMPORADA DE VERÃO 2017/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO a dispersão dos atos administrativos e legais o que dificulta tanto a aplicação como o conhecimento das normas;

CONSIDERANDO, assim, a necessidade de consolidação de todos estes atos;

CONSIDERANDO que é função da Administração Pública garantir qualidade do uso das praias da cidade por seus cidadãos e visitantes, bem como das áreas adjacentes, estabelecendo limites aos direitos individuais em benefício da coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o comércio de temporada e eventual na orla marítima e nas áreas públicas do município, com a cobrança da Taxa de Licença prevista no anexo IV da Lei Complementar nº 10, de 26 de abril de 2016 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art.1º A utilização da orla marítima do Município nas áreas públicas e logradouros, para o exercício das atividades abaixo discriminadas, obedecerá, além das exigências da legislação em vigor, às disposições deste Decreto.

TÍTULO I

COMÉRCIO AMBULANTE NA AREIA DAS PRAIAS (ORLA MARÍTIMA)

Art. 2º O exercício de atividade de temporada e eventual, incluindo o comércio ambulante, na areia das praias do Município está sujeito à autorização prévia Do Departamento de Licenciamento e Fiscalização através do pagamento da Taxa de Licença prevista no art.143/152 e anexo IV do Código Tributário Municipal.

Art.3º A autorização, será precedida de alvará sanitário, concedida para pessoas físicas e jurídicas, é precária, pessoal, intransferível e renovável anualmente, podendo ser revogada a qualquer tempo por interesse público.

Parágrafo Único. A concessão das autorizações obedecerá as demais exigências da Lei Complementar nº 10, de 26 de abril de 2016 e outras leis específicas.

Art.4º. As autorizações para exercício da atividade em ponto fixo na orla serão concedidas exclusivamente para módulo tipo food trucks.

§ 1º A critério da administração municipal, será permitido o uso de barraca/móvel ou trailers que atendam aos critérios de higiene, segurança e asseio.

§2º Fica proibido os vendedores em ponto fixo usarem barracas de madeira, lonas ou qualquer estrutura precária que ofereça risco a segurança e higiene dos consumidores, podendo a fiscalização

municipal cancelar a autorização no caso de descumprimento dessa norma.

§ 3º Somente serão autorizados os ambulantes que, selecionados, demonstrem a viabilidade técnica e econômica para o exercício da atividade e de acordo com as normas em vigor;

§ 4º Cada autorização para ponto fixo permitirá a exploração de somente 1 (um) módulo fixo;

§ 5º Os ambulantes com ponto fixo deverão fornecer aos banhistas saco plástico descartável para acondicionamento do lixo residual ou lixeiras.

Art.5º É permitido ao titular de autorização para ponto fixo contar com um auxiliar no exercício da atividade, o qual poderá ser o seu representante no momento da ação fiscal, devendo o seu nome constar da autorização concedida.

Art.6º Serão comercializados apenas os seguintes produtos:

- I - cerveja em lata;
- II - refrigerante e água mineral em lata ou plástico;
- III - coco verde;
- IV - caipirinha;
- V - sucos e refrescos industrializados e embalados;
- VI - sanduíches prontos e embalados;
- VII - biscoitos;
- VIII - batata frita industrializada;
- IX - sorvetes embalados e outros produtos semelhantes;
- X - pamonha e milho verde;
- XI – melancia.

§ 1º É vedada a utilização de recipientes de vidro.

§ 2º É vedado o fabrico ou cocção de alimentos no local, como churrasquinhos, queijos, salgados e congêneres.

§ 3º A administração municipal tem a discricionariedade de permitir a comercialização de produtos que não estão previstos no caput desse artigo, constando a exceção na autorização concedida.

§ 4º O comerciante que estiver comercializando produtos não elencados no caput ou na autorização concedida poderá ter a autorização cancelada.

Art.7º Será concedida uma ocupação de ponto fixo na areia da praia a cada 500 metros, conforme placas numeradas ao longo da orla.

§ 1º. O perímetro de 500 metros na orla será escolhido pelo comerciante no momento da solicitação do alvará, ficando aos comerciantes assegurado o perímetro de 500 metros onde eles já estão estabelecidos quando da publicação desse Decreto e, havendo mais de um comerciante em um mesmo perímetro de 500 metros, terá direito ao ponto fixo quem primeiro pediu a autorização.

§ 2º. A autorização de pontos fixos do km 04 ao km 05 do perímetro da orla, será feita, preferencialmente, aos módulos food trucks e Gazebo e o Departamento Tributário somente poderá autorizar outros tipos de módulos se não houver pedidos dos módulos preferenciais.

Art.8º. A ocupação do ponto fixo apresentará as seguintes características:

I - utilização de metade de um módulo de serviço, com 2 (duas) caixas térmicas com capacidade máxima de 200 L (duzentos litros) cada, e uma cesta coletora de lixo com capacidade mínima de 60 L (sessenta litros);

II - manutenção permanente da limpeza da área da praia correspondente a um círculo de 25 m (vinte e cinco metros), cujo centro seja ocupado pelo módulo;

III - recolhimento, ao término diário da atividade, de todo o lixo produzido, que será acondicionado em sacos plásticos descartáveis e retirado do local;

IV - exposição de mercadorias apenas nos limites do módulo;

V - afixação em local visível de tabela de preços dos produtos comercializados;

VI - funcionamento diário entre 7h (sete horas) e 21h (vinte e uma horas), durante o horário oficial de verão;

VII - desarmamento diário das barracas e retirada dos trailers devendo o responsável providenciar, também, a retirada integral do material utilizado;

VIII - uso de uniformes padronizados pelo titular e pelo auxiliar, que serão mantidos em perfeitas condições de asseio e conservação.

§ 1º A cesta de lixo conterá permanentemente em seu interior um saco plástico descartável.

§ 2º Poderá ser permitido, por ato do Coordenador de Licenciamento e Fiscalização, o funcionamento noturno das barracas em datas comemorativas ou festivas.

§ 3º Não será permitida em nenhuma hipótese a guarda de barracas, mercadorias e demais equipamentos na areia.

§ 4º Será tolerada a colocação, pelos ambulantes com ponto fixo, de até 05 (cinco) guarda-sóis, com 2 (duas) cadeiras de praia cada, junto aos módulos.

§ 5º As barracas deverão ser identificadas, na aba lateral voltada para o logradouro com dizeres padronizados pela Coordenação de Licenciamento e Fiscalização.

Art.9º. O comércio ambulante sem ponto fixo, que compreende o uso de equipamentos que possam ser transportados por carrinho de mão ou tiracolo, terá exclusividade em vender bijuterias, bonés e protetores solares (industrializados).

Parágrafo Único: os ambulantes sem ponto fixo não podem vender seus produtos em frente aos estabelecimentos comerciais, sob pena de cancelamento da autorização.

Art.10. As operações de carga e descarga de mercadorias e equipamentos para o comércio ambulante são proibidas, em toda a orla marítima do Município, no horário compreendido entre 8h (oito horas) e 12h (doze horas) e entre 13h (treze horas) e 18h (dezoito horas).

Art.11. O descumprimento das normas deste Título será apenado com as multas previstas no Código Tributário do Município, sem prejuízo de apreensão e outras sanções cabíveis.

Art.12. A autorização poderá ser cancelada sempre que a aplicação de multas se revelar insuficiente para coibir a prática reiterada de infrações.

TÍTULO II

DO COMÉRCIO AMBULANTE FORA DA ORLA

Art.13. O comércio em logradouros públicos fora da orla terá regulamentação específica no perímetro do evento "Arena Verão Rincão".

Art.14. O evento "Arena Verão Rincão" que será realizado em uma área delimitada pela Rua São Paulo, Rua da Matriz, Rua Orleans e Avenida Valdemar Carlos Petrini, entre os dias 28/12/2017 e 05/02/2018, terá restrições do comércio ambulante nas ruas e avenidas correspondentes ao trecho do perímetro.

§ 1º As ruas e calçadas correspondentes ao trecho do perímetro do evento "Arena Verão Rincão" também fazem parte das restrições.

§ 2º O departamento de licenciamento e fiscalização municipal somente concederá autorização para o exercício de comércio ambulante nesse perímetro após autorização da empresa organizadora do evento "Arena Verão Rincão".

§ 3º Além das taxas exigidas pela administração municipal previstas no Código Tributário a empresa organizadora do evento "Arena Verão Rincão" poderá cobrar ou não dos comerciantes ambulantes determinado preço pela autorização concedida.

§ 4º O pedido de autorização para o exercício de comércio ambulante nesse perímetro será encaminhado pelo Departamento de Licenciamento e Fiscalização Municipal à empresa organizadora do evento "Arena Verão Rincão" que decidirá no prazo máximo de 02 (dois dias), negando o pedido ou deferindo e fixando os valores a serem pagos ou não.

§ 5º A empresa organizadora do evento fica proibida de exigir autorização e cobrar quaisquer valores de quem possui estabelecimento comercial permanente no perímetro do evento "Arena Verão Rincão".

Art.15. A administração municipal poderá autorizar o comércio eventual ou por temporada em pontos fixos ou não nos logradouros públicos fora do perímetro do evento "Arena Verão Rincão".

Art.16. Aplicam-se as disposições do Título I desse Decreto, naquilo que for compatível, ao comércio ambulante fora da orla com ponto fixo ou não.

TÍTULO III

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE TEMPORADA E EVENTUAL

Art.17. Fica regulamentada pelo presente Decreto, a Taxa de Licença para atividades de temporada e eventual, incluindo os ambulantes, a ser exercida na temporada de veraneio, em favor da Fazenda Pública, tendo como fato gerador o poder de Polícia Administrativa do Município.

§1º Compreende-se por temporada de veraneio a que se refere esta Lei o período de 01 de dezembro de 2017 a 28 de fevereiro de 2018.

§2º Considera-se Comércio ambulante para os fins deste regulamento:

I – o comércio exercido de forma eventual, em especial, na orla, no calçadão e recreação coletiva, e demais logradouros do município;

II – o comércio realizado em instalações de caráter provisório, nos locais delimitados por esse Decreto;

III – o comércio realizado sem estabelecimento, instalação ou localização.

Art.18. Somente serão concedidas as isenções e os benefícios que estiverem expressamente previstos em Lei.

Art.19. As alíquotas da Taxa de Licença estão previstas no anexo IV do Código Tributário Municipal.

Art.20. Fica revogado o Decreto nº 069/2013 e o Decreto nº 114/2017 e as demais disposições em contrário.

Art.21. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 28 de dezembro de 2017.
JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 28 de dezembro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 118/2017

Publicação Nº 1477544

DECRETO/GP/Nº 118/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
NOMEIA SERVIDORES PARA OCUPAREM INTERINAMENTE NOVAS FUNÇÕES NO QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art.1º. Este decreto designa servidores municipais para ocuparem interinamente novas funções no quadro da administração municipal.

Parágrafo Único: os servidores nomeados para a nova função continuarão receber a remuneração dos cargos que estão lotados.

Art.2º. Fica nomeado o servidor municipal João Felipe Cardoso a exercer interinamente a função de Fiscal de Obras e Posturas ad hoc.

Art.3º. Fica nomeado o servidor municipal Luiz Carlos da Conceição a exercer interinamente o cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária ad hoc.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 28 de dezembro de 2017.
JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 28 de dezembro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 119/2017

Publicação Nº 1477546

DECRETO/GP/Nº 119, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
Determina a obrigatoriedade de parecer jurídico e concordância da Secretaria de Administração e Finanças nos processos administrativos que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI, do artigo 84, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Os processos administrativos de consulta prévia, aprovação prévia e concessão de Alvará para execução de condomínios, loteamentos e obras acima de 500 m2 (quinhentos metros quadrados), deverão ser submetidos para análise da Procuradoria Geral do Município e Secretaria de Administração e Finanças.

Parágrafo único. Somente após a aprovação pelos órgãos citados no caput deste artigo é que os atos administrativos terão validade.

Art. 2. Estão abrangidos pelos efeitos do presente Decreto todos os processos administrativos com início de tramitação a partir de 01º de janeiro de 2017.

Art. 2 º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Balneário Rincão, 28 de dezembro de 2017.
JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 28 de dezembro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO
Secretário de Administração e Finanças

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 108/2017 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477272

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2017
Quarto Aditivo ao Contrato 023/2015 - Prazo

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Vilson Garmatz ME

Objeto: Aditivo de Prazo Contratual para Serviços de Transporte Escolar de alunos do ensino fundamental.

Nova Vigência: 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018.

Bom Jesus do Oeste (SC), 29 de dezembro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.314/2017

Publicação Nº 1477625

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

DECRETO N.º 3.314/2017

Altera o Decreto Municipal nº 858, de 10 de julho de 2009 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Municipal nº 961, de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 4º da Lei Complementar Municipal 093/2017 que revogou parcialmente o texto do artigo 1º do Decreto Municipal 858/2009, na medida em que o benefício fiscal então concedido ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN importava em carga tributária menor que a alíquota mínima de 2% (dois por cento);

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 20/12/2017, que emitiu parecer favorável a alteração da redação do Decreto Municipal 858/2017;

CONSIDERANDO o limite temporal de 10 (dez) anos a contar do primitivo benefício concedido bem como a necessidade de observância da alíquota mínima definida pela legislação de regência;

CONSIDERANDO a razoabilidade do benefício e a presença do interesse público, diante do tempo ocupação da área e da comprovação de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto Municipal nº 858/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica concedida à empresa PRINTBAG EMBALAGENS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.599.090/0001-28, com sede na Rua José Francisco Bernardes, nº 1.751, Bairro Areias, Camboriú/SC e sua filial, inscrita no CNPJ sob o nº 07.599.090/0003-90, com sede na Rua José Francisco Bernardes, nº 1.651, Bairro Areias, Camboriú/SC, o benefício de isenção da taxa de alvará de funcionamento e a redução da alíquota do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN para 2,0% (dois por cento), até 10 de junho de 2019.”

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor e gerará os seus efeitos a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC, Em, 29 de dezembro de 2017.

RAMON MARCIDES JACOB

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Hélio Cardoso Derenne Filho
Procurador-Geral

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.030 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1477865

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.030 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DESPESA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre crédito suplementar no Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS		
300000.00.0119 -	Despesas Correntes		
310000.00.0119 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0119 -	Aplicações Diretas		
319011.00.0119 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 4.000,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS		
300000.00.0119 -	Despesas Correntes		
310000.00.0119 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0119 -	Aplicações Diretas		
319113.00.0119 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 4.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 29 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.031 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1477867

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.031 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistencia Social.		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social		
300000.00.0102 -	Despesas Correntes		
310000.00.0102 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0102 -	Aplicações Diretas		
319113.00.0102 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias		R\$ 8.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 29 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO CONTRATO 25/2015

Publicação N° 1477364

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 025/2015.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: VOLMIR KEGLER ME CNPJ nº. 07.132.432/0001-03. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para até 31/01/2018. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, c/atual. Campo Erê/SC, em 28/12/2017 SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pelo Contratante e Volmir Kegler pela contratada.

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 181/2017

Publicação Nº 1477879

DECRETO No 181, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 71.802,89 (setenta e um mil, oitocentos e dois reais e oitenta e nove centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016, com as alterações da Lei no 3.266, de 04 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 71.802,89 (setenta e um mil, oitocentos e dois reais e oitenta e nove centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0301.04.122.0015.2006	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADM	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-008	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	40.000,00
33900000-216	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	31.802,89
	Total			R\$	71.802,89

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o artigo 1º do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 71.802,89 (setenta e um mil, oitocentos e dois reais e oitenta e nove centavos), na forma do quadro a seguir.

0301.04.122.0015.2006	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADM	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-006	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	71.802,89
	Total			R\$	71.802,89

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 27 de dezembro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

FME TERMO ADITIVO 001/2017 TF01

Publicação Nº 1477366

TERMO ADITIVO TF01

TERMO DE FOMENTO 0001/2017

CHAMADA PÚBLICA 0001/2017

TERMO DE ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE FOMENTO 0001/2017 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPINZAL E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA AGN CAPINZAL.

Objeto: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do termo de fomento até 30/04/2018, conforme solicitação da organização da sociedade civil.

Capinzal, 29 de Dezembro de 2017.

FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C044

Publicação Nº 1477915

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2017 C044 - Contrato Nº: 0044/2017	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada....: CONSULTORIO MEDICO LIFE CARE LTDA - ME	
Valor : 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)	
Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017 Processo_Licitató-	
rio.....: 00017 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto :	
O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do	
contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço certo e ajusta-	
do entre as partes para a totalidade do presente Termo Aditivo é de	
54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).	
Capinzal, 29 de Dezembro de 2017	

FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C045

Publicação Nº 1477916

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2017 C045 - Contrato Nº: 0045/2017	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada....: ENDOPEDII CLINICA PEDIATRICA SOCIEDADE SIMPLES	
Valor : 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)	
Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017 Processo_Licitató-	
rio.....: 00017 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação	
da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço certo	
e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo Aditivo é	
de 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais).	
Capinzal, 29 de Dezembro de 2017	

FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C046

Publicação Nº 1477917

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2017 C046 - Contrato Nº: 0046/2017	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada....: FEIMED SERVICOS MEDICOS LTDA	
Valor : 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais)	
Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017 Processo_Licitató-	
rio.....: 00017 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação	
da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço	
certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo	
Aditivo é de 162.000,00.	
Capinzal, 29 de Dezembro de 2017	

FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C43

Publicação Nº 1477914

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2017 C43 - Contrato Nº: 0043/2017	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada....: CLINIMED - CLINICA MEDICA CAPINZAL SOCIEDADE	
SIMPL	
Valor : 235.560,00 (duzentos e trinta e cinco mil quinhentos e	
sessenta reais)	
Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0007/2017 Processo_Licitató-	
rio.....: 0017 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação	
da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço	
certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo	
Aditivo é de 235.560,00 (duzentos e trinta e cinco mil quinhentos e	
sessenta reais).	
Capinzal, 29 de Dezembro de 2017	

FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C47

Publicação Nº 1477918

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 001/2017 C47 - Contrato Nº: 0047/2017
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
 Contratada...: FRANK SERVICOS DE ANESTESIOLOGIA DE CAMPOS NOVOS L
 Valor : 150.000,00 (cento e cinquenta mil e reais)
 Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017 Processo_Licitatório.....: 00017 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo Aditivo é de 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Capinzal, 29 de Dezembro de 2017

FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C48

Publicação Nº 1477920

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 001/2017 C48 - Contrato Nº: 0048/2017
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
 Contratada...: GINECLIN CLINICA DE GINECOLOGIA E OBSTETRICIA SC L
 Valor : 235.560,00 (duzentos e trinta e cinco mil quinhentos e sessenta reais)
 Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017 Processo_Licitatório.....: 00017 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo Aditivo é de 235.560,00.

Capinzal, 29 de Dezembro de 2017

FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C48

Publicação Nº 1477922

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 001/2017 C48 - Contrato Nº: 0048/2017
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
 Contratada...: GINECLIN CLINICA DE GINECOLOGIA E OBSTETRICIA SC L
 Valor : 235.560,00 (duzentos e trinta e cinco mil quinhentos e sessenta reais)
 Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017 Processo_Licitatório.....: 00017 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo Aditivo é de 235.560,00.

Capinzal, 29 de Dezembro de 2017

FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C49

Publicação Nº 1477923

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 001/2017 C49 - Contrato Nº: 0049/2017
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
 Contratada...: GUSTAVO FALCAO CRISTOFOLI - ME
 Valor : 120.000,00 (cento e vinte mil e reais)
 Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017 Processo_Licitatório.....: 00017 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo Aditivo é de 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Capinzal, 29 de Dezembro de 2017

FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C51

Publicação Nº 1477926

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 001/2017 C51 - Contrato Nº: 0051/2017
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
 Contratada...: JMS TESTA CLINICA MEDICA E NEFROLOGIA SOCIEDADE SI
 Valor : 72.000,00 (setenta e dois mil reais)
 Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017 Processo_Licitatório....: 00017 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo Aditivo é de 72.000,00 (setenta e dois mil reais) .

Capinzal, 29 de Dezembro de 2017

FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C53

Publicação Nº 1477929

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 001/2017 C53 - Contrato Nº: 0053/2017
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
 Contratada...: VITA SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO EPP
 Valor : 72.000,00 (setenta e dois mil reais)
 Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017 Processo_Licitatório....: 00017 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo Aditivo é de 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Capinzal, 29 de Dezembro de 2017

FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C52

Publicação Nº 1477927

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 001/2017 C52 - Contrato Nº: 0052/2017
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
 Contratada...: SERRA VALLE SERVICOS MEDICOS LTDA - ME
 Valor : 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais)
 Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017 Processo_Licitatório....: 00017 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo Aditivo é de 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais).

Capinzal, 29 de Dezembro de 2017

FMS TERMO ADITIVO 002/2017 C50

Publicação Nº 1477925

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 002/2017 C50 - Contrato Nº: 0050/2017
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
 Contratada...: GYNEMED LTDA
 Valor : 113.400,00 (cento e treze mil quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017 Processo_Licitatório....: 00017 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo Aditivo é de 113.400,00 (cento e treze mil e quatrocentos reais) .

Capinzal, 29 de Dezembro de 2017

PMC TERMO ADITIVO 001/2017 C241

Publicação Nº 1477179

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2017 C241 - Contrato Nº: 0241/2017	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: REC-LOG RESIDUOS EIRELI - ME	
Valor : 817.599,99 (oitocentos e dezessete mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)	
Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0081/2017 Processo_Licitatório.....: 0108 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo Aditivo é de R\$ 817.599,99 (oitocentos e dezessete mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).	
Capinzal, 29 de Dezembro de 2017	

Capinzal, 29 de Dezembro de 2017

PMC TERMO ADITIVO 001/2017 C51

Publicação Nº 1477295

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2017 C51 - Contrato Nº: 0051/2017	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	
Valor : 24.710,40 (vinte e quatro mil setecentos e dez reais e quarenta centavos)	
Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2017 Processo_Licitatório.....: 00017 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico.	
Capinzal, 29 de Dezembro de 2017	

PMC TERMO ADITIVO 001/2017 C50

Publicação Nº 1477294

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2017 C50 - Contrato Nº: 0050/2017	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: FEMATUR TRANSPORTE LTDA - ME	
Valor : 19.096,00 (dezenove mil e noventa e seis reais)	
Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2017 Processo_Licitatório.....: 00017 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico.	

PMC TERMO ADITIVO 001/2017 TF 03

Publicação Nº 1477365

TERMO ADITIVO TF03
TERMO DE FOMENTO 0003/2017
CHAMADA PÚBLICA 0003/2017

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPINZAL E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CORAL SÃO PAULO APÓSTOLO.

Objeto: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do termo de fomento até 28/03/2018, conforme solicitação da organização da sociedade civil.

Capinzal, 29 de Dezembro de 2017.

RESOLUÇÃO Nº 016/2017CIALAR

Publicação Nº 1477882

RESOLUÇÃO No 016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o orçamento do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o exercício de 2018 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do estatuto social e demais legislação pertinente, e;

Considerando decisão exarada pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR), conforme Ata no 002/2017, de 6 de dezembro de 2017, que aprovou o orçamento (LOA) para o exercício de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o orçamento próprio do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o exercício de 2018, com as receitas estimadas e as despesas fixadas no valor de R\$ 857.300,00 (Oitocentos e cinquenta e sete mil e trezentos reais), detalhadas a seguir, que serão realizada de acordo com a legislação vigente, obedecendo a seguinte classificação por categoria econômica:

I - detalhamento da despesa:

Órgão:	01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR					
Unidade Orçamentária:	0101 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR					
Função:	08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Sub Função:	243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
Programa:	001 - Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.					
Projeto Atividade:	2001 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CIALAR	PRODUTO	UNID/M	META	VALOR	FONTE
		CONSÓRCIO	UNIDADE	01	702.300,00	00
DESCRIÇÃO DA DESPESA		ELEMENTO		VALOR FIXADO PARA 2018		
DESPESAS CORRENTES		300000000000		692.300,00		
DESPESAS DE PESSOAL		310000000000		460.900,00		
Aplicações Diretas		319000000000		460.900,00		
OUTRAS DEPESAS CORRENTES		330000000000		231.400,00		
Aplicações Diretas		339000000000		231.400,00		
DESPESAS DE CAPITAL		400000000000		10.000,00		
INVESTIMENTOS		440000000000		10.000,00		
Aplicações Diretas		449000000000		10.000,00		
Sub Total (I)				702.300,00		
Órgão:	01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR					
Unidade Orçamentária:	0101 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR					
Função:	08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Sub Função:	243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
Programa:	001 - Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.					
Projeto Atividade:	1.001 – AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CIALAR	PRODUTO	UNID/M	META	VALOR	FONTE
		CONSÓRCIO	UNIDADE	01	155.000,00	00
DESCRIÇÃO DA DESPESA		ELEMENTO		VALOR FIXADO PARA 2018		
DESPESAS DE CAPITAL		400000000000		155.000,00		
INVESTIMENTOS		440000000000		155.000,00		
Aplicações Diretas		449000000000		155.000,00		
Sub Total (II)				155.000,00		
Total Geral (I+II)				857.300,00		

II - detalhamento da receita:

CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS	CÓDIGO	PREVISÃO PARA - 2018
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	10000000000	857.300,00
RECEITAS CORRENTES	10000000000	692.300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17000000000	692.300,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	17300000000	692.300,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS – ESPECÍFICA E/M	17380000000	692.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS	17380200000	692.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS	17380210000	692.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS – PRINCIPAL	17380211000	692.300,00
Transferências do Município de Capinzal	17380211001	360.895,99
Transferências do Município de Ouro	17380211002	127.729,35
Transferências do Município de Lacerdópolis	17380211003	37.938,04
Transferências do Município de Piratuba	17380211004	83.145,23
Transferência do Município de Ipira	17380211005	82.591,39
RECEITA DE CAPITAL	20000000000	165.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	24000000000	165.000,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	24300000000	165.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS	24380100000	165.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS	24380110000	165.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS – PRINCIPAL	24380111000	165.000,00
Transferências do Município de Capinzal	24380111001	86.014,50
Transferências do Município de Ouro	24380111002	30.442,50
Transferências do Município de Lacerdópolis	24380111003	9.042,00

Transferências do Município de Piratuba	24380111004	19.816,50
Transferência do Município de Ipira	24380111005	19.684,50

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 29 de dezembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

RESOLUÇÃO Nº014/2017CIALAR

Publicação Nº 1477880

RESOLUÇÃO Nº 014, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o período de 2018 a 2021 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando a Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR), de 6 de dezembro de 2017, que aprovou o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2018 a 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Plurianual (PPA) do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o período de 2018 a 2021, estimando as receitas e fixando as despesas no valor de R\$ 3.695.070,15 (três milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, setenta reais e quinze centavos), conforme detalhamento a seguir:

I - detalhamento da despesa:

ÓRGÃO: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR					
UNIDADE: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR					
FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL					
SUBFUNÇÃO: 243: ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
PROGRAMA: 001 - Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.					
DIRETRIZ: Oferecer proteção integral às crianças e adolescentes encaminhadas pelo Conselho Tutelar e pela Vara da Infância e da Juventude.					
OBJETIVOS: Incentivar o fortalecimento dos vínculos familiares; fortalecer a rede pública de atendimento e proteção aos acolhidos; propiciar suporte emocional, social, educacional e cognitivo necessário ao resgate da auto-estima e o retorno aos vínculos familiares e comunitários oferecendo proteção integral aos atendidos; garantir acompanhamento social sistemático das famílias estimulando o desenvolvimento e promovendo a auto-organização gradativa à co-responsabilidade na educação dos filhos; acompanhar as crianças e suas famílias articulando com as demais ações e programas da rede do Município destinada à população em situação de risco; encaminhar familiares dos acolhidos aos serviços da rede pública para participar de oficinas sócio educativas visando promover o fortalecimento de vínculos, desenvolvimento de potenciais e a integração grupal e familiar.					
Nome do indicador estabelecido: Crianças em situação de risco e vulnerabilidade social					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 90%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 100%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/M	META	VALOR	FONTE
2001 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CIALAR	CONSÓRCIO	UNIDADE	01	3.027.000,78	00
DESCRIÇÃO DA DESPESA	ELEMENTO	PREVISÃO 2018	PREVISÃO 2019	PREVISÃO 2020	PREVISÃO 2021
DESPESAS CORRENTES	300000000000	692.300,00	726.915,00	763.260,75	801.423,78
DESPESAS COM PESSOAL	310000000000	460.900,00	483.945,00	508.142,25	533.549,36
Aplicações Diretas	319000000000	460.900,00	483.945,00	508.142,25	533.549,36
OUTRAS DESPESAS CORENTES	330000000000	231.400,00	242.970,00	255.118,50	267.874,42
Aplicações Diretas	339000000000	231.400,00	242.970,00	255.118,50	267.874,42
DESPESAS DE CAPITAL	400000000000	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
INVESTIMENTOS	440000000000	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
Aplicações Diretas	449000000000	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,25
Sub Total (I)		702.300,00	737.415,00	774.285,75	813.000,03
AÇÕES	PRODUTO	UNID/M	META	VALOR	FONTE
1.001 – AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CIALAR	CONSÓRCIO	UNIDADE	01	668.069,37	00

DESCRIÇÃO DA DESPESA	ELEMENTO	PREVISÃO 2018	PREVISÃO 2019	PREVISÃO 2020	PREVISÃO 2021
DESPESAS DE CAPITAL	400000000000	155.000,00	162.750,00	170.887,50	179.431,87
INVESTIMENTOS	440000000000	155.000,00	162.750,00	170.887,50	179.431,87
Aplicações Diretas	449000000000	155.000,00	162.750,00	170.887,50	179.431,87
Sub Total (II)		155.000,00	162.750,00	170.887,50	179.431,87
Total Geral (I+II)		857.300,00	900.165,00	945.173,25	992.431,90

II - detalhamento da receita:

		Previsão 2018	Previsão 2019	Previsão 2020	Previsão 2021
CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS	CÓDIGO				
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	100000000000	857.300,00	900.165,00	945.173,25	992.431,91
RECEITAS CORRENTES	100000000000	692.300,00	726.915,00	763.260,75	801.423,79
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	170000000000	692.300,00	726.915,00	763.260,75	801.423,79
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	173000000000	692.300,00	726.915,00	763.260,75	801.423,79
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS – ESPECIFICA E/M	173800000000	692.300,00	726.915,00	763.260,75	801.423,79
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS	173802000000	692.300,00	726.915,00	763.260,75	801.423,79
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS	173802100000	692.300,00	726.915,00	763.260,75	801.423,79
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS – PRINCIPAL	173802110000	692.300,00	726.915,00	763.260,75	801.423,79
Transferências do Município de Capinzal	17380211001	360.895,99	378.940,79	397.887,83	417.782,22
Transferências do Município de Ouro	17380211002	127.729,35	134.115,82	140.821,61	147.862,69
Transferências do Município de Lacerdópolis	17380211003	37.938,04	39.834,94	41.826,69	43.918,02
Transferências do Município de Piratuba	17380211004	83.145,23	87.302,49	91.667,62	96.251,00
Transferência do Município de Ipirá	17380211005	82.591,39	86.720,96	91.057,01	95.609,86
RECEITA DE CAPITAL	200000000000	165.000,00	173.250,00	181.912,50	191.008,13
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	240000000000	165.000,00	173.250,00	181.912,50	191.008,13
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	243000000000	165.000,00	173.250,00	181.912,50	191.008,13
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS	243801000000	165.000,00	173.250,00	181.912,50	191.008,13
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS	243801100000	165.000,00	173.250,00	181.912,50	191.008,13
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS – PRINCIPAL	243801110000	165.000,00	173.250,00	181.912,50	191.008,13
Transferências do Município de Capinzal	24380111001	86.014,50	90.315,23	94.830,99	99.572,54
Transferências do Município de Ouro	24380111002	30.442,50	31.964,63	33.562,86	35.241,00
Transferências do Município de Lacerdópolis	24380111003	9.042,00	9.494,10	9.968,81	10.467,25
Transferências do Município de Piratuba	24380111004	19.816,50	20.807,33	21.847,69	22.940,08
Transferência do Município de Ipirá	24380111005	19.684,50	20.668,73	21.702,16	22.787,27

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 29 de dezembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

RESOLUÇÃO Nº015/2017CIALAR

Publicação Nº 1477881

RESOLUÇÃO No 015, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias (LDO) do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o exercício de 2018 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do estatuto social e demais legislação pertinente, e;

Considerando decisão exarada pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR), Ata no 002/2017, de 6 de dezembro de 2017, que aprovou as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovadas as metas do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o exercício de 2018, estimando as receitas e fixando as despesas no valor de R\$ 857.300,00 (Oitocentos e cinquenta e sete mil e trezentos reais), conforme detalhamento a seguir:

I - detalhamento da despesa:

ÓRGÃO: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR						
UNIDADE: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR						
FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL						
SUBFUNÇÃO: 243: ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE						
PROGRAMA: 001 - Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.						
DIRETRIZ: Oferecer proteção integral às crianças e adolescentes encaminhadas pelo Conselho Tutelar e pela Vara da Infância e da Juventude.						
OBJETIVOS: Incentivar o fortalecimento dos vínculos familiares; fortalecer a rede pública de atendimento e proteção aos acolhidos; propiciar suporte emocional, social, educacional e cognitivo necessário ao resgate da auto-estima e o retorno aos vínculos familiares e comunitários oferecendo proteção integral aos atendidos; garantir acompanhamento social sistemático das famílias estimulando o desenvolvimento e promovendo a auto-organização gradativa à co-responsabilidade na educação dos filhos; acompanhar as crianças e suas famílias articulando com as demais ações e programas da rede do Município destinada à população em situação de risco; encaminhar familiares dos acolhidos aos serviços da rede pública para participar de oficinas sócio educativas visando promover o fortalecimento de vínculos, desenvolvimento de potenciais e a integração grupal e familiar.						
Nome do indicador estabelecido: Crianças em situação de risco e vulnerabilidade social						
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 90%						
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 100%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/M	META	VALOR	FONTE
2001 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CIALAR		CONSÓRCIO	UNIDADE	01	2.214.000,75	00
DESCRIÇÃO DA DESPESA	ELEMENTO	PREVISÃO	PREVISÃO		PREVISÃO	
		2018	2019		2020	
DESPESAS CORRENTES	300000000000	692.300,00	726.915,00		763.260,75	
DESPESAS COM PESSOAL	310000000000	460.900,00	483.945,00		508.142,25	
Aplicações Diretas	319000000000	460.900,00	483.945,00		508.142,25	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	330000000000	231.400,00	242.970,00		255.118,50	
Aplicações Diretas	339000000000	231.400,00	242.970,00		255.118,50	
DESPESAS DE CAPITAL	400000000000	10.000,00	10.500,00		11.025,00	
INVESTIMENTOS	440000000000	10.000,00	10.500,00		11.025,00	
Aplicações Diretas	449000000000	10.000,00	10.500,00		11.025,00	
Sub Total (I)		702.300,00	737.415,00		774.285,75	
AÇÕES		PRODUTO	UNID/M	META	VALOR	FONTE
1.001 – AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CIALAR		CONSÓRCIO	UNIDADE	01	488.637,50	00
DESCRIÇÃO DA DESPESA	ELEMENTO	PREVISÃO	PREVISÃO		PREVISÃO	
		2018	2019		2020	
DESPESAS DE CAPITAL	400000000000	155.000,00	162.750,00		170.887,50	
ONVESTIMENTOS	440000000000	155.000,00	162.750,00		170.887,50	
Aplicações Diretas	449000000000	155.000,00	162.750,00		170.887,50	
Sub Total (II)		155.000,00	162.750,00		170.887,50	
Total Geral (I+II)		857.300,00	900.165,00		945.173,25	

II - detalhamento da receita:

CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO	Previsão 2018	Previsão 2019	Previsão 2020
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	100000000000	857.300,00	900.165,00	945.173,25
RECEITAS CORRENTES	100000000000	692.300,00	726.915,00	763.260,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	170000000000	692.300,00	726.915,00	763.260,75
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	173000000000	692.300,00	726.915,00	763.260,75
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS – ESPECÍFICA E/M	173800000000	692.300,00	726.915,00	763.260,75
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS	173802000000	692.300,00	726.915,00	763.260,75
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS	173802100000	692.300,00	726.915,00	763.260,75
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS – PRINCIPAL	173802110000	692.300,00	726.915,00	763.260,75
Transferências do Município de Capinzal	173802110010	360.895,99	378.940,79	397.887,83
Transferências do Município de Ouro	173802110020	127.729,35	134.115,82	140.821,61
Transferências do Município de Lacerdópolis	173802110030	37.938,04	39.834,94	41.826,69
Transferências do Município de Piratuba	173802110040	83.145,23	87.302,49	91.667,62
Transferência do Município de Ipira	173802110050	82.591,39	86.720,96	91.057,01
RECEITA DE CAPITAL	200000000000	165.000,00	173.250,00	181.912,50

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	24000000000	165.000,00	173.250,00	181.912,50
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS DE SUAS ENTIDADES	24300000000	165.000,00	173.250,00	181.912,50
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS	24380100000	165.000,00	173.250,00	181.912,50
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS	24380110000	165.000,00	173.250,00	181.912,50
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS – PRINCIPAL	24380111000	165.000,00	173.250,00	181.912,50
Transferências do Município de Capinzal	24380111001	86.014,50	90.315,23	94.830,99
Transferências do Município de Ouro	24380111002	30.442,50	31.964,63	33.562,86
Transferências do Município de Lacerdópolis	24380111003	9.042,00	9.494,10	9.968,81
Transferências do Município de Piratuba	24380111004	19.816,50	20.807,33	21.847,69
Transferência do Município de Ipira	24380111005	19.684,50	20.668,73	21.702,16

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 29 de dezembro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

Caxambu do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES 001-2018 PCS

Publicação Nº 1477932

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PAR INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL – SC, Nº 001/2018 PCS.

O Município de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que está aberta a inscrição para os novos fornecedores e atualização para os já existentes, conforme dispõe o artigo 34 e seguintes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

1 – DO OBJETO

O Presente Edital destina-se as inscrições de novos fornecedores e promover a atualização de dados, dos fornecedores já cadastrados, no cadastro de Fornecedores do Município de Caxambu do Sul - SC, para fins de habilitação em qualquer modalidade de licitação ou para contratação.

2 – DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 – Para fins do cadastramento e atualização os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

a) Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, devendo, no caso de sociedades por ações, estar acompanhado do documento de eleição (ata publicada em órgão de imprensa oficial) de seus atuais administradores;

b) Comprovante de registro na Junta Comercial do Estado (JCE);

c) Cópia do cartão de inscrição no CNPJ;

d) Certidões negativas: FGTS, Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Tributos Municipais, Estaduais, Conjunta da União e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

2.1.1 – Para as empresas que se cadastrarem para obras ou serviços de engenharia, além dos documentos acima mencionados,

também serão exigidos:

a) Comprovante de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia – CREA, bem como comprovação de que possui em seu quadro permanente profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços;

b) Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa e registrado no CREA, com o respectivo acervo técnico.

2.2 – Todos os documentos poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada em Tabelionato de Notas ou por Servidor da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul - SC.

2.3 – Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou entrelinhas.

3 – DA VALIDADE

3.1 – O interessado que providenciar sua inscrição e ou atualização receberá um Certificado de Registro Cadastral que terá validade até 03 (três) meses, contados da data de protocolo do mesmo.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As inscrições estarão permanentemente abertas aos interessados.

4.2 – Os casos omissos ao presente Edital serão analisados sob os aspectos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.3 – O Certificado de Registro Cadastral, não dispensa a documentação prevista nos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.4 – A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do artigo 27 da Lei n. 8.666/93, ou as estabelecidas para a classificação cadastral.

Caxambu do Sul – SC, em 02 de janeiro de 2018.
GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11_2017 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05_2017

Publicação Nº 1477359

CONTRATO Nº 11/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2017

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL E A EMPRESA RÁDIO SÃO CARLOS LTDA, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO SEMANAL, EM EMISSORA DE RÁDIO DO SISTEMA

AM DE AVISOS E ATOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "C" DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017 CMVCS, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 CMVCS.

A Câmara Municipal de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.527.861/0001-10, com sede administrativa na Rua Albano Gilioli, 26, Centro, representado pelo Presidente, Sr. Osvaldo Huntemam, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa RÁDIO

SÃO CARLOS LTDA, com sede na Avenida Santa Catarina, Centro, Edifício Hans, 1º andar, sala 102, Município de São Carlos – SC, CEP 89.885-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.845.735/0001-43, neste ato representada pela sua Procuradora, Sr.ª Simone Maria dos Passos, inscrito no CPF sob o nº 077.570.399-08, doravante denominada CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº 001/2017, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o CONTRATO Nº 05/2017, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

1.1. O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, início em 01/01/2018 e com término em 31/12/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

2.1. Pelo serviço previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 05/2017, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 13,00 (treze reais) por minuto, em um total estimativo de R\$ 10.140,00 (dez mil cento e quarenta reais) anual, podendo variar para mais ou para menos sem prejuízo para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Caxambu do Sul - SC, em 29 de dezembro de 2017.

RÁDIO SÃO CARLOS LTDA	OSVALDO HUNTEMAM, Presidente Legislativo.
CONTRATADO	CONTRATANTE

Testemunhas:

01. _____ Nome: Antonio Primo Ziliotto CPF: 946.606.119-49	02. _____ Nome: Liziana Pasin Soares CPF: 015.058.949-21
--	--

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2018

Publicação Nº 1466277

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 02/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2018

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: CHARLES LONGEN
Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018
Fundamento Legal: art. 24, inciso X, da Lei n. 8.666/1993;
Valor: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), mensais. Totalizando R\$ 51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos reais);
Objeto: LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE NO MÍNIMO 640 m², SITUADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, PARA ABRIGAR AS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE E TURISMO E AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, BEM COMO, A CRECHE MUNICIPAL.

Chapadão do Lageado, 02 de janeiro de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018

Publicação Nº 1466300

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: RONALDO HEINZEN
Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018
Fundamento Legal: art. 24, inciso X, da Lei n. 8.666/1993;
Valor: R\$ 800,00 (oitocentos reais), mensais, que totalizam a importância de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais);
Objeto: Locação de 01 (um) imóvel com área de 13.000 m² (treze mil metros quadrados), para depósito de material de revestimento primário, situado na Estrada Geral, Alto Rio Saltinho, Município de Chapadão do Lageado – SC.

Chapadão do Lageado, 02 de janeiro de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018

Publicação Nº 1466296

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: ZENAIDE DE SOUZA MACHADO
Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018
Fundamento Legal: art. 24, inciso X, da Lei n. 8.666/1993;
Valor: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) mensais, totalizando R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais);
Objeto: LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE NO MÍNIMO 600 m², SITUADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, PARA ABRIGAR A SEDE E OS EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS.

Chapadão do Lageado, 02 de janeiro de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Cocal do Sul

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 62/2017

Publicação Nº 1477314

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 62/2017 – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2017

DATA: 29/DEZEMBRO/2017

CONTRATADA: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA - EPP

OBJETO: ADITIVO DE CONTRATO DE: 300 M2 DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DA IMPRIMAÇÃO COM CM 30, 300 M2 DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DA PINTURA DE LIGAÇÃO COM RR 2C E 37,50 TONELADAS DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE CAUQ (0.05 ESPESSURA COMPACTADA), PARA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO TRAJETO DA NOVA ADUTORA, DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA ATÉ A SEDE DESTA AUTARQUIA.

VALOR: R\$ 15.999,99 (QUINZE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ DIA 31/03/2018

DATA: 29/DEZEMBRO/2017

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 901/2017

Publicação Nº 1477912

DECRETO Nº 901/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.207/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (cinco mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 28.841.0000.0.001- Pagamento do PASEP

Modalidade de Aplicação: 339000 – 141

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 8.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado superávit financeiro do exercício de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 28 de dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Coronel Freitas

PREFEITURA

DECRETO Nº 7984/2017

Publicação Nº 1477627

DECRETO Nº. 7.984 14 de Dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E TAMBÉM MOVIMENTAR VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei 2.163/2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por superávit financeiro do exercício de 2016, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 257.000,00 (duzentos e cinquenta e sete mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.020 – Manutenção do Ensino Fundamental.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0001 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 180.000,00

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 15 – Urbanismo.

Sub-função: 451 – Infra- Estrutura Urbana.

Programa: 0015 – Urbanização da cidade.

Ação: 1.056 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 77.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016, conforme decreto nº. 7.734/2017.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar verba por anulação de dotação o valor de R\$ 35.750,00 (trinta e cinco mil e setecentos e cinquenta reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social.

Função: 08 – Assistência Social.

Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0023 – Proteção Social Básica.

Ação: 2.015 – Manutenção da Assistência Social.

De Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Para Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações diretas R\$ 15.000,00

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 06 – Segurança Pública.

Sub-função: 182 – Defesa Civil.

Programa: 0017 – Trânsito Seguro.

Ação: 2.048 – Manutenção do Convênio do trânsito.

De Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0055 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 750,00

Para Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0055 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 750,00

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social.

Função: 08 – Assistência Social.

Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.

Ação: 2.073 – Manutenção do CRAS/PAIF

De Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0052 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Para Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.1052 – Aplicações diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.088 – Transferência a Consórcios Públicos, Subvenções, Contribuições e Auxílios.

De Elemento: 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000 – Transferências a Consórcios Públicos.

R\$ 10.000,00

Para Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – Transferências a Instituições Privadas e Sem Fins Lucrativos. R\$ 10.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Dezembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7985/2017

Publicação Nº 1477628

DECRETO Nº. 7.985, 21 De Dezembro De 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 114/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 114/2017 – Pregão Presencial Nº. 65/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a CELSO CARLOS LEITES - ME com o item Nº: 1, no valor de R\$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Dezembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7986/2017

Publicação Nº 1477630

DECRETO Nº. 7.986, 22 De Dezembro De 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 116/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 116/2017 – Pregão Presencial Nº. 67/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a TOPE BRASIL LTDA - ME com o item Nº: 1, no valor de R\$ 18.260,00 (dezoito mil e duzentos e sessenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7987/2017

Publicação Nº 1477633

DECRETO Nº. 7987, 22 de Dezembro de 2017.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidor Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 02 de Janeiro de 2018, o cargo de Motorista, ocupado pelo servidor público municipal Nelso João Dallagasperina, a pedido, por motivo de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme benefício nº. 178.692.759-1, e de acordo com o art. 33, inciso IV da Lei Municipal nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon.

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7988/2017

Publicação Nº 1477634

DECRETO Nº. 7988 22 de Dezembro de 2017.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 02 de Janeiro de 2018, o cargo de Técnico Contábil, ocupado pela servidora pública municipal Silvana Fatima Gollo Favaretto, a pedido, por motivo de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme benefício nº. 1822260300, e de acordo com o art. 33, inciso IV da Lei Municipal nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon.

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7989/2017

Publicação Nº 1477635

DECRETO Nº. 7.989, 22 de Dezembro de 2017.
DISPÕE SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o disposto no Art. 204, parágrafo 2º da Lei Municipal Nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das autarquias e das Fundações Públicas Municipais e conforme previsto na emenda constitucional 70/2012 art. 40 § 1º da Constituição Federal;

Considerando o requerimento solicitando a complementação de aposentadoria:

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida, complementação de aposentadoria a servidora pública municipal Silvana Fatima Gollo Favaretto, enquadrado no cargo de Técnico Contábil, aposentada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme benefício nº. 1822260300.

Art. 2º. Fica obrigada a aposentada apresentar anualmente ao setor de pessoal da prefeitura municipal, o comprovante de recebimento dos proventos de aposentadoria fornecido pelo INSS, para fins de apuração da complementação devida.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7990/2017

Publicação Nº 1477636

DECRETO Nº. 7.990, 22 de Dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº. 07/2017, E DÁ,OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando a regularidade formal dos procedimentos relativos ao Processo Seletivo nº. 07/2017 – Contratação de Estagiários para o Serviço Público.

Considerando que não houve qualquer contestação, recurso, ou impugnação;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o resultado e a classificação do processo Seletivo nº. 07/2017, nos termos do quadro seguinte:

01- Estagiário Nível Superior			
Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
GABRIEL DE AZEVEDO VELHO DE OLIVEIRA	0000020	6,40	1º.
PAMELA CRISTINE BIANCHET	0000021	6,00	2º.
VANESSA REGOSO	0000055	5,60	3º.
CARLOS ZULMIR VALANDRO POZZEBOM	0000100	5,60	4º.
JOANA FAVARETTO	0000012	5,20	5º.
ANDIARA MARINA TANSINI	0000053	5,20	6º.
MARÍLIA LÚCIA THOMASINI	0000092	5,20	7º.

02- Estagiário Nível Médio Técnico			
Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
BRUNO MACHADO AMARO	0000081	5,20	1º.
KEMILLY SORANZO	0000044	5,20	2º.

03- Estagiário Nível Médio			
----------------------------	--	--	--

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
VITOR EDUARDO BRUNETTO	0000095	7,60	1º.
VITOR LUIZ TOMAZELLI	0000009	6,40	2º.
ANA PAULA SIRTULI PASA	0000049	6,00	3º.
RICARDO JOSÉ GASPARIN	0000093	5,20	4º.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2017.

Izeu jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7991/2017

Publicação Nº 1477637

DECRETO Nº. 7.991, 22 de Dezembro de 2017.

Fixa o Valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM para o ano de 2018, e da outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º. Fica fixado o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, para 2018 em R\$ 3,56 (três reais e cinquenta e seis centavos), de acordo com o artigo 251 da Lei Municipal nº. 1.315/2002 - Código Tributário Municipal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7992/2017

Publicação Nº 1477638

DECRETO Nº. 7.992, 28 de Dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº. 06/2017, E DÁ,OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando a regularidade formal dos procedimentos relativos ao Processo Seletivo nº. 06/2017 – Contratação de Servidores para o Serviço Público.

Considerando que foram recebidos e analisados pela comissão, todos os recursos apresentados pelos candidatos interessados, contra o resultado da prova prática e prova de títulos em relação aos cargos avaliados e devidamente deferidos e indeferidos.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o resultado e a classificação do processo Seletivo nº. 06/2017, nos termos do quadro seguinte:

2.1 – Professor De Educação Especial – Habilitado			
Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
ANALICE KOLING GIACOMIN	0000426	8,20	1º.

3.1 – Professor De Educação Infantil - Habilitado

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
TANIA MARCIA REES	0000129	9,65	1º.
CÁSSIA GIOTTO ZUCCO	0000216	9,45	2º.
SONISE RENATA PIAIA TASONEIRO	0000124	8,90	3º.
MARLI BELLEI GIOTTO	0000201	8,80	4º.
FERNANDA GUOLO	0000200	8,80	5º.
LEONILDA RITTER ROSA	0000061	8,30	6º.
CLAUDIA CRISTINA CHAVES	0000018	8,00	7º.
VEREDIANA MARIA GIACHINI GOLLO	0000271	7,95	8º.
ROSANA FURLANETTO BERNIERI	0000120	7,80	9º.
MICHELE BASTOS VARGAS	0000039	7,45	10º.
MAIQUELI GUSO	0000028	7,45	11º.
JULIANA FAVERO GRANDO	0000375	7,35	12º.
LAÍS PAULA PAGNUSSAT	0000081	6,95	13º.
VANESSA MACHADO POZZEBON	0000244	6,85	14º.
ANA PAULA TECCHIO BASSANI	000036	6,75	15º.
FABIANE MORETO	0000198	6,60	16º.
IOLANDA MARIA ECHER	0000362	6,55	17º.
ANA PAULA TONIOLO	0000049	6,50	18º.
CLARICE MARIA PERIM	0000298	6,20	19º.
CATARINA FERNANDA VALANDRO	0000075	6,05	20º.
SIMONE TERESA SAVOLDI	0000315	6,05	21º.
LORIANE DE LUCCA CALGARO	0000209	6,00	22º.
ANDREIA REGINA DI DOMENICO	0000204	5,90	23º.
ROSANE MARAGA	0000079	5,85	24º.
ADRIANA DE LURDES VALANDRO	0000221	5,75	25º.
LETÍCIA SUSANA DANIEL	0000113	5,70	26º.
GLAUCIELE BEVILACQUA LAZZARETTI	0000342	5,60	27º.
FRANCIELI RIBEIRO DOS SANTOS	0000345	5,55	28º.
ANGÉLICA KUNZLER	0000398	5,40	29º.
GABRIELA MASCARELO DEZORZI	0000392	5,30	30º.
ELISETTE FERNANDA GIACOMINI	0000149	5,20	31º.
FERNANDA GRANDO	0000014	4,80	32º.

3.2 - Professor de Educação Infantil – Não Habilitado

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
LUCIANA MARCHIORO	0000336	6,10	1º.
PRISCILA STANGA	0000384	5,75	2º.
VANESSA DA SILVA	0000258	5,70	3º.
GABRIELE MENEZES	0000215	5,10	4º.
THAINÁ KATHLEEN DA SILVA DA VEGA	0000263	5,05	5º.
ADRIELE MENEZES	0000212	4,60	6º.
ANGELICA AVILA	0000046	4,30	7º.
DANIELE MENEZES	0000213	4,25	8º.
JAQUELINE GIOTTO DUZ	0000167	4,00	9º.

04.1- Professor de Ensino Fundamental- anos Iniciais – Habilitado

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
SILVANI KOLLETT	0000089	11,40	1º.
CÁSSIA GIOTTO ZUCCO	0000214	11,10	2º.
SONISE RENATA PIAIA TASONEIRO	0000125	10,55	3º.
SIDINARA ANA KUNZLER	0000259	9,90	4º.
CLAUDIA CRISTINA CHAVES	0000019	9,65	5º.
VANDA INES CITADELLA PEDROSO	0000070	9,65	6º.
CATARINA FERNANDA VALANDRO	0000076	9,35	7º.
LEONILDA RITTER ROSA	0000060	9,15	8º.
FERNANDA GUOLO	0000202	9,10	9º.
IDIANE CLAUDETE PIZZI	0000278	9,00	10º.
NILSEIA APARECIDA BENTO PIVA	0000021	8,80	11º.

TANIA MARCIA REES	0000127	8,80	12º
IOLANDA MARIA ECHER	0000309	8,50	13º
IZABEL COLOMBELLI	0000183	8,50	14º
ROSANA FURLANETTO BERNIERI	0000121	8,35	15º.
LAÍS PAULA PAGNUSSAT	0000057	8,05	16º
ROSILEI FATIMA GIACOMINI	0000047	7,95	17º
FABIANE MORETO	0000199	7,70	18º.
MARISTÉLA LUNARDI DANIEL	0000269	7,55	19º.
ROSANE MARAGA	0000080	7,45	20º.
LORIANE DE LUCCA CALGARO	0000208	7,35	21º.
ANA PAULA TECCHIO BASSANI	0000037	7,30	22º.
FRANCIELI RIBEIRO DOS SANTOS	0000346	7,20	23º.
MAIQUELI GUSO	0000029	7,15	24º.
ANGÉLICA KUNZLER	0000399	7,05	25º.
MICHELE BASTOS VARGAS	0000040	6,90	26º.
JULIANA FAVERO GRANDO	0000374	6,80	27º.
SANDRA NARA DOS SANTOS PRESTES	0000232	6,75	28º.
DARIANE DALAROSA COFSEVICZ	0000163	6,70	29º.
FERNANDA GRANDO	0000016	6,45	30º.
SINDIA FRANCESCON	0000266	6,35	31º.
ARLETE REGINA MALAGUTTI NESPOLO	0000053	6,20	32º.
LUCIANE ZANELLA	0000052	6,20	33º.
NELY LUIZA VARNIER CHIARELOTTO	0000247	5,95	34º.
ADRIANA DE LURDES VALANDRO	0000220	5,75	35º.
SIMONE TERESA SAVOLDI	0000314	5,70	36º.
VANESSA MACHADO POZZEBON	0000243	5,65	37º.
DHENIFER BEDIN	0000159	5,50	38º.
TAIS MARAFON RIZZOTTO	0000086	5,25	39º.
MARLI BELLEI GIROTTO	0000203	5,15	40º.
ANDREIA REGINA DI DOMENICO	0000207	4,25	41º.

4.2 - Professor De Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Não Habilitado

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
LUCIANA MARCHIORO	0000370	6,10	1º.

5.1 - Professor De Língua Inglesa –Habilitado

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
ANDRESSA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA	0000114	8,55	1º.
CAROLINE ZUFFO	0000045	8,30	2º.

5.2 - Professor De Língua Inglesa – Não Habilitado

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
EDNA CRISTINA BIANCHI	0000074	5,30	1º.

6.1 - Professor De Educação Física –Habilitado

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
RIQUELIS VARNIER CHIARELOTTO VARGAS	0000335	9,45	1º.
MAICON ANDRÉ MAROCO	0000003	9,15	2º.
FERNANDA PIT	0000241	7,65	3º.
LUÍS CARLOS DANIEL	0000160	7,20	4º.
TACIANE BATISTA DA SILVA	0000012	5,80	5º.
TCHARLES BRUNO PLUCHINSKI	0000443	5,15	6º.
CRISTIANE MUTILLIN	0000188	5,15	7º.
ANDRE WILIAN PRIORI	0000405	4,50	8º.

06.2- Professor De Educação Física – Não Habilitado

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
ROBERTO LUIS PEDROSO	0000394	6,40	1º.
LEANDRO CARLOS LIMA	0000210	6,20	2º.
LAERCIO JUNIOR MUELLER	0000440	5,30	3º.
CRISTIANE BIAZI	0000238	5,25	4º.
JÉRSSICA POLACHINI	0000401	5,00	5º.

GILMAR GIRELLI	0000115	4,30	6º.
----------------	---------	------	-----

8.1 - Professor De Informática – Habilitado

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
IAN CARLOS CIPRIANI	0000107	7,25	1º.

8.02 - Professor De Informática – Não Habilitado

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
MARCOS MOREIRA DE OLIVEIRA	0000343	4,95	1º.

16 - Operador de Máquinas II

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
EDSON MARCOS RODRIGUES DA COSTA	0000099	7,84	1º.
ENIO LUIZ TECHIO	0000094	7,75	2º.
ZULMIR POZZEBOM	0000350	7,45	3º.
SAMIR BASSANI	0000055	7,40	4º.
ITAMAR MALAGUTTI	0000132	7,10	5º.
PHABLO DAL PIVA	0000101	7,02	6º.
OLIDES ANGELO DAL PIVA	0000102	6,84	7º.
JULIANO LEITE	0000078	6,50	8º.
TIAGO BASSANI	0000211	6,41	9º.
GENESIO HERMES CHENET	0000431	6,34	10º.
PEDRO MILANI	0000287	6,14	11º.
MARCOS MASCARELLO	0000418	5,38	12º.

03.1- Professor De Educação Infantil – Habilitado Vagas PNE

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
GLAUCIELE BEVILACQUA LAZZARETTI	0000342	5,60	1º.

01 – Coordenador Pedagógico

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
IVÂNIA DE ZORZI	0000402	8,55	1º.
ROSANGELA RAMPANELLI	0000134	8,30	2º.
BRUNA CAMILA TROMBINI SCHNEIDER	0000179	8,25	3º.
SIMONE REINEHER VIDOR	0000219	7,40	4º.
KARINE MASCARELLO	0000059	7,35	5º.
SIMONE SONISE ZUFFO	0000171	7,15	6º.
PATRICIA RODRIGUES	0000226	7,10	7º.
JÉRSSICA MASSOLINI	0000251	6,80	8º.
PAULA RITA RIBEIRO	0000344	6,75	9º.
ILIANE TEREZINHA DETONI	0000126	6,50	10º.
JÉSSICA MAILA MILANI	0000022	6,20	11º.
JANAINA FEITOSA SABOIA DE CASTRO	0000027	6,20	12º.
DANIELA DE ZORZI	0000063	5,95	13º.
MARTA ZANETTE	0000137	5,95	14º.
ELIANE AIRES	0000206	5,95	15º.
CARLINE CELLA	0000324	5,90	16º.
SIONARA BALEN	0000103	5,65	17º.
ÉDINA CRISTINA PICOLOTTO	0000316	5,55	18º.
ELESTRANA CARLA LEVER	0000225	5,05	19º.
DENISE RIBEIRO	0000367	4,50	20º.

09 – Merendeira

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
CRISTANE MAIQUEL MENDONÇA BERLANDA	0000349	9,10	1º.
ADRIANA APARECIDA DE PAULA	0000282	7,65	2º.
MARIA EDUARDA MERHET PADILHA	0000325	7,40	3º.
SIMONE TECCHIO	0000332	7,40	4º.
CLEUNICE MARIA RIBEIRO SEVERO	0000038	6,90	5º.
LEANDRA NIZZOLA	0000260	5,95	6º.

DIANA TAVARES	0000205	5,40	7º.
MARIA AMÉLIA ALVES DA SILVA	0000228	5,35	8º.
NELVA MARIA VARNIER LUDWIG	0000381	5,20	9º.
SIDIANE VIEIRA DA ROCHA	0000353	4,85	10º.

10 – Médico Clínico Geral

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
ANDRÉ MAGRI	0000064	8,60	1º.
LUAN RICARDO CARLESSP	0000280	8,60	2º.
GABRIELA FERRONATO PRETTO	0000442	8,30	3º.
EMELINE CADORE	0000151	8,30	4º.
ANDRÉ LONGONI DE SOUZA	0000083	7,75	5º.
RAFAEL LUCHETTA	0000299	7,20	6º.
DEBORA DE CESARO	0000253	7,10	7º.
JOÃO FELIPE BALENA	0000279	6,85	8º.
JUSSANI APARECIDA SPIES	0000424	6,25	9º.

11 – Assistente Social

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
PATRICIA VEDANA	0000334	8,55	1º.
ARONILDO PEREIRA FLOR	0000184	6,85	2º.
SAMILE CLAUDIA KANIA	0000290	6,50	3º.
JOZIANE SCHVARTZ	0000377	6,30	4º.
GRACIELE FATIMA MARINA	0000100	5,95	5º.
ISALETE CONSOLADORA DOS SANTOS	0000281	5,35	6º.
CRISTIANE APARECIDA MACHADO DA SILVA	0000170	5,05	7º.
ROSILEI DIAS DE SIQUEIRA	0000366	5,05	8º.
TENILE CARLA DE LIMA	0000062	5,00	9º.
VANIA REGINA DIEHL	0000407	4,55	10º.
DAIANE PICOLOTTO PAGESKI	0000434	4,30	11º.

12 – Enfermeiro

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
CAROLINE CAMILLO GRISA	0000218	7,90	1º.
RITA DE CASSIA FARIAS DE OLIVEIRA	0000329	7,70	2º.
DEIVA SIDONIA EBERHARDT ZANONI	0000348	7,40	3º.
CHEILA DE PICOLI	0000032	6,80	4º.
SUELYN PAULA GUARNIERI MARAFON	0000004	6,75	5º.
SANDRA ANDREA VELOSO	0000034	6,50	6º.
VALDECI GARCIA	0000072	6,35	7º.
JÉSSICA VANESSA CORRADI DALAZEN	0000068	6,25	8º.
JÉSSICA TOLDO	0000002	6,20	9º.
JERUSA FUMAGALLI SCHAF NUNES	0000257	6,15	10º.
GISELI SPADA	0000223	4,30	11º.
MARIANA MENDES	0000044	4,00	12º.

13 – Técnico Em Enfermagem

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
RITA PAULA ALMEIDA DA SILVA	0000082	5,15	1º.
ELAINE CATANI	0000189	4,85	2º.
CRISTIANE CHITTOLINA	0000388	4,60	3º.
PAMELA GUBIANI	0000264	4,55	4º.

14 – Auxiliar De Manutenção E Conservação

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
JOÃO ANTONIO DA SILVA	0000318	8,55	1º.
MÁRCIO ZUCCO	0000217	8,25	2º.
PABLO EDUARDO MARTELLI	0000351	8,00	3º.
RONALDO ADRIANO ARDENGI DE RAMOS	0000417	6,55	4º.
ERIC TONIOLO DE SOUZA	0000123	5,70	5º.
ALTAIR LAZAROTTO	0000415	5,45	6º.
TIAGO MENDONÇA	0000239	4,30	7º.

15 – Auxiliar De Serviços Gerais

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
MARINES SIQUEIRA	0000180	7,65	1º.
LUCIANA BATISTA DOS SANTOS	0000319	7,15	2º.
NEUSA DE LOURDES SEVERO	0000146	7,10	3º.
MARIA IZABEL BARP CHAVES	0000276	6,80	4º.
DAIANE SOARES DE SOUZA	0000193	6,30	5º.
IVANI APARECIDA PEREIRA	0000288	6,25	6º.
MARTA GONÇALVES	0000147	5,95	7º.
NEUSA MARTIM PAGNUSSAT	0000360	5,95	8º.
JOSEANE CARVALHO	0000411	5,75	9º.
CINARA APARECIDA CORRÊA	0000383	5,65	10º.
CARLA DANIEL	0000173	5,40	11º.
MARILDA ROCUNBACH	0000035	5,15	12º.
DAIANA MORAIS DA SILVA	0000025	4,90	13º.
EDIVANA VIEIRA DA ROCHA	0000333	4,85	14º.
ELENICE DE FATIMA MACHADO	0000386	4,80	15º.
CRISTIANE TRENTIN	0000428	4,60	16º.
LEONARDO DA SILVA BARÃO	0000307	4,60	17º.
NADIA CASAGRANDE	0000031	4,60	18º.
GILBERTO ANTONIO PADILHA DOS SANTOS	0000301	4,55	19º.
DEISI APARECIDA VIEIRA DA ROCHA	0000408	4,25	20º.
MAIÉLI PEREIRA ALVES DE OLIVEIRA	0000289	4,25	21º.
MIGUEL MOREIRA	0000385	4,00	22º.
LORECI PEREIRA	0000302	4,00	23º.
ANA PAULA DA ROSA	0000024	4,00	24º.
SIDINEI DUARTE	0000262	4,00	25º.

17 – Auxiliar Administrativo

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
ELIS REGINA VEDANA	0000270	8,85	1º.
ANA CASSIA GUERREIRO DA SILVA	0000236	7,40	2º.
VICTOR DAGA	0000446	7,15	3º.
NÁTALI CELLA	0000088	7,15	4º.
MARIA ISABEL BERTOZZO	0000430	7,15	5º.
CAMILA REGINA VELASCO	0000422	7,15	6º.
IVAN CARLOS KLAUS	0000414	6,65	7º.
SIONARA BERTOGLIO	0000195	6,60	8º.
ELOI LUIZ GERELLI	0000369	6,60	9º.
STELLA SMANIOTTO GRACIANI	0000412	6,60	10º.
CATIANE PAULA BALSAN	0000308	6,55	11º.
LILEINE DEBORA SOMACAL	0000152	6,35	12º.
ALAIDES BAGGIO	0000436	6,30	13º.
TAINARA CRISTINA FEIJÓ DA SILVA	0000355	6,30	14º.
DAVI SAMUEL CHAVES DA SILVA	0000439	6,05	15º.
THAINÁ DEDÉA	0000305	6,05	16º.
NILSON DOS SANTOS LOPES	0000231	6,05	17º.
BANYARA ALBERTI	0000410	6,00	18º.
MICHEL TURA SILVEIRA	0000096	6,00	19º.
NAIARA ZATTI	0000427	6,00	20º.
LUCINDA TRES	0000069	6,00	21º.
AMANDA REGINA FAVARETTO	0000224	6,00	22º.
ITAMIR SARTORI	0000185	5,95	23º.
JAQUELINE INEZ ROTTAVA	0000248	5,95	24º.
PATRIK GIACHINI	0000404	5,75	25º.
LUCIANO GEGITZ CORREA	0000275	5,75	26º.
ANDRÉIA TAVARES	0000192	5,75	27º.
FELIPE ANTONIO DEDEA	0000389	5,70	28º.
PATRÍCIA MARASCHINI	0000396	5,70	29º.
JANETE OLIVEIRA DOS SANTOS	0000444	5,45	30º.
SILVIA CIRELO DA SILVEIRA	0000254	5,45	31º.
PATRICIA APARECIDA POZZEBON	0000354	5,45	32º.

LARISSA FERREIRA DOS SANTOS	0000303	5,40	33º.
ADRIANA DE OLIVEIRA CARVALHO	0000033	5,20	34º.
RAPHAEL LANFREDI FERNANDES	0000245	5,20	35º.
WAGNER GUNNAR DA SILVA	0000317	5,10	36º.
ELISANDRA MUSKP	0000433	5,10	37º.
YURI FERRARI	0000273	4,90	38º.
ZENILDA FARIAS	0000312	4,90	39º.
CELINE FATIMA ZUCCO	0000176	4,85	40º.
CATIELEN DARA OGLIARI	0000421	4,65	41º.
WAGNER LUIS REES ROSO	0000284	4,65	42º.
HADASSAH TURA SILVEIRA	0000007	4,60	43º.
MARCIANA FARIAS TRENTIN	0000133	4,60	44º.
MAIRA JULIA CAMPOS	0000382	4,50	45º.
TATIANE ESCOBAR FEIJÓ	0000390	4,30	46º.
ELIXANDRE ANTONIO API	0000441	4,30	47º.
HERNANY AUGUSTO ZANARDI	0000423	4,05	48º.
PATRICIA STUANI	0000295	4,05	49º.

18.1 – Agente Comunitário de Saúde – Abrangendo o Centro e Parte do Bairro Passo Da Areia (MICROÁREA: 02)

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
INDIANARA BELE	0000138	7,45	1º.
AMANDA BELLAVER ZANCANARO	0000229	6,90	2º.
KARIN LIZ LOPEZ CARVALHO	0000285	5,70	3º.
KARINE ODETE VEIGA	0000294	5,20	4º.

18.2 – Agente Comunitário de Saúde – Abrangendo o Bairro Nossa Senhora aparecida e Parte do Bairro Passo Da Areia (MICROÁREA: 02)

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
KELY REGINA BELTRAME SALVADEGO	0000095	7,15	1º.
CATIANE AMELIA PADILHA	0000322	4,35	2º.

18.3 – Agente Comunitário de Saúde – Abrangendo Parte Do Centro e Parte do Bairro Três Palmeiras (MICROÁREA: 03)

Identificação do Candidato	Nº. Inscrição.	Nota Final	Classificação
NEIVA ROSSI	0000175	7,50	1º.
EDUARDA MICAELLI POLEZER MARINS	0000330	4,85	2º.
ROSELEI TERESINHA DAMBROS	0000191	4,85	3º.
ROSELI ZAMBAN	0000419	4,35	4º.
TAVANA T. BRUGNERA	0000116	4,00	5º.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de Dezembro de 2017.

Izeu jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 307/2017

Publicação Nº 1477656

DECRETO Nº 307 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a homologação do Concurso Público nº. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO a partir do dia 03 de Janeiro de 2018, para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 15 de abril de 2014), o Sr. Gilmar Antonio Brandalize, para exercer o Cargo de Agente Administrativo, pelo Provimento de cargo Efetivo.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 29 de Dezembro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

ERRATA Nº 037/2017

Publicação Nº 1477654

ERRATA Nº 037/2017 REFERENTE AO VIGESIMO TERCEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do Vigésimo Terceiro edital de chamamento de 27 de Dezembro de 2017, a qual onde lê-se:

O candidato supra relacionado deverá apresentar-se até o dia 29 de Setembro de 2017, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhado dos originais dos seguintes documentos:

Leia-se:

O candidato supra relacionado deverá apresentar-se até o dia 29 de Dezembro de 2017, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhado dos originais dos seguintes documentos:

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 29 de Dezembro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 70, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1471924

LEI COMPLEMENTAR Nº 70, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a reestruturação da organização administrativa do Poder Executivo do Município de Corupá, readequação de vencimentos de servidores públicos, alteração do Anexo XI da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica alterada a nomenclatura da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, prevista no artigo 298 da Lei Complementar nº 014/2009, de 15 de dezembro de 2009, que passa a ser denominada Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a qual abrangerá as pastas de Indústria e Comércio.

Art. 2º Fica alterada a nomenclatura do cargo de Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente que passa a ser denominado Secretário de Desenvolvimento Econômico.

§ 1º Compete ao Secretário de Desenvolvimento Econômico:

I - Desenvolver e executar a política setorial no âmbito municipal;

II - Coordenar a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, articulado com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, (CMDR);

III - Estimular a diversificação econômica e agrícola, o uso de tecnologias ambientalmente sustentáveis, compatíveis com as aptidões edafoclimáticas e de mercado;

IV - Estabelecer administrativamente o preço de pauta e as unidades de medida dos produtos agrícolas para fins de emissão da nota de produtor rural;

V - Planejar, em parceria com as concessionárias públicas, os investimentos em infraestrutura necessários na área rural para aumentar a cobertura da telefonia móvel e fixa, bem como serviços de internet, qualidade e oferta de energia elétrica;

VI - Planejar, em parceria com as concessionárias públicas, os investimentos em infraestrutura necessários na área econômica e rural para implementar o abastecimento de água potável e o saneamento residencial e das instalações agropecuárias;

VII - Planejar e coordenar o programa de habitação no meio rural em parceria com as demais secretarias municipais;

VIII - Assegurar o acesso do produtor rural, em especial dos agricultores familiares, à pesquisa e à extensão rural, bem como à sanidade agropecuária no município, através de convênios;

IX - Fomentar o intercâmbio de experiências entre os diversos setores das cadeias produtivas representativas da economia rural, através da realização de eventos técnicos e comerciais, bem como de excursões e visitas de em áreas de interesse dos produtores rurais;

X - Organizar as informações, elaborar e manter atualizado um Cadastro Multifinalitário do setor agropecuário, em especial para as atividades econômicas mais representativas;

XI - Apoiar a capacitação das famílias rurais, em especial dos jovens, através da promoção de cursos e eventos dentro e fora do município visando à agregação de renda, a melhoria dos produtos e serviços sustentáveis, com ênfase no aumento das habilidades técnicas e gerenciais;

XII - Desenvolver e executar atividades de inclusão da mulher no meio econômico e rural, buscando o fortalecimento da cidadania, dignidade humana, saúde e previdência social;

XIII - Coordenar a elaboração do Plano Municipal do Meio Ambiente, articulado com o Conselho Municipal do Meio Ambiente (Condema) e com os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental no Estado de Santa Catarina;

XIV - Desenvolver uma política econômica e ambiental que inclua a pesquisa, projetos, programas e atividades de caráter comum e essencial à qualidade e a sustentabilidade de vida no meio rural;

XV - Manter convênios, contratos e acordos para elaboração da política ambiental, em especial naqueles referentes ao controle de problemas que afetem a qualidade de vida, como as infestações de maruins e do caramujo africano;

XVI - Planejar o controle, a fiscalização ambiental, o gerenciamento do licenciamento ambiental, a avaliação dos impactos ambientais

através de convenio com os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental no Estado de Santa Catarina;

XVII - Assegurar a soberania dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos responsabilizando-se pelo seu reconhecimento no espaço territorial do município;

XVIII - Apoiar as atividades não agrícolas das famílias rurais, como o artesanato, o turismo rural e a agregação de valor dos produtos oriundos da agricultura familiar;

XIX - Promover a educação econômica e ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para o desenvolvimento econômico do município aliado à preservação do meio ambiente;

XX - Incentivar a recuperação de Área de Proteção Permanente, em especial aquelas as margens de nascentes e cursos de água, construindo e mantendo uma estrutura de produção e distribuição de mudas de espécies consideradas tecnicamente como restauradoras, além daquelas nativas;

XXI - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

§ 2º Fica alterada a nomenclatura do cargo de Diretor de Desenvolvimento Rural o qual passa a ser denominado Diretor de Desenvolvimento Econômico.

§ 3º Compete ao Diretor de Desenvolvimento Econômico:

I – Planejar, coordenar, controlar e executar programas e atividades relacionadas com o fomento à Indústria, Comércio e Agropecuária, articulando-as com as políticas regionais, estaduais e federais correlatas;

II - Manter atualizado banco de dados do Município de interesse para atração de novos empreendimentos, apresentação a instituições de fomento e outros entes e entidades públicas e privadas;

III - Adotar medidas para acompanhar o desenvolvimento social e econômico, bem como o progresso tecnológico;

IV - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Art. 4º A competência relativa à Indústria e Comércio é a de desenvolver e executar a política setorial no âmbito municipal, coordenando programas e projetos para o desenvolvimento econômico e o incremento de atividades industriais, comerciais e de serviço no Município de Corupá, assessorando e assistindo as iniciativas privadas para o desenvolvimento econômico e social localizado, objetivando a alocação de recursos humanos no âmbito da comunidade e maior geração de riquezas e bens para a população em geral, realizando levantamentos estatísticos e cadastrais quanto às atividades pertinentes objetivando, por um lado, o fomento nas áreas, e, por outro, sua adequação e observância de regulamentos administrativos.

Art. 5º Fica alterada a nomenclatura da Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, que passa a ser denominada Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, com as competências de Indústria e Comércio alocadas na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 6º Altera a nomenclatura do cargo de Secretário de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer que passa a ser denominado Secretário de Turismo, Esporte e Lazer.

§ 1º Compete ao Secretário de Turismo, Esporte e Lazer:

I - promover e estimular a prática de atividades desportivas e de lazer, em geral no município;

II - organizar eventos esportivos e de lazer, campeonatos urbanos e rurais;

III - promover estudos e efetivar a criação de áreas de lazer para a população do município;

IV - promover e estimular o turismo no município;

V - apoiar e difundir atividades desportivas e de lazer e sua prática;

VI - participar da política de construção, reparação, reconstrução e prestação de serviços de conservação de quadras de esporte e de centros de atividades desportivas de qualquer espécie;

VII - elaborar programas para a realização de festas tradicionais do Município e apoiar suas realizações;

VIII - universalizar diversões de caráter popular e promover eventos na área de lazer para a comunidade;

IX - promover ações e atividades de turismo;

X - promover cursos e eventos pertinentes a seus objetivos;

XI - firmar convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades públicas e privadas, observada a legislação pertinente, para a

consecução de seus objetivos;

XII - prestar apoio às iniciativas de turismo, esporte e lazer no município e na região;

XIII - desempenhar outras atividades pertinentes a sua competência, atribuídas pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º Ficam readequadas as remunerações dos servidores integrantes dos cargos Agente Comunitário, Agente Epidemiológico, Atendente de Berçário, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Manutenção e Conservação, Auxiliar de Serviços Gerais, Coveiro, Merendeira, Trabalhador Braçal, Vigia, Técnico em Enfermagem, Assistente de Biblioteca, Encarregado de Obras e Serviços Públicos, Jardineiro, Agente Administrativo, Desenhista, Carpinteiro, Auxiliar de Consultório Dentário, Auxiliar de Enfermagem – Estratégia Saúde da Família (ESF), Calceteiro, Pedreiro, Químico, Técnico em Segurança do Trabalho, Mecânico de Veículos e Máquinas, Inseminador, constantes no Anexo XI da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, que forem modificadas por essa Lei.

Art. 8º Fica alterado, além da remuneração, o fator de vencimento do cargo de Inseminador, que passa a ser de nível 16.

Art. 9º Fica criado o fator 55 de remuneração na estrutura do Poder Executivo Municipal, com o valor constante na tabela do Anexo XI – Tabela de Valores Remuneratórios por Fator Salarial da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

Art. 10 Fica alterado o Anexo I – Tabela de Vagas, Cargos, Funções, Jornada e Escolaridade Mínima, estabelecido na Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, ampliando a carga horária de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais do Cargo de Advogado 20h, que passa a ter remuneração prevista no fator 55 do Anexo XI – Tabela de Valores Remuneratórios por Fator Salarial da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 02 de janeiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dois dias do mês de janeiro de 2018. Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

Anexo XI – Tabela de Valores Remuneratórios por Fator Salarial da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009

FATOR	TABELA		FATOR	TABELA
1	R\$ 1.373,41		28	R\$ 2.718,21
2	R\$ 1.253,63		29	R\$ 2.955,30
3	R\$ 1.047,05		30	R\$ 2.972,38
4	R\$ 1.300,10		31	R\$ 3.126,11
5	R\$ 1.691,18		32	R\$ 3.271,93
6	R\$ 1.366,22		33	R\$ 3.510,49
7	R\$ 1.310,12		34	R\$ 3.691,37
8	R\$ 1.544,40		35	R\$ 4.236,52
9	R\$ 1.360,70		36	R\$ 4.496,77
10	R\$ 1.047,05		37	R\$ 4.783,16
11	R\$ 1.468,94		38	R\$ 4.891,11
12	R\$ 1.703,66		39	R\$ 5.158,99
13	R\$ 1.793,37		40	R\$ 5.872,67
14	R\$ 1.520,36		41	R\$ 6.491,43
15	R\$ 1.537,44		42	R\$ 6.592,55
16	R\$ 1.583,00		43	R\$ 6.692,81
17	R\$ 1.708,26		44	R\$ 8.071,58
18	R\$ 1.759,50		45	R\$ 14.349,48
19	R\$ 1.819,31		46	R\$ 13.185,08
20	R\$ 1.827,85		47	R\$ 6.376,03
21	R\$ 2.067,00		48	R\$ 7.174,73
22	R\$ 2.152,42		49	R\$ 384,36
23	R\$ 2.229,30		50	R\$ 568,00
24	R\$ 2.198,06		51	R\$ 768,72
25	R\$ 2.271,99		52	R\$ 1.153,08

26	R\$ 2.382,62		53	R\$ 3.709,28
27	R\$ 2.562,39		54	R\$ 1.786,45
			55	R\$ 5.563,92

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dois dias do mês de janeiro de 2018. Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dois dias do mês de janeiro de 2018. Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 129, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477297

DECRETO MUNICIPAL Nº 129/2017.

"DISPOE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, II da Lei nº 2.718, de 21 de dezembro de 2016, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO os recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017;

CONSIDERANDO os recursos do Superávit Financeiro do exercício de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação do Exercício de 2017 e Superávit Financeiro do Exercício de 2016 no valor de R\$ 302.105,00 (trezentos e dois mil cento e cinco reais), conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.01 – EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.0010.2.016 – Manut. das Ações do FUNDEB – Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(47) Fonte: 0.1.18.00.00 – Excesso de Arrecadação Transf. do FUNDEB R\$... 134.200,00

Proj./Ativ.: 12.361.0010.2.015 – Manut. das Ações do Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(1426) Fonte: 0.3.01.00.00 – Superávit Rec. De Imp. De de Transf. de Impostos R\$ 1.000,00

Unidade Orçamentária: 05.03 – ESPORTES

Proj./Ativ.: 27.812.0018.2.031 – Manut. das Ações do Dpto. De Desporto

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(67) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso de Arrecadação Recursos Ordinários R\$ 2.705,00

ORGÃO: 06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.040 – Manut. das Ações Gerais do Dpto. De Saúde

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(156) Fonte: 0.1.02.00.00 – Excesso Rec. De Imp. e de Transf. de Imp R\$ 69.600,00

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(1417) Fonte: 0.3.02.00.00 – Superávit Rec. De Imp. e de Transf. de Imp R\$ 5.000,00

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.043 – Manut. Das Ações do Prog. De Agentes Com. De Saúde - PACS

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(174) Fonte: 0.1.38.00.00 – Excesso de Arrecad. Transf. Do SUS R\$ 31.350,00

Proj./Ativ.: 10.305.0007.2.049 – Manut. Das Ações da Vigilância Epidemiológica

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(193) Fonte: 0.1.02.00.00 – Excesso de Rec. De Imp. e de Transf. de Imp R\$ 2.850,00

Proj./Ativ.: 10.302.0007.2.047 – Auxílio ao Hospital Comunitário – Plantão Emergencial

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(1276) Fonte: 0.1.38.00.00 – Excesso de Arrecad. Transf. Do SUS R\$ 45.000,00

ORGÃO: 07.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 15.452.0014.2.023 – Manut. das Ações do Dpto. De Planejamento e Obras

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(1436) Fonte: 0.107.00.00.00 – Excesso de Arrecadação CIDE R\$ 10.400,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, no valor de 6.000,00 (seis mil reais) será utilizado o superávit financeiro verificado no exercício de 2016 e no valor de 296.105,00 (duzentos e noventa e seis mil cento e cinco reais), será utilizado o excesso de arrecadação verificado no exercício de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 18 de dezembro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 130, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477307

DECRETO Nº 130, de 22 de dezembro de 2017.

DECRETA LUTO OFICIAL POR FALECIMENTO DE MARILEUSA MARIA ROYER BECKER, SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido LUTO OFICIAL nos dias 22, 23 e 24 de dezembro

de 2017, em todas as repartições públicas do município de Cunha Porã - SC, em virtude do falecimento da servidora pública MARILEUSA MARIA ROYER BECKER - Professora de Educação Infantil.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Cunha Porã, 22 de dezembro de 2017.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 131, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477313

DECRETO Nº 131, de 22 de dezembro de 2017.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO TURNO VESPERTINO NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído PONTO FACULTATIVO em todas as repartições públicas do município de Cunha Porã, no dia 29 de dezembro de 2017, no turno vespertino, em comemoração as festas de final de ano.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 22 de dezembro de 2017.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAER

Secretário de Administração e Finanças

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 128/2017

Publicação Nº 1477490

DECRETO Nº 128/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.
ESTABELECE PREÇOS PÚBLICOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 77 c/c o inciso I do Artigo 100 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 3º, parágrafo 1º do artigo 5º e artigo 12 da Lei Municipal nº 902 de 26 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os valores de Hora Máquina para servirem de base à cobrança de serviços prestados pelo município, bem como, para a concessão de subsídios previstos na Lei Municipal nº 902/2017.

Art. 2º. Os preços serão fixados em UFRM e sofrerão os descontos de acordo com os percentuais estabelecidos no Artigo 11 da Lei Municipal nº 902/2017, conforme segue:

ESPECIFICAÇÃO	UFRM
Serviço de Transporte de Água por Caminhão Pipa (por carga)	1,00
Serviço de Retroescavadeira (por hora)	4,10
Serviço de Rolo Compactador (por hora)	4,10
Serviço de Moto Niveladora (por hora)	2,50
Serviço de Trator de Pneus com Implementos (por hora)	4,10
Serviço de esgotamento de Poço Negro (por hora)	4,10
Serviço de Caminhão Distribuidor de Adubo Orgânico (por hora)	4,50
Serviço de Caminhão Basculante para Carga de Terra (por carga)	1,80
Serviço de Caminhão Basculante para Carga de Cascalho (por carga)	1,00
Serviço de Caminhão Basculante para Carga de Pedras (por carga)	1,80
Serviço de Caminhão Basculante (por hora)	4,10
Serviço relativo ao Enterro de Animais (por unidade)	2,00
Serviço de Escavadeira Hidráulica / Capacidade 14 Toneladas (por hora)	7,50
Serviço de Escavadeira Hidráulica / Capacidade 17 Toneladas (por hora)	8,20
Valor de mercado para produção de feno e pré-secado (por hora)	7,00

Parágrafo Único. Para fins do disposto no caput, entende-se por UFRM, a Unidade Fiscal de Referência Municipal que servirá como medida de valor e parâmetro de atualização monetária. A UFRM será atualizada anualmente por meio de decreto, tendo como base a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ocorrida no período compreendido entre os meses de dezembro do exercício pré-anterior e novembro do exercício imediatamente anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 129 de 04 de outubro de 2010.

Cunhataí, 29 de dezembro de 2017.
LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 001/2018

Publicação Nº 1477913

DECRETO Nº 001/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE O VALOR DA UFRM – UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 77 c/c o inciso I do Artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 107, § 1º da Lei Complementar nº. 001/2004;
CONSIDERANDO que a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado no ano de 2017 foi de 1,94 % (um virgula noventa e quatro por cento);

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixada a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 19,77 (dezenove reais e setenta e sete centavos), mediante a aplicação do índice acumulado do INPC de dezembro de 2016 a novembro de 2017 no montante de 1,94 % (um virgula noventa e quatro por cento).

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí, 02 de janeiro de 2018.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 245/2017

Publicação Nº 1477410

PORTARIA Nº 245 DE 29 DE DEZEMBRO 2017.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 105 da Lei Compl. nº 002/2007;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 dias de licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal LUCIANE HENSING BOITA do dia 27 de dezembro 2017 a 10 de janeiro 2018, ocupante do cargo de provimento ACT de Prof. Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal Educação Esporte e Lazer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos a 27/12/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 29 de dezembro 2017.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 246/2017

Publicação Nº 1477448

PORTARIA Nº 246/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES NO PERÍODO DE FÉRIAS DO TITULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 77 c/c o inciso I do Artigo 100 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado o servidor Maicon Luis Schmitz, ocupante do cargo em provimento em comissão de Gerente de Finanças e Tributação, como responsável pelo Setor de Compras e Licitações no período compreendido entre os dias 02 a 22 de janeiro de 2018, tendo em vista as férias do titular do cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí, 29 de dezembro de 2017.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2018

Publicação Nº 1477919

Estado de Santa Catarina
Município de Cunhataí
Aviso de Credenciamento

O Município de Cunhataí, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando credenciamento através do processo de inexigibilidade, de acordo com a Lei 8.666/93.

Processo Administrativo nº 01/2018.

Inexigibilidade de Licitação nº 01/2018.

Tipo: credenciamento.

Objeto: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA COLETA E ANÁLISE CLÍNICA DE EXAMES LABORATORIAIS NA ÁREA DE SAÚDE NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, CONFORME ENCAMINHAMENTO MÉDICO, AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Credenciamento a partir de: 08/01/2018 08:30 horas.

O Edital poderá ser obtido no site www.cunhatai.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Av. 29 de Setembro, n. 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3338-0010.

Cunhataí, SC, 02 de janeiro de 2018.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal de Cunhataí

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2018

Publicação Nº 1477928

Estado de Santa Catarina
Município de Cunhataí
Aviso de Licitação

O Município de Cunhataí, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, de acordo

com a Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 02/2018.

Modalidade Concorrência nº 01/2018.

Tipo: Maior preço por item.

Objeto: Seleção de proposta mais vantajosa, visando a permissão de uso, de espaço para exploração de copa e cozinha no Ginásio Municipal de Esportes Aloísio Klauck, localizado na Avenida 4 de Julho, Centro, na cidade de Cunhataí/SC, contendo os seguintes espaços: Bar/copa/cozinha, com uma área total de 43,96m², com a meta de atender aos usuários do espaço permitido, no qual a permissionária deverá explorar a atividade de lanchonete, lanches, bebidas e similares.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 16/02/2018.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 16/02/2018.

O Edital poderá ser obtido no site www.cunhatai.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Avenida 29 de Setembro, n. 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3338-0010.

Cunhataí, SC, 02 de janeiro de 2018.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal de Cunhataí

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2018

Publicação Nº 1477930

Estado de Santa Catarina
Município de Cunhataí
Aviso de Licitação

O Município de Cunhataí, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 03/2018.

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2018.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Contratação de empresa especializada na coleta, transporte e destinação final de carcaças de animais mortos, incluindo o fornecimento de materiais e serviços, em todo o território municipal, conforme lei nº 903/2017.

Entrega dos Envelopes: até às 09:00 horas do dia 22/01/2018.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 22/01/2018.

O Edital poderá ser obtido no site www.cunhatai.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Avenida 29 de Setembro, n. 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3338-0010.

Cunhataí, SC, 02 de janeiro de 2018.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal de Cunhataí

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

Publicação Nº 1477933

Estado de Santa Catarina
Município de Cunhataí
Aviso de Licitação

O Município de Cunhataí, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 04/2018.

Tomada de Preço nº 01/2018.

Tipo: Menor preço global.
Objeto: READEQUAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA LINHA TRÊS ROSAS.
Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 23/01/2018.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 23/01/2018.
O Edital poderá ser obtido no site www.cunhatai.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Avenida 29 de Setembro, nº 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.
Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone nº (49) 3338-0010.

Cunhataí, SC, 02 de janeiro de 2018.
LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal de Cunhataí

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2018

Publicação Nº 1477936

Estado de Santa Catarina
Município de Cunhataí
Aviso de Licitação

O Município de Cunhataí, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 05/2018.

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 02/2018.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo de transporte de passageiros para realizar o transporte escolar dos alunos que freqüentam as escolas do município. Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 26/01/2018.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 26/01/2018.

O Edital poderá ser obtido no site www.cunhatai.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Av. 29 de Setembro, n. 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3338-0010.

Cunhataí, SC, 02 de janeiro de 2018.
LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal de Cunhataí

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

PP 07-2016 E DISPENSA 06-2015 - ADITIVOS - FMAS

Publicação Nº 1477234

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 5º T.A. 006-2016 - Contrato Nº: 006/2016 FMAS
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: MARIA IRACEMA ROSA DA MAIA
Valor : 33.732,00 (trinta e três mil setecentos e trinta e dois reais)
Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE CASA ABRIGO PARA ABRIGAMENTO DE IDOSOS DO MUNICÍPIO.
Dionísio Cerqueira, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 3º T.A. 002-2015 - Contrato Nº: 002/2015 FMAS
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: ELOI DE LARA BRASIL
Valor : 18.000,00 (dezoito mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS CASA LAR, PROGRAMA CREAS (CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL) PROGRAMA PRO JOVEM E CONSELHO TUTELAR.
Dionísio Cerqueira, 29 de Dezembro de 2017

PREGÃO 03 E 67-2017 ADITIVOS - PMDC

Publicação Nº 1477363

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 5º T.A. 010-2017 - Contrato Nº: 010/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: G B VALDUGA & CIA LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 19/12/2017 Término: 22/03/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL A SER UTILIZADO EM VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA/SC.
Dionísio Cerqueira, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 1º T.A. 059-2017 - Contrato Nº: 059-2017 PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: G B VALDUGA & CIA LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 19/12/2017 Término: 08/11/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL S10) PARA USO NOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA SC
Dionísio Cerqueira, 29 de Dezembro de 2017

TOMADA DE PREÇO 91-2016 - ADITIVOS - PMDC

Publicação Nº 1477483

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º T.A. 080-2016 - Contrato Nº: 080/2016 PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: V.S.L. TERRAPLANAGEM E OBRAS LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 91/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS POLIÉDRICA, MEIO FIO E DRENAGEM PLUVIAL NA RUAS LEOBERTO LEAL, SANTOS DUMONT, SALDANHA DA GAMA E FIORELO VERONA..
Dionísio Cerqueira, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 2º T.A.081-2016 - Contrato Nº: 081/2016 PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: ROSINHO O. FERREIRA - EIRELI - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 91/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS POLIÉDRICA, MEIO FIO E DRENAGEM PLUVIAL E CALÇADAS NA RUAS LEOBERTO LEAL, SANTOS DUMONT, SALDANHA DA GAMA E FIORELO VERONA
Dionísio Cerqueira, 29 de Dezembro de 2017

Doutor Pedrinho

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO ADM Nº 01/2018

Publicação Nº 1466831

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2018

CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA.

Pelo presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que fazem entre si, de um lado, CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DOUTOR PEDRINHO - SC, representada neste ato por seu presidente, Sr. TONY TADEU NONES, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 004.027.030-06, residente e domiciliado na Rodovia Estadual SC 477, Bairro Nova Rodeio, na cidade de Doutor Pedrinho - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado o Srº FÁBIO LUIZ FUSINATO, brasileiro, casado, Técnico em Contabilidade devidamente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade, com registro sob nº SC-15.923/O, estabelecido administrativamente na Rua Petrópolis, nº 16, Apto. 303, Centro, na Cidade de Apiúna-SC, com CPF sob nº 458.695.109-53, RG nº 1.427.214 - SSP, ora em diante denominado CONTRATADO, tem entre si, como justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato tem por objeto a contratação de Profissional para Prestação de Serviços de Assessoria na Área Contábil e Orçamentária, exceto a geração e envio do e-s-finge e SICONFI:

§ 1º - A referida prestação serviço compreende as seguintes atribuições:

- Estudar, planejar, orientar, coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades da área de contabilidade e orçamento;
- Realizar estudos e pesquisas que visem o estabelecimento de instruções normativas e de procedimento, para o desenvolvimento das atividades de contabilidade e orçamentária do legislativo;
- Elaborar planos de contas e normas de trabalho de contabilidade;
- Supervisionar os serviços de contabilidade da Administração do Poder Legislativo;
- Dar parecer sobre a abertura de créditos adicionais e alterações orçamentárias;
- Efetuar os balanços da Câmara;
- Realizar o levantamento do Balanço Geral da Câmara;
- Coordenar o desenvolvimento das atividades da área da contabilidade da Câmara;
- Assinar os balanços;
- Elaborar relatórios das atividades desenvolvidas, encaminhando-os à autoridade competente;
- Realizar estudos e pesquisas para o estabelecimento de normas de contabilidade pública;
- Planejar modelos fórmulas para o uso nos serviços de contabilidade;
- Executar a atividade relacionada com a escrituração e o controle das despesas e dos bens do legislativo municipal;
- Realizar a análise contábil e estatística dos elementos integrantes dos balanços;
- Elaborar e organizar proposta orçamentária do Legislativo Municipal;
- Executar os atos necessários relacionados com a execução orçamentária do Legislativo;
- Assinar os relatórios financeiros exigidos por lei;
- Escriturar contas correntes diversas;
- Organizar boletins de receita e despesas;
- Escriturar mecanicamente notas de empenhos, liquidações e ordens de pagamentos;
- Elaborar balancetes patrimoniais e financeiros;
- Examinar empenhos de despesas, verificando a classificação e a

existência de saldos nas dotações;

w) Executar outras tarefas correlatas.

§ 2º - A prestação de serviço de que trata o § 1º, deverá ser realizado na Câmara Municipal de Doutor Pedrinho junto ao Setor de Contabilidade durante ou após o horário de expediente, de acordo com a necessidade e assessoramento quando necessário via telefone, pelo período em que durar o presente contrato.

§ 3º - As despesas referentes ao deslocamento, na participação em cursos, em palestras, e outros eventos ligados à prestação do serviço contratado, serão de inteira responsabilidade do CONTRATADO.

CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATANTE pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelos serviços efetivamente prestados, a importância de R\$ 650,00 (Seiscentos e Cinquenta Reais), e elegem como forma de pagamento através de TED ou DOC para a Conta Corrente do CONTRATADO junto ao Banco do Brasil (001), Agência 5442-9, Conta nº 5.531-X, até o ultimo dia útil do mês da prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA: A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato, não exclui e nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO nos termos da Legislação referente à licitação e contratos administrativos;

Parágrafo Único - O CONTRATADO facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CONTRATANTE designados para tal fim.

CLÁUSULA QUARTA: Dos Direitos e das Obrigações.

1- Dos direitos:

- Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas;
- Constitui direito do CONTRATADO, perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado;

2- Das obrigações: Constituem as obrigações do CONTRATANTE:

- efetuar pagamento ajustado;
- dar ao contratado as condições necessárias a regular execução do contrato.

Constituem as obrigações do CONTRATADO:

- prestar os serviços na forma ajustada;
- assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas, entre o CONTRATADO e os seus empregados:
 - cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre segurança no trabalho;
 - manter durante toda execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação;
 - assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA: Em caso de rescisão contratual por descumprimento das obrigações ora assumidas ficará o contratado sujeito a multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor total contratado, mais pena de suspensão do direito de licitar por prazo de até 02 (dois) anos.

CLÁUSULA SEXTA: A duração do presente contrato é de 12 (doze) meses, encerrando-se em 31 de Dezembro de 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA: Quaisquer das alterações do presente contrato serão objeto de Termo Aditivo, conforme Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: O presente contrato poderá ser rescindido, inclusive unilateralmente, a qualquer tempo, sem ônus para nenhuma das partes, e sem direitos rescisórios ao contratado ou obrigatoriamente se por ventura houver nomeação de profissional através de Concurso Público.

CLÁUSULA NONA: As despesas decorrentes do objeto deste contrato serão suportadas consoante orçamento da Câmara Municipal de Vereadores na dotação 3.3.90.36.00.00.00.001-Manutenção das atividades Legislativas, Serviços de Terceiros Pessoa Física, exceto as despesas indenizatórias que serão empenhadas em rubricas próprias consignadas no orçamento da Câmara.

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente contrato é celebrado com observância das disposições contidas da lei 8.666/93 e suas alterações.

As partes elegem o FORO da Comarca de Timbó-SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem às partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (duas) testemunhas instrumentais.

Doutor Pedrinho/SC, em 02 de Janeiro de 2018.

Tony Tadeu Nones

Presidente Câmara de Vereadores

Contratante

Fábio Luiz Fusinato

Técnico Contábil

Contratado

Testemunha 1: Testemunha 2:

Assessor Jurídico do Legislativo

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 2514/2017

Publicação Nº 1477429

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 2514/2017
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 50/2017
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário Por item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LAVAGEM DE VEÍCULOS PARA MANUTENÇÃO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 03 de janeiro de 2018, no site www.flordosertao.sc.gov.br, e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 12 de janeiro de 2018. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 29 dias do mês de dezembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO

CONTRATO Nº 001/2018

Publicação Nº 1474338

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 001/2018.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à avenida Flor do Sertão, 696, centro, cidade de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ n. 01.566.621/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC doravante denominado CONSORCIADO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 01.201.427/0001-10, com sede administrativa na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Renaldo

Mueller, RG: 1.658.176 e CPF: 526.329.119-15, casado, residente na Avenida José Bressan, 2265, CEP: 89895-000, Riqueza/SC doravante denominado CONSÓRCIO.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições legais estabelecidas no art. 241 da Constituição Federal, art. 8º da Lei Federal n. 11.107/2005, regulamentado pelo Decreto Federal 6.017/2007, pelo art. 41, III e IV, da Lei Federal n. 10.406/2002 (Código Civil), Lei Federal n. 8.080 (Lei Orgânica da Saúde), Lei Federal n. 8.142/90 (Participação da comunidade na gestão do SUS), subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93, no Protocolo de Intenções, que ratificado por Lei deste Município gerou o Contrato de Consórcio Público, conforme estabelecido no Contrato de Programa, o PPA, LDO e LOA deste Município, bem como o teor das cláusulas deste Contrato Administrativo de Rateio.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 2º, III da Lei n. 11.107/2005.

DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar o repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, procedimentos cirúrgicos, pessoal e manutenção de software de gerenciamento, conforme estabelecem as cláusulas oitava, II e Décima do Contrato de Consórcio Público.

DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará anualmente ao consórcio a importância de R\$ 20.256,00 (vinte mil duzentos e cinquenta e seis reais), em doze parcelas iguais e sucessivas, no valor de R\$ 1.688,00 (mil seiscentos e sessenta e oito reais), mais R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) correspondente aos EXCEDENTES a serem utilizados pelo município.

Parágrafo único – Os valores expressos nesta Cláusula, poderão ser alterados na vigência do contrato, com necessárias justificativas do advento de fato novo, que deverão ser estabelecidas em Termo Aditivo convalidado pela Assembleia Geral do Consórcio.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta - São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIADO/CONTRATANTE:

- I - ter assegurado o correspondente crédito orçamentário, à conta da dotação na Lei Orçamentária Anual do Município;
- II - empenhar os recursos necessários, garantindo o cumprimento do Contrato;
- III - cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio;
- IV - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, nos termos do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93;
- V - receber a prestação de contas e consolidar nas contas do Município;
- VI - controlar e acompanhar toda a execução do contrato.

Cláusula sexta - São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO/CONTRATADO:

- I - receber os recursos financeiros repassados pelo Município;
- II - aplicar os recursos financeiros oriundos do presente contrato, na consecução do seu objeto, observadas as normas da contabilidade pública;
- III - fornecer as informações necessárias para todas as despesas sejam consolidadas nas contas do Município.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula sétima - A despesa com a execução deste contrato correrá de acordo com a modalidade de despesa nº 3.1.71.70.01, 3.3.71.70.01 e 3.3.93.70.01, do orçamento do Município para o exercício de 2018, devendo ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar guarida às despesas decorrentes de eventuais alterações ou prorrogações deste contrato, mediante termo aditivo.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula oitava - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 677/2017, e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

3.1.71.70.01	Participação em Consórcios Públicos	R\$ 1.238,64
3.3.71.70.01	Participação em Consórcios Públicos	R\$ 1.866,96
3.3.93.70.01	Participação em Consórcios Públicos	R\$ 17.150,40

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula nona - A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo, ratificado pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. Caso os gastos anuais com os serviços sejam ultrapassados pelo Município, o valor do repasse para manutenção será alterado proporcionalmente para manter o equilíbrio entre as partes, desde que aprovados os créditos adicionais nos devidos orçamentos, revistos durante a vigência do presente contrato de rateio pelo Município, que deverá ser submetido à deliberação da Assembleia Geral do Consórcio para ratificação.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula décima - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio CIS/AMERIOS deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula décima primeira - O consorciado inadimplente com o CIS/AMERIOS será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, tendo sua senha bloqueada para agendamento.

Cláusula décima segunda - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima terceira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de dois meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Cláusula décima quarta - O Repasse mensal somente será efetuado quando o CIS/AMERIOS informar os valores com respectivos elementos econômicos para empenhamento.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quinta - Este contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro 2018, podendo ser alterado ou aditado mediante Termo Aditivo com ratificação da Assembleia Geral.

DO FORO

Cláusula décima sexta - Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sétima - E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Município de Flor do Sertão (SC) aos 02 de Janeiro de 2018.

Renaldo Mueller Prefeito de Riqueza Presidente do CONSÓRCIO CIS/AMERIOS	Sidnei José Willinghofer Prefeito de Flor do Sertão Município CONSORCIADO
---	---

Testemunhas:

Leandro Neuhaus CPF: 015.634.579-03	Diogo de Bem CPF: 010.389.549-32
--	-------------------------------------

Maria Loiva de Andrade
ASSESSORA JURIDICA MUNICIPAL

CONTRATO Nº 002/2018

Publicação Nº 1474339

CONTRATO N.º 002/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, ESTADO DE Santa Catarina, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, o Município de FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08, com sede à Av. Flor do Sertão, 696, CEP 89878-000, na cidade de FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito(a), Senhor Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste

ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 590, de 21/08/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela CONTRATADA, aos Sistemas:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

2. Gestão de Obras – G-Obras: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional – G-Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – G-Nota: permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA;

6. Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma – SINFAT: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos;

7. Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte – G-DEC: permite que os atos e termos processuais municipais sejam formalizados, comunicados e transmitidos por formato eletrônico por meio de uma caixa postal eletrônica, com acesso restrito aos usuários

cadastros e autorizados. A ferramenta garante sigilo, identificação, autenticidade e integridade das informações.

Parágrafo Primeiro.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no “Caderno de Serviços” do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

Parágrafo Segundo.

A CONTRATADA prestará, inicialmente, à CONTRATANTE, serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação aos seguintes Sistemas:

1. Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - G-CIM

2. Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - G-Simples

3. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

4. Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - G-Nota

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 10.170,00 (dez mil e cento e setenta reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 930,00

2. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00

3. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00

4. Gestão Tributária - Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - GNOTA - R\$ 3.360,00

VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2018: R\$ 10.170,00 (dez mil e cento e setenta reais)

Parágrafo Primeiro.

Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2018, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Segundo.

A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, poderá ser corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Terceiro.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento “in loco” poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80/Km) e hora técnica (R\$ 160,00).

Parágrafo Quarto.

A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica (R\$ 160,00).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 10.170,00 (dez mil e cento e setenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 847,50 (oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 0858-3, Conta Corrente n.º 203518-9, de titularidade da CONTRATANTE..

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito; e
- Ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo Único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2018, nos termos da Lei Municipal nº 677/2017 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo Primeiro.

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de exclusão, após prévia suspensão, do ente consorciado ao CIGA;
- c.1) A exclusão não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- c) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;

d) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;

e) Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;

f) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas; e

g) A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

Parágrafo Segundo.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e
- i) Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro.

Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo único.

Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiro, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS
A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste Contrato

poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e sua exclusão do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Parágrafo Primeiro.

Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo Segundo.

Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá ser excluída do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, mediante deliberação da Assembleia Geral do CIGA, precedida de processo administrativo em que seja reconhecida a justa causa para a exclusão e seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Terceiro.

As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo Primeiro.

Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) Pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo Segundo.

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo Terceiro.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Quarto.

A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo Único.

No âmbito dos programas de computador, aplicam-se, à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo Primeiro.

Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo Segundo.

Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

Parágrafo Terceiro.

A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo Quarto.

O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem

ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Flor do Sertão – SC, 02 de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER Prefeito de FLOR DO SERTÃO CONTRATANTE
GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

LEANDRO NEUHAUS Secretário de Administração
FERNANDA ROSA SOCAL Assistente Administrativo do CIGA

ANEXO I

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE

O Município de FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, constitui o Senhor Leandro Neuhaus, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 015.634.579-03 e portador da Cédula de Identidade nº 3.516.157 SSP/SC como seu representante no Contrato n.º 002/2018, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Flor do Sertão – SC, 02 de Janeiro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito de FLOR DO SERTÃO CONTRATANTE

ANEXO II

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui a Gerente Administrativa como sua representante para fiscalizar a execução do Contrato n.º 002/2017, celebrado com o Município de FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina.

Florianópolis – SC, 02 de Janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA

CONTRATO Nº 003/2018

Publicação Nº 1474340

CONTRATO Nº 003/2018
CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE

Que entre si celebram o Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Ricardo, S/N, no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 de ora em diante denominada de LOCATÁRIO, e de outro lado a empresa INFOPOINT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 06159070/0001-73, com sede na Avenida Anita Garibaldi, 340, centro, Maravilha - SC neste ato representada pelo seu sócio gerente Sr. Delvir Gheno, inscrito no CPF sob o nº 893.651.519-53, doravante denominada LOCADORA através das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a locação de software de controle de acesso a internet, com filtro de antivírus, bloqueio de spams, controle de tráfego de rede, com emissão de relatórios gerenciais de rede. O software deverá:

- Prover mecanismo de consulta às informações registradas (logs) por meio da interface gráfica de administração;
- Possibilitar o armazenamento de seus registros (log e/ou eventos) em máquina remota em plataformas Windows Server (NT/2000/2003/2008) ou Unix, através de protocolo criptografado ou SYSLOG;

EMITIR RELATÓRIOS:

- Possibilitar a geração de pelo menos os seguintes tipos de relatório, publicados em formato HTML:
- Máquinas mais acessadas;
- Serviços mais utilizados;
- Usuários que mais utilizaram serviços;
- URLs mais visualizadas;
- Categorias Web mais acessadas (em caso de existência de um filtro de conteúdo Web);
- Maiores emissores/receptores de e-mail;
- Possibilitar a geração de pelo menos os seguintes tipos de relatório com cruzamento de informações, mostrados em formato HTML:
- Máquinas acessadas X serviços bloqueados;
- Usuários X URLs acessadas;
- Usuários X categorias Web bloqueadas (quando utilizado com filtragem de conteúdo Web);
- Possibilitar a geração dos relatórios dos dois itens acima sob demanda e através de agendamento diário, semanal e mensal;
- Permitir publicação automatizada dos relatórios utilizando FTP em pelo menos três equipamentos distintos;
- Permitir exportação dos registros (logs) no mínimo em formato TXT e CSV;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica do sistema durante o período de locação será de responsabilidade da LOCADORA, (assistência técnica gratuita) prestada de acordo com as necessidades do sistema;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO

A instalação, atualização, treinamento e configuração do sistema será de responsabilidade da LOCADORA;

CLÁUSULA QUARTA- PRAZO DE LOCAÇÃO

O prazo de locação será contado a partir da data da assinatura até

31/12/2018 podendo ser renovado conforme interesse das partes.

CLÁUSULA QUINTA - DO ALUGUEL E FORMA DE PAGAMENTO

A LOCATÁRIA pagará o valor de R\$ 650,00 (Seiscentos e cinquenta reais) mensais.

Para efeitos deste contrato estima-se um valor de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido em comum acordo entre as partes, ou de acordo com a conveniência administrativa.

CLÁUSULA SETIMA- DO FORO

Fica eleito o fórum da Câmara de Maravilha - SC, que será competente para dirigir questões decorrentes do presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem juntos e contratados assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas que também assinam.

Flor do Sertão SC, 02 de Janeiro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

DELVIR GHENO
Sócio-Gerente

TESTEMUNHAS:

LEANDRO NEUHAUS
CPF: 015.634.579-03

DIOGO DE BEM
CPF: 010.389.549-32

MARIA LOIVA DE ANDRADE
ASSESSORA JURIDICA

para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

Leia-se:

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 04 de janeiro de 2018, no site www.flordosertao.sc.gov.br, e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 16 de janeiro de 2018. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de dezembro de 2017.

	DIOGO DE BEM
	PREGOEIRO

ERRATA DO PROCESSO Nº. 2513/2017

Publicação Nº 1477414

ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 2513/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 49/2017

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

1 - A presente Errata tem como objetivo alterar a data de abertura da sessão referente ao processo Licitatório nº. 2513/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 49/2017 que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, conforme abaixo:

1.1 - Alteração de data de Abertura do Certame:

Onde se lê:

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 29 de dezembro de 2017, no site www.flordosertao.sc.gov.br, e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 10 de janeiro de 2017. A abertura da sessão

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 167/PMF/2017

Publicação Nº 1477257

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 167/PMF/2017

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 167/PMF/2017, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS BRAÇAIS DE COLETA DE LIXO URBANO NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Às nove horas do dia vinte e sete do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 167/PMF/2017. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, a comissão realizou a abertura do envelope de nº. 02 – Da Proposta de Preço da licitante RADAR SERVIÇOS LTDA. O preço apresentado foi de no máximo R\$ 5.531,64 (cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos) por servente, sendo o valor máximo global para 12 meses R\$ 531.037,01 (quinhentos e trinta e um mil, trinta e sete reais e um centavo). Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta apresentada que está de acordo com as exigências do edital, sendo então a proposta válida para este processo licitatório. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa RADAR SERVIÇOS LTDA. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 27 de dezembro de 2017. VALDECIR TISCOSKI TAINARA REDIVO RENATA PEREIRA FRITZEN Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão Membro da Comissão

RADAR SERVIÇOS LTDA SEGFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA
ME

Everson Marostica

Luís Carlos Ferreira

DECRETO Nº 02 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1477931

DECRETO Nº 02 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A ANTONIO HENRIQUE FILHO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo Nº 091/2017 e de conformidade com o art. 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal e art. 31 da Lei Municipal nº 1325/2007.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição a ANTONIO HENRIQUE FILHO, brasileiro, casado, nascido em 15 de novembro de 1952, portador do CPF nº 415.513.209-59, Carteira de Identidade nº 2.579.646 SSP/SC, CTPS nº 1977595 Série 002-0, PASEP 102.64000.82-7, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 2079, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA

1- RENDA MENSAL INICIAL	R\$ 937,00
2- FATOR DE PROPORCIONALIDADE	31%
3- VALOR LÍQUIDO DO BENEFÍCIO MENSAL	R\$ 937,00
4- TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DA SEGURADA (=) tempo total líquido até 31/12/2017	10 anos 10 meses e 11 dias

Tipo de Benefício: Aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal e art.31 da Lei nº 1325/2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de Janeiro de 2018.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de Janeiro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO LANÇAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO

Publicação N° 1477425

PUBLICAÇÃO LANÇAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento, da presente constituição de crédito não tributário, pelo lançamento de Auto de Multa originário da FUNDAF – Fundação Ambiental Municipal de Forquilha.

Em acordo com a lei Municipal 494/98 art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em inscrição em dívida ativa e posterior protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO
36748	28/12/2017	551,20	ALCEU HOEPERS – ME	CONTRIBUINTE: 29773
36747	28/12/2017	8.021,80	INDÚSTRIA METALURGICA MILENIO LTDA – ME	CONTRIBUINTE: 36747

Forquilha/SC, 29 de Dezembro de 2017

Ademir Brandieli Pedro

Secretario de Adm. e Finanças.

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001_2018-FMS

Publicação Nº 1477868

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2018 - FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0001/2018 - FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, torna público a Dispensa de Licitação nº 0001/2018 cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para prestação de serviços relativos ao suporte e atualização técnica para o sistema COVS – Controle Operacional da Vigilância Sanitária. Valor total: R\$ 2.471,52 (dois mil, quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta e dois centavos), e será pago em 12 (doze) parcelas mensais iguais de R\$ 205,96 (duzentos e cinco reais e noventa e seis centavos). Empresa Contratada: HGL TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.471.338/0001-85. Fundamento Legal: Art 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 02 de janeiro de 2018.
Idione Fantinel – Secretária Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0147_2017-PMF RP 0102

Publicação Nº 1477869

Aviso do Pregão Presencial nº 0147/2017 – PMF
Registro de Preços Nº 0102/2017 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras e equipamentos de proteção individual, luvas e calçados de segurança, para uso dos servidores do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS E FME), durante o período de janeiro a dezembro de 2018. Validade da Ata de Registro de Preços: Janeiro a Dezembro de 2018. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 18.01.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 29 de dezembro de 2017.
Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

EDITAL LANÇAMENTO COLETA LIXO E ESGOTO PARA 2018

Publicação Nº 1477261

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 0001/2018

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO e o PRESIDENTE DA AUTARQUIA DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, considerando o disposto nos artigos 312 e 347 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Complementar Municipal nº 053/2003);

NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, por natureza ou acessão física, de imóveis urbanos ou urbanizáveis, situados no Município de Fraiburgo, que a Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo e a Tarifa de Serviço de Coleta e de Tratamento de Esgoto, relativos ao exercício de 2018, foram lançadas em 1º de janeiro de 2018 nos seguintes prazos e condições:

I – Valor, prazo e forma de pagamento da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo:

O valor da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo para o exercício de 2018 será de R\$ 234,84 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

- a) em um só pagamento, com desconto de 20% (vinte por cento), se recolhida até o dia 10 (dez) de fevereiro de 2018;
- b) em um só pagamento com desconto de 10% (dez por cento), se recolhida até o dia 10 (dez) de março;
- c) de forma parcelada, em até 12 (doze) parcelas, podendo ser recolhida junto com o faturamento da água.

Para pagamento de acordo com o contido nas alíneas “a” e “b”, o contribuinte deverá se dirigir até a SANEFRAI no endereço Rua Nereu Ramos nº 1061 e fazer sua opção até o dia 15/01/2018.

Não optando no prazo estabelecido, a SANEFRAI efetuará a cobrança de forma parcela em 12 (doze) vezes, no importe mensal de R\$ 19,57 (dezenove reais e cinquenta e sete centavos).

II – Tarifa de Serviço de Coleta e de Tratamento de Esgoto:

A Tarifa de Serviço de Coleta e de Tratamento de Esgoto será cobrada na fatura da água de fevereiro, relativamente ao mês imediatamente anterior à razão de R\$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos), representativo do custo com o tratamento do metro cúbico de esgoto.

O valor a ser pago pelo contribuinte terá como base de cálculo o custo da operacionalização do sistema de tratamento, levando em consideração:

- a) custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- b) custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;
- c) custo de equipamento: carro, caçamba, caminhões coletores, escavadeiras, bombas de sucção, e outros;
- d) custo de material: produtos químicos e biológicos para o tratamento de esgotos, luva, capacete, bota, uniforme, material de higiene e de limpeza e outros;
- e) custo de manutenção: peça, conserto, conservação, restauração, lavação, lubrificação, lanternagem, capotagem, pintura, locação, assessoria, consultoria, treinamento e outros;
- f) custo de expediente: informática, mesa, cadeira, caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;
- g) demais custos.

O Preço Público de Serviço de Coleta e de Tratamento de Esgotos – PPSCE será calculada através da divisão do CT – Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com o STUAI - Somatório Total das Unidades Imobiliárias Atendidas.

A tarifa de utilização dos serviços de esgoto será cobrada à razão

de 80% (oitenta por cento) sobre o volume de consumo de água efetivamente medido.

No caso do usuário dispor do sistema próprio de abastecimento de água, será considerado como volume de esgoto coletado, para efeito de cálculo da conta, o volume de água por ele utilizada, efetivamente medida ou estimada pela SANEFRAI.

Quando não for possível medir o volume consumido, por avaria do hidrômetro ou por outros motivos que impossibilitem a sua leitura, a cobrança será feita com base na média das últimas 06 (seis) medições realizadas.

Na ausência de medidores, o consumo poderá ser estimado em função do consumo médio mensal presumido, com base nas instalações físicas do imóvel.

Nos condomínios, as tarifas de todas as economias poderão ser cobradas em conta única, quando houver ligação comum de água.

No caso de serem localizados imóveis ligados às redes de água e/ou esgoto da SANEFRAI de forma clandestina, e não sendo possível verificar a data da respectiva ligação, deverão ser cobradas as tarifas de água e/ou esgoto a partir dos 6 (seis) meses anteriores à data na qual se constatou a infração, com valores atualizados, sem prejuízo da penalidade cabível.

III - Pagamento com atraso: o contribuinte que efetuar o pagamento com atraso estará sujeito, nos termos do artigo 545 do Código Tributário Municipal ao pagamento de:

- a) juros de mora no percentual igual a 1% (um por cento) ao mês ou fração deste, contados da data do vencimento até o seu efetivo pagamento, incidindo sobre o valor do crédito tributário devidamente corrigido;
- b) multa moratória em se tratando de recolhimento espontâneo,

de 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor corrigido do crédito tributário, por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento), contados da data do vencimento;

c) correção monetária, calculada da data do vencimento do crédito tributário até o efetivo pagamento, com base na variação do anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do IBGE.

IV - Falta de pagamento: sem prejuízo da suspensão dos serviços, a taxa e a tarifa não pagos nos prazos regulamentares poderão ser inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente (artigo 748, § 1º do Código Tributário Municipal). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos espontaneamente, serão cobrados judicialmente.

V - Impugnações: o tributo e a tarifa acima mencionados poderão ser objeto de impugnação até a data de 31/01/2018.

VI – Impugnação do Presente Edital: o presente edital poderá ser impugnado até cinco dias úteis da sua publicação.

Outras informações: O contribuinte poderá obter maiores informações na SANEFRAI, junto ao seguinte endereço: Rua Nereu Ramos nº 1061, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC).

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Fraiburgo, 01 de janeiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

ILDO LUCAS
PRESIDENTE DA SANEFRAI

EXTRATO DA AT17FME54

Publicação Nº 1477870

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FME54
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – FME.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: ELIZETE SCHADE KLAUS (CNPJ nº 20.727.611/0001-43).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviço de lavagem da frota do Órgão Participante (FME).

Data da Ata: 28.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 02.01.2018 a 31.12.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0286/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0142/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0098/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
1	10	Serviço	Lavação completa de motocicleta	13,92
16	60	Serviço	Lavação de aparência de automóvel	17,45
18	60	Serviço	Lavação completa de automóvel	27,92
20	60	Serviço	Lavação completa de utilitário	34,90

Fraiburgo (SC), 29 de dezembro de 2017.

João Batista Dalanhhol – Superintendente

EXTRATO DA AT17FME55

Publicação Nº 1477871

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FME54
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – FME.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: LAVAÇÃO FRAIBURGO LTDA ME (CNPJ nº 29.192.050/0001-08).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviço de lavagem da frota do Órgão Participante (FME).

Data da Ata: 28.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 02.01.2018 a 31.12.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0286/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0142/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0098/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
21	10	Serviço	Lavação completa de utilitário com lubrificação	45,00
22	10	Serviço	Lavação completa de automóvel com lubrificação	45,00
19	60	Serviço	Lavação completa de micro-ônibus	90,00

Fraiburgo (SC), 29 de dezembro de 2017.

João Batista Dalanhol – Superintendente

EXTRATO DA AT17FMS64

Publicação Nº 1477872

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FMS64
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: ELIZETE SCHADE KLAUS (CNPJ nº 20.727.611/0001-43).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviço de lavagem da frota do Órgão Participante (FMS).

Data da Ata: 28.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 02.01.2018 a 31.12.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0286/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0142/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0098/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
1	10	Serviço	Lavação completa de motocicleta	13,92
8	300	Serviço	Lavação completa de ambulância	41,86
18	550	Serviço	Lavação completa de automóvel	27,92
20	160	Serviço	Lavação completa de utilitário	34,90

Fraiburgo (SC), 29 de dezembro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA AT17PMF177

Publicação Nº 1477873

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF177
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: ELIZETE SCHADE KLAUS (CNPJ nº 20.727.611/0001-43).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviço de lavagem da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo).

Data da Ata: 28.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 02.01.2018 a 31.12.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0286/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0142/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0098/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
1	70	Serviço	Lavação completa de motocicleta	13,92
3	30	Serviço	Lavação completa de automóvel com motor	62,80
4	30	Serviço	Lavação completa de utilitário com motor	69,79
8	20	Serviço	Lavação completa de ambulância	41,86
16	125	Serviço	Lavação de aparência de automóvel	17,45
17	10	Serviço	Lavação de aparência de utilitário	20,90
18	950	Serviço	Lavação completa de automóvel	27,92
20	255	Serviço	Lavação completa de utilitário	34,90

Fraiburgo (SC), 29 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

EXTRATO DA AT17PMF178

Publicação Nº 1477874

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF178

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: LAVAÇÃO FRAIBURGO LTDA ME (CNPJ nº 29.192.050/0001-08).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviço de lavagem da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo).

Data da Ata: 28.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 02.01.2018 a 31.12.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0286/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0142/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0098/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
21	5	Serviço	Lavação completa de utilitário com lubrificação	45,00
22	5	Serviço	Lavação completa de automóvel com lubrificação	45,00
2	40	Serviço	Lavação completa de ônibus	117,00
5	10	Serviço	Lavação completa de caminhão	99,00
6	10	Serviço	Lavação completa de caminhão com lubrificação	139,50
7	10	Serviço	Lavação completa de minicarregadeira com lubrificação	211,50
9	10	Serviço	Lavação completa de caminhão com motor	135,00
10	10	Serviço	Lavação completa de retroescavadeira e carregadeira com lubrificação	315,00
11	10	Serviço	Lavação completa de trator de esteira e escavadeira hidráulica com lubrificação	430,00
12	10	Serviço	Lavação completa de trator de pneu com lubrificação	225,00
13	10	Serviço	Lavação de motor retroescavadeira e carregadeira	90,00
14	10	Serviço	Lavação de motor motoniveladora, escavadeira hidráulica e trator de esteiras	135,00
15	10	Serviço	Lavação de motor trator de pneu	50,00
19	110	Serviço	Lavação completa de micro-ônibus	90,00

Fraiburgo (SC), 29 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

EXTRATO DA AT17SF74

Publicação Nº 1477875

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17SF74

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO – SANEFRAI.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: ELIZETE SCHADE KLAUS (CNPJ nº 20.727.611/0001-43).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviço de lavagem da frota do Órgão Participante (Sanefrai).

Data da Ata: 28.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 02.01.2018 a 31.12.2018.



Processo Administrativo Licitatório: nº 0286/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0142/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0098/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
1	35	Serviço	Lavação completa de motocicleta	13,92
18	60	Serviço	Lavação completa de automóvel	27,92
20	90	Serviço	Lavação completa de utilitário	34,90

Fraiburgo (SC), 29 de dezembro de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da Sanefrai

EXTRATO DA AT17SF75

Publicação Nº 1477876

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17SF75

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO – SANEFRAI.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: LAVAÇÃO FRAIBURGO LTDA ME (CNPJ nº 29.192.050/0001-08).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviço de lavagem da frota do Órgão Participante (Sanefrai).

Data da Ata: 28.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 02.01.2018 a 31.12.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0286/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0142/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0098/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
5	80	Serviço	Lavação completa de caminhão	99,00
7	10	Serviço	Lavação completa de minicarregadeira com lubrificação	211,50
10	30	Serviço	Lavação completa de retroescavadeira e carregadeira com lubrificação	315,00
11	15	Serviço	Lavação completa de trator de esteira e escavadeira hidráulica com lubrificação	430,00

Fraiburgo (SC), 29 de dezembro de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da Sanefrai

Frei Rogério

PREFEITURA

EXTRATO - SEGUNDO TERMO ADITIVO - ATA Nº 12 - CESCA

Publicação Nº 1477567

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA Nº 12/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Segundo Termo Aditivo a ATA de Registro de Preços nº 12/2017.

Partes: Município de Frei Rogério e a empresa Cesca & CIA Ltda.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditivo de valor a ATA de Registro de Preços nº 12/2017.

Item	Valor Atual (R\$) *	Percentual do reajuste (%)	Valor reajustado (R\$)
Gasolina Comum / litro	3,96	2,53	4,06
Gasolina Aditivada / litro.	4,07	2,70	4,18
Diesel Comum / litro.	3,13	3,19	3,23
Diesel S10 / litro.	3,20	2,19	3,27

* Valor pago em decorrência do Primeiro Termo Aditivo.

Processo Administrativo nº 22/2017
Pregão Presencial nº 16/2017
Registro de Preços nº05/2017
Jair da Silva Ribeiro
Prefeito municipal

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2017 - 225 A 226

Publicação Nº 1477446

DECRETO Nº 225/2017

DISPÕE SOBRE O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – UFRM, PARA O DECORRER DO EXERCÍCIO 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 244, do Código Tributário Municipal;

Considerando o acumulado do INPC apurado pela FGV nos últimos 12 meses, período de Dezembro/2016 até Novembro/2017 (1,9400%), resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, para o decorrer do exercício 2018, fixado em 2,1093.

Parágrafo Único. Fica ainda, determinado que a presente Unidade Fiscal, deverá ser utilizada a partir do dia 18 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de dezembro de 2018.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 226/2017

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado o calendário fiscal para vigorar no ano base 2018, relativamente a obrigações constantes da Lei Municipal nº 525/2005 de 19/12/2005 - Código Tributário Municipal, estipulado conforme segue:

ISENÇÕES- IPTU- PRAZO PARA PROTOCOLO DE REQUERIMENTO DO DIA 15/01/2018 AO DIA 09/07/2018;

DATA DE RECURSO DE INDEFERIMENTO DA ISENÇÃO: ATÉ DIA 09/08/2018;

IPTU- DATA DE LANÇAMENTO: 01/02/2018 COM VENCIMENTO NOS DIAS: 10/07/2018 E 10/08/2018;

DATA DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS E DÍVIDA ATIVA: 20/09/2018;

DATA DE ENTRADA DE DÍVIDA ATIVA: 17/12/2018.

TAXA DE LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTABELECIMENTOS: LANÇAMENTO: 22/01/2018, COM VENCIMENTO PARA DIA 09/03/2018, RETIRADA DO ALVARÁ APÓS 24H DO PAGAMENTO DO BOLETO;

ISS HOMOLOGADO VENCIMENTO NO DIA 20 DE TODO MÊS.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de dezembro de 2018.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

PORTARIAS 2017 - 020 A 020

Publicação Nº 1477444

PORTARIA Nº 020/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 76 da Lei Municipal nº 520/2005 – Estatuto dos Servidores;

Resolve:

Art. 1º. Determinar férias para os servidores públicos do Município de Galvão-SC, seguindo as variações da planilha individualizada conforme segue:

FUNCIONÁRIO / SERVIDOR	ADMISSÃO	PERÍODO AQUISITIVO		SALDO	DIAS	AVOS	PERÍODO DE FÉRIAS
ADELAR GALLINA	02/01/2017	02/01/2017	01/01/2018	30	30	12	15/12/2017 A 13/01/2018
ADELMIR ANTONIO TIBES	01/03/2006	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
ADEMIR DA SILVA	05/07/2004	01/01/2016	31/12/2016	30	30	12	15/12/2017 A 13/01/2018
ADRIAMAR BEZ BATTI CONTERATTO	08/02/2008	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
ADRIANA APARECIDA LARA CUCHI	14/03/2006	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
ADRIANA DE F GROTTTO BOFF	18/02/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
ADRIANA MAINARDES DE OLIVEIRA	04/05/2015	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
ADRIELLE JAINE BERNARDO	07/03/2016	07/03/2016	06/03/2017	30	30	12	18/12/2017 A 16/01/2018
AIRTON DE OLIVEIRA MOTTA	02/10/2006	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
ALAN PAULO DIERINGS	15/08/2014	01/01/2017	31/12/2017	15	27,5	11	02/01/2018 A 16/01/2018
ALESSANDRA PAULA Q BERNARDO	02/05/2006	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	02/01/2018 A 24/01/2018
ALVANI PIETA	01/02/1994	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
ALVANIA BITNER	16/01/2012	16/01/2017	15/01/2018	30	30	12	02/01/2018 A 16/01/2018
ALZIRA PIETA GABRIEL	01/02/1994	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
AMARILDO ANTONIO PADILHA	07/03/2006	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	02/01/2018 A 31/01/2018
ANDERSON JONAR NALIN	14/12/2009	14/12/2016	13/12/2017	30	30	12	15/12/2017 A 13/01/2018
ANDREIA M SPRICIGO LEVINSKI	01/03/2015	01/01/2016	31/12/2016	15	30	12	21/12/2017 A 04/01/2018
ANDREIA M SPRICIGO LEVINSKI	01/03/2015	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	05/01/2018 A 19/01/2018
ANGELO ROSA	01/03/2006	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	15/12/2017 A 13/01/2018
ANTONIO CARLOS N LOUREIRO	02/02/2004	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	15/12/2017 A 13/01/2018
CLAUDIR DE LIMA SIQUEIRA	01/09/2014	01/09/2016	31/08/2017	30	30	12	28/12/2017 A 26/01/2018
CLEONICE SPINELLO DOS SANTOS	18/11/1993	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
CRISTINA SCOPEL DE LIMA	04/01/2010	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	01/02/2018 A 02/03/2018
DELAIDE APARECIDA DE LARA	20/03/2001	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
DENIS ALBERT SPRICIGO	01/02/2010	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	02/01/2018 A 22/01/2018
DENIS MARCOS BELLE	01/03/2016	01/03/2017	28/02/2018	30	25	10	11/12/2017 A 10/01/2018
DILCE AP DE MEDEIROS CADORE	10/02/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
DOMINGOS ROMARIO	12/08/1982	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
DOUGLAS BARTH	01/04/2015	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	15/12/2017 A 13/01/2018
EDIJANE BORELLA DE ALMEIDA	15/02/1993	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
EDIOMAR ANTONIO DE FREITAS	01/03/2006	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	05/01/2018 A 24/01/2018
EDITE DE OLIVEIRA DIAS	10/02/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
EDNILSON E DE BITENCOURT	01/03/2006	01/01/2016	31/12/2016	15	30	12	20/12/2017 A 08/01/2018
ELEZANIA LOPES PACHECO SAVIO	04/01/2010	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	02/01/2018 A 01/02/2018
ELIANE LOPES PACHECO	01/03/2002	01/03/2016	28/02/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
ELIZABETE GEMA GHELER	01/02/1991	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
ELIZANDRO ALVES CARVALHO	04/01/2010	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	01/02/2018 A 02/03/2018
ELIZANE PESSENTI DALLA SANTA	23/11/2016	23/11/2016	22/11/2017	30	30	12	01/12/2017 A 15/12/2017
EVANDRO FERNANDES ANDRE	04/12/2012	04/12/2016	03/12/2017	30	30	12	26/12/2017 A 24/01/2018
EZEQUIEL BITNER	01/10/2014	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	15/12/2017 A 05/01/2018

FABRICIO PELISSON COSSA	01/08/2014	01/08/2016	31/07/2017	30	30	12	15/12/2017 A 13/01/2018
FRANCINEIDE R BARROSO	06/04/2017	06/04/2017	05/04/2018	30	22,5	9	05/01/2018 A 19/01/2018
GEMA TEREZINHA MACULAN	15/01/2010	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
GENECI FATIMA DA SILVA	01/02/2006	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	01/02/2018 A 02/03/2018
GENECI PACHECO FRANCISCO	10/02/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
GENOEVA LURDES MACULAN	08/02/2008	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
GILMAR ALVES DA SILVA	16/02/2006	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
GREICE WOSNES	14/02/2017	14/02/2017	13/02/2018	30	27,5	11	21/12/2017 A 17/01/2018
HILARIO JOSE ROSIAK	01/02/2017	01/02/2017	31/01/2018	30	27,5	11	15/12/2017 A 10/01/2018
IDETE MARIA PADILHA MARTINS	08/02/2008	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
IDICELIA MARIA GABRIEL QUERINO	01/04/2008	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	14/12/2017 A 12/01/2018
ILONI TERESINHA PARIS	02/08/2004	01/01/2016	31/12/2016	30	30	12	15/12/2017 A 13/01/2018
IRACILDE BERTUZZI	21/03/2005	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	01/02/2018 A 02/03/2018
JANICE DE FATIMA M DE MARCHI	10/08/1992	01/01/2016	31/12/2016	30	30	12	02/01/2018 A 31/01/2018
JEAN PETERSON SPRICIGO	02/05/2008	02/05/2016	01/05/2017	30	30	12	02/01/2018 A 31/01/2018
JOAO ANTONIO DA SILVA	22/02/2010	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	15/12/2017 A 13/01/2018
JOAO MARIA CORDEIRO	04/04/2017	04/04/2017	03/04/2018	30	22,5	9	15/12/2017 A 05/01/2018
JOAO PAULO GARCIA	02/01/2017	02/01/2017	01/01/2018	30	30	12	02/01/2018 A 16/01/2018
JOCELAINE CRISTINA RENOSTTO	21/03/2005	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
JOCELI VILLA	20/03/2001	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
JOSE VERONEZ	01/03/2016	02/01/2017	01/01/2018	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
JOSEMAR DA SILVA	01/07/2016	02/01/2017	01/01/2018	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
JULIANE BALDISSERA PILATTI	01/04/2013	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
KATIA REBELLATTO WOSNES	01/02/2012	01/01/2016	31/12/2016	30	30	12	02/01/2018 A 16/01/2018
LARYSSA PACHECO	22/01/2015	02/01/2017	01/01/2018	30	30	12	21/12/2017 A 12/01/2018
LEANDRO BREANCINI	13/02/2006	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	15/12/2017 A 13/01/2018
LEONIDIO LEVINSKI	02/05/2006	01/01/2016	31/12/2016	30	30	12	08/01/2018 A 23/01/2018
LEONIR SEZER PALOSCHI	20/03/2001	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	15/12/2017 A 13/01/2018
LIDIANE G ARTUSO DE ALMEIDA	10/02/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
LORIMAR TEREZINHA ZONTA	01/12/2008	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
LOVAINE F BORELLA WOSNES	03/10/2011	22/11/2016	21/11/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
LUANA ANDREIA MORAWSKI	04/04/2016	02/01/2017	01/01/2018	30	30	12	15/01/2018 A 04/02/2018
LUCIANA RAQUEL DIDONÉ	10/02/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
LUCIANE FRESCHI BERNARDO	01/04/2008	01/04/2016	31/03/2017	30	30	12	02/01/2018 A 01/02/2018
LUCIANO CIVIDINI	01/10/2014	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	15/12/2017 A 13/01/2018
LUIZ CARLOS LIMA PRATES	06/02/2002	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	01/02/2018 A 02/03/2018
MARCELLI POSSAN DE FREITAS	10/02/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
MARCIANO A CARLOS A MOREIRA	01/09/2014	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
MARCIO ARI MARCOS MOREIRA	01/11/2003	01/11/2015	31/10/2016	30	30	12	15/12/2017 A 14/01/2018
MARCIO ARI MARCOS MOREIRA	01/11/2003	01/11/2016	31/10/2017	30	30	12	15/01/2018 A 31/01/2018
MARCOS ANDRE COSSA	03/02/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	04/01/2018 A 23/01/2018
MARIA DE LOURDES REITZ GARCIA	18/02/2003	01/01/2016	31/12/2016	30	30	12	26/12/2017 A 25/01/2018
MARIA IRMA DE MOURA FERREIRA	01/03/2010	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
MARILUCIA COSSA BERTUZZI	20/01/2010	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
MARIVONE MARCANSSONI	27/07/2009	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
MARTA BORELLA DE CAMPOS	04/01/2010	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	02/01/2018 A 01/02/2018
MATEUS BUTTNER	01/11/2016	02/01/2017	01/01/2018	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
MIRIAM RODRIGUES	12/01/2015	12/01/2017	11/01/2018	30	30	12	01/11/2017 a 01/12/2018
NADIR LUCIA TOSO	04/05/2015	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
NALDIANE BORELLA	08/02/2008	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018

NEDIO CLER CAZARIN	10/09/2013	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	26/12/2018 A 24/01/2018
NOELI VILLA	10/02/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
ODETE MARIA CESARIO DA SILVA	19/09/2012	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
OLEI CAMPOS SANTIN	08/02/2008	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
PAULINHO TELES DE LIMA	01/02/2010	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
PAULINO QUERINO DOS SANTOS	11/01/2016	11/01/2016	10/01/2017	15	30	12	10/01/2018 A 24/01/2018
RAPHAELA RENATA PALAURO	15/09/2014	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2018 A 19/01/2018
RENATA LOUREIRO	01/04/2008	01/04/2016	31/03/2017	30	30	12	02/01/2018 A 01/02/2018
ROBERVAL DALLA CORT	01/04/2006	01/01/2016	31/12/2016	30	30	12	08/01/2018 A 23/01/2018
RODRIGO PARIS BERTOLIN	01/02/2010	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	15/12/2017 A 13/01/2018
RONIE MARCELO TOIGO	01/03/2006	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	17/01/2018 A 15/02/2018
ROSA MARIA RAMALHO	05/07/2017	05/07/2017	04/07/2018	30	15	6	22/01/2018 A 05/02/2018
ROSE ESTER MIGLIORETTO	13/02/2004	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
ROSEMERI TEREZINHA PIOVEZANA	16/05/2008	02/01/2017	01/01/2018	30	30	12	02/01/2018 A 01/02/2018
ROSEMIRO THIBES	13/08/2014	01/02/2017	31/01/2018	30	27,5	11	15/12/2017 A 13/01/2018
ROZECLER CAPELLI	01/03/2004	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	02/01/2018 A 01/02/2018
SAMUEL AFONSO BITNER	01/03/1992	01/03/2016	28/02/2017	30	30	12	11/01/2018 A 30/01/2018
SANDRA M RAVARENA BORDIM	18/12/2009	18/12/2016	17/12/2017	30	30	12	01/12/2017 a 31/12/2017
SANDRA MARIA TURMINA	01/10/2014	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	02/01/2018 A 16/01/2018
SAYONARA R DALLA CORT BITNER	10/02/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
SEDIANE L DALLA CORT REBELATTO	10/02/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
SIDINEI MARIANO DA COSTA	01/09/2014	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
SIDNEI BERTUZZI	04/01/2017	04/01/2017	03/01/2018	30	30	12	21/12/2017 A 09/01/2018
SILVANA DO CARMO GRIGOLO	10/02/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
SILVANA TEREZINHA DE QUADROS	15/01/2010	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
SILVANE ADAIL VALENCIO	01/06/2004	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
SILVANE ALICE MAY BUTTNER	01/03/2004	01/01/2016	31/12/2016	15	30	12	02/01/2018 A 16/01/2018
SILVANE ALICE MAY BUTTNER	01/03/2004	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	17/01/2018 A 31/01/2018
SOELI CORDEIRO SOARES	18/11/1993	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
SUZANA FREZZA SAVIO	01/02/2017	01/02/2017	31/01/2018	30	27,5	11	26/12/2017 A 21/01/2018
TEREZINHA DE F B DA SILVA PAIM	07/03/2005	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
TEREZINHA DE OLIVEIRA MOTTA	20/03/2001	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	01/02/2018 A 02/03/2018
VALDECIR DO NASCIMENTO	01/09/2014	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
VALMIR JOSE MARTINS	01/08/2006	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
VANESSA LINHARES GUSTHMANN	04/01/2010	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	01/02/2018 A 02/03/2018
VERA LUCIA RIBEIRO	10/02/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
VERONICA WILLER	01/03/2007	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
VILMA LAUX BETT	01/09/2003	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018
ZELI PACHECO	03/05/2017	03/05/2017	02/05/2018	30	20	8	26/12/2017 A 14/01/2018
ZENAIDE MARIANO DA COSTA	01/04/2013	01/01/2017	31/12/2017	30	30	12	21/12/2017 A 19/01/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 15 de dezembro de 2017.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

Garopaba

PREFEITURA

ATO 024 EDITAL DE INTIMAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

Publicação Nº 1477392

ATO Nº 024/PS/001/2017

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Prazo do Edital: 10 (dez) dias

O Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2017 e demais legislação vigente,

FAZ SABER a todos que interessar possa que os cadernos de prova escrita do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, relativamente aos cargos cujo resultado final foi homologado por meio do Decreto nº 133, de 07 de agosto de 2017, exceto os "sob judge", estão sendo encaminhados para destruição, estabelecendo-se o prazo do edital, para manifestação de interesse quanto aos referidos objetos, tudo em conformidade com o subitem 18.11, do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017.

Garopaba, 29 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Ato no DOM/SC em 02/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CONVOCAÇÃO 133/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 1476373

CONVOCAÇÃO 133/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

RENATA DA ROCHA

Candidato(a): 257000

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 H

Classificação: 50º LUGAR

Garopaba, 28 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 50º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 134/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 1476376

CONVOCAÇÃO 134/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

CHIRLEM PACHECO CARDOSO

Candidato(a): 243725

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 H

Classificação: 51º LUGAR

Garopaba, 28 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 51º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 2096, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1477461

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.096, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017. ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS A LEI COMPLEMENTAR Nº 1.701, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013, QUE "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA/SC, SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E dá outras providências".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O art. 20 da Lei Complementar n.º 1.701/2013 passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

Art. 20. A Secretaria Municipal de Orçamento e Contabilidade é composta pela seguinte estrutura hierárquica e organizacional:
I - Secretário Municipal de Orçamento e Contabilidade (...)
c.) Coordenadoria de Tesouraria

Art. 2º. Fica criado o cargo de Coordenador de Tesouraria, com funções junto a Diretoria Executiva de Tesouraria.

Art. 3º. A Tabela de Cargos, existente no Anexo Único, da Lei Municipal n. 1701/2013, passa a vigorar acrescida do seguinte cargo:

I – Coordenador de Tesouraria, com 01 (uma) vaga, carga horária de 40(quarenta) horas semanais, remuneração de R\$ 3.014,04 (três mil e quatorze reais e quatro centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Orçamento e Contabilidade;

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 5º. Esta Lei entre em vigor nada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de dezembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 2092, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1477447

LEI Nº 2.092, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS NO MUNICÍPIO, INSTALAREM SANITÁRIOS PARA OS USUÁRIOS”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam as instituições bancárias e financeiras instaladas no Município de Garopaba obrigadas a instalar, em suas agências e postos de atendimento ao público, sanitários femininos e masculinos, e bebedouros para a utilização gratuita de seus usuários, bem como as pessoas com necessidades especiais e/ou com mobilidade reduzida.

Art. 2º. O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará pena de multa diária de 100 UFIRS – Unidade Fiscal de Imposto de Renda – por agência bancária e financeira ou posto de atendimento, onde não houver sido instalado o benefício, até que este seja implantado.

Art. 3º. Na hipótese de não serem atendidas as determinações constantes desta Lei, mesmo após a aplicação das multas mencionadas no artigo 2º, as instituições bancárias e financeiras terão o seu alvará de funcionamento suspenso pelo prazo de até 30 (trinta) dias e, persistindo a infração, a cassação em definitivo do alvará de funcionamento.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de dezembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 2093, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1477451

LEI Nº 2.093, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

“INSTITUI O ANO DOS AÇORES EM GAROPABA: COMEMORATIVO AOS 270 ANOS DA CHEGADA DOS AÇORIANOS.”

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Município o ano de 2018 como “Ano dos Açores: Comemorativo aos 270 anos da chegada dos primeiros açorianos a Santa Catarina.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de dezembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 2094, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1477454

LEI Nº 2.094, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 2.081/2017, QUE DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogado o § 2º. do artigo 2º, da Lei Municipal n.º 2.081, de 01 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de dezembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 2095, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1477457

LEI Nº 2.095, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE MULTA E JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS VENCIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reduzir no período de 01/01/2018 à 20/12/2018, em 90% (noventa por cento) para o pagamento à vista, e 70% (setenta por cento) para parcelamento em até 24 (vinte e quatro) vezes, as multas e juros de mora, previstos no artigo 125 do Código Tributário Municipal, incidentes sobre os créditos tributários, inclusive os ajuizados, parcelados e vencidos até 31/12/2017, observados os seguintes critérios:

I - Débitos inscritos em dívida ativa cujos valores atualizados não excedem a 1107 UFIR, poderão ser parcelados em até 10 (dez) vezes;

II - Débitos inscritos em dívida ativa cujos valores atualizados excedam a 1107 UFIR, poderão ser parcelados em até 24 (vinte quatro) vezes.

Parágrafo único. O valor das parcelas não poderá ser inferiores a 10 UFIR.

Art. 2º. Para beneficia-se desta Lei, o contribuinte deverá pagar às custas judiciais, por ventura existentes, se o crédito estiver ajuizado.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2018.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2097, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1477464

LEI Nº 2.097, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 655, DE 24 DE AGOSTO DE 1999, E dá outras providências.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Quadro I, Efetivos, da Lei Municipal n.º 655, de 24 de agosto de 1999, fica acrescido dos seguintes cargos:

FUNÇÃO	SAL. EM R\$	N.º DE VAGAS
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E MUSICALIZAÇÃO – 20 HORAS	1.195,38	01
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E MUSICALIZAÇÃO – 40 HORAS	2.390,76	01

Art. 2º. O Quadro III, Função e Habilitação, da Lei Municipal n.º 655, de 24 de agosto de 1999, fica acrescido dos seguintes cargos:

FUNÇÃO	HABILITAÇÃO
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E MUSICALIZAÇÃO – 20 HORAS ministrar aulas conforme projeto de contação de histórias e musicalização de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas habilidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.	Curso Superior Completo com Licenciatura na área de Educação; Cursos de formação e capacitação na área de contação de histórias e ou musicalização; Tempo mínimo de exercício profissional comprovado na área de contação de histórias e ou musicalização de 2 (dois) anos;

PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E MUSICALIZAÇÃO – 40 HORAS ministrar aulas conforme projeto de contação de histórias e musicalização de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas habilidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Curso Superior Completo com Licenciatura na área de Educação; Cursos de formação e capacitação na área de contação de histórias e ou musicalização; Tempo mínimo de exercício profissional comprovado na área de contação de histórias e ou musicalização de 2 (dois) anos.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 4º. Esta Lei entre em vigor nada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO 001/2018

Publicação Nº 1477632

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001 DE 2018.

Termo de Contrato de Locação de Sistema de Sítio Eletrônico e de Processo Legislativo/Administrativo em plataforma WEB, celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, e a Empresa IGAM CORPORATIVO CURSOS E ASSESSORIA S/S LTDA - EPP, resultado do Pregão Presencial 01/2017.

NOME E QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 81.144.610/0001-60, com sede nesta cidade, na Rua Castro Alves, 44, centro, Garuva – SC – CEP 89.28-000, adiante denominado simplesmente CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Oziel Fernandes Mattos, portador do CPF 902.353.399-20.

CONTRATADA: IGAM CORPORATIVO CURSOS E ASSESSORIA S/S LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o 07.675.477/0001-16, com sede em Rua dos Andradas, 1560 - Centro, Porto Alegre - RS, CEP 90026-900 (Galeria Malcon), adiante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio Sr. ANDRÉ LEANDRO BARBI DE SOUZA, portador do CPF 486.043.990-20.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado descrito abaixo, mediante Licitação, na modalidade de "Pregão", tipo menor preço global, sob o nº 1/2017, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, demais legislações pertinentes e, ainda, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA I: DO OBJETO

1.1. Constitui o presente objeto a Implantação e Locação de Sistema de Sítio Eletrônico e de Processo Legislativo/Administrativo em plataforma WEB, com envio em tempo real para o Portal Legislativo, com o intuito de automatizar e informatizar todo o trâmite legislativo e administrativo da Câmara Municipal de Garuva, o que inclui: treinamento, transmissões das Sessões Legislativas em Áudio e Vídeo; o Portal para o Processo Legislativo, integrando as informações do sistema e atendendo as exigências da Legislação; o Gerenciador Eletrônico de Documentos; a Gerência de Gabinetes dos Vereadores; o SIC/Ouvidoria; a Certificação Digital de Documentos, e o todo previsto no ANEXO deste instrumento, qual seja, ANEXO I do Edital de Pregão Presencial 01/2017.

CLÁUSULA II: DA VIGÊNCIA

2.1. A duração do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo legal de 48 (quarenta e oito) meses, previsto no Art. 57, inciso IV da Lei 8.666/1993.

2.2. Os pagamentos pelos serviços prestados serão efetuados conforme determina a cláusula sexta e serão realizados somente após o início dos serviços.

CLÁUSULA III: DA EXECUÇÃO

3.1. Os serviços de responsabilidade da CONTRATADA, mencionados na Cláusula Primeira deste contrato, deverão abarcar e envolver todas as previsões do Edital e deste Contrato.

CLÁUSULA IV: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) realizar a implantação do sistema dentro de no máximo 20 (vinte) dias contados da assinatura deste instrumento. Os procedimentos que porventura tiverem que se realizar na sede da Administração deverão ocorrer no horário regular de funcionamento, qual seja, de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h;
- b) realizar a conversão de toda a base de dados existente na Câmara Municipal de Garuva, sem nenhuma perda de dados.
- b.1) Tal serviço deverá ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura deste Contrato, extensível a mais 20 dias, caso haja necessidade, através de requerimento da empresa e aceitação da Administração;
- c) cumprir, na sua integralidade, as especificidades técnicas contidas no Edital, a que está vinculado este Contrato;
- d) não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente Contrato;
- e) executar satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais o serviço ajustado nos termos da cláusula primeira;
- f) utilizar, na execução do serviço contratado, pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
- g) manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) manter o(s) servidor(es) da CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento do projeto, prestando-lhe(s) as informações necessárias;
- i) responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução deste contrato;
- j) desenvolver todas as atividades constantes no Contrato e no Edital a que está vinculado e seguir as especificações funcionais do mesmo;
- k) prestar suporte técnico na forma e nos prazos estabelecidos no Edital;
- l) tratar como confidenciais informações e dados contidos nos sistemas da Administração Municipal, guardando total sigilo perante terceiros, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;
- m) indenizar imediatamente danos ou prejuízos eventualmente causados por seus empregados às instalações, mobiliários, máquinas e todos os demais pertences da CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, ainda que involuntários, incluídas as hipóteses de perda ou extravio;
- g) prestar informações ou esclarecimentos, bem como apresentar documentos contábeis ou financeiros, sempre que solicitado pela CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA;
- h) entregar, à fiscalização contratual, relação dos técnicos que executarão os serviços, objeto deste Contrato, contendo nome completo, e-mail e telefone para eventuais contatos;
- i) guardar sigilo absoluto sobre os detalhes e dados do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no Contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato, conforme as disposições legais pertinentes;
- j) garantir a ininterrupção de todos os serviços durante a vigência do contrato;

CLÁUSULA V: DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA**5.1. A CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA obriga-se a:**

- a) oferecer as condições necessárias para a perfeita execução dos trabalhos;
- b) fornecer os elementos básicos e dados complementares necessários à prestação dos serviços, assim como dispor de equipamentos de informática adequados para instalação do sistema, quando necessário;
- c) cumprir todas as orientações e procedimentos técnicos especificados pela CONTRATADA, mediante o devido acompanhamento e fiscalização por parte do responsável;
- d) notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços;
- e) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida na cláusula sexta;
- f) facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções;
- g) designar um servidor devidamente capacitado para acompanhar a implantação do sistema e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa do projeto;
- h) responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema;
- i) assegurar a configuração adequada de máquina e instalação do sistema;
- j) dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos;
- k) suspender o pagamento da(s) nota(s) fiscal(ais)/fatura(s) sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da CONTRATADA, até a total regularização.

CLÁUSULA VI: DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO

6.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, mediante apresentação das notas fiscais/faturas o valor de R\$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais) anual referente aos objetos deste CONTRATO.

6.1.1. No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas de prestação de serviços, dentre eles, direitos trabalhistas, encargos sociais, seguros, transportes, impostos, taxas, e, quaisquer outros benefícios e custos, bem como as demais despesas necessárias à perfeita conclusão do objeto contratado. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

6.1.2. As partes pactuam, de comum acordo, pelo não pagamento de qualquer valor a título de implantação dos sistemas, a bem do serviço público.

6.2. A despesa deste objeto será deduzida das seguintes dotações:
- 3.3.90.39.11 – Locação de Softwares.
- 3.3.90.39.08 – Manutenção de Software.

6.3. Notas fiscais eletrônicas/faturas e demais documentos deverão ser enviadas para o correio schutz@camaragaruva.sc.gov.br, até o penúltimo dia útil do mês.

6.4. O pagamento mensal dos serviços prestados será realizado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, com a devida apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

6.5. Na ocorrência de erros quanto ao preenchimento da Nota Fiscal/Fatura, somente será efetuado o pagamento após feitas as correções, no prazo de até 5 dias úteis.

CLÁUSULA VII: DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

7.1. Os preços dos serviços e produtos aqui contratados são fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses da execução deste contrato, exceto em caso de aditamento do objeto, quando se reajustará conforme disposto no item 7.2 desta cláusula.

7.2. O valor contratual poderá ser reajustado após 12 (doze) meses de vigência, pelo índice IPC-Fipe, ou por outro índice oficial que por ventura venha substituí-lo, mediante TERMO ADITIVO a ser firmado entre as partes.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

CLÁUSULA VIII: DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A relação civil existente entre a contratante e a CONTRATADA nada tem a ver com o regime trabalhista existente entre os empregados designados para a sua execução e a CONTRATADA, nos termos da legislação trabalhista e tributária, conforme determina o art. 71 da Lei 8.666/93. Não cabe à Administração responsabilidade solidária ou subsidiária pelo descumprimento por parte da CONTRATADA dessas obrigações.

8.2. A Administração, através do Fiscal do Contrato, deverá comunicar à CONTRATADA, situações ou fatos que prejudiquem ou venham a prejudicar a execução dos serviços, determinando as providências que entenderem ser necessárias à sua solução, devendo a CONTRATADA, salvo motivo de força maior, atender de imediato o determinado pela Administração, de modo a não comprometer ou prejudicar as atividades da repartição.

8.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo do empregado por ela designado na execução do contrato.

8.4. A Administração nomeará um servidor lotado em sua repartição, denominado Fiscal de Contrato, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

8.5. O servidor designado pela Administração para a função de fiscal do contrato, exercerá acompanhamento e a fiscalização do contrato, registrando as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à Assessoria Jurídica da Casa e a CONTRATADA as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

8.6 A contratante exercerá fiscalização permanente sobre os serviços executados pela CONTRATADA, objetivando:

- 8.6.1. Manter o elevado padrão de qualidade dos serviços prestados; e
- 8.6.2. Observar o cumprimento das disposições contidas no contrato que originou a contratação.

8.7. A CONTRATADA deverá manter permanentes contatos com a fiscalização da Câmara de Vereadores, para a solução dos problemas que eventualmente surgirem.

8.8. As providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do contrato deverão ser comunicadas por este, em tempo hábil à Direção da Câmara Municipal de Garuva, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato.

8.9. A fiscalização será exercida no interesse da CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA.

8.10. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto

do Edital, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA.

8.11. Qualquer fiscalização exercida pela CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela prestação dos serviços e não exime a CONTRATADA de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA IX: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1. Em conformidade com o art. 65, II da Lei 8.666/93, caso sejam necessárias alterações no presente contrato, as mesmas serão objeto de estudo mútuo entre as partes e poderão ser realizadas mediante termo aditivo.

CLÁUSULA X: DA HIPÓTESE DE RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. São motivos ensejadores da rescisão contratual, sem prejuízo dos demais motivos previstos em lei e neste instrumento:

- a) descumprimento de cláusulas contratuais ou das especificações que norteiam a execução do objeto do contrato;
- b) o desatendimento às determinações necessárias à execução contratual;
- c) a prática reiterada, de atos considerados como faltosos, os quais devem ser devidamente anotados, nos termos do §1º do art. 76 da lei federal 8.666/93;
- d) a dissolução da sociedade, a modificação da modalidade ou da estrutura da empresa desde que isso venha a inviabilizar a execução contratual;
- e) razões de interesse público, devidamente justificados;
- f) a sub-contratação parcial ou total, cessão ou transferência da execução do objeto do contrato;
- g) a rescisão poderá ocorrer também por ato unilateral, nos casos elencados no art. 78, inciso I a XII, da lei 8.666/93.

10.2. As partes poderão, observada a conveniência segundo os objetivos da administração promover a rescisão amigável do contrato, através do próprio termo de distrato.

10.3. Fica acordado entre as partes que se a rescisão contratual ocorrer por interesse da CONTRATANTE, fica esta obrigada a comunicar por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA XI: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11. São aplicáveis pela CONTRATANTE as seguintes sanções administrativas:

11.1. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes;

11.2. Multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de atraso no cumprimento das obrigações previstas na cláusula IV, limitada a 10%.

11.3. Multa correspondente a 10 (dez) por cento sobre o valor total da última nota fiscal emitida, quando:

- a) os serviços não forem executados, ou houver negligência na execução, de acordo com as especificações da proposta apresentada do Contrato;
- b) se negar a corrigir deficiências ou se negar a refazer os serviços solicitados pela Câmara;
- c) houver a suspensão ou interrupção do serviço contratado, quando ultrapassado o período de 30 (trinta) minutos, contados da data da abertura de chamado. Ultrapassado o período, poderão haver tantas multas, por períodos de 30 (trinta) minutos de atraso, até

que se restabeleça totalmente o serviço, salvo motivo de força maior;

d) houver inexecução total ou parcial do que foi proposto ou contratado;

e) houver descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente.

11.4. Em caso de rescisão unilateral prevista na alínea g, da cláusula décima, poderá o CONTRATANTE:

11.4.1. aplicar multa de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato devidamente atualizado, independente de outra(s) que já tiver(em) sido aplicada(s);

11.4.2. e determinar a suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Garuva por período não inferior a 01 (um) ano.

11.4.3. emitir declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

11.5. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento seguinte a que a CONTRATADA tiver direito.

11.6. O CONTRATANTE poderá cobrar o valor das multas administrativa e judicialmente.

11.7. O pagamento de multa pela CONTRATADA não a exime da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que o produto acarretar ao contratante.

11.8. Nenhuma penalidade poderá ser aplicada, sem o prévio e justo processo administrativo.

11.9. O processo administrativo iniciará com o recebimento de notificação pela CONTRATADA.

11.10. No caso de aplicação de multa, a CONTRATADA terá o prazo de dez dias para recolher a importância arbitrada, conforme a infração, contados do recebimento da notificação.

11.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, podendo a Câmara Municipal de Garuva efetuar as devidas compensações para quitação dos débitos.

11.12. As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.13. Aquele que falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital, no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA XII: DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

12.1. A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, nem poderá subcontratar os serviços ora contratados.

CLÁUSULA XIII: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Durante a execução do contrato, a CONTRATADA se obriga a

manter todas as condições de habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira, regularidade fiscal, previdenciária e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF/88.

13.2. Aplicam-se, no que couber, as disposições contidas em especial, nos artigos. 77, 78, 79, 80, 81, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.3. Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada, telegrama, fax ou e-mail, na sede das partes contratantes.

13.4. Respeitadas as disposições deste Contrato, passa a fazer parte integrante deste Instrumento, e terá plena validade entre as partes contratantes, a proposta da CONTRATADA e o edital que originou a contratação.

CLÁUSULA XIV: DO FORO

14.1. É competente o Foro da Comarca de Garuva/SC para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Contrato, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que lido e achado conforme vai assinado pelas partes e por 2 (duas) testemunhas.

Garuva, 2 de janeiro de 2018.

Oziel Fernandes Mattos

Presidente Mesa Diretora

Câmara Municipal de Garuva

IGAM CORPORATIVO CURSOS E ASSESSORIA S/S LTDA

André Leandro Barbi de Souza

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016 CIGA

Publicação Nº 1477301

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 01/2016 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 01/2016.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

PROCESSO Nº 01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 01/2016 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 01/01/2018, sendo sua vigência até 31/12/2018, sendo o valor deste Termo aditivo para o ano de 2018 de R\$ 9.570,00 (Nove mil quinhentos e setenta reais) e se sujeita as mesmas condições do contrato. O contrato tem por objeto a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 113/2017

Publicação Nº 1477657

JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 113/2017

PROCESSO: 113/2017

0.1 OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS E/OU REMOVIDOS DE CIRCULAÇÃO POR INFRAÇÕES E MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, EM PÁTIO OU ÁREA DESTINADA PARA ESSE FIM, DENTRO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, PELO PERÍODO DE 10 (DEZ) ANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO EDITAL.

LICITANTES:

TIJUCAS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS LTDA

RESGATE IMEDIATO LTDA – ME

PARKING & GUARDA DE VEICULOS LTDA

ANALISANDO AS DOCUMENTAÇÕES JUNTAMENTE COM AS ALEGAÇÕES DAS EMPRESAS, A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DEU INÍCIO AO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO PROCESSO 113/2017 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA 113/2017. APÓS A ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO, OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ASSIM JULGARAM:

-A EMPRESA TIJUCAS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS LTDA, APRESENTOU O CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO DO PÁTIO, QUE EMBORA SEJA DE 5 ANOS FALTAM APENAS 1 ANO e 2 MESES PARA O TÉRMINO. ASSIM, É INFERIOR AO PRAZO DE 2 ANOS EM DESCONFORMIDADE COM O EDITAL, QUE REQUISITAVA:

“7.1.3.4–Declaração formal, emitida pela empresa licitante, que dispõe ou que disporá em até 60 (sessenta) dias da assinatura do futuro Contrato, no mínimo, os itens abaixo:

a) Imóvel próprio ou locado por prazo não inferior a 02 (dois) anos, localizado a, no máximo, 50(cinquenta) quilômetros de distância da sede da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC localizada a Praça VI de Novembro, nº 01, Ganchos do Meio, com dimensões suficientes a atender o disposto neste edital e na Lei Municipal, devidamente comprovado através da matrícula do imóvel, certidão narrativa de ação de usucapião em caso de posse do imóvel ou de contrato de locação, admitindo-se, para fins de habilitação, uma proposta formal de locação. Caso seja caracterizada mais de uma matrícula, ou documento cujo teor demonstre o exercício da posse, ou contrato de locação, ou seja, mais de um imóvel, para atender o exigido, é necessário apresentar croqui com todas as confrontações para assegurar a interdependência dos imóveis entre si caracterizando um só pátio (todo murado);”(grifo nosso)

PORTANTO, POR DESCUMPRIR EXIGÊNCIA EDITALÍCIA, A EMPRESA RESTA INABILITADA DO CERTAME.

-A EMPRESA RESGATE IMEDIATO LTDA - ME, DEIXOU DE APRESENTAR A DECLARAÇÃO DE VISTORIA, PORÉM APRESENTOU A DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, QUE REQUISITAVA:

“Declaração de Vistoria do Pátio (Anexo IV) ou Declaração de Viabilidade, emitida pela Infraestrutura e Serviços Públicos e firmada pelo respectivo responsável, certificando, sem prejuízo de revisão ou revogação deste ato, que o pátio da empresa proponente preenche os requisitos deste edital e da Lei Municipal. A visita, no caso de vistoria, deverá ser agendada previamente com a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, via e-mail (obras-pmgcr@gmail.com, lucas.frotas@hotmail.com)” (grifo nosso).

PORTANTO, EM RELAÇÃO AO ITEM ACIMA, AINDA CABE RESSALTAR QUE A EMPRESA AGENDOU A VISITA E TEVE VISTORIADO SEU PÁTIO, PORÉM A DECLARAÇÃO NÃO FOI ASSINADA POR INTEMPÉRIES E DÚVIDAS ACERCA DA DISTÂNCIA. EM RELAÇÃO A DISTÂNCIA PREVISTA NO EDITAL O MESMO PRESCREVIA COMO REQUISITO DE HABILITAÇÃO:

“Declaração formal, emitida pela empresa licitante, que dispõe ou que disporá em até 60 (sessenta) dias da assinatura do futuro Contrato, no mínimo, os itens abaixo:

a) Imóvel próprio ou locado por prazo não inferior a 02 (dois) anos, localizado a, no máximo, 50(cinquenta) quilômetros de distância da sede da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC localizada a Praça VI de Novembro, nº 01, Ganchos do Meio, com dimensões suficientes a atender o disposto neste edital e na Lei Municipal, devidamente comprovado através da matrícula do imóvel, certidão narrativa de ação de usucapião em caso de posse do imóvel ou de contrato de locação, admitindo-se, para fins de habilitação, uma proposta formal de locação. Caso seja caracterizada mais de uma matrícula, ou documento cujo teor demonstre o exercício da posse, ou contrato de locação, ou seja, mais de um imóvel, para atender o exigido, é necessário apresentar croqui com todas as confrontações para assegurar a interdependência dos imóveis entre si caracterizando um só pátio (todo murado);”

COMO A EMPRESA RESGATE IMEDIATO LTDA ME APRESENTOU ESTA DECLARAÇÃO AFIRMANDO POSSUIR IMÓVEL EM DISTÂNCIA DENTRO DE 50 (CINQUENTA) QUILOMETROS DA SEDE DA PREFEITURA E A MESMA FOI ESTIPULADA NO EDITAL PARA OS FINS DE COBRANÇA DOS QUILOMETROS RODADOS, FICA DESDE JÁ CIENTE QUE NÃO PODERÁ COBRAR DISTÂNCIA SUPERIOR AO MÁXIMO DELIMITADO NO EDITAL, CONCLUI-SE QUE A EMPRESA ATENDEU AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CONSEQUENTEMENTE RESTA HABILITADA NO CERTAME.

-A EMPRESA PARKING & GUARDA DE VEICULOS LTDA APRESENTOU TODOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EM CONFORMIDADE COM S REQUISITOS DO EDITAL, E NÃO TEVE NENHUM APONTAMENTO POR PARTE DAS LICITANTES, PORTANTO RESTA HABILITADA NO CERTAME.

ASSIM, ABRE-SE PRAZO PARA RECURSO E FICA DESDE JÁ DETERMINADA A DATA DE 09/01/2017 ÀS 14:30HS PARA A ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA DAS LICITANTES HABILITADAS CASO NÃO HAJA RECURSO.
NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, SENÃO AGUARDAR A NOVA SESSÃO PÚBLICA.

Governador Celso Ramos, 29 de dezembro de 2017.
VALMOR ANTÔNIO KAIR FILHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

KELLY CRISTINA PEIXOTO DOS SANTOS
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MANOEL MARCELO DA CUNHA
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SERGIO ADGAR ANDERSON
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ARILDO WALDEMAR SAGAS
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA FORNECEDORES 001/2018

Publicação Nº 1471412

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FORNECEDORES
Nº 001/2018

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018

OBJETO

O presente edital tem por objeto o recebimento das inscrições de novos fornecedores para o exercício de 2018 e promover a atualização de dados dos fornecedores já cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Herval d'Oeste, para fins de aquisição de materiais, objetos, equipamentos, prestações de serviços, habilitação em licitação ou para contratação

ENTREGA DOS ENVELOPES

A partir às 08:00 horas do dia 08/01/2018 até 31/12/2018

LOCAL DA ENTREGA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo. 34 § 1º da. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Para aqueles que tiverem interesse o Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 02 de janeiro de 2018

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em Exercício

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 169/2017

Publicação Nº 1477184

DECRETO Nº 169/2017, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei 1.815/2016 de Diretrizes Orçamentárias de 2017 e da Lei 1.825/16 Orçamentária Anual de 2017, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de conformidade com o art. 16º, II, art.18º e art. 19 da LOA/2016, na importância de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) e da outras providências.

TÍTULO – I

CAPÍTULO – I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterado a Lei nº. 1.760, de 18 de Dezembro de 2013 – 2017 -PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), na 12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, 12-01 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, Atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde, 3.3.90.00.00.00.00 – fonte recurso (102) Aplicações Diretas (98) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), Atividade: 1030100142.056 – Manutenção do Núcleo de Apoio a Saúde da Família NASF, 3.1.91.00.00.00.00 – fonte recurso (1082) Aplicações Diretas (33347) R\$ 10.000,00 (dez mil reais), instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

TÍTULO – II

CAPÍTULO – II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.815, de 18 de Julho de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 29º, IV e art. 30º, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), na 12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, 12-01 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, Atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde, 3.3.90.00.00.00.00 – fonte recurso (102) Aplicações Diretas (98) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), Atividade: 1030100142.056 – Manutenção do Núcleo de Apoio a Saúde da Família NASF, 3.1.91.00.00.00.00 – fonte recurso (1082) Aplicações Diretas (33347) R\$ 10.000,00 (dez mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

TÍTULO – III

CAPÍTULO – III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 1.825, de 07 de Dezembro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 18º, parágrafo único e art.19º, mais precisamente no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no

valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), na 12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, 12-01 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, Atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde, 3.3.90.00.00.00.00 – fonte recurso (102) Aplicações Diretas (98) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), Atividade: 1030100142.056 – Manutenção do Núcleo de Apoio a Saúde da Família NASF, 3.1.91.00.00.00.00 – fonte recurso (1082) Aplicações Diretas (33347) R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

TÍTULO – IV

CAPÍTULO – IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento do Fundo Municipal da Saúde vigente na importância de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), em conformidade com o art. 12º, II e art.13º da lei 1.825/2016 – LOA, a seguir: 12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota

12.01 – Fundo Municipal Saúde de Ilhota

atividade: 1030100142.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00 – fonte recurso (102) Aplicações Diretas (98) R\$ 200.000,00

atividade: 1030100142.056 – Manutenção do Núcleo de Apoio a Saúde da Família -NASF

3.1.91.00.00.00.00 – fonte recurso (102) Aplicações Diretas (33347) R\$ 10.000,00

Total R\$ 210.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no Fundo Municipal da Saúde no valor total de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), conforme especificado abaixo:.

12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota

12.01 – Fundo Municipal Saúde de Ilhota

atividade: 1030100142.056 – Manutenção do Núcleo de Apoio a Saúde da Família -NASF

3.1.90.00.00.00.00 – fonte recurso (1082) Aplicações Diretas (125) R\$ 10.000,00

atividade: 1030100141.070 – Construção de Unidade Básica de Saúde

4.4.90.00.00.00.00 – fonte recurso (102) Aplicações Diretas (139) R\$ 200.000,00

Total R\$ 210.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução no Fundo Municipal da Saúde, mais propriamente consignadas nas Leis LDO e LOA, na atividade: 1030100142.056 – Manutenção do Núcleo de Apoio a Saúde da Família -NASF, 3.1.90.00.00.00.00 – fonte recurso (1082) Aplicações Diretas (125) R\$ 10.000,00 (dez mil reais), atividade: 1030100141.070 – Construção de Unidade Básica de Saúde, 4.4.90.00.00.00.00 – fonte recurso (102) Aplicações Diretas (139) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota,
Em 27 de Dezembro de 2017.
Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

DECRETO 170/2017

Publicação Nº 1477884

DECRETO Nº 170, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE ILHOTA PELO FALECIMENTO DO SR. JAIME DE OLIVEIRA.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota/SC, com fundamento no artigo 72, IV, da Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. Jaime de Oliveira, pai do

Excelentíssimo Senhor Erico de Oliveira, Prefeito do Município de Ilhota;

CONSIDERANDO o abalo da comunidade ilhotense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda deste cidadão exemplar e respeitável e;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com seu trabalho, exemplo e dedicação contribuíram para o bem estar da coletividade,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado luto oficial de 3 (três) dias no Município de Ilhota em homenagem à memória do Sr. Jaime de Oliveira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 31 de dezembro de 2017.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 22/2012

Publicação Nº 1477934

Câmara Municipal de Ilhota
Estado de Santa Catarina
Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br

PORTARIA Nº 22/2017

“EXONERAR SERVIDORA EM CONTRATO TEMPORÁRIO”

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal do Município de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a servidora ROSIMAR TEREZINHA RODRIGUES, CPF nº 642.704.409-53, lotada nessa Casa de Leis no cargo de Servente nos moldes da Lei nº 1785/2014, por término de contrato temporário.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 31 de dezembro de 2017.

Registra-se
Publica-se
Cumpra-se

Ilhota, 31 de dezembro de 2017.
Francisco Domingos
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó
Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos santos Fidel
1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Arnoldo Adriano
2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Imbituba

PREFEITURA

ATA 61/2017 PP N° 19/2017

Publicação N° 1477862

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 61/2017
DO PP N° 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER A SEDURB, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME
VALOR TOTAL: R\$ 6.256,58
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
ANDERSON CRISTIANO MAXIMIANO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 193/2017 DO PP 06/2017 - DEMUTRAN - DELEGACIA

Publicação N° 1477784

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 193/2017 DO PP 06/2017.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DA DELEGACIA CIVIL DA COMARCA DE IMBITUBA,
EMPRESA: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 21.535,50
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 21 de agosto de 2017.
RAPHAEL JOHANN GIORDANI
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 194/2017 DO PP N° 08/2017 - SEMUSA

Publicação N° 1477773

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 194/2017
DO PP N° 08/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO AMBULATORIAL (ENFERMAGEM) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 1.461.599,05
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 09 de agosto de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 195/2017 DO PP N° 08/2017 - SEMUSA

Publicação N° 1477770

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 195/2017
DO PP N° 08/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO AMBULATORIAL (ENFERMAGEM) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EMPRESA: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 53.502,50
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 02 de agosto de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 196/2017 DO PP N° 08/2017 - SEMUSA

Publicação N° 1477762

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 196/2017
DO PP N° 08/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO AMBULATORIAL (ENFERMAGEM) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EMPRESA: ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 136.248,75
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 02 de agosto de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 197/2017 DO PP N° 08/2017 - SEMUSA

Publicação N° 1477754

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 197/2017
DO PP N° 08/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO AMBULATORIAL (ENFERMAGEM) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EMPRESA: LA DALLA PORTA JUNIOR
VALOR TOTAL: R\$ 61.088,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 09 de agosto de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 198/2017 DO PP Nº 08/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477737

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 198/2017
DO PP Nº 08/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO AMBULATORIAL (ENFERMAGEM) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EMPRESA: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 205.870,75
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 09 de agosto de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 199/2017 DO PP Nº 08/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477772

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 199/2017
DO PP Nº 08/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO AMBULATORIAL (ENFERMAGEM) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EMPRESA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 152.140,20
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 09 de agosto de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 200/2017 DO PP Nº 08/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477768

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 200/2017
DO PP Nº 08/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO AMBULATORIAL (ENFERMAGEM) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EMPRESA: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 500.990,80
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 09 de agosto de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 201/2017 DO PP Nº 08/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477696

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 201/2017
DO PP Nº 08/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO AMBULATORIAL

(ENFERMAGEM) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EMPRESA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP
VALOR TOTAL: R\$ 58.640,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 09 de agosto de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 202/2017 DO PP Nº 08/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477739

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 202/2017
DO PP Nº 08/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO AMBULATORIAL (ENFERMAGEM) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EMPRESA: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME
VALOR TOTAL: R\$ 82.820,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 09 de agosto de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 203/2017 DO PP Nº 08/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477774

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 203/2017
DO PP Nº 08/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO AMBULATORIAL (ENFERMAGEM) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EMPRESA: TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI
VALOR TOTAL: R\$ 412.415,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 09 de agosto de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2017 DO PP 06/2017 - DEMUTRAN -DELEGACIA

Publicação Nº 1477788

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2017 DO PP 06/2017.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DA DELEGACIA CIVIL DA COMARCA DE IMBITUBA,
EMPRESA: EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 9.267,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 22 de agosto de 2017.
RAPHAEL JOHANN GIORDANI
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 216/2017 DO PP Nº 07/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477780

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 216/2017
DO PP Nº 07/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EMPRESA: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 38.450,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 01 de setembro de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 217/2017 DO PP Nº 07/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477781

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 217/2017
DO PP Nº 07/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EMPRESA: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP
VALOR TOTAL: R\$ 227.835,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 01 de setembro de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 218/2017 DO PP Nº 07/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477778

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 218/2017
DO PP Nº 07/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EMPRESA: MWV WEB SITE COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 41.890,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 01 de setembro de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 219/2017 DO PP Nº 07/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477783

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 219/2017
DO PP Nº 07/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE

EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EMPRESA: PREMIUN INFORMÁTICA EIRELI EPP
VALOR TOTAL: R\$ 70.500,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 01 de setembro de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 267/2017 DO PP 11/2017 - DEMUTRAN - POLICIA

Publicação Nº 1477795

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 267/2017 DO PP 11/2017.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO, MANUTENÇÃO MECÂNICA, CHAPEAÇÃO, PINTURA, FUNILARIA, FORNECIMENTO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA OU GENUÍNAS PARA A FROTA DE MOTOCICLETAS E QUADRÍCICLOS DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DE IMBITUBA/SC,
EMPRESA: TAFFAREL MARTINS ME
VALOR TOTAL: R\$ 17.700,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 05 de outubro de 2017.
JEAN CARLOS DE BRIDA E SILVA
TENENTE CORONEL PM

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 268/2017 DO PP Nº 06/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477611

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 268/2017
DO PP Nº 06/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE PONTO ELETRÔNICO PARA USO NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA FACILITAR O ACOMPANHAMENTO DA ROTINA DOS FUNCIONÁRIOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA
EMPRESA: SMART POINT LTDA – ME
VALOR TOTAL: R\$ 30.000,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 05 de outubro de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 295/2017 DO PP 10/2017 - DEMUTRAN POLICIA

Publicação Nº 1477801

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 295/2017 DO PP 10/2017.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DE IMBITUBA E SUAS BASES OPERACIONAIS
EMPRESA: PIRES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

VALOR TOTAL: R\$ 18.086,20
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 26 de outubro de 2017.
JEAN CARLOS DE BRIDA E SILVA
TENENTE CORONEL PM

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 296/2017 DO PP 10/2017 - DEMUTRAN POLÍCIA

Publicação Nº 1477803

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 296/2017 DO PP 10/2017.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DE IMBITUBA E SUAS BASES OPERACIONAIS
EMPRESA: VILA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 15.516,25
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 26 de outubro de 2017.
JEAN CARLOS DE BRIDA E SILVA
TENENTE CORONEL PM

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 300/2017 DO PP 09/2017 - FUNREBOM

Publicação Nº 1477794

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 300/2017 DO PP 09/2017.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA O CORPO DE BOMBEIRO DE IMBITUBA
EMPRESA: POSTO OFICINAS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 142.000,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 27 de outubro de 2017.

GUILHERME VIRÍSSIMO DA SERRA COSTA
COMANDANTE DA 2º/8º BBM

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 301/2017 DO PP 14/2017 - DEMUTRAN POLÍCIA

Publicação Nº 1477798

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 301/2017 DO PP 14/2017.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA/DIESEL-S10) E ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DE IMBITUBA (PMSC)
EMPRESA: TREVO SUL COMÉRCIO E DERIVADOS DO PETRÓLEO EIRELI
VALOR TOTAL: R\$ 280.740,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 31 de outubro de 2017.
JEAN CARLOS DE BRIDA E SILVA
TENENTE CORONEL PM

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 303/2017 DO PP 15/2017 - DEMUTRAN POLÍCIA

Publicação Nº 1477804

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 303/2017 DO PP 15/2017.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA O FORNECIMENTO/AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO 0KM, ANO/MODELO 2017/2018 (BRANCO) PARA USO EM ATIVIDADES POLICIAIS DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DE IMBITUBA/SC
EMPRESA: VIP CAR VEÍCULOS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 171.000,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 06 de novembro de 2017.
JEAN CARLOS DE BRIDA E SILVA
TENENTE CORONEL PM

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 305/2017 DO PP Nº 19/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477622

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 305/2017 DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CLÍNICA VETERINÁRIA PARA CIRURGIA DE CASTRAÇÃO PARA ANIMAIS ERRANTES (CAES E GATOS) EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. PROCESSO 17980/2017.
EMPRESA: VARNEY CESAR DE OLIVEIRA FILHO- ME
VALOR TOTAL: R\$ 72.930,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 14 de novembro de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 306/2017 DO PP 10/2017 - FUNREBOM

Publicação Nº 1477791

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 306/2017 DO PP 10/2017.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO, MANUTENÇÃO MECÂNICA, CHAPEAÇÃO, PINTURA, FUNILARIA, FORNECIMENTO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA OU GENUÍNAS PARA A FROTA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA
EMPRESA: PEREIRA E OLIVEIRA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA
ME VALOR TOTAL: R\$ 206.124,50
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 14 de novembro de 2017.

GUILHERME VIRÍSSIMO DA SERRA COSTA
COMANDANTE DA 2º/8º BBM

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 308/2017 DO PP 13/2017 - DEMUTRAN - POLICIA

Publicação Nº 1477800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 308/2017 DO PP 13/2017.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO, MANUTENÇÃO MECÂNICA, CHAPEAÇÃO, PINTURA, FUNILARIA, FORNECIMENTO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA OU GENUÍNAS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E REBOQUES DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DE IMBITUBA
EMPRESA: VILSON SCHLICKMANN SCHLIGUE EPP
VALOR TOTAL: R\$ 433.201,50
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 16 de novembro de 2017.
JEAN CARLOS DE BRIDA E SILVA
TENENTE CORONEL PM

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 322/2017 DO PP 17/2017 - DEMUTRAN - DELEGACIA

Publicação Nº 1477790

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 322/2017 DO PP 17/2017.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR PARA ATENDER A DELEGACIA DE POLÍCIA DA COMARCA DE IMBITUBA/SC
EMPRESA: KOLINA ARARANGUAENSE VEÍCULOS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 179.900,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 28 de novembro de 2017.
DIEGO PARMA
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 325/2017 DO PP Nº 22/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477485

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 325/2017 DO PP Nº 22/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE KIT'S MATERIAL ODONTOLÓGICOS PARA DISTRIBUIÇÃO NAS CAMPANHAS DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL E PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EMPRESA: TATA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE ODONTO MÉDICO LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 6.500,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 04 de dezembro de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2017 DO PP Nº 08/2017 - SEMUSA

Publicação Nº 1477775

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 204/2017 DO PP Nº 08/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO AMBULATORIAL (ENFERMAGEM) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EMPRESA: TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 582.090,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 09 de agosto de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA Nº 100/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477828

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 100/2017 DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DA VEM SER DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 25,50
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 101/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477829

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 101/2017 DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DA VEM SER DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: MAYCON WILL EIRELI ME
VALOR TOTAL: R\$ 30,00
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 102/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477830

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 101/2017 DO PP Nº 19/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DA VEM SER DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: MAYCON WILL EIRELI ME
VALOR TOTAL: R\$ 30,00
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 103/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477831

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 103/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CAPI DO SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME
VALOR TOTAL: R\$ 1.555,71
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 104/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477832

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 104/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CAPI DO SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 1.500,05
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 105/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477833

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 105/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CAPI DO SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 1.445,30
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 106/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477834

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 105/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CAPI DO SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 1.445,30
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 107/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477835

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 107/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CAPI DO SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: MAYCON WILL EIRELI ME
VALOR TOTAL: R\$ 796,70
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 108/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477836

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 108/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CAPI DO SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME
VALOR TOTAL: R\$ 18.785,00
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 109/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477837

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 109/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DOS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 16.845,00
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 110/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477838

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 110/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DOS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 7.871,50
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 111/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477839

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 111/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DOS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 7.000,00
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 112/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477840

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 112/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: VANIO VIEIRA - ME
VALOR TOTAL: R\$ 2.795,95
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 113/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477841

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 113/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME
VALOR TOTAL: R\$ 2.108,20
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 114/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477842

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 114/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 1.233,50
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 115/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477843

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 115/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 5.666,60
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 116/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477844

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 116/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 2.775,50
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 117/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477845

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 117/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: MAYCON WILL EIRELI ME
VALOR TOTAL: R\$ 2.293,20
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 118/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477846

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 118/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CRAS, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: VANIO VIEIRA – ME
VALOR TOTAL: R\$ 791,50
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 119/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477847

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 119/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CRAS, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME
VALOR TOTAL: R\$ 791,50
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 120/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477848

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 120/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CRAS, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME
VALOR TOTAL: R\$ 1.011,60
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 121/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477849

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 121/2017
DO PP Nº 19/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CRAS, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 838,45
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 122/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477850

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 122/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CRAS, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 1.146,94
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 123/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477851

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 123/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CRAS, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: MAYCON WILL EIRELI ME
VALOR TOTAL: R\$ 1.218,64
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 124/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477852

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 124/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CRAS, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: VANIO VIEIRA - ME
VALOR TOTAL: R\$ 754,00
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 125/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477853

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 125/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CRAS, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME
VALOR TOTAL: R\$ 513,25
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 126/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477855

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 126/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CRAS, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 371,40
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 126/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477854

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 126/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CRAS, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 371,40
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 127/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477856

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 127/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CREAS, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 2.510,25
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 128/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477857

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 128/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CREAS, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 1.209,00
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 129/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477858

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 129/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DO CREAS, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: MAYCON WILL EIRELI ME
VALOR TOTAL: R\$ 338,50
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 283/2017 PP Nº 45/2017

Publicação Nº 1477809

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 283/2017
DO PP Nº 45/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SERVENTES E MERENDEIRAS DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SEDUCE
EMPRESA: BEM NATURAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 32.944,75
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 18 de outubro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 290/2017 PP Nº 50/2017

Publicação Nº 1477806

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 290/2017
DO PP Nº 79/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SEMENTES, MUDAS DE HORTALIÇAS E ACESSÓRIOS PARA AS HORTAS ESCOLARES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
EMPRESA: VILA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA -ME
VALOR TOTAL: R\$ 14.600,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 24 de outubro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 293/2017 PP Nº 47/2017

Publicação Nº 1477807

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 293/2017
DO PP Nº 75/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIDRAÇARIA, COM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EMPRESA: MANOEL VICTOR COSTA GONÇALVES
VALOR TOTAL: R\$ 22.800,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 24 de outubro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 294/2017 PP Nº 57/2017

Publicação Nº 1477808

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 294/2017
DO PP Nº 57/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ÔNIBUS 43 LUGARES, MICRO-ÔNIBUS COM 26 LUGARES E VAN COM 15 LUGARES COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEIS INCLUSOS, PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DA COMISSÃO TÉCNICA, DOS ALUNOS/ATLETAS DAS ESCOLINHAS E DAS

EQUIPES DOS PROJETOS E PROGRAMAS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC
EMPRESA: ANGIGU- EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA -ME
VALOR TOTAL: R\$ 125.500,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 25 de outubro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 304/2017 PP Nº 66/2017

Publicação Nº 1477812

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 304/2017 DO PP 66/2017.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE DECORAÇÃO NATALINA NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA
EMPRESA: ARTICIDADE INDUSTRIA E COMERCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 114.964,64
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 09 de novembro de 2017.
DORLIN NUNES JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO

ATA Nº 321/2017

Publicação Nº 1477813

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 321/2017 DO PP 59/2017.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE SEGURANÇA DESARMADA PARA ATENDER O CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS ORGANIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, EXCETO FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO
EMPRESA: HOINATZ SEGURANÇA PRIVADA EIRELI –ME
VALOR TOTAL: R\$ 50.000,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 27 de novembro de 2017.
DORLIN NUNES JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO

ATA Nº 339/2017 PP Nº 75/2017

Publicação Nº 1477322

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 339/2017
DO PP Nº 75/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA, SERVIÇO DE CONserto DE PNEUS E GUINCHO 24 HORAS, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS, CHAPEAÇÃO (PINTURA E FUNILARIA) PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EMPRESA: GILBERTO PINHO ADRIANO ME
VALOR TOTAL: R\$ 88.684,10
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 22 de dezembro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 340/2017 PP Nº 75/2017

Publicação Nº 1477330

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 340/2017
DO PP Nº 75/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA, SERVIÇO DE CONserto DE PNEUS E GUINCHO 24 HORAS, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS, CHAPEAÇÃO (PINTURA E FUNILARIA) PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EMPRESA: PEREIRA E OLIVEIRA COMERCIL E SERVIÇOS LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 228.150,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 22 de dezembro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 341/2017 PP Nº 75/2017

Publicação Nº 1477337

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 341/2017
DO PP Nº 75/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA, SERVIÇO DE CONserto DE PNEUS E GUINCHO 24 HORAS, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS, CHAPEAÇÃO (PINTURA E FUNILARIA) PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EMPRESA: BIELA PNEUS E MOTOS E PEÇAS
VALOR TOTAL: R\$ 60.918,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 22 de dezembro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 54/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477814

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER A SEFAZ, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: VANIO VIEIRA - ME
VALOR TOTAL: R\$ 1.902,30
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 55/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477815

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 55/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER A SEFAZ, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME
VALOR TOTAL: R\$ 8.166,92
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
JARI LUIZ DALBOSCO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA.

ATA Nº 56/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477816

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 56/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER A SEFAZ, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 3.121,60
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
JARI LUIZ DALBOSCO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA.

ATA Nº 57/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477817

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER A SEFAZ, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 3.055,55
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
JARI LUIZ DALBOSCO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA.

ATA Nº 58/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477859

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER A SEFAZ, COM ORÇAMENTO 2017.

EMPRESA: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 3.055,55
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
JARI LUIZ DALBOSCO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA.

ATA Nº 59/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477860

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER A SEFAZ, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: MAYCON WILL EIRELI ME
VALOR TOTAL: R\$ 1.846,30
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
JARI LUIZ DALBOSCO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA.

ATA Nº 60/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477861

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER A SEDURB, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: VANIO VIEIRA - ME
VALOR TOTAL: R\$ 858,70
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
ANDERSON CRISTIANO MAXIMIANO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

ATA Nº 62/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477863

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER A SEDURB, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 3.250,70
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
ANDERSON CRISTIANO MAXIMIANO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

ATA Nº 63/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477864

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 63/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER A SEDURB, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 3.406,83
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
ANDERSON CRISTIANO MAXIMIANO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

ATA Nº 90/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477818

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 90/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA O USO DA SCFV, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: VANIO VIEIRA - ME
VALOR TOTAL: R\$ 2.026,50
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 91/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477819

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 91/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA O USO DA SCFV, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME
VALOR TOTAL: R\$ 789,05
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 92/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477820

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 92/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA O USO DA SCFV, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 3.019,75
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 93/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477821

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 93/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA O USO DA SCFV, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 3.266,95
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 94/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477822

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 94/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA O USO DA SCFV, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 2.366,00
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 95/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477823

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA O USO DA SCFV, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: MAYCON WILL EIRELI ME
VALOR TOTAL: R\$ 612,99
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 96/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477824

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 96/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DA VEM SER DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: VANIO VIEIRA - ME
VALOR TOTAL: R\$ 2.045,00
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 97/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477825

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 97/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DA VEM SER DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME
VALOR TOTAL: R\$ 11.117,50
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 98/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477826

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 98/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DA VEM SER DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 14.057,40
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº 99/2017 PP Nº 19/2017

Publicação Nº 1477827

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 99/2017
DO PP Nº 19/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DA VEM SER DA SEAST, COM ORÇAMENTO 2017.
EMPRESA: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 4.188,50
VIGÊNCIA: 12 MESES
Imbituba, 26 de junho de 2017.
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

ATA Nº314/2017 PP Nº28/2017

Publicação Nº 1477810

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 314/2017 DO PP 28/2017.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SDR OESTE, SEDETUR, SEAD, SEGAB, SEFAZ, PGM, SEDURB, SEMA, SEDUCE, SEASTH
EMPRESA: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI
VALOR TOTAL: R\$ 944,73
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 05 de setembro de 2017.
GUSTAVO BORBA BENETTI
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

CONTRATO 179/2015 -A/03 PROC 107/2015 SEAGP

Publicação Nº 1477530

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2015/179 – A/03

Contratada: VANTUTA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA
CNPJ: 07.452.760/0001-89
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses. O referido prazo encerra-se no dia 31/12/2018. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEAGP 2015/179 – A/00, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIA/IMPRESSÃO CORPORATIVA COM A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NOVOS, FORNECIMENTO DE MATERIAIS COMPLEMENTARES (TONER, CILINDRO E REVELADOR) - PARA INSTALAÇÃO NA CIDADE DE IMBITUBA/SC - ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2016."
Prazo: será de 12 meses Valor Mensal: R\$ 1.833,33
Fundamento: Processo nº 107/2015 Pregão nº 60/2015
Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

VANTUTA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2013/06 -A/05 PROC 10/2013 SEASTH
Publicação Nº 1477805

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASTH 2013/06 – A/05

Contratada: VERA LUCIA VALDOMIRO MEDEIROS THIESEN
CPF: 017.422.419-39
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses. O termo Aditivo refere-se ao Contrato SEAST 2013/06 – A/00, cujo objeto é a "LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL VISANDO ATENDER ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO - SEASH, ATRAVÉS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS"
Prazo: será de 12 meses Valor mensal: R\$ 900,00
Fundamento: Processo nº 10/2013 Dispensa nº 02/2013 DL
Imbituba, 29 de dezembro de 2017

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
Secretária Municipal da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Contratante

VERA LUCIA VALDOMIRO MEDEIROS THIESEN
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2013/40 -A/06 PROC 35/2013 SEMUSA
Publicação Nº 1477508

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/40 – A/06

Contratada: CLAUDIO DOS SANTOS
CPF: 299.864.869-04
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por 12 (doze) meses a partir de 01/01/2018 até 01/01/2018, referente ao Contrato 2017/01 –A/01, cujo objeto é a "LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE SÃO TOMAZ."
Prazo: será de 12 meses Valor Mensal: R\$ 919,88
Fundamento: Processo nº35/2013 Dispensa nº 04/2013 DL
Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

CLAUDIO DOS SANTOS
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2013/41 -A/05 PROC 36/2013 SEMUSA
Publicação Nº 1477501

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2013/41 – A/08

Contratada: ADALBERTO BARRETO RAIMUNDO

CPF: 081.681.059-15
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por 12 (doze) meses a partir de 01/01/2018 até 01/01/2018, referente ao Contrato 2017/01 –A/01, cujo objeto é a "LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE PAES LEME."
Prazo: será de 12 meses Valor Total: R\$ 1.888,32
Fundamento: Processo nº36/2013 Dispensa nº 05/2013 DL
Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

ADALBERTO BARRETO RAIMUNDO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2013/71 -A/05 PROC 62/2013 SEDUC
Publicação Nº 1477799

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 2013/71 – A/05

Contratada: LUCILA PIRES FERNANDES
CPF: 507.155.779-72
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses. O referido prazo encerra-se no dia 31/12/2018. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEDUC 2013/71 -A/00, cujo objeto é "LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE IMBITUBA, LOCALIZADO EM IMBITUBA NA RUA NEREU RAMOS, CENTRO."
Prazo: 12 meses
Fundamento: Processo nº 62/2013 Dispensa nº 12/2013 DL
Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Filipe Dias Antônio
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Contratante

LUCILA PIRES FERNANDES
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2014/01 -A/06 PROC 01/2014 SEMUSA
Publicação Nº 1477506

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2014/01 – A/06

Contratada: ADELIR PEREIRA DOS SANTOS
CPF: 290.249.009-72
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por 12 (doze) meses a partir de 01/01/2018 até 01/01/2018, referente ao Contrato 2017/01 –A/01, cujo objeto é a "LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER (CEREM)."
Prazo: será de 12 meses Valor Mensal: R\$ 3.562,58
Fundamento: Processo nº01/2014 Dispensa nº 01/2014 DL
Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

ADELIR PEREIRA DOS SANTOS
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2014/05 -A/05 PROC 01/2014 SEASTH
Publicação Nº 1477353

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASTH 2014/05 – A/05

Contratada: CARLOS ALBERTO DA SILVA
CPF: 416.446.469-00

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência até 31 de dezembro de 2018. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato SEASTH 2014/05 – a/00, cujo objeto é a "Locação de um imóvel para o funcionamento de oficinas do projeto via, coordenado pela secretaria de Assistência Social e Habitação – SEASH."

Prazo: 31/12/2018
Fundamento: Processo nº01-2014 Tomada de Preço nº 01/2014 Imbituba, 28 de novembro de 2017

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
Secretária Municipal da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Contratante

CARLOS ALBERTO DA ILVA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2014/22 -A/04 PROC 25/2014 SEMUSA
Publicação Nº 1477532

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2014/22 – A/04

Contratada: DONTOTEC ASSIST. E EQUIP. ODONTOLÓGICO
CNPJ: 83.124.982/0001-50

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses, a contar a vigência a partir da data 01/01/2018 até 31/12/2018, referente ao Contrato 2014/22 – A/04, cujo objeto é a "Contratação de pessoa jurídica especializada para manutenção preventiva e corretiva em equipamentos e aparelhos médicos e odontológicos das unidades de saúde, centro de especialidades odontológicas e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde."

Prazo: será de 12 meses
Fundamento: Processo nº 25/2014 Pregão nº 22/204 Imbituba, 01 de novembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

DONTOTEC ASSIST. E EQUIP. ODONTOLÓGICO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2014/54 -A/06 PROC 122/2013 SEAGP
Publicação Nº 1477516

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2014/54 – A/06

Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME
CNPJ: 10.761.785/0001-79

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses. O referido prazo encerra-se no dia 31/12/2018. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEAGP 2014/54 – A/00, cujo objeto é "Contratação de agência de publicidade para a prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a Prefeitura Municipal de Imbituba."

Prazo: será de 12 meses Valor Total: R\$ 242.500,00
Fundamento: Processo nº 122/2013 Concorrência nº 05/2013 Imbituba, 28 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2014/97 -A/05 PROC 87/2014 SEAD
Publicação Nº 1477614

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2014/97 – A/05

Contratada: ELEVADORES CASTELO
CNPJ: 76.340.132/0001-24

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEAGP 2014/97 – A/05, cujo objeto é "PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO ELEVADOR CASTELO, ATRAVÉS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO EQUIPAMENTO EXISTENTE NAS DEPENDÊNCIAS DO IMÓVEL ONDE FUNCIONA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA."

Prazo: será de 12 meses Valor Total: R\$ 4.291.32
Fundamento: Processo nº 87/2014 Dispensa nº 16/2014 Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

ELEVADORES CASTELO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2015/15 -A/03 PROC 21/2015 SEMUSA

Publicação Nº 1477497

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2015/15 – A/03

Contratada: JOSÉ DOS PASSOS PACHECO
CPF: 299.865.169-00

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por 12 (doze) meses a partir de 01/01/2018 até 01/01/2018, referente ao Contrato 2017/01 –A/01, cujo objeto é a "LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, SITUADO Á RUA: ANTONIO OLEIRO, S/Nº, VILA ALVORADA, PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE VILA ALVORADA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE."
Prazo: será de 12 meses Valor Mensal: R\$ 2.000,00
Fundamento: Processo nº21/2015 Dispensa nº 04/2015 DL Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

JOSÉ DOS PASSOS PACHECO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2015/150 -A/04 PROC 81/2015 SEAGP

Publicação Nº 1477535

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2015/150 – A/04

Contratada: GP AUTOLOCADORA LTDA
CNPJ: 08.296.316/0001-84

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses. O referido prazo encerra-se no dia 31/12/2018. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEAGP 2014/54 – A/00, cujo objeto é "Contratação de empresa para prestação de serviço sob demanda para locação de veículos automotivos, zero quilometro, com ar condicionado e direção hidráulica, sem motorista, com quilometragem livre, seguro total sem franquia e com cobertura para danos pessoais e materiais de terceiros, de fabricação nacional, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – SEAGP, e Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infra-Estrutura – SEAPI."
Prazo: será de 12 meses Valor Mensal: R\$ 10.040,00
Fundamento: Processo nº 81/2015 Pregão nº 49/2015

Imbituba, 29 de dezembro de 2017.
Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

GP AUTOLOCADORA LTDA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2015/177 -A/02 PROC 109/2015 SEAD

Publicação Nº 1477613

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2015/177 – A/02

Contratada: CARLOS ALVES DA SILVA ME

CNPJ: 09.122.442/0001-85

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEAGP 2015/177 – A/02, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE IP DEDICADO À REDE INTERNET MUNDIAL, SUPORTANDO APLICAÇÕES TCP/IP COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 30 MBPS, COM GARANTIA DE 100% DA BANDA CONTRATADA."

Prazo: será de 12 meses Valor Mensal: R\$ 2.489,00
Fundamento: Processo nº 109/2015 Pregão nº 62/2015
Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

CARLOS ALVES DA SILVA ME
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2015/40 -A/03 PROC 44/2015 SEMUSA

Publicação Nº 1477482

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2015/40 –A/03

Contratada: DAVID DA SILVEIRA SABINO
CNPJ: 062.067.628-98

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação por 12 (doze) meses a partir de 01/01/2018 até 31/01/2018, referente ao Contrato 2015/40 – A/00, cujo objeto é a "LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE NO BAIRRO CAMPESTRE. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA."
Prazo: será de 12 meses Valor Total: R\$ 2.500,00
Fundamento: Processo nº 44/2015 Dispensa nº 05/2015
Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

DAVID DA SILVEIRA SABINO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2016/05 -A/02 PROC 10/2016 SEMUSA

Publicação Nº 1477488

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2016/05 – A/02

Contratada: ARLEI LONDERO
CPF: 080.025.840-15

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por 12 (doze) meses a partir de 01/01/2018 até 31/01/2018, referente ao Contrato 2016/05 A/00, cujo objeto é a "LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 375,00M², SITUADA A RUA IRINEU BORNHAUSEN, Nº 396, BAIRRO CENTRO, PARA INSTALAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE, COORDENAÇÃO DAS ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E COORDENAÇÃO DO NASF, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE."
Prazo: será de 12 meses Valor Total: R\$ 6.000,00
Fundamento: Processo nº 10/2016 Dispensa nº 01/2016 DL Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

ARLEI LONDERO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2016/12 -A/02 PROC 25/2016 SEASTH
Publicação Nº 1477542

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASTH 2016/12 – A/02

Contratada: EDUARDO ELIAS
CPF: 029.546.059-87
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência por mais 03 (três) meses. O termo Aditivo refere-se ao Contrato SEAST 2016/12 – A/00, cujo objeto é a "Locação de Imóvel para o funcionamento da casa lar."
Prazo: será de 03 meses Valor mensal: R\$ 1.800,00
Fundamento: Processo nº 25/2016 Dispensa nº 05/2016 DL Imbituba, 12 de dezembro de 2017

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
Secretária Municipal da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Contratante

EDUARDO ELIAS
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2016/72 -A/02 PROC 122/2015 SEDURB
Publicação Nº 1477802

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 2016/72 – A/02

Contratada: RAGSERV GESTÃO E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ: 07.351.230/0001-44
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses. O referido prazo encerra-se no dia 31/12/2018. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEDUC 2016/72 -A/00, cujo objeto é "CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA A PROMOVER AÇÕES INTEGRADAS PARA IMPLEMENTAR E DESENVOLVER NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, O PROJETO "LAR LEGAL".
Prazo: 12 meses
Fundamento: Processo nº 122/2015 Inexigibilidade nº 06/2015 Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Anderson Cristiano
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano
Contratante

RAGSERV GESTÃO E SERVIÇOS LTDA EPP
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2016/81 -A/02 PROC 76/2016 SEAPI
Publicação Nº 1477797

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2016/81 – A/02

Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 07.185.611/0001-09
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo por 210 dias, pelo período de 31/12/2017 ao 20/07/2018, referente ao Contrato SEAPI 2016/81 – A/00, cujo objeto é a "IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO - PCC, DRENAGEM PLUVIAL, E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DE TRECHO DA RUA VICENTE MANOEL MACHADO, SITUADA NO BAIRRO DE ROÇA GRANDE - IMBITUBA/SC"
Prazo: será de 210 dias
Fundamento: Processo nº 76/2016 Tomada de Preço nº 76/2017 Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Carpes
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

CASTELO ENGENHARIA LTDA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2017/01 -A/01 PROC 02/2017 SEMUSA
Publicação Nº 1477489

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2017/01 – A/01

Contratada: ADELIR PEREIRA DOS SANTOS
CPF: 290.249.009-72
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por 12 (doze) meses a partir de 01/01/2018 até 01/01/2018, referente ao Contrato 2017/01 –A/01, cujo objeto é a "LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 968,00M2, SITUADO À RUA: NEREU RAMOS, Nº 326, BAIRRO CENTRO, PARA INSTALAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, FARMÁCIA PÚBLICA MUNICIPAL E ALMOXARIFADO CENTRAL."
Prazo: será de 12 meses Valor mensal: R\$ 14.000,00
Fundamento: Processo nº 02/2017 Dispensa nº 02/2017 DL Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

ADELIR PEREIRA DOS SANTOS
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2017/06 -A/01 PROC 26/2017 SEAD
Publicação Nº 1477596

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2017/06 – A/01

Contratada: ALAMIR PIRES DE MELO
CPF: 432.897.979-53

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 07 (sete) meses. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEAGP 2017/06- A/01, cujo objeto é "LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 34,5M², SITUADO Á RUA: VERGILINO SOARES, S/Nº, BAIRRO GUAIUBA, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DA SUB-AGÊNCIA DE CORREIOS VINCULADA A SEAD - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA."

Prazo: será de 07 meses Valor Total: R\$ 5.250,00

Fundamento: Processo nº 26/2017 Dispensa nº 06/2017

Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

ALAMIR PIRES DE MELO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2017/07 -A/01 PROC 28/2017 SEAD

Publicação Nº 1477612

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2017/07 – A/01

Contratada: ROBERTO LENIO TEIXEIRA
CPF: 784.795.099-53

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 07 (meses) meses. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEAGP 2017/07- A/01, cujo objeto é "LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 450M², SITUADO Á RUA: ESTRADA GERAL DA IBIRAQUERA, S/Nº, BAIRRO IBIRAQUERA, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DA SUB-AGÊNCIA DE CORREIOS VINCULADA A SEAD - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA."

Prazo: será de 07 meses Valor Total: R\$ 13.200,00

Fundamento: Processo nº 28/2017 Dispensa nº 07/2017

Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

ROBERTO LENIO TEIXEIRA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2017/27 -A/01 PROC 13/2017 SEMUSA

Publicação Nº 1477495

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2017/27 – A/01

Contratada: MANOEL FRANCELINO
CPF: 888.378.589-49

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por 12 (doze) meses a partir de 01/01/2018 até 01/01/2018, referente ao Contrato 2017/01 –A/01, cujo objeto é a "LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 100M², SITUADO Á RUA: POR DO SOL, S/Nº, BAIRRO VILA ESPERANÇA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE."

Prazo: será de 12 meses Valor Total: R\$ 9.000,00

Fundamento: Processo nº13/2017 Dispensa nº 03/2017 DL

Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

MANOEL FRANCELINO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2017/36 -A/01 PROC 87/2017 SEAD

Publicação Nº 1477792

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2017/36 – A/01

Contratada: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM
CPF: 457.512.429-04

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 02 (dois) meses. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEAGP 2017/36- A/01, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EXISTENTES NOS QUADROS PERMANENTE E TEMPORÁRIO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA."

Prazo: será de 02 meses

Fundamento: Processo nº 87/2017 Dispensa nº 16/2017

Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2017/41 -A/01 PROC 24/2017 SEMUSA

Publicação Nº 1477494

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2017/41 – A/01

Contratada: ROZIMERE COSTA MICHELS
CPF: 912.679.869-72

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por 12 (doze) meses a partir de 01/01/2018 até 01/01/2018, referente ao Contrato 2017/01 –A/01, cujo objeto é a "LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 135M², SITUADO Á RUA: JOÃO CORREA ESPINDOLA, BAIRRO ARAÇATUBA, PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE ARAÇATUBA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE."

Prazo: será de 12 meses Valor mensal: R\$ 1.500,00

Fundamento: Processo nº24/2017 Dispensa nº 04/2017 DL

Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

ROZIMERE COSTA MICHELS
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2017/51 -A/00 PROC 100/2017 SEAD PMI

Publicação Nº 1477277

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAD 2017/51 – A/00

Contratada: ALTHOFF SUPERMERCADOS LTDA
CNPJ: 83.646.604/0001-37
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A CON-
CESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO FÍSICOS DESTINADOS A
DECORAÇÃO NATALINA E PUBLICIDADE DA EMPRESA.
Prazo: será de 04 meses Valor Total: R\$ 20.800,00
Fundamento: Processo nº100/2017 Chamamento Público nº
15/2017
Imbituba, 21 de dezembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração
Contratante

ALTHOFF SUPERMERCADOS LTDA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2017/52 -A/00 PROC 100/2017 SEAD PMI

Publicação Nº 1477278

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAD 2017/52 – A/00

Contratada: ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA
CNPJ: 85.489.078/0001-74
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A CON-
CESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO FÍSICOS DESTINADOS A
DECORAÇÃO NATALINA E PUBLICIDADE DA EMPRESA.
Prazo: será de 04 meses Valor Total: R\$ 20.800,00
Fundamento: Processo nº100/2017 Chamamento Público nº
15/2017
Imbituba, 21 de dezembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração
Contratante

ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2017/53 -A/00 PROC 100/2017 SEAD PMI

Publicação Nº 1477280

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAD 2017/53 – A/00

Contratada: FERJU INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA
CNPJ: 80.144.991/0001-15
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A CON-
CESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO FÍSICOS DESTINADOS A
DECORAÇÃO NATALINA E PUBLICIDADE DA EMPRESA.
Prazo: será de 04 meses Valor Total: R\$ 20.800,00

Fundamento: Processo nº100/2017 Chamamento Público nº
15/2017
Imbituba, 21 de dezembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração
Contratante

FERJU INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2017/54 -A/00 PROC 100/2017 SEAD PMI

Publicação Nº 1477293

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAD 2017/54 – A/00

Contratada: FINTEL SISTEMAS DE INFORMATICA EIRELI ME
CNPJ: 07.987.863/0001-43
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A CON-
CESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO FÍSICOS DESTINADOS A
DECORAÇÃO NATALINA E PUBLICIDADE DA EMPRESA.
Prazo: será de 04 meses Valor Total: R\$ 20.800,00
Fundamento: Processo nº100/2017 Chamamento Público nº
15/2017
Imbituba, 21 de dezembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração
Contratante

FINTEL SISTEMAS DE INFORMATICA EIRELI ME
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2017/55 -A/00 PROC 100/2017 SEAD PMI

Publicação Nº 1477298

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAD 2017/55 – A/00

Contratada: GONZAGA SAMPAIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIA-
RIOS
CNPJ: 11.320.996/0001-39
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A CON-
CESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO FÍSICOS DESTINADOS A
DECORAÇÃO NATALINA E PUBLICIDADE DA EMPRESA.
Prazo: será de 04 meses Valor Total: R\$ 20.800,00
Fundamento: Processo nº100/2017 Chamamento Público nº
15/2017
Imbituba, 21 de dezembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração
Contratante

GONZAGA SAMPAIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
Representante legal
Contratada

CONTRATO CELESC - CCER PROC 24481/2017

Publicação Nº 1477403

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - Celesc
Contratada: Celesc Distribuição S.A.

CNPJ/MF: 08.336.783/0001-90

Objeto: Este Contrato tem por objeto regular os direitos e as obrigações das Partes referentes à venda de energia elétrica pela Distribuidora ao Consumidor, para o atendimento das necessidades de compra de energia elétrica da Unidade Consumidora sob sua responsabilidade, a seguir identificada, na condição de Consumidor Cativo, observado o disposto nas normas e padrões técnicos da Distribuidora, nas Condições Gerais de Fornecimento - Anexo III do CUSD, nos Diplomas Regulatórios da ANEEL e demais legislações aplicáveis.

Este Contrato é celebrado para o suprimento exclusivo da Unidade Consumidora cadastrada na Distribuidora sob o nº 25561112, observados o Ponto de Conexão, a classe de consumo, a Modalidade Tarifária e o Grupo/Subgrupo Tarifário especificados no CUSD.

O Consumidor compromete-se a manter os seus dados cadastrais e da Unidade Consumidora atualizados junto à Distribuidora, especialmente quando da mudança do titular ou da atividade, devendo qualquer alteração ser informada na forma prevista pela Subcláusula 15.5 deste Contrato e submetida à prévia análise e aprovação da Distribuidora. A ausência desta comunicação implicará, para todos os efeitos, na manutenção dos dados cadastrados como válidos e eficazes.

Prazo: até 09/10/2018

Fundamento: Processo Administrativo nº 24481/2017

Imbituba, 09 de novembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito Municipal de Imbituba

Contratante

Celesc Distribuição S.A

Representante legal

Contratada

CONTRATO CELESC - CUSD PROC 24481/2017

Publicação Nº 1477456

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD

Contratada: Celesc Distribuição S.A.

CNPJ/MF: 08.336.783/0001-90

Objeto Este Contrato tem por objeto estabelecer as condições que irão regular o uso do Sistema de Distribuição de energia elétrica de propriedade da Distribuidora, para atendimento das necessidades de compra de energia elétrica do Consumidor, para a Unidade Consumidora cadastrada na Distribuidora sob o nº 25561112, da Classe de Consumo Poder Público, observados os montantes e a modalidade tarifária definidos no Anexo I.

O Ponto de Conexão entre o Sistema de Distribuição da Distribuidora e o sistema elétrico da Unidade Consumidora situa-se na subestação de propriedade do Consumidor, localizado no município de IMBITUBA - SC, R MARIETA KONDER BORNHAUSEN, -CAIC, com tensão primária contratada de 13,8kV, onde estão instalados os sistemas de medição, proteção e transformação.

Eventuais alterações do valor da tensão contratada serão informadas por escrito ao Consumidor.

O Montante de Uso do Sistema de Distribuição - MUSD contratado terá início no Ciclo de Faturamento definido no Anexo I e permanecerá em vigor até o Ciclo de Faturamento definido no ITEM 3.1 do Contrato, observadas as suas prorrogações automáticas e

sucessivas e o calendário de leitura e faturamento da Distribuidora. A data de conexão da Unidade Consumidora ao Sistema de Distribuição é 20/6/2001.

O detalhamento dos procedimentos a serem observados obrigatoriamente pelas Partes referente às Instalações de Conexão, para Unidade Consumidora conectada em tensão nominal maior ou igual a 69 kV, será disciplinado no Acordo Operativo a ser celebrado, quando aplicável, entre o Consumidor e a Distribuidora, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após assinatura do Contrato, observadas as diretrizes previstas nos Procedimentos de Distribuição.

São documentos integrantes do presente Contrato os Anexos I - Cronograma, II - Glossário e III - Condições Gerais de Fornecimento e, quando for o caso, os Anexos: Poder Público, Acordo Operativo, Parecer Técnico de Acesso - PTA, Termo de Transferência e Termo de Compromisso, numerados de acordo com a sua aplicação.

Prazo: até 09/10/2018

Fundamento: Processo Administrativo nº 24481/2017

Imbituba, 09 de novembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito Municipal de Imbituba

Contratante

Celesc Distribuição S.A

Representante legal

Contratada

CONTRATO CORREIOS 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO 9912390307

Publicação Nº 1477723

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: 3º (terceiro) Termo Aditivo ao Contrato múltiplo nº 9912390307

Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

C.N.P.J: 34.028.316/0028-23

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 (doze) meses.

Fundamento: Processo nº. 115/2015

Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito Municipal de Imbituba

Contratante

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Representante legal

Contratada

CONTRATO DE RATEIO 2017/01 -A/01 SEMUSA

Publicação Nº 1477394

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO DE RATEIO 2017/01 – A/01

Contratada: CISAMUREL – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUREL

CNPJ: 02.715.882/0001-05

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses, a contar a vigência a partir da data 01/01/2018 até 31/12/2018, referente ao Contrato 2017/01 – A/01, cujo objeto é a "Definição das responsabilidades econômicas-financeiras por parte do consorciado, bem como, estabelecer a forma

de repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do MUNICÍPIO, para realização das despesas do Consórcio Público, inclusive as despesas a serem realizadas com os serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO."

Prazo: será de 12 meses

Fundamento: Processo Administrativo nº 22077/2017

Imbituba, 09 de novembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

CISAMUREL – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUREL
Representante legal
Contratada

CONTRATO PMI SEFAZ 2015/191 - A/01 - CAIXA

Publicação Nº 1477556

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEFAZ 2015/191 – A/01

Contratada: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CNPJ: 00.360.305/0001-04
Objeto: É objeto deste Termo de Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato original até 31/12/2017.
Valor Total: R\$ 192.000,00
Fundamento: Processo nº 151/2015 Dispensa nº 30/2015
Imbituba, 20 de dezembro de 2016.

Ivan Vitorio
Secretário Municipal da Fazenda
Contratante

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Representante legal
Contratada

CONTRATO SEAPI 2016/70 - A/03 PROC 71/2016

Publicação Nº 1477782

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI SEAPI 2016/70 - A/03
Contratada: J.L CONSTRUTORA LTDA ME
CNPJ: 12.587.530/0001-67
Objeto: Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias.
Fundamento: Processo nº 71/2016 Carta Convite nº 09/2016
Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Carpes
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

J.L CONSTRUTORA LTDA ME
Representante legal
Contratado

CONTRATO SEAPI 2016/71 A/03 PROC 70/2016

Publicação Nº 1477785

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI SEAPI 2016/71 - A/03
Contratada: ROSIVANIO MATIAS DE SOUZA -ME
CNPJ: 11.002.519/0001-25
Objeto: Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias.
Fundamento: Processo nº 70/2016 Carta Convite nº 08/2016
Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Carpes
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

ROSIVANIO MATIAS DE SOUZA -ME
Representante legal
Contratado

CONTRATO SEAPI 2016/73 A/05 PROC 66/2016

Publicação Nº 1477776

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI SEAPI 2016/73 - A/05
Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A
CNPJ: 83.665.141/0001-50
Objeto: Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 240(duzentos e quarenta) dias.
Fundamento: Processo nº 66/2016 Concorrência nº 03/2016
Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Carpes
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES S.A
Representante legal
Contratado

CONTRATO SEAPI 2016/93 - A/02 PROC 85/2016

Publicação Nº 1477761

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI SEAPI 2016/93 A/02
Contratada: CEAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA E ASSESSORIA
CNPJ: 07.364.494/0001-32

Objeto: Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 210 (duzentos e dez) dias.
Fundamento: Processo nº 85/2016 Tomada de Preço nº 05/2016
Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Carpes
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

CEAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA E ASSESSORIA
Representante legal
Contratado

CONTRATO SEFAZ 01/2017 - A/01 PROC 7/2017

Publicação Nº 1477796

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI SEFAZ 2017/01 - A/01
Contratado: ÔMEGA ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA
CNPJ: 68.852.870/0001-22
Objeto: Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 10 (dez) meses.
Prazo: 10 meses Valor R\$ 46.000,00
Fundamento: Processo nº 7/2017 Pregão nº 06/2017
Imbituba, 29 de dezembro de 2017

Jari Luiz Dalbosco
Secretário Municipal da Fazenda
Contratante

ÔMEGA ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA
Representante legal
Contratada

CONTRATO SEFAZ 153/2015 - A/03 PROC 79/2015

Publicação Nº 1477798

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI SEFAZ 2015/153 - A/03
Contratado: FINTEL SISTEMAS DE INFORMATICA EIRELI- ME
CNPJ: 07.987.863/0001-43
Objeto: Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 04 (quatro) meses.
Prazo: 04 meses Valor R\$ 21.050,00
Fundamento: Processo nº 79/2015 Tomada de Preço nº 05/2015
Imbituba, 29 de dezembro de 2017

Jari Luiz Dalbosco
Secretário Municipal da Fazenda
Contratante

FINTEL SISTEMAS DE INFORMATICA EIRELI- ME
Representante legal
Contratada

CONTRATO SEFAZ 17/2015 - A/03 PROC 7/2015

Publicação Nº 1477793

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI SEFAZ 2015/17 - A/03
Contratado: JACIMAR ALEXANDRE TORRES ME
CNPJ: 05.905.338/0001-06
Objeto: Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses.
Prazo: 12 meses Valor R\$ 46.440,00
Fundamento: Processo nº 7/2015 Pregão nº 03/2015
Imbituba, 29 de dezembro de 2017

Jari Luiz Dalbosco
Secretário Municipal da Fazenda
Contratante

JACIMAR ALEXANDRE TORRES ME
Representante legal
Contratada

CONTRATO SEMUSA 18/2017 - A/04 PROC 17/2014

Publicação Nº 1477653

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2014/18 - A/04

Contratada: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA
CNPJ: 00.867.301/0002-06
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo do contrato até 31 de dezembro de 2018.
Prazo: 12 meses Valor Total: R\$ 6.245,00
Fundamento: Processo nº 17/2014 Pregão nº 15/2014
Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante
INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA
Representante legal
Contratada

CONTRATO SEMUSA 2016/02 - A/02 PROC 47/2015

Publicação Nº 1477673

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2016/02 - A/02

Contratada: SANAVAL SERV. E TRANSP. PRODUTOS QUIMICOS LTDA
CNPJ: 01.394.452/0001-68
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por 12 (doze) meses a partir de 01/01/2018 até 01/01/2018,
Prazo: será de 12 meses Valor Total: R\$ 109.200,00
Fundamento: Processo nº 47/2015 Pregão nº 36/2015
Imbituba, 29 de dezembro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

SANAVAL SERV. E TRANSP. PRODUTOS QUIMICOS LTDA
Representante legal
Contratada

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 224/2017

Publicação Nº 1477728

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 224/2017

CONTRATADA: MERCEARIA INDAIAL LTDA - ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação de pessoas jurídicas, constituídas como mercearias, açougues, minimercados, mercados, supermercados, hipermercados e demais relacionados ao gênero, para a comercialização de gêneros alimentícios aos usuários do Benefício Alimentação, instituído pela Lei Municipal nº 5.296 de 14 de junho 2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 300.000,00

PRAZO: 22 de dezembro de 2017 até 22 de dezembro 2018.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2017.

CONTRATO Nº 225/2017

Publicação Nº 1477733

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 225/2017

CONTRATADA: LIBERTÉ VEÍCULOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de veículos de passeio, novos e 0km.

VALOR ESTIMADO: R\$ 248.600,00

PRAZO: 21 de dezembro de 2017 até 21 de março de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2017.

CONTRATO Nº 226/2017

Publicação Nº 1477730

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 226/2017

CONTRATADA: KOLINA PREMIER VEÍCULOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de veículos de passeio, novos e 0km.

VALOR ESTIMADO: R\$ 83.000,00

PRAZO: 21 de dezembro de 2017 até 21 de março de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2017.

CONTRATO Nº 227/2017

Publicação Nº 1477695

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 227/2017

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos.

VALOR: R\$ 11.740,00

PRAZO: 27 de dezembro de 2017 até 27 de março de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 27/12/2017.

CONTRATO Nº 228/2017

Publicação Nº 1477699

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 228/2017

CONTRATADA: JEFFERSON DUWE ME

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e

odontológicos.

VALOR: R\$ 26.480,00

PRAZO: 27 de dezembro de 2017 até 27 de março de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 27/12/2017.

CONTRATO Nº 229/2017

Publicação Nº 1477701

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 229/2017

CONTRATADA: CIRÚRGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA EPP

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos.

VALOR ESTIMADO: R\$ 12.010,00

PRAZO: 27 de dezembro de 2017 até 27 de março de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 27/12/2017.

CONTRATO Nº 230/2017

Publicação Nº 1477703

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 230/2017

CONTRATADA: INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRI-NENSE LTDA

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos.

VALOR ESTIMADO: R\$ 9.430,00

PRAZO: 27 de dezembro de 2017 até 27 de março de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 27/12/2017.

CONTRATO Nº 231/2017

Publicação Nº 1477706

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 231/2017

CONTRATADA: OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA EPP

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos.

VALOR ESTIMADO: R\$ 5.204,00

PRAZO: 27 de dezembro de 2017 até 27 de março de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 27/12/2017.

CONTRATO Nº 232/2017

Publicação Nº 1477721

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 232/2017

CONTRATADA: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos.

VALOR ESTIMADO: R\$ 702,00

PRAZO: 27 de dezembro de 2017 até 27 de março de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 27/12/2017.

CONTRATO Nº 233/2017

Publicação Nº 1477713

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 233/2017
CONTRATADA: CEK INFORMÁTICA EIRELI ME.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos de informática em geral.
VALOR: R\$ 181.881,00
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 234/2017

Publicação Nº 1477715

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 234/2017
CONTRATADA: NANO EMPREENDIMENTOS LTDA ME.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos de informática em geral.
VALOR: R\$ 42.936,00
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 235/2017

Publicação Nº 1477735

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 235/2017
CONTRATADA: DURALINE TECNOLOGIA LTDA EPP.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos de informática em geral.
VALOR ESTIMADO: R\$ 58.500,00
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 236/2017

Publicação Nº 1477694

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 236/2017
CONTRATADA: SILVANI ALTINO DE FRANÇA 77688074991.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos de informática em geral.
VALOR ESTIMADO: R\$ 5.600,00
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 237/2017

Publicação Nº 1477692

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 237/2017
CONTRATADA: HARLEY DE AGUIAR JÚNIOR EIRELI EPP.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos de informática em geral.
VALOR ESTIMADO: R\$ 7.785,00
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 238/2017

Publicação Nº 1477691

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 238/2017
CONTRATADA: LOJAS HARDT LTDA.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos de informática em geral.
VALOR ESTIMADO: R\$ 1.703,20
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 239/2017

Publicação Nº 1477718

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 239/2017
CONTRATADA: SUPERMERCADO FISTAROL LTDA.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e afins.
VALOR ESTIMADO: R\$ 2.135,96
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 240/2017

Publicação Nº 1477687

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 240/2017
CONTRATADA: SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e afins.
VALOR: R\$ 298,00
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 241/2017

Publicação Nº 1477688

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 241/2017
CONTRATADA: FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e afins.
VALOR: R\$ 7.736,50
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 242/2017

Publicação Nº 1477689

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 242/2017
CONTRATADA: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e afins.
VALOR: R\$ 1.371,00
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 243/2017

Publicação Nº 1477690

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 243/2017
CONTRATADA: EKOMOB COMÉRCIO EIRELI EPP.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e afins.
VALOR: R\$ 7.495,50
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 244/2017

Publicação Nº 1477711

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 244/2017
CONTRATADA: M MOBILE EIRELI EPP.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e afins.
VALOR ESTIMADO: R\$ 4.349,60
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 245/2017

Publicação Nº 1477707

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 245/2017
CONTRATADA: GILMAR SANI ME
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e afins.
VALOR ESTIMADO: R\$ 3.600,00
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 246/2017

Publicação Nº 1477726

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 246/2017
CONTRATADA: ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRÔNICOS EIRELI - EPP
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e afins.
VALOR ESTIMADO: R\$ 5.949,40
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 247/2017

Publicação Nº 1477724

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 247/2017
CONTRATADA: JHONATAN BAGATOLI ME
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e afins.
VALOR ESTIMADO: R\$ 2.788,30
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

CONTRATO Nº 248/2017

Publicação Nº 1477709

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 248/2017
CONTRATADA: TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e afins.
VALOR ESTIMADO: R\$ 7.170,00
PRAZO: 28 de dezembro de 2017 até 28 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 127/2017

Publicação Nº 1477686

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 127/2017

A FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Ozinil Martins de Souza, Diretor Executivo Interino, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 004.283.619-00 e Cédula de Identidade nº 6916605 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1310, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL CORO DE INDAIAL CORO MISTO INDAIÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 16.416.818/0001-20, estabelecida à Rua Maranhão, nº 540, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. José Carlos Peixer, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 559.959.189-15 e Cédula de Identidade nº 1.609.617-7, residente na Rua 14 de Agosto, lote 100, bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o presente Termo Aditivo visa a alteração dos dados bancários informados na cláusula sexta, item 6.4., do contrato original, que tem como objeto a contratação de apresentação artística musical "Associação Cultural Coro de Indaial Coro Misto Indaiá", passando a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Caixa Econômica Federal
Agência: 0852
Operação: 003
Conta: 3003-9

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma,

para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 19 de dezembro de 2017.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VÍCTOR PETERS – FIC Ozinil Martins de Souza Contratante	ASSOCIAÇÃO CULTURAL CORO DE INDAIAL CORO MISTO INDAIÁ José Carlos Peixer Contratada

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Rodrigo Koenig França

OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 001/2017

Publicação Nº 1477685

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE INDAIAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

1

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 001/2017

A **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FME**, inscrita no CNPJ sob nº 07.789.410/0001-02, com sede na Rua Olympia, nº 41, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Márcio Moisés Selhorst**, Diretor Executivo, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 811.016.789-68 e Cédula de Identidade nº 2.962.561, residente e domiciliado à Rua Dr. Blumenau, nº 4.180, Bairro Encano, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa, **FÁBIO DE OLIVEIRA 04846642984**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.615.442/0001-36, com sede na rua Sete Lagoas, nº 161, bairro Benedito, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. **Fábio de Oliveira**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 048.466.429/84 e Cédula de Identidade nº 5025903, residente e domiciliado nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2017, que tem como objeto a concessão à empresa privada de espaço para exploração de serviços de lanchonete e bar no Ginásio de Esportes Sérgio Luiz Petters, visa o reajuste de preços, de -0,8777% (dezembro/16 a novembro/17), pelo IGP-M – Índice Geral de Preços – Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, nos termos da Cláusula Nona, item 9.1, do contrato original.

Diante disso, as **Cláusulas Terceira, item 3.1 e Sétima, item 7.1**, do contrato original, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. *Constitui-se como objeto do presente contrato, a concessão à empresa privada de espaço para exploração de serviços de lanchonete e bar no Ginásio de Esportes Sérgio Luiz Petters, de acordo com o quadro a seguir, e da legislação correlata.*

Item	Quant	Unid	Especificações	Valor Unit	Valor Total
01	1	Unid.	Exploração de espaços para a realização dos serviços de lanchonete e bar no Ginásio de Esportes Sérgio Luiz Petters, em locais determinados.	R\$ 13.877,12	R\$ 13.877,12

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. *O valor total do presente contrato é de **R\$ 13.877,12** (treze mil, oitocentos e setenta e sete reais e doze centavos), os quais serão pagos em parcela única, em até 15 (quinze) dias da assinatura do contrato, conforme proposta apresentada, anexo ao presente contrato.*

Processo Licitatório nº 144/2016



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE INDAIAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

2

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 07 de dezembro de 2017.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
VEREADOR MARO MARCOS HADLICH -

FME
Márcio Moisés Selhorst
Contratante

FÁBIO DE OLIVEIRA 04846642984

Fábio de Oliveira
Contratada

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Rodrigo Koenig França
OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Processo Licitatório n° 144/2016

TERMO ADITIVO Nº 002 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2017

Publicação Nº 1477645

TERMO ADITIVO 002 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.2/2017

TERMO ADITIVO 002 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2/2017

Processo Licitatório Nº 16/00000165 Pregão Nº 50/2016 TERMO ADITIVO 002 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.2/2017 Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4.365.137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, apartamento 604, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000165 - Pregão Nº 50/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1.	FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):					
1.1	POSTO J R LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.093.097/0001-99, estabelecida à AVENIDA MARIA SIMÃO, nº 403 – Bairro DAS NAÇÕES, no município de Indaial – Santa Catarina.					
2.	DO OBJETO:					
2.1.	Aquisição de combustível tipo gasolina aditivada, etanol comum e diesel S-10.					
2.2.	Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.					
3.	VALORES REGISTRADOS:					
3.1.	Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:					
3.1.1.						
17302 - POSTO J R LTDA						
Lote: 1 - LOTE 01 - COMBUSTÍVEL - GASOLINA E ETANOL.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	COMBUSTÍVEL GASOLINA ADITIVADA.	LITRO			R\$3,799	
2	COMBUSTÍVEL ETANOL COMUM.	LITRO			R\$3,129	
				Total Lote:		
Lote: 2 - LOTE 02 - COMBUSTÍVEL DIESEL.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
3	COMBUSTÍVEL DIESEL S-10.	LITRO			R\$3,129	
				Total Lote:		
				Total Fornecedor:		
				Total Homologação:		
3.1.2	Tendo em vista o pedido de reequilíbrio apresentado através de ofício emitido pelo fornecedor, o presente termo aditivo tem por objetivo o realinhamento de preços dos itens 1 e 2 do Lote 1 e item 3 do Lote 2 da presente Ata de Registro de preços.					
4.	AS PARTES:					
4.1.	Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.					

Indaial/SC, em 22 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

André Luiz Moser

Prefeito Municipal

POSTO J R LTDA RICARDO FURLAN Representante

Testemunhas:	
Assinatura:	
Nome Legível:	
CPF.:	
Assinatura:	
Nome Legível:	
CPF.:	

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 051/2016

Publicação Nº 1477676

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 051/2016

O MUNICÍPIO DE INDIAIAL – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, HABITARK ENGENHARIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.269.823/0001-30, com sede na Rua Clara Persuhn, nº 107, sala 01, Bairro Itoupava Seca, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu representante legal Sr. Fernando Ricardo Reis, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 420.688.789-68 e Cédula de Identidade nº 2.178.709, residente à Rua Frei Estanislau Schaette, nº 111, Bairro Asilo, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, firmam o presente Termo Aditivo de contrato, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a recuperação de área degradada, conhecida como “lixão da mulde”, em área de 45.994,57 m2, compreendendo a execução de uma lagoa de estabilização para tratamento do chorume, com área de 1.288,00 m2, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é 21 de março de 2017 até 20 de março de 2018, contados a partir do dia seguinte ao da expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 20 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL André Luiz Moser Contratante	HABITARK ENGENHARIA LTDA EPP Fernando Ricardo Reis Contratada
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Fabiano dos Santos Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC nº 47.689

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 178/2016

Publicação Nº 1477675

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 178/2016

O MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, TERRAPLENAGEM POFFO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.832.009/0001-57, com sede na Rua Joaquim Pintrelli, nº 44, bairro Centro, na cidade de Ascurra – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua Representante Legal, Sra. Christa Gebien Poffo, brasileira, inscrito no CPF sob nº 382.178.309-59 e Cédula de Identidade nº 612990-0, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 178/2016, que tem como objeto a execução de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação em paralelepípedos, do Trecho 01 da Rua Arnaldo Ebert (início: interseção com a Rua Gustavo Barroso – estaca 2+4,00 PP; término: defronte residência no 249 – estaca 12+10,00 PF), em extensão de 206,00 metros, visa a supressão do item 2.2.2, da tabela planilha orçamentária, no valor de R\$ 694,40 (seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos), e itens 4.5.2 e 4.6.2, da tabela planilha orçamentária, no valor de R\$ 2.989,80 (dois mil, novecentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 3.684,20 (três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), conforme justificativa técnica emitida pela fiscalização do contrato.

Diante disso, a Cláusula Sétima, item 7.1., do contrato original, passa vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 388.990,97 (trezentos e oitenta e oito mil, novecentos e noventa reais e noventa e sete centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 20 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

André Luiz Moser

Contratante

TERRAPLENAGEM POFFO LTDA

Christa Gebien Poffo

Contratada

SECRETARIA DE OBRAS

Lindomar Lindner

Secretário Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Rodrigo Koenig França

OAB/SC nº 47.689

Testemunhas:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 195/2016

Publicação Nº 1477680

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 195/2016

O MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a Sra. DIRLENE LOES KOERICH, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 895.445.609-04, brasileira, casada, residente à Rua Felipe Schmidt, nº 455, Bairro São Luiz, no município de Brusque, Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua Representante Legal MAPA IMOBILIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.598.838/0001-90, estabelecida à Av. Getúlio Vargas, nº 234, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, por seu representante Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 484.728.839-49, RG sob nº 1.041.331, residente à Rua Paraíba, nº 306, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, item 2.1., do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel, com características de casa residencial, em alvenaria, com 01 (um) pavimento, com área construída de 80,00 m2, em terreno com área de 375,00 m2, situado à Rua Palmas, 183 – Bairro Tapajós, município de Indaial – Estado de Santa Catarina. Imóvel registrado sob Matrícula nº 17144, do Livro nº 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1. O prazo de locação do imóvel é de 24 de dezembro de 2017 à 23 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial (SC), 21 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Locatário	MAPA IMOBILIÁRIA LTDA Rogério Isnar Patrício Locador
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Sílvio César da Silva Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC nº 47.689

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 196/2016

Publicação Nº 1477679

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 196/2016

O MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e NADIR SIMIONI, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 538.368.989-34, brasileira, casada, residente à Travessa Zeferino de Castro, nº 30, Bairro Magalhães, na cidade de Laguna – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua representante legal MAPA IMOBILIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 234, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, por seu representante Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 484.728.839-49, RG sob nº 1.041.331, residente à Rua Paraíba, nº 306, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, item 2.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel, com características de casa residencial, em alvenaria, com 01 (um) pavimento, com área construída de 80,00 m2, em terreno com área de 360,00 m2, situado à Rua Arnaldo Fritz, 66 – Bairro Warnow, município de Indaial – Estado de Santa Catarina. Imóvel registrado sob Matrícula nº 27083, do Livro nº 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, passa vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1. O prazo de locação do imóvel é de 24 de dezembro de 2017 à 23 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial (SC), 21 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Locatário	MAPA IMOBILIÁRIA LTDA Rogério Isnar Patrício Locador
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Sílvio César da Silva Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC nº 47.689

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 197/2016

Publicação Nº 1477677

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 196/2016

O MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro,

nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e NADIR SIMIONI, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 538.368.989-34, brasileira, casada, residente à Travessa Zeferino de Castro, nº 30, Bairro Magalhães, na cidade de Laguna – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua representante legal MAPA IMOBILIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 234, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, por seu representante Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 484.728.839-49, RG sob nº 1.041.331, residente à Rua Paraíba, nº 306, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, item 2.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel, com características de casa residencial, em alvenaria, com 01 (um) pavimento, com área construída de 80,00 m2, em terreno com área de 360,00 m2, situado à Rua Arnoldo Fritz, 66 – Bairro Warnow, município de Indaial – Estado de Santa Catarina. Imóvel registrado sob Matrícula nº 27083, do Livro nº 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, passa vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1. O prazo de locação do imóvel é de 24 de dezembro de 2017 à 23 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial (SC), 21 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Locatário	MAPA IMOBILIÁRIA LTDA Rogério Isnar Patrício Locador
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Sílvia César da Silva Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC nº 47.689

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 011/2015

Publicação Nº 1477674

TERMO ADITIVO Nº 011 AO CONTRATO Nº 011/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua Dos Atiradores, nº 141, Apto 604, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.018.430/0001-05, com sede na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Rafael Busarello, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 049.802.169-60 e Cédula de Identidade nº 5.053.008, com endereço na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1. e quarta, itens 4.1., 4.1.1., 4.1.1.1., 4.1.1.2., 4.1.1.3., 4.1.2., 4.1.2.1., 4.1.2.2. e 4.1.2.3., do contrato original, que tem como objeto a locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	EQUIP.	FRANQUIA/ CÓPIAS	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT. EM (R\$)	VALOR TOTAL EM (R\$)
LOTE 01					
01	23	69.000	Impressora multifuncional, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo I.	0,043	2.967,00
02	57	114.000	Impressora multifuncional, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo II.	0,043	4.902,00
03	31	49.600	Impressora, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo III.	0,043	2.132,80

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor mensal da franquia do presente contrato é de R\$ 10.001,80 (dez mil e um reais e oitenta centavos).

4.1.1. Da franquia:

4.1.1.1. Item 01 – valor mensal de R\$ 2.967,00 (dois mil, novecentos e sessenta e sete reais), perfazendo valor anual de R\$ 35.604,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e quatro reais).

4.1.1.2. Item 02 – valor mensal de R\$ 4.902,00 (quatro mil, novecentos e dois reais), perfazendo valor anual de R\$ 58.824,00 (cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais).

4.1.1.3. Item 03 – valor mensal de R\$ 2.132,80 (dois mil, cento e trinta e dois reais e oitenta centavos), perfazendo valor anual de R\$ 25.593,60 (vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

4.1.2. Valor da cópia excedente:

4.1.2.1. Item 01 – valor unitário de R\$ 0,043 (quatro centavos e três milésimos de real).

4.1.2.2. Item 02 – valor unitário de R\$ 0,043 (quatro centavos e três milésimos de real).

4.1.2.3. Item 03 – valor unitário de R\$ 0,043 (quatro centavos e três milésimos de real).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 11 de julho de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME Rafael Busarello Contratada
GABINETE DO PREFEITO Manoel Felipe Boaventura Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Sílvio César da Silva Secretário Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Ozinil Martins de Souza Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Ivo Odorizzi Secretário Municipal
SECRETARIA DE OBRAS Lindomar Lindner Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Isold Thurow Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Fabiano dos Santos Secretário Municipal	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Katuscia Simone Harbs Secretária Municipal
SECRETARIA DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Elaine Cristine Theilacker Diretora Executiva
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Márcio Moisés Selhorst Diretor Executivo	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Cláudio Arani Nunes Chefe de Defesa Civil

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Rodrigo koenig França
OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 014 AO CONTRATO Nº 011/2015

Publicação Nº 1477681

TERMO ADITIVO Nº 014 AO CONTRATO Nº 011/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - SECRETARIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua Dos Atiradores, nº 141, Apto 604, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.018.430/0001-05, com sede na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Rafael Busarello, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 049.802.169-60 e Cédula de Identidade nº 5.053.008, com endereço na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato é de 04 de janeiro de 2018 até 03 de janeiro de 2019, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus

sucessores.

Indaial/SC, 15 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME Rafael Busarello Contratada
GABINETE DO PREFEITO Manoel Felipe Boaventura Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Sílvia César da Silva Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Ozinil Martins de Souza Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA Ivo Odorizzi Secretário Municipal
SECRETARIA DE OBRAS Lindomar Lindner Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO Fabiano dos Santos Secretário Municipal
SECRETARIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE Jonas Luiz de Lima Secretário Municipal	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL Katiuscia Simone Harbs Secretária Municipal
SECRETARIA DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Ozinil Martins de Souza Diretor Executivo Interino
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Márcio Moisés Selhorst Diretor Executivo	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Ivo Ockner Diretor de Defesa Civil

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Rodrigo Koenig França
OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Iomerê

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO Nº 01/2018

Publicação Nº 1475697

EDITAL DE CHAMAMENTO AOS INTERESSADOS PARA INSCRIÇÕES NO CADASTRO DE FORNECEDORES

Nº 0001/2018

O Município de Iomerê - SC, torna público para conhecimento de todos os interessados, que estará recebendo, junto a sua Sede, sito a Rua João Rech, nº 500, Centro, na cidade de Iomerê, SC., inscrições para fornecedores do Município, conforme determina a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

I - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente Edital é receber inscrições de fornecedores no cadastro de fornecedores do Município de Iomerê, para efeito de habilitação para qualquer modalidade de licitação e/ou contrato.

II - DA DOCUMENTAÇÃO:

2.1. Será exigido dos interessados para que comprovem a habilitação, os seguintes documentos:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício (de acordo com as exigências do Novo Código Civil);

b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal (Alvará), se houver da sede da empresa proponente;

d) Cartão do CNPJ;

e) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);

g) Prova de Inscrição Estadual;

h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

i) Certidão Negativa com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;

j) Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

l) Apresentar o Balanço Patrimonial registrado na Junta Comercial anexado em declaração do Contador da Empresa, atestando boa situação financeira.

2.2. Os documentos listados no item 2.1 deverão ser apresentados em 01 (uma) via por fotocópia.

Iomerê, 02 de janeiro de 2018.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

Decreto 225/17

Publicação Nº 1477738

DECRETO MUNICIPAL Nº 225 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO PARA VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE COLETIVO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, na forma da competência do Município que estão conferidas no Art.109, XXXI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o art. 7º e art. 9º da Lei Municipal nº 1.810 de 19 de dezembro de 2017, que “Institui o Programa de Transporte Coletivo Escolar no Município de Iporã Do Oeste - SC”;

DECRETA:

Art. 1º. Para fins de fixação do critério de idade mínima dos veículos destinado ao Transporte Coletivo Escolar no município de Iporã do Oeste/SC, para o exercício 2018, somente serão considerados aptos e poderão participar do procedimento licitatório os veículos com o ano de fabricação 1993 ou posterior, considerando-se para esta finalidade, o ano de fabricação do chassi, constante do CRLV.

Parágrafo único. Os veículos destinados ao Transporte Coletivo Escolar, devem estar em conformidade com o Art. 136, do Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações que regulamentam a atividade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 28 de dezembro de 2017.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

NEREU JOSÉ BARTH
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1.813/17

Publicação Nº 1477646

LEI Nº 1.813 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, do imóvel objeto da Matrícula nº 13675, localizado com frente para a Rua 2 de Novembro, nesta cidade de Iporã do Oeste, situada na esquina da Rua 2 de Novembro com a Nicolau Seger, possuindo uma área de 2.730,50 m² (dois mil setecentos e trinta metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), com a finalidade de construção pela CESSIONÁRIA do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Art. 2º. A Cessão de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quantos necessários para atendimento da finalidade proposta, e, desde que haja interesse das partes.

Art. 3º. As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 29 de dezembro de 2017.

LÚCIO MALLMANN
Prefeito Municipal

NEREU JOSÉ BARTH
Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 051/2017**

Publicação Nº 1477642

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC

Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 051/2017, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Iporã do Oeste SC, 29 de dezembro de 2017.

Lairton Hahn

Presidente

Ipuacú

PREFEITURA

2 ADTO CT PREF 23.2017

Publicação Nº 1477525

DATA DE ADITAMENTO: 29/12/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 23 DE 30 DE MARÇO DE 2017

Processo Licitatório Pref. n.º 40/2016, Pregão Presencial Pref n.º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

CONTRATADA: SIDINEI BINOTTO ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.602.147/0001-45

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente termo aditivo ao Contrato PREF 23/2017 às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 40/2016, Pregão Presencial Pref n.º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Consiste o presente aditivo na alteração “prazos” (cláusula quinta) do Contrato PREF 23 de 30 de março de 2017, conforme termos adiante descritos.

CLÁUSULA SEGUNDA– DAS ALTERAÇÕES

A cláusula quinta do contrato ORIGINAL a vigorava com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

O prazo de validade do presente contrato será de 12 meses a contar de sua assinatura, compreendendo o período de 30 de março de 2017 à 30 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n. 8666/93...

ü Em virtude da ampliação de prazo retratada conforme adiante, a cláusula quinta do contrato original PASSA A VIGORAR com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

O prazo de validade do presente contrato será de 21 meses a contar de sua assinatura, compreendendo o período de 30 de março de 2017 à 30 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n. 8666/93...

2 ADTO CT PREF 24.2017

Publicação Nº 1477531

DATA DE ADITAMENTO: 29/12/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 24 DE 30 DE MARÇO DE 2017

Processo Licitatório Pref. n.º 40/2016, Pregão Presencial Pref n.º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

CONTRATADA: JOSÉ ARLEI BARBOSA -ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.329.158/0001-02,

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente termo aditivo ao Contrato PREF 24/2017 às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 40/2016, Pregão Presencial Pref n.º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Consiste o presente aditivo na alteração “prazos” (cláusula quinta) do Contrato PREF 24 de 30 de março de 2017, conforme termos

adiante descritos.

CLÁUSULA SEGUNDA– DAS ALTERAÇÕES

A cláusula quinta do contrato ORIGINAL a vigorava com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

O prazo de validade do presente contrato será de 12 meses a contar de sua assinatura, compreendendo o período de 30 de março de 2017 à 30 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n. 8666/93...

ü Em virtude da ampliação de prazo retratada conforme adiante, a cláusula quinta do contrato original PASSA A VIGORAR com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

O prazo de validade do presente contrato será de 21 meses a contar de sua assinatura, compreendendo o período de 30 de março de 2017 à 30 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n. 8666/93...

2 ADTO CT PREF 25.2017

Publicação Nº 1477534

DATA DE ADITAMENTO: 29/12/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 25 DE 30 DE MARÇO DE 2017

Processo Licitatório Pref. n.º 40/2016, Pregão Presencial Pref n.º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

CONTRATADA: A. B TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.091.191/0001-20

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente termo aditivo ao Contrato PREF 25/2017 às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 40/2016, Pregão Presencial Pref n.º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Consiste o presente aditivo na alteração “prazos” (cláusula quinta) do Contrato PREF 25 de 30 de março de 2017, conforme termos adiante descritos.

CLÁUSULA SEGUNDA– DAS ALTERAÇÕES

A cláusula quinta do contrato ORIGINAL a vigorava com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

O prazo de validade do presente contrato será de 12 meses a contar de sua assinatura, compreendendo o período de 30 de março de 2017 à 30 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n. 8666/93...

ü Em virtude da ampliação de prazo retratada conforme adiante, a cláusula quinta do contrato original PASSA A VIGORAR com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

O prazo de validade do presente contrato será de 21 meses a

contar de sua assinatura, compreendendo o período de 30 de maro de 2017 à 30 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n. 8666/93...

2 ADTO CT PREF 33.2017

Publicação Nº 1477533

DATA DE ADITAMENTO: 29/12/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 33 DE 18 DE MAIO DE 2017.

Processo Licitatório Pref. n.º 40/2016, Pregão Presencial Pref n.º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

CONTRATADA: VERA LUCIA CARLESSO MAGIONI 52799298915, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.758.042/0001-80

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente termo aditivo ao Contrato PREF 33/2017 às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 40/2016, Pregão Presencial Pref n.º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Consiste o presente aditivo na alteração “prazos” (cláusula quinta) do Contrato PREF 33 de 18 de maio de 2017, conforme termos adiante descritos.

CLÁUSULA SEGUNDA– DAS ALTERAÇÕES

A cláusula quinta do contrato ORIGINAL a vigorava com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

O prazo de validade do presente contrato será de 12 meses a contar de sua assinatura, compreendendo o período de 18 de maio de 2017 à 30 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n. 8666/93...

ü Em virtude da ampliação de prazo retratada conforme adiante, a cláusula quinta do contrato original PASSA A VIGORAR com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

O prazo de validade do presente contrato será de 19 meses e 12 dias a contar de sua assinatura, compreendendo o período de 18 de maio de 2017 à 30 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n. 8666/93...

3 ADTO CT PREF 22.2017

Publicação Nº 1477520

DATA DE ADITAMENTO: 29/12/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 22 DE 30 DE MARÇO DE 2017

Processo Licitatório Pref. n.º 40/2016, Pregão Presencial Pref n.º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

CONTRATADA: MARCOS VINICIUS BINOTO ME, inscrita no CNPJ sob o n. 26.504.937/0001-98,

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 40/2016, Pregão Presencial Pref n.º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Consiste o presente aditivo na alteração “prazos” (cláusula quinta) do Contrato PREF 22 de 30 de março de 2017, conforme termos adiante descritos.

CLÁUSULA SEGUNDA– DAS ALTERAÇÕES

A cláusula quinta do contrato ORIGINAL a vigorava com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

O prazo de validade do presente contrato será de 12 meses a contar de sua assinatura, compreendendo o período de 30 de maro de 2017 à 30 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n. 8666/93...

ü Em virtude da ampliação de prazo retratada conforme adiante, a cláusula quinta do contrato original PASSA A VIGORAR com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

O prazo de validade do presente contrato será de 12 meses a contar de sua assinatura, compreendendo o período de 30 de maro de 2017 à 30 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n. 8666/93...

3 ADTO CT PREF 26.2017

Publicação Nº 1477536

DATA DE ADITAMENTO: 29/12/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 26 DE 30 DE MARÇO DE 2017

Processo Licitatório Pref. n.º 40/2016, Pregão Presencial Pref n.º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

CONTRATADA: ADILSON EDSON BELINO ME, inscrita no CNPJ sob o n. 26.531.355/0001-09,

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente termo aditivo ao Contrato PREF 26/2017 às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 40/2016, Pregão Presencial Pref n.º 27/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 07/2017 datada em 01 de fevereiro de 2017.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Consiste o presente aditivo na alteração “prazos” (cláusula quinta) do Contrato PREF 26 de 30 de março de 2017, conforme termos adiante descritos.

CLÁUSULA SEGUNDA– DAS ALTERAÇÕES

A cláusula quinta do contrato ORIGINAL a vigorava com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

O prazo de validade do presente contrato será de 12 meses a contar de sua assinatura, compreendendo o período de 30 de maro de 2017 à 30 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n. 8666/93...

ü Em virtude da ampliação de prazo retratada conforme adiante, a cláusula quinta do contrato original PASSA A VIGORAR com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

O prazo de validade do presente contrato será de 21 meses a contar de sua assinatura, compreendendo o período de 30 de maro de 2017 à 30 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n. 8666/93...

9 ADTO CT PREF 74.2016

Publicação Nº 1477550

DATA DE ADITAMENTO: 29/12/2017

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 74 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Processo Licitatório PREF n.º29/2016, Tomada de Preços n. PREF n.º 05/2016

CONTRATADO: SET SERVIÇOS DE COSNTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 23.817.053/0001-03

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório PREF 29/2016 e, além do tratado neste Termo Aditivo.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Consiste o presente aditivo na alteração “prazos” (cláusula segunda) do Contrato PREF 64 de 22 de novembro de 2016, conforme termos adiante descritos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

A cláusula segunda do contrato ORIGINAL a vigorava com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

1. - O presente contrato terá o prazo de vigência até 31/01/2017, podendo ser prorrogado se presentes os requisitos legais.

2. - O prazo para execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias conforme previstos no projeto básico, contados a partir da expedição da ordem de serviço/Autorização de Fornecimento emitida pelo município;

...

ü Em virtude da ampliação de prazo retratada conforme adiante, a cláusula segunda do contrato original PASSA A VIGORAR com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

1. - O presente contrato terá o prazo de vigência até 30/03/2018, podendo ser prorrogado se presentes os requisitos legais.

2. - O prazo para execução dos serviços será de 483 (quatrocentos e oitenta e três) dias, contados a partir da expedição da ordem de serviço/Autorização de Fornecimento emitida pelo município, incluindo pagamentos e prestação de contas;

CT PREF 74.2017

Publicação Nº 1477601

CONTRATO PREF N.º 74/2017 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONTRATADA: T&Z CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.897.023/0001-90

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 39/2016, Pregão Presencial Pref n.º 26/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 02/2017 datada de 02/01/2017.

OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO:

O presente tem por objeto a contratação em caráter excepcional e não continuada de serviços técnicos especializados de empresa com registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC para prestação de serviços de assessoria, consultoria e treinamento no âmbito da administração pública, compreendendo as áreas financeira, controladoria, contábil e patrimonial na implementação das novas normas da contabilidade pública brasileira de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com contínua capacitação e treinamento para a correta realização das atividades mediante realização de reuniões, instruções no local de trabalho e orientações a distância via e-mail, telefone e outros meios eletrônicos, bem como assessoria nos assuntos que digam respeito ao Tribunal de Contas sobre a forma regular da prática dos procedimentos contábeis da administração pública, emissão de pareceres e ainda orientação e treinamento para a conferência mensal/

bimestral/anual das informações a serem geradas pelo e-Sfinge, SIOPS, SIOPE, SICONFI, etc. Assessoramento na área de planejamento na elaboração do PPA, LDO e LOA, com pelo menos um encontro presencial semanal na sede do contratante num total de 24 horas mensais.

VALOR: O valor total para a execução do objeto deste contrato é de até R\$ 110.400,00 (cento e dez mil e quatrocentos reais), consignado conforme a proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE, sendo o valor mensal de R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: de 29 de dezembro de 2017 à 29 de dezembro de 2018

PL PREF 01/2018 CHAMAMENTO 01/2018

Publicação Nº 1477607

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2018

MODALIDADE: OUTRAS MODALIDADES

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTRO DE FORNECEDORES
CHAMAMENTO PARA CADASTRO - PREFEITURA E FUNDOS

A Prefeita Municipal de Ipuacu – SC, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 34, § 1º da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da realização frequente de licitações, efetua chamamento público de fornecedores e prestadores de serviços, eventualmente interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuacu - SC.

Para tanto, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

Pessoas jurídicas:

- Requerimento para inscrição no Cadastro Municipal de Fornecedores;
- Contrato social e suas respectivas alterações (consolidado), além dos documentos específicos, em caso de sociedades por ações;
- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Cartão do CNPJ;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de inscrição junto ao cadastro municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certidão negativa do FGTS;
- Certidão negativa de débito com a fazenda municipal;
- Certidão negativa de débito com a fazenda estadual;
- Certidão negativa de débito de tributos e contribuições federais e de quitação da dívida ativa da União (CONJUNTA FEDERAL/INSS);
- Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício acompanhados do termo de abertura e fechamento de livro contábil;
- Comprovante de registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA, CRM, CRO etc);
- Comprovante de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para os fins da Lei Complementar 123, se for o caso.
- Cópia do CPF, RG e comprovante residencial com no máximo 60 dias de emissão, do Sócio Administrador da Empresa.

Pessoas físicas:

- Cópia do CFF e RG;
- Comprovante de residência atualizado com no máximo de 60 dias/emissão;
- Comprovação de grau de escolaridade (quando for o caso de inscrição em órgão de classe) mediante diploma e carteira profissional;

- Certidões negativa ou positiva com efeitos de negativa abaixo relacionadas:

- * Municipal;
- * Estadual; e,
- * Federal/INSS.

O Certificado de Registro Cadastral será emitido, tendo prazo de validade de 01 (um) ano. Fica todavia ressalvados os casos de licitações em que as negativas deverão estar em pleno vigor.

As pessoas físicas ou jurídicas cadastradas no Município de Ipuacú – SC, se obrigam pelas informações que prestarem e documentos que apresentarem, responsabilizando-se ainda pela manutenção das certidões e documentos que tenham prazo de validade e desde que perdurem os requisitos exigidos neste edital

Este edital de chamamento público será afixada no mural público municipal, e disponibilizado no site do município www.ipuacu.sc.gov.br.

Ipuacú - SC, 02 de janeiro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Visto Assessoria Jurídica. Julcemar Comachio. OAB/SC 18.445

Irani

PREFEITURA

CREENCIAMENTO Nº 001/2018/FMS

Publicação Nº 1477944

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018/FMS

OBJETO: Credenciamento de empresa(s) especializada(s) na realização de exames laboratoriais, pelos valores constantes da Tabela S.U.S (Sistema Único de Saúde) para atendimento a população do Município de Irani, conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

VIGÊNCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018.

DILCE SALETE ZENARO – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES - PREFEITO MUNICIPAL

CREENCIAMENTO Nº 002/2018/FMS

Publicação Nº 1477945

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2018/FMS

OBJETO: Credenciamento de Farmácias e Drogarias para fornecimento de medicamentos (destinados a pacientes em situação grave ou por ordem judicial, e medicamentos que não constam em processo Licitatório ou que a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoque), constantes na Tabela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Secretaria Executiva – CMED – Lista de Preços Fábrica e Máximos ao Consumidor e Lista ABC Farma – Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico.

VIGÊNCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018.

DILCE SALETE ZENARO – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 37/2017

Publicação Nº 1477947

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2017/FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2017/FMS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO, DEPENDÊNCIA QUÍMICA E ALCOOLISMO DE A. J. S. D.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONVENIENTE: CENTRO DE REABILITAÇÃO CARBONEL EIRELI - ME

VALOR: R\$ 28.680,00 (vinte e oito mil seiscentos e oitenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Caput do artigo 25, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018.

Irani, SC, 28 de dezembro de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 247/2017

Publicação Nº 1477430

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 247/2017

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, TORNA PÚBLICO para ciência dos interessados que, a partir do dia 02 de Janeiro de 2018 estão abertas as inscrições para Credenciamento de pessoa jurídica para a execução/fornecimento dos serviços sócio assistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou casa lar.

Os interessados deverão apresentar os documentos de habilitação a partir do dia 02/01/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Itapiranga.

A íntegra do Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras da Prefeitura, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações pelo fone: (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 28 de Dezembro de 2017.

CAMYLLLE SCHAFFER

Secretária Municipal de Assistência Social

DECRETO Nº 220, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477198

DECRETO Nº 220, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e na fonte de recurso 107 - Transferência de Recurso do Fundeb 60% no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

08.01 – Secretaria Municipal de Transportes
26.782.0149.2043 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 120.000,00

06.01 – Secret. Munic. da Educação Cult. e Desporto – Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 – Manut. e Desenvol. Das Ativ. da Educação Ensino Fundamental
31.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 18 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC., 18 de dezembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 231, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477201

DECRETO Nº 231, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais):

03.03 – Secretaria Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos
04.122.0010.2004 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

08.01 – Secretaria Municipal de Transportes
26.782.0149.2043 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entre em vigor com efeitos a partir do dia 21 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 21 de dezembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 233, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477204

DECRETO Nº 233, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais):

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0042.1011 – Aquisição e Veículos, Equip. Material Perm. – Setor Saneamento
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 95,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 21 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 21 de dezembro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Lauro Schlickmann
Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 234, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477207

DECRETO Nº 234, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

92.01 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 26 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 26 de dezembro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Lauro Schlickmann
Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 235, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477209

DECRETO Nº 235, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA E DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDOR COMISSIONADO PARA EFETUAR A ASSINATURA DA DOCUMENTAÇÃO DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

Art. 1º Fica designado o servidor Ilvar Felipe Vogt, matrícula nº 1534401, no cargo em comissão de Assessor de Gabinetes e Secretarias para cumulativamente, com delegação de atribuições, efetuar a assinatura de documentação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no período de 02 a 16 de janeiro de 2018, tendo em vista as férias da titular, Carlise Welter Werlang, matrícula nº 15253/01.

Parágrafo único. Esta delegação não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 26 de dezembro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 236, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477211

DECRETO Nº 236, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 158.517,00 (cento e cinquenta e oito mil, quinhentos e dezessete reais), na fonte de recurso 107 - Transferência de Recurso do Fundeb 60%, no valor de R\$ 196.540,00 (cento e noventa e seis mil, quinhentos e quarenta reais) e na fonte 120 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%, no valor de R\$ 79.700,00 (setenta e nove mil e setecentos reais):

04.01 – Secret. Munic. da Fazenda e Planejamento
04.123.0018.2013 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda
31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 125.000,00

06.01 – Secret. Munic. Educ. Cult. e Desporto – Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 – Manut. e Desenv. das Ativ. da Educação Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas
..... R\$ 114.540,00

31.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00

06.02 – Secret. Munic. Educ. Cult. e Desporto – Educação Infantil
 12.365.0070.2034 – Manut. das Atividades da Educação Infantil
 31.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas
 R\$ 82.000,00
 33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas
 R\$ 9.700,00

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.0042.2018 – Manutenção das Atividades da Assistência Social Geral
 31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
 R\$ 29.645,00
 33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
 R\$ 3.872,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 26 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 26 de dezembro de 2017.
 Jorge Welter
 Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
 Lauro Schlickmann
 Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 237, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477214

DECRETO Nº 237, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.
 Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 124 – Convênio PAB Fixo, no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais):

92.01 – Fundo Municipal de Saúde
 10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde
 31.90.00.00.00.00.00.0124 – Aplicações Diretas
 R\$ 175.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 26 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 26 de dezembro de 2017.
 Jorge Welter
 Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
 Lauro Schlickmann
 Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 238, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477218

DECRETO Nº 238, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 - Recursos de Impostos para Saúde 15%, no valor de R\$ 69.560,00 (sessenta e nove mil, quinhentos e sessenta reais), na fonte de recurso 120 – Convênio Saúde Bucal, no valor de R\$ 5.272,00 (cinco mil, duzentos e setenta e dois reais), na fonte de recurso 127 - Convênio SUS, no valor de R\$ 40.087,00 (quarenta mil e oitenta e sete reais), na fonte de recurso 603 - Convênio NASF, no valor de R\$ 24.572,00 9 (vinte e quatro mil, quinhentos e setenta e dois reais):

92.01 – Fundo Municipal de Saúde
 10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde
 31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
 R\$ 69.560,00
 31.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.272,00
 31.90.00.00.00.00.00.0127 – Aplicações Diretas
 R\$ 40.087,00
 31.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas
 R\$ 24.572,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 26 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 26 de dezembro de 2017.
 Jorge Welter
 Prefeito
 Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
 Lauro Schlickmann
 Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 240, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477223

DECRETO Nº 240, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 26.890,00 (vinte e seis mil, oitocentos e noventa reais) e na fonte 120 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%, no valor de R\$ 53.222,00 (cinquenta e três mil, duzentos e vinte e dois reais):

02.01 – Gabinete do Prefeito
 04.122.0140.2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 182,00

03.01 – Secret. Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos
04.122.0010.2004 – Manutenção das Atividades da Secretaria da
Administração
31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.500,00

04.01 – Secreta. Munic. da Fazenda e Planejamento
04.123.0018.2013 – Manutenção das Atividades da Secretaria da
Fazenda
31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 4.530,00

06.01 – Secret. Munic. Educ. Cult. e Desporto – Ensino Fundamen-
tal
12.361.0066.2029 – Manut. e Desenv. das Ativ. da Educação Ensi-
no Fundamental
31.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

06.02 – Secret. Munic. Educ. Cult. e Desporto – Educação Infantil
12.365.0070.2034 – Manut. das Atividades da Educação Infantil
33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas
..... R\$ 13.222,00

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0042.2018 – Manutenção das Atividades da Assistência So-
cial Geral
31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 13.678,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 26
de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 26 de dezembro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Lauro Schlickmann
Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 241, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477224

DECRETO Nº 241, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.
Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Or-
çamento do Município de Itapiranga SC, e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no
uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de confor-
midade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016;
Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no
Orçamento vigente de 2017 da Prefeitura de Itapiranga SC, na
seguinte dotação orçamentária:

06.01 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto –
Ensino Fundamental
12.361.0066.2029 – Manutenção Desenv. das Ativ. da Educação
Ensino Fundamental
31.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
20.606.0107.2038 – Manutenção das Atividades da Secretaria
31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.703,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do art. 1º,
a anulação parcial das seguintes dotações:

06.01 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto –
Ensino Fundamental
12.361.0066.2029 – Manutenção Desenv. das Ativ. da Educação
Ensino Fundamental
33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
20.606.0107.2038 – Manutenção das Atividades da Secretaria
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.703,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 26
de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 26 de dezembro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito
Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Lauro Schlickmann
Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 242, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477225

DECRETO Nº 242, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Or-
çamento do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão de
"Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no
uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de confor-
midade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016;
Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no
Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso
de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos
Ordinários, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais):

03.01 – Secret. Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos
04.122.0010.2004 – Manutenção das Atividades da Secretaria da
Administração
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 26
de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 26 de dezembro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Lauro Schlickmann
Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 243, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477229

DECRETO Nº 243, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA E DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDOR EFETIVO PARA EFETUAR A ASSINATURA DA DOCUMENTAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a :

Art. 1º Fica designado o servidor Ivo Bogorny, matrícula nº 12711/05, no cargo efetivo de Mecânico para cumulativamente, com delegação de atribuições, efetuar a assinatura de documentação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, no período de 02 a 16 de janeiro de 2018, tendo em vista as férias do titular, Paulo José Theobald, matrícula nº 10281/02.

Parágrafo único. Esta delegação não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

Itapiranga, SC, 27 de dezembro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 244, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477232

DECRETO Nº 244, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 - Recursos de Impostos para Saúde 15%, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais):

92.01 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde
33.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 90.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 27 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 27 de dezembro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Lauro Schlickmann
Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 245, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477237

DECRETO Nº 245, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos I, II e § 1º do art. 4º, da Lei Municipal nº 3.091, de 20 de julho de 2017;

D e c r e t a :

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal da Juventude de Itapiranga, SC, com a seguinte composição:

I - Representantes do Poder Público Municipal:
EFETIVOS SUPLENTEs

- a) Angela Wohlfart Ana Bell Henn
- b) Carline Muller Soehn Ana Luisa Kolling Hemming
- c) Douglas Antônio Thiel Daisy Caroline Rohden Neckel
- d) Eder Weber Alvarenga Diefferson Antonio dos Santos
- e) Evandro Gewehr Vargas Eliana Tolfo Consatti
- f) Fernanda Luisa Giehl Juliana Vogel
- g) Jarline Hofer Mayra Carolina Konzen Reichert
- h) Kamile Schneider Pablo José Guareschi
- i) Kerly Ivana Leidemer Thais Janner
- j) Tainá Menuncin Valquiria Jung Rosa

II - Representantes de Entidades Cíveis Organizadas:
EFETIVOS SUPLENTEs

- a) Associação de Cultura, Esporte e Turismo de Itapiranga - ACETI: Kerly Reckziegel Wailand Junior Gabriel Bohnem
- b) Associação Cultural, Alemã e Folclórica de Itapiranga - ACAFI: Kelly Kayser William Luis Hammerschmitt
- c) Associação Itapiranguense de Motoqueiros Mongóis do Asfalto: Adriano Taborda Hencker Luiz Henrique Buss
- d) Centro Universitário FAI: Bruna Luisa Werlang Ariel Luiz Giehl Jaíne Kessler Ramos Emerson Bervian Klunk
- e) Clube Recreativo, Esportivo e Cultural Fôlego Auto Grupo: Vanessa Bartz Silva Vanderlei Kuhn
- f) Grupo Escoteiro Pedra Vermelha Heloisa Heberle Laura Michels
- g) Junior Chamber International Itapiranga - JCI: Thais Schorr Zimmer Tamara Rappeti Vaz
- h) Núcleo do Jovem Empreendedor Itapiranguense: Daniela Vogel Luana Sperluk
- i) Orquestra Municipal de Violões: João Vitor Facco Diogo César Werlang Soehn

Art. 2º As designações constantes no art. 1º do presente Decreto não contam ônus para os cofres públicos municipais, tendo em vista ser função de interesse público, consoante com o disposto no § 3º, do art. 4º, da Lei Municipal nº 3.091, de 20 de julho de 2017.

Art. 3º O mandato dos conselheiros e de seus respectivos suplentes será de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez, conforme prevê o § 4º, do art. 4º, da Lei Municipal nº 3.091, de 20 de julho de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 27 de dezembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretario de Administração.

DECRETO Nº 246, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477500

DECRETO Nº 246, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 120 - Recursos dos Impostos p/Educação 25%, no valor de R\$ 13.020,00 (treze mil e vinte reais):

06.01 – Secret. Munic. Educ. Cult. e Desporto – Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 – Manut. e Desenv. das Ativ. da Educação Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas
..... R\$ 6.000,00

06.02 – Secret. Munic. Educ. Cult. e Desporto – Educação Infantil
12.365.0070.2034 – Manut. das Atividades da Educação Infantil
33.90.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.020,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 28 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 28 de dezembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 247, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477502

DECRETO Nº 247, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais):

03.02 – Secreta. Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos - Saneamento
17.512.0079.1007 – Aquisição e Veículos, Equip. Material Perm. – Setor Saneamento

44.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 92.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 28 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 28 de dezembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 248, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477503

DECRETO Nº 248, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais):

03.02 – Secreta. Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos - Saneamento
17.512.0079.1007 – Aquisição e Veículos, Equip. Material Perm. – Setor Saneamento

44.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 28 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 28 de dezembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 249, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477504

DECRETO Nº 249, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VII, do artigo 59, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos no período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, nas repartições públicas do Município de Itapiranga, SC, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, conforme Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior, deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, SC, 28 de dezembro de 2017.

Jorge Welter
PrefeitoPublicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Lauro Schlickmann
Secretário Municipal de Administração.

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 249, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS 2018

MÊS	DIA	DIA DA SEMANA	COMEMORAÇÃO	LEGISLAÇÃO PERTINENTE
Janeiro	01	Segunda-Feira	Confraternização Universal	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002
Fevereiro	12	Segunda-feira	Véspera de Carnaval	Ponto Facultativo Portaria nº 468, de 22 de dezembro de 2017
	13	Terça-feira	Carnaval	Ponto Facultativo Portaria nº 468, de 22 de dezembro de 2017
	14	Quarta-feira	Emancipação Político-Administrativa	Feriado Municipal Lei nº 2.630, de 21/09/2010
Março	29	Quinta-feira	Quinta-feira Santa, período vespertino	Ponto Facultativo
	30	Sexta-feira	Paixão de Cristo	Feriado Municipal Lei 2.630, de 21/09/2010
Abril	01	Domingo	Páscoa	
	21	Sábado	Tiradentes	Feriado Nacional Lei nº 10.607, de 19/12/2012
Maio	1º	Terça-feira	Dia do Trabalho	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002
	31	Quinta-feira	Corpus Christi	Feriado Municipal Lei nº 2.630, de 21/09/2010
Julho	25	Quarta-feira	São Cristóvão	Feriado Municipal Lei nº 2.630, de 21/09/2010

Setembro	7	Sexta-feira	Independência do Brasil	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002
Outubro	12	Sexta-feira	Nossa Senhora Aparecida	Feriado Nacional Lei nº 6.802, de 30/06/1980
	28	Domingo	Dia do Servidor Público	Ponto Facultativo Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990
Novembro	2	Sexta-feira	Finados	Feriado Nacional Lei nº 10.607, de 19/12/2002
	15	Quinta-feira	Proclamação da República	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002
Dezembro	25	Terça-feira	Natal	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002

DECRETO Nº 239, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477221

DECRETO Nº 239, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE REGISTRO DE FREQUÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Complementar nº 039, de 12 de julho de 2011, e ainda,

Considerando a realização dos 21º Jogos Abertos de Itapiranga - Jait, durante o mês de janeiro e fevereiro de 2018;

Considerando que os jogos ocorrem em diversas comunidades do interior e bairros;

Considerando que os jogos acontecem também em horários noturnos e inclusive aos finais de semana;

Considerando que os servidores lotados no Departamento de Esporte e Assessoria de Comunicação estão diretamente envolvidos na organização deste evento;

D e c r e t a :

Art. 1º Ficam dispensados do registro de frequência para controle da jornada de trabalho os servidores a seguir relacionados, durante o mês de janeiro e fevereiro, considerando o envolvimento direto destes na organização, realização e divulgação dos 21º Jogos Abertos de Itapiranga – Jait:

I - José Gilvane Lauer, matrícula nº 9941/12, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Esportivo;

II - Enio José Pauli, matrícula nº 6723/06, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor do Departamento de Esporte;

III - Alcério Ferreira Cardoso, matrícula nº 14773/02, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Comunicação; e

IV - Éder Weber Alvarenga, matrícula nº 15271/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Mídias Sociais.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

Itapiranga, SC, 26 de dezembro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 1/2018

Publicação Nº 1477283

Portaria nº 1 de 2 de janeiro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 20% (vinte por cento) incorporado no vencimento base da servidora municipal Jarline Hofer matrícula nº 14901/03, tendo em vista a conclusão do Curso de Direito, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2018.
Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2/2018

Publicação Nº 1477284

Portaria nº 2 de 2 de janeiro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e determinação judicial;

RESOLVE:

Art.1º. Retificar o valor da complementação de aposentadoria de Lucia Klein, conforme decisão nos autos nº 0300102-08.2017.8.24.0034 e Mem nº 016/2017/Assessoria Jurídica.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2018.
Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 287/2017

Publicação Nº 1477279

Portaria nº 287 de 28 de dezembro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - O horário de trabalho do servidor Maciel Welter matrícula nº 13160/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de

Engenheiro Sanitarista com 20 horas semanais, é de segunda a sexta-feira no período matutino.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 28 de dezembro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 288/2017

Publicação Nº 1477281

Portaria nº 288 de 28 de dezembro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - O horário de trabalho da servidora Juliane Cristina Dassow matrícula nº 15358/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Sanitarista com 20 horas semanais, é terça-feira e quinta-feira no período matutino e vespertino e na sexta-feira no período matutino.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 28 de dezembro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 289/2017

Publicação Nº 1477282

Portaria nº 289 de 28 de dezembro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - O horário de trabalho da servidora Franciele Rohr matrícula nº 15020/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteta com 20 horas semanais, é segunda-feira no período vespertino, terça-feira e quinta-feira no período matutino e na quarta-feira no período matutino e vespertino.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 28 de dezembro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3/2018

Publicação Nº 1477286

Portaria nº 3 de 2 de janeiro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e determinação judicial;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder complementação de aposentadoria à Bernadete Mueller Schnorrenberger, conforme decisão nos autos nº 0300389-68.2017.8.24.0034 e Mem nº 015/2017/Assessoria Jurídica.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 4/2018

Publicação Nº 1477287

Portaria nº 4 de 2 de janeiro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária de vinte horas semanais para quarenta horas semanais do servidor municipal Enio José Pauli matrícula nº 6723/06, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor do Departamento de Esporte.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 5/2018

Publicação Nº 1477355

Portaria nº 5 de 2 de janeiro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 2 de janeiro de 2018, Janaine Knapp Beumer matrícula nº 15359/01, do cargo de provimento em

comissão de Coordenadora do Programa CRAS.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2018

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 6/2018

Publicação Nº 1477354

Portaria nº 6 de 2 de janeiro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Lei Complementar nº 104/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2018, Janaine Knapp Beumer matrícula nº 15359/01, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Assessora da Secretaria Municipal de Assistência Social com 40 horas semanais.

Art.2º. A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 549, classe A-01.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7/2018

Publicação Nº 1477358

Portaria nº 7 de 2 de janeiro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 2 de janeiro de 2018, Tatiane Beumer Egewarth matrícula nº 14846/03, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Programa SIMASE.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2018

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 8/2018

Publicação Nº 1477357

Portaria nº 8 de 2 de janeiro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Lei Complementar nº 104/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2018, Tatiane Beumer Egewarth matrícula nº 14846/03, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Coordenadora do Programa CRAS com 40 horas semanais.

Art. 2º. A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 615, classe A-01.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2018.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3452/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477527

DECRETO MUNICIPAL Nº 3452/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Chefe da Divisão de Atenção Primária de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. Marciane Rech Zagonel no cargo de Chefe da Divisão de Atenção Primária de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 21 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 3461/2017, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477576

DECRETO MUNICIPAL Nº 3461/2017, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Constitui Comissão Permanente para Estudos Socioeconômicos.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente para Estudos Socioeconômicos das demandas que não fazem parte da Política Municipal de Assistência Social, com os seguintes membros:

I - Bruna Daniele Piacentini;

II - Caroline Michely da Silva;

III - Claudia da Silva Barboza;

IV - Flávia Jordana Sanches;

V - Margarida Aparecida Gonçalves Haas.

Art. 2º Compete à Comissão Permanente para Estudos Socioeconômicos:

I - avaliar os casos de licença dos servidores por motivo de doença em pessoa da família;

II - realizar estudo socioeconômico para ingresso à creche da rede municipal em período integral;

III - realizar estudo socioeconômico para o auxílio transporte universitário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 27 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

Jaborá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 139/2017

Publicação Nº 1474483

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 139, de 27 de dezembro de 2017.

NOMEAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor EDUARDO LUIZ MAURO, para o cargo em comissão de Secretário de Saúde, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27/12/2017.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 02/janeiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 140/2017

Publicação Nº 1477438

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 140, de 29 de dezembro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo relacionados, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

- José Toigo - 02/01/2018 à 31/01/2018
- Charlene Sibeli Cador – 08/01/2018 à 07/01/2018

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29/12/2017.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 02/janeiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

Jacinto Machado**PREFEITURA****DECRETO Nº. 108 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1477208

DECRETO Nº. 108 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10, da Lei Municipal nº. 827 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), como segue:

Órgão: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (8) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

..... R\$ 25.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (10) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

..... R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Novembro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 01 de novembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 109 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477212

DECRETO Nº. 109 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10, da Lei nº 827 de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade da Unidade SAMAE de Jacinto Machado SC, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 50.000,00 (Quarenta e Nove Mil Reais), como segue:

Órgão: 13 – SAMAE

Unidade: 01 – SISTEMA DE AGUA E ESGOTO

Atividade: 2.047 – MANUTENÇÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO SAMAE

Modalidade de Aplicação: (09) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0709 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 13 – SAMAE

Unidade: 01 – SISTEMA DE AGUA E ESGOTO

Atividade: 2.047 – MANUTENÇÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO SAMAE

Modalidade de Aplicação: (08) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0709 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

..... R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Novembro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 01 de novembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 110 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477215

DECRETO Nº. 110 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os art. 5º e 6º, da Lei Nº. 856, de 11/10/17.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Saúde, que fica assim constituído:

I – TRABALHADORES DA SAÚDE**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**

Titular: ADILSON PIVA

Suplente: TAMARA BELLETTINI MUNARI

UNIDADES DE SAÚDE

Titular: JULIANE FURLANETTO TROMBIM

Suplente: TEREZA SEBASTIÃO PEDRO

II – REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO**HOSPITAL SÃO ROQUE**

Titular: RENATA PACHECO RIBEIRO

Suplente: ALCILANE RONSANI BURIN CLARINDA

LABORATÓRIOS

Titular: TÚLIO MARAGNO CECONI

Suplente: GISELE MARTINS PETERLE ANTONELLI

III – REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS**APAE**

Titular: MARLENE BRISTOT ZANATTA

Suplente: SUSANA TREVISOL AMORIM

SINDICATOS

Titular: VALDIR BARBOSA DE OLIVEIRA (Sindicato dos Trabalhadores Rurais)

Suplente: LEDIO JOAO LUCIETTI (Sindicato dos Produtores Rurais)

INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Titular: JORGE TIBURCIO DE MELLO

Suplente: CARLA ABATTI FURLANETTO

ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES

Titular: MARIA DE LOURDES BRATTI DA SILVA

Suplente: SONIA LOURDES FLORES

Art. 2º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde será de 02 (dois) anos, permitindo a recondução.

Parágrafo único. O desempenho da função de membro do Conselho Municipal de Saúde, não será remunerado, considerando-se serviço público relevante.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de 13 de novembro

de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 13 de novembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 111 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477217

DECRETO Nº. 111 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2017 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 861 de 05 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades, abaixo discriminados, do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 307.000,00 (Trezentos e Sete Mil Reais), como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: (5) – 3.1.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

SUB - TOTAL: R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação: (8) – 3.3.90.00.00.00.0094 – Aplicações Diretas R\$ 53.000,00

Modalidade de Aplicação: (22) – 3.1.90.00.00.00.0094 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

SUB - TOTAL: R\$ 253.000,00

Modalidade de Aplicação: (23) – 3.1.90.00.00.00.0095 – Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

SUB - TOTAL: R\$ 49.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 307.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta das anulações de dotações orçamentárias, como seguem:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.021 – Manutenção do PSF/PACS

Modalidade de Aplicação: (12) – 3.1.71.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

SUB - TOTAL: R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação: (13) – 3.1.71.00.00.00.0094 – Aplicações Diretas R\$ 253.000,00

SUB - TOTAL:
 R\$ 253.000,00
 Modalidade de Aplicação: (14) – 3.1.71.00.00.00.0095 – Aplicações
 Diretas R\$ 49.000,00
 SUB - TOTAL:
 R\$ 49.000,00
 TOTAL GERAL:
 R\$ 307.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 06 de Dezembro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 06 de dezembro de 2017.
 JOÃO BATISTA MEZZARI
 PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 112 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477226

DECRETO Nº. 112 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.
 AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2017 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 860 de 05 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 170.000,00 (Cento e Setenta Mil Reais), como segue:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
 Atividade 2.013: Manutenção das Creches
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0695(39) – Aplicações
 Diretas R\$ 170.000,00
 TOTAL GERAL:
 R\$ 170.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta das anulações de dotações orçamentárias, como seguem:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
 Atividade 2.008: Manutenção da Educação Básica
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0695(28) – Aplicações
 Diretas R\$ 170.000,00
 TOTAL GERAL:
 R\$ 170.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 06 de Dezembro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 06 de dezembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI
 PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 113 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477228

DECRETO Nº. 113 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.
 AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2017 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 859 de 05 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 583.000,00 (Quinhentos e Oitenta e Três Mil Reais), como segue:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
 Atividade 2.008: Manutenção da Educação Básica
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0092(27) – Aplicações
 Diretas R\$ 583.000,00
 TOTAL GERAL:
 R\$ 583.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta das anulações de dotações orçamentárias, como seguem:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
 Atividade 2.008: Manutenção da Educação Básica
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0101(30) – Aplicações
 Diretas R\$ 484.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0101(35) – Aplicações
 Diretas R\$ 99.000,00
 TOTAL GERAL:
 R\$ 583.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 06 de Dezembro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 06 de dezembro de 2017.
 JOÃO BATISTA MEZZARI
 PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 114 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477230

DECRETO Nº. 114 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SAMAE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10, da Lei Municipal nº. 827 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade SAMAE de Jacinto Machado-SC, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 65.000,00 (Sessenta e Cinco Mil Reais), como segue:

Órgão: 13 – SAMAE

Unidade: 01 – SISTEMA DE AGUA E ESGOTO

Atividade: 2.047 – MANUTENÇÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO SAMAE

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0707(13) – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

TOTAL R\$ 65.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2016, por conta de Recursos Arrecadados, no valor R\$ 65.000,00 (Sessenta e Cinco Mil Reais), depositados nas contas correntes do SAMAE de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 06 de dezembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 115 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477231

DECRETO Nº. 115 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10, da Lei nº 827 de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias no Projeto/Atividade do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 14.510,00 (Quatorze Mil, Quinhentos e Dez Reais), como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação: (07) – 3.3.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas R\$ 14.510,00

TOTAL R\$ 14.510,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação: (10) – 4.4.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas R\$ 14.510,00

TOTAL R\$ 14.510,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 06 de Dezembro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 06 de dezembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 116 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477235

DECRETO Nº. 116 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

cria nova CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 865 de 13 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária.

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0714(119) -Aplicações Diretas R\$ 0,00

TOTAL R\$ 0,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 36.509,92 (Trinta e Seis Mil Quinhentos e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos), como segue:

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Projeto/Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0714(119) -Aplicações Diretas R\$ 36.509,92
 TOTAL R\$ 36.509,92

Art. 3º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Projeto 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0714(111) -Aplicações Diretas R\$ 36.509,92
 TOTAL R\$ 36.509,92

Art. 4º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2016, no valor de R\$ 36.509,92 (Trinta e Seis Mil e Quinhentos e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos), recursos transferidos pelo Convênio SSP/Trânsito para a Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 28.451-3, Agência 2.192-X do Banco do Brasil (Convênio Polícia Civil).

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de 18 de Dezembro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 18 de dezembro de 2017.
 JOÃO BATISTA MEZZARI
 PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 117 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477236

DECRETO Nº. 117 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.
 AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2017 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 862 de 13 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 244.000,00 (Duzentos e Quarenta e Quatro Mil Reais), como segue:

Órgão: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E

FINANÇAS

Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO
 Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento
 Modalidade de Aplicação: (8) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 104.000,00
 SUB-TOTAL R\$ 104.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE
 Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE

Projeto/Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrig. e Meio Ambiente
 Modalidade de Aplicação: (86) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 SUB-TOTAL R\$ 50.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Projeto/Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 Modalidade de Aplicação: (76) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
 SUB-TOTAL R\$ 90.000,00

TOTAL GERAL R\$ 244.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS
 Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO
 Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento
 Modalidade de Aplicação: (10) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 104.000,00
 SUB-TOTAL R\$ 104.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE
 Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE
 Projeto/Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrig. e Meio Ambiente
 Modalidade de Aplicação: (88) – 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 SUB-TOTAL R\$ 50.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Projeto/Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 Modalidade de Aplicação: (71) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
 SUB-TOTAL R\$ 90.000,00

TOTAL GERAL R\$ 244.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 18 de Dezembro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 18 de dezembro de 2017.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 118 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477238

DECRETO Nº. 118 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2017 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 864 de 13 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades, abaixo discriminados, do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 243.000,00 (Duzentos e Quarenta e Três Mil Reais), como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação: (5) – 3.1.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas R\$ 227.000,00
SUB - TOTAL: R\$ 227.000,00

Modalidade de Aplicação: (7) – 3.3.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00
SUB - TOTAL: R\$ 16.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 243.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior ocorrerão por conta das anulações de dotações orçamentárias, como seguem:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto/Atividade: 1.022 – Constr. Ampl. Unid.; Aquis. Veículos e Equipamentos
Modalidade de Aplicação: (1) – 4.4.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas R\$ 92.000,00
SUB - TOTAL: R\$ 92.000,00

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 01 - GABINETE DO PREFEITO
Projeto/Atividade: 2.003: Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias

Modalidade de Aplicação: (2) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

SUB - TOTAL: R\$ 85.000,00

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade: 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Projeto/Atividade: 2.063: Manutenção dos Encargos Gerais
Modalidade de Aplicação: (91) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 66.000,00
SUB - TOTAL: R\$ 66.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 243.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 18 de Dezembro de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 18 de dezembro de 2017.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 119 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477239

DECRETO Nº. 119 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10, da Lei nº 827 de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), como segue:

Órgão: 07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrig. e Meio Ambiente
Modalidade de Aplicação: (85) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
TOTAL R\$ 8.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrig.

e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: (86) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplica-
ções Diretas R\$ 8.000,00

TOTAL
..... R\$ 8.000,00

Art. 3º - - Este Decreto entra em vigor na data de 18 de Dezembro
de 2017.

Jacinto Machado – (SC), 18 de dezembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na
data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Publicação Nº 1477902

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 2327/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 4/2017 Data do Processo: 14/02/2017 Data da Homologação: 16/03/2017 Sequência da Adjudicação: Data da Adjudicação: 08/12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2017 - PR
Impenho Ordinário nr.: 5794 Dcto Fiscal nr.: 001.377.305)	Folha: 1/1

Fornecedor: MANNO'S RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA Endereço: Rua Expedicionário Joao Zapella, 88 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-080 CNPJ: 06.167.588/0001-59 Inscrição Estadual: 254737706	Código: 32045 Telefone: 473372-3573 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - Agência: 417-0 - Jaraguá do Sul Conta Corrente: 2391-6
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Média Alta Complexidade
Dotações Utilizadas:	2.700.3.3.90.00.00.00.00 (79) - Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS AD

Compl. Elemento:	3.3.90.39.41.00.00.00 - Fornecimento de Alimentação
Condições de Pagto:	Na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	O prazo de validade deste registro de preço será de 12 meses
Local de Entrega:	Conforme Edital - -
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de REFEIÇÕES SISTEMA SELF SERVICE (com comodato do balcão térmico) e MARMITAS ao longo de 12(doze) meses, destinados aos pacientes em tratamento intensivo e semi-intensivo nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps AD, Caps II e Caps Infanto Juvenil) e Eventos da Diretoria de Atenção Básica, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I. Minuta da AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES SISTEMA SELF SERVICE DESTINADAS AOS PACIENTES EM TRATAMENTO COM HOSPITALIDADE DIA, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS AD
Observações:	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	293,000	UN	REFEIÇÕES (11527)		8,95	2.622,3
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	2.622,3
					Desconto:	0,0
					Total Líquido:	2.622,3

Jaraguá do Sul, 8 de Dezembro de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 2357/2017 Processo Nr.: 36/2017 Data do Processo: 26/09/2017 Data da Homologação: 09/11/2017 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 09/11/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 36/2017 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 5891)	Folha: 1/1

Fornecedor: DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 CNPJ: 01.306.465/0001-38 Inscrição Estadual: 253.306.809	Código: 24041 Telefone: 4734653528 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5214-0 - Joinville-Centro Conta Corrente: 1073187-3
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Centro de Custo: 259 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE Fonte de Recurso: SF - Vigilância Saúde - Epidemiologia Dotações Utilizadas: 149 - Manutenção do programa de vigilância em saúde - (15.01.2.668.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.35.00.00.00 - Material Laboratorial Condições de Pagto: Segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL LABORATORIAL ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso no Laboratório Municipal de Saúde Pública, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LABORATORIAIS PARA USO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	30,00	CX	TUBO DE COLETA A VÁCUO GEL 5ML - TAMPAMARELA - C/ 100 UN (17057)	LABORIMPORT	58,40	1.752,00
2	10,00	CX	TUBO DE COLETA A VÁCUO C/ EDTA 4 ml - TAMPAROXAC/ 100 UN (32427)	LABORIMPORT	51,00	510,00
11	10,00	CX	CURATIVO REDONDO C/ 500 UN (20518)	STOPPER	11,10	111,00
14	30,00	CX	AGULHA MÚLTIPLA PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO 25X8 (17058)	CRAL	24,90	747,00
					Total Geral:	3.120,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.120,00

Jaraguá do Sul, 18 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 2366/2017 Processo Nr.: 46/2017 Data do Processo: 18/10/2017 Data da Homologação: 05/12/2017 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 04/12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5892)

Folha: 1/1

Fornecedor: LICIMED DISTR.MEDICAM.CORREL.PROD.MÉD.HOSPITAL.LTD Código: 24551 Endereço: AV. SÃO PAULO, 881-TÉRREO Cidade: PORTO ALEGRE - RS - CEP: 90230-161 CNPJ: 04.071.245/0001-60 Inscrição Estadual: 096.28.42.834	Telefone: 51-3076-8181 Banco: 001 - Banco do Brasil Agência: 367-0 - Banco do Brasil - 031 Conta Corrente: 111300-3
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Centro de Custo: 275 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SMS Fonte de Recurso: Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde Dotações Utilizadas: 46 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.01.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 08 dias úteis, após dia seguinte do receb. da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS e insumos ao longo de 12(doze) meses, destinados para distribuição através da Farmácia Básica Especializada, para pacientes atendidos através de Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS: GABRIEL HENRIQUE PERSIKE LAMIN - 500.3434-39.2015.404.7209	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
66	6,00	FR	SOMATROPINA RECOMBINANTE HUMANA 12UI (GEL) PÓ LIOFILO INJETÁVEL (33682)	HORMOTROP 1	264,00	1.584,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.584,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.584,00

Jaraguá do Sul, 18 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 2367/2017 Processo Nr.: 46/2017 Data do Processo: 18/10/2017 Data da Homologação: 05/12/2017 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 18/12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 5893)

Folha: 1/1

Fornecedor: **PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA** Código: 44440 Telefone: 413072-8013
Endereço: Rua Marialva, 441 B Banco: 341 - ITAÚ UNIBANCO S.A.
Cidade: Pinhais - PR - CEP: 83324-197 Agência: 3702 - Agência: 3702
CNPJ: 13.485.130/0001-03 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 20525-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **Solicitações:**
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Centro de Custo: 275 - SENTENÇAS JUDICIAIS - SMS
Fonte de Recurso: Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
Dotações Utilizadas: 46 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica - (15.01.2.680.3.3.90.00.00.00.00.00)

Compl. Elemento: 3.3.90.32.02.02.00.00 - Medicamentos - Sentenças Judiciais
Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 08 dias úteis, após dia seguinte do receb. da AF
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS e insumos ao longo de 12(doze) meses, destinados para distribuição através da Farmácia Básica Especializada, para pacientes atendidos através de Processos Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS:
IZILDA MARIA CLEMES - 0302634-17.2015.8.24.0036

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
18	60,00	CX	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,100MG - COMPRIMIDOS (33076)	ATENSINA 0,10i	0,14	8,40
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	8,40
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	8,40

Jaraguá do Sul, 18 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 14.007.211/0001-60 Fone: (47) 2106-8400 Fax: (47) 3370-7253 RUA ISIDORO PEDRI, 120 C.E.P.: 89259-590 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 2374/2017 Processo Nr.: 36/2017 Data do Processo: 26/09/2017 Data da Homologação: 09/11/2017 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 20/12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 36/2017 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 6024)

Folha: 1/1

Fornecedor: MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA ME Endereço: Rua Vereador Arthur Manoel Mariano, 111 Cidade: São José - SC - CEP: 88106-500 CNPJ: 23.996.430/0001-00 Inscrição Estadual:	Código: 46475 Telefone: 483257-4763 Banco: 104 - Caixa Econômica Fed Agência: 3522-0 - Bairro Forquilha Conta Corrente: 1318-9
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Centro de Custo: 259 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE Fonte de Recurso: SF - Vigilância Saúde - Epidemiologia Dotações Utilizadas: 149 - Manutenção do programa de vigilância em saúde - (15.01.2.668.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.35.00.00.00 - Material Laboratorial Condições de Pagto: Segunda quarta-feira após a entrega total de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL LABORATORIAL ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso no Laboratório Municipal de Saúde Pública, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LABORATORIAIS PARA USO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	15,00	KIT	ANTÍGENO RPR - BRÁS P/ VDRL (13208)	LABORCLIN	102,00	1.530,00
12	2,00	PCT	SACO PARA AUTOCLAVAÇÃO (25957)	NEWPROV	14,00	28,00
13	1.000,00	UN	PONTEIRA P/ MICROPIPETA (20519)	CRAL	0,012	12,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.570,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.570,00

Jaraguá do Sul, 20 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. INCENTIVO DESEN. RURAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 3372.8111 RUA WALTER MARQUARDT,1.111 C.E.P.: 89259-700 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 244/2017
	Processo Nr.: 7/2017 Data do Processo: 04/08/2017 Data da Homologação: 14/09/2017 Sequência da Adjudicação: 3 Data da Adjudicação: 07/12/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 269)

Folha: 1/1

Fornecedor: SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA Endereço: AV. PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 1016 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-500 CNPJ: 01.800.536/0001-54 Inscrição Estadual:	Código: 1718 Telefone: 4733711342 Banco: Agência: Conta Corrente:
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 18 - FUNDO MUN.DE INCENTIVO AO DESENV.RURAL Unidade: 01 - FUNDO MUN.DE INCENTIVO AO DESENV.RURAL Centro de Custo: 1 - FROAGRO Fonte de Recurso: SF-Recursos arrecadados pelo Froagro Dotações Utilizadas: 15 - Aquisição de macadame, pedras e artefatos de cimen - (18.01.2.402.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
---	----------------------

Compl. Elemento: 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias, após recebimento da AF Local de Entrega: CONFORME EDITAL Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de TUBOS DE CONCRETO e FOSSA SÉPTICA COM FILTRO ANAERÓBICO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços. Observações: Aquisição de Tubos de Concreto Armado para entrega nas propriedades rurais do município, conforme Lei Municipal 6291/2011. Todos com transporte e entrega direto na propriedade do município.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	154,00	UN	TUBO DE CONCRETO 0,20 X 1,00M (11100)	TSH	16,50	2.541,00
2	20,00	UN	TUBO DE CONCRETO 0,30 X 1,00M (11099)	TSH	22,00	440,00
3	289,00	UN	TUBO DE CONCRETO 0,40 X 1,00M (10902)	TSH	27,95	8.077,55
4	74,00	UN	TUBO DE CONCRETO 0,60 X 1,00M (11098)	TSH	47,95	3.548,30
5	3,00	UN	TUBO DE CONCRETO 0,80 X 1,00M (22514)	TSH	135,50	406,50
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	15.013,35
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	15.013,35

Jaraguá do Sul, 7 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. INCENTIVO DESEN. RURAL JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 3372.8111 RUA WALTER MARQUARDT,1.111 C.E.P.: 89259-700 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 245/2017</p> <p>Processo Nr.: 5/2017 Data do Processo: 21/07/2017 Data da Homologação: 11/09/2017 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 11/09/2017</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2017 - PR</p>
(Empenho Ordinário nr.: 270)	Folha: 1/1

Fornecedor: **WANDE - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LT** Código: 42841 Telefone: 473371.0196
Endereço: Rua Vergílio Pedro Rubini, 1700 Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA F
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-190 Agência: 4332-0 - CAIXA ECONOMIC
CNPJ: 17.875.364/0001-18 Inscrição Estadual: 256.995.834 Conta Corrente: 217-9

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	18 - FUNDO MUN.DE INCENTIVO AO DESENV.RURAL	Solicitações:
Unidade:	01 - FUNDO MUN.DE INCENTIVO AO DESENV.RURAL	
Centro de Custo:	1 - FROAGRO	
Fonte de Recurso:	SF-Recursos arrecadados pelo Froagro	
Dotações Utilizadas:	15 - Aquisição de macadame, pedras e artefatos de cimen - (18.01.2.402.3.3.90.00.00.00.00.00)	
Compl. Elemento:	3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita	
Condições de Pagto:	Até 30 dias após a entrega de cada pedido	
Prazo Entrega/Exec.:	Máximo de 10 dias, após recebimento da AF	
Local de Entrega:	CONFORME EDITAL	
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de SAIBRO (macadame) e PEDRA MARROADA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.	
Observações:	Material a ser adquirido: 240m³ de Saibro. Material subsidiado aos produtores rurais conforme Lei 6291/2011 e Decreto nº 8.440/2012.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	240,00	M3	SAIBRO (8615)		23,97	5.752,80
					Total Geral:	5.752,80
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	5.752,80

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 7 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4531/2017 Processo Nr.: 50/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 23 Data da Adjudicação: 05/12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2017 - PR
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 16073 Dcto Fiscal nr.: 4143)

Folha: 1/1

Fornecedor: GL COMERCIAL EIRELI ME Endereço: Rua Tancredo de Almeida Neves, 5025 Cidade: Concórdia - SC - CEP: 89711-690 CNPJ: 23.921.664/0001-99 Inscrição Estadual:	Código: 46633 Telefone: 493442-6478 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 410-3 - CONCORDIA (SC) Conta Corrente: 62068-8
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO Unidade: 02 - ENSINO FUNDAMENTAL Centro de Custo: 23 - ENSINO FUNDAMENTAL Fonte de Recurso: Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação Dotações Utilizadas: 112 - Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fun - (08.02.2.109.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
--	----------------------

Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CAMERAS DE AR, PROTETORES E AROS, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
--

Observações:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
7	4,00	UN	PNEU 175/65 R-14 82T, RADIAL SEM CÂMERA, COM SELO DO INMETRO (27394)	APOLLO AMAZI	210,00	840,00

(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	840,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	840,00

Jaraguá do Sul, 5 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4594/2017 Processo Nr.: 50/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 24 Data da Adjudicação: 07/12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2017 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 16193 Dcto Fiscal nr.: 000070)

Folha: 1/1

Fornecedor: NACIONAL PNEUS EIRELI EPP Endereço: Av. 7 de Setembro, 238 Cidade: Tapejara - RS - CEP: 99950-000 CNPJ: 27.879.590/0001-20 Inscrição Estadual:	Código: 47077 Telefone: 543344-1562 Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA F Agência: 2093 - CEF Conta Corrente: 2081-5
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 172 - Manutenção patrimonial - Infraestrutura - (09.01.2.302.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CAMERAS DE AR, PROTETORES E AROS, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS RODANTES	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
42	2,00	UN	PNEU 12-16,5 12 LONAS (8784)	Forerunner/R4	597,00	1.194,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.194,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.194,00

Jaraguá do Sul, 7 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4627/2017
	Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 145 Data da Adjudicação: 07/12/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR
	(Empenho Ordinário nr.: 16308 Dcto Fiscal nr.: 6528)

Folha: 1/1

Fornecedor: VILLA PAPÉIS LTDA EPP Endereço: Rua Francisco Hruschka, 525, sala 01 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89253-600 CNPJ: 11.346.166/0001-80 Inscrição Estadual:	Código: 45927 Telefone: 473370-2982 Banco: 085 - COOPERATIVA CENT Agência: 0101-5 - VIACREDI Conta Corrente: 850241-2
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO
Unidade:	02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	SF-Conv.Radiopatrulha-PM
Dotações Utilizadas:	2.257.3.3.90.00.00.00.00.00 (456) - Manutenção das atividades do Programa Polícia Mili
Compl. Elemento:	3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
51	50,000	UN	PAPEL TOALHA (20809)	SOL	8,20	410,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	410,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	410,00

Jaraguá do Sul, 7 de Dezembro de 2017

 Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4628/2017</p> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 146 Data da Adjudicação: 07/12/2017</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR</p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 16309)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: KELLY A.D.S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA ME Código: 44967</p> <p>Endereço: Rua Guglielmo Marconi, 120 Telefone: 4133676135</p> <p>Cidade: Curitiba - PR - CEP: 82820-250 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001</p> <p>CNPJ: 21.782.356/0001-02 Inscrição Estadual: Agência: 3007-4 - ROCKEFELLER - C</p> <p>Conta Corrente: 123749-7</p>
--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO
Unidade: 02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE
Centro de Custo:
Fonte de Recurso: SF-Conv.Radiopatrulha-PM
Dotações Utilizadas: 2.257.3.3.90.00.00.00.00 (456) - Manutenção das atividades do Programa Polícia Mili

Compl. Elemento: 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto: na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.: prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observações:

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	25,000	FR	ÁLCOOL ETILICO FR C/ 1000ML - 92,6 A 93,8 INPM (8281)	ARAUCARIA	3,99	99,75
62	25,000	KG	SABÃO EM PÓ 1KG (12533)	BLUE	3,40	85,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	184,75
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	184,75

Jaraguá do Sul, 7 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4629/2017
	Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 147 Data da Adjudicação: 07/12/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR
	(Empenho Ordinário nr.: 16310)

Folha: 1/1

Fornecedor: QUALICLEAN COM.PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME Endereço: RUA VENÂNCIO S.PORTO, 183-SALA 04 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-230 CNPJ: 10.892.956/0001-07 Inscrição Estadual:	Código: 37767 Telefone: 4733738040 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGU Conta Corrente: 10440-X
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO
Unidade:	02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	SF-Conv.Radiopatrulha-PM
Dotações Utilizadas:	2.257.3.3.90.00.00.00.00 (456) - Manutenção das atividades do Programa Polícia Mili
Compl. Elemento:	3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
46	20,000	UN	PANO DE PRATO - ALVEJADO - MEDINDO APROX. (47X70)CM (8366)	AGP	1,75	35,00

(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	35,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	35,00

Jaraguá do Sul, 7 de Dezembro de 2017

 Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4669/2017 Processo Nr.: 62/2017 Data do Processo: 29/06/2017 Data da Homologação: 01/08/2017 Sequência da Adjudicação: 27 Data da Adjudicação: 08/12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 62/2017 - PR
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 16345 Dcto Fiscal nr.: 173307) Folha: 1/1

Fornecedor: **AGRICOPEL COM.DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA FILIAL** Código: 37343 Telefone: 3372-8900
Endereço: MANOEL FRANCISCO DA COSTA 2000 FUNDOS Banco: 237 - Bradesco - 237
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89257-000 Agência: 2693-0 - Ag. Emp. Joinville
CNPJ: 81.632.093/0004-11 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 52.922-2

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 176 - Aquisição de combustíveis e lubrificantes - (09.01.2.304.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: No prazo de 24 horas, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da Frota municipal, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de óleo diesel S10 p/abastecer a frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes de uso desta secretaria.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	15.000,00	L	ÓLEO DIESEL S10 (28577)	SHELL	2,63	39.450,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	39.450,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	39.450,00

Jaraguá do Sul, 8 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4670/2017 Processo Nr.: 62/2017 Data do Processo: 29/06/2017 Data da Homologação: 01/08/2017 Sequência da Adjudicação: 28 Data da Adjudicação: 08/12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 62/2017 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 16346 Dcto Fiscal nr.: 173889)	Folha: 1/1

Fornecedor: **AGRICOPEL COM.DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA FILIAL** Código: 37343 Telefone: 3372-8900
Endereço: MANOEL FRANCISCO DA COSTA 2000 FUNDOS Banco: 237 - Bradesco - 237
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89257-000 Agência: 2693-0 - Ag. Emp. Joinville
CNPJ: 81.632.093/0004-11 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 52.922-2

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 176 - Aquisição de combustíveis e lubrificantes - (09.01.2.304.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: No prazo de 24 horas, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da Frota municipal, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de óleo diesel S10 p/abastecer a frota de veículos,caminhões e máquinas rodantes de uso desta secretaria.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	10.000,00	L	ÓLEO DIESEL S10 (28577)	SHELL	2,63	26.300,00
					Total Geral:	26.300,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	26.300,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 8 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4686/2017 Processo Nr.: 51/2017 Data do Processo: 19/06/2017 Data da Homologação: 06/11/2017 Sequência da Adjudicação: 7 Data da Adjudicação: 11/12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2017 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 16455)	Folha: 1/1

Fornecedor: **WANDE - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LT** Código: 42841 Telefone: 473371.0196
Endereço: Rua Vergílio Pedro Rubini, 1700 Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA F
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-190 Agência: 4332-0 - CAIXA ECONOMIC
CNPJ: 17.875.364/0001-18 Inscrição Estadual: 256.995.834 Conta Corrente: 217-9

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo: 27 - OBRAS
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 192 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00.00)

Solicitações:

Compl. Elemento: 3.3.90.39.14.00.00.00 - Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang
Condições de Pagto: Em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido.
Prazo Entrega/Exec.: No prazo máximo de 24 horas após o recebimento da AF.
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão ¾, escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações, quantidades e Contratação dos serviços de caminhão caçamba basculante com capacidade mínima de carga de 15m3 e caminhão basculante trucado traçado com capacidade mínima de carga de 10 m3 p/manutenção e conservação de vias públicas e da rede de drenagem pluvial.
Observações:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	11,50	H	SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. (10114)		74,90	861,35
27	15,00	SV	SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE,TRUCADO TRAÇADO,COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 15M3,COM CAÇAMBA MEIA CANA REFORÇADA E TAMPA TRASEIRA TIPO FACÃO PARA TRANSPORTE DE PEDRA MARROADA. (35183)		78,00	1.170,00

(Valores expressos em Reais R\$)		Total Geral:	2.031,35
		Desconto:	0,00
		Total Líquido:	2.031,35

Jaraguá do Sul, 11 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4688/2017 Processo Nr.: 51/2017 Data do Processo: 19/06/2017 Data da Homologação: 06/11/2017 Sequência da Adjudicação: 8 Data da Adjudicação: 11/12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2017 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 16459)	Folha: 1/1

Fornecedor: MÁRIO VIEIRA COM. MADEIRAS E TERRAPLENAGEM LTDA EP Código: 660 Endereço: Av. Prefeito Waldemar Grubba, 1611 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-500 CNPJ: 83.618.769/0001-03 Inscrição Estadual: 250.634.724	Telefone: 473275-1675 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 0356-5 - Jaraguá do Sul (Ce Conta Corrente: 12089-8
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 192 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.14.00.00.00 - Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang Condições de Pagto: Em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido. Prazo Entrega/Exec.: No prazo máximo de 24 horas após o recebimento da AF. Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão ¾, escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações, quantidades e Contratação dos serviços de trator de esteira (esteira larga) com peso operacional mínimo de 10 toneladas p/manutenção e conservação de vias públicas.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
56	9,00	H	SERVIÇO DE TRATOR DE ESTEIRA (ESTEIRA LARGA) COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 10 TONELADAS (28584)		140,00	1.260,00
					Total Geral:	1.260,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.260,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 11 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4690/2017
	Processo Nr.: 51/2017 Data do Processo: 19/06/2017 Data da Homologação: 06/11/2017 Sequência da Adjudicação: 10 Data da Adjudicação: 11/12/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 16461)

Folha: 1/1

Fornecedor: TRANSRECH TRANSPORTES LTDA. ME Endereço: RUA ROBERTO ZIEMANN, 3026 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-300 CNPJ: 04.304.112/0001-97 Inscrição Estadual: 254.172.784	Código: 3558 Telefone: 4732756148 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal.. - Agência: 3077-5 - ATIRADORES Conta Corrente: 29-1
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 195 - Manutenção da rede de drenagem - (09.01.2.308.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
--	----------------------

Compl. Elemento: 3.3.90.39.14.00.00.00 - Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang Condições de Pagto: Em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido. Prazo Entrega/Exec.: No prazo máximo de 24 horas após o recebimento da AF. Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão ¾, escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações, quantidades e Contratação dos serviços de caminhão basculante trçado com capacidade mínima de carga de 10m³ p/ manutenção e conservação de vias públicas e da rede de drenagem pluvial.	
---	--

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
9	80,00	H	SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. (10114)		74,80	5.984,00

(Valores expressos em Reais R\$)				Total Geral:	5.984,00
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	5.984,00

Jaraguá do Sul, 11 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4691/2017 Processo Nr.: 51/2017 Data do Processo: 19/06/2017 Data da Homologação: 06/11/2017 Sequência da Adjudicação: 11 Data da Adjudicação: 11/12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2017 - PR
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 16469)

Folha: 1/1

Fornecedor: **PARISI BRITAGEM E TERRAPLANAGEM LTDA** Código: 541 Telefone: 473370-2641
Endereço: Rua Germano Wagner, 184 Banco: 237 - Bradesco - 237
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-800 Agência: 0356-5 - Jaraguá do Sul (Ce
CNPJ: 80.443.427/0001-01 Inscrição Estadual: 251.609.049 Conta Corrente: 29548-5

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo: 27 - OBRAS
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 195 - Manutenção da rede de drenagem - (09.01.2.308.3.3.90.00.00.00.00)

Solicitações:

Compl. Elemento: 3.3.90.39.14.00.00.00 - Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang
Condições de Pagto: Em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido.
Prazo Entrega/Exec.: No prazo máximo de 24 horas após o recebimento da AF.
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão ¾, escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações, quantidades e Contratação dos serviços de escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo de 13 toneladas p/manutenção e conservação de vias públicas e da rede de drenagem pluvial.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
39	40,00	H	SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13 TONELADAS (23480)		118,46	4.738,40
					Total Geral:	4.738,40
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	4.738,40

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 11 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4692/2017 Processo Nr.: 43/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 09/08/2017 Sequência da Adjudicação: 6 Data da Adjudicação: 11/12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 43/2017 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 16470 Dcto Fiscal nr.: 006.938)	Folha: 1/1

Fornecedor: SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA Endereço: AV. PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 1016 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-500 CNPJ: 01.800.536/0001-54 Inscrição Estadual:	Código: 1718 Telefone: 4733711342 Banco: Agência: Conta Corrente:
Prezados Senhores, Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados. Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.	

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 192 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de ARTEFATOS DE CONCRETO (lajotas, tijolinhos e meio fio) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção de ruas pavimentadas com lajotas e/ou tijolinhos de concreto, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços. Observações: Aquisição de lajotas sextavada de concreto prensada tam.30x30x10cm para manutenção de vias pavimentadas com lajotas de concreto.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	153,00	M2	LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO PRENSADA 30X30X10CM, COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO MÍNIMA DE 35 MPa ATENDENDO A NBR 9781. (8088)	TSH	33,45	5.117,85

(Valores expressos em Reais R\$)				Total Geral:	5.117,85
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	5.117,85

Jaraguá do Sul, 11 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4740/2017</p> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 10/2017 Data do Processo: 09/03/2017 Data da Homologação: 10/04/2017 Sequência da Adjudicação: 9 Data da Adjudicação: 19/12/2017</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2017 - PR</p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 17212)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA Código: 3157 Telefone: 473372-1502 Endereço: Rua Anélio Nicocelli, 1720 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Cidade: Guarani - SC - CEP: 89270-000 Agência: 3012-0 - BARRA DO RIO CE CNPJ: 03.620.927/0001-12 Inscrição Estadual: 253.992.443 Conta Corrente: 25167-4</p>
<p>Prezados Senhores,</p> <p>Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados. Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.</p>

<p>Órgão: 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO Unidade: 02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE Centro de Custo: Fonte de Recurso: Conv.Multas Trânsito-RENAINF - Besc c/c 74736-7 Dotações Utilizadas: 2.261.3.3.90.00.00.00.00 (295) - Manutenção da sinalização viária</p> <p>Compl. Elemento: 3.3.90.39.21.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Condições de Pagto: Na 2ª 4ª feira após a entrega ou retirada de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: De 12 meses, conforme a necessidade do Município Local de Entrega: Conforme edital - - Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CBUQ, EMULSÃO ASFÁLTICA e SAIBRO BRUTO (macadame) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.</p> <p>Observações: Para manutenção de vias</p>

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	128,000	TON.	CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE MASSA FINA - CBUQ (8677)		240,00	30.720,00
					Total Geral:	30.720,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	30.720,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 19 de Dezembro de 2017

Assinatura do Responsável

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N° 01/2018**

Publicação N° 1477885

PORTARIA N° 1/2018

Nomeia Assessor Parlamentar.

ANDERSON KASSNER, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.340/2017 de 31 de janeiro de 2017, o SRA. DAIANA CONSTANTINO, para o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 02 de janeiro de 2018.

ANDERSON KASSNER

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.302 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477877

DECRETO Nº 5.302 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

"SUBSTITUI SECRETÁRIO JUNTO A DIRETORIA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o servidor ÉLIO DA SILVA pela servidora DANIELA APARECIDA DE MATTOS na a função de Secretário junto a DIRETORIA EXECUTIVA do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – IMPRES, nomeada pelo Decreto nº 4.071/2012, em conformidade com aprovação do Conselho de Administração do IMPRES (Ata nº 199/2017) em reunião ordinária.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Joaçaba, 21 de dezembro de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

LEI Nº 5.140 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477878

LEI Nº 5.140 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CISAMARP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Joaçaba no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo e em consonância com o art. 17, XVI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba-SC.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 21 de dezembro de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

PORTARIA N.º 1.831

Publicação Nº 1477511

PORTARIA Nº 1.831 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, em 13 de dezembro de 2017, por haver expirado o período do contrato de trabalho do(a) Senhor(a) GISELE PETRYKOWSKI, Farmacêutico / Bioquímico, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005, em especial art. 2º § 1º III, em função da classificação em 1º lugar no edital n.º 013/2016/FMS, conforme memorando 769/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 20 de dezembro de 2017

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.832

Publicação Nº 1477512

PORTARIA Nº 1.832 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 19 de dezembro de 2017, do(a) Sr.(a) JAIR GONSALE BUBLITZ, Motorista Socorrista do SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em virtude de sua aprovação em 4º lugar no edital de Teste Seletivo nº 01/2017/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo efeitos desde 19 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 20 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.833

Publicação Nº 1477514

PORTARIA Nº 1.833 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MARCIA APARECIDA HILDEBRANDO DE CORDUVA GUIDONI durante o período de 18 de dezembro de 2017 a 15 de junho de 2018, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 10º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Abrigo Municipal Frei Bruno, devido ao término do contrato da servidora terceirizada, conforme memorando 294/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 20 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.834

Publicação Nº 1477515

PORTARIA Nº 1.834 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição

Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) RODOLFO RAUL ROTTA durante o período de 18 de dezembro de 2017 a 15 de junho de 2018, para exercer as funções de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação em 2º lugar no edital de processo seletivo n.º 001/2017, em substituição a servidora Talyssa Rockenbach que encontra-se em período de férias, conforme memorando 710/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 20 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.835

Publicação Nº 1477517

PORTARIA Nº 1.835 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

“PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 14 de abril de 2018, do(a) Servidor(a) MANUELA DI DOMENICO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 26º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 20 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de pessoal

PORTARIA N.º 1.836

Publicação Nº 1477519

PORTARIA Nº 1.836 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 27 de janeiro de 2018, do(a) Servidor(a) LUANA APARECIDA FILIPINI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 52º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste

seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 20 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de pessoal

PLASS**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2017/PLASS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017/PLASS**

Publicação Nº 1477748

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2017

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017/PLASS

1 – DO OBJETO

Contratação da empresa HAHMEIER & BURGHAUSEN SOFTWARES LTDA, para a locação de software do sistema de saúde, para o Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2018.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A presente dispensa de licitação para a contratação do objeto acima citado, justifica-se em razão da empresa já possuir software exclusivo e que atende às necessidades desta Autarquia. Ressalta-se que a mesma já presta assistência técnica, o que viabiliza a consolidação dos dados. Conforme orçamentos juntados ao processo, o valor contratado é menor que o proposto por outras empresas e dentro do estabelecido no art. 24, II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação quando o valor para contratação de serviços for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, "a", R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3 – DA PRESTADORA DOS SERVIÇOS

HAHMEIER & BURGHAUSEN SOFTWARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.217.139/0001-08, localizada na Rua Joaquim Machado Silveira, 44, Bairro Menino Deus, na cidade de Joaçaba-SC.

4 – DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais, conforme proposta apresentada para o referido processo.

5 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no Art. 24, inciso II.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária, referente ao exercício de 2018:

2.007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLASS 3.3.90.00.00.00.00.0201 – aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 29 de dezembro de 2017

Julio César Bissani

Diretor Executivo - PLASS

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA ERRADA JHL 477/2017**

Publicação Nº 1477243

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ERRATA

Na portaria JHL 477/2017, publicada em 27.12.2017, edição 2417, p. 330, fica retificado:

Onde lê-se " Conceder 10 (dez) dias de Férias Regulamentadas, a Servidora Valdirene Aparecida Dorini", retificar por "Conceder 15 (quinze) dias de Férias Regulamentadas, a Servidora Valdirene Aparecida Dorini" .

Joaçaba-SC 29 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin/Diretor Presidente.

PORTARIA ERRATA JHL 471/2017

Publicação Nº 1477256

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ERRATA**

Na portaria JHL 471/2017, publicada em 28.12.2017, edição 2418, p. 319, fica retificado:

Onde lê-se " Conceder 10 (dez) dias de Férias Regulamentadas, ao Servidor Wilian Sartor Sganzerla", retificar por "Conceder 15 (quinze) dias de Férias Regulamentadas, ao Servidor Wilian Sartor Sganzerla" .

Joaçaba-SC 29 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin/Diretor Presidente.

PORTARIA JHL 001/2018

Publicação Nº 1477610

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 001/2018 02.01.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 01/2017 e a classificação em sexto lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, a Sra.: Tuani Arpini, para o Cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 02 de janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 6º Lugar de Tuani Arpini no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 01/2017, para o Cargo de Auxiliar Administrativo de acordo com a Portaria JHL-333/2017 de 14/09/2017, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

PORTARIA JHL 464/2016

Publicação Nº 1477352

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 464/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Ari Francisco de Oliveira(Mat. 59), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Encanador, P-4, N-2, Ref.I-8, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08.11.2016 à 07.11.2017, para serem fruídas no período de 02.01.2018 à 21.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 491/2017

Publicação Nº 1477640

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 491/2017 DE 29/12/2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 458/2017 de 26.12.2017 publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2417, data de 27.12.2017 e página 327.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0012/2017 - SIMAE

Publicação Nº 1477528

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0012/2017

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0025/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2017

PROTOCOLO Nº 1281/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DO SIMAE.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Empresa Vencedora
3	ÓLEO 5W30 SEMI SINTÉTICO	LT	60	15,55	COMERCIAL INCERTI LTDA
5	ÓLEO 5W40 SEMI SINTÉTICO	LT	30	16,00	
6	ÓLEO 5W40 SINTÉTICO	LT	80	15,55	
11	ÓLEO MINERAL GL5 SAE 85W140	LT	300	7,80	
15	ÓLEO SAE 68 HIDRÁULICO	LT	1.500	4,50	
18	ÓLEO SAE 10W30	LT	300	9,20	
19	ÓLEO 2T (FRASCO COM 500 ML)	FR	200	6,50	

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Empresa Vencedora
1	ÓLEO 15W40 SEMI SINTÉTICO	LT	100	11,50	DYSPEF COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES LTDA
4	ÓLEO 10W40 SEMI SINTÉTICO	LT	80	11,90	
10	ÓLEO MINERAL API-GL5 80W90	LT	80	8,57	
12	ÓLEO MINERAL GL4 SAE 80W	LT	80	8,00	
13	ÓLEO MINERAL 40	LT	60	6,70	
16	ÓLEO MINERAL SAE 15W40	LT	300	7,00	
20	ÓLEO 4T SAE 20W50	LT	500	8,50	
22	ÓLEO MINERAL CLP 220	LT	20	9,28	

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Empresa Vencedora
8	ÓLEO 10W30 SEMI SINTÉTICO	LT	50	16,70	GESIELE DOS SANTOS DAVID - ME
14	ÓLEO MINERAL API-SF SAE 50	LT	80	11,95	

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Empresa Vencedora
2	ÓLEO 5W30 SINTÉTICO/DIESEL	LT	80	19,69	LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E LUBRIFICANTES LTDA EPP
7	ÓLEO 5W30 SINTÉTICO	LT	60	15,19	
9	ÓLEO MINERAL API-CI4 15W40	LT	300	7,50	
17	ÓLEO HIDRÁULICO 46	LT	600	9,40	
21	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA COMPRESSOR DE AR - ISSO VG 150	LT	20	9,70	

VIGÊNCIA: 29/06/2017 a 28/06/2018.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 29 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

RESUMO CONTRATO JHL0121/2017

Publicação Nº 1477191

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0121/2017

SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO JHL Nº 0009/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 0078/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO JHL0001/2014

PROTOCOLO Nº 3344/2014

Data assinatura: 22/12/2017

Objeto: CONTRATO DE PROGRAMA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REGULATÓRIA

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL -CISAM/MO

Valor Contratado: VALOR A SER PAGO MENSAL R\$4.103,40 REFERENTE AOS SERVIÇOS DE REGULAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PRESTADO NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

PROGRAMA: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

ELEMENTO: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

Prazo de vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

RESUMO CONTRATO JHL0122/2017

Publicação Nº 1477192

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0122/2017

SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO JHL Nº 0010/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 0078/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO JHL0001/2014

PROTOCOLO Nº 3344/2014

Data assinatura: 22/12/2017

Objeto: CONTRATO DE PROGRAMA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REGULATÓRIA

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL -CISAM/MO

Valor Contratado: VALOR A SER PAGO MENSAL R\$3.125,36 REFERENTE AOS SERVIÇOS DE REGULAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PRESTADO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE.

PROGRAMA: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

ELEMENTO: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

Prazo de vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

RESUMO CONTRATO JHL0123/2017

Publicação Nº 1477193

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0123/2017

SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO JHL Nº 0011/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 0078/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO JHL0001/2014

PROTOCOLO Nº 3344/2014

Data assinatura: 22/12/2017

Objeto: CONTRATO DE PROGRAMA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REGULATÓRIA

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL -CISAM/MO

Valor Contratado: VALOR A SER PAGO MENSAL R\$798,42 REFERENTE AOS SERVIÇOS DE REGULAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PRESTADO NO MUNICÍPIO DE LUZERNA.

PROGRAMA: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

ELEMENTO: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

Prazo de vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

Laguna

PREFEITURA

EDITAL - POLO EAD - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Publicação Nº 1477891

EDITAL SEDUC Nº. 002/2017
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

A Coordenação do Polo de Apoio Presencial – EAD Laguna, torna pública a Homologação do Resultado final do Processo Seletivo para Instrutor de Informática, aberto pelo Edital nº. 002/2017 – SEDUC, que o candidato abaixo relacionado foi aprovado, na seguinte ordem de classificação:

1. Candidato: Mário César Brum.
Resultado da Pontuação Final: 140 pontos.

Laguna, 02 de janeiro de 2017.

Gilmar de Lima Nunes
Coordenador do Polo EAD de Laguna

Fazenda do Município ou através do sítio eletrônico do Município: www.laguna.sc.gov.br. Igualmente NOTIFICAMOS todos os contribuintes do IPTU exercício 2018, que estes poderão exercer o seu amplo direito de defesa, no prazo legal de 30 dias, na forma do art. 53 da Lei complementar nº. 105, de 19 de Dezembro de 2003, em relação à eventual irregularidade verificada na cobrança do referido tributo, na forma do art. 5º. LV, da Constituição Federal e art. 54 da Lei complementar nº. 105/03. De outra parte, considerando-se a impossibilidade e/ou dificuldade na arrecadação e/ou fiscalização tributária verificado nos anos anteriores, considerando-se os prejuízos financeiros à Fazenda Pública Municipal, estabelece-se a recusa de todos os domicílios eleitos, localizados fora do Município de Laguna, Estado de Santa Catarina, considerando-se doravante, como efetivo domicílio tributário do contribuinte ou responsável, o lugar de situação do(s) bem(ns), conforme faculdade estabelecida no art. 117, III, parágrafos 1º. e 2º., da Lei nº 5172, de 25 de Outubro de 1966.

Laguna 02 de Janeiro de 2018.
Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

EDITAL Nº. 001-2018 - NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

Publicação Nº 1477892

EDITAL Nº. 001/2018
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU

O Senhor Prefeito Municipal de Laguna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 244, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº. 105, de 19 de Dezembro de 2003, torna público a todos os contribuintes detentores de propriedade, domínio útil ou posse de bem(ns) de imóvel(is), localizados no âmbito do território do Município de Laguna, Estado de Santa Catarina, que a partir do dia 03 de Janeiro de 2018, estarão disponíveis os carnês de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – exercício 2018, estando disponíveis os respectivos boletos de cobrança, através do site www.laguna.sc.gov.br com o seguinte cronograma de pagamento: 1º COTA ÚNICA DE PAGAMENTO, com 20% (vinte por cento) de desconto, até 22 de janeiro de 2018; 2º. COTA ÚNICA DE PAGAMENTO, com 15% (quinze por cento) de desconto, até 22 de fevereiro de 2018; ou PARCELAMENTO em 06 (seis) vezes, sem desconto, da seguinte forma : 1º. PARCELA com vencimento em 09 de Fevereiro de 2018; 2º PARCELA, com vencimento em 10 de abril de 2018; 3º PARCELA, com vencimento em 10 de junho de 2018; 4º PARCELA, com vencimento em 10 de Agosto de 2018; 5º PARCELA, com vencimento em 10 de Outubro de 2018; 6º PARCELA, com vencimento em 10 de Dezembro de 2018. NOTIFICAMOS os contribuintes que não tiverem acesso à rede mundial de computadores - INTERNET, a comparecerem na Secretaria da Fazenda do Município, sito à rua Osvaldo Cabral, 140, centro, Laguna, Estado de Santa Catarina, no horário das 10h às 19h, para retirarem os referidos carnês, existindo a opção de impressão dos boletos de pagamento pela internet no seguinte sítio eletrônico: www.laguna.sc.gov.br, informamos que os pagamentos do IPTU – exercício 2018, também poderão ser quitados até o vencimento na Caixa Econômica Federal – CAIXA e no Banco do Brasil - BB, caixas eletrônicos e agências lotéricas. Após o vencimento das parcelas, o pagamento só poderá ser efetuado mediante o cálculo da multa e dos juros de mora, mediante a expedição da 2º (segunda) via do carnê junto a Secretaria da

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.924/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017..

Publicação Nº 1477786

DECRETO Nº 2.924/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.
EXONERA DIRETORA DE NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009
DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a senhora JULIANA KEL, ocupante do cargo de Diretora de Educação do Núcleo Ottaviano Nicolao, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de Dezembro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.995/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477787

DECRETO Nº 2.995/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.
EXONERA DIRETORA DE NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009
DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a senhora JUDITE BRUNIERA, para exercer o cargo de Diretor do Centro de Educação Infantil Roselene Fátima Bussolaro – Cargo em Comissão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de Dezembro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 465/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477693

PORTARIA Nº 465/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 38, inciso II, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar, por motivo do término do ano letivo, a servidora Pública Municipal, senhora Gêssica Otto, das funções de Professora, contratada em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a partir de 29 de Dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 466/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477698

PORTARIA Nº 466/2017, de 29 de dezembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Marciane Agustini, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Gestora Escolar, vinculada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 20 (vinte) dias de férias, no período de 02 a 21 de Janeiro de 2018, relativas a Portaria nº 308/2016, de 27 de Outubro de 2016, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 320/2016, de 03 de Novembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 467/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477700

PORTARIA Nº 467/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA EM CATER TEMPORÁRIO

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 38, inciso II, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar, por motivo do término do ano letivo, a servidora Pública Municipal, senhora Heloíse Spricigo, das funções de Professora, contratada em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a partir de 29 de Dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 468/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477702

PORTARIA Nº 468/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE ADIANTAMENTO DE FERIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, 30 (trinta) dias de férias, ao Servidor Público Municipal Ocedir Roque Proinelli, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, vinculado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para gozo no período de 02 a 31 de Janeiro de 2018, relativo ao período aquisitivo de 19 de Fevereiro de 2017 a 18 de Fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 469/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477704

PORTARIA Nº 469/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Olíria Olivetti Weber Locatelli, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Supervisora de Comunicação, vinculada no Gabinete do prefeito e Vice, referente ao período aquisitivo de 02 de Janeiro de 2016 a 01 de Janeiro de 2018, para gozo no período de 02 a 31 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 470/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477705

PORTARIA Nº 470/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Joice Mari Dall Acqua Pagno, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Ação Social, vinculada na Secretaria de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 02 de Janeiro de 2016 a 01 de Janeiro de 2018, para gozo no período de 02 a 31 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 471/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477708

PORTARIA Nº 471/2017, de 29 de Dezembro de 2017.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 119, combinado com o artigo 125 da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Dinara Signor Kiekow, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 30 (trinta) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendidos entre os dias 02 a 31 de Janeiro de 2018, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 23 de Julho de 2012 a 22 de Julho de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 472/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477710

PORTARIA Nº 472/2017, de 29 de Dezembro de 2017.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o artigo 126, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003,

RESOLVE:

Conceder, adiantamento 13 (treze) dias de férias, conforme requerimento, ao Servidor Público Municipal Juarez Lopes da Silva, ocupante do cargo de Provimento em comissão de Diretor de Cultura, vinculado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 01 de Março de 2017 a 28 de Fevereiro de 2018, para gozo no período de 02 a 14 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 473/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477712

PORTARIA Nº 473/2017, de 29 de Dezembro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Ivonete Alves de Lima, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, vinculada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 01 de Junho de 2016 a 31 de Maio de 7 para gozo no período de 02 a 31 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 474/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477714

PORTARIA Nº 474/2017, de 29 de Dezembro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Leonir José Zuanazzi, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, referente ao período aquisitivo de 03 de Maio de 2016 a 02 de Maio de 2017, para gozo no período de 03 de Janeiro de 2018 a 01 de Fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 475/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477716

PORTARIA Nº 475/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Marli Maria Eisenhardt Cason, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, vinculada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 03 de Fevereiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2017, para gozo no período de 08 de Janeiro de 2018 a 06 de Fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 476/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477717

PORTARIA Nº 476/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Jonas Fábio Dalmora, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Cirurgião Dentista do ESF, vinculado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 18 de Janeiro de 2017 a 17 de Janeiro de 2018, para gozo no período de 22 de Janeiro de 2018 a 05 de Fevereiro de 2018, sendo que 15 (quinze) dias já foram concedidos através da Portaria nº 270/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 477/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477719

PORTARIA Nº 477/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Vera Inês Pomblum, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira do ESF, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 02 de Janeiro de 2016 a 01 de Janeiro de 2017, para gozo no período de 08 de Janeiro de 2018 a 06 de Fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 478/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477720

PORTARIA Nº 478/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Rudimar Alberto Milan, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 17 de Novembro de 2016 a 16 de Novembro de 2017, para gozo no período de 02 a 31 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 479/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477722

PORTARIA Nº 479/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Joana Caroline Spriggo, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista, vinculada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 01 de Agosto de 2016 a 31 de Julho de 2017, para gozo no período de 02 a 31 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 480/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477725

PORTARIA Nº 480/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Naira Salete Muller, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - ESF, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 14 de Junho de 2016 a 13 de Junho de 2017, para gozo no período de 02 a 31 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 481/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477727

PORTARIA Nº 481/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnica de Enfermagem, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2016 a 01 de maio de 2017, para gozo no período de 08 de Janeiro de 2018 a 06 de Fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 482/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477729

PORTARIA Nº 482/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Diego Frare, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Cadastrista, vinculado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 06 de Fevereiro de 2015 a 05 de Fevereiro de 2016, para gozo no período de 15 de Janeiro de 2018 a 14 de Fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 483/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477731

PORTARIA Nº 483/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Sandra Regina Zuanazzi, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Analista Administrativo, vinculada na Secretaria de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 29 de Dezembro de 2014 a 28 de Dezembro de 2015, para gozo no período de 02 a 26 de Janeiro de 2015, com a conversão de cinco dias em dinheiro, nos termos do § 1º do Artigo 128, da Lei Complementar nº 050/2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 484/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477732

PORTARIA Nº 484/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.
RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Sonia Maria da Luz Mendes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 9, E, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 485/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477734

PORTARIA Nº 485/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.
RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Orvane Gehrke Zanatta, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo (GF), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 5, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 486/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477736

PORTARIA Nº 486/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.
RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Sandra Pereira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Cirurgião Dentista (GF), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 3, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 487/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477744

PORTARIA Nº 487/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.
RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Janaina Dalla Vecchia, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmaceutica – (GE), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 9, P, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 488/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477745

PORTARIA Nº 488/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.
RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Jonas Fábio Dalmora, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista do ESF (GE), lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 11, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 489/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477746

PORTARIA Nº 489/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.
RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Elaine Salete Pescador, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem – (GT), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 5, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 490/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477747

PORTARIA Nº 490/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.
RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Ivanete Adriana de Moura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem do ESF 40 hrs – (GT), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois

por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 5, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 491/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477749

PORTARIA Nº 491/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Marisa Paula Carbori, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância Epidemiológica – (GF), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 5, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 492/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477750

PORTARIA Nº 492/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Sonia Maria Fiorentin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 1, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 493/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477751

PORTARIA Nº 493/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Nelsa Baldessar Pruinelli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 1, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 494/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477752

PORTARIA Nº 494/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Neusa Maria Johann Biesek, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem – (GT), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 5, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 495/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477753

PORTARIA Nº 495/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Juliano Zanon, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista (GE), lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 11, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 496/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477755

PORTARIA Nº 496/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Ana Beatriz Baldissera, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem – (GT), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 5, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 497/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477756

PORTARIA Nº 497/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Leonir José Zuanazzi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 3, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de

2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 498/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477757

PORTARIA Nº 498/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.
RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Neiva Lucia Pereira Chaves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem – (GT), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 5, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 499/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477758

PORTARIA Nº 499/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.
RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Etson Patzlaff, ocupante

do cargo de provimento efetivo de Médico Urologista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo Quadro Suplementar ou em Extinção de Pessoal do Poder Executivo, nível 13 E, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 500/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477759

PORTARIA Nº 500/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.
RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Vera Inês Pomblum, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro do ESF – (GE), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 9, H, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 501/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477763

PORTARIA Nº 501/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas

as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Gilson Antonio Pruinelli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 3, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 502/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477764

PORTARIA Nº 502/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Edson Carlos Conte, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 3, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 503/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477766

PORTARIA Nº 503/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Maristela Moretto Pagno, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem – (GT), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 5, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 504/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477767

PORTARIA Nº 504/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Jonas Paulo Buzanello, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 3, A, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.

GENIR LOL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 505/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477769

PORTARIA Nº 505/2017, de 29 de Dezembro de 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.
RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Rafaela Spricigo da Silva Dutra, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta – (GE), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 9, A, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

PORTARIA Nº 506/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477771

PORTARIA Nº 506/2017, de 29 de Dezembro de 2017.

AMPLIA CARGA HORARIA DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o artigo 42, § 11 da Lei Complementar nº 179/2011, de 24 de Outubro de 2011,

Considerando, a vaga em aberto no quadro de Servidores do Magistério Lei Complementar nº 179/2011;

Considerando, o Concurso Público Interno nº 01/2015;

Considerando, a necessidade de servidores para a rede municipal de ensino;

RESOLVE:

Ampliar de forma definitiva a carga horária, em 20 (vinte) horas semanais, conforme concurso publico interno de ampliação de carga horária nº 01/2015, homologado através do Decreto nº

2.737/2015, de 04 de Novembro de 2015, no Ensino Fundamental, a Servidora Pública Municipal Silvana Venancio, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor no Ensino Fundamental - AEE, 20 horas semanais, vinculada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, exercendo a partir de 01 de Janeiro de 2018, o cargo de Professor 40 horas semanais, no Ensino Fundamental, NÍVEL 1, Categoria Pós-Latu Sensu, Letra B, da Lei Complementar nº 179/2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 29 de Dezembro de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2017

Publicação Nº 1477268

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0020/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2017

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. ZELIR CITADIN, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação nº 0020/2017 para aquisição de peças e serviços para fins de aprovação na inspeção veicular do caminhão Ford cargo 2628 E placas MHC 8757, conforme relatório de não conformidade do Órgão de Inspeção Veicular. Através da empresa MECANICA ZAGO SB LTDA EPP, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 0040/2017

Vigência do Contrato: 06 meses.

Valor Total do Contrato: R\$ 5.016,86 (cinco mil dezesseis reais e oitenta e seis centavos).

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega das peças e serviços e emissão da nota fiscal.

Macieira, 29 de dezembro de 2017.

Rejane Spanholo Abraão

Presidente da Comissão de Licitações

portaria 3776

Publicação Nº 1477189

PORTARIA N.º 3776/2017

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Ivete Ribeiro de Freitas, ocupante do cargo efetivo de Odontóloga 20 horas, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 14/12/2017, por 180 dias, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 27 de dezembro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2017

Publicação Nº 1477615

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 071/2017

OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de TABLETS para uso educacional viabilizando a informatização dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Maracajá/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas neste termo.

DATA DE ENTREGA: até 15 de janeiro de 2018 às 09h15min

DATA DE ABERTURA: Dia 15 de janeiro de 2018 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 29 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

Massaranduba

PREFEITURA

CO 08.2017 (FASS) CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA - EPP

Publicação Nº 1458782

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)
CONTRATADO: CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA – EPP
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA COM RESIDÊNCIA PROTEGIDA, PARA TRATAMENTO DE PACIENTE COM TRANSTORNOS MENTAIS, COMPREENDENDO 03 (TRÊS) CONSULTAS PSIQUIÁTRICAS SEMANAIS, SERVIÇO DE ENFERMAGEM 24H, SERVIÇO DE PSICOLOGIA E HOTELARIA COMPLETA.
VALOR CONTRATADO: R\$ 67.200,00 (SESSENTA E SETE MIL E DUZENTOS REAIS), CORRESPONDENTE AO OBJETO TOTAL, SENDO O VALOR MENSAL DE R\$ 5.600,00 (CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS).
VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO DE 2018 À 31 DE DEZEMBRO DE 2018
MASSARANDUBA, 01 DE JANEIRO DE 2018
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

CO 09.2017 (FASS) CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA - ME

Publicação Nº 1458802

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2017
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)
CONTRATADO: CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA COM RESIDÊNCIA PROTEGIDA, PARA TRATAMENTO DE PACIENTE COM TRANSTORNOS MENTAIS, COMPREENDENDO 03 (TRÊS) CONSULTAS PSIQUIÁTRICAS SEMANAIS, SERVIÇO DE ENFERMAGEM 24H, SERVIÇO DE PSICOLOGIA E HOTELARIA COMPLETA, PARA A PACIENTE EDILENE MARIA DEVALIER.
VALOR CONTRATADO: R\$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS), CORRESPONDENTE AO OBJETO TOTAL, SENDO O VALOR MENSAL DE R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).
VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO DE 2018 À 31 DE DEZEMBRO DE 2018
MASSARANDUBA, 01 DE JANEIRO DE 2018
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

CO 47.2017 - LASSI MARIA KLUCK

Publicação Nº 1464705

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 47/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A SRA. LASSI MARIA KLUCK.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere

poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a Sra. LASSI MARIA KLUCK, pessoa física, domiciliada na Tifa Kluck, sem número, bairro Guarani-Açú, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CPF sob o nº 032.451.699-14, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objetivo do presente contrato consiste na LOCAÇÃO DE MINAS DE MACADAME DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), VISANDO A EXTRAÇÃO DE SAIBRO, na localidade Tifa Kluck, Guarani-Açú, registrado no Registro de Imóveis de Guaramirim sob a MATRÍCULA Nº 1.654, de acordo com o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. DA CONTRATADA

2.1.1. Permitir a livre extração de macadame pela contratante.

2.1.2. Concordar com que a contratante faça a extração de macadame seguindo a reserva existente no terreno.

2.1.3. Não permitir ou autorizar a terceiros a retirada de macadame do local, exceto com expressa concordância da contratante, conforme Lei Municipal 1.725/2015.

2.2. DA CONTRATANTE

2.2.1. Efetuar a extração dos materiais em etapas sucessivas, de acordo com as necessidades.

2.2.2. Assumir as responsabilidades legais perante aos órgãos públicos (FATMA, IBAMA), quanto o ato da exploração da mina de macadame.

2.2.3. Ao término do prazo contratual, a contratante se obriga a efetuar os serviços de terraplenagem para regularização da área por ela explorada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1. Pela locação da mina de macadame, a contratante pagará o aluguel no valor global de R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS), subdividido em 12 PARCELAS iguais de R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), com vencimento sempre até o 10º (décimo) dia do mês subsequente.

3.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido, até a normalização, sem que isso acarrete ônus adicionais para a Prefeitura de Massaranduba (SC), conforme art. 55, inciso XIII da Lei Federal 8.666/93.

3.3. O valor da locação não será reajustado em hipótese alguma.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início de vigência em 01 DE JANEIRO DE 2018, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1. A rescisão do presente poderá ser:

5.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XI e XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

5.1.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa do locatário, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Na falta de cumprimento por parte do locatário, sem justa causa, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades no caso de inadimplência contratual:

6.1.1. Multa de 01% (um por cento) por dia, sobre o valor adjudicado, até o máximo de 20% (vinte por cento), quando o locatário, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.

6.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total vencido, se o locatário não entregar o objeto desta licitação.

6.1.3. A multa aplicada com base no item 6.1.1 será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo município e a multa aplicada com base no item 6.1.2 será cobrada administrativamente ou judicialmente após notificação.

6.2. Além das multas previstas, o locatário que não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

6.2.1. Rescisão do contrato e cancelamento da ordem de compra.

6.2.2. Suspensão do direito de licitar ou contratar com o município pelo período de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Fica eleito o foro da comarca de Guarany, estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

7.2. Este contrato foi confeccionado nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, principalmente no que tange a dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso X da referida lei.

7.3. A execução do presente do contrato será acompanhado e fiscalizado pelos Srs. Pedrinho Osmar Spézia e Vilson Eichstadt, servidores público municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 01 de janeiro de 2018.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
LOCADOR

LASSI MARIA KLUCK
LOCATÁRIO

TESTEMUNHAS:

PEDRINHO OSMAR SPEZIA

VILSON EICHSTADT

CPF: 650.671.429-87

CPF: 564.967.109-53

CO 48.2017 - VALENTINO WEHRMEISTER

Publicação Nº 1464710

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 48/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O SR. VALENTINO WEHRMEISTER.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e o Sr. VALENTINO WEHRMEISTER, pessoa física, domiciliado na Rua Rio Bonito, sem número, bairro Itoupava Central, município de Blumenau, estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 383.148.869-04, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objetivo do presente contrato consiste na LOCAÇÃO DE MINAS DE MACADAME DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), VISANDO A EXTRAÇÃO DE SAIBRO, na localidade Rio Bonito, registrado no Registro de Imóveis de Guarany sob a MATRÍCULA Nº 10.165, de acordo com o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**2.1. DA CONTRATADA**

2.1.1. Permitir a livre extração de macadame pela contratante.

2.1.2. Concordar com que a contratante faça a extração de macadame seguindo a reserva existente no terreno.

2.1.3. Não permitir ou autorizar a terceiros a retirada de macadame do local, exceto com expressa concordância da contratante, conforme Lei Municipal 1.725/2015.

2.2. DA CONTRATANTE

2.2.1. Efetuar a extração dos materiais em etapas sucessivas, de acordo com as necessidades.

2.2.2. Assumir as responsabilidades legais perante aos órgãos públicos (FATMA, IBAMA), quanto o ato da exploração da mina de macadame.

2.2.3. Ao término do prazo contratual, a contratante se obriga a efetuar os serviços de terraplenagem para regularização da área por ela explorada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1. Pela locação da mina de macadame, a contratante pagará o aluguel no valor global de R\$ 28.786,08 (VINTE E OITO MIL SETECENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E OITO CENTAVOS), subdividido em 12 PARCELAS iguais de R\$ 2.398,84 (DOIS MIL TREZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), com vencimento sempre até o 10º (décimo) dia do mês subsequente.

3.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido, até a normalização, sem que isso acarrete ônus adicionais para a Prefeitura de Massaranduba (SC), conforme art. 55, inciso XIII da Lei Federal 8.666/93.

3.3. O valor da locação não será reajustado em hipótese alguma.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início de vigência em 01 DE JANEIRO DE 2018, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1. A rescisão do presente poderá ser:

5.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XI e XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

5.1.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa do locatário, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Na falta de cumprimento por parte do locatário, sem justa causa, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades no caso de inadimplência contratual:

6.1.1. Multa de 01% (um por cento) por dia, sobre o valor adjudicado, até o máximo de 20% (vinte por cento), quando o locatário, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.

6.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total vencido, se o locatário não entregar o objeto desta licitação.

6.1.3. A multa aplicada com base no item 6.1.1 será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo município e a multa aplicada com base no item 6.1.2 será cobrada administrativamente ou judicialmente após notificação.

6.2. Além das multas previstas, o locatário que não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

6.2.1. Rescisão do contrato e cancelamento da ordem de compra.

6.2.2. Suspensão do direito de licitar ou contratar com o município pelo período de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Fica eleito o foro da comarca de Guaramirim, estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

7.2. Este contrato foi confeccionado nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, principalmente no que tange a dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso X da referida lei.

7.3. A execução do presente do contrato será acompanhado e fiscalizado pelos Srs. Pedrinho Osmar Spézia e Vilson Eichstadt, servidores público municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 01 de janeiro de 2018.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA ARMINDO SESAR TASSI LOCADOR	VALENTINO WEHRMEISTER LOCATÁRIO
--	------------------------------------

TESTEMUNHAS:

PEDRINHO OSMAR SPEZIA CPF: 650.671.429-87	VILSON EICHSTADT CPF: 564.967.109-53
--	---

CÂMARA MUNICIPAL**RENOVAÇÃO CADASTRO FORNECEDORES 2018**

Publicação Nº 1468303

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE MASSARANDUBA

RENOVAÇÃO DE CADASTRO

A Câmara Municipal de Massaranduba, cumprindo com o estabelecido no Art. 34 da Lei Nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos, comunica que iniciará a partir do dia 25/01/2018 a atualização dos registros cadastrais existentes e ingresso de novos interessados, para efeito de habilitação de fornecedores, que terão o registro válido por 1 ano. Informações, sito a Rua Paulo Cardoso nº 166 Centro ou pelo fone 3379-1571 das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 h ou no email:marilu@netuno.com.br.

Massaranduba, 21 de Dezembro de 2017.

VANDERLEI SASSE

Presidente da Câmara Municipal Massaranduba

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 008-2017

Publicação Nº 1477678

PORTARIA nº 008/2017

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES DO SAMAE QUE RELACIONAM.

ROGILDO BORDIGNON, Prefeito Municipal de Meleiro Em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Dezembro de 2017.

ROGILDO BORDIGNON

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

ELOIR CORNEO

Diretor do SAMAE

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 008/2017

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Daiane De Luca	12
Derli Dordete	23
Douglas Gava Buzanello	26

Meleiro, 29 de Dezembro de 2017.

ROGILDO BORDIGNON

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

ELOIR CORNEO

Diretor do SAMAE

PORTARIA Nº 408-2017

Publicação Nº 1477682

PORTARIA n.º 408/2017

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO QUE RELACIONAM.

ROGILDO BORDIGNON, Prefeito Municipal de Meleiro em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da

Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais do magistério relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Dezembro de 2017.

ROGILDO BORDIGNON

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretario de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 408/2017

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Adair Silvestre Zanelatto	315
Adriana Zanette Magagnin	10458
Albina Gomes de Carvalho	1228
Ana Paula de Luca Vieira	96
Andréia de Cezaro Cavaler Pasini	359
Andréia Rocha Gonçalves	358
Angela Maria Valnier de Luca	139
Beatriz Correa Brovedan	10465
Chaiane Machado Alexandre Scarpari	10307
Clari de Sousa Marcelino	905
Cleimar Mota	1029
Cleonice Galatto Pasini Piazza	132
Daniela Benedet Pasini	356
Dulcinéia Martins Borges Machado	63
Edenéia Menegon	300
Édna Aparecida Stradioto Silvério	348
Edson de Oliveira Claro	714
Eleiza Presa Motta Dordete	720
Eliane Alexandre Costa Pirola	287
Estela Mezzari Simoni	10456
Fábia Roberta Pirola Mendonça	115
Geovani Scarabelott Hubbe	1033
Gilmar Bosa	10382
Hermínia Maria Bianchini Simon	470
Iraci da Glória Silva	471
Ivanir Antunes Cardoso	347
Ivone Minato	143
Ivone Salvador Cardoso	897

Ivonir de Oliveira Bristot	461
Izabel Matias	67
Jadna Pasini Martinello	100
Jania Cleide Zanelatto Lodete	452
Jerson da Silva Mota	146
João Dilnei Carminati	155
João Luiz da Rocha	10503
Jorge Luiz Carvalho Coral	456
José Francisco Merêncio	144
Juliana Zeferino dos Anjos	10306
Katiúcia Carradore Squizzato	468
Lea Sonia Pasini Berkenbrock	78
Lenir Antunes Cardoso Nola	76
Leoni Albano	1183
Lilian Isana Golçalves Rocha Oenning	791
Lucemar Coral de Souza	734
Lucia Mota de Oliveira	133
Luciana de Oliveira Simoni	10436
Luciana Despacia Amboni	44
Luciana Zeferino dos Anjos	10305
Lucilena Zavariz	723
Márcia Aparecida Danielski da Rocha	107
Margarida Zeferino Gomes	161
Maria Adriana Duarte Trento	280
Maria de Fátima Da Boit	339
Maria de Fátima Merêncio Pagnan	727
Maria Paulino Sipinski	284
Maria Rosangela Bordignon Dal Pont	349
Maria Tereza Albano	712
Marisa Arlete Milanez	288
Marisa de Luca Piazza	152
Michéila Fabris Fernandes	465
Monize Bonfante Laurindo Januário	10457
Nair Lourdes da Silva Baesso	721
Paula Beatriz Conti Réus	724
Paula Maragno	455
Raquel Tiscoski Pasini	469
Rosane Bristot Piazza	285
Rosangela Ramos Pereira	553
Rosinéia da Silva Tomazi	993
Rosinha de Souza Alexandre	171
Rozane Pirolla Motta	357
Scheila Serafim Francisco Freitas	722
Sidenei Schwartz	360
Solange Rocha Rosso	10308
Sonia Elzi Sartori Manfredini	101
Sonir Mafioletti Bordignon	344
Valmir de Freitas	10332
Vanderléia De Luca Antunes	37
Vanderléia Pirola Isé	135
Vanessa Delair Toret Scarabelot	103
Vera Lúcia Ronzani Corrêa	104
Zenir Lodete Stradioto	462
Zuleide Polla	97

Meleiro, 29 de Dezembro de 2017.
ROGILDO BORDIGNON
 Prefeito Municipal Em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 409-2017

Publicação Nº 1477683

PORTARIA n.º 409/2017
 CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES QUE RELACIONAM.

ROGILDO BORDIGNON, Prefeito Municipal de Meleiro em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Dezembro de 2017.
ROGILDO BORDIGNON
 Prefeito Municipal Em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 409/2017

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Adair Pasini	554
Adriana de Jesus Marcelino	10407
Agda Fermina Schneider Scarsanela	118
Alessandra Peterle Conti	341
Amarfelina Mota da Boit	1226
Anderson Scardueli	1185
Andreia Acordi Fermo	10351
Andreia Teza Martins	10420
Anelize Longaretti Toldo Francisco	575
Anielle Fabris	10408
Anne Mary Destro	1224
Antonio José Macarini	351
Antonio Simoni de Oliveira	151
Arildes Bonfante Salvalaio	10395
Camila Peruch Bortolotto Arns	10369
Clair De Prá Guellere	10402
Cristiane Re	10352
Cristiani Felisberto Scarpari	1150
Daize Mota da Boit	10490
Diandra Felisberto	10411
Diogenes Pazini Manfredini	89

Elizandra Dal Pont	10410
Enedir Ize de Souza	10462
Ester da Silva	10412
Fernanda Manfredini	10445
Fernanda Schuvartz Carboni	1179
Francisco Paulo Kruger	503
Geise Rechia Cardoso	1239
Giovanna Daniel Dal Toé	1251
Gisele Kristine Bitencourt dos Santos Rossi	10365
Guilherme Peterle	10452
Henrique Antonio Manfredini	10273
Jadir Trento	327
Janete Dal Molin Michels Martins	935
Jardel Xavier de Moura	710
Jean Marcos Cordeiro Xavier de Moura	10347
João André Azevedo dos Santos	472
Joelcio Fernandes	1009
Joelma Toretto Dordete	711
Jonas Fagundes Vieira	10362
José Ênio Dal Toé	66
Josué da Silva	177
Jovana Peterle	10455
Juliana Januário Fernandes	10453
Juliano Xavier de Moura	1133
Katia Pedroso Cardoso	10405
Leodenir Fabris Mendonça	54
Lorizete Becker Arigoni	10403
Lucia da Gloria Zeferino Carvalho	10401
Luciana Faustino	10269
Maria Dirlene Pereira Izé	10400
Marisa da Conceição Búrgio Fascin	74
Marivalda Tessa Martins Fogaça	10404
Melissa Boeira Zapala	1223
Oseias Corrente	323
Pedro Aléssio Zanelatto	604
Rubia Felisbino Fermo	10518
Samanda Torquato	10461
Simone de Oliveira Mota	10496
Solange Simoni Dordete	56
Tatiana Amboni	1236
Tayná da Silva Daniel	10396
Tayse Conti	10421
Vanderlei dos Santos Américo	111
Vanderleia Regina Eyng	10398
Vanoir Machado Berti	10349
Vicente Celestino Borges	10530
Vilmar dos Santos Cardoso	10331
Viviani Martins dos Santos	793
Volnei Antunes Cardoso	1003

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 410-2017

Publicação Nº 1477684

PORTARIA n.º410/2017

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

ROGILDO BORDIGNON, Prefeito Municipal de Meleiro Em Exercício, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora SUSANA SCUSSEL MINATTO, no cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2015, homologado em 29 de Janeiro de 2016.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Dezembro de 2017.
ROGILDO BORDIGNON
Prefeito Municipal Em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Meleiro, 29 de Dezembro de 2017.
ROGILDO BORDIGNON
Prefeito Municipal Em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0261/2017

Publicação Nº 1477266

Decreto nº 261/2017 de 21/12/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1950/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1950/2017, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E MEIO FIO PRÉ-MOLDADO, DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, QUE SERÃO USADOS NAS OBRAS EXISTENTES E FUTURAS, ONDE SEJAM NECESSÁRIOS O EMPREGO DESTES MATERIAIS, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA.-ME	80.400,00
ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA	101.240,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 21 de dezembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

MICHELI LUANA UTZIG
Depto. de Licitações

DECRETO Nº 0265/2017

Publicação Nº 1477505

DECRETO Nº 0265/2017 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

PRORROGA READAPTAÇÃO TEMPORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATIA REGINA SCHLOSSER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei 971/90 e Reforma Administrativa, e em especial com o disposto na Seção VII da Lei Municipal 1.513/2002, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, Considerando o requerimento da servidora, bem como o solicitado

pelo médico especialista, solicitando e atestando a necessidade da continuação da readaptação por tempo indeterminado,

DECRETA:

Art.1º - Fica prorrogada até 31.12.2018, a readaptação temporária concedida pelo Decreto nº 0149/2016 e Prorrogada pelo Decreto nº 022/2017, por motivo de saúde, da Servidora KATIA REGINA SCHLOSSER, ocupante do cargo de Professora Ensino Superior, 30 horas semanais, lotada no Departamento Municipal de Educação, para auxiliar nas tarefas administrativas, trabalhos manuais e de decoração e demais atividades necessárias no atendimento do interesse público que não exijam o uso constante da voz, no Departamento Municipal de Educação.

Parágrafo Único: Fica assegurado à servidora o vencimento correspondente ao cargo de Professora que ocupava.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 28 de dezembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

TERMO ADITIVO Nº 01/2017 AO CONTRATO Nº 174/2017

Publicação Nº 1477417

TERMO ADITIVO Nº 01/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 174/2017

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 174/2017, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA MAISATIVO INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa MAISATIVO INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Alameda Lorena, nº 800, 2º andar, na Cidade de São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.836.739/0001-26, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. PAULO SÉRGIO SCAFF DE NAPOLI, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 1.322/2017 – Tomada de Preços nº 004/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93

e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Fica aditado o contrato nº 174/2017 de 29.11.2017, Constante da Cláusula Décima Quinta, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços em mais 12 (doze) meses, por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes, para a prestação de serviço até o dia 31 de dezembro de 2018.

Que o prazo terminará em 31 de dezembro de 2017; porém, com este aditivo de 12 (doze) meses o prazo terminará em 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de requerimento da contratada e autorização do Prefeito Municipal exarada através da Justificativa Prorrogação Contratual, que faz parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo Nº 174/2017 de 29.11.2017.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 28 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA Paulo Sérgio Scaff de Napoli Sócio Administrador - Contratada
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
---	--

Navegantes

PREFEITURA

PORTARIA 3414/2017 EXONERA A PEDIDO

Publicação Nº 1477308

PORTARIA N º 3414 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA A PEDIDO, da função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA CEI EJA 1 a senhora LOURDES DE FÁTIMA WALTRICK DIAS CALDEIRA, com a data de 22/12/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3415/2017 EXONERA A PEDIDO

Publicação Nº 1477309

PORTARIA N º 3415 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO A PEDIDO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI EJA 1 o senhor LUIZ FERNANDO SOARES, com a data de 22/12/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3418/2017 EXONERA A PEDIDO

Publicação Nº 1477305

PORTARIA N º 3418 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA A PEDIDO, da função de confiança de AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL I a senhora JENIFFER CRISTIANE TEIXEIRA, com a data de 11/12/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3519/2017 NOMEIA SERVIDOR

Publicação Nº 1477331

PORTARIA N º 3519 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SECRETARIO DE OBRAS o senhor SEBASTIÃO ALVES DA SILVA, com a data de 18/12/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE DEZEMBRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3541/2017 CONCEDE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Publicação Nº 1477329

PORTARIA N º 3541 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017
CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes,

I CONCEDER adicional periculosidade a servidora RUBERVAL FREIRE NEGREIROS JUNIOR, matrícula 63382601, por utilizar a motocicleta placa QIK 2469, para o desempenho das suas atividades laborais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3542/2017 CONCEDE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Publicação Nº 1477299

PORTARIA N º 3542 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017
CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes,

I CONCEDER adicional periculosidade a servidora ELEN DOS SANTOS PAIXÃO, matrícula 63376101, por utilizar a motocicleta placa MJJ 4671, para o desempenho das suas atividades laborais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3543/2017 CONCEDE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Publicação Nº 1477303

PORTARIA N º 3543 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017
CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes,

I CONCEDER adicional periculosidade a servidora FRANCISCO ARAÚJO DA SILVA NETO, matrícula 63376201, por utilizar a motocicleta placa QIK 6081, para o desempenho das suas atividades laborais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3544/2017 CONCEDE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Publicação Nº 1477326

PORTARIA N º 3544 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017
CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes,

I CONCEDER adicional periculosidade a servidora PABLO DARLÃ MARQUES, matrícula 63366901, por utilizar a motocicleta placa MJJ 4901, para o desempenho das suas atividades laborais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Itaberaba

PREFEITURA

LEI Nº 1.178/2017

Publicação Nº 1477921

LEI Nº 1178/2017 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017. "ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 1045/2015, QUE ALTEROU A LEI 1000/2013, QUE AUTORIZA O MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA ADERIR AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, IMPLANTADO PELA LEI FEDERAL Nº 12.871 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.715, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, apresenta a esta Colenda Câmara Municipal de Vereadores para estudo e votação o seguinte PROJETO de LEI ORDINÁRIA:

LEI:

Art. 1º - Fica alterado o Art 2º da Lei Municipal nº 1045/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Fica Autorizado o Município de Nova Itaberaba, custear as despesas com alimentação e moradia do profissional que presta serviços no Município, Através do Programa Mais Médicos, repassando os valores estimados pela portaria nº 30/2014 de 12 de Fevereiro de 2014, sendo R\$ 700,00(setecentos reais) mensais

para custeio das despesas de alimentação e R\$ 2.500,00(dois mil e quinhentos reais) para custeio das despesas de moradia, repassados em forma de pecúnia diretamente ao profissional, devendo a mesma comprovar as despesas junto a municipalidade através de nota fiscal ou recibo, mensalmente.

Paragrafo Único – O custeio das despesas de que trata o caput deste artigo, terá vigência enquanto o profissional estiver prestando seus serviços ao Município de Nova Itaberaba, cessando automaticamente ao final do contrato, sendo que os valores especificados no caput, poderão ser alterados pelo Município, através de Decreto sempre que for emitida nova portaria pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 01/2018

Publicação Nº 1477935

PORTARIA N.º 001/2018 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados, com seus respectivos períodos aquisitivos e de gozo de férias, lotados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Abono
Cesair Ângelo Filippini	Técnico em Tributação	20/01/2016 a 19/01/2017	12/01/2018 a 31/01/2018	sim
Clédia M. V. Ferrarini	Agente Administrativo	03/05/2016 a 02/05/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	sim
Cledson Oliveira da Costa	Controlador Interno	01/05/2016 a 30/04/2017	11/01/2018 a 20/01/2018	Não
Clenice M. T. De Zorze	Contador Geral	01/11/2015 a 31/10/2016 Ato Complementar a Portaria nº 106/2017	11/01/2018 a 20/01/2018	não
Givanete da Rosa Riboli	Auxiliar de Serviços Gerais	01/07/2016 a 30/06/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	não
Jaimir A. Lupatini	Técnico em Administração	01/03/2016 a 28/02/2017	12/01/2018 a 31/01/2018	Sim
Josemar Marocco	Tesoureiro	13/12/2016 a 12/12/2017	11/01/2018 a 20/01/2018	Não
Laline Maschio	Agente Administrativo	23/10/2016 a 22/10/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Leocir M. de Medeiros	Agente Administrativo	06/03/2016 a 05/03/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Mauro C. R. dos Santos	Assessor Jurídico	01/11/2016 a 31/10/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	Não
Rodrigo Vanderlinde	Arquiteto	18/08/2016 a 17/08/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Sitania R. R. Tramontina	Técnico em Administração	10/06/2016 a 09/06/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	Não

Art. 2º - E, para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 02 DE JANEIRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 02/2018

Publicação Nº 1477938

PORTARIA N.º 002/2018 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

RESOLVE:

ART 1ª - CONCEDER, férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados, com seus respectivos períodos aquisitivos e de gozo de férias, lotados na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Abono
Adailto Daga	Professor de Educação Física	18/02/2016 a 17/02/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Adiles Rosa Risson	Professora (20hs)	10/02/2017 a 09/02/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Adiles Rosa Risson	Professora (20hs)	04/02/2017 a 03/02/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Airton Kerbes	Orientador Pedagógico	01/03/2016 a 28/02/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Ariane Dalchiavon Parize	Auxiliar de Serviços Gerais	09/07/2016 a 08/07/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Cassiane fatima Zanesco	Auxiliar de Serviços Gerais	01/07/2016 a 30/06/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Cirlei M. de Medeiros	Professora 20 hs	01/02/2017 a 31/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Cirlei M. de Medeiros	Professora 20 hs	01/02/2017 a 31/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Clarice Peccini	Auxiliar de Serviços Gerais	04/05/2016 a 03/05/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Cristiano Pavin	Professor de Artes	04/02/2017 a 03/02/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Elenir Fatima R. Vicenzi	Auxiliar de Serviços Gerais	09/06/2016 a 08/06/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Elza F. Borin	Psicopedagoga	01/04/2017 a 31/03/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Fernanda Fioreze	Diretora de Departamento	10/01/2017 a 09/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Glacieli Vicenzi	Professora de Educação Física	04/02/2017 a 03/02/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Ismael Schneider	Professor Educação Física	01/11/2016 a 31/10/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Jorye L. M. de Medeiros	Nutricionista	03/10/2016 a 02/10/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
José Batistello	Motorista	03/02/2016 a 02/02/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Juliana Bianchi Gilioli	Professora	07/02/2017 a 06/02/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Juliana Bianchi Gilioli	Professora	01/02/2017 a 31/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Marcia Argenta Lira	Professora	11/09/2016 a 10/09/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Marcia Argenta Lira	Professora	01/02/2017 a 31/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Marcio Zolet Dezen	Motorista	01/06/2016 a 31/05/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Marisete C. Filippini	Professora (20 hs)	10/02/2017 a 09/02/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Marisete C. Filippini	Professora (20 hs)	08/02/2017 a 07/02/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Marli Salete P. Possa	Professora 20 hs	02/02/2017 a 01/02/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Marli Salete P. Possa	Professora 20 hs	01/02/2017 a 31/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Marcio Roberto Caon	Professor Educação Física	22/02/2017 a 21/02/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Neusa A. Campos de Lima	Aux. De Serviços Gerais	02/01/2017 a 01/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Odenir Petroli	Secretário Municipal Educação	04/01/2017 a 03/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Odair Tres	Professor de Educação Física	03/05/2016 a 02/05/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Rosane Andrin Rigo	Professora	10/02/2016 a 09/02/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Sandra Maria Civa	Professora	15/05/2016 a 14/05/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Sandra Maria Civa	Professora	01/02/2017 a 31/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Siméia C. Ciqueleiro	Auxiliar de serviços Gerais	14/07/2016 a 13/07/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Simone Nalin	Professora de Artes	03/05/2016 a 02/05/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Tatiane A. F. Marocco	Professora Pré-Escola (20hs)	07/02/2017 a 06/02/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Tatiane A. F. Marocco	Professora Pré-Escola (20hs)	04/02/2017 a 03/02/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Valdecir de Costa	Motorista	02/01/2016 a 01/01/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Vanessa Reginatto	Professora Pré-Escola 20 hs	11/09/2016 a 10/09/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Vanessa Reginatto	Professora Pré-Escola 20 hs	01/02/2017 a 31/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não

ART. 2º - E para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 02 DE JANEIRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 03/2018

Publicação Nº 1477939

PORTARIA N.º 003/2018 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

RESOLVE:

CONCEDER, férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados, com seus respectivos períodos aquisitivos e de gozo de férias, lotados na Secretaria Municipal de Promoção Social:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Abono
Amauri Bedin	Agente Administrativo	05/02/2016 a 04/02/2017	02/01/2018 a 21/01/2018 Ato complementar	Não
Joceli Zanandrea Daga	Professora (Sócio Educativo)	20/02/2017 a 19/02/2018	02/01/2018 a 21/01/2018	Não
Suzana P. dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	05/03/2016 a 04/03/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Gilce Castanha	Conselheira Tutelar	10/01/2017 a 09/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Ladir O. Muller	Conselheira Tutelar	10/01/2017 a 09/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não

E, para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 02 DE JANEIRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 04/2018

Publicação Nº 1477940

PORTARIA N.º 004/2018 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

RESOLVE:

CONCEDER, férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados, com seus respectivos períodos aquisitivos e de gozo de férias, lotados na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Abono
Ivanir Zanella	Secretário Municipal	02/01/2017 a 01/01/2018	02/01/2018 a 16/01/2018	Não
Luiz A. Peruzzo	Operador	30/10/2016 a 29/10/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Olivar Basso	Operador	02/01/2016 a 01/01/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não

E, para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 02 DE JANEIRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 05/2018

Publicação Nº 1477941

PORTARIA N.º 005/2018 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

RESOLVE:

CONCEDER, férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados, com seus respectivos períodos aquisitivos e de gozo de férias, lotados na Secretaria de Transportes e Obras:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Abono
Eludir Zamboni	Diretor de Departamento	02/01/2017 a 01/01/2018	17/01/2018 a 31/01/2018	Não
Francisco Luza	Mecânico	01/06/2016 a 31/05/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Marcos B. Batti Caetano	Operador	15/06/2016 a 14/06/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Nelson Pedro Vanassi	Operador	02/05/2016 a 01/05/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Sergio Natal Furlan	Secretário Municipal	02/01/2017 a 01/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Valdemar Pedroso	Agente de Manutenção e Conser- vação	01/02/2016 a 31/01/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não

E, para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 02 DE JANEIRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 06/2018

Publicação Nº 1477942

PORTARIA N.º 006/2018 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados, com seus respectivos períodos aquisitivos e de gozo de férias, lotados na Secretaria Municipal de Saúde:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Abono
Alcione Guarda Rossoni	Agente Comunitária de Saúde	01/06/2016 a 31/05/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Alcione Solivo	Auxiliar de odontologo	02/05/2016 a 01/05/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Carmem K. Vanassi	Técnica em Enfermagem	01/07/2016 a 30/06/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Dirso Antonio De Costa	Motorista	01/03/2016 a 28/02/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Eloni Zamboni Rigo	Auxiliar de Serviços Gerais	03/04/2016 a 02/04/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Marcio Rossoni	Fiscal de Vigilância Sanitária	05/05/2016 a 04/05/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Monia Cypel Santana	Técnica em Enfermagem	02/05/2016 a 01/05/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Sim
Francoise Zanelato	Odontóloga	02/05/2016 a 01/05/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Paulo Isaias Dutkevicz	Motorista	01/04/2016 a 31/03/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Rejane M. de Medeiros	Agente Administrativo	01/05/2016 a 30/04/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Renivaldo Breda	Odontólogo	17/01/2016 a 16/01/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	Não
Romilde A. Breda	Técnico em Enfermagem	09/01/2017 a 08/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Elizandra N. Foscheira	Agente Comunitário de Saúde	01/03/2016 a 28/02/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Lides T. Peruzzo	Agente Comunitária de Saúde	01/03/2016 a 28/02/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Sadi Bedin	Agente Comunitário de Saúde	01/03/2016 a 28/02/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Sediane Ogliari	Agente Comunitário de Saúde	02/08/2016 a 01/08/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não
Aline Santin	Coordenador de Saúde	01/02/2016 a 31/01/2017	02/01/2018 a 31/01/2018	Não

Art. 2º - E para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 02 DE JANEIRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 07/2018

Publicação Nº 1477943

PORTARIA N.º 007/2018 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 002/2001 e Lei nº 622/2005;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pelo servidor.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares ao servidor municipal GELSON LUIS LUCIAN, Motorista, lotado no Departamento de Urbanismo, com período aquisitivo de 16/06/2016 a 15/06/2017, e período de gozo de 02/01/2018 a 21/01/2018.

ART. 2º - Autoriza a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário.

ART. 3º - E, para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 02 DE JANEIRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Nova Trento

PREFEITURA

TERMO DE JULGAMENTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N° 004/2017

Publicação N° 1477909

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo n° 004/2017

Indiciado: A. R. B.

I – RELATORIO

Trata-se de processo administrativo disciplinar para apurar fatos contidos no ofício n° 229/2017/SSDC que trata da conduta do servidor A. R. B., o qual, no exercício de suas funções, apresentou imperícia e inaptidão, colocando em risco integridade das pessoas.

Os fatos envolvendo o servidor nominado estão bem definidos e as provas produzidas, conforme entendeu a Comissão, comprovam a imperícia e inaptidão do servidor; razão pela qual, de forma unânime, foi recomendada a demissão do mesmo como incurso na infração disciplinar capituladas no art. 179, II, item 14, da Lei Municipal n° 1.207/92, aplicando-se a pena de demissão simples, conforme relatório conclusivo de fls. 135 a 138.

II – FUNDAMENTAÇÃO E DECISÃO

Não havendo causas de nulidade e tendo o processo transcorrido regularmente, nos moldes do que dispõe o art. 201, “e”, da Lei Municipal 1.207/92, acolho integralmente o Relatório Conclusivo de fls. N° 135 a 138, adotando-o como fundamento jurídico da presente decisão administrativa e, no mérito, CONDENO o servidor A. R. B., ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, matrícula funcional n° 7450, como incurso na infração disciplinar capitulada no art. 179, II, item 14, da Lei Municipal n° 1.207/92, aplicando a seguinte pena:

a) Demissão Simples

Publique-se a presente decisão no Diário Oficial dos Municípios. Intime-se o servidor A. R. B. acerca desta decisão, anexando-se cópia do relatório conclusivo de fls. 135 a 138, notificando-o da Rescisão Contratual. Cientifique-se o Setor de Recursos Humanos para as providências de estilo. Cumpra-se. Transitada em julgado, archive-se

Nova Trento/SC, 20 de dezembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito do Município de Nova Trento

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 526, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1477453

DECRETO N.º 526, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

“INSTITUI O MANUAL DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, QUE REGULAMENTA A INSTAURAÇÃO E PROCESSAMENTO DAS SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 001, de 03 de abril de 2012,

CONSIDERANDO que o processo disciplinar é o instrumento jurídico de que se vale a autoridade administrativa quando necessita aferir a responsabilidade de agente público e, se for o caso, aplicar a respectiva sanção;

CONSIDERANDO que a ação disciplinar tem a finalidade de garantir a aplicação e respeito aos princípios previstos no art. 37, da Constituição Federal, a ordem e a justiça, visando atender ao interesse público e ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO, finalmente, que em respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art.1º, III, CF 1988), o poder disciplinar não deverá ser exercitado de forma arbitrária, desproporcional ou desmotivada,

DECRETA:

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Este Decreto institui o Manual de Procedimento Administrativo Disciplinar, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Veneza, uniformizando a instauração e processamento das Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares.

Art. 2º - As disposições deste Decreto aplicam-se a todos os servidores do quadro permanente, aos ocupantes de cargo de provimento em comissão, aos Agentes Comunitários de Saúde e aos servidores contratados temporariamente para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 001, de 03 de abril de 2012.

Art. 3º - Todos os procedimentos administrativos disciplinares reger-se-ão pelas regras da Lei Complementar Municipal n.º 001, de 03 de abril de 2012 e, subsidiariamente, pelos princípios do Direito Disciplinar e do Direito Administrativo, pelo Código Penal, Código de Processo Penal, Lei 9.784/99, Código Civil e Código de Processo Civil.

§ 1º - Os procedimentos administrativos disciplinares observarão, ainda, a analogia in bonam partem, os costumes, os princípios gerais de direito, bem como os princípios da dignidade humana, legalidade objetiva, oficialidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, informalismo, verdade material ou real, contraditório e ampla defesa.

II - DA DENÚNCIA

Art. 4º - Denúncia, na terminologia administrativo-disciplinar, é a notícia, encaminhada à autoridade competente, de conduta irregular, comissiva ou omissiva, dolosa ou culposa, praticada por servidor no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

Art. 5º - A denúncia será objeto de instauração de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar desde que contenha a identificação do denunciante e seja formulada por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 1º - A denúncia que não atender aos requisitos do artigo anterior, somente será apurada após aditamento e, uma vez confirmada, instaurar-se-á o procedimento disciplinar cabível.

§ 2º - A autoridade poderá, de ofício, determinar a averiguação de irregularidade quando tiver conhecimento direto do fato. Em havendo razoabilidade nas informações recolhidas, promoverá ou proporá a instauração de Processo Administrativo Disciplinar ou de Sindicância seguida de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o caso.

Art. 6º - É facultado à autoridade instauradora determinar, motivadamente, o arquivamento sumário de denúncia que não atenda ao disposto no artigo 5º deste Decreto, ou que seja manifestamente descabida ou improcedente, ou quando veicular fatos que não configurem crime ou sejam incapazes de gerar aplicação de quaisquer das penalidades elencadas na Lei Complementar Municipal n.º 001, de 03 de abril de 2012.

Parágrafo Único - Incorre em ilícito administrativo o servidor público que, comprovadamente, por motivos pessoais ou movido por razões outras que não aquelas que justifiquem o cumprimento do dever funcional ou, ainda, por motivos torpes, oferecer denúncia demonstrada ser absolutamente infundada.

III - DAS PARTES

Art. 7º - São partes legítimas no Processo Administrativo Disciplinar o servidor acusado e a Administração Pública, através da autoridade legalmente investida na respectiva representação.

Art. 8º - As partes terão direito à vista do processo e obtenção de certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

Parágrafo Único - Às partes que tiverem acesso aos documentos, fica vedada sua divulgação por qualquer meio, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa.

IV - DAS COMISSÕES DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 9º - As Comissões de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar serão integradas, cada uma, por 3 (três) servidores estáveis e, nos casos de Sindicância Administrativa e Processo Administrativo Disciplinar, de hierarquia ou nível de escolaridade igual, equivalente ou superior à do acusado ou de mesmo nível na categoria funcional do acusado.

Parágrafo Único - É permitida a nomeação de servidores para integrar as Comissões de Sindicância e Processo Administrativo

Disciplinar lotados em órgãos ou entidades da administração municipal diversos daqueles dos servidores sujeitos a estes procedimentos.

Art. 10 - Nos casos de denúncia de corrupção, crimes contra a administração, lesão aos cofres públicos ou que ensejem um maior sigilo e/ou conhecimento técnico específico para as investigações, é facultado à autoridade instauradora nomear, motivadamente, Comissão Especial de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

Parágrafo Único - As Comissões Especiais de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar serão subordinadas à Área de Procedimento Disciplinar, e obedecerão a todos os ditames da Lei Complementar Municipal n.º 001, de 03 de abril de 2012, e deste Decreto.

Art. 11 - O ato de nomeação de cada Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar indicará igualmente o seu Presidente e demais membros.

§ 1º - Competirá ao Presidente a condução dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, em especial proferir despachos interlocutórios, assinar as notificações, intimações, citações, editais e demais atos dirigidos a acusados, testemunhas e pessoas estranhas à comissão.

§ 2º - Competirá ao Secretário-Geral da Área de Procedimento Administrativo Disciplinar a distribuição dos processos entre as Comissões, com o fito de manter número igualitário, sempre atentando para o princípio da impessoalidade, bem como a guarda fiel dos autos, das peças e dos documentos.

V - DA SINDICÂNCIA

Art. 12 - A Sindicância, instaurada pelas autoridades competentes, divide-se:

I - Investigatória, restrita à apuração de fatos e indícios de autoria, não comportando contraditório;

II - Administrativa, apura irregularidades que possam resultar na aplicação da penalidade de advertência ou de suspensão de até 15 (quinze) dias.

§ 1º - A Sindicância Investigatória seguirá, no que couber, a metodologia do Inquérito Policial, tramitando sob sigilo.

§ 2º - Aplica-se à Sindicância Administrativa as disposições do Processo Administrativo Disciplinar relativos ao contraditório e à ampla defesa, especialmente a citação do indiciado para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se lhe vista do processo na repartição.

Art. 13 - Na Sindicância serão realizadas as oitivas de pessoas envolvidas ou das que, de qualquer forma, possam contribuir para o esclarecimento dos fatos, e a juntada aos autos de todos os documentos pertinentes, bem como demais providências em direito admitidas.

Art. 14 - A Sindicância se encerrará com relatório sobre o apurado, apontando a verossimilhança do fato descrito na denúncia e indicando os eventuais autores, com sua respectiva qualificação, ou, na sua falta, conterà a indicação de que não foi possível precisar a autoria.

Art. 15 - Da Sindicância Investigatória poderá resultar:

I - arquivamento, acaso não configurada infração disciplinar ou quando não resultar comprovada a autoria;

II - conversão em Sindicância Administrativa ou Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com a natureza e gravidade da infração e dos danos dela decorrentes, quando, no curso da apuração, surjam indícios de autoria e materialidade de infração;

III - instauração de Sindicância Administrativa ou Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com a natureza e gravidade da infração e dos danos dela decorrentes, quando somente ao final da apuração surgirem indícios de autoria e materialidade de infração.

Art. 16 - Da Sindicância Administrativa poderá resultar:

I - arquivamento, acaso não configurada infração disciplinar ou quando não resultar comprovada a autoria;

II - punição do servidor, com a aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 15 (quinze) dias.

III - conversão em Processo Administrativo Disciplinar quando, no curso da apuração, verificar-se que, devido a natureza e gravidade da infração e dos danos dela decorrentes, a penalidade aplicável é a de suspensão por mais de 15 (quinze) dias, demissão ou destituição de cargo em comissão ou função gratificada.

Art. 17 - Nas hipóteses dos artigos 15, incisos II e 16, inciso III, a Comissão submeterá à consideração da autoridade instauradora relatório circunstanciado propondo o que for cabível, garantido-se a partir desses atos, o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Único - Os autos da Sindicância integrarão o Processo Administrativo Disciplinar como peça informativa, passando a fazer parte do processo, em caráter definitivo, dele não mais se apartando.

Art. 18 - A Sindicância não é pré-requisito de Processo Administrativo Disciplinar, podendo a autoridade, dependendo da gravidade da infração, decidir pela sua imediata instauração, desde que presentes elementos mínimos de autoria e materialidade.

VI - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 19 - O Processo Administrativo Disciplinar é a sucessão de atos que são realizados com vistas à apuração de responsabilidade do servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação mediata com as atribuições do cargo em que se encontre investido, bem como oferecer-lhe a oportunidade de provar sua inocência.

Art. 20 - O Processo Administrativo Disciplinar obedecerá ao princípio do contraditório, assegurado ao acusado ampla defesa, com a utilização de todos os meios e recursos admitidos em direito, conforme determina o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

VII - DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 21 - A instauração do Processo Administrativo Disciplinar dar-se-á através da publicação da portaria, baixada pelo Chefe do Poder, Secretário Municipal, Presidente ou dirigente de autarquia ou fundação, que designará seus integrantes.

Parágrafo único - Se a infração envolver servidores subordinados a níveis diferentes do mesmo órgão, a competência instauradora será transferida para o próximo escalão administrativo que tenha ascendência hierárquica comum sobre os acusados.

Art. 22 - A portaria poderá ser aditada, notificando-se o acusado e, caso já tenha ocorrido o interrogatório, deverá ser designado novo

depoimento sobre os fatos apresentados no aditamento.

Parágrafo Único - Na hipótese de conhecimento de infrações conexas supostamente cometidas pelo acusado que emergirem no decorrer dos trabalhos, estas serão apuradas no próprio processo disciplinar em andamento, mediante o aditamento ou da edição de nova portaria e a convalidação dos atos já praticados.

Art. 23 - Demonstrado o interesse público, os trabalhos da Comissão poderão ser iniciados antes da data de publicação da portaria designadora.

Art. 24 A instauração do Processo Administrativo Disciplinar produz os seguintes efeitos:

I - interrompe a prescrição;

II - obriga o servidor acusado a comunicar à Comissão eventual mudança de endereço, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

III - impossibilita, temporariamente, a exoneração a pedido ou a aposentadoria voluntária do servidor acusado, a qual somente poderá ser viabilizada após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Art. 25 - A Portaria instauradora do Processo Administrativo Disciplinar conterá o nome, cargo e matrícula do servidor e especificará, de forma resumida e objetiva, as irregularidades a serem apuradas, os ilícitos e correspondentes dispositivos legais, bem como determinará a apuração de outras infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 26 - Desde a publicação da portaria instauradora do Processo Administrativo Disciplinar, o servidor a quem se atribui as irregularidades funcionais é denominado acusado, passando à situação de indiciado somente quando a Comissão, ao encerrar a instrução, concluir, com base nas provas constantes dos autos, pela sua acusação formal, enquadrando-o num determinado tipo disciplinar.

VIII - DOS PRAZOS

Art. 27 - Os prazos serão contados em dias corridos, a contar da ciência no respectivo mandado, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 1º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º - Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

§ 3º - Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia daquele mês.

§ 4º - Salvo motivo legal de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

§ 5º - O término do prazo será certificado nos autos, mediante termo específico.

Art. 28 - Os trabalhos da Comissão, no silêncio da portaria designadora, devem iniciar-se na data da publicação desse ato e encerram-se com a apresentação do relatório final.

Parágrafo Único - Sempre que não for possível dar início aos

trabalhos na data da publicação da portaria, o Presidente comunicará os motivos à autoridade instauradora, sem prejuízo do prazo para conclusão dos mesmos.

Art. 29 - O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da portaria de constituição da Comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem, ou sua continuidade excepcional para atender o esclarecimento pleno ou o exercício de defesa.

Parágrafo Único - A extrapolção dos prazos previstos neste Decreto pela Comissão ou pela autoridade julgadora não implica nulidade do processo.

Art. 30 - Inexistindo disposição específica quanto a prazos para a prática de atos requeridos pela Comissão Processante pelo órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem, devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo Único - O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

IX - DA INSTRUÇÃO

Art. 31 - O Inquérito Administrativo é a fase do Processo Administrativo Disciplinar que compreende instrução, defesa e relatório.

Art. 32 - Durante a instrução, a Comissão poderá promover a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, pertencentes ou não ao quadro de servidores, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 1º - As reuniões dos membros da comissão terão caráter reservado, sendo que as audiências serão públicas.

§ 2º - As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

§ 3º - Constatando-se que um dos membros da comissão está em gozo de licença ou em caso de afastamento de extrema necessidade, o presidente solicitará à autoridade instauradora a imediata substituição.

§ 4º - Os membros da comissão que derem motivo para a postergação ou não cumprimento de prazos serão responsabilizados administrativamente.

Art. 33 - Admitir-se-ão no Processo Administrativo Disciplinar todos os meios de provas em direito permitidas, e em especial, prova testemunhal, acareações, diligências, perícias, assessoramento técnico e inspeções.

Parágrafo Único - A prova emprestada é cabível no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar, desde que obtida por meio lícito e respeitado o contraditório.

Art. 34 - De toda prova juntada aos autos será cientificado o acusado, com o intuito de assegurar o contraditório.

Art. 35 - Na hipótese de a Comissão entender que os elementos do processo são insuficientes para bem caracterizar a ocorrência, poderá ouvir previamente a vítima, quando houver, o denunciante e o acusado da irregularidade ou infração funcional.

Parágrafo Único - Tão logo instalados os trabalhos, ou quando no decorrer destes advier indícios concludentes de responsabilidade

imputável a servidor não mencionado na portaria de instauração, deverá a Comissão solicitar à autoridade instauradora o aditamento desta portaria para que conste o nome do envolvido e os fatos e atos a ele imputados, bem como promover sua citação para acompanhar o processo, pessoalmente ou através do advogado regularmente constituído nos autos, e exercer o seu direito de defesa.

Art. 36 - A citação é o ato essencial e indispensável pelo qual o servidor é cientificado da imputação que lhe é feita e é chamado para defender-se.

§ 1º - O Presidente da Comissão mandará citar pessoalmente o acusado sobre o Processo Administrativo Disciplinar contra ele instaurado, indicando o horário e local de funcionamento da Comissão, facultando-lhe o direito de acompanhar o processo desde o início, por intermédio de advogado legalmente constituído, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir novas provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial, bem como requerer diligências ou perícias.

§ 2º - Será dada vista dos autos do Processo Administrativo Disciplinar ao advogado, no local de funcionamento da Comissão, durante o horário normal de expediente.

§ 3º - O acusado e testemunhas serão intimados com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis quanto à data da audiência.

Art. 37 - O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar a Comissão o local onde será notificado, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

§ 1º - Se o acusado não estiver comparecendo ao serviço, estando, portanto, em lugar incerto e não sabido, essa circunstância deve ser registrada por termo assinado pelos membros da Comissão, com base nos termos de diligências, no mínimo 3 (três), que deverão conter dia e a hora em que foram efetuadas e informações porventura colhidas, sendo assinadas pelas pessoas que residam no referido endereço ou próximo dele.

§ 2º - Sem prejuízo de outras providências que entender cabíveis, o Presidente da Comissão, após determinar a juntada aos autos dos referidos termos deverá adotar as providências cabíveis para notificação por edital do acusado, na forma estabelecida pelo art. 125, da Lei Complementar Municipal n.º 001, de 03 de abril de 2012.

Art. 38 - Verificando-se que o acusado se oculta para não ser citado, quando, por 3 (três) vezes, o Secretário das Comissões houver procurado o acusado em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia seguinte, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

§ 1º - No dia e hora designados, o Secretário das Comissões comparecerá ao domicílio ou residência do acusado, a fim de realizar a citação.

§ 2º - Se o acusado não estiver presente, o Secretário das Comissões procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o acusado se tenha ocultado.

§ 3º - Da certidão de ocorrência, o Secretário das Comissões deixará contrafé com pessoa da família ou com qualquer vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.

Art. 39 - Apresentando-se o indiciado independentemente de citação, seu comparecimento será registrado mediante termo por ele também assinado, abrindo-se vista do processo na repartição.

Art. 40 - É facultado ao servidor acompanhar ou não o processo, podendo para tanto, constituir advogado ou realizar sua própria defesa.

Parágrafo Único - Compete ao advogado constituído informar telefone de contato e endereço profissional no qual receberá as intimações e notificações, bem como comunicar à comissão processante qualquer mudança de endereço, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

Art. 41 - Se no decorrer dos trabalhos surgirem indícios de responsabilidade imputável a servidor estranho ao Processo Administrativo Disciplinar, será este citado pelo Presidente da Comissão para exercer o direito de acompanhá-lo a partir desse momento.

Art. 42 - As reuniões e audiências da Comissão serão registradas em atas, que deverão detalhar as deliberações adotadas, bem como deixar consignada, se for o caso, a data da próxima audiência e intimados os presentes a fim de permitir maior celeridade aos trabalhos.

Art. 43 - O Presidente da Comissão zelará pela ordem nas audiências e reuniões, podendo usar os meios coercitivos necessários, e inclusive retirar do recinto pessoas que estiverem tumultuando os trabalhos.

Art. 44 - O Presidente da Comissão poderá motivadamente denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos ou quando:

- a) versarem sobre fatos já provados;
- b) não tiverem nexo com o objeto da causa;
- c) forem de produção impossível;
- d) tiverem relação com fato sobre o qual a lei exige forma própria de provar.

Parágrafo Único - Do indeferimento de quaisquer diligências probatórias cabe pedido de reconsideração no prazo de 03 (três) dias. Mantido o indeferimento, cabe recurso hierárquico à autoridade instauradora, no mesmo prazo, sem efeito suspensivo, devendo o recorrente demonstrar a pertinência, a relevância e a possibilidade da prova requerida.

Art. 45 - Será indeferido pelo Presidente da Comissão pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

X - DA INQUIRIRÃO DE TESTEMUNHAS

Art. 46 - A Comissão sempre que desejar ouvir testemunha expedirá mandado de intimação, a ser cumprido pelo Secretário das Comissões, no qual conste o número do processo disciplinar, a finalidade da convocação, o dia, a hora e o local em que será prestado o depoimento, devendo a segunda via do mandado, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

§ 1º - As intimações devem ser, sempre que possível, entregues direta e pessoalmente ao destinatário, com recibo lançado nas cópias dos mandados.

Art. 47 - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao superior hierárquico da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para a inquirição.

Parágrafo único - O servidor que estiver em gozo de férias poderá ser intimado para prestar depoimento ou declarações, em face do princípio da supremacia do interesse público.

Art. 48 - Pode recusar-se a depor o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, o irmão e o pai, a mãe, ou filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

Art. 49 - São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

Art. 50 - As autoridades contempladas com a prerrogativa prevista no art. 221 do CPP, aplicando-se, pelo Princípio da Simetria, aos Secretários e dirigentes máximos de Autarquias e Fundações Municipais, serão oficiadas para que, no prazo de 30 (trinta) dias, reservem dia, hora e local para prestar declarações.

Parágrafo Único - A autoridade que deixar de prestar declarações no prazo previsto neste artigo, perderá a prerrogativa de função e será intimada a comparecer perante a Comissão, em dia, hora e local por esta determinada, sob pena de responsabilização.

Art. 51 - As intimações de terceiros serão realizadas por mandado, a ser cumprido pelo Secretário das Comissões, por via postal com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo.

Parágrafo Único - No caso em que pessoas estranhas ao serviço público se recusem a depor perante a Comissão, o Presidente poderá solicitar à autoridade policial competente, providências no sentido de serem elas ouvidas na polícia, encaminhando, para tanto, àquela autoridade, a matéria reduzida a itens, sobre a qual devam ser ouvidas.

Art. 52 - As testemunhas arroladas pelo acusado deverão ser intimadas a comparecer na audiência, salvo quando o acusado, por escrito, se comprometer em apresentá-las, espontaneamente.

§ 1º - Será intimada a testemunha que não comparecer espontaneamente e cujo depoimento for considerado imprescindível pela Comissão Processante.

§ 2º - A defesa poderá substituir a testemunha que não compareceu, se quiser, apresentando na mesma data designada para a audiência, outra testemunha.

Art. 53 - As pessoas impossibilitadas de comparecer para depor por enfermidade, velhice ou motivo relevante, se consentirem, serão inquiridas onde estiverem.

§ 1º - O Presidente da Comissão processante poderá designar dia, hora e local para inquirir a testemunha que, por enfermidade, velhice ou motivo relevante, inclusive por estar recolhida à prisão, estiver impossibilitada de comparecer à audiência, mas não de prestar depoimento.

§ 2º - A Comissão poderá, no caso de testemunha recolhida à prisão, fazer a inquirição por escrito, dirigindo correspondência à autoridade competente, para que tome o depoimento, conforme as perguntas formuladas e, se for o caso, pelo advogado de defesa, constituído ou dativo.

Art. 54 - Se nem todas as testemunhas intimadas puderem ser ouvidas no mesmo dia, o Presidente da Comissão expedirá nova intimação, com indicação do local, dia e hora para serem ouvidas.

Art. 55 - O acusado tem o direito de permanecer na sala de audiência quando da inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las no final de cada depoimento, após esgotadas as perguntas

feitas pelos componentes da Comissão.

Parágrafo Único - O acusado poderá ser retirado da sala de audiências quando o Presidente da Comissão entender que a sua presença pode comprometer a disposição de testemunha ou declarante. Neste caso, o incidente será consignado, e a instrução prosseguirá com o seu advogado, se presente, ou com defensor nomeado para o ato.

Art. 56 - As testemunhas serão inquiridas separadamente, se possível no mesmo dia, ouvindo-se previamente, as indicadas pela comissão e por último as arroladas pelo indiciado.

Art. 57 - Não será permitido que a testemunha manifeste suas opiniões pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.

Art. 58 - Se a testemunha for menor de 18 anos, deverá ser assistida pelo seu responsável legal e seu depoimento será tomado sem compromisso, sendo considerado apenas como informante.

Parágrafo Único - Quando a testemunha tiver relação de parentesco com o acusado, também será ouvida apenas como informante.

Art. 59 - Havendo dúvida quanto a sanidade mental de testemunha, pode a Comissão realizar a oitiva desta apenas como informante, sem o compromisso legal do art. 203, do CPP.

Art. 60 - Na redução a termo do depoimento, o Presidente da Comissão deverá cingir-se, tanto quanto possível, às expressões usadas pelas testemunhas, reproduzindo fielmente as suas frases.

Art. 61 - Se necessário, o Presidente da Comissão poderá solicitar que as testemunhas ou o acusado procedam ao reconhecimento de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com os atos ou fatos que estejam sendo apurados no inquérito.

Art. 62 - Se qualquer pessoa que não haja sido convocada propuser-se a prestar declarações ou formular denúncias, será tomado seu depoimento fazendo constar no início do termo às circunstâncias do seu comparecimento espontâneo.

Art. 63 - Terminado o depoimento será feita a leitura pelo Secretário das Comissões, a fim de possibilitar as retificações cabíveis. O depoimento será assinado ao final, bem como rubricadas todas as suas folhas, pela testemunha, pelo presidente, pelos membros e pelo acusado e seu advogado, se presentes.

§ 1º - Se a testemunha não souber assinar, ou não puder fazê-lo, o presidente pedirá a alguém que o faça por ela, depois de lido na presença de ambos.

§ 2º - É facultado à testemunha solicitar cópia do termo de depoimento, que deverá ser fornecida ao término do mesmo.

Art. 64 - Nas audiências onde forem inquiridas testemunhas e informantes, tão logo a Comissão finalize as suas perguntas, dará a palavra à defesa, na pessoa do acusado e/ou seu patrono, a fim de que este formule as perguntas que entenda necessárias.

Parágrafo Único - A Comissão, após as perguntas da defesa, poderá formular outras de seu interesse, sem prejuízo de nova intervenção da defesa.

Art. 65 - O Presidente da Comissão, antes de dar início ao depoimento, advertirá o depoente, se estranho ao serviço público, de que se faltar com a verdade responderá pelo crime de falso testemunho.

Parágrafo Único - Em se tratando de servidor público, será advertido

pelo Presidente da Comissão que, se recusar a prestar depoimento ou falsear a verdade, responderá disciplinarmente pela quebra do dever de lealdade, sem prejuízo da eventual responsabilidade penal por desobediência ou falso testemunho, conforme o caso.

Art. 66 - O Presidente da Comissão poderá indeferir fundamentadamente perguntas impertinentes, devendo registrá-las no termo.

Art. 67 - O Presidente da Comissão processante poderá determinar, de ofício ou a requerimento e sempre de forma fundamentada:

I - A oitiva de testemunhas referidas nos depoimentos;

II - A acareação de duas ou mais testemunhas, ou de alguma delas com o acusado, quando houver divergência essencial entre as declarações sobre fato que possa ser determinante na conclusão do procedimento;

III - A produção de nova prova que entender necessária;

IV - A dispensa de prova requerida que ainda não tenha sido produzida.

XI – ACAREAÇÃO

Art. 68 - A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha e entre testemunhas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes, desde que não possa ser esclarecido por outro meio de prova de maior segurança.

Art. 69 - O termo de acareação deverá conter referências sobre as declarações anteriores dos acareados e se foram ou não confirmadas.

Art. 70 - Os acareados serão reperguntados, para que expliquem os pontos de divergência, reduzindo-se a termo o ato de acareação, que será assinado pelos acareados, pelos integrantes da comissão e pelo acusado.

Art. 71 - Se ausente algum dos intimados para a acareação, ao que estiver presente dar-se-á a conhecer os pontos de divergência, consignando-se o que explicar ou observar.

XII - DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO

Art. 72 - Concluída a produção de provas acusatórias e da defesa, a Comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 1º - Se houver mais de um acusado, cada um deles será interrogado separadamente, e, sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º - Antes de marcar a data para o interrogatório do acusado, deve a Comissão, por seu presidente, indagar objetivamente ao mesmo se tem outras provas a produzir e, na negativa, consignar no termo de audiência.

Art. 73 - O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.

§ 1º - Na primeira parte, o acusado será perguntado sobre a residência, meios de vida ou profissão, oportunidades sociais, lugar onde exerce a sua atividade, vida pregressa e outros dados familiares e sociais que possam vir a influenciar as conclusões da Comissão.

§ 2º - Na segunda parte será perguntado sobre:

I - ser verdadeira a acusação que lhe é feita;

II - não sendo verdadeira a acusação, se tem algum motivo particular a que atribuí-la, se conhece a pessoa a quem deva ser imputada a prática da infração disciplinar, e quais sejam.

Art. 74 - O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento da autoridade julgadora.

XIII - DAS DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS

Art. 75 - Sempre que a Comissão necessitar colher elementos ou esclarecer dúvidas a Comissão poderá:

I - realizar diligências, cujos resultados deverão ser reduzidos a termo;

II - solicitar à autoridade instauradora a realização de perícia ou de assessoria técnica, formulando previamente os quesitos ou temas que devam ser respondidos ou desenvolvidos, quando o assunto demandar conhecimentos especializados.

Art. 76 - Sempre que possível, a escolha dos peritos e dos assessores técnicos deverá recair entre servidores públicos municipais, salvo se, em função da matéria, esse procedimento for inviável, quando então a Comissão solicitará à autoridade instauradora autorização para sua realização por terceiros, expondo os motivos que a justifiquem.

Art. 77 - Se a Comissão tiver de proceder inventário de bens, exame contábil ou conferência de valores que estiveram confiados a funcionários acusados de malversação, poderá recorrer a peritos ou assessores técnicos de sua confiança, nomeados pela autoridade instauradora mediante portaria.

Art. 78 - Quando for necessário exame para reconhecimento de escritos, por comparação de letra, se não houver escritos para a comparação ou se forem insuficientes os exibidos, o Presidente da Comissão pedirá que a pessoa escreva o que lhe for ditado.

Art. 79 - O Presidente da Comissão deverá providenciar também, a colheita de material para exame mecanográfico, quando este for indispensável à elucidação dos fatos.

Art. 80 - Compete ao Presidente da Comissão:

I - indeferir quesitos impertinentes;

II - formular os que entender necessários ao esclarecimento da causa.

Art. 81 - Incumbe ao servidor acusado, dentro de 5 (cinco) dias, contados da intimação do despacho de prazo para a realização da perícia médica:

I - indicar o assistente técnico;

II - apresentar quesitos.

§ 1º - Incumbe ao servidor acusado cientificar da data e local da realização da perícia o assistente técnico que indicar.

§ 2º - O não comparecimento do assistente técnico para realização da prova não impedirá sua realização.

§ 3º - O não comparecimento do servidor acusado ao exame implicará na preclusão da prova, devendo o perito informar por escrito

a não realização do exame.

Art. 82 - O perito apresentará o laudo a Comissão, no prazo de 10 (dez) dias após realizada a perícia.

Parágrafo Único - O assistente técnico oferecerá seu parecer no prazo de 10 (dez) dias, após intimado o servidor e seu procurador ou advogado da apresentação do laudo.

Art. 83 - A Comissão poderá determinar, de ofício ou a requerimento do servidor, a realização de nova perícia, somente quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida.

§ 1º - A segunda perícia tem por objeto os mesmos fatos sobre que recaiu a primeira e destina-se a corrigir eventual omissão ou inexatidão dos resultados a que esta conduziu.

§ 2º - A segunda perícia rege-se pelas disposições estabelecidas para a primeira.

§ 3º - A segunda perícia não substitui a primeira, cabendo a Comissão apreciar livremente o valor de uma e outra.

Art. 84 - A Comissão poderá dispensar prova pericial quando constarem dos autos pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.

XIV - DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL

Art. 85 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, ou se é dependente químico, a Comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

§ 1º - São quesitos fundamentais ao esclarecimento da questão:

- a) se o servidor é portador de insanidade mental e qual é a classificação da doença;
- b) se a enfermidade mental interfere na capacidade de discernimento;
- c) se a enfermidade estava presente à época dos fatos ou se foi superveniente.

§ 2º - O incidente de insanidade mental será processado em autos apartados e apensos ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

§ 3º - Nos casos em que elementos constantes dos autos apontem para a possível doença mental do acusado ou dependência química, em havendo nexos com o mérito do processo, será igualmente efetuada perícia. Constatada a enfermidade, o servidor será encaminhado à Unidade de Saúde do Servidor, para o fim do tratamento e licenças adequadas.

XV - DA INDICIAÇÃO

Art. 86 - Encerrada a instrução, a Comissão elaborará termo de indicação, com uma exposição sucinta e precisa dos fatos arrolados que confirmam o acusado como autor da irregularidade ou o eximem de culpa, que deverá a ser anexada à citação do mesmo para apresentar defesa escrita.

Art. 87 - A indicação, relacionando as provas contra o indiciado, delimita processualmente a acusação, não permitindo que, posteriormente, no relatório ou no julgamento, sejam considerados fatos nela não discriminados.

Parágrafo Único - Fica proibida a juntada aos autos de provas que venham a agravar a acusação contida no referido termo após a

ultimização da instrução. Quando da superveniência de prova que venha agravar a acusação, deverá a Comissão elaborar relatório parcial e encaminhá-lo este à autoridade instauradora, propondo a reabertura da instrução.

Art. 88 - Se as provas dos autos levarem à conclusão de que as irregularidades foram cometidas por outra pessoa, e não pelo servidor acusado, deverá a Comissão, em exposição de motivos fundamentada, fazer os autos conclusos à autoridade instauradora, com a sugestão de absolvição antecipada, arquivamento do processo e instauração de novo processo para responsabilização do servidor apontado como autor das irregularidades.

Parágrafo Único - No mesmo sentido deve proceder a Comissão se, com base nas provas dos autos, reconhecer que os fatos, mesmo sendo da autoria do acusado, foram praticadas em circunstâncias licitantes - estado de necessidade (CP art. 24), legítima defesa (CP art. 25) e estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito (CP art. 23, inc. III), podendo a autoridade instauradora proceder ao julgamento antecipado, absolvendo o acusado e arquivando o processo.

XVI - DA DEFESA

Art. 89 - Terminada a instrução do processo, o indiciado será citado por mandado expedido pelo Presidente da Comissão, que terá como anexo cópia da indicação, para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se lhe vista do processo na unidade, pessoalmente ou por intermédio de seu procurador.

§ 1º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum de 20 (vinte) dias.

§ 2º - Sendo entregue a citação aos indiciados em dias distintos, o prazo fluirá a partir do recebimento do último citado.

§ 3º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, ou seja, por 20 (vinte) ou 40 (quarenta) dias, se for um ou mais de um indiciado, respectivamente, para diligências reputadas indispensáveis.

Art. 90 - A citação para apresentar defesa é pessoal e individual, devendo ser entregue diretamente ao indiciado pelo Secretário das Comissões, mediante recibo em cópia do original.

Parágrafo Único - No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa conter-se-á da data declarada em termo pelo Secretário das Comissões, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Art. 91 - Havendo vários indiciados e sendo deferido pedido de perícia ou diligência de um deles, a prorrogação do prazo da defesa beneficia os demais, que, se já tiverem entregue suas defesas, poderão aditar novas razões.

Art. 92 - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado, por edital, publicado em jornal de grande circulação no Município e no Diário Oficial do Município, e o valor correspondente à publicação descontado posteriormente do mesmo.

§ 1º - O prazo para o indiciado apresentar defesa escrita começará a fluir a partir do momento em que for intimado da última publicação do edital.

§ 2º - O indiciado poderá, a qualquer tempo, ingressar nos autos, que prosseguirá da fase em que se encontrar, sem reabertura dos prazos já decorridos.

Art. 93 - Apresentando-se o indiciado em função do edital, seu

comparecimento será registrado mediante termo por ele assinado, onde consignar-se-á a ciência do início do prazo para apresentação da defesa, abrindo-se vista do processo na repartição.

Art. 94 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º - A não apresentação de defesa será certificada nos autos, mediante termo específico de declaração de revelia e nomeação de defensor dativo, nomeado pela autoridade instauradora mediante portaria, prosseguindo o processo com a prática dos atos processuais subsequentes.

§ 2º - Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo, após solicitação do Presidente da Comissão, designará um defensor dativo, cuja escolha recairá preferencialmente sobre um dos advogados do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Nova Veneza, a quem incumbirá a apresentação da defesa do servidor.

§ 3º - A declaração de revelia devolverá o prazo de 10 (dez) dias para a defesa dativa se houver apenas um indiciado, e de 20 (vinte) dias, quando houver dois ou mais indicados.

XVII - DO RELATÓRIO

Art. 95 - Apresentadas as razões finais de defesa, a Comissão processante elaborará relatório, que será sempre conclusivo acerca da inocência ou da responsabilidade do servidor e que deverá conter:

I - Relatório, contendo a indicação sucinta e objetiva dos principais atos processuais;

II - Fundamentação, com a análise das provas produzidas e das alegações de defesa, bem como as circunstâncias agravantes e atenuantes incidentes na espécie;

III - Conclusão, com proposta justificada, sendo que, em caso de punição, deverá ser indicada a sanção administrativa disciplinar cabível e sua fundamentação legal.

Art. 96 - O Relatório será aprovado por voto da maioria, com a assinatura de todos os membros da comissão, facultado ao vencido o oferecimento de voto em separado.

Parágrafo Único - O Relatório deverá registrar qualquer crime de ação pública do qual a comissão tenha conhecimento em razão do ofício, bem como ato de improbidade, dano ao Erário ou às partes, ou situação que tenha contribuído para a ocorrência, recomendando medidas de prevenção e correção.

Art. 97 - O relatório poderá, ainda, propor o arquivamento do processo por insuficiência de provas, perda de objeto ou por não ter sido possível apurar a autoria.

Art. 98 - O relatório poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela Administração, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no inquérito.

XVIII - DO JULGAMENTO E PENALIDADES

Art. 99 - O processo disciplinar, com o relatório da Comissão, será remetido à autoridade que determinou a instauração, que proferirá a decisão após formar sua convicção pela livre apreciação das provas.

§ 1º - Nos casos em que a Comissão conclua pelo cometimento de infração grave, sujeita à penalidade de demissão ou destituição

de cargo em comissão ou função gratificada, deverá a autoridade julgadora, antes de proferir sua decisão, submeter o inquérito administrativo à análise e parecer da Procuradoria-Geral do Município ou órgão jurídico competente.

§ 2º - Nos casos em que a Comissão conclua pelo cometimento de infração sujeita às penalidades de advertência, suspensão ou multa alternativa à penalidade de suspensão, o inquérito administrativo somente será submetido a análise e parecer da Procuradoria-Geral do Município ou órgão jurídico competente quando suscitar dúvida legal capaz de prejudicar a ampla defesa do servidor.

Art. 100 - O acusado, no processo disciplinar, defende-se contra a imputação de fatos ilícitos, podendo a autoridade administrativa adotar capitulação legal diversa da que lhes deu a Comissão Processante, sem que implique cerceamento de defesa.

Art. 101 - Se o relatório final contrariar as provas dos autos ou se for verificada a existência de qualquer outro vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do mesmo e constituirá outra Comissão para refazer o processo a partir dos atos declarados nulos.

Parágrafo Único - O Inquérito Administrativo só é nulo em razão de irregularidades que impliquem em cerceamento de defesa.

Art. 102 - Se nova Comissão for designada para refazer o processo, deverão ser repetidos os depoimentos, ainda que apenas para confirmá-los.

Art. 103 - Se a nova Comissão for designada para ultimar o processo, não é necessário a repetição dos depoimentos.

XIX - DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

Art. 104 - Extingue-se a punibilidade:

I - pela morte do agente;

II - pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como infração;

III - pela prescrição;

Art. 105 - Em qualquer fase do processo, se reconhecida a extinção da punibilidade, a autoridade julgadora deverá declará-la de ofício. Se o reconhecimento da extinção da punibilidade ocorrer durante a fase de instrução, a Comissão deve relatar essa circunstância e fazer os autos conclusos à autoridade instauradora.

Art. 106 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor, pelo prazo de cinco anos, e o arquivamento do processo, se os autos prosseguirem até decisão final.

XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 107 - A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 108 - Serão assegurados transporte e diárias aos membros da Comissão e ao Secretário das Comissões, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Art. 109 - Todas as autoridades administrativas, independentemente de grau hierárquico, assim como todos os funcionários, servidores e agentes públicos, dos órgãos e entidades da Administração

Pública Direta e Indireta, devem conferir prioridade ao atendimento das requisições das comissões de processo administrativo disciplinar.

§ 1º - O atendimento às requisições das comissões processantes deve ocorrer dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, se outro prazo nelas não houver sido fixado, levando-se em conta a preclusão dos atos processuais, assim como a natureza e o grau de complexidade do objeto da requisição.

§ 2º - A inobservância do disposto no § 1º constitui falta de exatidão no cumprimento de dever funcional e, vindo em prejuízo do interesse público, importará em responsabilidade administrativa, civil e penal.

Art. 110 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 22 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 22 de dezembro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Ouro

PREFEITURA

CONTRATOS 96/97/98/99/100/101/102/103/104/105/107/108

Publicação Nº 1477510

Processo Licitatório n. 0070/2017
Pregão Presencial n. 0047/2017
CONTRATO N. 096/2017
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP
Objeto: aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática, móveis e equipamentos hospitalares.
Valor do contrato: R\$ 3.735,70 (três mil setecentos e trinta e cinco reais e setenta centavos).
Vigência: A vigência do contrato vigorará até o final da garantia.
Data de assinatura: 20/12/2017.

Processo Licitatório n. 0070/2017
Pregão Presencial n. 0047/2017
CONTRATO N. 097/2017
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: MULTITEC INFORMATICA LTDA - ME
Objeto: aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática, móveis e equipamentos hospitalares.
Valor do contrato: R\$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais).
Vigência: A vigência do contrato vigorará até o final da garantia.
Data de assinatura: 20/12/2017.

Processo Licitatório n. 0070/2017
Pregão Presencial n. 0047/2017
CONTRATO N. 098/2017
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Objeto: aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática, móveis e equipamentos hospitalares.
Valor do contrato: R\$ 9.958,69 (nove mil novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos).
Vigência: A vigência do contrato vigorará até o final da garantia.
Data de assinatura: 20/12/2017.

Processo Licitatório n. 0070/2017
Pregão Presencial n. 0047/2017
CONTRATO N. 099/2017
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZACAO LTDA - EPP
Objeto: aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática, móveis e equipamentos hospitalares.
Valor do contrato: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais).
Vigência: A vigência do contrato vigorará até o final da garantia.
Data de assinatura: 20/12/2017.

Processo Licitatório n. 0070/2017
Pregão Presencial n. 0047/2017
CONTRATO N. 100/2017
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME
Objeto: aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática, móveis e equipamentos hospitalares.
Valor do contrato: R\$ 4.743,80 (quatro mil setecentos e quarenta e três reais e oitenta centavos).
Vigência: A vigência do contrato vigorará até o final da garantia.
Data de assinatura: 20/12/2017.

Processo Licitatório n. 0070/2017
Pregão Presencial n. 0047/2017
CONTRATO N. 101/2017
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME
Objeto: aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática, móveis e equipamentos hospitalares.
Valor do contrato: R\$ 3.690,00 (três mil seiscentos e noventa reais).
Vigência: A vigência do contrato vigorará até o final da garantia.
Data de assinatura: 20/12/2017.

Processo Licitatório n. 0070/2017
Pregão Presencial n. 0047/2017
CONTRATO N. 102/2017
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: TECHNO SOLUÇÕES EIRELI - ME
Objeto: aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática, móveis e equipamentos hospitalares.
Valor do contrato: R\$ 7.717,00 (sete mil setecentos e dezessete reais).
Vigência: A vigência do contrato vigorará até o final da garantia.
Data de assinatura: 20/12/2017.

Processo Licitatório n. 0072/2017
Pregão Presencial n. 0049/2017
CONTRATO N. 103/2017
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: METALURGICA FREITAS LTDA - EPP
Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.
Valor do contrato: R\$ 52.170,00 (cinquenta e dois mil cento e setenta reais).
Vigência: A vigência do contrato vigorará até o final da garantia.
Data de assinatura: 21/12/2017.

Processo Licitatório n. 0072/2017
Pregão Presencial n. 0049/2017
CONTRATO N. 104/2017
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: ATUATI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA - EPP
Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.
Valor do contrato: R\$ 73.050,00 (setenta e três mil e cinquenta reais).
Vigência: A vigência do contrato vigorará até o final da garantia.
Data de assinatura: 21/12/2017.

Processo Licitatório n. 0072/2017
Pregão Presencial n. 0049/2017
CONTRATO N. 105/2017
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: PORTALMAQ INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP
Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.
Valor do contrato: R\$ 21.210,00 (vinte e um mil duzentos e dez reais).
Vigência: A vigência do contrato vigorará até o final da garantia.
Data de assinatura: 21/12/2017.

Processo Licitatório n. 0075/2017
Pregão Presencial n. 0052/2017
CONTRATO N. 107/2017

Contratante: Município de Ouro.
Contratado: GENTE SEGURADORA S. A.
Objeto: contratação de seguros para os veículos da frota do Município de Ouro.
Valor do contrato: R\$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais).
Vigência: de 31/12/2017 até 31/12/2018.
Data de assinatura: 29/12/2017.

Processo Licitatório n 0075/2017
Pregão Presencial n. 0052/2017
CONTRATO N. 108/2017
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: MAPFRE SEGUROS GERAIS S. A
Objeto: contratação de seguros para os veículos da frota do Município de Ouro.
Valor do contrato: R\$ 25.620,00 (vinte e cinco mil seiscentos e vinte reais).
Vigência: de 31/12/2017 até 31/12/2018.
Data de assinatura: 29/12/2017.

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO

Publicação Nº 1477258

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO VIII DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº0062/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONTRATADO: METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME
Objeto: Contratação de Empreiteira para execução dos serviços de construção do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, de acordo com as especificações constantes na lista de itens, memorial descritivo e com o projeto técnico de engenharia, anexos a este edital. Localizada na Avenida Pedro Biotto Sobrinho s/nº Centro, Município de Ouro Verde/SC. Área de 166,65 m² Lote 03 Quadra 02. Vigência de:18/12/2017 à 01/02/2018. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 15 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

EXTRATO ATAS

Publicação Nº 1477346

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0046/2017
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELETRICAS LTDA- EPP
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS na aquisição eventual e futura de materiais (luminárias, braço) e prestação de serviços, destinados a manutenção da rede de iluminação pública do município de Ouro Verde. Valor total registrado R\$:107.800,00.Data da assinatura:07/12/2017.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 07 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0047/2017
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa MACRO INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA Objeto: Registro de preço para Aquisição de materiais permanente para o Centro de Referencias de Assistência Social do Município de Ouro Verde. Valor total registrado R\$: 5.610,00.Data da assinatura:08/12/2017.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 08 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0048/2017
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa DEIVIDI ZANETTI ME Objeto: Registro de preço para Aquisição de materiais permanente para o Centro de Referencias de Assistência Social do Município de Ouro Verde. Valor total registrado R\$:25.307,00.Data da assinatura:08/12/2017.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 08 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0049/2017
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa NAVAJO VEÍCULOS LTDA Objeto: Registro de preço para aquisição de veículos novos destinado a Secretaria/Coord. de Educação e Esporte e ao Fundo Municipal de Saúde de Ouro Verde. Valor total registrado R\$:77.900,00.Data da assinatura:15/12/2017.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 15 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0050/2017
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa S & W MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP Objeto: Registro de preço para aquisição de veículos novos destinado a Secretaria/Coord. de Educação e Esporte e ao Fundo Municipal de Saúde de Ouro Verde. Valor total registrado R\$:60.499,00.Data da assinatura:15/12/2017. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 15 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº0171

Publicação Nº 1477197

PORTARIA N.º 0171/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ROSELI TEREZINHA BERNARDI, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 13/02/2017 a 12/02/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0172

Publicação Nº 1477199

PORTARIA N.º 0172/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. SONIA MENTA BARRETA, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 19/09/2016 a 18/09/2017, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0173

Publicação Nº 1477200

PORTARIA N.º 0173/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. SONIA MENTA BARRETA, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 01/03/2017 a 28/02/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0174

Publicação Nº 1477202

PORTARIA N.º 0174/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ADRIANA LUZIA BASOTTI, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo

de 02/03/2017 a 01/03/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0175

Publicação Nº 1477203

PORTARIA N.º 0175/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. CLARI MARIA WEBER FACCIO, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 18/02/2017 a 17/02/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0176

Publicação Nº 1477205

PORTARIA N.º 0176/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ANA PAULA REMOR BASOTTI, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 31/12/2016, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0177

Publicação Nº 1477206

PORTARIA N.º 0177/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. TAISE REGINA BARRETA MENDES, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0178

Publicação Nº 1477210

PORTARIA N.º 0178/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. VANDERLEIA LAZARINI PASINI, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 12/03/2016 a 11/03/2017, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0179

Publicação Nº 1477213

PORTARIA N.º 0179/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. SALETE CADINI, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0180

Publicação Nº 1477216

PORTARIA N.º 0180/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. PATRICIA REGINA GUEDES GIOTTO, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 13/02/2017 a 12/02/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0181

Publicação Nº 1477219

PORTARIA N.º 0181/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. SALETE CARMEM BASSO RAMOS, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 05/02/2017 a 04/02/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0182

Publicação Nº 1477220

PORTARIA N.º 0182/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. REJANE GRANDO CONTE, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 13/02/2017 a 12/02/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0183

Publicação Nº 1477222

PORTARIA N.º 0183/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. LORENI LURDES TESSER GOULART, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 10/12/2016 a 09/12/2017, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0184

Publicação Nº 1477241

PORTARIA N.º 0184/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. FERNANDA COLLI BUSSAQUERA, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0185

Publicação Nº 1477242

PORTARIA N.º 0185/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ELAINE MARIA SCHEIS, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 13/02/2017 a 12/02/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0186

Publicação Nº 1477244

PORTARIA N.º 0186/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE LEDA CONCI, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 01/09/2016 a 31/08/2017, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0188

Publicação Nº 1477246

PORTARIA N.º 0188/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. CLARICE NARCISO DOS SANTOS COSTACURTA, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 13/02/2017 a 12/02/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0189

Publicação Nº 1477248

PORTARIA N.º 0189/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ANDREIA ROCHA STELLA, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 19/09/2016 a 18/09/2017, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0191

Publicação Nº 1477250

PORTARIA N.º 0191/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. CELSO DA ROSA, Lotado junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 23/03/2016 a 22/03/2017, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0192

Publicação Nº 1477251

PORTARIA N.º 0192/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARISA CONCI TOMKELSKI, Lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 13/01/2017 a 12/01/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 22 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0193

Publicação Nº 1477252

PORTARIA N.º 0193/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. NILCE SALETE SOMAVILA, Lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 13/01/2017 a 12/01/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 22 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0194

Publicação Nº 1477253

PORTARIA N.º 0148/2017

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005 e 047/2011.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Prêmio por tempo de Serviço, ao servidor público Municipal Sr. Clodoaldo José Basotti, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista, correspondente ao período aquisitivo de 22 de novembro de 2011 a 01 de julho de 2016 e de 04 de outubro de 2016 a 26 de fevereiro de 2017, que será gozada no período de 01 de janeiro de 2018 à 28 de fevereiro de 2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 22 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0195

Publicação Nº 1477254

PORTARIA N.º 0195/2017

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. OSMAR FACCIO, Lotado junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, correspondente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 31/12/2016, que serão

gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 22 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0196

Publicação Nº 1477255

PORTARIA N.º 0196/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. SANDRA DA SILVA, Lotada junto a Secretaria de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 22 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº187

Publicação Nº 1477245

PORTARIA N.º 0187/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. CLAUDETE ALVES DE QUADROS RAMOS, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº190

Publicação Nº 1477249

PORTARIA N.º 0190/2017

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE APARECIDA RAMOS, Lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, correspondente ao período aquisitivo de 01/01/2017 a 31/12/2017, que serão gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, retornando aos seus trabalhos no dia 01/02/2018.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de dezembro de 2017.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 098/2017

Publicação Nº 1477507

Decreto nº 098, de 29 de dezembro de 2017.

Autoriza Baixa de Créditos da Dívida Ativa do Exercício de 2013 e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, combinado com as disposições do Código Tributário Municipal – Lei Complementar n.º 02/2002, inciso II, do artigo 43, Lei Complementar nº 027/2015 e Lei Estadual nº 14.266 de 21 de dezembro de 2007,

Decreta:

Art. 1º. Fica autorizada a baixa da Dívida Ativa Municipal através de cancelamento dos seguintes créditos tributários, atualizados até dia 29 de dezembro de 2017:

Paulo Cesar Benetti, pessoa física, com sede na Linha Santa Terezinha, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 97,91 (noventa e sete reais e noventa e um centavos), à título de Horas de máquinas.

José Vilmar Puhl, pessoa física, com sede na Linha Santa Lúcia, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 87,65 (oitenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), à título de Horas de máquinas.

Uberto Adiers, pessoa física, com sede na Linha Formosa, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 57,80 (cinquenta e sete reais e oitenta centavos), à título de Horas de máquinas.

Itacir José Rimoldi, pessoa física, com sede na Linha Nova União, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 25,46 (vinte e cinco reais e quarenta e seis centavos), à título de Horas de máquinas.

Nestor Cavanhol, pessoa física, com sede na Linha Nova União, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 105,20 (cento e cinco reais e vinte centavos), à título de Horas de máquinas.

Vanderlei Geraldo, pessoa física, com sede na Linha São Luiz, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 292,23 (duzentos e noventa e dois reais e vinte e três centavos), à título de Horas de máquinas.

Marildo Antonio Finco, pessoa física, com sede na Linha Progresso do Oeste, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 122,73 (cento e vinte e dois reais e setenta e três centavos), à título de Horas de máquinas.

Dari Buch, pessoa física, com sede na Linha São Luiz, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 468,56 (quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), à título de Horas de máquinas.

Arbilino de Lara, pessoa física, com sede na Linha Progresso do Oeste, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 773,64 (setecentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos), à título de Horas de máquinas.

Leomar Cletes de Moraes, pessoa física, com sede na Linha São Luiz, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 187,41 (cento e oitenta e sete reais e quarenta e um centavos), à título de Horas de máquinas.

João A. N. dos Santos, pessoa física, com sede na Linha São Luiz, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 341,11 (trezentos e quarenta e um reais e onze centavos), à título de Horas de máquinas.

Bruno de Assis, pessoa física, com sede na Linha São Luiz, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 313,00 (trezentos e treze reais), à título de Horas de máquinas.

Vanderlei A. Finger, pessoa física, com sede na Linha Sagrada Família, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 230,69 (duzentos e trinta reais e sessenta e nove centavos), à título de Horas de máquinas.

Cesar da Silva – Mecânica Dornelles, pessoa física, com sede na

Avenida Catharina Seger, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 175,83 (Cento e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos), à título de Horas de máquinas.

Sidinei de Lima, pessoa física, com sede na Linha Santa Catarina, Município de Palma Sola, a quantia de R\$ 201,51 (duzentos e um reais e cinquenta e um centavos), à título de Horas de máquinas.

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,

em 29 de dezembro de 2016.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta data

Elizete T Vissoto

Secretária de Planejamento

TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 123/2017 - DIOGO BIANQUETO EIRELI - ME

Publicação Nº 1477486

1º TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº. 123/2017

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua Francisco Zanotto, n. 600, CNPJ 83.028.639/0001-02, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Cleomar José Mantelli, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha São João, perímetro rural do município de Palma Sola – SC, CPF:760.741.889-04, neste denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, empresa, Diogo Bianqueto Eireli -ME, estabelecida na Av. José Folador, 310, na cidade de Palma Sola -SC, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº. 19.919.897/0001-80, neste ato representada por Diogo Bianqueto, portador do CPF nº. 056.797.489-83, de ora adiante denominada de CONTRATADA, pactuam o presente Termo Aditivo, em comum acordo e com amparo na Cláusula Oitava, do contrato de nº.123/2017 firmam o presente Termo Aditivo como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

A presente prorrogação é firmada com o objetivo de evitar problemas de solução de continuidade dos serviços que compõem o objeto, tendo fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, no certame licitatório nº. 71/2017, Pregão Presencial nº. 37/2017, que lhe deu origem e na Cláusula Oitava do Contrato nº. 123/2017; considerando, ainda, o princípio da economicidade e da continuidade, tendo presente a respectiva cobertura orçamentária.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Este termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº. 123/2017, firmado em 25 de setembro de 2017, que trata da aquisição a uniformes para a Secretaria de Saúde, constantes no Processo de Licitação nº. 56/2017, Pregão nº. 30/2017.

ADJUDICADOS A CONTRATADA**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada por mais doze meses, contados a partir de 1º de janeiro de 2018, com término previsto para o dia 30 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas públicas decorrentes deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações:

05- Secretaria de Saúde

2.017 – Manutenção da Secretaria de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 – (163) - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato nº. 123, de 25 de setembro de 2017, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Palma Sola – SC, 28 de dezembro de 2017.

Município de Palma Sola

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Contratante

Diogo Bianqueto Eireli -ME

CNPJ:19.919.897/0001-80

Diogo Bianqueto

CPF: 056.797.489-83

Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Fernanda S. Sganderla NOME: Ana Caroline Pies

CPF: 034.191.239-57 CPF: 024.607.219-94

TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 130/2017 - FLORESTAL JP LTDA

Publicação Nº 1477487

1º TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº. 130/2017

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua Francisco Zanotto, n. 600, CNPJ 83.028.639/0001-02, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Cleomar José Mantelli, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha São João, perímetro rural do município de Palma Sola – SC, CPF:760.741.889-04, neste denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, empresa Florestal JP Ltda, estabelecida na Rod SC 386, 1435, Km 01, Bairro Santa Rita, na cidade de São Miguel do Oeste -SC, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº. 12.128.313/0001-09, de ora adiante denominada de CONTRATADA, pactuam o presente Termo Aditivo, em comum acordo e com amparo na Cláusula Oitava, do contrato de nº.130/2017 firmam o presente Termo Aditivo como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

A presente prorrogação é firmada com o objetivo de evitar problemas de solução de continuidade dos serviços que compõem o

objeto, tendo fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, no certame licitatório nº. 57/2017, Pregão Presencial nº. 31/2017, que lhe deu origem e na Cláusula Oitava do Contrato nº. 130/2017; considerando, ainda, o princípio da economicidade e da continuidade, tendo presente a respectiva cobertura orçamentária.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Este termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº. 130/2017, firmado em 03 de outubro de 2017, que trata da aquisição de mudas de flores e outras para a Secretaria de Infra estrutura e transportes, constantes no Processo de Licitação nº. 57/2017, Pregão nº. 31/2017.

Descrição	Valor Unitário/cx R\$..
Muda de flor - Amor Perfeito - Mini. Caixa/bandeja com no mínimo 15 mudas. Plantas prontas para transplantar em local definitivo	9,90
Muda de flor - Amor Perfeito Gigante. Caixa/bandeja com no mínimo 15 mudas. Plantas prontas para transplantar em local definitivo.	9,90
Muda de flor - Cravina. Caixa/bandeja com no mínimo 15 mudas. Plantas prontas para transplantar em local definitivo.	9,90
Muda de flor Boca de Leão. Caixa/bandeja com no mínimo 15 mudas. Plantas prontas para transplantar em local definitivo.	9,90
Mudas de Flores (Diversas) para o plantio na época do verão. Caixa/bandeja com no mínimo 15 mudas. Plantas prontas para transplantar em local definitivo.	9,90
Mudas de Palmeira Real. Mudas prontas para transplantar em local definitivo, com no mínimo 1 metro e 30 cm de altura.	19,90

ADJUDICADOS A CONTRATADA.**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada por mais doze meses, contados a partir de 1º de janeiro de 2018, com término previsto para o dia 30 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas públicas decorrentes deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações:

07. -Secretaria de Infraestrutura e Transportes

1.023 -Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura e Transportes

3.3.90.00.00.00.00.00. (2232) - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato nº. 130, de 03 de outubro de 2017, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Palma Sola – SC, 28 de dezembro de 2017.

Município de Palma Sola

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Contratante

Empresa Florestal JP Ltda
CNPJ: 12.128.313/0001-09
Edilaine de Lara Piasecki
008.703.049-76
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Fernanda S. Sganderla
CPF: 034.191.239-57

NOME: Ana Caroline Pies
CPF: 024.607.219-94

Passo de Torres

PREFEITURA

PORTARIA 251/2017

Publicação Nº 1477194

PORTARIA Nº 251, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, MANOEL CLAUDIO CARDOSO BORGES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, Manoel Claudio Cardoso Borges, referente ao período aquisitivo de 01/03/2012 à 01/03/2017.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 20/12/2017 com término em 18/03/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 20 de dezembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 20 de dezembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Art. 3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Passo de Torres, em 27 de dezembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 27 de dezembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 252/2017

Publicação Nº 1477195

PORTARIA 252 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor JOAO BATISTA DOS SANTOS, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal, JOAO BATISTA DOS SANTOS, até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 322, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477476

PORTARIA Nº 322, de 29 de dezembro de 2017.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor PAULO CÉZAR BONAN, matrícula nº 1113, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, Grupo Ocupacional Profissional, símbolo PF-3, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, referentes ao período aquisitivo de 09/03/2017 a 08/03/2018, para serem gozadas do dia 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 323, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477477

PORTARIA Nº 323, de 29 de dezembro de 2017.

"CONCEDE FÉRIAS, CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias;

Considerando a solicitação da servidora, realizada em 27 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei

Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora ROSIMERI PEROZA NUNES, matrícula nº 2005, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Financeiro, símbolo DIF-9, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2016 a 31/03/2017, para serem gozadas do dia 15/01/2018 a 29/01/2018.

Art. 2º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art.72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora ROSIMERI PEROZA NUNES, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2016 a 31/03/2017, para serem convertidas na competência de janeiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2015.

Publicação Nº 1474285

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2015.

5º Termo Aditivo ao Contrato nº. 02/2015 de 23/09/2015, conforme processo licitatório nº. 136/2015. Tendo como contratante a CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado LEGTECH SOLUÇÕES WEB EIRELI ME, CNPJ Nº. 10.790.810/0001-42. Objeto: A prorrogação de prazo de vigência do Contrato 02/2015 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2018. Fundamento: A prorrogação de prazo de vigência mencionada decorre em conformidade ao que disciplina o Inciso II do Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

Paulo Lopes, 01 de janeiro de 2018.
EVERALDO EVILÁSIO DOS SANTOS
Presidente da Câmara

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 02 de janeiro de 2018.
EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS
Presidente

Publicada a presente Portaria em 02 de janeiro de 2018.

PORTARIA Nº. 01/2018

Publicação Nº 1471102

PORTARIA Nº. 01/18

EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Autorizar a servidora efetiva, ALESSANDRA ANA FERNANDES DE SOUZA, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo de férias, de 02 de Janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 02 de janeiro de 2018.
EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS
Presidente

Publicada a presente Portaria em 02 de janeiro de 2018.

PORTARIA Nº. 02/2018

Publicação Nº 1471106

PORTARIA Nº. 02/18

EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Autorizar a servidora comissionada, ELAINE MENDES DE MATOS FERMIANO, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo de férias, de 02 de Janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2017 - PMP

Publicação Nº 1477240

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2017 - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2017 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE TUBOS EM CONCRETO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardino da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPARELI-EPP, estabelecida à Rodovia Ingo Hering, nº. 5.311, na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 72.567.076/0001-04, representada, neste ato pelo Sr. Gian Carlos Alves, CPF sob o nº. 721.627.759-72, Proprietário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 074/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de tubos em concreto 60cm, para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitação nº 1449/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 059/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores do item registrado encontra-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	TUBO	TUBO EM CONCRETO ARMADO PA 2 - 60CM.	UN	5.000	R\$ 80,45	R\$ 402.250,00
TO-TAL						R\$ 402.250,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. A empresa deverá realizar a entrega do objeto de forma parcelada, conforme pedido da Secretaria de Serviços Urbanos após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

4.1. É de responsabilidade da proponente contratada a entrega do(s) produto(s) até o local indicado na Autorização de Fornecimento, após o pedido, no prazo de até 2 (dois) dias, obedecendo o horário de expediente.

4.2. No caso da empresa contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

6.2 - A CONTRATADA, deverá realizar durante a execução do Contrato 2 (dois) testes com emissão de Laudo Técnico de resistência a compressão diametral com certificação pela Rede Brasileira de Calibração, de 3 (três) produtos escolhidos de forma aleatória, conforme determinação da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, garantindo desta forma a qualidade do material/produto fornecido. Todos os custos referentes à realização dos testes e emissão dos Laudos ficarão por conta da CONTRATADA. O laudo técnico de resistência a compressão diametral, deverá atender a NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 26 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI-EPP. Gian Carlos Alves

Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 178/2017

Publicação Nº 1477621

DECRETO Nº. 178/2017
EXONERA SERVIDORA EFETIVA
LILIAN ANDREA DE CAMARGO RAUBER

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido a partir 29/12/2017 a Servidora LILIAN ANDREA DE CAMARGO RAUBER, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2.º Face o disposto neste ato, fica revogado o Decreto n.º 64/2016 de 02 de Maio de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 28 de Dezembro de 2017
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 28/Dezembro/2017	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

Pinheiro Preto

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 017, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1470784

PORTARIA Nº 017, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA SIRLEI SCARABOTO”

KELVIN BROCARDO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o inc. II, do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, e também o inciso XXVIII do art. 28 do seu Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora SIRLEI SCARABOTO, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Pinheiro Preto - SC, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE – NÍVEL ANB-01, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 10.02.2016 à 09.02.2017, cujo gozo dar-se-á no período de 02 de Janeiro a 30 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PINHEIRO PRETO - SC, 02 DE Janeiro DE 2018.

KELVIN BROCARDO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto/SC

PORTARIA Nº 018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1470786

PORTARIA Nº 018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ALGACIR VOLPATO –ASSESSOR PARLAMENTAR – NÍVEL CPC-01 – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

KELVIN BROCARDO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. II, do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, e também o inciso XXVIII do art. 28 do seu Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor ALGACIR VOLPATO, brasileiro, residente em Videira, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR – NÍVEL CPC-01, referente ao período aquisitivo de 02/01/2017 à 01/01/2018 a partir de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM – SC.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PINHEIRO PRETO - SC, 02 DE JANEIRO DE 2018.

KELVIN BROCARDO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto/SC

Planalto Alegre

PREFEITURA

014_2017

Publicação Nº 1477289

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 039/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Contratada: SIMONE MARIA DOS PASSOS - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO.

Prorrogação de Vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018

Processo Licitatório: 044/2017

Planalto Alegre- SC em 29 de Dezembro 2017

JUARES BET

Prefeito

DECRETO 4802/2017

Publicação Nº 1477275

DECRETO Nº 4802/2017, de 22 de dezembro de 2017.

APROVA CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018 PARA RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 018, de 17 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o calendário fiscal para o exercício de 2018, definindo tributos, sua data de vencimento e parcelamento para recolhimento, na forma do anexo I do presente Decreto.

Art. 2º Os tributos municipais serão recolhidos em agência bancária autorizada.

Art. 3º Após os prazos fixados para recolhimento dos tributos, os não liquidados em prazo hábil, ficarão sujeitos às penalidades prevista no Código Tributário, Lei Municipal n.º 018, de 17 de dezembro de 2009.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos no dia 1º de janeiro de 2018.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 22 de Dezembro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANEXO I – DECRETO Nº. 4802/2017

TRIBUTOS		VENCIMENTOS					
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - TLLF		COTA ÚNICA 28/02/2018		ALVARA SANITÁRIO		COTA UNICA 28/02/2018	
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATU-REZA - ISS-QN	PARCELA UNICA	1º PARCELA	2º PARCELA	3º PARCELA	4º PARCELA	5º PARCELA	6º PARCELA
	10/02/2018	10/02/2018	10/03/2018	10/04/2018	10/05/2018	10/06/2018	10/07/2018
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATU-REZA - ISS-QN	7º PARCELA	8º PARCELA	9º PARCELA	10º PARCELA	11º PARCELA	12º PARCELA	
	10/08/2018	10/09/2018	10/10/2018	10/11/2018	10/12/2018	10/01/2019	

Obs.: Pagamento por apuração/ retido na fonte/ substituição até o dia 10 do mês subsequente ao fato gerador

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL - IPTU	VENCIMENTO			
	COTA ÚNICA	1º PARCELA	2º PARCELA	3º PARCELA
	16/04/2018	16/04/2018	15/06/2018	17/08/2018

JUARES BET
Prefeito Municipal

Planalto Alegre – SC, em 22 de Dezembro de 2017.

DECRETO 4803/2017

Publicação Nº 1477276

DECRETO Nº 4803/2017, de 22 de dezembro de 2017.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO PAGAMENTO DO IPTU E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 49, & 2º, da Lei nº. 018 de 17 de Dezembro de 2009.

CONSIDERANDO as disposições contidas no artigo nº. 49, do Código Tributário Municipal (CTM) Lei Complementar 018 de 17 de dezembro de 2009, que autoriza a legislação tributária a conceder descontos pelo pagamento antecipado de tributos, e considerando ainda, a necessidade de incentivar o recolhimento antecipado do Imposto Predial e Territorial Urbana (IPTU), estimulando o contribuinte e adimplir suas obrigações tributárias.

DECRETA:

Art. 1º O sujeito passivo que optar pelo pagamento antecipado, em cota única, de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), nos termos do art.49, do Código Tributário Municipal (CTM), Lei Complementar 018/2009 de 17 de Dezembro de 2009 fará jus ao seguinte desconto:

I – 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido, caso o pagamento seja efetuado até o dia 16 de Abril de 2018.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 22 de Dezembro de 2017.

JUARES BET
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 204/2017

Publicação Nº 1477351

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 204/2017

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. CLERIA GIRARDELO BET E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Senhora CLERIA GIRARDELO BET, do cargo comissionado de Chefe de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 40 horas semanais, cargo que exercia desde 06 de Fevereiro de 2017 a partir do dia 01 de Janeiro de 2018.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre/SC, em, 29 de Dezembro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 01/2018 E 02/2018 / EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2018, 02/2018, 03/2018, 04/2018, 05/2018, 06/2018, 07/2018, 08/2018

Publicação Nº 1465352

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 01/2018

CONVÊNIO nº 01/2018. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Conveniada: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE - HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO Objeto: fomentação para sobreaviso médico, consultas ambulatoriais, manutenção de pronto atendimento, ultrassonografia e radiologia, 13º salário, férias e demais encargos". Valor: R\$ 2.200.000,00 (Dois Milhões e Duzentos Mil Reais). Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018. Pomerode/SC, 02 de Janeiro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 02/2018

CONVÊNIO nº 02/2018. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. Conveniada: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA Objeto: "Manutenção do Centro Cultural". Valor: R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais). Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018. Pomerode/SC, 02 de Janeiro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 01/2018

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: Prefeitura municipal de Pomerode

CNPJ 83.102.251/001-04

Rua XV de Novembro, 525 – Centro - Pomerode

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: LAR BENEFICENTE JOÃO 3:16

CNPJ: 00.663.923/0001-23

Loc. Ribeirão Concórdia, Km 15/BT, s/nº – Braço do Trombudo - Santa Catarina

Objeto: O presente termo de fomento, tem por objeto o repasse financeiro visando o acolhimento institucional cumprindo ordem judicial, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I
Valor: até R\$ 44.940,00 (Quarenta e Quatro Mil e Novecentos e quarenta Reais)

Vigência até 31/12/2018

Data da assinatura: 02/01/2018

Ércio Kriek - Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 02/2018

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: Prefeitura municipal de Pomerode

CNPJ 83.102.251/001-04

Rua XV de Novembro, 525 – Centro - Pomerode

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Ação Social e Cidadã – Abrigo das Meninas CNPJ: 07.642.574/0002-93

Rua: Sete de setembro, 1167- Bairro Sete de Setembro – Gaspar - Santa Catarina

Objeto: O presente termo de fomento, tem por objeto o repasse financeiro visando o acolhimento institucional cumprindo ordem judicial, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I

Valor: R\$ 51.843,72 (Cinquenta e um Mil e Oitocentos e quarenta e três Reais e setenta e dois centavos)

Vigência até 31/12/2018

Data da assinatura: 02/01/2018

Ércio Kriek - Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 03/2018

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: Prefeitura municipal de Pomerode

CNPJ 83.102.251/001-04

Rua XV de Novembro, 525 – Centro - Pomerode

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS - NURREVI

CNPJ: 03.448.121/0002-70

Estrada Geral do Maciambu Pequeno, S/nº – Bairro Maciambu – Palhoça - Santa Catarina

Objeto: O presente termo de fomento, tem por objeto o repasse financeiro visando o acolhimento institucional cumprindo ordem judicial, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I

Valor: R\$ 126.000,00 (Cento e Vinte e Seis Mil Reais)

Vigência até 31/12/2018

Data da assinatura: 02/01/2018

Ércio Kriek - Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 04/2018

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: Prefeitura municipal de Pomerode

CNPJ 83.102.251/001-04

Rua XV de Novembro, 525 – Centro - Pomerode

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA

CNPJ: 02.573.208/0001-25

Rua Prefeito Tolentino de Carvalho, 01, Florianópolis, Santa Catarina

Objeto: O presente termo de fomento, tem por objeto o repasse financeiro visando o acolhimento institucional cumprindo ordem judicial, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I

Valor: R\$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil Reais)

Vigência até 31/12/2018

Data da assinatura: 02/01/2018

Ércio Kriek - Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 05/2018

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: Prefeitura municipal de Pomerode

CNPJ 83.102.251/001-04

Rua XV de Novembro, 525 – Centro - Pomerode

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE POMERODE

CNPJ: 04.533.209/0001-71

Rua XV de Novembro, nº 644, Bairro Centro, Pomerode - Santa

Catarina
Objeto: O presente termo de fomento, tem por objeto o repasse financeiro visando a prevenção de câncer de colo de útero, com a realização de palestras, ações preventivas educacionais e exames laboratoriais e clínicos, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I
Valor: R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil Reais)
Vigência até 31/12/2018
Data da assinatura: 02/01/2018
Ércio Kriek - Prefeito Municipal

na modalidade de Instituição de Longa Permanência, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I
Valor: R\$ 118.800,00 (Cento e Dezoito Mil e oitocentos Reais)
Vigência até 31/12/2018
Data da assinatura: 02/01/2018
Ércio Kriek - Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 06/2018

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: Prefeitura municipal de Pomerode
CNPJ 83.102.251/001-04
Rua XV de Novembro, 525 – Centro - Pomerode
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: A ASSOCIAÇÃO PAIS AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POMERODE – APAE
CNPJ: 83.788.661/0001-50, com sede à Rua Alberto Spreemann, 200, Centro, Pomerode (SC) Objeto: O presente termo de fomento, tem por objeto o repasse financeiro visando atender relevante serviço de interesse público em atividades de educação, assistência social e saúde para pessoas com deficiência intelectual, múltipla e com transtorno de espectro autista, visando à valorização do ser humano, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I
Valor: R\$ 230.000,00 (Duzentos e Trinta mil Reais)
Vigência até 31/12/2018
Data da assinatura: 02/01/2018
Ércio Kriek - Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 07/2018

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: Prefeitura municipal de Pomerode
CNPJ 83.102.251/001-04
Rua XV de Novembro, 525 – Centro - Pomerode
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Corpo de Bombeiros Voluntários de Pomerode, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.196.552/0001-80, com sede na Rua Hermann Weege, 2121, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode
Objeto: O presente termo de fomento, tem por objeto o repasse financeiro visando prestar serviços de apoio à Comunidade e em todos os setores da comunidade, de forma voluntária e gratuita, implementando notadamente a segurança do patrimônio, das pessoas, dos animais e da ecologia, com ênfase no atendimento e resgate nas rodovias e vias públicas do Município, assim como, nos atendimentos em casos de incêndios e calamidades públicas, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I
Valor: R\$ 200.000,00 (Duzentos mil Reais)
Vigência até 31/12/2018
Data da assinatura: 02/01/2018
Ércio Kriek - Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 08/2018

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: Prefeitura municipal de Pomerode
CNPJ 83.102.251/001-04
Rua XV de Novembro, 525 – Centro - Pomerode
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Centro de Convivência Pommern Heim, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.667.539/0001-24, com sede na Rua Progresso, 578, Bairro Testo Alto, na cidade de Pomerode.
Objeto: O presente termo de fomento, tem por objeto o repasse financeiro visando oferecer o atendimento qualificado às pessoas idosas com idade igual ou acima a sessenta anos, independente e/ou com diversos graus de dependências, encaminhados por medida judicial visando sua proteção com o oferecimento de acolhimento

Porto União

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº001/2018

Publicação Nº 1471498

PORTARIA Nº 01/2018

EMENTA: "Dispõe sobre o expediente na Câmara Municipal de Porto União, e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Não haverá expediente na Câmara Municipal de Porto União nos dias 02 a 05 de janeiro do ano corrente em virtude do recesso parlamentar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 02 de janeiro de 2018.

Christian Agenor Martins	
Presidente da Câmara Municipal de Porto União	

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 130/2017

Publicação Nº 1477304

Número da Lei:

1508

Ano da Lei:

2016

Data da Lei:

24/11/2016

DECRETO Nº 130, de 27 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 5.000,00(cinco mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3339300000000000.01380100	5.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3339000000000000.01380100	5.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Ç[

Presidente Nereu - Santa Catarina, 27 de dezembro de 2017

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal
CPF: 767.132.029-34

ALINE LESKE TILLMANN
CONTADOR
CRC: 24474 /SC

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2017-PM.

Publicação Nº 1477616

Extrato de Publicação de Ata de Registro de Preços

Detentor(es) da Ata: AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP
LOVANOR FIORESE 05227333955 e
CESAR DE MOURA ME

Ata de Registro de Preços: 36/2017-PM

Processo Licitatório: 95/2017-PM

Pregão Presencial: 54/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520 e demais legislação.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES e LAVAGENS de veículos e equipamentos que compõem a frota do Município de Princesa/SC."

Data da Assinatura: 29/12/2017

Data da Publicação: 02/01/2018

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata.

Valor Total (previsto): R\$ 1.630.867,44 (um milhão, seiscentos e trinta mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente à entrega do produto.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2017-PM.

Publicação Nº 1477618

Extrato de Publicação de Ata de Registro de Preços

Detentor(es) da Ata: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE - SICOOB SÃO MIGUEL

Ata de Registro de Preços: 37/2017-PM

Processo Licitatório: 102/2017-PM

Pregão Presencial: 59/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520 e demais legislação.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Contratação de SERVIÇOS BANCÁRIOS de autenticações mecânicas em boletos de pagamentos de tributos e outras receitas de cobranças de IPTU, ISSQN, Taxas e outros serviços."

Data da Assinatura: 29/12/2017

Data da Publicação: 02/01/2018

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata.

Valor Total (previsto): R\$ 15.380,00 (quinze mil, trezentos e oitenta reais).

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente à entrega do produto.

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 269/2017 - DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477697

DECRETO Nº 269/2017 - DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA LICENÇA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, de conformidade com o disposto no § 1º do Art. 72 da Lei Complementar nº 032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001, CONSIDERANDO o Requerimento da servidora protocolado junto a Municipalidade sob nº 2005, de 20 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa a licença da Servidora Pública Municipal Lizandra Luci Marsaro, ocupante do cargo de Professora de Educação Física (1ª a 5ª série), nomeada através do Decreto nº 056/2003, de 07 de março de 2003, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, devendo a mesma retornar as suas atividades, no dia 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 29 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em 29/12/2017.
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº 1780/2017- DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477315

PORTARIA Nº 1780/2017- DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

ESTABELECE LOCAL E FIXA HORÁRIO DE TRABALHO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o disposto no Artigo 18 da Lei Complementar nº 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sob Protocolo nº 2090 de 19 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Rosemarí Valesam Varotto, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental

(1º ao 5ºano), para exercer suas funções na Biblioteca Pública junto a Escola Municipal Branca de Neve, situada na Rua João Pessoa, 16, Bairro Santa Inês, Quilombo/SC, nos seguintes dias e horários:

Segunda-Feira
Das 7h30min às 11h30min

Terça-Feira
Das 7h30min às 11h30min

Quarta-feira
Das 7h30min às 11h30min

Quinta-feira
Das 7h30min às 11h30min

Sexta-feira
Das 7h30min às 11h30min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1781/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477316

PORTARIA Nº. 1781/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Dércio de Jesus Duarte Proêncio, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestados, por 07 (sete) dias, de 27 de dezembro de 2017 a 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1782/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477317

PORTARIA Nº. 1782/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Janaine Pertile, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, nos dias 26 e 27 de dezembro de 2017, para acompanhar membro da família em tratamento médico, conforme Atestado Médico, datado de 26 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1783/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477318

PORTARIA Nº. 1783/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Marilene Loraschi Ferrari, ocupante do cargo de Auxiliar de

Serviços Gerais, no dia 29 de dezembro 2017, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2131 de 27 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 01h35min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1784/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477319

PORTARIA Nº. 1784/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Ivete Maria da Silva Costa, ocupante do cargo de Assistente do Serviço Social, nos dias 28 e 29 de dezembro 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2129 de 27 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 06h31min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1785/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477320

PORTARIA Nº. 1785/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Valmir da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nos dias 28 e 29 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2132, de 27 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 01h24min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1786/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477321

PORTARIA Nº. 1786/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Amoni Rosset, ocupante do cargo de Psicóloga, nos dias 28 e 29 de dezembro 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2133, de 27 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 23h31min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1787/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477323

PORTARIA Nº. 1787/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Dejaime Marssal de Lima, ocupante do cargo de Vigia, no dia 28 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2134, de 27 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 05h30min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1788/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477324

PORTARIA Nº. 1788/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Edson Savoldi, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, nos dias 28 e 29 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob

Protocolo Nº 2137, de 27 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 03h35min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1789/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477332

PORTARIA Nº. 1789/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, para gozo no período de 02 a 31 de janeiro de 2018, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Adivane Meneghetti Enderle 05/05/2016 a 04/05/2017

Adenice Spagnollo Pasinato 01/01/2017 a 31/12/2017

Albani Maria Garbin 01/01/2016 a 31/12/2016

Albani Maria Garbin 01/01/2017 a 31/12/2017

Alcione Maria Bevilacqua 01/01/2016 a 31/12/2016

Ana Paula Marsaro 01/01/2017 a 31/12/2017

Angela Maria Bevilacqua 01/01/2017 a 31/12/2017

Angela Sichelero 15/08/2016 a 14/08/2017

Anilson Antonio Comunello 18/04/2016 a 17/04/2017

Antoninho Siviero 01/01/2017 a 31/12/2017

Beatriz Gomes De Oliveira Welter 01/01/2017 a 31/12/2017

Beatriz Pasqualotto Seraglio 01/01/2017 a 31/12/2017

Claudete Vieira Dos Santos Gonçalves 09/03/2016 a 08/03/2017

Claudete Vieira Dos Santos Gonçalves 07/03/2016 a 06/03/2017

Cleci Salete Dall Agnese 01/01/2017 a 31/12/2017

Daiane Comunello Casagrande 05/08/2016 a 04/08/2017

Dalva Roberta Festner 07/03/2016 a 06/03/2017

Dalva Roberta Festner 01/01/2017 a 31/12/2017

Darli Maria Conte Paz 01/01/2017 a 31/12/2017

Dilvete Maria Zanatto Varianni 01/01/2016 a 31/12/2016

Dionilda Salete Frigo 01/01/2017 a 31/12/2017

Dirlei Lucia Vilbrantz 18/04/2016 a 17/04/2017

Eider Lazzarin 01/01/2017 a 31/12/2017

Elizangela Zilio Dallacqua 01/01/2017 a 31/12/2017

Elizandro Marcos Marmellini 09/06/2016 a 08/06/2017

Genelci Picinin Cella 01/01/2017 a 31/12/2017

Gilmar Pais 01/01/2017 a 31/12/2017

Inês Poltronieri 01/01/2017 a 31/12/2017

Ivandra Célia Cima 01/01/2017 a 31/12/2017

Ivanete Bison 09/03/2016 a 08/03/2017

Ivanete Bison 01/01/2016 a 31/12/2016

João Carlos Dalla Costa 14/02/2016 a 13/02/2017

João Carlos Dalla Costa 01/01/2017 a 31/12/2017

Jonas Selivan 01/01/2017 a 31/12/2017

Jucelia Aparecida Agnes Prestes 01/01/2017 a 31/12/2017

Jucenir Rigon 01/01/2017 a 31/12/2017

Juliana Minoso 01/01/2017 a 31/12/2017

Kátia R. Lorenzi Dal Pont Rodrigues 01/01/2017 a 31/12/2017

Kely Cristina Beltrame Gotz 01/01/2017 a 31/12/2017

Leonides Rossetto Segnanfredo 01/01/2017 a 31/12/2017

Lidiane Dalmago Zembruski 05/05/2016 a 04/05/2017

Lisete Ely Santore 01/01/2017 a 31/12/2017

Luci Paula Golo 11/08/2016 a 10/08/2017

Madelaine Conte Morgan 01/01/2017 a 31/12/2017

Marcelo Rodrigues da Silva 19/08/2016 a 18/08/2017

Marcelo Rodrigues da Silva 01/01/2017 a 31/12/2017

Margarete Roman Both 01/01/2017 a 31/12/2017

Maria Rodighero 01/01/2017 a 31/12/2017

Maria de Lourdes Campanholo 01/01/2017 a 31/12/2017

Marli Besson Sotoriva 01/01/2017 a 31/12/2017

Marli Terezinha Corioletti Pazinato 01/01/2017 a 31/12/2017

Nayara Patrícia Faresin 01/01/2017 a 31/12/2017

Nayara Patrícia Faresin 07/03/2016 a 06/03/2017

Noeli Tasca Pansera 01/01/2017 a 31/12/2017

Odete Maria David Paris 01/01/2017 a 31/12/2017

Odete Nolasco de Campos Rigon 01/01/2016 a 31/12/2016

Odete Nolasco de Campos Rigon 10/02/2016 a 09/02/2017

Ortenila De Lima Menoncin 01/01/2017 a 31/12/2017

Orzania Lúcia Nespolo 01/01/2017 a 31/12/2017

Patrícia Regina Venturin 05/05/2016 a 04/05/2017

Rejane Daniel Hillesheim 01/01/2017 a 31/12/2017

Romualdo Rebelatto 01/01/2017 a 31/12/2017

Rosa Maria Tessaro De Bortoli 01/01/2017 a 31/12/2017

Rosana Lucia Palavicini 01/01/2017 a 31/12/2017

Rosane Tubin 01/01/2017 a 31/12/2017

Roseli Faresin 01/01/2017 a 31/12/2017

Rosimari Piovezan Comachio 01/01/2017 a 31/12/2017

Serlei Salete Constanzi Menoncin 09/03/2015 a 08/03/2016

Silvia Regina Rossetto 01/01/2017 a 31/12/2017

Silvia Risson Peretti 01/01/2017 a 31/12/2017

Silvia Risson Peretti 07/03/2016 a 06/03/2017

Silvana de Mello de Micheli 01/01/2017 a 31/12/2017

Sueli Agostineto Demartini 01/01/2017 a 31/12/2017

Vânia Maria Dala Riva Dallssaço 01/01/2017 a 31/12/2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1792/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477335

PORTARIA Nº. 1792/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, para gozo no período de 02 a 31 de janeiro de 2018, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Ângela Ferreira da Luz Favaretto 02/05/2016 a 01/05/2017
Carmem Donzelli Moterle 07/01/2017 a 06/01/2018
Cenira Pires Silveira Valcaringui 07/01/2017 a 06/01/2018
Daniela Santin Maróstica 07/01/2017 a 06/01/2018
Denise Maria Fornazier 07/01/2017 a 06/01/2018
Elaine Maschio 05/02/2016 a 04/02/2017
Gertrudes Luza Pasa 07/01/2017 a 06/01/2018
Idinara Zaparolli Mioranza 07/01/2017 a 06/01/2018
Ione Maria Vedana Radaeli 07/01/2017 a 06/01/2018
Ithamara Beffart Bueno Villanova 01/04/2016 a 31/03/2017
Juceliane Morgan Bordignon 09/05/2016 a 08/05/2017
Leomara Venturin 07/01/2017 a 06/01/2018
Margarete Sotoriva 07/01/2017 a 06/01/2018
Marisa Aparecida Libardoni De Cezaro 07/01/2017 a 06/01/2018
Marisa Da Silva Balbinot 07/01/2017 a 06/01/2018
Nalci Terezinha Fuma da Silva 07/01/2016 a 06/01/2017
Roselei Schimitt De Moraes 01/01/2017 a 31/12/2017
Solange Maria Anselmi Sciega 01/04/2016 a 31/03/2017
Tatiane Dhein 05/08/2016 a 04/08/2017
Zanete Maria Bugança Paravise 07/01/2017 a 06/01/2018
Zulma Possa Bernardi 01/04/2016 a 31/03/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada
Em ___/___/___
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1797/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477343

PORTARIA Nº. 1797/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, João Claudiomiro Nunes, ocupante do cargo de Assistente Social, no dia 05 de janeiro de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2135, de 27 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 01h03min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/___/___
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1798/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477344

PORTARIA Nº. 1798/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Loreci Albani Dal'Aqua, ocupante do cargo de Assistente Social, nos dias 04 e 05 de janeiro de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2143, de 28 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 5h42min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/___/___
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1800/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477347

PORTARIA Nº. 1800/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Cerlei Lurdes Busnello Spagnollo, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), nos dias 29 de dezembro 2017 e 02 de janeiro de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2141 de 28 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 101h40min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1801/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477348

PORTARIA Nº. 1801/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Eliane Maria Garbin, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no dia 29 de dezembro de 2017, das 7h30min às 12h30min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2138, de 28 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 00h48min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1802/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477349

PORTARIA Nº. 1802/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Ediane Madela, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil e do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), por determinação médica e conforme atestado, no dia 28 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1803/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477350

PORTARIA Nº. 1803/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e em conformidade com o parágrafo 1º do Art.18 da Lei Complementar Municipal nº 032 de 05 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR

DE INTERESSES PARTICULAR, ao Servidor Público Municipal, Mari Lourdes Cossa, ocupante do cargo de Diretora de Departamento, do dia 02 ao dia 11 de janeiro de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2139, de 28 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento do mês de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº.1779/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477312

PORTARIA Nº.1779/2017 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 2135, de 27 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal João Claudiomiro Nunes, nos dias 02, 03 e 04 de janeiro de 2018, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria Nº821/2017 – de 30 de junho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº.1790/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477333

PORTARIA Nº.1790/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, para gozo no período de 02 a 31 de janeiro de 2018, conforme segue:
Período Aquisitivo:

Angelina Dalmago Lunedo 07/03/2016 a 06/03/2017
Ceci Terezinha Marafon Comin 01/01/2017 a 31/12/2017
Dejaime Marsal de Lima 01/03/2016 a 28/02/2017
Gilmar Gonçalves 01/01/2017 a 31/12/2017
Ivone Lampugnani 12/03/2016 a 11/03/2017
Jandir Pasinato 01/06/2016 a 31/05/2017
Jocélia Kuntzler 01/01/2017 a 31/12/2017
Juliana Rodrigues 02/05/2016 a 01/05/2017
Lorita de Lima Lazzarotto 01/07/2016 a 30/06/2017
Maria Silvana Lazaretti Orso 01/11/2016 a 31/10/2017
Marli da Rosa de Almeida 02/04/2016 a 01/04/2017
Marilene Loraschi Ferrari 05/04/2016 a 04/04/2017
Silvana Hillesheim Sachet 01/01/2017 a 31/12/2017
Suzane Elizabete Boza Santian 01/01/2017 a 31/12/2017
Valmir da Silva 05/11/2017 a 04/11/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº.1791/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477334

PORTARIA Nº.1791/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, para gozo no período de 02 a 31 de janeiro de 2018, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Ari Antonio Dalazen 15/03/2016 a 14/03/2017

Edson Savoldi 13/03/2016 a 12/03/2017

Enio Francisco Copatti 01/12/2016 a 31/11/2017

Joelson de Quadros Moreira 13/03/2015 a 12/03/2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº.1793/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477336

PORTARIA Nº.1793/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, para gozo no período de 02 a 31 de janeiro de 2018, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Edegar de Oliveira Flores 01/01/2017 a 31/12/2017

Fabieli Marta Schneider 02/05/2016 a 01/05/2017

Fernanda Zilio Bandiera 21/08/2016 a 20/08/2017

Geronide Craco Dias 16/05/2016 a 15/05/2017

Ivete Maria da Silva Costa 03/04/2016 a 02/04/2017

Maria de Fatima de Andrade Ramos 16/05/2016 a 15/05/2017

Monica Zilio Erthal 11/06/2016 a 10/06/2017

Rosangela Toazza 02/05/2016 a 01/05/2017

Romualdo Jorge Giroto 02/08/2015 a 01/08/2016

Sandra Steffens 03/04/2016 a 02/04/2017

Sandra Maria Grassioli Rigon 11/06/2016 a 10/06/2017

Sirlei Aparecida De Vargas Pistori 11/10/2016 a 10/10/2017

Susiana Benelli 01/07/2016 a 30/06/2017

Vandercélio Salla Darif 01/11/2016 a 31/10/2017

Veronica Comin 05/04/2016 a 04/04/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº.1794/2016 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477338

PORTARIA Nº.1794/2016 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, para gozo no período de 02 a 31 de janeiro de 2018, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Adroaldo Spolti 02/08/2016 a 01/08/2017

Claudenir Serafini 02/05/2016 a 01/05/2017

Cleocir Antonio Ferrari 02/04/2016 a 01/04/2017

Cristiano De Martini 05/04/2016 a 04/04/2017

Erderson Mezzomo 02/05/2016 a 01/05/2017

Gilberto Valgoi 01/06/2015 a 31/05/2016

Jair de Micheli 04/05/2016 a 03/05/2017

Jair Gonçalves 05/11/2016 a 04/11/2017

Julcemir de Souza 04/01/2016 a 03/01/2017

Rafael Jucie Bevilaqua 01/04/2016 a 31/03/2017

Rildo José Beber 01/01/2017 a 31/12/2017

Rudinei Mantoani 02/06/2016 a 01/06/2017

Sergio Luiz Tubin 04/01/2017 a 03/01/2018

Vilmar Antonio Bombana 17/02/2016 a 16/02/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº.1795/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477340

PORTARIA Nº.1795/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, para gozo no período de 02 a 31 de janeiro de 2018, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Alini Hohn Copatti 04/07/2014 a 03/07/2015
André Luis Berlanda 13/07/2016 a 12/07/2017
Cristiane Breansini Berlanda 14/03/2016 a 13/03/2017
Elis Regina Backes Grigol 06/06/2016 a 05/06/2017
Gian Douglas Both 06/02/2016 a 05/02/2017
Mara Regina Zanchet Bodanese 09/08/2016 a 08/08/2017
Marcos Fernando Zanella 08/01/2016 a 07/01/2017
Marizete da Silva de Almeida 01/07/2016 a 30/06/2017
Neidecleia Piva Lourenci 01/06/2016 a 31/05/2017
Sidiney Campagnaro 02/06/2016 a 01/06/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº.1796/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477342

PORTARIA Nº.1796/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, para gozo no período de 02 a 31 de janeiro de 2018, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Diles Dalla Riva Devisê 01/01/2017 a 31/12/2017
Ivânia Prior Alberti 01/10/2016 a 30/09/2017
Luciane Teresinha de Moraes 01/04/2016 a 31/03/2017
Nelson Antonio de Lima 01/01/2017 a 31/12/2017
Serlei Salete Constanzi Menoncin 07/02/2015 a 06/02/2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

PORTARIA Nº.1799/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477345

PORTARIA Nº.1799/2017 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 2142, de 28 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal Edgar Doris Berlanda, no dia 29 de dezembro de 2017, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria Nº333/2017 – de 04 de abril de 2017, restando a partir da execução desta, o saldo de 01 (um) dia de férias a serem gozados posteriormente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski
Funcionária Designada

Rio do Campo

PREFEITURA

ADITIVO Nº 01 - CONTRATO 82/2017

Publicação Nº 1474658

Contrato Nº : 82/2017
Aditivo Nº : 01/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO
Contratada : BERNADETE GRANZA ESSER - ME
Licitação : Pregão Presencial 39/2017
Objeto : O presente edital tem por objetivo a contratação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Rio do Campo e dos alunos de ensino da rede Estadual.
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Assinatura : 27/12/2017

ADITIVO Nº 01 - CONTRATO 83/2017

Publicação Nº 1474655

Contrato Nº : 83/2017
Aditivo Nº : 01/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO
Contratada : HAVEROTH TRANSPORTES LTDA - ME
Licitação : Pregão Presencial 39/2017
Objeto : O presente edital tem por objetivo a contratação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Rio do Campo e dos alunos de ensino da rede Estadual.
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Assinatura : 27/12/2017

ADITIVO Nº 04 - CONTRATO 19/2017

Publicação Nº 1474661

Contrato Nº : 19/2017
Aditivo Nº : 04/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO
Contratada : CHITZ GARLINI TERRAPLANAGEM ENGENHARIA E CONST. L
Licitação : Pregão Presencial 07/2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM A DISPOSIÇÃO DE MOTO-RISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM VEICULO DE ACORDO COM AS NORMAS REGULADORAS APLICÁVEIS NO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO.
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Assinatura : 27/12/2017

ADITIVO Nº 06 - CONTRATO 93/2014

Publicação Nº 1474652

Contrato Nº : 93/2014
Aditivo Nº : 06/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO
Contratada : JOAO ISRAEL
Licitação : Pregão Presencial 15/2014
Objeto : O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EFETUAR OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018

Assinatura : 27/12/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO - GASOLINA E ÓLEO S-10

Publicação Nº 1468583

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Presencial nº 47/2017

Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de óleo diesel comum, gasolina comum e óleo S-10 aditivado, que será utilizado nos veículos da frota municipal durante o exercício de 2018. Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO.

Fornecedor: AUTO POSTO FONTANIVE

Preços Registrados: Item 1: R\$ 4,595; Item 3: R\$ 3,88.

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 02/02/2018.

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net

Rio do Campo, 21 de dezembro de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 8

Publicação Nº 1469239

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 8

Pregão Presencial nº 47/2017

Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de óleo diesel comum, gasolina comum e óleo S-10 aditivado, que será utilizado nos veículos da frota municipal durante o exercício de 2018. Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO.

Fornecedor: AUTO POSTO FONTANIVE

Preços Registrados: Item 1: R\$ 4,595; Item 3: R\$ 3,88.

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 02/02/2018.

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net

Rio do Campo, 21 de dezembro de 2017.

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 6830, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1477937

DECRETO Nº 6830, de 02 de Janeiro de 2018.

"FIXA AS DATAS PARA PAGAMENTO DO IPTU, ISSQN, TVCNM, TVS, TPD, TCL E COSIP, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI, do art. 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º-	O pagamento do Imposto Predial e do Imposto Territorial Urbano no exercício de 2018, deverá ser efetuado em cota única ou em parcelas, limitadas a 06 parcelas.
	§ 1º- Fixa-se o dia 22/03/2018, como a data de vencimento da primeira cota única para pagamento total do imposto com desconto de até 20% (vinte por cento) do Imposto Predial e Imposto Territorial Urbano, conforme o disposto no artigo 213, da Lei Complementar nº 110/2003 e alterações posteriores.
	§ 2º- Fixa-se o dia 19/04/2018, como a data de vencimento da segunda cota única para pagamento total do imposto com desconto de até 10% (dez por cento) do Imposto Predial e Imposto Territorial Urbano, conforme o disposto no artigo 213, da Lei Complementar nº 110/2003 e alterações posteriores.
	§ 3º- Fixa-se o dia 19/04/2018 para pagamento da primeira parcela do Imposto Predial e Imposto Territorial Urbano, parcelas estas que não poderão ser inferiores aos valores definidos para os parcelamentos em geral previstos na Legislação Tributária Municipal e terão as seguintes datas de vencimento:

Parcela	Vencimento
1ª Cota Única	22/03/2018
2ª Cota Única e 1ª – Parcela	19/04/2018
2ª – Parcela	17/05/2018
3ª – Parcela	21/06/2018
4ª – Parcela	19/07/2018
5ª – Parcela	23/08/2018
6ª – Parcela	20/09/2018

Art. 2º-	O pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, previsto no artigo 290, da Lei Complementar nº 110/2003, deverá ser efetuado nos prazos abaixo especificados:
	§ 1º- ISSQN FIXO - Profissionais Liberais e Sociedades Uniprofissionais previstos no artigo 272, II, da Lei Complementar nº110/2003:

Parcela	Vencimento
01	31/01/2018
02	28/02/2018
03	31/03/2018
04	30/04/2018
05	31/05/2018
06	30/06/2018
07	31/07/2018
08	31/08/2018
09	30/09/2018
10	31/10/2018
11	30/11/2018

12	28/12/2018
----	------------

	§ 2º- ISSQN FIXO - Autônomos de Nível Técnico:
--	--

Parcela	Vencimento
01	28/02/2018
02	30/04/2018
03	30/06/2018
04	31/08/2018
05	31/10/2018
06	28/12/2018

	§ 3º- ISSQN FIXO - Autônomos em Geral:
--	--

Parcela	Vencimento
01	28/02/2018
02	31/05/2018
03	31/08/2018
04	30/11/2018

	§ 4º- ISSQN VARIÁVEL – Deverá ser pago mensalmente até o dia 25 (vinte e cinco) ou o primeiro dia útil seguinte do mês seguinte àquele em que ocorrer o fato gerador ou for efetuada a retenção na fonte pagadora.
	§ 5º- ISSQN VARIÁVEL de escritórios contábeis e demais optantes pelo Simples Nacional - Pagamento mensal até o dia 20 (vinte) ou o primeiro dia útil seguinte, do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, conforme artigos 33 e 34, da Resolução CGSN nº 94, de 01 de dezembro de 2011.

Art. 3º-	O pagamento da Taxa de Verificação do Cumprimento de Normas Municipais - TVCNM, previsto no artigo 356, da Lei Complementar nº 110/2003, deverá ser efetuado no prazo abaixo especificado:
----------	--

Parcela	Vencimento
Cota Única	31/01/2018

Parágrafo Único – Ficam dispensados do pagamento da referida Taxa, os contribuintes que protocolarem solicitação de baixa de atividades até o dia 12 de janeiro de 2018.

Art. 4º-	O pagamento da Taxa de Vigilância Sanitária - TVS, previsto no artigo 364, da Lei Complementar nº 110/2003, deverá ser efetuado no prazo abaixo especificado:
----------	---

Parcela	Vencimento
Cota Única	31/05/2018

Parágrafo Único – Ficam dispensados do pagamento da referida Taxa, os contribuintes que protocolarem solicitação de baixa de atividades até o dia 12 de janeiro de 2018.

Art. 5º-	O pagamento da Taxa de Proteção aos Desastres – TPD, conforme previsto no artigo 368-A, III, da Lei Complementar nº 110/2003, no exercício de 2018, deverá ser efetuado nos prazos abaixo identificados:
	§ 1º- Fixa-se o dia 22/03/2018, como a data de vencimento da primeira cota única para pagamento total da taxa com desconto de até 20% (vinte por cento).
	§ 2º- Fixa-se o dia 19/04/2018, como a data de vencimento da segunda cota única para pagamento total da taxa com desconto de até 10% (dez por cento).

	§ 3º- Aos contribuintes que optarem pelo pagamento parcelado do Imposto Predial e Territorial Urbano, fixa-se o vencimento da Taxa de Proteção aos Desastres junto com a primeira parcela do imposto, prevista no Art. 1º, § 3º, deste Decreto.
Art. 6º-	O pagamento da Taxa de Serviço Urbano de Coleta de Lixo – TCL, previsto no artigo 377, da Lei Complementar nº 110/2003, deverá ser efetuado nos prazos abaixo especificados:

Parcela	Vencimento
1ª Cota Única	22/03/2018
2ª Cota Única e 1ª – Parcela	19/04/2018
2ª – Parcela	17/05/2018
3ª – Parcela	21/06/2018
4ª – Parcela	19/07/2018
5ª – Parcela	23/08/2018
6ª – Parcela	20/09/2018

Art. 7º-	O pagamento da Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP) será mensal, através de nota fiscal fatura emitida pela concessionária de distribuição de energia elétrica, no vencimento da fatura, conforme dispõe o artigo 382, I, da Lei Complementar nº 110/2003.
	Parágrafo único - O pagamento da Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP) dos imóveis sem benfeitoria ou sem medidores de energia elétrica instalados será feito junto com o carnê de pagamento do IPTU, conforme dispõe o artigo 382, II, da Lei Complementar nº 110/2003.

Art. 8º-	O pagamento dos valores relativos ao Uso do Solo Público deverá ocorrer nas datas previstas nos respectivos contratos de concessão.
----------	---

Art. 9º-	O pagamento dos valores relativos a Concessão do Terminal Rodoviário, deverá ocorrer mensalmente até o dia 15 (quinze) ou primeiro dia útil seguinte, do mês subsequente àquele em que ocorrer o fato gerador.
----------	--

Art. 10-	Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar por escrito, na forma estabelecida na legislação municipal para cada tributo, pedido de revisão ou reclamação fundamentado à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, que procederá a um recálculo, se necessário.
----------	--

Art. 11-	Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
----------	--

Art. 12-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

02 de janeiro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL SEDAF Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1471246

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC

EDITAL SEDAF Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2018

O Secretário Municipal de Administração e Fazenda e o Fiscal de

Tributos do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, tornam público o lançamento dos Impostos, Taxas Municipais e Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, para o exercício de 2018, na forma da Lei Complementar nº 110/2003, sendo:

w Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
w Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
w Taxa de Verificação do Cumprimento de Normas Municipais (TVCNM);
w Taxa de Vigilância Sanitária (TVS);
w Taxa de Serviço Urbano de Coleta de Lixo (TCL);
w Taxa de Proteção aos Desastres (TPD);
w Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP);

1. MODALIDADES DE PAGAMENTO

1.1 – Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), conforme dispõem os artigos 210 e 213, da Lei Complementar nº 110/2003:

Pagamento até o dia 22.03.2018 com descontos variáveis de até 20% (vinte por cento) em primeira cota única, somente para os valores do Imposto Predial e do Imposto Territorial Urbano;

Pagamento até o dia 19.04.2018 com descontos variáveis de até 10% (dez por cento) em segunda cota única, somente para os valores do Imposto Predial e do Imposto Territorial Urbano;

Para pagamentos parcelados, deverá ser observada a seguinte tabela de vencimentos:

Parcela	Vencimento
1ª Cota Única	22/03/2018
2ª Cota Única e 1ª – Parcela	19/04/2018
2ª – Parcela	17/05/2018
3ª – Parcela	21/06/2018
4ª – Parcela	19/07/2018
5ª – Parcela	23/08/2018
6ª – Parcela	20/09/2018

1.2 - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN):

1.2.1 - Tributação Fixa:

1.2.1.1 - Profissionais liberais das áreas de medicina, odontologia, advocacia, engenharia, arquitetura, demais profissionais liberais com Tributação Fixa definida na Tabela II do Anexo II da Lei Complementar 110/2003, Sociedades Uniprofissionais previstas no art. 272, II; conforme dispõe o artigo 290, II, da Lei Complementar 110/2003:

Pagamento parcelado conforme tabela abaixo:

Parcela	Vencimento
01	31/01/2018
02	28/02/2018
03	31/03/2018
04	30/04/2018
05	31/05/2018
06	30/06/2018
07	31/07/2018
08	31/08/2018
09	30/09/2018
10	31/10/2018
11	30/11/2018

Parcela	Vencimento
12	28/12/2018

1.2.1.2 - Escritórios contábeis optantes pelo regime tributário diferenciado Simples Nacional (art. 272-A):

Pagamento mensal até o dia 20 (vinte) ou o primeiro dia útil seguinte, do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, conforme art. 34, da Resolução CGSN nº 94, de 01 de dezembro de 2011.

1.2.1.3 - Autônomos de Nível Técnico, com Tributação Fixa definida na Tabela II, do Anexo II, da Lei Complementar nº 110/2003, conforme dispõe o artigo 290, II, da Lei Complementar nº 110/2003:

Pagamento parcelado conforme tabela abaixo:

Parcela	Vencimento
01	28/02/2018
02	30/04/2018
03	30/06/2018
04	31/08/2018
05	31/10/2018
06	28/12/2018

1.2.1.4 - Autônomos em geral, com Tributação Fixa definida na Tabela II, do Anexo II, da Lei Complementar nº 110/2003, conforme dispõe o artigo 290, II, da Lei Complementar nº 110/2003:

Pagamento parcelado conforme tabela abaixo:

Parcela	Vencimento
01	28/02/2018
02	31/05/2018
03	31/08/2018
04	30/11/2018

1.2.2 - Com tributação variável (Homologado) definida na Tabela I, do Anexo II, da Lei Complementar nº 110/2003, conforme dispõe o artigo 290, I, da Lei Complementar nº 110/2003:

Mensalmente até o dia 25 (vinte e cinco) ou o primeiro dia útil seguinte, do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador ou retenção do imposto na fonte pagadora, conforme dispõe o art. 290, I, da Lei Complementar nº 110/2003.

Mensalmente até o dia 20 (vinte) ou o primeiro dia útil do mês subsequente para os optantes pelo regime tributário diferenciado Simples Nacional, conforme art. 33, da Resolução CGSN nº 94, de 01 de dezembro de 2011.

1.3 - Taxa de Verificação do Cumprimento das Normas Municipais (TVCNM), conforme dispõe o art. 356, da Lei Complementar nº 110/2003:

Parcela	Vencimento
Cota Única	31/01/2018

1.4 - Taxa de Vigilância Sanitária (TVS) conforme dispõem os artigos 359 e 364, da Lei Complementar nº 110/2003:

Parcela	Vencimento
Cota Única	31/05/2018

1.5 - Taxa de Coleta de Lixo (TCL), conforme dispõe o art. 377, da Lei Complementar nº 110/2003:

Parcela	Vencimento
---------	------------

1ª Cota Única	22/03/2018
2ª Cota Única e 1ª – Parcela	19/04/2018
2ª – Parcela	17/05/2018
3ª – Parcela	21/06/2018
4ª – Parcela	19/07/2018
5ª – Parcela	23/08/2018
6ª – Parcela	20/09/2018

1.6 - Taxa de Proteção aos Desastres (TPD), conforme dispõe o art. 368-A, III, da Lei Complementar nº 110/2003:

Pagamento até o dia 22.03.2018 com descontos variáveis de até 20% (vinte por cento) em primeira cota única;

Pagamento até o dia 19.04.2018 com descontos variáveis de até 10% (dez por cento) em segunda cota única;

Para os contribuintes que optarem pelo pagamento parcelado do Imposto Predial e Territorial Urbano, o vencimento da Taxa de Proteção aos Desastres será junto com a primeira parcela do imposto.

1.7 - Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP), conforme dispõem os artigos 379 e 382, da Lei Complementar nº 110/2003:

Pagamento mensal através de nota fiscal fatura emitida pela concessionária de distribuição de energia, conforme o vencimento da fatura, para os imóveis que possuem benfeitoria.

Pagamento nas mesmas datas previstas para o IPTU, para os imóveis sem benfeitoria ou sem medidores de energia elétrica instalados.

2. PENALIDADES:

A falta de pagamento dos tributos até o vencimento estipulado implica incidência de multa e juros de mora sobre o valor do tributo, como segue:

2.1 - Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia até o limite de 20% (vinte por cento);

2.2 - Juros calculados com base na variação da SELIC, devidos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do seu vencimento.

3. NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO:

As guias de recolhimento e/ou carnês dos tributos serão distribuídos da seguinte forma:

3.1 - IPTU, TPD, TCL e COSIP: As Notificações de Lançamento, juntamente com as Guias de pagamento à vista e carnê para pagamento parcelado, serão distribuídos através dos correios, para o imóvel objeto do imposto ou para o endereço previamente indicado para remessa de correspondência;

3.1.1 - IPTU, TPD, TCL e COSIP: Os contribuintes que optarem pela emissão pela web com isenção do Preço Público, receberão pelo endereço eletrônico previamente cadastrado, informações para a emissão da guia de recolhimento a partir de 20/02/2018.

3.2 - TVCNM e TVS: As Notificações de Lançamento, juntamente com as Guias para pagamento à vista, serão distribuídas através dos correios, para o endereço indicado por ocasião do cadastro fiscal ou diretamente para os escritórios contábeis responsáveis pela escrita fiscal, previamente cadastrados.

3.3 - ISSQN com Tributação Fixa: As Notificações de Lançamento, juntamente com o carnê para pagamento parcelado, serão

distribuídas através dos correios, para o endereço indicado por ocasião do cadastro fiscal ou diretamente para os escritórios contábeis responsáveis pela escrita fiscal, previamente cadastrados.

3.4 - O ISSQN lançado por homologação (tributação variável) deverá ter sua base de cálculo informada através do uso de sistema informatizado, disponibilizado para este fim pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda. As guias de recolhimento do Imposto deverão ser impressas pelo próprio contribuinte ou pelo responsável por sua escrituração contábil e fiscal, após informada a base de cálculo, de acordo com cada atividade da empresa.

4. HORÁRIO DE ATENDIMENTO:

A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda atende junto ao Centro Administrativo Municipal Prefeito Helmuth Baumgarten, com sede na Praça 25 de julho, 01 – Centro – Rio do Sul – SC, no seguinte horário a partir de 08/01/2018: das 07h30min as 11h30min e 13h00min as 17h00min.

5. ESCLARECIMENTOS FINAIS:

5.1 - IPTU

Os Contribuintes que, por qualquer motivo, não tiverem recebido seu carnê do IPTU até o dia 08/03/2018, deverão solicitar segunda via, junto ao site <https://riodosul.atende.net/#!/tipo/servico/valor/49/padrao/1> ou na Central de Atendimento do IPTU, sito o Salão da Capela do Divino Espírito Santo, à Rua José Bonifácio – Canoas – Rio do Sul – SC.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, até a data de vencimento da primeira parcela ou da segunda cota única do IPTU (19/04/2018), pedido de revisão fundamentado à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para reavaliação (conforme arts. 211 e 212, da Lei Complementar nº 110/2003).

5.2 - ISSQN FIXO

Os contribuintes que, por qualquer motivo, não tiverem recebido seu carnê do ISSQN FIXO até o dia 23/01/2018, deverão solicitar segunda via a partir do dia 24/01/2018, junto à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sita a Praça 25 de julho, 01 - Centro - Rio do Sul - SC, andar térreo.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar reclamação, por escrito, à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na forma e prazo previsto no artigo 175, da Lei Complementar nº 110/2003.

5.3 - TVCNM e TVS

Os contribuintes que, por qualquer motivo, não tiverem recebido seu carnê da TVCNM e TVS até o dia 23/01/2018, deverão solicitar segunda via a partir do dia 24/01/2018, junto à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sita a Praça 25 de Julho, 01 - Centro - Rio do Sul - SC, andar térreo.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar reclamação, por escrito, à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na forma e prazo previsto no artigo 175, da Lei Complementar nº 110/2003.

5.4 - LOCAIS DE PAGAMENTO

Os pagamentos relativos ao IPTU, TPD, TCL, COSIP, ISSQN, TVS e TVCNM, deverão ser efetuados em qualquer agência bancária ou correspondente bancário, até a data do vencimento.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Fiscal de Tributos

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.924/2018

Publicação N° 1477946

DECRETO N° 3.924/2018	
	DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto DESIGNADA, a Servidora Municipal, senhora EDINÉIA PAULA MENEGHINI MICHELS, ocupante do cargo de Técnico Administrativo I, como GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de acordo com a Lei Municipal nº 1.873/2009 de 18 de novembro de 2009, em substituição ao senhor CLAUDIO ELIAS SCHENKEL, quando o mesmo estiver ausente em gozo de férias no período de 03/01/2018 à 02/02/2018.

Art. 2º A função acima citada será desempenhada sem remuneração.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 02 de janeiro de 2018.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Adriane T. Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N° 165/2017

Publicação N° 1477327

DECRETO Nº165/2017 – DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.584/2016 de 05/09/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 13.200,00 (Treze Mil e Duzentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.042 – MANUT. DAS ATIV. DOS SERVIÇOS URBANOS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 13.200,00

Fonte: 1100.00000

RED: 107

Art. 2º. Ficam reduzidos o mesmo valor da Anulação da Seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.042 – MANUT. DAS ATIV. DOS SERVIÇOS URBANOS

Modalidade de Aplicação: 3171.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 3.200,00

Fonte: 1100.00000

RED: 102

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.042 – MANUT. DAS ATIV. DOS SERVIÇOS URBANOS

Modalidade de Aplicação: 3372.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 106

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 27 de Dezembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

PORTARIA N.º 105, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477743

PORTARIA N.º 105, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO PARA APURAR IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONVENIO Nº 887/2008, SIAF/SICONV Nº 631578/2008 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DO TURISMO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Sr. NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, no uso de competência delegada, conforme preceitua a Artigo 52, da Lei Orgânica Municipal, c/c o Art. 115, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. LUIZ SANTOS GONZAGA matrícula nº 50, ocupante do Cargo Permanente de Engenheiro Civil, ROSANE FERREIRA EMERIM, matrícula nº 04, ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo II, e CÉLIA CAETANA PAULO DE BORBA ROXO, matrícula nº 165, ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo II, para sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Processante encarregada de apurar as irregularidades na Prestação de Contas do Convenio nº 887/2008, SIAF/SICONV nº 631578/2008, firmado com o Ministério de Turismo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de dezembro de 2017.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e afixada no Mural Público desta Prefeitura Municipal, aos dezoito dias do mês de dezembro de 2017.

WILFRIED HEMMER

Secretário Municipal da Administração e Finanças

Art. 2º - Convoque-se a comissão processante nomeada pela Portaria nº 105, de 18/12/2017, para a instalação de procedimento e comissão dos trabalhos, autue-se os documentos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de dezembro de 2017.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e afixada no Mural Público desta Prefeitura Municipal, aos dezoito dias do mês de dezembro de 2017.

WILFRIED HEMMER

Secretário Municipal da Administração e Finanças

PORTARIA N.º 106, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477742

PORTARIA N.º 106, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Sr. Nelson Cardoso de Oliveira, usando da competência que lhe compete o artigo 52, da Lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul e alterações posteriores,

Considerando a inscrição do município no CAUC – Serviço Auxiliar de Informação para Transferências Voluntária devido à irregularidade na execução financeira do Convênio nº 887/2008, SIAF/SICONV nº 631578/2008, firmado com o Ministério do Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a abertura de Processo Administrativo, para que se apurem as irregularidades na Prestação de Contas do Convênio já mencionado acima.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 302/2017

Publicação Nº 1477177

DECRETO Nº 302/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada a servidora Juceneia Natalia Viegas, matrícula 5312/02, do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 29 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 303/2017

Publicação Nº 1477259

DECRETO Nº 303/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de Janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica exonerado do cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: NELSON GOETZ

CARGO: COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO

NÍVEL: CC-05

CODIGO: 1044

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 29 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 06/2017

Publicação Nº 1477260

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 22/2017

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 06/2017

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de contabilidade/SAPO, tesouraria e compras, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

NOME DO CREDOR: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ/CPF: 00.456.865/0001-67

ENDEREÇO: R João Pessoa, 134, 10º. Andar, Criciúma

VALOR: R\$ 4.248,00 (quatro mil duzentos e quarenta e oito reais)

Santa Terezinha do Progresso, 02/01/2018

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 181/2017

Publicação Nº 1477180

PORTARIA Nº 181/2017

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida férias a servidora pública municipal, Senhora Juliana Dal Mago, matrícula 10936/01 lotada na Secretaria de Assistência Social, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga. Período aquisitivo de 07/03/2016 a 06/03/2017, período de gozo de férias de 28/12/2017 a 16/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 27 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PORTARIA Nº. 182/2017

Publicação Nº 1477183

PORTARIA Nº 182/2017

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedida férias a servidor público municipal, Senhor Idelir Sebastião Secchi, matrícula 841/01 lotado na Secretaria de Agricultura, ocupante do cargo efetivo de Operador de Escavadeira Hidráulica. Período aquisitivo de 01/04/2016 a 31/03/2017, período de gozo de férias de 28/12/2017 a 26/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 27 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº375/2017 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477893

DECRETO Nº375/2017 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 98,40 (Noventa e oito reais e quarenta centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade
Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária
Atividade: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária
Natureza de Despesa: 3.3.90.00–D.R. 0.3.38 – Aplicações Diretas
.....R\$ 98,40

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/ União – MAC, disponíveis na Conta Corrente Nº.15.515-2 Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2017.
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº376/2017 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477894

DECRETO Nº376/2017 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 353,84 (Trezentos e cinquenta e tres reais e oitenta e quatro centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade
Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária
Atividade: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária
Natureza de Despesa: 3.3.90.00–D.R. 0.3.67 – Aplicações Diretas
.....R\$ 353,84

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.67 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado – MAC, disponíveis na Conta Corrente Nº.29.129-3 Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2017.
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

São Bento do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 235/2017

Publicação Nº 1471207

EXTRATO DO CONTRATO Nº 235/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. CARINA ANDRESSA DE OLIVEIRA.

DO OBJETO: Locação de imóvel descrito abaixo, para abrigar o Departamento de Proteção ao Consumidor – PROCON, de acordo com a Dispensa de Licitação nº 235/2017 de 14 de dezembro de 2017.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: Uma sala comercial em alvenaria, localizada na Rua João Kiem, nº 36, Bairro Centro de São Bento do Sul – SC, com área de 210,00 m², situada na Zona Comercial 1 (ZC-1), localizada no pavimento térreo do prédio edificado sobre o terreno de 236,40 m², com 18,00 m de frente, em bom estado de conservação, contendo 02 BWC's, piso cerâmico e esquadrias de alumínio com vidro blindado. O prédio está localizado numa rua sem saída e não possui vagas de garagem. Inscrição Imobiliária sob o nº 01.01.028.0559.001.001, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob matrícula nº 07.686, no livro nº 2.

DO VALOR: R\$ 41.400,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 01.01.2018.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2017.

ASS: ADELINO DENK, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município.

CARINA ANDRESSA DE OLIVEIRA, como Locadora.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 218/2017

Publicação Nº 1471206

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 218/2017

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 150/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 22 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 61/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 150/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Papanduva, Bairro Cruzeiro, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 791370/2013/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº SR.2626.1009071-48/2013;

Considerando que no decorrer dos serviços de implantação da galeria de águas pluviais foi identificada pela CONTRATADA e pela fiscalização do Município a existência de solos moles entre as estacas 0+11,30m e 10 e entre as estacas 31+15m e 36+11,62m;

Considerando que o projeto original previa a escavação e retirada do revestimento primário, surgiram dúvidas quanto à solução adotada inicialmente no que se referia ao tipo de material especificado e ao dimensionamento das camadas, sendo então realizada a revisão do projeto inicial pela AMUNESC – Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina conforme justificativa em anexo ao Termo Aditivo; Diante das alterações necessárias para a continuidade da pavimentação, se faz necessário suprimir e aditar o referido contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica suprimido do referido contrato o valor total de R\$ 132.178,60 (cento e trinta e dois mil, cento e setenta e oito reais e sessenta centavos) referente aos itens abaixo:

SINAPI	ITENS LICITADOS	SERVIÇOS LICITADOS	SUPRESSÃO	
			QUANT.	(R\$)
	2	TERRAPLENAGEM		
(*) SINAPI - 74205/1	2.1	Escavação mecânica de material 1ª categoria, proveniente de corte de subleito, espessura diferente em cada trecho, conforme memorial de calculo.	488,89	R\$ 1.295,56
(**) DNIT/SC - 2 S 01 100 33	2.2	Transporte e espalhamento de material para B.F., DMT até 10,0 km	488,89	R\$ 4.888,90
TOTAL DO ITEM				R\$ 6.184,46
	3	PAVIMENTAÇÃO		
(*) SINAPI - 72961	3.1	Regularização e compactação de subleito	1.048,70	R\$ 1.520,62
(**) DNIT/SC - 2 S 01 511 00 / (*) SINAPI - 6081	3.2	Reforço de subleito com material 2ª cat., e=15 cm, DMT 10 km, inclusive ensaios tecnológicos	157,31	R\$ 3.932,75

(*) SINAPI - 73817/2	3.3*	Embasamento de material granular - macadame seco, e= 20 cm, inclusive ensaios tecnológicos	209,73	R\$ 20.973,00
(*) SINAPI - 73710	3.4*	Base para pavimentação com brita graduada com compactação, e=15 cm, inclusive ensaios tecnológicos	296,41	R\$ 37.644,07
72888	3.10*	Carga, Transportes e descarga, de brita graduada, com caminhão basculante		R\$ -
(*) SINAPI - 72945	3.5	Imprimação de base de pavimentação com emulsão CM-30,, inclusive ensaios tecnológicos	942,40	R\$ 3.769,60
(*) SINAPI - 72943	3.6	Pintura de ligação com emulsão RR-2C, inclusive ensaios tecnológicos	942,40	R\$ 1.460,72
(*) SINAPI - 72962(****)	3.7	Fabricação de CBUQ, Faixa "C", e=5 cm, inclusive ensaios tecnológicos (BDI = 18,18%)	116,59	R\$ 24.483,90
(*) SINAPI - 72965-72962(****)	3.8	Aplicação de CBUQ, Faixa "C", e=5 cm, inclusive transportes e ensaios tecnológicos (BDI = 18,18%)	116,59	R\$ 1.165,90
TOTAL DO ITEM				R\$ 94.950,56
	4	DRENAGEM		
(*) SINAPI - 73599	4.1	Escavação mec. de valas em qualquer tipo de solo, 0,00 a 4,00 m	0,00	R\$ -
(*) SINAPI - 74164/4	4.2	Lastro de Brita	0,00	R\$ -
(*) SINAPI - 73724 e 7761	4.3	Fornecimento e assentamento de tubo concreto armado classe - PA2 PB NBR-8890/2007 de Ø 40 cm	0,00	R\$ -
(*) SINAPI - 73722 e 7762	4.4	Fornecimento e assentamento de tubo concreto armado classe - PA2 PB NBR-8890/2007 de Ø 60 cm	0,00	R\$ -
(*) SINAPI - 73720 e 7763	4.5	Fornecimento e assentamento de tubo concreto armado classe - PA2 PB NBR-8890/2007 de Ø 80 cm	0,00	R\$ -
(*) SINAPI - 73719 e 7766	4.6	Fornecimento e assentamento de tubo concreto armado classe - PA2 PB NBR-8890/2007 de Ø 120 cm (CA II) Duplo	8,00	R\$ 3.480,00
(*) SINAPI - 72920	4.7	Reaterro de vala com material granular reaproveitado adensado e vibrado	0,00	R\$ -
(**) DNIT/SC - 2 S 04 960 01 - Cotação	4.8	Caixa coletora tipo 1 (BSL 01)	1,00	R\$ 445,99
(**) DNIT/SC - 2 S 04 101 52	4.9	Bueiro Simples Tubular Ø 80 cm	0,00	R\$ -
(**) DNIT/SC - 2 S 04 111 02	4.10	Bueiro duplo tubular de concreto	2,00	R\$ 6.864,42
TOTAL DO ITEM				R\$ 10.790,41
	5	OBRAS COMPLEMENTARES		
(*) SINAPI - 72920	5.1	Reaterro de passeio com material granular reaproveitado adensado e vibrado	163,73	R\$ 2.816,16
(*) SINAPI - 74164/004	5.2	Base para pavimentação com brita graduada com compactação, e=5 cm	20,47	R\$ 2.475,64
(*) SINAPI - 74138/002	5.3	Concreto usinado bombeado Fck=15Mpa, inclusive lançamento e adensamento, e=5 cm	20,47	R\$ 4.826,83
Composição	5.4	Sinalização tátil direcional 40 x 40 x 6 cm Fck=35 Mpa	8,40	R\$ 588,50
Composição	5.5	Sinalização tátil de alerta 40 x 40 x 6 cm Fck=35 Mpa	8,40	R\$ 588,50
(*) SINAPI - 73789/2	5.6	Meio fio de concreto moldado no local com extrusora, usinado 15 Mpa, 30 x 15 cm	205,50	R\$ 5.538,23
TOTAL DO ITEM				R\$ 16.833,86
	7	SINALIZAÇÃO		
(*) SINAPI - 72947	7.1	Pintura faixa de travessia de pedestres zebrada e dizeres - FTP-1 cor branca - durabilidade mínima - 2 anos	27,52	R\$ 495,36
(*) SINAPI - 72947	7.2	Pintura da linha de bordo - LBO cor branca - durabilidade mínima - 2 anos	23,07	R\$ 415,26
(*) SINAPI - 72947	7.3	Pintura da linha simples contínua - LFO- 1 cor amarela - durabilidade mínima - 2 anos	12,31	R\$ 221,58

(**) DNIT/SC - 4 S 06 200 02	7.4	Placa regulamentadora R-19, R-6a e R-6b - Totalmente Refletiva	0,75	R\$ 299,69
(**) DNIT/SC - 4 S 06 200 02	7.5	Placa de regulamentação R-1- (Parada obrigatória) - Totalmente Refletiva	0,50	R\$ 199,80
(**) DNIT/SC - 4 S 06 200 02	7.6	Placa de advertência - A-32b, A-33a e A-33b - Totalmente Refletiva	0,00	R\$ -
(*) SINAPI - 73916/2	7.8	Placa esmaltada para identificação de rua, dimensões 40x20cm	5,00	R\$ 1.248,40
(*) SINAPI - 7696	7.9	Tubo de aço galvanizado c/ costura DIN 2440/NBR 5580 classe media DN 2" (50mm) e=3,25mm - 3,14kg/m (L=3,00 m e Ø 2")	10,00	R\$ 539,20
	9	Arredondamento		
TOTAL DO ITEM				R\$ 3.419,29
TOTAL				R\$ 132.178,60

Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 104.238,67 (cento e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e sete centavos), referente aos itens abaixo para pagamentos conforme contrato original.

SINAPI	ITENS LICITADOS	SERVIÇOS LICITADOS	ACRÉSCIMO	
			QUANT.	(R\$)
	8	Dreno de Pavimento - Sub-superficial		
73816/001	8.1	Execução de dreno com tubos de pvc corrugado flexível perfurado - Ø 100mm - considerando escavação, compactação, fornecimento e instalação de material e brita 02	349,85	R\$ 12.482,65
4012	8.2	Manta de Geotextil não tecido com resistência a tração de 7KN/M, com permeabilidade normal de 0,4m/s- transpasse de 20cm	489,79	R\$ 4.393,42
TOTAL DO ITEM				R\$ 16.876,06
	2	TERRAPLENAGEM		
(*) SINAPI - 74205/1	2.1	Escavação mecânica de material 1ª categoria, proveniente de corte de subleito, espessura diferente em cada trecho, conforme memorial de calculo.	364,87	R\$ 966,91
(**) DNIT/SC - 2 S 01 100 33	2.2	Transporte e espalhamento de material para B.F., DMT até 10,0 km	510,82	R\$ 5.108,20
TOTAL DO ITEM				R\$ 6.075,11
	3	PAVIMENTAÇÃO		
(*) SINAPI - 72961	3.1	Regularização e compactação de subleito	1.614,43	R\$ 2.340,92
(**) DNIT/SC - 2 S 01 511 00 / (*) SINAPI - 6081	3.2	Reforço de subleito com material 2ª cat., e=15 cm, DMT 10 km, inclusive ensaios tecnológicos	0,00	R\$ -
(*) SINAPI - 73817/2	3.3*	Embasamento de material granular - macadame seco, e= 20 cm, inclusive ensaios tecnológicos	343,88	R\$ 34.388,00
(*) SINAPI - 73710	3.4*	Base para pavimentação com brita graduada com compactação, e=15 cm, inclusive ensaios tecnológicos	343,88	R\$ 43.672,76
72888	3.10*	Carga, Transportes e descarga, de brita graduada, com caminhão basculante	962,86	R\$ 885,83
(*) SINAPI - 72945	3.5	Imprimação de base de pavimentação com emulsão CM-30,, inclusive ensaios tecnológicos	0,00	R\$ -
(*) SINAPI - 72943	3.6	Pintura de ligação com emulsão RR-2C, inclusive ensaios tecnológicos	0,00	R\$ -
(*) SINAPI - 72962(****)	3.7	Fabricação de CBUQ, Faixa "C", e=5 cm, inclusive ensaios tecnológicos (BDI = 18,18%)	0,00	R\$ -

(*) SINAPI - 72965-72962(****)	3.8	Aplicação de CBUQ, Faixa "C", e=5 cm, inclusive transportes e ensaios tecnológicos (BDI = 18,18%)	0,00	R\$ -
TOTAL DO ITEM				R\$ 81.287,51
TOTAL				R\$ 104.238,67

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo firmado em 22 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 334/2015 de 11 de dezembro de 2015, Termo Aditivo nº 063/2016 de 24 de março de 2016, Termo Aditivo nº 155/2016 de 25 de julho de 2016, Termo Aditivo nº 259/2016 de 25 de novembro de 2016, Termo Aditivo nº 070/2017 de 24 de março de 2017, Termo Aditivo nº 119/2017 de 23 de junho de 2017 e Termo Aditivo nº 194/2017 de 30 de outubro de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2017.

Ass: LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO CTB N° 92/2017

Publicação N° 1477866

Decreto CTB N° 92/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superavit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01.12.365.0002.2.008-4.4.90.00.00.00.00.739 - Aplicações Diretas R\$ 1.900,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de dezembro de 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 001/2018 - ADM

Publicação Nº 1477233

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2018 - ADM

Processo ADM. nº 001/2018 - ADM
Pregão Presencial nº 001/2018 - ADM
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR QUE SERÁ OFERTADA AOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SC - PRIMEIRA PARCELA.
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 09:30 horas até as 10:00 horas – dia 12 de janeiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 10:30 horas – dia 12 de Janeiro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS/SC, 02 de janeiro de 2017.
RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

DECRETO 162/2017

Publicação Nº 1477186

DECRETO Nº 162/2017 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.**DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo Código Tributário Municipal, Lei Complementar n. 005/2010, de 29 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o “Calendário Fiscal” para o exercício de 2018, definindo tributos, sua data de vencimento e parcelas para recolhimento, na forma do Anexo Único do presente.

Art. 2º - Após o prazo fixado no Calendário Fiscal para o exercício de 2018, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas na Lei Complementar 005/2010, de 29 de novembro de 2010, bem como à inscrição em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

Art. 3º - Para a inscrição em Dívida Ativa dos tributos do exercício de 2018, considera-se como vencimento o dia 21 de dezembro de 2018, dia do encerramento do exercício financeiro de 2018. A partir do dia 22 de dezembro de 2018, todos os tributos não pagos serão devidamente transferidos e inscritos em dívida ativa.

Parágrafo único. A transferência e inscrição em dívida ativa das receitas tributárias referentes ao Imposto Predial Territorial Urbano, Contribuição de Melhoria, Taxa de Segurança Contra Sinistros, Taxa de Coleta de Lixo e Outras Taxas pela Prestação de Serviço, bem como da receita não tributária referente a Serviços de Máquinas e Taxa de Abastecimento de Água, será realizada de forma agrupada, considerando a primeira parcela aberta e, para o caso de parcelamento será considerada a data do vencimento do lançamento original.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 28 de Dezembro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ANEXO UNICO DO DECRETO Nº/2017

ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

COTA ÚNICA	1º PARC.	2º PARC.	3º PARC.	4º PARC.	5º PARC.	6º PARC.	7º PARC.	8º PARC.	9º PARC.	10º PARC.	11º PARC.
-----	20/02/2018	20/03/2018	20/04/2018	20/05/2018	20/06/2018	20/07/2018	20/08/2018	20/09/2018	20/10/2018	20/11/2018	20/12/201

TLL – TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA

COTA ÚNICA
30/03/2018

IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

COTA ÚNICA	1º PARC.	2º PARC.	3º PARC.	4º PARC.	5º PARC.
15/05/2018	15/05/2018	15/06/2018	15/07/2018	15/08/2018	15/09/2018

OBS – Datas de vencimento que coincidirem com finais de semana e/ou feriados municipais ou nacionais, o pagamento poderá ser efetuado no 1º dia útil subsequente, sem acréscimos legais ou encargos.

São Carlos/SC, em 28 de Dezembro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

DECRETO 163/2017

Publicação Nº 1477188

DECRETO Nº 163/2017 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS VENCIDOS E/OU INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA ATÉ 31/12/2017 (INCLUSIVE), DA UFRM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial pelo Código Tributário Municipal, Lei Complementar n. 005/2010, de 29 de novembro de 2010,

“DECRETA”

Art. 1º - Corrige-se em 1,9400% a UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, inclusive a base de cálculo de todos os tributos municipais vencidos e dos inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo Primeiro. A UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, com a correção prevista neste artigo, passa a valer R\$ 15,33.

Art. 2º – A atualização da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal está prevista no artigo 24 da Lei Complementar n. 005/2010 de 29 de novembro de 2010 – Código Tributário Municipal, tendo como base o acumulado do INPC de novembro de 2016 a novembro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 28 de dezembro de 2018.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO 164/2017

Publicação Nº 1477523

DECRETO Nº 164/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerada, por motivo de aposentadoria, a senhora LUCIA SCHABARUM DICK, do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária total de 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 030/2010 de 12 de abril de 2010.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2017.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 28 de dezembro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

DECRETO 165/2017

Publicação Nº 1477524

DECRETO Nº 165/2017, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1º - Fica exonerada, por motivo de aposentadoria, a senhora ROSA MERGEN do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária total de 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 131/1990 de 13 de agosto de 1990.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de dezembro de 2017.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 28 de dezembro de 2017.
RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

EXTRATO CONTRATUAL 61/2017 - ADM

Publicação Nº 1477190

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	108/2017 - ADM
Cont. Adm. Nº	61/2017 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	EBC CONSTRUTORA LTDA - EPP
Objeto :	CONSTRUÇÃO DE CRECHE CONFORME PROJETO TIPO 2 – PADRÃO FNDE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PROINFÂNCIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.
Valor :	R\$ 861.801,90 (oitocentos e sessenta e um mil oitocentos e um reais e noventa centavos).
Vigência :	31/12/2018
Licitação :	Concôrrência p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2017 - ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: ORÇAMENTO ANUAL 2017
SÃO CARLOS/SC, 29 de dezembro de 2017	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13-2017 - ADM

Publicação Nº 1477573

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Ata de Registro de Preços Nº.:	13/2017 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	ILANIA INES WILLINGHOEFER TRANSPORTES E COMÉRCIO EIRELI - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE DE SERVIÇOS PARA REPAROS, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SC – SERVIÇOS DE JARDINAGEM – ITEM 06
Vigência: :	02/05/2018
PROCESSO	33/2017 – ADM - PREGÃO PRESENCIAL
Valor Aditado:	R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
SAO CARLOS, 15 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13-2017 - ADM

Publicação Nº 1477575

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Ata de Registro de Preços Nº.:	13/2017 – 2º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICIPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	JOELMIR JOSÉ MAHL 04216013961
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REPAROS, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS-SC – SERVIÇOS DE ELETRECISTA EM GERAL – ITEM 07
Vigência:	02/05/2018
PROCESSO	33/2017 – ADM - PREGÃO PRESENCIAL
Valor Aditado:	R\$ 1.145,00 (mil cento e quarenta e cinco reais)
SAO CARLOS, 15 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14-2017 - ADM

Publicação Nº 1477577

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Ata de Registro de Preços Nº.:	14/2017 – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICIPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	M&P TERRAPLENAGEM LTDA - ME
Objeto :	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS COM CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE, COM CAÇAMBA MÍNIMA DE 12M², ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 10 (DEZ) ANOS. O PROPONENTE SERÁ O RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DAS E DESPESAS, COMBUSTÍVEL, TRANSPORTE E OPERADOR. (COM DISPONIBILIDADE DE 02 CAMINHÕES).
Vigência:	18/05/2018
PROCESSO	38/2017 – ADM - PREGÃO PRESENCIAL
Valor Aditado:	R\$ 28.750,00 (vinte e oito mil setecentos e cinquenta reais)
SAO CARLOS, 20 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 142017 - ADM

Publicação Nº 1477579

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Ata de Registro de Preços Nº.:	14/2017 – 2º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICIPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	R & D PHILIPPSEN TRANSPORTES LTDA ME

Objeto :	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS COM RETROESCAVADEIRA, TRAÇÃO 4X4, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS. O PROPONENTE SERÁ O RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DAS E DESPESAS, COMBUSTÍVEL, TRANSPORTE E OPERADOR. (COM DISPONIBILIDADE DE 01 MÁQUINA).
Vigência:	18/05/2018
PROCESSO	38/2017 – ADM - PREGÃO PRESENCIAL
Valor Aditado:	R\$ 17.850,00 (dezesete mil oitocentos e cinquenta reais)
SAO CARLOS, 20 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 01-2017 - FMS

Publicação Nº 1477547

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	001/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	JONATHAN CAON DE SOUZA AMBULATÓRIO E CONSULTÓRIO LTDA - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE (CIRURGIÃO GERAL)
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 02/2016 - ADM

Publicação Nº 1477608

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	002/2016 - ADM – 2º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL- CIGA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO NO PERÍMETRO URBANO.
Valor:	R\$ 9.285,00 (nove mil duzentos e oitenta e cinco reais)
Processo:	002/2016 - ADM
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 02/2017 - ADM

Publicação Nº 1477590

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	002/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	FAEE – SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMA LTDA
Objeto :	LOCAÇÃO DE SISTEMA INFORMÁTICA DE CONTROLE INTERNO SOB O REGIME DE EXECUÇÃO DIRETA.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 03-2017 - FMS

Publicação Nº 1477555

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	003/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CLÍNICA MÉDICA Q&L - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE – CLINICO GERAL
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 04-2017 - ADM

Publicação Nº 1477589

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	004/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	INFO DIGITALL – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO
Objeto :	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFOMÁTICA GEDOC (GERENCIADOR ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS).
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 05-2017 - FMS

Publicação Nº 1477543

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	05/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CLÍNICA MÉDICA SPIES MD LTDA - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE – OTORRINOLARINGOLOGISTA
Vigência:	
31/12/2018	
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 07-2017 - FMS

Publicação Nº 1477540

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	007/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER A CESSÃO DE LICENÇA DE USO NÃO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE (G-MUS).
Vigência:	
31/12/2018	
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 11-2017 - ADM

Publicação Nº 1477605

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	011/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO.
Vigência:	
31/12/2018	
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 11-2017 - FMS

Publicação Nº 1477554

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	011/2017 – 2º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CLÍNICA MÉDICA HERMES LTDA - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL NA AREA DA SAUDE - AUDITOR DE AIHS.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 12-2017 - ADM

Publicação Nº 1477595

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	012/2014 - ADM – 4º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	FABIO DA ROSA CASTANHO & CIA LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS.
Licitação:	15/2014 - ADM
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 12-2017 - FMS

Publicação Nº 1477551

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	012/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO CARLOS/SC
Objeto :	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS PARA ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL OU COM AUTISMO QUE NECESSITAM DE ESTIMULAÇÃO NEURO-SENSORIAL.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 13-2017 - ADM

Publicação Nº 1477581

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	013/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA MENSAL DO SOFTWARE SICAS RURAL.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 13-2017 - FMS

Publicação Nº 1477539

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	13/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	DR CASSIO KADRI MONTEIRO EIRELI - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICOS PARA ATENDIMENTO AO PSF JUNTO A UNIDADE DE SAÚDE NO CENTRO - PÓS GRADUADO EM SAÚDE DA FAMÍLIA E COM EXPERIENCIA DE 4 ANOS PARA ATENDIMENTO DE 40 HORAS SEMANAIS.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 14-2017 - ADM

Publicação Nº 1477586

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	014/2017 - ADM – 4º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSTRUTORA GUILHERME ARTHUR LTDA - ME
Objeto :	CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA ESPORTIVA NA COMUNIDADE DE JACUTINGA.
Licitação:	39/2016 - ADM
Vigência:	01/03/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 14-2017 - FMS

Publicação N° 1477549

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato N°:	014/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada:	MARCOS A FEDRIGO - EPP
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS E DEMAIS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES AOS SERVIÇOS CONSTANTE NA TABELA SIA/SUS.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 14-2017 - FMS

Publicação N° 1477558

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato N°:	014/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada:	TANARA BARROCA MAURER – ME
Objeto :	SERVIÇO DE MEDICO PEDIATRA PARA ATENDIMENTO JUNTO A UNIDADE DE SAÚDE NO CENTRO SENDO 2 HORAS DIARIAS, PERFAZENDO O TOTAL DE 10 HORAS SEMANAIS.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 15-2017 - ADM

Publicação N° 1477587

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato N°:	015/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada:	G QUATRO CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL.
Licitação:	11/2017 - ADM
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 15-2017 - FMS

Publicação Nº 1477552

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	015/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	PORTAL SISTEMA FM DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DIÁRIA, EM EMISSORA DE RÁDIO DO SISTEMA FM, DE ATOS OFICIAIS DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS FUNDOS.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 16-2017 - FMS

Publicação Nº 1477559

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	016/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	SUPRIMAQ COMERCIO DE MAQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 17/2017 - ADM

Publicação Nº 1477598

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	017/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	SÃO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS PARA IDOSOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2002.
Processo:	25/2017 - ADM
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 18/2017 - ADM

Publicação Nº 1477599

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	018/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	TRANSPORTES COLETIVOS SÃO CARLOS LTDA - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS PARA IDOSOS DO INTERIOR DO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS/SC DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2002.
Processo:	26/2017 - ADM
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 19-2017 - ADM

Publicação Nº 1477597

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	019/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	TRANSPORTES A.I.R. LTDA - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS PARA IDOSOS DO INTERIOR DO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS/SC DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2002.
Processo:	27/2017 - ADM
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 19-2017 - FMS

Publicação Nº 1477553

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	019/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CLÍNICA MÉDICA HERMES LTDA - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS MÉDICOS DE SAÚDE OCUPACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 20-2017 - ADM

Publicação Nº 1477603

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	020/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	SUPRIMAQ COMERCIO DE MAQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS.
Licitação:	20/2017 - ADM
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 25-2017 - FMS

Publicação Nº 1477560

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	025/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Objeto :	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, CONFORME PROPOSTA Nº11553-540000-1150-1.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 26-2016 - FMS

Publicação Nº 1477561

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	026/2016 – 2º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA EPP
Objeto :	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS - MANUTENÇÃO DA PROPOSTA N.115535400001150-1
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 26/2015 - ADM

Publicação Nº 1477584

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	026/2015 - ADM – 4º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	LSW SERVIÇOS LTDA
Objeto :	CONSTRUÇÃO DA 1ª ETAPA DO GINÁSIO DO BAIRRO OLARIA - CFME CONTRATO DE REPASSE N.1007077-53/2013.
Licitação:	46/2015 - ADM
Vigência:	01/03/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 30-2017 - ADM

Publicação Nº 1477624

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	030/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	RÁDIO SÃO CARLOS LTDA - EPP
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO DIÁRIA, EM EMISSORA DE RÁDIO DO SISTEMA FM, DE ATOS INSTITUCIONAIS DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS FUNDOS.
Licitação:	29/2017 - ADM
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 31-2017 - ADM

Publicação Nº 1477593

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	031/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	PORTAL SISTEMA FM DE COMUNICAÇÕES LTDA – ME

Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO DIÁRIA, EM EMISSORA DE RÁDIO DO SISTEMA FM, DE ATOS OFICIAIS DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS FUNDOS.
Licitação:	29/2017 - ADM
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 34-2017 - FMS

Publicação Nº 1477562

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	034/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	JRCM PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI – ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICO GERAL (ITEM 02), PARA ATUAR NA UNIDADE DE SAÚDE DE BALNEÁRIO DE PRATAS, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS A SER CUMPRIDA DE SEGUNDAS AS SEXTAS-FEIRAS, DAS 07:30HS AS 11:30HS E DAS 13:30HS AS 17:30HS.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 35-2017 - FMS

Publicação Nº 1477548

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	035/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	LHL SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICO GERAL (ITEM 01), PARA ATUAR NA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO CRISTO REI, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS A SER CUMPRIDA DE SEGUNDAS AS SEXTAS-FEIRAS, DAS 07:30HS AS 11:30HS E DAS 13:30HS AS 17:30HS.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 35-A-2017 - FMS

Publicação Nº 1477557

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	

Contrato Nº.:	035-A/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CLINICA CATARINENSE DE DERMATOLOGIA S/S LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL MÉDICO PSIQUIATRA PARA ATENDIMENTO JUNTO AO CAPS, COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 35/2017 - ADM

Publicação Nº 1477604

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	035/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	EDITORA POLO FOZ LTDA ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL (MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SC) COM EDIÇÃO SEMANAL, DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DE TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
Licitação:	43/2017 - ADM
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 37-2017 - FMS

Publicação Nº 1477545

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	37/2017 – 1º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	JONATHAN CAON DE SOUZA AMBULATÓRIO E CONSULTÓRIO LTDA - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM DERMATOLOGIA PARA ATENDIMENTO JUNTO A UNIDADE DE SAÚDE DO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SC.
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 37/2016 - ADM

Publicação Nº 1477585

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	037/2016- ADM – 4º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	LSW SERVIÇOS LTDA
Objeto :	CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DE ALTO AGUINHAS
Licitação:	38/2016 - ADM
Vigência:	01/03/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 37/2017 - ADM

Publicação Nº 1477602

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	037/2014 - ADM – 4º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS.
Licitação:	75/2014 - ADM
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 40/2015 - ADM

Publicação Nº 1477591

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	040/2015 - ADM – 3º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CPNET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PROVIMENTO DE SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET - IP CORPORATIVO ATRAVÉS DE TRANSMISSÃO DE FIBRA OPTICA.
Licitação:	81/2015 - ADM
Vigência:	31/12/2018

SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 42/2017 - ADM**

Publicação Nº 1477594

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato Nº.: 042/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO

Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada...: CLINICA MÉDICA HERMES LTDA

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS MÉDICOS DE SAÚDE OCUPACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

Licitação: 59/2017 - ADM

Vigência: 31/12/2018

SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 45/2017 - ADM**

Publicação Nº 1477592

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato Nº.: 045/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO

Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada...: CLEVERSON AUGUSTO CASTANHO – ME

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM QUADRO TÉCNICO HABILITADO PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ASSESSORIA NAS ÁREAS DE MARKETING, COMUNICAÇÃO, VEICULAÇÃO EM RÁDIO, DE INFORMAÇÕES DE INTERESE PÚBLICO, ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NO PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO DE MÍDIA.

Licitação: 69/2017 - ADM

Vigência: 31/12/2018

SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 51/2015 - ADM**

Publicação Nº 1477606

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato Nº.:	051/2015 - ADM – 2º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO NO PERÍMETRO URBANO.
Valor:	R\$ 462.570,12 (quatrocentos e sessenta e dois mil quinhentos e setenta reais e doze centavos).
Processo:	100/2015 - ADM
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 53-2017 - ADM

Publicação Nº 1477568

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	053/2017 – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSTRUTORA PORTAL DAS TERMAS EIRELI - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE CANTINHO ALEGRE.
Valor Aditado:	R\$ 480,24 (quatrocentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos)
Vigência:	31/12/2017
Licitação :	96/2017 - ADM
SAO CARLOS, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 55-2017 - ADM

Publicação Nº 1477569

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	055/2017 – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSTRUTORA PORTAL DAS TERMAS EIRELI - ME
Objeto :	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE PEQUENO PRÍNCIPE, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS.
Valor Suprimido:	R\$ 2.083,24 (dois e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos)
Vigência:	31/12/2017

Licitação :	97/2017 - ADM
SAO CARLOS, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 56-2017 - ADM

Publicação Nº 1477570

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	056/2017 – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	P & F CONSTRUÇÃO E SANEAMENTO EIRELI - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO JUNTO A CRECHE PRÓ INFÂNCIA TIPO 02, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS.
Valor Aditado:	R\$ 16.644,22 (dezesesseis mil seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte e dois centavos)
Vigência:	31/12/2017
Licitação :	98/2017 - ADM
SAO CARLOS, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 57-2017 - ADM

Publicação Nº 1477571

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	57/2017 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	EPBAZI LTDA ME
Objeto :	REALIZAR PROCESSO SELETIVO DE CADASTRO RESERVA PARA PROVIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS COM ATUAÇÃO JUNTO AO MUNICÍPIO E SÃO CARLOS/SC.
Vigência: :	31/12/2017
PROCESSO	109/2017 – ADM - PREGÃO PRESENCIAL
Valor Aditado:	R\$ 2.050,00 (dois mil e cinqüenta reais)
SAO CARLOS, 15 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO ADITIVO TERMO DE FOMENTO 001/2017 - ADM

Publicação Nº 1477588

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	

Termo de Fomento Nº.:	001/2017 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	APAE DE SÃO CARLOS
Objeto :	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A APAE DE SÃO CARLOS/SC, ATRAVÉS DE TERMO DE FOMENTO PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO VISANDO O ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, RESIDENTES EM SÃO CARLOS/SC.
Licitação:	19/2017 - ADM
Vigência:	31/12/2018
SAO CARLOS, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO 38-2017 - FMS

Publicação Nº 1477269

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS- S/C

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO LICITAÇÃO PROCESSO Nº 38/2017 - FMS – Tomada de Preços p/ Compras e serviços Nº 04/2017 - FMS.

ONDE LE-SÊ:

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até as 08:30 horas – dia 12 de janeiro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas – dia 12 de janeiro de 2017.

LEIA-SÊ:

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até as 08:30 horas – dia 12 de janeiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas – dia 12 de janeiro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325 3096. www.saocarlos.sc.gov.br

São Carlos – SC, 29 de dezembro de 2017.
RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO CONTRATOS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477623

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
CONTRATOS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2017.

CONTRATO Nº. 225/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CAROLINE RAUPP PERETTO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Odontologa no ESF da Vila Santa Catarina, que pertence a Secretaria Municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40 horas/semanais.

VIGÊNCIA: 09/11/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL R\$: 3.426,02

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 09 de novembro de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 352/2017/SF

Publicação Nº 1477478

DECRETO Nº. 352/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAG. - FUNDEB

"114"3.1.90.13.00.010.1800 Obrigações patronais R\$28.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos FUNDEB 60%, Fonte nº10018, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 28 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 353/2017/SF

Publicação Nº 1477479

DECRETO Nº. 353/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAG. - FUNDEB

"114"3.1.90.13.00.010.1800 Obrigações patronais R\$37.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos FUNDEB 40%, Fonte nº10019, no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 28 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 6145/2017

Publicação Nº 1477480

DECRETO Nº 6.145, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 32, Inciso VIII, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, por motivo de aposentadoria, a partir de 31 de dezembro de 2017, a servidora pública municipal NELI STREHLOW, ocupante do cargo efetivo de Professor, nível 03, matrícula nº 248, vagando o cargo que ocupa.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de 31 de dezembro do corrente ano.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 6146/2017

Publicação Nº 1477498

DECRETO Nº 6.146, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

“FIXA O PERCENTUAL DE REAJUSTE DAS TARIFAS E DEMAIS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE”.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO, a deliberação nº. 037/2017, de 29 de dezembro de 2017 da Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS,

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado em 5,94% (cinco vírgula noventa e quatro) o percentual de reajuste em todas as tarifas e demais serviços prestados pelo SEMAE.

Art. 2º. O percentual acima fixado tem como base o parecer técnico DR 353/2017 da Diretoria de Regulação da ARIS, que faculta ao Município estabelecer o percentual de reajuste em seu item 1.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.37/2017

Publicação Nº 1477499

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº37/2017

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 37/2017, Edital de Pregão Nº 37/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/ASSOCIAÇÃO/ENTIDADE ATUANTE NA ÁREA DA SAÚDE, PARA REALIZAR CONSULTAS MENSAIS GINECOLÓGICAS PARA GESTANTES DO MUNICÍPIO. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 12/01/2018. Abertura dos envelopes na mesma hora, dia e local, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

PORTARIA Nº 770/2017

Publicação Nº 1477361

PORTARIA Nº 770/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Letícia Priori, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, Grupo ANS, Nível 12, Matrícula 2397, referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 a 31/05/2014, para serem gozadas no período de 10 de janeiro a 08 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 29 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS REGISTROS CADASTRAIS DE FORNECEDORES

Publicação Nº 1475781

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS REGISTROS CADASTRAIS DE FORNECEDORES

O Prefeito Municipal de SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, RAFAEL CALEFFI, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que na conformidade do art. 34, da Lei nº 8666/93 e demais normas de Direito Público aplicáveis, se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder ao REGISTRO CADASTRAL como Fornecedor e/ou Prestador de Serviços da Administração Pública Municipal de São Lourenço do Oeste - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal, na Gerência de Licitações e Compras, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min, pelo fone (49) 3344-8502 ou no site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.342, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1472792

PORTARIA Nº 1.342, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 005/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso V, do art. 1º, da Portaria nº 1.341, de 22 de dezembro de 2017, que designa os servidores públicos municipais para comporem a Comissão Coordenadora, que irá coordenar a execução do Processo Seletivo de Provas e Títulos, aberto pelo Edital nº 005, de 22 de dezembro de 2017, para que passe a constar com a seguinte alteração:

“Art. 1º

I

V - Poliane de Oliveira Bernardo, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3445/01”. (NR)

Art. 2º As demais disposições da Portaria nº 1.341, de 22 de dezembro de 2017, permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 8.951 ALTERA DECRETO 8.803/2017 QUE DELEGA COMPETÊNCIAS AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Publicação Nº 1477492

DECRETO Nº 8.951/2017

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO 8.803/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 72, Parágrafo único da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e,

Considerando a Lei Complementar Municipal 064/2017 que alterou a Lei complementar 024/2013 que dispõe sobre a Estrutura Organizacional Administrativa.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto 8.803/2017 de 03 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam delegadas aos Secretários Municipais as seguintes atribuições competências do art. 72, da Lei Orgânica Municipal:

I - Secretaria Municipal de Administração e Finanças as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, XIII, XVI, XVII, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV e XXXV, do art. 72, LOM;

II - Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XLIV do art. 72, LOM;

III - Secretaria Municipal de Planejamento as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XIX, XX, XXV, XXX e XXXIV, do art. 72, LOM;

IV - Secretaria Municipal de Urbanismo as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XIX, XX, XXI, XXIII, XXV, XXX e XXXIV, do art. 72, LOM;

V - Secretaria Municipal de Saúde as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XIX, XX, XXV, XXX e XXXIV, do art. 72, LOM;

VI - Secretaria Municipal de Educação as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XX, XXV, XXXII e XXXIV, do art. 72, LOM;

VII - Secretaria Municipal de Assistência Social as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XX, XXV e XXXIV, do art. 72, LOM;

VIII - Secretaria Municipal de Obras as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XX, XX, XXV, XXX e XXXIV, do art. 72, LOM;

IX - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XX, XXV e XXXIV, do art. 72, LOM;

X - Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Piscicultura as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XX, XXV e XXXIV, do art. 72, LOM;

Art. 2º Este decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC

Em, 29 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nélio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Assessoria Especial

Saudades

PREFEITURA

CONTRATO N. 70/2017

Publicação Nº 1477288

EXTRATO DE CONTRATOS

Estado de Santa Catarina
Município de Saudades
Extrato de Contratos
Contrato n.: 70/2017
Contratante: Ceraçá- Cooperativa Distribuidora de Energia Vale do Araçá
Contratado: Município de Saudades/SC
Objeto: Termo de Transferência de ativos de iluminação pública
Valor:0,00
Vigência: Indeterminado
Recursos: Orçamento vigente
Saudades/SC, 21 Dezembro de 2017.
Daniel Kothe
Prefeito Municipal

CONVENIO N. 11/2017

Publicação Nº 1477285

EXTRATO DE CONVÊNIOS

Estado de Santa Catarina
Município de Saudades
Extrato de Convênio
Convênio n.:11/2017
Contratante: Ceraçá- Cooperativa Distribuidora de Energia Vale do Araçá
Contratado: Município de Saudades/SC
Objeto: Arrecadação de Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP
Valor:0,00
Vigência: 01 de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2022.
Recursos: Orçamento vigente
Saudades/SC, 21 Dezembro de 2017.
Daniel Kothe
Prefeito Municipal

DECRETO N. 97, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477264

DECRETO N. 97, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL PARA O RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS EM 2018 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto na Lei Complementar Municipal nº 91 de 14 de julho de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Calendário fiscal para o Exercício Financeiro de 2018, no qual define os tributos, as datas de vencimento, parcelamentos e concede desconto na cota única do IPTU, tudo, na forma do anexo único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Os tributos municipais serão recolhidos nas Agências Bancárias.

Art. 3º. Após o prazo fixado para recolhimento dos tributos no Calendário Fiscal do exercício de 2018, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas no Código Tributário, Lei Complementar nº 91/2017, bem como à inscrição em dívida ativa.

Art. 4º. O contribuinte que optar pelo pagamento em Cota Única do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU usufruirá de um desconto de 25% (vinte cinco por cento) e o contribuinte que optar pelo pagamento parcelado terá direito a 15% (quinze por cento) de desconto no referido imposto.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saudades – SC, em 01 de Dezembro de 2017.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na forma da Lei em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

ANEXO ÚNICO

DECRETO N° 97/2017

Tipo Tributo	Datas de Pagamento	
IPTU	Cota Única 15.04.18 Desconto de 25%	6(seis) Parcelas, com vencimento: a 1ª em 15.04.18; a 2ª em 15.05.18; a 3ª em 15.06.18; a 4ª em 15.07.18; a 5ª em 15.08.18, e; a 6ª em 15.09.18, todas com direito a desconto de 15%, no IPTU, até o vencimento.
ISS	Autônomos, Empresas Comerciais, Individuais e Prestadores de serviços. Cota Única em 15.03.18, ou Pagamento Mensal.	
Taxas Serviços Urbanos	Cota única 15.04.18, sem desconto.	6(seis) Parcelas, com vencimento: a 1ª em 15.04.18; a 2ª em 15.05.18; a 3ª em 15.06.18; a 4ª em 15.07.18; a 5ª em 15.08.18, e; a 6ª em 15.09.18, sem desconto.
Alvará para localização e funcionamento	Cota Única 15.03.18	
Taxa de Vistoria Sanitária	Cota Única 15.03.18	

Saudades – SC, em 01 de dezembro de 2017.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na forma da Lei em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO N. 98, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação N° 1477262

DECRETO N. 98, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR FENÔMENO HIDROLÓGICO ENXURRADA – COBRADE 1.2.2.0, CONFORME IN/MI 02/2016.

DANIEL KOTHE, Prefeito(a) do município de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012;

CONSIDERANDO:

I – As chuvas torrenciais que causaram o fenômeno hidrológico enxurrada e alagamento, ocorridas em 28.12.2017, a partir das 20h00min em parte do território do município;

II- Os danos materiais em decorrência do escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado, caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial, apresentando grande poder destrutivo, sendo pontes e pontilhões e bueiros totalmente destruídos, danificação de aterros com macadame, danos na rede de energia elétrica, com consequência na agricultura, pela morte de animais(aves);

III – O parecer do Conselho Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como enxurrada – COBRADE 1.2.2.0 conforme IN/MI nº 02, de 20 de dezembro de 2016;

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do Conselho Municipal de Defesa Civil-COMDEC.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do (a) Conselho Municipal de Defesa Civil-COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito, aos 29 de Dezembro de 2017.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na forma da Lei em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO N. 99, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477263

DECRETO N. 99, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

“ALTERA O DECRETO 66/2017 QUE ESTABELECE O LIMITE DO CONSUMO DOS CELULARES MANTIDOS PELO MUNICÍPIO DE SAUDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n. 1.558, de 10 de Dezembro de 2004 e Decreto Municipal n. 064/2004,

DECRETA:

Art. 1º. Inclui número de chip ao art. 3º do Decreto n. 66, de 18 de agosto de 2017, conforme segue:

NOME	NÚMERO DO CHIP	BÔNUS (R\$)
DIEGO ZAFARI	9 8850 2413	80,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, 29 de Dezembro de 2017.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria em data supra

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1364

Publicação Nº 1477471

DECRETO Nº 1364, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação no valor de R\$ 32,92

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, e no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 1903, de 23 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “a”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1901, de 20 de dezembro de 2016, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2017 e com o inciso II § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 01 - Departamento da Fazenda Municipal

Operação Especial: 0006 Contribuição para Formação do PASEP

Modalidade: 37 33900000000000 0.1.0745 - Aplicações Diretas 32,92

TOTALR\$ 32,92

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Fonte 0.1.0745 – Fundo Especial do Petróleo R\$ 32,92

TOTALR\$ 32,92

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 28 de dezembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 28 de dezembro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1365

Publicação Nº 1477473

DECRETO Nº. 1365, de 29 de dezembro de 2017.

Concede evolução funcional por desempenho à servidor público efetivo.

O Prefeito Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 16, 17, 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº. 27/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara e dá Outras Providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a evolução funcional por desempenho ao seguinte servidor municipal efetivo:

Matrícula	Servidor	Cargo	Classe Atual	Classe Promoção
159402	Ricardo Moises Hoch	Professor de Educação Física – 40h	C	D

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

Seara – SC., 29 de dezembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 29 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1366

Publicação Nº 1477617

DECRETO Nº 1366, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Revoga Restos a Pagar não Processados, constante do Decreto nº 1178, de 29 de dezembro de 2016 que dispõe sobre o cancelamento dos restos a pagar inscritos em 31 de dezembro de 2015 e em exercícios anteriores, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e art. 63 e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e,

CONSIDERANDO que a revogação de Restos a Pagar constante do presente Decreto, ocorreu na vigência do Contrato nº 169, de 20 de dezembro de 2016, que prorrogou o prazo para execução do objeto até dia 31 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade da conclusão do objeto do Contrato original de nº 149/2015, de 02 de outubro de 2015, prorrogado pelo Contrato retro mencionado;

CONSIDERANDO a necessidade de nova prorrogação de vigência, visando a conclusão do objeto,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o "Restos a Pagar não Processados" constante na Nota de Empenho nº 0005123/15, do Credor MAROSO GEOAMBIENTAL LTDA – ME, código 012175 no valor de R\$ 7.675,00 (sete mil seiscentos e setenta e cinco reais) constante do Decreto nº 1178, de 29 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o cancelamento dos restos a pagar inscritos em 31 de dezembro de 2015 e em exercícios anteriores, dando outras providências.

Parágrafo único. Nos termos do § 3º do art. 1º do Decreto nº 1178 de 29 de dezembro de 2016, fica autorizado seu reempenhamento à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual de 2017, ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade, com fundamento no art. 37 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, regulamentado pelo Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 29 de dezembro de 2017.
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 29 de dezembro de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1367

Publicação Nº 1477619

DECRETO Nº 1367, de 29 de dezembro de 2017

Abre crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R\$ 7.675,00.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 1903, de 23 de dezembro que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e combinado com a alínea "a" e "b", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1901, de 20 de dezembro de 2016, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2017 e com o inciso I e II do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão:	09	SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE		
Unidade:	01	Departamento da Cidade		
Projeto Atividade:	2037	Gestão das Políticas, Ações e Parcerias de Saneamento Básico		
Modalidade:	228	33900000000000	Aplicações Diretas	7.675,00
		0.3.0000		

								TOTALR\$	7.675,00
--	--	--	--	--	--	--	--	-------------	---------	----------

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro na fonte de recursos:

Fonte: 0.3.0000 – Rec. Ordinários – Sup. Financeiro R\$ 7.675,00

TOTAL GERALR\$ 7.675,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 29 de dezembro de 2017.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 29 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário de Administração

PORTARIAS 513/2017 A 515/2017

Publicação Nº 1477620

Portaria nº. 513/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso X do art. 108 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o disposto no inciso I do art. 15 e inciso III do art. 16 da Lei Complementar nº. 21 de 15 de dezembro de 2003, resolve,

Remover de ofício, A servidora, Jonalda Arienti Rubas, matrícula 1306/01, Professor Pós Latu Sensu, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, admitida por Concurso Público, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, atualmente lotada no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, para o Centro de Educação Infantil Sete Anões, a partir de 01 de janeiro de 2018.

A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 29 de dezembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 29 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração.

Portaria nº. 514/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso X do art. 108 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o disposto no inciso I do art. 15 e inciso III do art. 16 da Lei Complementar nº. 21 de 15 de dezembro de 2003, resolve,

Remover de ofício, A servidora, Fabiana Mariani, matrícula 1302/01, Professor Pós Latu Sensu, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, admitida por Concurso Público, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, atualmente lotada no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, para o Centro de Educação Infantil Sete Anões, a partir de 01 de janeiro de 2018.

A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 29 de dezembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 29 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração.

Portaria nº. 515/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso X do art. 108 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o disposto no inciso I do art. 15 e inciso III do art. 16 da Lei Complementar nº. 21 de 15 de dezembro de 2003, resolve,

Remover de ofício, A servidora, Fabiana Mariani, matrícula 1272/01, Professor Pós Latu Sensu, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, admitida por Concurso Público, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, atualmente lotada no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, para o Centro de Educação Infantil Cinderela, a partir de 01 de janeiro de 2018.

A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 29 de dezembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 29 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração.

Serra Alta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 001/2018

Publicação Nº 1468883

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 DE 02/01/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, o Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 80.622.319/0001-98, com sede à Av. Dom Pedro II, 830, CEP 89871-000, na cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal em exercício Senhor Rafael Senhor, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 033.003.379-41 e RG 3.818.788, doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 916, de 29/05/2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);
2. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;
3. Gestão Tributária: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

Parágrafo Primeiro.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no “Caderno de Serviços” do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

Parágrafo Segundo.

A CONTRATADA disponibilizará, inicialmente, à CONTRATANTE, os seguintes serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional;
5. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 02 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 6.810,00 (Seis mil, oitocentos e dez reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00
2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 930,00
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00

Parágrafo Primeiro.

Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2018, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Segundo.

A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, será corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Terceiro.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80/Km) e hora técnica (R\$ 160,00).

Parágrafo Quarto.

A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica (R\$ 160,00).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 6.810,00 (Seis mil, oitocentos e dez reais), em 12 (doze) parcelas mensais, no valor de R\$ 567,50 (Quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), cada uma delas, sendo efetuadas por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela CONTRATADA, com vencimento até o último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito; e
- Ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo Único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no Projeto Atividade 02.01.2.300- Manutenção da Administração Geral – Despesa 10, elencada no orçamento do Município para o exercício de 2018, nos termos da Lei Municipal n.º 1094 de 01/12/2017 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo Primeiro.

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de exclusão, após prévia suspensão, do ente consorciado ao CIGA;
- b.1) A exclusão não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- c) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- d) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- e) Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;
- f) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas; e
- g) A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

Parágrafo Segundo.**Das responsabilidades da CONTRATADA:**

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e
- i) Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro.**Da Força Maior**

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo único.

Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiro, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e sua exclusão do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Parágrafo Primeiro.

Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo Segundo.

Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá ser excluída do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, mediante deliberação da Assembleia Geral do CIGA, precedida de processo administrativo em que seja reconhecida a justa causa para a exclusão e seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Terceiro.

As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo Primeiro.

Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) Pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo Segundo.

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo Terceiro.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Quarto.

A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação no Art. 24 inciso XVI Lei de Licitações 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo Único.

No âmbito dos programas de computador, aplicam-se, à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo Primeiro.

Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo Segundo.

Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

Parágrafo Terceiro.

A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo Quarto.

O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Serra Alta – SC, 02 de janeiro de 2018.

RAFAEL SENHOR
Prefeito de Serra Alta em exercício
CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

FERNANDA ROSA SOCAL
Assistente Administrativa do CIGA

ANEXO I

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE

O Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, constitui o Senhor EDERSON CEREZOLLI, brasileiro, casado, secretário de Administração e Desenvolvimento Econômico, inscrito no CPF sob o n.º 029.867.439-43 e RG 3.437.151, como seu representante no Contrato n.º 001/2018, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Serra Alta/SC, 02 de janeiro de 2018.

RAFAEL SENHOR Prefeito de Serra Alta em exercício CONTRATANTE

ANEXO II

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui a Gerente Administrativa como sua representante para fiscalizar a execução do Contrato n.º 001/2018, celebrado com o Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina.

Florianópolis – SC, 02 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA

EDITAL CHAMAMENTO DE FORNECEDORES Nº 001/2018

Publicação Nº 1469098

EDITAL Nº 001/2018
"CHAMAMENTO DE FORNECEDORES"

RAFAEL SENHOR, Prefeito Municipal em exercício de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento de todos os interessados, que em conformidade com o disposto no Artigo 34, § 1º da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, suas alterações, e demais normas, o Município de SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sua sede administrativa estabelecida na Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, nesta cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, está realizando INSCRIÇÕES PARA NOVOS FORNECEDORES E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO, para os fornecedores já cadastrados, junto ao Setor de Compras e Licitações deste Município, conforme segue:

1 - DO OBJETIVO

1.1- Este Edital tem, por objetivo, receber as inscrições de novos fornecedores e promover a atualização daqueles fornecedores já inscritos no Cadastro Geral de Fornecedor Municipais desta Unidade Federativa, que tenham interesse em fornecer materiais e bens de consumo, de manutenção e de investimento, duráveis ou não, bem como aqueles que são especializados na execução de obras e serviços, inclusive de publicidade, para fins de habilitação em qualquer modalidade de Licitação e/ou Contratação.

Os mesmos deverão REQUERER, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, a partir da publicação do presente, sua inscrição no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES.

2- DA DOCUMENTAÇÃO

2.1- Os interessados deverão protocolar a documentação no Setor de Licitações do Município de Serra Alta, sito à Av. Dom Pedro II, nº 830, centro, CEP: 89871-000, na cidade de Serra Alta, SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h:30min às 17h:30min, diariamente, que deverá estar acompanhado dos seguintes documentos, em via original ou cópia autenticada por tabelião ou poderá ser autenticada por servidor da municipalidade, conforme o caso:

I - PESSOAS FÍSICAS:

- Cédula de Identidade;
- Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- Registro na entidade profissional competente;
- Certidão negativa de execução judicial e protestos, expedido no domicílio da pessoa física.
- Comprovante de Residência.
- Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS autêntica);

g) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Municipais, mediante CND emitida pela Fazenda do Município do domicílio da pessoa física;

h) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Estaduais;

II - PESSOAS JURÍDICAS:

a)- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b)- Registro comercial, no caso de empresa individual;

c)- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d)- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e)- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/ (SRF/MF) com cartão atualizado;

f)- Prova de inscrição no Cadastro Municipal de contribuintes (Inscrição Estadual);

g)- Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS autêntica);

h)- Prova de inscrição no cadastro municipal de contribuintes (Alvará Municipal);

i)- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Estaduais;

j)- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante

k) - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS autêntica), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

l) - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440/2011.

m)- Certidão Negativa de Recuperação Judicial (falência ou concordata) expedida pelo distribuidor da Comarca ou sede da pessoa jurídica;

n)- Certidão negativa de execução judicial e protestos, expedido no domicílio da pessoa jurídica.

o) Registro ou inscrição da EMPRESA na respectiva entidade profissional competente (CREA, CAU, OAB, CRO, CRM, CRC, etc...) quando for o caso;

p) Registro ou inscrição do PROFISSIONAL RESPONSÁVEL, na respectiva entidade profissional competente;

q) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2017), já exigíveis e apresentados na forma da Lei 8.666/93, com os termos de abertura e encerramento, assinado pelo contador responsável e pelo proprietário da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios. O Balanço e as demonstrações a serem apresentados, deverão ser cópias extraídas do Livro Diário, com apresentação do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado pela Junta Comercial do Estado;

OBS: A empresa que se cadastrar entre os meses de Janeiro à Abril, e ainda não tem encerrado o Balanço do Exercício de 2017, deve apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do exercício de 2016, juntamente com as cópias dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário, exigido legalmente, registrado e assinado.

§ 1º Os documentos, cuja verificação de autenticidade esteja expressa e obrigatoriamente vinculada à consulta via internet, deverão ser, OBRIGATORIAMENTE, apresentados no seu ORIGINAL e PREFERENCIALMENTE em impressão a cores.

§ 2º Os fornecedores exclusivamente prestadores de serviços ficam DISPENSADOS da comprovação de inscrição no cadastro estadual de contribuintes.

§ 3º Para efeito de cadastro, a proponente deverá fornecer todas as certidões atualizadas e não vencidas. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade, serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

3 – DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

3.1 O fornecedor que atender os requisitos acima elencados fará jus à expedição do Certificado de Registro Cadastral – CRC, o qual terá validade até 31 de dezembro de 2018.

4 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 4.1. As inscrições, nos termos do Artigo 34, § 1º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais alterações posteriores, estarão permanentemente abertas aos interessados;
- 4.2. Os casos omissos serão analisados de conformidade com as disposições da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores;
- 4.3. O CRC – Certificado de Registro Cadastral não dispensa a documentação prevista nos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores;
- 4.4. Havendo alteração dos atos constitutivos, o fornecedor deverá providenciar a sua juntada e imediata substituição;
- 4.5. Para efeito de cadastro, a proponente deverá fornecer todas as certidões atualizadas e não vencidas e as que não constam prazo de validade, devem ser emitidas pelo órgão competente após a data deste Edital.
- 4.6. Para efeito de participação de Licitações, todas as certidões devem ser atualizadas e não vencidas e as que não constam prazo de validade, deverão ser emitidas pelo órgão competente após a data do respectivo Edital de que trata a Licitação.
- 4.7. A partir da publicação do presente Edital, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Município de Serra Alta, SC, preferencialmente admitirá como fornecedor os devidamente cadastrados, ou para as Tomadas de Preços, os que atenderem, até o terceiro dia anterior à data da abertura da licitação, todos os documentos exigidos para cadastro acima numerado, sem prejuízo dos exigidos pelo respectivo Edital.
- 4.8. Para as empresas não cadastradas e que porventura participarem de processos licitatórios na Modalidade de Tomada de Preços, para habilitação prévia, além dos documentos exigidos no edital, deverá apresentar até o terceiro dia anterior à abertura, os exigidos neste Edital, conforme acima especificado.
- 4.9. O Município de Serra Alta, nos termos do Artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais alterações posteriores, reserva-se o direito de alterar, suspender ou cancelar o Registro Cadastral do fornecedor que deixar de atender as exigências elencadas no referido dispositivo legal, de acordo com o Artigo 37 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais alterações posteriores.
- 4.10. É parte integrante deste Edital o Anexo Único – Cadastro Geral de Fornecedores (formulário para inscrição e/ou atualização cadastral).
- 4.11. Informações complementares poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações do Município de Serra Alta - SC, junto ao Centro Administrativo Municipal, localizado na Av. Dom Pedro II, 830, centro, nos dias úteis, nos horários mencionados no preâmbulo deste Edital ou pelo fone/fax (49) 3364 0092.

Serra Alta/SC, 02 de Janeiro de 2018.

LUIZ FERNANDO KREUTZ RAFAEL SENHOR
OAB 32.515/SC Prefeito de Serra Alta em exercício
Aprovado pelo Departamento Jurídico

**FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO
CADASTRO GERAL DOS FORNECEDORES**

Nome: _____
Endereço: _____
Município: _____ CEP: _____ UF: _____
CNPJ: _____ Inscrição Estadual: _____
Inscrição Municipal: _____ Telefones para contato: _____
E-mail: _____
Ramo de Atividade: _____

SÓCIOS ADMINISTRADORES:

Nome: _____
Endereço: _____
Município: _____ CEP: _____ UF: _____
Telefone para contato: _____ E-mail: _____

Nome: _____
Endereço: _____
Município: _____ CEP: _____ UF: _____
Telefone para contato: _____ E-mail: _____

REFERÊNCIAS BANCÁRIAS

Banco Agência Cidade nº Conta Telefone

_____, _____ de _____ de 2018.

(Carimbo CNPJ e Assinatura do Responsável)

EXTRATO CONTRATUAL Nº 002/2018

Publicação Nº 1476133

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 043/2017	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	002/2018
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
Objeto	<p>O presente Termo tem por objeto a contratação de empresa para a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA, no Perímetro Urbano e Bairro Industrial do Município, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none">- COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS DO MUNICÍPIO;- DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, ATRAVÉS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE ATERRO SANITÁRIO EM ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, POSSUIDORA DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EXIGÍVEIS;- COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO (PSF's).- TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO (PSF's). <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 043/2017, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.</p>
Valor	Pela prestação do serviço prevista na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total global de R\$ 151.200,00 (cento e cinquenta e um mil e duzentos reais), sendo distribuídos em 12 parcelas mensais de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais), deste valor R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais), correspondem aos serviços prestados ao município e R\$ 800,00 (oitocentos reais) correspondem aos serviços prestados ao Fundo Municipal de Saúde.
Vigência....	02/01/2018 á 31/12/2018.
Dotação	Orçamento vigente 2018: Órgão....08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS. Unidade Orçament.. 08.02 SERVIÇOS URBANOS Projeto/Atividade. 2.801 [Manutenção das atividades do Depto. De Serv.Urbanos] 33.90.00 DR 0001 Órgão....06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade Orçament.. 06.01 Fundo Municipal de Saúde Projeto/Atividade. 2.600 [Atenção a Saúde Preventiva] 33.90.00 DR 0002
SERRA ALTA/SC, 02 de janeiro de 2018.	
RAFAEL SENHOR	
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

Publicação Nº 1476135

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 43/2017 - PR
CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	Processo Administrativo: 43/2017 Processo de Licitação: 43/2017 Data do Processo: 14/12/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, RAFAEL SENHOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 43/2017
b) Licitação Nr.: 43/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 02/01/2018
e) Data da Adjudicação: 02/01/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de Empresa Especializada na Execução de Serviços de Engenharia de Limpeza Pública, na área do Perímetro Urbano e Bairro Industrial, no Município de Serra Alta/SC, compreendendo: Coleta de Lixo Domiciliar, Comercial, e da Saúde, Transporte e Disposição Final dos Resíduos Coletados.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 000452 - T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	4 4	0,0000	151.200,00 151.200,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Serra Alta, 2 de Janeiro de 2018.

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Pregoeiro(a)

RAFAEL SENHOR
Prefeito Municipal em Exercício

Tangará

PREFEITURA

DECRETO Nº 157, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

Publicação Nº 1477563

DECRETO Nº 157, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.298/15, de 22/11/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ R\$ 10.000,04 (Dez mil reais e quatro centavos) nas seguintes dotações orçamentárias do atual orçamento do Município com recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no presente exercício.

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas....R\$ 10.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2018

Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas...R\$ 0,04

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**DECRETO Nº 159, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1477565

DECRETO Nº 159, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298/16.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 16.574,12 (Dezesseis mil, quinhentos e setenta e quatro reais e doze centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no presente exercício.

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

Atividade 2035

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 16.574,12

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**DECRETO Nº 160, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1477566

DECRETO Nº 160, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade

com a Lei nº. 2.298/15, de 22/11/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 82.024,99 (Oitenta e dois mil, vinte e quatro reais e noventa e nove centavos) nas seguintes dotações orçamentárias do atual orçamento do Município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2016

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas..R\$ 15.000,00

Atividade 2019

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas..R\$ 5.000,00

Atividade 2020

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas..R\$ 13.132,82

Atividade 2022

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas..R\$ 1.000,00

Atividade 2023

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas..R\$ 10.146,92

Atividade 2025

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.0149 – Transf. à Inst.

Privadas s/ fins Lucrativos R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 5.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2029

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.0149 – Transferência

À Consórcios Públicos R\$ 16.139,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.72.00.00.0149 – Execução Orçament.

Delegada a Consórcios Públicos R\$ 10.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00.00.0149 – Aplicação Direta

Decorrente de Op. Entre órgão R\$ 606,25

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E TURISMO

Atividade 2026

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas..R\$ 5.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 82.024,99 (Oitenta e dois mil, vinte e quatro reais e noventa e nove centavos) nas seguintes dotações do atual orçamento do município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2016

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas..R\$ 15.000,00

Atividade 2019

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas..R\$ 5.000,00

Atividade 2020

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas..R\$ 13.132,82

Atividade 2022

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas..R\$ 1.000,00

Atividade 2023

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas..R\$ 10.146,92

Atividade 2025

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 6.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2029

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 26.745,25

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E TURISMO

Atividade 2026

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas..R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 21 DE DEZEMBRO DE 2017.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 161, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

Publicação Nº 1477572

DECRETO Nº 161, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298 de 22/11/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 288.000,00 (Duzentos e oitenta e oito mil reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2016

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0401 Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Atividade 2020

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0401 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

06-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MIO AMBIENTE

Atividade 2027

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

07-SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2030

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 21 DE DEZEMBRO DE 2017.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 162, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

Publicação Nº 1477574

DECRETO Nº 162, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298/16.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 94.725,91 (Noventa e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais e noventa e um centavos) nas seguintes dotações do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no presente exercício.

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0402 Aplicações Diretas R\$ 82.223,00

Atividade 2006

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0478 Aplicações Diretas R\$ 12.502,91

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 21 DE DEZEMBRO DE 2017.
NADIR BAU DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 164, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

Publicação Nº 1477578

DECRETO Nº 164, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.298/16.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.0400 – Transf. a Instituições

Privadas s/fins LucrativosR\$ 2.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0400 - Aplicações Diretas.....R\$ 5.000,00

Atividade 2036

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0400 - Aplicações Diretas.....R\$ 5.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0400 - Aplicações Diretas.....R\$ 7.000,00

Atividade 2036

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0400 - Aplicações Diretas.....R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAU DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 165, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

Publicação Nº 1477580

DECRETO Nº 165, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298 de 22/11/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 676, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2.017. CONCEDE ADICIONAL POR CURSO NA ÁREA DE ATUAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1477582

PORTARIA Nº 676, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2.017.

CONCEDE ADICIONAL POR CURSO NA ÁREA DE ATUAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e c/c com Art. 88, da Lei Complementar no057, de 02 de Janeiro de 2.012 e Artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder adicional por curso na área de atuação com aplicação do percentual de 2% (dois por cento), ao servidor MARCOS ANTONIO WUST, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de CONTADOR – NÍVEL 18 – CLASSE E, a partir de 01/03/2018.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 01/03/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 29 DE DEZEMBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO Nº 132/17

Publicação Nº 1468662

DECRETO Nº. 132/17, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º. Fica nomeada a comissão Municipal de Licitação, destinada a efetuar análise, acompanhamento e julgamento dos Processos Licitatórios Municipais.

Parágrafo único – Esta comissão fica constituída pelos seguintes agentes públicos:

1 – Maicon Bruxel

2 – Cleiton Soethe

3 – Bernadete das Graças A.T. Honnef

Art. 2º. Fica nomeado o agente público Maicon Bruxel como Presidente da Comissão de Licitações

Parágrafo único: Fica designada a agente pública Cleise Honaiser para exercer a função de Presidente Substituta em licitações.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 21 de dezembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

DECRETO Nº 133/17

Publicação Nº 1468664

DECRETO Nº. 133/17, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA O PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º. Designa para atuar como pregoeiro em Licitações na modalidade pregão, o agente público:

Maicon Bruxel

Parágrafo único – Fica designada a agente pública Cleise Honaiser, para exercer a função de Pregoeira Substituta em licitações.

Art.2º. Ficam designados para atuar como membros da Equipe de Apoio de licitações na modalidade de pregão, os servidores:

1 – Daniela Lapazini Kuhn

2 – Cleiton Soethe

3 – Bernadete das Graças A.T. Honnef

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 21 de dezembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO 059-2017

Publicação Nº 1477265

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2017

Órgão Responsável: MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO
Número da Ata: 001/2017
Licitante Vencedor (a): SANEOSTE INSTALADORA DE POÇOS LTDA EPP – CNPJ: 07.928.342/0001-15
Valor da Ata: R\$ 10.722,50

Amparo Legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 059/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº. 008/2017, do Município de Tigrinhos, que foi realizado com base na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94; Lei nº. 9.648/98; Lei nº. 10.520/2002; Decreto nº. 5.504/2005; Portaria Interministerial MP/MF nº. 217/2006 e demais normas pertinentes, e por este Edital.

Tigrinhos/SC, em 29 de Dezembro de 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 001-2018

Publicação Nº 1458647

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 001/2018 com a Empresa Intelli BR Sistemas Ltda - CNPJ: 08.982.125/0001-76 no valor total de R\$ 1.672,00 para prestação de serviço especializado na área de informática, licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, durante o exercício 2018.

TIGRINHOS/SC, em 02 de Janeiro de 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 001-2018 SAÚDE

Publicação Nº 1464396

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 001/2018 com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS - CNPJ: 01.201.427/0001-10 no valor total de R\$ 79.140,00 (anual) para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS, durante o exercício 2018.

TIGRINHOS/SC, em 02 de Janeiro de 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 002-2018

Publicação Nº 1458558

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 002/2018 com a Empresa INFO DIGITALL – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME - CNPJ: 86.731.494/0001-08 no valor total de R\$ 343,97 mensais, para prestação de serviço de locação de sistema de informática gerenciador eletrônico de documentos, durante o exercício 2018.

TIGRINHOS/SC, em 02 de Janeiro de 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 002-2018 SAÚDE

Publicação Nº 1465679

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Fundo Municipal de Saúde

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 002/2018 com o Senhor IVO ARI WACHHOLZ – CPF: 807.668.389-00, para locação de sala comercial para administração de medicina alternativa, durante o exercício de 2018.

TIGRINHOS/SC, em 02 de Janeiro de 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 003-2018

Publicação Nº 1467998

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 003/2018 com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI - CNPJ: 83.052.191/00041-50 no valor total de R\$ 20.530,00 (anual) para prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural para o Município de Tigrinhos, durante o exercício 2018.

TIGRINHOS/SC, em 02 de Janeiro de 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 004-2018

Publicação Nº 1473087

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 004/2018 com a Empresa FAEI SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME - CNPJ: 07.753.029/0001-93 no valor total de R\$ 450,00 mensais, para prestação de serviço de implantação, locação e suporte para implementação do sistema de controle interno e apresentação de audiências públicas, durante o exercício 2018.

TIGRINHOS/SC, em 02 de Janeiro de 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 005-2018

Publicação Nº 1474967

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 005/2018 com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CNPJ: 09.427.503/0001-12 no valor total de R\$ 5.880,00 (anual) para prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, durante o exercício de 2018.

TIGRINHOS/SC, em 02 de Janeiro de 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 006-2018

Publicação Nº 1477903

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 006/2018 com a Empresa DANIEL L. DREWS EIRELI EPP - CNPJ: 01.622.771/0001-83, para aquisição de combustível - Gasolina (4,15/litro) e Óleo Diesel BS10 (3,28/litro) e Reagente Arla 32 (73,13/galão de 20 litros), para manutenção da frota municipal durante o exercício 2018.

TIGRINHOS/SC, em 02 de Janeiro de 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVENIO 001-2018

Publicação Nº 1461104

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado convênio nº. 001/2018 conforme Lei Municipal nº. 863/2017 com a COECEL – COOP. ESCOLA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CAMPO ERE – CNPJ: 04.803.779/0001-34, para manutenção de vagas do curso Técnico em Agropecuária do Ensino Médio, ano letivo 2018.

TIGRINHOS/SC, em 02 de Janeiro de 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 002/2017

Publicação Nº 1477431

RETIFICAÇÃO Nº 02/2017 AO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS faz saber a quem possa interessar a RETIFICAÇÃO Nº 02/2017 ao EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, conforme segue:

I- Retifica-se parte do item 2.1 do edital conforme segue:

Onde se lê:

CARGO	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	VENCIMENTO	VAGAS	HABILITAÇÃO MÍNIMA
Técnico em Informática	20 Horas	R\$ 1.524,81	01	Ensino Superior Completo (Sistema de Informação)

Leia-se

CARGO	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	VENCIMENTO	VAGAS	HABILITAÇÃO MÍNIMA
Técnico em Informática	20 Horas	R\$ 1.524,81	01	Curso Superior Completo em Sistemas de Informação ou nível superior na área de informática devidamente registrado e fornecido por instituição educacional, reconhecida pelo Ministério da Educação.

Prefeitura Municipal de Tigrinhos, 29 de dezembro de 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 01/2018**

Publicação Nº 1477300

PORTARIA Nº 01/2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL CLAUDINO ROSSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 23, Inciso III, Alínea "A" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora da Câmara Municipal de Vereadores, DELNIA LIEBERT Matrícula nº 31/08, no período de 02 a 31 de janeiro de 2018, referente ao período de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 DE JANEIRO DE 2018.
MIGUEL CLAUDINO ROSSA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Certifico que a presente portaria foi publicada
no átrio deste legislativo.
Secretaria da Câmara, 02/01/2018.

PORTARIA Nº 02/2018

Publicação Nº 1477302

PORTARIA Nº 002/2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL CLAUDINO ROSSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 23, Inciso III, alínea "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias proporcionais à Servidora da Câmara Municipal de Vereadores CLARICE CAMPOS, Matrícula nº 29/08, no período de 02 a 31 de janeiro de 2018, referente ao período de 2016, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário, retornando ao trabalho no dia 22 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 DE JANEIRO DE 2018.
MIGUEL CLAUDINO ROSSA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Certifico que a presente portaria foi publicada
no átrio deste legislativo.
Secretaria da Câmara, 02/01/2018.

PORTARIA Nº 03/2018

Publicação Nº 1477306

PORTARIA Nº 003/2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL CLAUDINO ROSSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 23, Inciso III, alínea "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias proporcionais a Servidora da Câmara Municipal, SOLANGE SIMARA RUSCHEL Matrícula nº 41/12, no período de 02 a 31 de janeiro de 2017, referente ao período de 2017, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário, para atender o interesse do serviço público, em caráter excepcional, retornando ao trabalho no dia 22 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 DE JANEIRO DE 2018.
MIGUEL CLAUDINO ROSSA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Certifico que a presente portaria foi publicada
no átrio deste legislativo.
Secretaria da Câmara, 02/01/2018.

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 1/2018

Publicação Nº 1477904

Estado de Santa Catarina
SAMAE de Timbé do Sul
R: Carlos Savi, 365 – Fone: (48)35361172
e-mail: samae@samaetimbedosul.sc.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 1/2018.

Processo: 1/2018.

Data: 02 d e janeiro de 2018.

Objeto: cobrança de faturas não compensável, bem como fazer débito automático, via sistema, sem emissão de fatura papel que entre si fazem o serviço autônomo municipal de água e esgoto – SAMAE do município de Timbé do Sul-SC e o banco do brasil s.a. através de suas agências.

Valor : R\$ 1,80 (Hum Real e Oitenta Centavos) para o recebimento de faturas impressas pelo SAMAE, com código de barras padrão FEBRABAN: Seja ele através do sistema de Débito Automático, através dos terminais de Auto Atendimento e através da internet.

Contratada: BANCO DO BRASIL S.A.

Prazo: Da data da assinatura até 31.12.2018.

Amarildo Scursel Alexandre - Diretor do SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 2/2018

Publicação Nº 1477905

Estado de Santa Catarina
SAMAE de Timbé do Sul
R: Carlos Savi, 365 – Fone: (48)35361172
e-mail: samae@samaetimbedosul.sc.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 2/2018.

Processo: 1/2018.

Data: 02 d e janeiro de 2018.

Objeto: para cobrança de faturas não compensável, bem como fazer débito automático, via sistema, sem emissão de fatura papel que entre si fazem o serviço autônomo municipal de água e esgoto – samae do município de timbé do sul-sc e a cooperativa de credito rural sul catarinense., através de suas agências.

Valor : R\$ 1,80 (Hum Real e Oitenta Centavos) para o recebimento de faturas impressas pelo SAMAE, com código de barras padrão FEBRABAN: Seja ele através do sistema de Débito Automático, através dos terminais de Auto Atendimento, através da internet, através dos caixas nas agências bancárias .

Contratada: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL SUL CATARINENSE

Prazo: Da data da assinatura até 31.12.2018.

Amarildo Scursel Alexandre - Diretor do SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 3/2018

Publicação Nº 1477906

Estado de Santa Catarina
SAMAE de Timbé do Sul
R: Carlos Savi, 365 – Fone: (48)35361172
e-mail: samae@samaetimbedosul.sc.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 3/2018.

Processo: 2/2018.

Data: 02 d e janeiro de 2018.

Objeto: Prestação dos serviços de elaboração anual do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e dos serviços de assessoria na elaboração anual do LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.

Elaboração do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

Emissão de ASO – Atestado de Saúde Ocupacional para exame Admissional, Demissional e Periódico para os servidores da Autarquia;

Exames Complementares solicitados pelo Médico do Trabalho;

Convênio para execução de exames complementares de saúde ocupacional;

Visitas Técnicas para assessoria em Segurança do Trabalho;

Valor : R\$ 2.064,00 (Dois mil e sessenta e quatro reais)

Contratada: MULTSEG SERVIÇO E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - EPP,

Prazo: Da data da assinatura até 31.12.2018.

Amarildo Scursel Alexandre - Diretor do SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 4/2018

Publicação Nº 1477907

Estado de Santa Catarina

SAMAE de Timbé do Sul

R: Carlos Savi, 365 – Fone: (48)35361172

e-mail: samae@samaetimbadosul.sc.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 4/2018.

Processo: 3/2018.

Data: 02 d e janeiro de 2018.

Objeto Prestação de serviços de responsabilidade técnica do laboratório físico da estação de tratamento de água.

Valor : R\$ 7.980,00 (Sete mil e novecentos e oitenta reais)

Contratada: Hidraquímica Análise E Assessoria Ambiental Ltda. – Me

Prazo: Da data da assinatura até 31.12.2018.

Amarildo Scursel Alexandre - Diretor do SAMAE

PORTARIA SAMAE N. 1/2018

Publicação Nº 1477908

PORTARIA SAMAE N. 01/2018 02 de Janeiro de 2018.

O Sr. Amarildo S. Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Art. 1º - Constituir Comissão Permanente de Licitação de acordo com o Art. 51, Parágrafo 4. da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, que a partir desta data passará a ter a seguinte composição:

Presidente : JucianaCarlessi Burin -CPF nº 669.450.709-72 - Matrícula nº 20

Vice : Ricardo Stecanella - CPF nº 733.001.369-20 -Matrícula nº 04

- Vogal : Rodrigo dos Santos - CPF nº 020.697.439-69 - Matrícula nº 15

- Vogal : Edna Dal Pont - CPF nº 042.408.829-07 - Matrícula nº 14

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até 31.12.2018

Timbé do Sul-SC, 02 de Janeiro de 2018.

Amarildo Scursel Alexandre

Diretor do SAMAE

PORTARIA SAMAE N. 2/2018

Publicação N° 1477911

PORTARIA SAMAE N. 2/2018 01 de janeiro de 2018.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder férias de 20 dias, à servidora GILSEU SCUSSEL, relativo ao período aquisitivo 01.06.2016 a 30.06.2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias será de 02.01 a 21.01.2018.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 02 de janeiro de 2018.

Amarildo Scursel Alexandre
Diretor do SAMAE

Timbó**PREFEITURA****EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 76 2017 PMT - FORNECIMENTO DE GASOLINA E ÓLEO DIESEL**

Publicação N° 1463272

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 76/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de gasolina aditivada, óleo diesel S-10 e óleo diesel comum (S500) destinados ao abastecimento da Frota Municipal (veículos de passeio, motocicletas, utilitários, máquinas e caminhões) no período de janeiro a dezembro do exercício 2018.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Rudipel Rudnick Petroleo Ltda e Timbo Comércio de Combustíveis Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.554.821,76 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 01/01/2019

Timbó, 01/01/2018

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Três Barras

PREFEITURA

EDITAL 001/2018 – PROCESSO SELETIVO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Publicação Nº 1477481

EDITAL 001/2018 – PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, Luiz Divonsir Shimoguri, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 65, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, torna público através do presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo, para a área de atuação junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a serem admitidos em caráter temporário, em conformidade com a Lei nº 3.338, de 27 de dezembro de 2017 e Portaria nº 337 de 13 de dezembro de 2017, com o intuito de suprir o preenchimento das vagas de professores para o Plantão de Férias dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's que funcionarão durante as férias escolares (15.01.2018 a 09.02.2018).

1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições deverão ser feitas na sede da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte situada na Rua Lumber, s/n, Centro – Três Barras, do dia 03 de janeiro até o dia 08 de janeiro de 2018, no horário das 8.30h até às 12h. No mesmo ato, o candidato deverá optar pelo CMEI Zilda Pacheco ou Pref. Odilon Pazda.

1.1. Requisitos para admissão:

1.1.1 - Gerais

- a) ter ou estar cursando magistério, pedagogia ou pós na área de educação infantil;
- b) ter experiência ou curso em educação especial.

1.1.2. - Específicos

Documentação – ao solicitar a inscrição, o candidato deverá apresentar:

- a) fotocópia da carteira de identidade e CPF;
- b) documento indicativo do PIS/PASEP;
- c) comprovante de residência;
- d) Número da Agência e Conta Bancária, especialmente no Banco Itaú;
- e) Documentos comprobatórios dos requisitos do item 1.1.1;
- f) Certidão de nascimento dos filhos, se houverem.

1.1.2.1 O candidato deverá apresentar cópia dos documentos citados, acompanhada dos originais, para conferência, ou autenticados em cartório.

1.3. Das vagas, local, salário e carga horária:

LOCAL	CARGO	VAGAS	SALÁRIO BASE (R\$)	CARGA HORÁRIA
Zilda	Professor de educação infantil	18	1.770,00	40h sem.
Odilon	Professor de educação infantil	09	1.770,00	40h sem.
Odilon	Monitor de educação especial	01	1.300,00	40h sem.

- a) O horário de trabalho poderá ser alterado no curso do exercício do emprego conforme conveniência e interesse público da Administração.
- b) O período do vínculo será entre os dias 15/01/2018 a 09/02/2018

2. DAS ATRIBUIÇÕES

Aquelas constantes no Plano de Cargos do Magistério Municipal.

3. DA FORMA DE SELEÇÃO

A forma de seleção dos candidatos será efetuada através de Titulação de caráter eliminatório e classificatório,

3.1 Do Processo Seletivo

Os candidatos serão classificados por sua titulação na área que irá atuar, seguindo os seguintes critérios:

- a) Maior titulação;

- b) Maior tempo de serviço na área preterida;
- c) Maior experiência prática no caso da vaga de monitor de educação especial;
- d) Maior número de filhos.

3.2 Local e data de Divulgação do Resultado

Secretaria de Educação, Cultura e Esporte à Rua Lumber, s/n, Centro, Três Barras – SC, no mural de Avisos Gerais, bem como, no Edital junto à sede da Prefeitura Municipal de Três Barras e no site da página do Município, às 9 horas do dia 11.01.2018.

3.3. Normas Gerais:

Sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;

Será eliminado o candidato que:

- a) não comparecer nos dias e horas previstos para a inscrição;
- b) agir com incorreção ou descortesia;

A nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Processo Seletivo;

Os casos omissos serão decididos pela Comissão designada pela Portaria nº 337 de 13 de dezembro de 2017.

4. DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

4.1. A ordem de classificação no Processo Seletivo, calculada pela apresentação da titulação, determinará a ordem de contratação do candidato.

4.2 Em caso de empate entre dois candidatos, terá preferência o candidato que possuir os documentos contidos no item 3.1 do presente edital.

5. DO RECURSO

5.1 O candidato poderá entrar com recurso contra o resultado até o dia 12.01.2018, até as 16 horas, caso sinta-se prejudicado na sua classificação ou em relação à classificação de outro candidato.

5.1.1 O recurso deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, sob pena de não ser reconhecido.

5.2 O recurso será julgado pela Comissão.

5.3 O julgamento referente ao recurso será efetuado até o dia 15 de janeiro de 2018.

6. ACEITAÇÃO DAS NORMAS DO EDITAL

6.1. O requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão da Comissão responsável pela realização do certame. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

6.2. O Processo Seletivo em questão terá validade pelo período para o qual foi originado.

6.2.1. Possível a contratação de candidatos em números superior às vagas oferecidas, a critério da Secretaria correspondente, em razão do aumento do número de vagas, demissão ou exoneração de agentes, desde que observada a ordem classificatória, bem como, o período de validade do processo seletivo.

6.3. A habilitação nem a classificação neste Processo Seletivo assegura ao candidato o direito de contratação, pois esta será realizada dentro do interesse e necessidade da Secretaria à qual o cargo esteja vinculado, observada a ordem de classificação dos candidatos.

6.4. A contratação se formalizará através de instrumento próprio de acordo com as normas da Lei nº 2.520/2005.

6.5. Não poderão participar da seleção, e conseqüentemente firmar contrato com o Município, os servidores efetivos, de qualquer área, e os contratados com vínculo ainda vigente.

Três Barras, 28 de Dezembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 336 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1477187

PORTARIA Nº. 336 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ DIVONSIR SHOMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

1º. Alterar a composição nominal dos Membros da Comissão Permanente, para avaliação de imóveis constantes nas matrículas de nº 5.393 de propriedade de Oswaldo Bueno Júnior e Ivete Schermack Bueno; matrícula nº 12.840 de propriedade do espólio de Antonio Stalicz, e matrícula nº 35.991 de propriedade de Artisteu Tibes da Rocha e Ione Aparecida Machado da Rocha para desapropriação amigável ou judicial e que será composta pelos seguintes membros:

- ABRAHAÃO MUSSI;
- ACIR DEQUECH;
- ZAIR PACKER.

Art. 2º. A comissão ora designada quando proceder a avaliação de alguma área de interesse público (Lei nº 3.320/2017 – autoriza aquisição de áreas destinadas a ampliação de espaços físicos destinados a Secretaria Municipal de Educação), para desapropriação, deverá emitir o respectivo “laudo de avaliação” ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que sejam tomadas as devidas providências com as formalidades cabíveis.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 13 de dezembro de 2017.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 166/17

Publicação Nº 1477663

DECRETO 166/17 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DENOMINADO PREGÃO, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

GEOVANA GESSNER, Prefeita de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o inciso IV do art. 3º da Lei Federal nº 10.520/2002 de 17 de Julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º - DESIGNA o Sr. ZULNEI LUCHTEMBERG, servidor público Municipal, para exercer a função de PREGOEIRO, na operacionalização da modalidade de licitação, denominado PREGÃO.

Art. 2º - Ficam igualmente designados os servidores públicos municipais Sra. DAYANE VICENTE, Sr. BIANCA BARCHFELD e Sr. ADILSON MATTEUSSI, para em conjunto exercerem a função de equipe de apoio.

Art. 3º - As designações descritas nos Artigos 1º e 2º deste Decreto, terão vigência no exercício de 2018.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 167/17

Publicação Nº 1477664

DECRETO 167/17 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES, NO EXERCÍCIO DE 2018.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 51 da Lei 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º - NOMEIA comissão permanente para em conjunto procederem à avaliação, discussão e julgamento de licitações para o exercício de 2018, conforme nominata abaixo descrita:

Dayane Vicente - (PRESIDENTE)

Edson Steuck

Adilson Matteussi

Daniel Augusto Pisetta

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 168/17

Publicação Nº 1477665

DECRETO 168/17 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 29.200,00 (vinte e nove mil e duzentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.07 – Centro de Educação Infantil Cinderela

04.07.12.365.0004.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 15.000,00

04.11 – Centro de Educação Johanne Schütte

04.11.12.365.0004.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 2.300,00

04.04 – Centro de Educação Básica Erica Hasse

04.04.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 3.500,00

04.14 – Centro de Educação Infantil Arthur Kroenke

04.14.12.361.0004.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 2.000,00

08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.02 – Departamento de Proteção Básica

08.02.08.244.0012.2.047-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 400,00

08.01 – Departamento de Assistência

08.01.08.243.0012.2.057-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 4.000,00

09 – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO URBANO

09.01 – Departamento de Planejamento Urbano

09.01.04.127.0013.2.043-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.14 – Centro de Educação Infantil Arthur Kroenke

04.14.12.361.0004.2.022-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 2.000,00

04.04 – Centro de Educação Básica Erica Hasse

04.04.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 3.500,00

04.11 – Centro de Educação Johanne Schütte

04.11.12.365.0004.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 2.300,00

04.07 – Centro de Educação Infantil Cinderela

04.07.12.365.0004.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 15.000,00

08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.02 – Departamento de Proteção Básica

08.02.08.244.0012.2.047-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 400,00

08.01.08.243.0012.2.047-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 4.000,00

09 – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO URBANO

09.01 – Departamento de Planejamento Urbano

09.01.04.127.0013.2.043-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 169/17

Publicação Nº 1477666

DECRETO 169/17 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.02 – Departamento de Proteção Social Básica

08.02.08.244.0012.2.046-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentaria:

Excesso de Arrecadação R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 170/17

Publicação Nº 1477667

DECRETO 170/17 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 78.500,00 (setenta e oito mil e quinhentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.05 – Centro de Educação Arthur Bruno Jandt

04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 28.000,00

04.04 – Centro de Educação Básica Erica Hasse

04.04.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 31.000,00

04.06 – Centro de Educação Básica Eginolf Bell

04.06.12.361.0004.2.009-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 19.000,00

04.05 – Centro de Educação Arthur Bruno Jandt

04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 28.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentarias:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.05 – Centro de Educação Arthur Bruno Jandt

04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 28.000,00

04.06 – Centro de Educação Básica Eginolf Bell

04.06.12.361.0004.2.009-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 14.900,00

04.05 – Centro de Educação Arthur Bruno Jandt

04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 500,00

04.04 – Centro de Educação Básica Erica Hasse

04.04.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 7.000,00

04.04.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 2.000,00

04.06 – Centro de Educação Básica Eginolf Bell

04.06.12.361.0004.2.009-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 4.100,00

04.04 – Centro de Educação Básica Erica Hasse

04.04.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 22.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de dezembro de 2017.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 171/17

Publicação Nº 1477668

DECRETO 171/17 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 – Secretaria de Administração e Finanças
03.01.04.122.0003.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 15.000,00

08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
08.04 – Departamento de Gestão
08.04.08.244.0012.2.045-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 – Secretaria de Administração e Finanças
03.01.04.122.0003.2.003-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 15.000,00

08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
08.04 – Departamento de Gestão
08.04.08.244.0012.2.045-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de dezembro de 2017.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 172/17

Publicação Nº 1477669

DECRETO 172/17 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.05 – Centro de Educação Básica Arthur Bruno Jandt
04.05.12.361.0004.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.05 – Centro de Educação Básica Arthur Bruno Jandt

04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 173/17

Publicação Nº 1477670

DECRETO 173/17 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – Departamento de Atenção Básica

07.01.10.301.0005.2.050-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – Departamento de Atenção Básica

07.01.10.301.0005.2.050-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 174/17

Publicação Nº 1477671

DECRETO 174/17 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

REGULAMENTA O USO DOS DOCUMENTOS FISCAIS NAS AQUISIÇÕES MUNICIPAIS, A EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e em conformidade com a Lei Municipal 1890 de 28 de agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Nas aquisições de produtos e/ou serviços por qualquer órgão municipais os fornecedores deverão emitir exclusivamente notas fiscais eletrônicas na forma disposta pelo órgãos autorizadores.

§1º – As notas fiscais eletrônicas serão recebidas exclusivamente no e-mail “nfe@trombudocentral.sc.gov.br”.

Art.2º – Quando da emissão das respectivas notas fiscais, no corpo das mesmas deverá constar o número da autorização de fornecimento emitida pela secretaria responsável pela aquisição.

§1º – A não informação da autorização de fornecimento no corpo da aludida nota impede a liquidação e consequente pagamento dos valores aos fornecedores.

§2º – É de inteira responsabilidade do fornecedor a venda de produto e/ou serviço sem a respectiva autorização de fornecimento.

Art. 3º – Todas as prestações de serviços que tenham ISS devido a este ente, deverão constar na nota fiscal como ISS retido, ou seja, o Município passará a reter o imposto a partir de 01/02/2018, de acordo com o art. 289 da Lei Complementar nº 1999/2017, exceto, para os contribuintes com recolhimento de ISS fixo a este ente.

§1º – Para os prestadores de serviços optantes do simples nacional que não informarem a respectiva alíquota do ISS na forma do parágrafo anterior, será retido ISS na alíquota de 5% (cinco por cento), com fundamento no art. 21, §4º, V da LC nº 123/2006.

§2º – Deverá ainda o prestador de serviços informar a retenção dos demais impostos federais, se for o caso.

§3º – A não informação ou a informação incorreta na nota fiscal por parte do prestador de serviços dos impostos a serem retidos, obriga o Fisco a retenção na forma da lei.

Art. 4º – Somente poderão transacionar com o município os contribuintes adimplentes com o Fisco Municipal (art. 182 da Lei Complementar nº 1999/2017).

Art. 5º – Cada Secretário Municipal, será responsável pelas emissões das autorizações de fornecimento de compras e serviços da sua pasta, e controle orçamentário.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 471/17

Publicação Nº 1477672

PORTARIA 471/17 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE ESTABILIDADE PROVISÓRIA A SERVIDOR PÚBLICO TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial o inciso VII, do art. 52 da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o artigo 86 da lei complementar 816 de 31 de outubro de 1990 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), alterado pela lei complementar 1765 de 09 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO a garantia provisória de emprego da gestante que se encontra prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que se opõe a toda dispensa arbitrária ou imotivada.

CONSIDERANDO o Requerimento datado de 22 de dezembro de 2017, tendo em anexo o Laudo de Ultrassom de Gestação datado de 21 de dezembro de 2017, documentação apresentada junto ao Departamento de Pessoal que passam a fazer parte dos registros de assentamentos da servidora.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER estabilidade provisória a servidora pública municipal Sra. KATIANI DE BRITO, ocupante do cargo em provimento temporário de Professora, pela comprovação Gestacional.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 15 de dezembro de 2017, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017 CONTRATO Nº 11/2017

Publicação Nº 1477888

Processo licitatório Nº 10/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017
CONTRATO nº 11/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO.

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO em regime de execução parcelada, do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2017 o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora do Fundo Municipal da Saúde a Sra. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa GENTE SEGURADORA S/A Sociedade Seguradora de direito privado com Sede em Porto Alegre-RS na Rua Marechal Floriano Peixoto, n.450, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605.0001-02, representado neste ato pelo Procurador Sr. Eozemar de Souza brasileiro, portador do CPF nº 057.851.429-02 residente e domiciliado na Avenida Manoel Simão, nº 278, sala 01 na cidade de Indaial/SC, e doravante denominado CONTRATADA resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO de prazo para a CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS / SC, em conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 10/2017, Pregão Presencial nº 07/2017, e contrato nº 11/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o prazo referente CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS / SC, conforme segue abaixo

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço (R\$)
09	01	UN	Renault Master Minibus 12 pas. Placa MHD 8166 ano 2009/10 Ambulância 93YAD-CUH6AJ408414. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 4.000,00 danos materiais e corporais a transportados 1.539.804,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 30.000,00 Completo Vidros Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	1.129,40
11	01	UN	Fiat DOBLO HLX 1.8 07 pass.Placa MDX 8124 ano 2008 chassi 9BD11920581051377. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 1.100,00 danos materiais e corporais a transportados 1.539.804,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/Lanterna s e Retrovisores - Sem Cobrança de Franquia carro reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	1.177,22
12	01	UN	Renault Logan - Placa QHX 8567 Ano 2016/17 chassi 93Y4SRD64HJ555754. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 1.100,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/Lanterna s e Retrovisores - Sem Cobrança de Franquia carro reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	620,00
13	01	UN	Voyage 1.6 MLR 7638 Ano 2013/14 chassi 9BWDB45U5ET111475. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 1.100,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/Lanterna s e Retrovisores - Sem Cobrança de Franquia carro reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	620,00
16	01	UN	Renault MASTER Placa MKL 6103 2012/13 Ambulância - chassi 93YADC1H6DJ300830. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 4.000,00 danos materiais e corporais a transportados 1.539.804,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/Lanterna s e Retrovisores - Sem Cobrança de Franquia carro reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	3.550,00

25	01	UN	Fiat Ducato MULT JAEDI 15 pass. Placa QHM 2263 ano 2015 chassi 93W245H3RF2151098. casco 110% FIPE Franquia máxima reduzida 4.000,00 danos materiais e corporais a transportados 1.539.804,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/Lanternas e retrovisores Sem Cobrança de Franquia carro reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km livre.	3.550,00
26	01	UN	Fiat DOBLO Essence Placa QIB 1737 ano 2016/17 chassi 9BD1196GDH1139145. Casco 110% FIPE Franquia máxima reduzida 1.100,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/Lanternas e retrovisores Sem Cobrança de Franquia carro reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km livre.	820,00
28	01	UN	MASTER Placa QID 6308 ano 2016/17 chassi 93YMAFELCHJ46752 - Ambulância. Casco 110% FIPE Franquia máxima reduzida 4.000,00 danos materiais e corporais a transportados 1.539.804,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/Lanternas e retrovisores Sem Cobrança de Franquia carro reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km livre.	3.550,00
30	01	UN	DOBLO ESSENCE 1.8 PLACA QIQ 4028 ANO 2107-2018 CHASSI 9BD1196GDJ1143516. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 1.100,00 danos materiais e corporais a transportados 1.539.804,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/Lanternas e Retrovisores - Sem Cobrança de Franquia carro reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	434,51
			TOTAL GERAL	13.351,54

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS ". O contrato a ser firmado para a prestação dos serviços, terá vigência por doze meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos sendo que a vistoria dos veículos devera ser realizada em ate 30 dias da assinatura do Contrato, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente."da Execução do Contrato nº 011/2017. O presente termo aditivo não terá reajuste de valores durante esse período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., 18 de dezembro de 2017.

CLARICES WEIS STAUB GENTE SEGURADORA S.A

PREFEITO – CONTRATANTE CONTRATADO

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016 CONTRATO Nº 26/2016

Publicação Nº 1477890

Processo licitatório Nº 11/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016

CONTRATO Nº 26/2016

QUARTO TERMO ADITIVO – PRAZO

FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET

Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, considerada CONTRATANTE e a empresa Informática Itapiranga Ltda- EPP,-Nedel pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.938.920/0001-55, estabelecida na avenida Beira Rio, 247, centro, no Município de Itapiranga/sc, neste representado pelo Sr. Henrique Nedel, sócio administrador, considerado doravante CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO DE PRAZO ao Fornecimento de Serviços e Instalação de Link de Internet, com fundamento na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 11/2016 na modalidade do Pregão Presencial nº 09/2016 e Contrato nº 26/2016.

item	Qtade	unid		Preço UNIT	Especificação
1	12	meses	743, 3616	8.920,34	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de no mínimo 10 MBPS FULL (10 MBPS de download e 10 MBPS de Upload), com no mínimo 6 IPS validos. Via fibra ótica. (Disponibilizado na Prefeitura Municipal)
2	12	meses	163, 5396	1.962,48	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de no mínimo 2 MBPS FULL (2 MBPS de download e 2 MBPS de Upload), com IP válido. (Disponibilizado na Escola de Linha São Pedro).
3	12	meses	163, 5396	1.962,48	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de no mínimo 2 MBPS FULL (2 MBPS de download e 2 MBPS de Upload), com IP válido.(Disponibilizado na Escola de Linha Pitangueira).
4	12	meses	117, 9467	1.415,36	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 10 MBPS de download e 2 MBPS de upload. Via fibra ótica. (Disponibilizado na Secretaria da Educação).
5	12	meses	117, 9467	1.415,36	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 10 MBPS de download e 2 MBPS de upload. Via fibra ótica. (Disponibilizado na Secretaria da Saúde).
6	12	meses	117, 9467	1.415,36	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 5 MBPS de download e 2 MBPS de upload. Via fibra ótica. (Disponibilizado na Secretaria da Agricultura).
7	12	meses	117, 9467	1.415,36	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 5 MBPS de download e 2 MBPS de upload. Via fibra ótica. (Disponibilizado na Escola Helga Follmann).
8	12	meses	93, 168	1.118,02	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 5 MBPS de download e 2 MBPS de upload. Via fibra ótica. (Disponibilizado na Escola de Educação Infantil).
9	12	meses	93, 168	1.118,02	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 5 MBPS de download e 2 MBPS de upload. Via fibra ótica. (Disponibilizado no setor DMER)
10	12	meses	93, 168	1.118,02	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 5 MBPS de download e 2 MBPS de upload. Via fibra ótica. (Disponibilizado no CRAS).
11	12	meses	93, 168	1.118,02	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 5 MBPS de download e 2 MBPS de upload. Via fibra ótica. (Disponibilizado no Conselho Tutelar).
12	12	meses	93, 168	1.118,02	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 5 MBPS de download e 2 MBPS de upload. Via fibra ótica. (Disponibilizado na creche berçário)

13	12	meses	93, 168	1.118,02	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 5 MBPS de download e 2 MBPS de upload. Via fibra ótica. (Disponibilizado no LAR DO IDOSO)
12	12	meses	19,823	237,88	Fornecimento de Terminal Telefônico Fixo na modalidade de STFC, (Disponibilizado na Escola de Linha São Pedro)
13	12	meses	19,823	237,88	Fornecimento de Terminal Telefônico Fixo na modalidade de STFC, (Disponibilizado na Escola de Linha Pitangueira)
					Valor total R\$ 25.690,61 (Vinte cinco mil seiscientos e noventa reais e sessenta e um centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO referente a contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços e instalação de Link de internet para esta Municipalidade.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a cláusula sétima – do PRAZO E REAJUSTE do Contrato nº 26/2016.

2.3 Os valores não sofreram reajuste, permanecendo os mesmos do contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 15 de dezembro de 2017.
Renato Paulata Informática Itapiranga Ltda- EPP.
Prefeito Municipal Henrique Nedel
Sócio administrador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2017 CONTRATO Nº 113/2017

Publicação Nº 1477895

Processo licitatório Nº 166/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2017
CONTRATO nº 113/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO.

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua da Consolação, 317, Bairro Matinho, na cidade Xanxarê, Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 07.753.029/0001-93 doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS:

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 166/2017 e Pregão Presencial nº 105/2017, e Contrato nº 113/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO referente contratação de empresa para implantação e treinamento, locação de software e suporte para implementação do controle interno com geração dos anexos do SICONFI e apresentação das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais para o setor da contabilidade e controle interno.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigência: "O presente contrato tem a vigência a partir da assinatura do mesmo, e expirará em 31 de dezembro de 2017, podendo ser aditivado por mais 12 meses, quantas vezes necessárias e legais" do presente contrato em execução nº 113/2017.

O presente termo aditivo não terá reajuste de valores durante esse período, conforme segue abaixo:

Item	Qtd.	Un	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
01	12	MÊS	contratação de empresa para implantação e treinamento, locação de software e suporte para implementação do controle interno com geração dos anexos do SICONFI e apresentação das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais para o setor da contabilidade e controle interno	600,00	7.200,00
			TOTAL GERAL		7.200,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 13 de dezembro de 2017.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA
Empresa Contratada

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016 CONTRATO Nº 62/2017

Publicação Nº 1477896

Processo licitatório Nº 50/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016
CONTRATO nº 62/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado,

com sede à Rua João Pessoa, 134, 1º andar, Centro, em Cidade Criciúma/SC-, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.456.865/0001-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo de prazo para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS TÉCNICOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL e integrante do presente contrato como se aqui transcritos estivessem em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 40/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 50/2017 e Pregão Presencial nº 40/2017, e Contrato nº 62/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com o contrato CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO "Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, desde que haja

interesse do Município, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas, para melhor adequação das finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA, Parágrafo Primeiro. A alteração de quaisquer disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele. Com exceção das alterações provenientes de reajustamento contratual previsto no § 5º da Cláusula 7ª, as quais poderão, sem obstáculos, serem executadas através de simples Apostila nos termos do artigo 65, §8º, da Lei de Regência do Contrato nº 62/2017.

a) LICENCIAMENTO MENSAL DOS SISTEMAS: Prefeitura Municipal Tunápolis

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	12	Mês	Planejamento Público	2	460,00	5.520,00
2.	12	Mês	Contabilidade Pública	4	1.168,00	14.016,00
3.	12	Mês	Tesouraria Pública	3	250,00	3.000,00
4.	12	Mês	Tributação Municipal	3	850,00	10.200,00
5.	12	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	---	387,00	4.644,00
6.	12	Mês	Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	---	350,00	4.200,00
7.	12	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	---	280,00	3.360,00
8.	12	Mês	Compras e Licitações	4	490,00	5.880,00
9.	12	Mês	Almoxarifado Público	2	290,00	3.480,00
10.	12	Mês	Patrimônio Público	2	290,00	3.480,00
11.	12	Mês	Gestão de Frotas Municipal	1	350,00	4.200,00
12.	12	Mês	Recursos Humanos	1	425,00	5.100,00
13.	12	Mês	Folha de Pagamento	2	915,00	10.980,00
14.	12	Mês	Ponto eletrônico	1	485,00	5.820,00
15.	12	Mês	Relógio de ponto via internet	---	220,00	2.640,00
16.	12	Mês	Administração Educacional Pública	2	425,00	5.100,00
17.	12	Mês	Gestão de Faturamento de Água/Esgoto	2	410,00	4.920,00
18.	12	Mês	Portal da Transparência	---	175,00	2.100,00
					TOTAL R\$	98.640,00

b) CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO: Prefeitura Municipal Tunápolis.

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	PARCELAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	------	----	-----------	----------	----------------	-------------

1.	1	Serv.	Serviços de conversão, implantação e treinamento	01	17.500,00	17.500,00
2.	110	Hora	Assistência técnica na sede da entidade (hora técnica)	xx	80,00	8.800,00
3.	800	KM	Deslocamento para Assistência técnica na sede da entidade (quilometro rodado)	xx	0,80	640,00
4.	5	Diária	Hospedagem e Alimentação para Assistência técnica na sede da entidade (diária)	xx	151,00	755,00
					TOTAL R\$	27.695,00

Parágrafo Segundo. Nos valores referidos nesta Cláusula estão computadas todas as despesas com obrigações sociais e de proteção aos prestadores de serviço, bem como todas as despesas necessárias para a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 11 de dezembro de 2017.
 RENATO PAULATA BETHA SISTEMAS LTDA
 Prefeito Municipal CONTRATADA
 CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer
 Assessor Jurídico
 OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
 CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
 CPF: 020.226.259.60

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 36/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA MÁRCIA M. DA SILVA E CIA LTDA ME INFO DIGITALL.

Publicação Nº 1477897

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2013.

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 36/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA MÁRCIA M. DA SILVA E CIA LTDA ME INFO DIGITALL.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa Márcia M. da Silva e CIA LTDA ME Info Digitalle, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.731/001-75, estabelecida a Rua Ernesto Prada nº 280, cidade e Município de Trombudo Central denominado CONTRATADA resolvem aditiva o contrato que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DOCUMENTOS ADMINISTRATIVO e CONTÁBIL e INDEXAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 48/2013 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo, que fica prorrogado por mais 12 (doze) meses consecutivos, nos termos da nº 8.666/93 e respectivas alterações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em decorrência da prorrogação de vigência ora ajustada, o prazo de duração do contrato passa a corresponder ao período de 01/01/2018 a 31/12/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO Fica ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, § 8º da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 20 de dezembro de 2017.
Renato Paulata Márcia M. da Silva e CIA LTDA ME
Prefeito Municipal Info Digitalle
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas: 1) _____ 2) _____
Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

ATA DE JULGAMENTO REFERENTE O PROCESSO DE LICITAÇÃO N º 237/2017

Publicação Nº 1477898

Ata de julgamento referente o Processo de licitação n º 237/2017

Se reuniram na sala do setor de compras e licitações no dia 29 de dezembro de 2017 as 8h30 minutos, para julgamento das propostas e habilitação dos participantes que tiveram interesse em participar da concorrência referente o Processo de Licitação nº 237/2017 para EXPLORAR AS DEPENDÊNCIAS DO GINÁSIO MUNICIPAL "FRANCISCO CACILDO FROELICH", por concessão de uso, onde participou a empresa LEONIR ENGLER devidamente representado pelo Sr. Enio Engler. A Comissão de Licitação abriu os envelopes da habilitação onde constatou que a empresa LEONIR ENGLER apresentou todos os documentos exigidos no presente edital, sendo assim habilitada para o presente certame. Comissão Julgadora de Licitação reuniu para ATO CONTÍNUO, constatou que a proposta foi elaborada de acordo com os anexos do edital. Sendo que a empresa LEONIR ENGLER, apresentou proposta onde ofertou 25%(vinte cinco por cento) do valor da Energia a ser gasta no FRANCISCO CACILDO FROELICH, baseado nas últimas 03(três) faturas, e levando em consideração que a energia elétrica da Comissão Municipal dos Esportes, AEST, Conselho Tutelar e demais salas do Ginásio Municipal estão totalmente unificadas em um único contador/Relógio e são consideradas despesas de energia do Ginásio Municipal "FRANCISCO CACILDO FROELICH".

A Comissão de Licitação informa e mantém como classificada a empresa LEONIR ENGLER, como determina a Lei, uma vez que o preço máximo do edital foi estipulado e fundamentado pela Secretaria Municipal da Administração. A Comissão declara encerrados os trabalhos e, para constar, eu Sheila Inês Bieger membro Comissão Julgadora de Licitação, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos demais membros da Comissão pelos Licitantes presentes na sessão.

Tunápolis, SC., 29 de dezembro de 2017.

LEONIR ENGLER
EMPRESA CLASSIFICADA
ENIO ENGLER
REPRESENTANTE

Comissão Permanente de Licitações

Nelcina Maria Decker Jackson Scherer Sheila Inês Bieger
Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

CONTRATO Nº141 /2017

Publicação Nº 1477886

CONTRATO Nº141 /2017

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa S.J.CONSTRUTORA LTDA -ME estabelecida na Rua Madre Maria Theodora,615,sala 01,Bairro Quatro Irmãos, no Município de Ponte Serrada-SC inscrita no CNPJ sob nº 01.575.243/0001-10, representada neste ato pelo sócio Sr. Jhonatan Fornari, brasileiro, portador do CPF nº 057.314.839-22, cédula de identidade nº 4.310.542, doravante denominado CONTRATADA resolvem celebrar o presente contrato de EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA REFERENCIAR A IMPERMEABILIZAÇÃO DO TELHADO DO GINÁSIO CACILDO FROELICH, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 10/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua

às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA REFERENCIAR A IMPERMEABILIZAÇÃO DO TELHADO DO GINÁSIO CACILDO FROELICH, CONFORME PROJETO TÉCNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	01	UND	56.680,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) REFERENCIAR A IMPERMEABILIZAÇÃO DO TELHADO DO GINÁSIO CACILDO FROELICH, CONFORME PROJETO TÉCNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA, IDENTIFICADOS COMO ANEXO I ESTE EDITAL.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO:

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 60 (sessenta) dias a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 – A Ordem de Serviço para execução da obra será emitida pelo Município de TUNAPOLIS.

3.3 – Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.4 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.5 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital e proposta aceita sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.6 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 56.580,00(cinquenta e seis mil quinhentos e oitenta reais), sendo custo com mão de obra de R\$ 14.850,00(catorze mil oitocentos e cinquenta reais) e material de R\$ 41.730,00(Quarenta e um mil setecentos e trinta reais).

4.2 - O pagamento será efetuado pelo Município no prazo máximo de 10 (dez) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal, conforme os valores unitários constantes da "Proposta de Preços", sem prejuízo das demais condições estabelecidas neste edital e na minuta contratual.

4.2.1 O depósito está condicionado ao cumprimento dos serviços constantes do cronograma físico-financeiro, devidamente atestado pela comissão de acompanhamento do Município.

4.2.2 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.

- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;

- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período.

- Cópia dos comprovantes de ficha ponto dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

– Folhas e comprovantes mensais de Pagamento dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;

4.2.4 – O pagamento correspondente a 50% (Cinquenta por cento) do valor da medição final, somente será realizado mediante:

- Apresentação do "AS BIULT" se for o caso.
- Apresentação da "CND da Obra".

4.3 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 16.2 do edital, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.4 - Incidirá sobre o valor total das Notas Fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS) conforme legislação vigente, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária sobre o valor total dos pagamentos efetuados, pela alíquota cabível (11%) para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente, sem prejuízo das demais condições legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - O prazo para a conclusão da obra é 60 (sessenta) dias a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA SETIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (81) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

9.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra conforme modelo bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.5 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta

Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.6 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.7 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.8 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.9 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.10 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.11 - A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado à terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.12 - Cumprir toda e qualquer diligência executada pelo Município com relação à obra objeto desta licitação.

9.13 - A CONTRATADA não poderá SUBEMPREITAR os serviços a ela adjudicados.

9.14- A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 10/2017, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões e terá vigência até o dia 28 de fevereiro de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2- Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total;

c) A multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade. Caberá verificar se na execução da obra estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - As correspondências referentes ao contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício. Na hipótese de a contratada se negar a assinar o protocolo de recebimento do ofício, o mesmo será poder ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se feita a comunicação para todos os efeitos.

14.4 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.5 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.6 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.7 - Decorridos noventa (90) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.8 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 – A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.
Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DECIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC, 29 de dezembro de 2017
RENATO PAULATA S.J.CONSTRUTORA LTDA -ME
Prefeito Municipal CONTRATADA
CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Volmir Pedro Lawisch
CPF 710.744. 149-34
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Karine Epping Sheila Inês Bieger
CPF:009.815.549-03 CPF:020.226.259-60

DECRETO 1940/2017

Publicação Nº 1477267

DECRETO Nº 1940/2017, de 27 de Novembro de 2017
DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO PAULATA, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1285/2016,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de Créditos Adicionais Suplementares na Lei de Meios vigente, no valor de R\$ 293.135,00 (Duzentos e Noventa e três mil, cento e trinta e cinco reais), o qual será onerado à conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANJ E FINANÇAS	
Unidade:	03.01	ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	04.122.0002.2.009	Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração	
	3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas – (6)	35.000,00
Proj./Ativ.	13.813.0017.2.016	Manutenção das Festividades Oficiais	
	3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas – (13)	1.069,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.01	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL	
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.010	Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes	
	3.1.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas – (34)	4.700,00
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL	
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.011	Manutenção do Ensino Fundamental	
	3.1.90.00.00.00.00.00.1018	Aplicações Diretas – (43)	6.300,00
Proj./Ativ.	12.365.0005.2.013	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental	
	3.1.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas – (47)	3.000,00
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA	
Proj./Ativ.	12.365.0005.2.012	Manutenção da Educação Infantil	
	3.1.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas – (54)	13.800,00
	3.3.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas – (61)	2.000,00

Órgão:	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ.	22.661.0014.2.046	Manutenção dos Serviços da Indústria e Comércio
3.1.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas – (124) 3.000,00
Órgão:	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Unidade:	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Proj./Ativ.	17.512.0011.2.042	Manutenção do SAMAE – Sistema de Abastecimento Municipal de Água e Esgoto
3.1.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas – (154) 6.600,00
Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ.	10.301.0012.1.003	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanentes para Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.1070		Aplicações Diretas – (53) 285,64
Proj./Ativ.	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.00.1002		Aplicações Diretas – (7) 10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1223		Aplicações Diretas – (8) 5.953,42
3.1.90.00.00.00.00.00.1120		Aplicações Diretas – (92) 200.000,00
Proj./Ativ.	10.304.0012.2.040	Manutenção da Vigilância e Promoção em Saúde
3.1.90.00.00.00.00.00.1000		Aplicações Diretas – (40) 1.426,94

TOTAL R\$ 293.135,00

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o excesso de arrecadação, no valor de R\$ 49.081,58 (Quarenta e nove mil e oitenta e um reais e cinquenta e oito centavos), e pelo excesso causado pelo Convênio na área da Saúde no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) o valor 76.000,00 (setenta e seis mil reais) e ainda pela anulação de dotações no valor de R\$ 44.053,42 (Quarenta e quatro mil e cinquenta e três reais e quarenta e dois centavos), conforme segue:

Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.01	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.010	Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes
3.1.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas – (35) 4.700,00
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL
Proj./Ativ.	12.365.0005.2.013	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas – (49) 3.000,00
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA
Proj./Ativ.	12.365.0005.2.012	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.1018		Aplicações Diretas – (58) 10.800,00
Órgão:	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ.	22.661.0014.2.046	Manutenção dos Serviços da Indústria e Comércio
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas – (125) 3.000,00
Órgão:	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Unidade:	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Proj./Ativ.	17.512.0011.2.042	Manutenção do SAMAE – Sistema de Abastecimento Municipal de Água e Esgoto
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas – (156) 6.600,00
Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ.	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família
3.3.90.00.00.00.00.00.1002		Aplicações Diretas – (10) 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1223		Aplicações Diretas – (11) 5.953,42

TOTAL R\$ 293.135,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
27 de Novembro de 2017.
RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico de controladoria Interna.

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017

Publicação Nº 1473156

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Extrato Dispensa de licitação nº 02/2017

PARTES: Fundo Municipal da Saúde, e Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC – Cis/Ameosc

Objeto: Contratação de Consórcio Público com objetivo assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência bem para o ano de 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 54/2017 Dispensa de Licitação 02/2017.

Fundamento : Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8666/93

Valor: R\$ 83.016,00 (Oitenta e três mil dezesseis centavos).

Tunápolis, SC, aos 02 de janeiro de 2018.

Clarice Weis Staub
Secretaria Municipal da Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016 CONTRATO Nº 16/2017 PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO.

Publicação Nº 1477887

Processo licitatório Nº 10/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016
CONTRATO Nº 16/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora do Fundo Municipal da Saúde a Sra. CLARICE WEIS STAUB, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa RANG TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA -ME, estabelecida na Rua Francisco Perondi, 127, sala 01, centro, na Cidade de Iporã do Oeste-SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 19.286.537-0001-79 neste ato representado pelo Sr. Rafael Nicolodi, Diretor Administrativo. brasileiro, portador do CFP n.086.081.529-32 e doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente TERMO ADITIVO DE PRAZO, mediante as cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 10/2017 e Pregão Presencial nº 06/2017, e Contrato nº 16/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO referente Contratação de Empresa Especializada Para Prestação de Serviço de Consultoria, para o exercício de 2018.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 03(três) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 30 de março de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 28 de dezembro de 2017.

CLARICE WEIS STAUB RANG TECN.E DES.O DE SISTEMAS LTDA -
Gestora do Fundo CONTRATADA
CONTRATANTE
Fiscal do Contrato

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2013.

Publicação Nº 1477889

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2013.

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 36/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA MÁRCIA M. DA SILVA E CIA LTDA ME INFO DIGITALE.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa Márcia M. da Silva e CIA LTDA ME Info Digitalle, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.731/001-75, estabelecida a Rua Ernesto Prada nº 280, cidade e Município de Trombudo Central denominado CONTRATADA resolvem aditiva o contrato que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DOCUMENTOS ADMINISTRATIVO e CONTÁBIL e INDEXAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 48/2013 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo, que fica prorrogado por mais 12 (doze) meses consecutivos, nos termos da nº 8.666/93 e respectivas alterações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em decorrência da prorrogação de vigência ora ajustada, o prazo de duração do contrato passa a corresponder ao período de 01/01/2018 a 31/12/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO Fica ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, § 8º da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 20 de dezembro de 2017.

Renato Paulata Márcia M. da Silva e CIA LTDA ME
Prefeito Municipal Info Digitalle
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

1) _____
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

2) _____
Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 01.2018**

Publicação Nº 1476966

PORTARIA Nº 01/2018

Em 02 de janeiro de 2018.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DONATO LAUSCHNER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias à servidora MADALENA HOFER BAUMGRATZ, ocupante do cargo efetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – Classificação CPC 005, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2017 a 01 de janeiro de 2018, sendo o gozo de férias de 02 a 31 de janeiro de 2018, conforme solicitação da mesma.

Art. 2º Anote-se a presente à folha funcional da respectiva servidora.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.

Aos 02 de janeiro de 2018.

DONATO LAUSCHNER

Presidente

Urussanga

PREFEITURA

CONTRATO N° 02/2018

Publicação N° 1446793

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato do Contrato: 02/2018
Data de assinatura: 02/01/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: LM FARMÁCIA SACCON LTDA ME
CNPJ: 07.665.032/0001-55
Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos guia da farmácia.
Valor Global: R\$ 114.000,00
Vigência até 31/12/2018

CONTRATO N° 26/2018/FMAS

Publicação N° 1465133

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA/ FMAS
Extrato do Contrato n.º 26/2017/FMAS
Processo Licitatório n.º 03/2017/FMAS
Data de assinatura: 02.01.2018
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA / FMAS
Contratado: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME
CNPJ/CPF: 14.309.817/0001-50
Objeto: fornecimento parcelado de cestas básicas
Valor: R\$ 24.975,00
Vigência até 31/12/2018

CONTRATO N° 29/2018/FMS

Publicação N° 1468552

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO: 29/2018
DATA DE ASSINATURA: 02/01/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 19/2017/FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ/CPF: 03.392.348/0001-60
OBJETO: SERVIÇO PARCELADO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE
VALOR GLOBAL: R\$ 78.900,00
VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2018

CONTRATO N° 01/2018

Publicação N° 1461705

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato do Contrato: 01/2018
Data de assinatura: 02/01/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
CNPJ: 09.427.503/0001-12
Objeto: prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação – Diária Oficial dos Municípios de Santa
Valor Global: R\$ 7.140,00

CONTRATO Nº 33/2017

Publicação Nº 1476078

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO: 33/2017
DATA DE ASSINATURA: 02/01/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 79/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: AUTO POSTO NOVA BELLUNO
CNPJ/CPF: 21.731.593/0001-36
OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEL
VALOR GLOBAL: R\$ 586.026,99
VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2018

CONTRATO Nº 34/2017

Publicação Nº 1476086

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO: 34/2017
DATA DE ASSINATURA: 02/01/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 79/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: PADOIN FONTANELLA COM DE COMBUSTÍVEL LTDA
CNPJ/CPF: 04.340.499/0001-37
OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEL
VALOR GLOBAL: R\$ 452.154,40
VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2018

Publicação Nº 1464906

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO: 25/2018
DATA DE ASSINATURA: 02/01/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 75/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: MARLEI APARECIDA DE MOURA ZOMER - EPP
CNPJ/CPF: 08.651.020/0001-34
OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE GÁS DE COZINHA
VALOR GLOBAL: R\$ 63.499,80

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2018

Publicação Nº 1465872

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO: 27/2018
DATA DE ASSINATURA: 02/01/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 74/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: MERCADO GASTALDON LTDA ME
CNPJ/CPF: 72.470.628/0001-61
OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE ÁGUA MINERAL
VALOR GLOBAL: R\$ 18.707,50

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2018 E 31/2018

Publicação Nº 1468524

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO: 30/2018
DATA DE ASSINATURA: 02/01/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 71/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
CNPJ/CPF: 80.954.555/0001-01
OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE LUBRIFICANTES
VALOR GLOBAL: R\$ 77.840,00

EXTRATO DO CONTRATO: 31/2018
DATA DE ASSINATURA: 02/01/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 71/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: RCOL ROLAMENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.015.263/0001-98
OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE LUBRIFICANTES
VALOR GLOBAL: R\$ 64.134,00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2017

Publicação Nº 1469700

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO: 32/2018
DATA DE ASSINATURA: 02/01/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 78/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: IMOBILIÁRIA E EMPREENDIMENTOS SERAFIN LTDA
CNPJ/CPF: 86.531.142/0001-09
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
VALOR GLOBAL: R\$ 95.400,00
VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2018

EXTRATO DE CONTRATO N° 35/2017

Publicação N° 1477273

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO: 35/2017
DATA DE ASSINATURA: 02/01/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 70/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: COOFASUL – COOPERATIVA FAMILIAR AGROINDUSTRIAL SUL CATARINENSE
CNPJ/CPF: 07.231.446/0001-76
OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS AGRICULTURA FAMILIAR
VALOR GLOBAL: R\$ 122.117,90
VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2018

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 076/2017

Publicação Nº 1477899

DECRETO N.º 076/2017, de 26 de dezembro de 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.085/2016 de 22 de novembro de 2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE 2.042 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Modalidade 3190.00.00.01.0035.0030 – Aplicações Diretas R\$ 3.600,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0035.0030 – Piso Básico Fixo, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 3.600,00

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 26 de dezembro de 2017

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 27/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 077/2017

Publicação Nº 1477900

DECRETO N.º 077/2017, de 27 de dezembro de 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.085/2016 de 22 de novembro de 2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.013 – Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

Modalidade 319000.00.01.00.0018 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta:

I - do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0018 – Transferências do Fundeb – 60%, observada a tendência do exercício, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 7.200,00

II - do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0019 – Transferências do Fundeb – 40%, observada a tendência do exercício, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 4.800,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 27 de dezembro de 2017
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 28/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Vidal Ramos**PREFEITURA****ADITIVO 01/2017**

Publicação Nº 1477426

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

TERMO ADITIVO Nº 01/2017 DO CONTRATO Nº. 01/2017

1º TERMO ADITIVO AO Nº 01/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente termo aditivo:

CONTRATANTE: FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL,

doravante denominado "Município" Localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.094.585/0001-84, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA. pessoa jurídica de direito privado com sede a Rua Joao Pessoa, nº. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, neste ato representado pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

As partes contratantes sujeitam-se as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº. 74/2016, do Município de Vidal Ramos/SC e as seguintes cláusulas deste ADITIVO:

Cláusula Primeira- DO OBJETO

Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo.

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
29.	12	Mês	Contabilidade Pública	3	220,00	2.640,00
30.	12	Mês	Compras e Licitações	1	120,00	1.440,00
VALOR TOTAL R\$			4.080,00			

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.9.0.3.9.1.1.00.00.0 0.00.00.00 do exercício de 2018

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato passará a vigor a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Sendo automaticamente renovado por até 03 (três) iguais períodos, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57 inciso II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

VIDAL RAMOS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.

Ernesto Muniz de Souza Jr.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
CPF n.º CPF n.º

ADITIVO 01/2017

Publicação Nº 1477422

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

TERMO ADITIVO Nº 01/2017 DO CONTRATO Nº. 01/2017

1º TERMO ADITIVO AO Nº 01/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente termo aditivo:

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, doravante denominado "Município" Localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.099.537/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA. pessoa jurídica de direito privado com sede a Rua Joao Pessoa, nº. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, neste ato representado pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

As partes contratantes sujeitam-se as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº. 74/2016, do Município de Vidal Ramos/SC e as seguintes cláusulas deste ADITIVO:

Cláusula Primeira- DO OBJETO

Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo.

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
23.	12	Mês	Contabilidade Pública	3	220,00	2.640,00
24.	12	Mês	Compras e Licitações	1	120,00	1.440,00
VALOR TOTAL R\$			4.080,00			

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.9.0.3.9.1.1.00.00.0.00.00.00 do exercício de 2018

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato passará a vigor a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Sendo automaticamente renovado por até 03 (três) iguais períodos, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57 inciso II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

VIDAL RAMOS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

BETHA SISTEMAS LTDA. FUNDEMA

Ernesto Muniz de Souza Jr.

Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

CONTRATADA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
CPF n.º CPF n.º

ADITIVO 01/2017

Publicação Nº 1477428

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL PARA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA

TERMO ADITIVO Nº 01/2017 DO CONTRATO Nº. 01/2017

1º TERMO ADITIVO AO Nº 01/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL PARA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente termo aditivo:

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL PARA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA, doravante denominado "Município" Localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.098.312/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA. pessoa jurídica de direito privado com sede a Rua Joao Pessoa, nº. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, neste ato representado pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

As partes contratantes sujeitam-se as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº. 74/2016, do Município de Vidal Ramos/SC e as seguintes cláusulas deste ADITIVO:

Cláusula Primeira- DO OBJETO

Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo.

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
31.	12	Mês	Contabilidade Pública	3	220,00	2.640,00
32.	12	Mês	Compras e Licitações	1	120,00	1.440,00
VALOR TOTAL R\$			4.080,00			

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.9.0.3.9.1.1.00.00.0.00.00.00 do exercício de 2018

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato passará a vigor a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Sendo automaticamente renovado por até 03 (três) iguais períodos, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57 inciso II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

VIDAL RAMOS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

FUNDO MUNICIPAL PARA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF n.º

Nome:
CPF n.º

ADITIVO 02/2017

Publicação Nº 1477433

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 02/2017 DO CONTRATO Nº. 01/2017

1º TERMO ADITIVO AO Nº 01/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente termo aditivo:

CONTRATANTE: FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS,
, doravante denominado "Município" Localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA. pessoa jurídica de direito privado com sede a Rua Joao Pessoa, nº. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, neste ato representado pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

As partes contratantes sujeitam-se as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº. 74/2016, do Município de Vidal Ramos/SC e as seguintes cláusulas deste ADITIVO:

Cláusula Primeira- DO OBJETO

Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo.

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
27.	12	Mês	Contabilidade Pública	3	220,00	2.640,00
28.	12	Mês	Compras e Licitações	1	180,00	2.160,00
VALOR TOTAL R\$			4.800,00			

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.9.0.3.9.1.1.00.00.0 0.00.00.00 do exercício de 2018

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato passará a vigor a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Sendo automaticamente renovado por até 03 (três) iguais períodos, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57 inciso II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

VIDAL RAMOS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

BETHA SISTEMAS LTDA. FUNDERURAL
Ernesto Muniz de Souza Jr. Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATADA CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____
CPF n.º _____ CPF n.º _____

ADITIVO 02/2017

Publicação Nº 1477427

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL DE VIDAL RAMOS

1º. TERMO ADITIVO Nº. 02/2017 AO CONTRATO Nº. 02/2017

Ao 29º (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2017, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado O FUNDO MUNICIPAL HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Jorge Lacerda, 1180, inscrita no CNPJ sob nº. 19.094.585/0001-84 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor LAÉRCIO DA CRUZ, portador do CPF nº. 494.985.689-87, doravante denominado "Contratante" e de outro lado à empresa ROCHA & ROCHA SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº. 24.192.133/0001-75, com sede a Augusto Stoltenberg, 398, no município de Vidal Ramos, doravante denominada "Contratada", têm entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº. 36/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços para Atualizar e Alimentar mensalmente o Sistema de E-SFINGE OBRAS no Sistema "ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E PROGRAMAS SOCIAIS"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SÉTIMA E CLÁUSULA NONA – DA RENOVAÇÃO do Contrato nº. 02/2017 de 03 de abril de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

12 mês	Entidade: Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social de Vidal Ramos	96,00	1.152,00
--------	--	-------	----------

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018. 3.3.90.39.05.00.00.00.

CLÁUSULA SEXTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

FUNDO MUNICIPAL HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ROCHA & ROCHA SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME
CONTRATADA

Testemunhas:

WAGNER WILL
CPF: 081.337.549-00

Eduardo Thechrin
CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 02/2017

Publicação Nº 1477432

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE VIDAL RAMOS

1º. TERMO ADITIVO Nº. 02/2017 AO CONTRATO Nº. 02/2017

Ao 29º (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2017, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Jorge Lacerda, 1180, inscrita no CNPJ sob nº. 19.098.312/0001 – 08, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor LAÉRCIO DA CRUZ, portador do CPF nº. 494.985.689-87, doravante denominado "Contratante" e de outro lado à empresa ROCHA & ROCHA SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob. nº. 24.192.133/0001-75, com sede a Augusto Stoltenberg, 398, no município de Vidal Ramos, doravante denominada "Contratada", têm entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº. 36/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços para Atualizar e Alimentar mensalmente o Sistema de E-SFINGE OBRAS no Sistema "ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E PROGRAMAS SOCIAIS"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SÉTIMA E CLÁUSULA NONA – DA RENOVAÇÃO do Contrato nº. 02/2017 de 03 de abril de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

12 mês	Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos	96,00	1.152,00
--------	---	-------	----------

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018. 3.3.90.39.05.00.00.00.

CLÁUSULA SEXTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ROCHA & ROCHA SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME
CONTRATADA

Testemunhas:

WAGNER WILL
CPF: 081.337.549-50

Eduardo Thechrin
CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 02/2017

Publicação Nº 1477413

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 02/2017 DO CONTRATO Nº. 01/2017

1º TERMO ADITIVO AO Nº 01/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente termo aditivo:

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS,
, doravante denominado "Município" Localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.567.169/0001-32, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA. pessoa jurídica de direito privado com sede a Rua Joao Pessoa, nº. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, neste ato representado pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

As partes contratantes sujeitam-se as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº. 74/2016, do Município de Vidal Ramos/SC e as seguintes cláusulas deste ADITIVO:

Cláusula Primeira- DO OBJETO

Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo.

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
25.	12	Mês	Contabilidade Pública	3	180,00	2.160,00
26.	12	Mês	Compras e Licitações	1	220,00	2.640,00
VALOR TOTAL R\$			4.800,00			

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.9.0.3.9.1.1.00.00.0 0.00.00.00 do exercício de 2018

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato passará a vigor a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Sendo automaticamente renovado por até 03 (três) iguais períodos, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57 inciso II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

VIDAL RAMOS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

BETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF n.º

Nome:
CPF n.º

ADITIVO 02/2017

Publicação Nº 1477423

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

1º. TERMO ADITIVO Nº. 02/2017 AO CONTRATO Nº. 02/2017

Ao 29º (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2017, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado O FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Jorge Lacerda, 1180, inscrita no CNPJ sob nº. 11.099.537/0001-77 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor LAÉRCIO DA CRUZ, portador do CPF nº. 494.985.689-87, doravante denominado "Contratante" e de outro lado à empresa ROCHA & ROCHA SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob. nº. 24.192.133/0001-75, com sede a Augusto Stoltenberg, 398, no município de Vidal Ramos, doravante denominada "Contratada", têm entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº. 36/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços para Atualizar e Alimentar mensalmente o Sistema de E-SFINGE OBRAS no Sistema "ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E PROGRAMAS SOCIAIS"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SÉTIMA E CLÁUSULA NONA – DA RENOVAÇÃO do Contrato nº. 02/2017 de 03 de abril de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

12 mês	Entidade: Fundo Municipal do Meio Ambiente	96,00	1.152,00
--------	--	-------	----------

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018. 3.3.90.39.05.00.00.00.

CLÁUSULA SEXTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ROCHA & ROCHA SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME
CONTRATADA

Testemunhas:

WAGNER WILL Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 03/2017

Publicação Nº 1477415

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 03/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 02/2017 PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MONTAGEM, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE PNEUS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA VOLNEI XAVIER MEI

Pelo presente Termo, se dá devido à mudança de Modalidade de Aplicação para o ano de 2018 e por ainda ter saldos dos serviços prestados O FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ: 14.567.169/0001-32, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor Laércio da Cruz, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa VOLNEI XAVIER MEI pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 557, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.571.897/0001-80, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Volnei Xavier, a seguir denominado CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de prestação de serviços de nº. 02/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº 02/2017 de 16 de janeiro de 2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste ADITIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar a Cláusula Sexta, Clausula Sétima e Cláusula Décima do Contrato 02/2017 de 16 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão a conta do Município, através dos recursos orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal na Dotação Orçamentária do exercício de 2018: 3.3.90.39.19.00.00.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS

OBS: Os preços permanecerão os mesmos.

LOTE 01

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	31	UND/ SERV	Conserto de Pneu para automóveis veículos leves com tip top (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	14,16	438,96
2	34	UND/ SERV	Conserto de Pneu para automóveis veículos leves sem Tip Top (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	9,44	320,96
TOTAL DO LOTE				759,92	

LOTE 06					
ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
11	16	UND/ SERV	Montagem/desmontagem de Pneu para automóveis veículos leves (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	4,00	64,00
18	11	UND/ SERV	Balanceamento Pneu para automóveis veículos leves (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	8,39	92,29

TOTAL DO LOTE				156,29	
LOTE 07					
ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
22	10	UND/ SERV	Alinhamento Veículos Leves (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kom- bi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	34,00	340,00
TOTAL DO LOTE				340,00	

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PRAZOS

O presente Contrato passara a vigor do dia 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas, abaixo assinadas.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

Fundo Municipal de Assistência Social
Laércio da Cruz
Contratante

VOLNEI XAVIER MEI
Volnei Xavier
Contratado

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 03/2017

Publicação Nº 1477424

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ADITIVO Nº. 03/2017 AO CONTRATO Nº. 04/2017 - DEVIDO A MUDANÇA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA QUE ENTRE SI CELEBRAM FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA INSTALADORA VIDALENSE LTDA

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, doravante denominado "Município", localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 01, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.099.537/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: INSTALADORA VIDALENSE LTDA, doravante denominada "Contratada", estabelecida à AVENIDA JORGE LACERDA, 1091 SALA 01, centro, no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.295.224/0001-33.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 63/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA QUARTA do Contrato 04/2017 de 06 de julho de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL:

PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, DE FORMA FRAGMENTADA, CONFORME A NECESSIDADE E DE CAMINHÃO MUNCK SEMPRE QUE NECESSÁRIO.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018, classificada na dotação: 33.90.39.05.00.00.00.00.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

INSTALADORA VIDALENSE LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Wagner Will	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 03/2017

Publicação Nº 1477434

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 03/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 02/2017 PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MONTAGEM, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE PNEUS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA VOLNEI XAVIER MEI

Pelo presente Termo, se dá devido à mudança de Modalidade de Aplicação para o ano de 2018 e por ainda ter saldos dos serviços prestados O FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ: 83.102.376/0001-34, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor Laércio da Cruz, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa VOLNEI XAVIER MEI pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 557, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.571.897/0001-80, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Volnei Xavier, a seguir denominado CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de prestação de serviços de nº. 02/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº 02/2017 de 16 de janeiro de 2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste ADITIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar a Cláusula Sexta, Clausula Sétima e Cláusula Décima do Contrato 02/2017 de 16 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão a conta do Município, através dos recursos orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal na Dotação Orçamentária do exercício de 2018: 3.3.90.39.19.00.00.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS

OBS: Os preços permanecerão os mesmos.

LOTE 01

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	32	UND/ SERV	Conserto de Pneu para automóveis veículos leves com tip top (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	14,16	453,12
2	32	UND/ SERV	Conserto de Pneu para automóveis veículos leves sem Tip Top (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	9,44	302,08
TOTAL DO LOTE				755,20	

LOTE 06					
ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
11	12	UND/ SERV	Montagem/desmontagem de Pneu para automóveis veículos leves (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	4,00	48,00
18	15	UND/ SERV	Balanceamento Pneu para automóveis veículos leves (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	8,39	125,85
TOTAL DO LOTE				173,85	

LOTE 07					
ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
22	9	UND/ SERV	Alinhamento Veículos Leves (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	34,00	306,00
TOTAL DO LOTE				306,00	

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PRAZOS

O presente Contrato passara a vigor do dia 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas, abaixo assinadas.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

Fundo Des. Agropecuário de Vidal Ramos	VOLNEI XAVIER MEI
Laércio da Cruz	Volnei Xavier
Contratante	Contratado

Testemunhas:

Wagner Will	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 03/2017

Publicação N° 1477400

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO N° 03/2017 DO CONTRATO N°. 02/2017

1º TERMO ADITIVO AO N° 02/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente termo aditivo:

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, doravante denominado "Município" Localizado na Avenida Jorge Lacerda, n°. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 14.164.340/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA. pessoa jurídica de direito privado com sede a Rua Joao Pessoa, n°. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n°. 00.456.865/0001-67, neste ato representado pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

As partes contratantes sujeitam-se as normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei n°. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial n°. 74/2016, do Município de Vidal Ramos/SC e as seguintes cláusulas deste ADITIVO:

Cláusula Primeira- DO OBJETO

Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo.

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
20.	12	Mês	Contabilidade Pública	3	220,00	2.640,00
21.	12	Mês	Compras e Licitações	1	150,00	1.800,00
22.	12	Mês	Tesouraria	2	120,00	1.440,00
VALOR TOTAL R\$			5.880,00			

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.9.0.3.9.1.1.00.00.0 0.00.00.00 do exercício de 2018

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato passará a vigor a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Sendo automaticamente renovado por até 03 (três) iguais períodos, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57 inciso II, da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei n°. 8.883, de 08 de junho de 1994.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

VIDAL RAMOS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

BETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF n.º

Nome:
CPF n.º

ADITIVO 04/2017

Publicação Nº 1477435

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 04/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 03/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM o FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS E EMPRESA CRISTIAN L. FRUTUOSO E CIA LTDA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado o FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado CRISTIAN L. FRUTUOSO E CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à RUA LEOBERTO LEAL, nº. 84, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.717.047/0001-76, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Cristian L. Frutuoso, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 03/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusula, Segunda e Terceira, do contrato nº. 03/2017 de 16 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

LOTE 05					
ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
9	35	UND/ SERV	Conserto de Pneu para máquinas pesadas com tip top (tratores de pneus, retroescavadeiras, Pá carregadeiras, Motoniveladoras).	90,00	3.150,00
10	36	UND/ SERV	Conserto de Pneu para máquinas pesadas sem Tip Top (tratores de pneus, retroescavadeiras, Pá carregadeiras, Motoniveladoras).	70,00	2.520,00
15	94	UND/ SERV	Montagem/desmontagem Pneu Máquinas pesada (tratores de pneus, Retroescavadeiras, Pá carregadeiras, motoniveladoras).	50,00	4.700,00
17	1000	km	Deslocamento para socorro de serviços de borracharia Máquinas pesadas.	2,50	2.500,00
TOTAL DO LOTE				12.870,00	

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo será de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Podendo ser renovando por consenso das partes por ser prestação de serviços e se obtiver saldos.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas

oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CRISTIAN L. FRUTUOSO E CIA LTDA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 04/2017

Publicação Nº 1477416

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 04/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 03/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA EDEMAR MARCELO PETRY E CIA LTDA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS amos, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.567.169/0001-32, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Gilberto Comandolli, nº. 50, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.915.246/0001-07, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Edeimar Marcelo Petry, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 03/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Oficina Mecânica e Elétrica, consertos e revisões nos veículos da frota do setor de obras, Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Funderural, veículos (pesados, leves, médios). O SERVIÇO A SER REQUISITADO DE FORMA FRAGMENTADA SEMPRE QUE ALGUM DOS VEÍCULOS APRESENTAREM DEFEITO MECÂNICO/ ELÉTRICO.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Sexta e décima, do contrato nº. 03/2017 de 31 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

LOTE: 1																																		
Participante:					1875					-					EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME																			
Item		Especificação										Un.Med.		Qtde Cotada		Preço Unitário				Preço Total														
1		Serviços de MECÂNICA GERAL para a categoria Veículos Leves, VANS E CAMIONETAS a ser prestada em oficina devidamente equipada com ferramentas e utensílios necessários aos serviços de manutenção e reposição de peças das secretarias de Saúde, Assistência Social, Educação, Funderural, Tributação e Fundo da Infância.										SERV		86,00		21,15				1.818,90														
2		Deslocamento para socorro de serviços mecânicos										KM		100,00		1,206				120,60														
																				1.939,50														

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo será de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Podendo ser renovando por consenso das partes por ser prestação de serviços e se obtiver saldos.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 04/2017

Publicação Nº 1477402

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 04/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 03/2017 PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MONTAGEM, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE PNEUS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA VOLNEI XAVIER MEI

Pelo presente Termo, se dá devido à mudança de Modalidade de Aplicação para o ano de 2018 e por ainda ter saldos dos serviços prestados O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ: 14.164.340/0001-62, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor Laércio da Cruz, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa VOLNEI XAVIER MEI pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 557, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.571.897/0001-80, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Volnei Xavier, a seguir denominado CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de prestação de serviços de nº. 03/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº 03/2017 de 16 de janeiro de 2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste ADITIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar a Cláusula Sexta, Clausula Sétima e Cláusula Décima do Contrato 03/2017 de 16 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão a conta do Município, através dos recursos orçamentários e financeiros

da Prefeitura Municipal na Dotação Orçamentária do exercício de 2018: 3.3.90.39.19.00.00.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS

OBS: Os preços permanecerão os mesmos.

LOTE 01

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	50	UND/ SERV	Conserto de Pneu para automóveis veículos leves com tip top (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	14,16	708,00
2	62	UND/ SERV	Conserto de Pneu para automóveis veículos leves sem Tip Top (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	9,44	582,28
TOTAL DO LOTE				1.293,28	

LOTE 06					
ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
11	77	UND/ SERV	Montagem/desmontagem de Pneu para automóveis veículos leves (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	4,00	308,00
18	38	UND/ SERV	Balanceamento Pneu para automóveis veículos leves (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	8,39	318,82
12	52	UND/ SERV	Montagem/desmontagem de Pneu para veículos médios (Peugeot Boxer, (saúde), (Ford Transit, Citroen Jumper, Peugeot Boxer, Educação), (Toyota, Obras), (Hilux, Gabinete).	11,255	585,00
19	37	UND/ SERV	Balanceamento Pneu para automóveis veículos médios (Peugeot Boxer, (saúde), (Ford Transit, Citroen Jumper, Peugeot Boxer, Educação), (Toyota, Obras), (Hilux, Gabinete).	11,27	416,99
TOTAL DO LOTE				1.628,81	

LOTE 07					
ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
22	16	UND/ SERV	Alinhamento Veículos Leves (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	34,00	544,00
TOTAL DO LOTE				544,00	

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PRAZOS

O presente Contrato passara a vigor do dia 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas,

abaixo assinadas.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos VOLNEI XAVIER MEI
Laércio da Cruz Volnei Xavier
Contratante Contratado

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 05/2017

Publicação Nº 1477418

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 05/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 04/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS E EMPRESA EMERSON DA SILVA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado O FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.567.169/0001-32, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado EMERSON DA SILVA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Pedro Weber, nº 268, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.297.782/0001-14, neste ato representado pelo Senhor Emerson da Silva, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 04/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Oficina Mecânica e Elétrica, consertos e revisões nos veículos da frota do setor de obras, Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Funderural, veículos (pesados, leves, médios). O SERVIÇO A SER REQUISITADO DE FORMA FRAGMENTADA SEMPRE QUE ALGUM DOS VEÍCULOS APRESENTAREM DEFEITO MECÂNICO/ELÉTRICO.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Sexta e décima, do contrato nº. 04/2017 de 31 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

LOTE: 2																																							
Participante:					2289					-					EMERSON DA SILVA - ME																								
Item	Especificação															Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário					Preço Total																
3	Serviços de ELETRICIDADE para a categoria Veículos Leves , VANS, CAMIONETAS, Micro-ônibus E ÔNIBUS a ser prestada em oficina devidamente equipada com ferramentas e utensílios necessários aos serviços de manutenção e reposição de peças das secretarias de administração, Saúde, Assistência Social, Educação, Funderural, Tributação e Fundo da Infância.															SERV	90	60,1751					5.415,30																
4	Deslocamento para socorro de serviços elétricos															KM	100,00	2,2218					222,18																
																				5.637,48																			

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EMERSON DA SILVA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 05/2017

Publicação Nº 1477367

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO N.º 05/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 01/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e o Município de VIDAL RAMOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.376/0001-34, com sede Av. Jorge Lacerda, 1180 - Centro, CEP 88443-000, na cidade de VIDAL RAMOS, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito(a), Senhor(a) LAERCIO DA CRUZ, residente no município de Vidal Ramos, inscrito no CPF sob o n.º 494.985.689-87, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 01/2016, celebrado em 2016. A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 1668, de 09/07/2008.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 01/2016, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestadas pelo CIGA, para o exercício 2018, permanecerão os mesmos conforme resolução 123/2017 aprovada em Assembleia:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00
2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 1.920,00
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 2775-8, Conta Corrente n.º 1290-4, de titularidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2018, nos termos da Lei Municipal n.º 1.940 de 07 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO REGIN

Os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, referentes a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, por meio do programa Registro Mercantil Integrado REGIN, agora passam a ser denominados 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal - GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalterados as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 01/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Vidal Ramos – SC, 29 de dezembro de 2017.

LAERCIO DA CRUZ Prefeito de VIDAL RAMOS CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA
---	---

TESTEMUNHAS:

	FERNANDA ROSA SOCIAL Assistente Administrativa do CIGA
--	---

ADITIVO 05/2017

Publicação Nº 1477436

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 05/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 04/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA EDEMAR MARCELO PETRY E CIA LTDA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado O FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS AMOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Gilberto Comandolli, nº. 50, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.915.246/0001-07, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Edemar Marcelo Petry, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 04/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Oficina Mecânica e Elétrica, consertos e revisões nos veículos da frota do setor de obras, Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Funderural, veículos (pesados, leves, médios). O SERVIÇO A SER REQUISITADO DE FORMA FRAGMENTADA SEMPRE QUE ALGUM DOS VEÍCULOS APRESENTAREM DEFEITO MECÂNICO/ELÉTRICO.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Sexta e décima, do contrato nº. 04/2017 de 31 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

[illegible]

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPE: 081.337.549-50 CPE: 083.410.239-03

ADITIVO 05/2017

Publicação Nº 1477404

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 05/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 04/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA CARLOS ALBERTO DE SOUZA BORRACHARIA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.164.340/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado CARLOS ALBERTO DE SOUZA BORRACHARIA ME, CNPJ nº. 11.844.048/0001-00, com sede à Avenida Jorge Lacerda, CEP: 88.443-000, VIDAL RAMOS - SC., neste ato representada mediante credenciamento pelo Senhor Carlos Alberto de Souza, a seguir denominado CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017 NA ENTIDADE PREFEITURA pelos termos da proposta da Contratada datada de 20/01/2017, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 04/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusula, Segunda e Terceira, do contrato nº. 04/2017 de 16 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
57	UND/ SERV	Conserto de Pneu para veículos médios com tip top (Peugeot Boxer, (saúde), (Ford Transit, Citroen Jumper, Peugeot Boxer, Educação), (Toyota, Obras), (Hilux, Gabinete).	39,97	2.278,29
53	UND/ SERV	Conserto de Pneu para veículos médios sem Tip Top (Peugeot Boxer, (saúde), (Ford Transit, Citroen Jumper, Peugeot Boxer, Educação), (Toyota, Obras), (Hilux, Gabinete).	24,98	1.323,94
TOTAL DO LOTE			3.602,23	

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo será de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Podendo ser renovando por consenso das partes por ser prestação de serviços e se obtiver saldos.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CARLOS ALBERTO DE SOUZA BORRACHARIA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 06/2017

Publicação Nº 1477368

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 06/2017 AO CONTRATO 28/2016

O Município de Vidal Ramos, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Jorge Lacerda, 1180, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Laercio da Cruz, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa IDS Desenvolvimento de Software e Assessoria Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 05.982.200/0001-00, com sede na Av. Brasil, 922 – sala 01 – Centro, Pato Branco/PR, neste ato representado legalmente pelo Sr. Mauri Cesar Dengo, brasileiro, casado, empresário, RG nº 5.238.704-3 e CPF/MF nº 761.581.789-53, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, justo e acordado o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO FUNDAMENTO LEGAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. Vincula-se o presente Contrato ao Pregão Presencial nº 01/2015 realizado pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI e à proposta da CONTRATADA, partes integrantes deste contrato, realizada com fulcro no artigo 112, § 1º da Lei 8.666/93, Lei 11.107/2005, Decreto 6.017/2007, Lei Municipal ratificadora do Protocolo de Intenções do CIM-AMAVI, sujeitando-se as partes à Lei Federal nº 10.520/2002, Resolução CIM-AMAVI nº 02/201 e subsidiariamente à Lei 8.666/93, ao Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis.

DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA SEGUNDA. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licença de uso de software para gestão da educação municipal, desenvolvido para plataforma Linux, sob a arquitetura Web, com acesso simultâneo de usuários, utilizando banco de dados relacional entre os Municípios Consorciados ao CIM-AMAVI elencados no Edital de Pregão Presencial nº 01/2015, incluindo serviços iniciais de implantação (instalação, importação/conversão de dados e parametrização) e treinamento de usuários, assim como serviços contínuos de manutenção legal e corretiva, suporte técnico e treinamento contínuo, conforme especificações e demais condições constantes do Edital de Pregão e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA QUINTA, SEXTA E CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA – DA RENOVAÇÃO do Contrato 28/2016 de 02 de março de 2016, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

O Valor para estes três meses permanecerá o mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 31/03/2018.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA OITAVA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS	IDS Desenvolvimento de Software e Assessoria Ltda.
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

WAGNER WILL Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 06/2017

Publicação Nº 1477419

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

1º. TERMO ADITIVO Nº. 06/2017 AO CONTRATO Nº. 05/2017

Ao 29º (vinte e nove) dia do mês de dezembro de 2017, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Jorge Lacerda, 1180, inscrita no CNPJ sob nº. 14.567.169/0001-32 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor LAÉRCIO DA CRUZ, portador do CPF nº.

494.985.689-87, doravante denominado "Contratante" e de outro lado à empresa ROCHA & ROCHA SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob. nº. 24.192.133/0001-75, com sede a Augusto Stoltenberg, 398, no município de Vidal Ramos, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº. 36/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços para Atualizar e Alimentar mensalmente o Sistema de E-SFINGE OBRAS no Sistema "ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E PROGRAMAS SOCIAIS"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SÉTIMA E CLÁUSULA NONA – DA RENOVAÇÃO do Contrato nº. 05/2017 de 03 de abril de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

12 mês	Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social de Vidal Ramos	96,00	1.152,00
--------	--	-------	----------

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018, 3.3.90.39.05.00.00.00.

CLÁUSULA SEXTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

CONTRATADA

Testemunhas:

WAGNER WILL

CPF: 081.337.549-50

Eduardo Thechrin

CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 06/2017

Publicação Nº 1477437

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 06/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 05/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS E EMPRESA EMERSON DA SILVA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado O FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado EMERSON DA SILVA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Pedro Weber, nº 268, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.297.782/0001-14, neste ato representado pelo Senhor Emerson da Silva, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 05/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Oficina Mecânica e Elétrica, consertos e revisões nos veículos da frota do setor de obras, Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Funderural, veículos (pesados, leves, médios). O SERVIÇO A SER REQUISITADO DE FORMA FRAGMENTADA SEMPRE QUE ALGUM DOS VEÍCULOS APRESENTAREM DEFEITO MECÂNICO/ELÉTRICO.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Sexta e décima, do contrato nº. 05/2017 de 31 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

LOTE: 2																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
---------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EMERSON DA SILVA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 06/2017

Publicação N° 1477405

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO N° 06/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N°. 05/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E EMPRESA CRISTIAN L. FRUTUOSO E CIA LTDA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.164.340/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado CRISTIAN L. FRUTUOSO E CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à RUA LEOBERTO LEAL, nº. 84, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.717.047/0001-76, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Cristian L. Frutuoso, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 05/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusula, Segunda e Terceira, do contrato nº. 05/2017 de 16 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
7	80	UND/ SERV	Conserto de Pneu para ônibus VW, Micro-ônibus Volare, Iveco, com tip top	60,00	4.800,00
8	80	UND/ SERV	Conserto de Pneu para ônibus VW, Micro-ônibus Volare, Iveco sem Tip Top	38,00	3.040,00
13	80	UND/ SERV	Montagem/desmontagem Pneus Ônibus VW, Micro ônibus Iveco, Volare W8 do Departamento educação e saúde.	30,00	2.400,00
17	1000	km	Deslocamento para socorro de serviços de borracharia veículos Educação.	2,50	2.500,00
TOTAL DO LOTE				12.740,00	

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo será de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Podendo ser renovando por consenso das partes por ser prestação de serviços e se obtiver saldos.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CRISTIAN L. FRUTUOSO E CIA LTDA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 07/2017

Publicação Nº 1477369

TESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

2º. TERMO ADITIVO Nº. 07/2017 AO CONTRATO 20/2016

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2017, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Jorge Lacerda, 1180, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Senhor LAERCIO DA CRUZ, portador do CPF nº. 494.985.689-87, doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa W.L.A. ASSESSORIA LTDA (ACTIO ASSESSORIA), inscrita no CNPJ sob nº. 12.153.370/0001-48, com sede a R ELMA LENZI,275 - SALA 402, no município de Rio do Sul, , Bairro: CANTA GALO, CEP: 89163-035 doravante denominado "Contratada":

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 04/2016 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de treinamento na área tributária municipal e da fiscalização de obras e posturas, visando ao aperfeiçoamento de servidores públicos do município com a finalidade de aprimorar a aplicação da legislação e a consultoria conforme determinado no Termo de Referência (Anexo II) em 18 (dezoito) horas semanais de trabalho "in loco".

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SEXTA E CLÁUSULA OITAVA – DA RENOVAÇÃO do Contrato 20/2016, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

ü Pela prestação dos serviços acima propostos a Proponente cobrará a importância de R\$. 46.776,00 (quarenta e seis mil setecentos e setenta e seis reais), com o seguinte cronograma de pagamento:

a) R\$. 3.898,00 (três mil oitocentos e noventa e oito reais) mensais; mediante a necessária comprovação do serviço prestado no período.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018

Conforme item 13.1. do edital: A adjudicação e o contrato provenientes do presente processo licitatório terão vigência de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018.

CLÁUSULA SEXTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

W.L.A. ASSESSORIA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

WAGNER WILL Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 07/2017

Publicação Nº 1477406

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 07/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 06/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS E EMPRESA EDEMAR MARCELO PETRY E CIA LTDA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.164.340/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Gilberto Comandolli, nº. 50, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.915.246/0001-07, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Edeмар Marcelo Petry, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 06/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação conforme necessidade de serviços de alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Sexta e décima, do contrato nº. 06/2017 de 16 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

LOTE 08

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
23	38	UND/ SERV	Alinhamento Veículos médios (Peugeot Boxer, (saúde), (Ford Transit, Citroen Jumper, Peugeot Boxer, Educação), (Toyota, Obras), (Hilux, Gabinete)).	45,00	1.170,00
TOTAL DO LOTE				1.170,00	

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo será de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Podendo ser renovando por consenso das partes por ser prestação de serviços e se obtiver saldos.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 07/2017

Publicação Nº 1477420

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 07/2017 AO CONTRATO Nº. 06/2017

REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES QUE ENTRE SI CELEBRAM FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA BATURITE ROCHA LYRA & CIA LTDA - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominado "Município", localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 01, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.567.169/0001-32, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: BATURITE ROCHA LYRA & CIA LTDA - ME, doravante denominada "Contratada", estabelecida à AV JORGE LACERDA, 1320 -, centro, no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.141.466/0001-20.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 56/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SEGUNDA, QUARTA E CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RENOVAÇÃO do Contrato 06/2017 de 04 de julho de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:

O preço para Prestação de Serviços é de R\$ 1.288,00 (mil duzentos e oitenta e oito reais) que será pago conforme prestação de serviço mensal.

Item	Qtd		Descrição	Valor. Unit.	Valor Total
1	92	Hrs.	HORA TÉCNICA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA Instalação, formatação Suporte, instalação de softwares e sistemas operacionais, internet, após a solicitação a empresa vencedora deverá prestar os serviços de imediato ou num prazo máximo de 02 horas após a solicitação e instalação configuração rede.	14,00	1.288,00

Total dos itens	1.288,00
-----------------	----------

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO CONTRATUAL:

Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de computadores da Secretaria de Assistência Social.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018, classificada na dotação: 3.3.9.0.3.9.5.7.00.00.00.00.00.

CLÁUSULA QUINTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SEXTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

BATURITE ROCHA LYRA & CIA LTDA - ME

CONTRATADA

Testemunhas:

Wagner Will
CPF: 081.337.549-50

Eduardo Thechrin
CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 07/2017

Publicação Nº 1477439

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 07/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 07/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS E EMPRESA LOTERMAQ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME.

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado O FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado LOTERMAQ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME, Estrada Geral Campestre, nº. 5883, Bairro Interior, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.609.312/0001-46, neste ato representada pelo Senhor Antonio Fabio Lotério, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 07/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação de empresa para Prestação de Serviços de Oficina Mecânica e Elétrica, consertos e revisões nos tratores do Funderural. O SERVIÇO A SER REQUISITADO DE FORMA FRAGMENTADA SEMPRE QUE ALGUM DOS TRATORES APRESENTAREM DEFEITO MECÂNICO/ ELÉTRICO.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Sexta e décima, do contrato nº. 07/2017 de 31 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
01	430	HRS	Serviços de MECÂNICA GERAL para a categoria TRATORES a ser prestada em oficina devidamente equipada com ferramentas e utensílios necessários aos serviços de manutenção e reposição de peças das secretarias Obras e Funderural.	74.00	31.820,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo será de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Podendo ser renovando por consenso das partes por ser prestação de serviços e se obtiver saldos.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

LOTERMAQ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 08/2017

Publicação Nº 1477421

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 08/2017 AO CONTRATO Nº. 07/2017 - DEVIDO A MUDANÇA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA QUE ENTRE SI CELEBRAM FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA INSTALADORA VIDALENSE LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominado "Município", localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 01, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.567.169/0001-32, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: INSTALADORA VIDALENSE LTDA, doravante denominada "Contratada", estabelecida à AVENIDA JORGE LACERDA, 1091 SALA 01, centro, no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.295.224/0001-33.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 63/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA QUARTA do Contrato 07/2017 de 06 de julho de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL:

PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, DE FORMA FRAGMENTADA, CONFORME A NECESSIDADE E DE CAMINHÃO MUNCK SEMPRE QUE NECESSÁRIO.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018, classificada na dotação: 33.90.39.05.00.00.00.00.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

INSTALADORA VIDALENSE LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Wagner Will	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 08/2017

Publicação Nº 1477407

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 08/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 07/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA EDEMAR MARCELO PETRY E CIA LTDA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.164.340/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Gilberto Comandolli, nº. 50, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.915.246/0001-07, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Edeмар Marcelo Petry, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 07/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Oficina Mecânica e Elétrica, consertos e revisões nos veículos da frota do setor de obras, Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Funderural, veículos (pesados, leves, médios). O SERVIÇO A SER REQUISITADO DE FORMA FRAGMENTADA SEMPRE QUE ALGUM DOS VEÍCULOS APRESENTAREM DEFEITO MECÂNICO/ ELÉTRICO.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Sexta e décima, do contrato nº. 07/2017 de 31 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

LOTE: 1																																							
Participante:					1875					-					EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME																								
Item		Especificação										Un. Med.		Qtde Cotada		Preço Unitário				Preço Total																			
1		Serviços de MECÂNICA GERAL para a categoria Veículos Leves, VANS E CAMIONETAS a ser prestada em oficina devidamente equipada com ferramentas e utensílios necessários aos serviços de manutenção e reposição de peças das secretarias de Saúde, Assistência Social, Educação, Funderural, Tributação e Fundo da Infância.										SERV		172,90		21,15				3.656,83																			
2		Deslocamento para socorro de serviços mecânicos										KM		175,10		1,206				211,17																			
																				3.868,00																			
LOTE: 4																																							
Item		Especificação										Un. Med.		Qtde Cotada		Preço Unitário				Preço Total																			
7		Serviços de MECÂNICA GERAL para a categoria MICRO-ONIBUS a ser prestada em oficina devidamente equipada com ferramentas e utensílios necessários aos serviços de manutenção e reposição de peças das secretarias de Saúde, Educação.										SERV		157,50		59,20				9.324,00																			
8		Deslocamento para socorro de serviços mecânicos										KM		500		2,44				1.220,00																			
																				10.544,00																			

ADITIVO 08/2017

Publicação Nº 1477370

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

2º. TERMO ADITIVO Nº. 08/2017 AO CONTRATO Nº. 06/2016

Ao 29º (vinte e nove) dia do mês de dezembro de 2017, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Jorge Lacerda, 1180, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.376/0001-34 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor LAÉRCIO DA CRUZ, portador do CPF nº. 494.985.689-87, doravante denominado "Contratante" e de outro lado à empresa Info-VR – Tecnologia e Consultoria Pública Ltda, inscrita no CNPJ sob nº. 08.662.246/0001-30, com sede a Avenida Jorge Lacerda, 1017, no município de Vidal Ramos, neste ato representado pelo seu Gerente Senhor Evaldo Rocha, portador do CPF nº. 291.950.049-04, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de TOMADA DE PREÇOS nº. 78/2015 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de instalação, parametrização, treinamento e serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica do software "Sistema de Avaliação Funcional, Sistema de Controle Patrimonial, Sistema de Informação ao Cidadão, Sistema de Conselhos Municipais, Sistema de Geração e Publicações dos Relatórios de Contas Públicas (Lei 9.755e 10.520)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SEXTA E CLÁUSULA OITAVA – DA RENOVAÇÃO do Contrato nº. 06/2016 de 04 de janeiro de 2016, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VLR UNIT	VLR TOTAL
1.1	12	Mês	Sistema de Avaliação Funcional	257,11	3.085,32
1.2	12	Mês	Sistema de Controle Patrimonial	332,10	3.985,20
1.3	12	Mês	Sistema de Geração e Publicação de Contas Públicas	342,81	4.113,72
1.4	12	Mês	Sistema de Informação ao Cidadão	214,26	2.571,12
1.5	12	Mês	Sistema de Conselhos Municipais	214,26	2.571,12
Valor Total R\$					16.326,48

Fundos e Fundações Municipais

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VLR UNIT	VLR TOTAL
2.1	12	Mês	Sistema de Controle Patrimonial para o Fundo Municipal de Saúde	289,25	3.471,00
2.2	12	Mês	Sistema de Controle Patrimonial para o Fundo Municipal de Assistência Social	107,13	1.285,56
2.3	12	Mês	Sistema de Controle Patrimonial para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	107,13	1.285,56
2.4	12	Mês	Sistema de Controle Patrimonial para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência	107,13	1.285,56
2.5	12	Mês	Sistema de Controle Patrimonial para o Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social	107,13	1.285,56
2.5	12	Mês	Sistema de Controle Patrimonial para a Fundação Municipal do Meio Ambiente	107,13	1.285,56
2.6	12	Mês	Sistema de Conselhos para o Fundo Municipal de Saúde	214,26	2.571,12
2.7	12	Mês	Sistema de Conselhos para o Fundo Municipal de Assistência Social	214,26	2.571,12
Valor Total R\$					15.041,04

Prefeitura e Fundos

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VLR UNIT	VLR TOTAL
3.1	07	Conv.	Conversão, implantação e treinamento dos sistemas.	1.000,00	7.000,00

Valor Total R\$

7.000,00

2.1.) As parcelas mensais serão pagas até o vigésimo dia de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018.

CLÁUSULA SEXTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Info-VR – Tecnologia e Consultoria Pública Ltda

CONTRATADA

Testemunhas:

WAGNER WILL

CPF: 081.337.549-50

Eduardo Thechrin

CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 08/2017

Publicação Nº 1477440

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 08/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 08/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS E EMPRESA EMERSON DA SILVA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado O FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado EMERSON DA SILVA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Pedro Weber, nº 268, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.297.782/0001-14, neste ato representado pelo Senhor Emerson da Silva, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 08/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é contratação de empresa para Prestação de Serviços de Oficina Mecânica e Elétrica, consertos e revisões nos tratores do Funderural. O SERVIÇO A SER REQUISITADO DE FORMA FRAGMENTADA SEMPRE QUE ALGUM DOS TRATORES APRESENTAREM DEFEITO MECÂNICO/ ELÉTRICO.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Sexta e décima, do contrato nº. 08/2017 de 31 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
02	160	HRS	Serviços de ELETRICA para a categoria, TRATORES, a ser prestada em oficina devidamente equipada com ferramentas e utensílios necessários aos serviços de manutenção e reposição de peças da parte elétrica do setor de obras e Funderural.	62,00	9.920,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo será de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Podendo ser renovando por consenso das partes por ser prestação de serviços e se obtiver saldos.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EMERSON DA SILVA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 09/2017

Publicação Nº 1477408

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 09/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 08/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS E EMPRESA EMERSON DA SILVA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.164.340/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado EMERSON DA SILVA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Pedro Weber, nº 268, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.297.782/0001-14, neste ato representada pelo Senhor Emerson da Silva, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 08/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Oficina Mecânica e Elétrica, consertos e revisões nos veículos da frota do setor de obras, Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Funderural, veículos (pesados, leves, médios). O SERVIÇO A SER REQUISITADO DE FORMA FRAGMENTADA SEMPRE QUE ALGUM DOS VEÍCULOS APRESENTAREM DEFEITO MECÂNICO/ELÉTRICO.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Sexta e décima, do contrato nº. 08/2017 de 31 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

LOTE: 2										
Participante:		2289	-	EMERSON DA SILVA - ME						
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário			Preço Total			
3	Serviços de ELETRICIDADE para a categoria Veículos Leves , VANS, CAMIONETAS, Micro-ônibus E ÔNIBUS a ser prestada em oficina devidamente equipada com ferramentas e utensílios necessários aos serviços de manutenção e reposição de peças das secretarias de administração, Saúde, Assistência Social, Educação, Funderural, Tributação e Fundo da Infância.	SERV	80,00	60,1751			4.814,00			
4	Deslocamento para socorro de serviços elétricos	KM	100,00	2,2218			222,18			
							5.036,18			

www.diariomunicipal.sc.gov.br

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de TOMADA DE PREÇOS nº. 78/2015 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de instalação, parametrização, treinamento e serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica do software "Sistema de Controle de Esportes"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SÉTIMA E CLÁUSULA NONA – DA RENOVAÇÃO do Contrato nº. 24/2016 de 01 de fevereiro de 2016, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VLR UNIT	VLR TOTAL
1.6	12	Mês	Sistema de Controle de Esportes	300,00	3.600,00
Valor Total R\$					3.600,00

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018.

CLÁUSULA SEXTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Info-VR – Tecnologia e Consultoria Pública Ltda

CONTRATADA

Testemunhas:

WAGNER WILL

CPF: 081.337.549-50

Eduardo Thechrin

CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 09/2017

Publicação N° 1477441

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

1º. TERMO ADITIVO N°. 09/2017 AO CONTRATO N°. 09/2017

Ao 29º (vinte e nove) dia do mês de dezembro de 2017, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Jorge Lacerda, 1180,

inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.376/0001-34 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor LAÉRCIO DA CRUZ, portador do CPF nº. 494.985.689-87, doravante denominado "Contratante" e de outro lado à empresa ROCHA & ROCHA SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob. nº. 24.192.133/0001-75, com sede a Augusto Stoltenberg, 398, no município de Vidal Ramos, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº. 36/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços para Atualizar e Alimentar mensalmente o Sistema de E-SFINGE OBRAS no Sistema "ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E PROGRAMAS SOCIAIS"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SÉTIMA E CLÁUSULA NONA – DA RENOVAÇÃO do Contrato nº. 09/2017 de 03 de abril de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

12 mês	Entidade: Fundo de Desenvolvimento Rural	96,00	1.152,00
--------	--	-------	----------

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018, 3.3.90.39.05.00.00.00.

CLÁUSULA SEXTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS CONTRATADA

Testemunhas:

WAGNER WILL

CPF: 081.337.549-50

Eduardo Thechrin

CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 10/2017

Publicação Nº 1477443

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 10/2017 AO CONTRATO Nº. 10/2017

REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES QUE ENTRE SI

CELEBRAM FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA BATURITE ROCHA LYRA & CIA LTDA - ME

CONTRATANTE: FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS, doravante denominado "Município", localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 01, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: BATURITE ROCHA LYRA & CIA LTDA - ME, doravante denominada "Contratada", estabelecida à AV JORGE LACERDA, 1320 -, centro, no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.141.466/0001-20.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 56/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SEGUNDA, QUARTA E CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RENOVAÇÃO do Contrato 10/2017 de 04 de julho de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:

O preço para Prestação de Serviços é de R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) que será pago conforme prestação de serviço mensal.

Item	Qtd		Descrição	Valor. Unit.	Valor Total
1	45	Hrs.	HORA TÉCNICA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA Instalação, formatação Suporte, instalação de softwares e sistemas operacionais, internet, após a solicitação a empresa vencedora deverá prestar os serviços de imediato ou num prazo máximo de 02 horas após a solicitação e instalação configuração rede.	14,00	630,00
Total dos itens				630,00	

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO CONTRATUAL:

Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de computadores da Secretaria de Agricultura.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018, classificada na dotação: 3.3.9.0.3.9.5.7.00.00.00.00.00.

CLÁUSULA QUINTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SEXTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

BATURITE ROCHA LYRA & CIA LTDA - ME

CONTRATADA

Testemunhas:

Wagner Will
CPF: 081.337.549-50

Eduardo Thechrin
CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 10/2017

Publicação Nº 1477372

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

2º. TERMO ADITIVO Nº. 10/2016 AO CONTRATO Nº. 22/2016

Ao 29º (vinte e nove) dia do mês de dezembro de 2017, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Jorge Lacerda, 1180, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.376/0001-34 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor LAÉRCIO DA CRUZ, portador do CPF nº. 494.985.689-87, doravante denominado "Contratante" e de outro lado à empresa Info-VR – Tecnologia e Consultoria Pública Ltda, inscrita no CNPJ sob nº. 08.662.246/0001-30, com sede a Avenida Jorge Lacerda, 1017, no município de Vidal Ramos, neste ato representado pelo seu Gerente Senhor Evaldo Rocha, portador do CPF nº. 291.950.049-04, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 10/2016 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA POR EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA RESTAGAR E INFORMATIZAR EM SISTEMA LOCADO PELA PREFEITURA DE VIDAL RAMOS, TODAS AS INFORMAÇÕES POSSÍVEIS DAS ETAPAS DOS EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE SALÃO ESTIMADAS EM 29 CAMPEONATOS TOTALIZANDO CERCA DE 80 EDIÇÕES EM TODAS AS CATEGORIAS, FUTEBOL DE CAMPO ESTIMADA EM 10 CAMPEONATOS, E BOCHA ESTIMADA EM 10 CAMPEONATOS. O RESGATE INCLUI A PESQUISA E DIGITALIZAÇÃO DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS EQUIPES, DO EVENTO E DE ATLETAS AO LONGO DAS EDIÇÕES INICIADAS EM 1987. Em 18 (dezoito) horas semanais de trabalho "in loco"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA QUINTA, SÉTIMA E CLÁUSULA NONA – DA RENOVAÇÃO do Contrato nº. 22/2016 de 01 de fevereiro de 2016, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

Item	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	12	CAMPEONATO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA POR EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA RESTAGAR E INFORMATIZAR EM SISTEMA LOCADO PELA PREFEITURA DE VIDAL RAMOS, TODAS AS INFORMAÇÕES POSSÍVEIS DAS ETAPAS DOS EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE SALÃO ESTIMADAS EM 01 CAMPEONATOS TOTALIZANDO CERCA DE 80 EDIÇÕES EM TODAS AS CATEGORIAS, FUTEBOL DE CAMPO ESTIMADA EM 10 CAMPEONATOS, E BOCHA ESTIMADA EM 10 CAMPEONATOS. O RESGATE INCLUI A PESQUISA E DIGITALIZAÇÃO DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS EQUIPES, DO EVENTO E DE ATLETAS AO LONGO DAS EDIÇÕES INICIADAS EM 1987. Em 18 (dezoito) horas semanais de trabalho "in loco".	970,00	11.640,00
TOTAL				11.640,00	

2.1.) As parcelas mensais serão pagas até o vigésimo dia de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018.

CLÁUSULA SEXTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Info-VR – Tecnologia e Consultoria Pública Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

WAGNER WILL Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 10/2017

Publicação Nº 1477409

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

1º. TERMO ADITIVO Nº. 10/2017 AO CONTRATO Nº. 11/2017

Ao 29º (vinte e nove) dia do mês de dezembro de 2017, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Jorge Lacerda, 1180, inscrita no CNPJ sob nº. 14.164.340/0001-62 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor LAÉRCIO DA CRUZ, portador do CPF nº. 494.985.689-87, doravante denominado "Contratante" e de outro lado à empresa ROCHA & ROCHA SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob. nº. 24.192.133/0001-75, com sede a Augusto Stoltenberg, 398, no município de Vidal Ramos, doravante denominada "Contratada", têm entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº. 36/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços para Atualizar e Alimentar mensalmente o Sistema de E-SFINGE OBRAS no Sistema "ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E PROGRAMAS SOCIAIS"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SÉTIMA E CLÁUSULA NONA – DA RENOVAÇÃO do Contrato nº. 11/2017 de 03 de abril de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

Entidade: Prefeitura Municipal			
12 mês	Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos	96,00	1.152,00

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018. 3.3.90.39.05.00.00.00.

CLÁUSULA SEXTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ROCHA & ROCHA SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME CONTRATADA

Testemunhas:

WAGNER WILL	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 11/2017

Publicação Nº 1477374

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 11/2017

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 09/2015 QUE ENTRE SI FAZEM O PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA PONSONI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente termo aditivo:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominado "Município", localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Laércio da Cruz, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

Ponsoni Equip. P/ Escritorio Ltda com sede na Rua Rua 7 De Setembro, nº. 180, na cidade de Rio do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob nr. 82.136.615/0001-04, representada neste ato por seu Diretor, Sr. ADELAR PONSONI, portador do RG nr. 858.676, CPF nr. 386.218.519-20, doravante designada Contratada.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 87/2014, do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste ADITIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas segundas e a quarta, do Contrato 09/2015 de 02 de janeiro de 2015, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão a conta do Município, através dos recursos orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal para o exercício de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS

O presente Aditivo é assinado pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS REAJUSTES

Item	Qdte.	Descrição	Valor UN	Q. Mín. cóp./mês	Total mês	Total
1	1	Locação de 01 Multifuncional Laser COLOR, com fornecimento de suprimentos, exceto papel para o departamento de Contabilidade 02 com as seguintes especificações:				
		Função: Copiadora/impressora/scanner/fax				
		Velocidade Colorida: 20ppm	Colorida: R\$ 0,82	800 cópias color		7.872,00
		Velocidade Preto: 20ppm			12	
		Memória fax: Até 250 páginas		500		
		Scanner colorido	Preto: R\$ 0,12	cópias preto		720,00
		Ciclo de trabalho mensal (A4): até 40.000 páginas				
		Capacidade de entrada de papel: Mínimo de 250 folhas.				
		Compatível S.O.: Windows e Linux				
2	2	Locação de 01 Multifuncional Laser, com fornecimento de suprimentos, exceto papel para o departamento de Compras, Agricultura 03 com as seguintes especificações:				
		Função: Copiadora/impressora/scanner				
		Velocidade:mínimo de 32 ppm				
		Memória:acima de 80 MB	R\$ 0,064	6000	12	4.608,00
		Scanner colorido				
		Capacidade de bandeja de papel: Mínimo de 250 folhas				
		Ciclo de trabalho mês: Mínimo de 40.000 páginas mês				
		Compatível S.O.: Windows e Linux				

3	12	Locação de 09 Multifuncional Laser, com fornecimento de suprimentos, exceto papel para o departamento de E. Pe Heriberto Hartmann, Escola Germano Schaeffer, Educação, Depto Pessoal, Tributação, Creche Maria Ramos Will, Agricultura 01, Conselho Tutelar, Escola Fazenda Rio Bonito, Escola João Alberto Schmidt, Escola Rodolfo Finck, Escola Francisco Feifareck Junior com as seguintes especificações:				15.360,00
		Função: Copiadora/impressora/scanner	R\$0,064	20.000	12	
		Velocidade de impressão de no mínimo 18 ppm				
		Capacidade de bandeja de papel: Mínimo de 150 folhas				
		Ciclo de trabalho mês: Mínimo de 8.000 páginas mês				
		Compatível S.O.: Windows				
4	5	Locação de 05 Multifuncional Laser, com fornecimento de suprimentos, exceto papel para o departamento de Contabilidade, Fundo Municipal de Saúde 1 e 2, Consultório Odontológico, Fundo Municipal de Assistência Social, Cras, com as seguintes especificações:				6.912,00
		Função: Copiadora/impressora/scanner/fax	R\$ 0,064	9.000	12	
		Velocidade de impressão: no mínimo 18 ppm				
		Capacidade de bandeja de papel: Mínimo de 150 folhas				
		Ciclo de trabalho mês: Mínimo de 8.000 páginas mês				
		Compatível S.O.: Windows				
TOTAL				35.472,00		

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos. 29 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Laércio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Ponsoni Equip. P/ Escritorio Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

João Schmitz
CPF: 559.875.169-00

Eduardo Thechtrin
CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 11/2017

Publicação Nº 1477411

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 11/2017 AO CONTRATO Nº. 15/2017

REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS E DEMAIS FUNDOS E A EMPRESA BATURITE ROCHA LYRA & CIA LTDA - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, doravante denominado "Município", localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 01, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.164.340/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: BATURITE ROCHA LYRA & CIA LTDA - ME, doravante denominada "Contratada", estabelecida à AV JORGE LACERDA, 1320 -, centro, no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.141.466/0001-20.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 56/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SEGUNDA, QUARTA E CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RENOVAÇÃO do Contrato 15/2017 de 04 de julho de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:

O preço para Prestação de Serviços é de R\$ 1.610,00 (mil seiscentos e dez reais) que será pago conforme prestação de serviço mensal.

Item	Qtd		Descrição	Valor. Unit.	Valor Total
1	115	Hrs.	HORA TÉCNICA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA Instalação, formatação Suporte, instalação de softwares e sistemas operacionais, internet, após a solicitação a empresa vencedora deverá prestar os serviços de imediato ou num prazo máximo de 02 horas após a solicitação e instalação configuração rede.	14,00	1.610,00
Total dos itens				1.610,00	

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO CONTRATUAL:

Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de computadores do Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018, classificada na dotação: 3.3.9.0.3.9.5.7.00.00.00.00.

CLÁUSULA QUINTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SEXTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

BATURITE ROCHA LYRA & CIA LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Wagner Will	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 12/2017

Publicação Nº 1477412

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 12/2017 AO CONTRATO Nº. 16/2017 - DEVIDO A MUDANÇA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA INSTALADORA VIDALENSE LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, doravante denominado "Município", localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 01, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.164.340/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: INSTALADORA VIDALENSE LTDA, doravante denominada "Contratada", estabelecida à AVENIDA JORGE LACERDA, 1091 SALA 01, centro, no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.295.224/0001-33.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 63/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA QUARTA do Contrato 16/2017 de 06 de julho de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL:

PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, DE FORMA FRAGMENTADA, CONFORME A NECESSIDADE E DE CAMINHÃO MUNCK SEMPRE QUE NECESSÁRIO.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018, classificada na dotação: 33.90.39.05.00.00.00.00.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

INSTALADORA VIDALENSE LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Wagner Will	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 12/2017

Publicação Nº 1477375

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 12/2017 AO CONTRATO Nº. 02/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA JORGE LACERDA, nº. 1180, bairro CENTRO, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.376/0001-34, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa PONTGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Mirador, nº 55, Sala 03, bairro Centro, Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 09.209.146/0001-16, neste ato representada pelo seu Sócio Gerente Sr. NILCÉLIO MARCELINO, portador da cédula de identidade Nº 3.502.450, e inscrito no CPF sob o nº 028.208.379-05, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 - O presente contrato tem por objeto o Licenciamento de Software Sistema GovGestão, módulos SICONFI, SIOPS e SIOPE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 6.360,00 (seis mil trezentos e sessenta reais) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em parcela mensal no valor de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) no prazo de 30 dias da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

7.1 – O presente contrato terá sua vigência de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, contados a partir da data da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

8.1 – Caso ou quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

8.2 – A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso. Tendo a CONTRATADA o prazo legal de 30 dias para aviso prévio do mesmo, que poderá ser feito por Correspondência Impressa ou por e-mail;

CLÁUSULA QUINTA - DAS DESPESAS

9.1 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

Projeto Atividade – 2003 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade de Aplicação: 3.3.90 – Aplicações Diretas

Complemento da Despesa - 3.3.90.39.11.00.00.00 – Locação de Software

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - Em caso de reimplantação do software em equipamento novo adquirido pela Contratante, os preços e prazos serão objeto de proposta específica, com solicitação antecipada à Contratada.

9.2 - O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;

9.3 - Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de acordo e comum acordo, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Vidal Ramos, em 29 de dezembro de 2017

MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal
CPF: 494.985.689-87
CONTRATANTE

NILCÉLIO MARCELINO
PONTOGOV A. E C.P.LTDA
CPF: 028.208.379-05
CONTRATADA

Testemunhas:

Eduardo Thechtrin Nome:
CPF: 083.410.239-03 CPF:

ADITIVO 13/2017

Publicação Nº 1477376

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 13/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 03/2017 QUE ENTRE SI FAZEM O PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente termo aditivo:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro - inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Laércio da Cruz, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Valter Rhode nº 219, na cidade de Vidal Ramos S/C, inscrito no CPF sob o nº 494.985.689-87.

CONTRATADA: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Consul Carlos Renaux, nº. 12, Edifício Centenário, Brusque (SC), CNPJ nº. 95.886.735/0001-70, neste ato representado pelo Sócio Proprietário, Senhor Adalberto da Silva, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 309.649.979-91.

DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Tomada de Preço nº. 73/2016 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste Termo Aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Quinta e Sétima do Contrato 03/2017 de 02 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS:

Pela prestação dos serviços, a CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA o valor obtido através da multiplicação da pesagem total mensal da quantidade depositada, pelo valor de R\$ 187,20 (Cento e oitenta e sete reais e vinte centavos), equivalentes a tonelada depositada.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos à CONTRATADA serão efetuados mensalmente através de boleto bancário, com vencimento no dia 20

(vinte) de cada mês, posterior ao da prestação do serviço. Caso o pagamento não seja efetuado até o vencimento, incidirão juros de mercado pelo período de atraso, e multa de 2% (dois por cento).

Parágrafo Segundo: A pesagem do resíduo depositado será realizada na balança existente no aterro da CONTRATADA, na presença do motorista/preposto da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os valores a serem pagos na presente contratação correrão por conta da seguinte modalidade de aplicação: 3.3.90.39.78.00.00.00.00.00 do exercício de 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato passará a vigor a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Sendo automaticamente renovado por até 03 (três) iguais períodos, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57 inciso II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos 29 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RECICLE CATARINENSE DE RESIDUOS LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Wagner Will	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 14/2017

Publicação Nº 1477377

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 14/2017 AO CONTRATO 27/2016

Por este instrumento particular de Contrato de Prestação de serviços por prazo determinado, que fazem entre si, o CONTRATANTE e a CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação do Pregão Presencial nº 16/2016, homologada em 19/02/2016, mediante sujeição mútua das seguintes cláusulas contratuais:

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE VIDAL RAMOSA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com Sede na Av. Jorge Lacerda – Bairro Centro – VIDAL RAMOS-SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Senhor Helmut Stoltenberg, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: PODALIRIO FERNANDO FANTON MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 15.674.569/0001-00, com sua sede na RUA ALFREDO GRUNWALD, 21, SALA 05, RIO DO SUL, CENTRO, CEP 89160-039, no ato representada por seu representante legal PODALIRIO FERNANDO FANTON, residente e domiciliado no município de RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº 006.152.629-02, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2016 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste aditivo:

OBJETO - O objeto do presente contrato é a contratação de prestação de serviço em AULA DE EDUCAÇÃO MUSICAL (teoria e prática), com ênfase nos instrumentos de ACORDEOM, TECLADO E VIOLÃO; As aulas serão de 16 (dezesesseis) hrs semanais. A fim de promover o desenvolvimento físico, artístico e cultural, devendo estar presentes em projetos complementares desde Município.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SEGUNDA, CLÁUSULA QUARTA E SEXTA – DA RENOVAÇÃO do Contrato 27/2016 de 22 de fevereiro de 2016, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 A prestação dos serviços iniciará no dia 01 de março de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O contratante pagará ao contratado, o valor correspondente a R\$ 19.475,00 (dezenove mil quatrocentos e setenta e cinco reais), sendo este valor dividido em 9 (nove) parcelas mensais, no valor de R\$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais), e 1 (uma) parcela de R\$ 1.025,00 (mil e vinte cinco reais) mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018, classificada: 3.3.9.0.3.9.0.5.00.00.00.00.

CLÁUSULA QUINTA

5.1 As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SEXTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

PODALIRIO FERNANDO FANTON MEI
CONTRATADA

Testemunhas:

WAGNER WILL	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 15/2017

Publicação Nº 1477378

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 15/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 06/2017 PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MONTAGEM, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE PNEUS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA VOLNEI XAVIER MEI

Pelo presente Termo, se dá devido à mudança de Modalidade de Aplicação para o ano de 2018 de um lado a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, pessoa jurídica de direito público, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor Laércio da Cruz, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa VOLNEI XAVIER MEI pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 557, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.571.897/0001-80, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Volnei Xavier, a seguir denominado CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de prestação de serviços de nº. 06/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº 03/2017 de 16 de janeiro de 2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste ADITIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar a Cláusula Sexta, Clausula Sétima e Cláusula Décima do Contrato 06/2017 de 16 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão a conta do Município, através dos recursos orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal na Dotação Orçamentária do exercício de 2018: 3.3.90.39.19.00.00.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS

OBS: Os preços permanecerão os mesmos.

LOTE 01

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	94	UND/ SERV	Conserto de Pneu para automóveis veículos leves com tip top (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	14,16	1.331,04
2	84	UND/ SERV	Conserto de Pneu para automóveis veículos leves sem Tip Top (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	9,44	792,96
TOTAL DO LOTE				2.124,00	

LOTE 06					
ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
11	39	UND/ SERV	Montagem/desmontagem de Pneu para automóveis veículos leves (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	4,00	156,00
18	37	UND/ SERV	Balanceamento Pneu para automóveis veículos leves (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kombi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	8,39	310,43
12	63	UND/ SERV	Montagem/desmontagem de Pneu para veículos médios (Peugeot Boxer, (saúde), (Ford Transit, Citroen Jumper, Peugeot Boxer, Educação), (Toyota, Obras), (Hilux, Gabinete).	11,255	709,06
19	52	UND/ SERV	Balanceamento Pneu para automóveis veículos médios (Peugeot Boxer, (saúde), (Ford Transit, Citroen Jumper, Peugeot Boxer, Educação), (Toyota, Obras), (Hilux, Gabinete).	11,27	586,04
TOTAL DO LOTE				1.761,53	

LOTE 07					
ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL

22	59	UND/ SERV	Alinhamento Veículos Leves (fiat Uno, Fiesta, Peugeot 207, Palio Saúde), (Kom-bi, Gol, Palio Weekend, Educação), (Classic e Mobi, Assistência Social), (Gol, FIA), (Fiat Uno, Obras), (Gol, Agricultura).	34,00	2.006,00
TOTAL DO LOTE				2.040,00	

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PRAZOS

O presente Contrato passara a vigor do dia 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas, abaixo assinadas.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

PREFEITURA MUN VIDAL RAMOS	VOLNEI XAVIER MEI
Laércio da Cruz	Volnei Xavier
Contratante	Contratado

Testemunhas:

Wagner Will	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 16/2017

Publicação Nº 1477379

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 16/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 07/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E EMPRESA CARLOS ALBERTO DE SOUZA BORRACHARIA ME.

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018, de um lado a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado CARLOS ALBERTO DE SOUZA BORRACHARIA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.844.048/0001-00, cidade de Vidal Ramos, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 07/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusula oitava, do contrato nº. 07/2017 de 16 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA; - DOS PREÇOS – Permanecerão os mesmos.

Lote 02

Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
98	UND/ SERV	Conserto de Pneu para veículos médios com tip top (Peugeot Boxer, (saúde), (Ford Transit, Citroen Jumper, Peugeot Boxer, Educação), (Toyota, Obras), (Hilux, Gabinete).	39,97	3.917,06

95	UND/ SERV	Conserto de Pneu para veículos médios sem Tip Top (Peugeot Boxer, (saúde), (Ford Transit, Citroen Jumper, Peugeot Boxer, Educação), (Toyota, Obras), (Hilux, Gabinete).	24,98	2.373,10
TOTAL DO LOTE			6.290,16	

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo será de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Podendo ser renovando por consenso da parte por ser prestação de serviços e se ainda obtiver saldos.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO CRUZ
CONTRATANTE

CARLOS ALBERTO DE SOUZA BORRACHARIA ME
Carlos Alberto de Souza
CONTRATADA

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 17/2017

Publicação Nº 1477380

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 17/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 08/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E EMPRESA LAVAÇÃO E BORRACHARIA BOING LTDA

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado LAVAÇÃO E BORRACHARIA BOING LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.175.080/0001-70, cidade de Vidal Ramos, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 08/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusula, Segunda e Terceira, do contrato nº. 08/2017 de 16 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

LOTE 03				
Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
119	UND/ SERV	Conserto de Pneu para caminhões com tip top, 1000x20, 900x20, 275/22,5 e 295/22,5.	59,81	7.117,39
157	UND/ SERV	Conserto de Pneu para caminhões sem Tip Top, 1000x20, 900x20, 275/22,5 e 295/22,5.	37,86	5.944,02
82	UND/ SERV	Montagem/desmontagem Pneus Caminhão.	29,90	2.451,80
164	UND/ SERV	Rodizio de pneus transporte caminhões	24,93	4.088,52
1000	km	Deslocamento para socorro de serviços de borracharia veículos Caminhões	2,50	2.500,00
TOTAL DO LOTE			22.101,73	

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo será de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Podendo ser renovando por consenso das partes por ser prestação de serviços e se obtiver saldos.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

LAVAÇÃO E BORRACHARIA BOING LTDA
Ramir Boing
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 18/2017

Publicação Nº 1477381

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 18/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 09/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E EMPRESA CRISTIAN L. FRUTUOSO E CIA LTDA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34, neste ato

representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado CRISTIAN L. FRUTUOSO E CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à RUA LEOBERTO LEAL, nº. 84, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.717.047/0001-76, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Cristian L. Frutuoso, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 09/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusula, Segunda e Terceira, do contrato nº. 09/2017 de 16 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
7	86	UND/ SERV	Conserto de Pneu para ônibus VW, Micro-ônibus Volare, Iveco, com tip top	60,00	5.160,00
8	85	UND/ SERV	Conserto de Pneu para ônibus VW, Micro-ônibus Volare, Iveco sem Tip Top	38,00	3.230,00
13	65	UND/ SERV	Montagem/desmontagem Pneus Ônibus VW, Micro ônibus Iveco, Volare W8 do Departamento educação e saúde.	30,00	1.950,00
16	194	UND/ SERV	Rodizio de pneus transporte Escolar	25,00	4.850,00
17	839	km	Deslocamento para socorro de serviços de borracharia veículos Educação.	2,50	2.097,50
TOTAL DO LOTE				17.287,50	
LOTE 05					
ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
9	31	UND/ SERV	Conserto de Pneu para máquinas pesadas com tip top (tratores de pneus, retroescavadeiras, Pá carregadeiras, Motoniveladoras).	90,00	2.790,00
10	33	UND/ SERV	Conserto de Pneu para máquinas pesadas sem Tip Top (tratores de pneus, retroescavadeiras, Pá carregadeiras, Motoniveladoras).	70,00	2.310,00
15	66	UND/ SERV	Montagem/desmontagem Pneu Máquinas pesada (tratores de pneus, Retroescavadeiras, Pá carregadeiras, motoniveladoras).	50,00	3.300,00
17	900	km	Deslocamento para socorro de serviços de borracharia Máquinas pesadas.	2,50	2.250,00
TOTAL DO LOTE				10.650,00	

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo será de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Podendo ser renovando por consenso das partes por ser prestação de serviços e se obtiver saldos.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CRISTIAN L. FRUTUOSO E CIA LTDA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrein
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 19/2017

Publicação Nº 1477382

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 19/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 10/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E EMPRESA EDEMAR MARCELO PETRY E CIA LTDA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Gilberto Comandolli, nº. 50, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.915.246/0001-07, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Edeimar Marcelo Petry, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 10/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a contratação conforme necessidade de serviços de alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Sexta e décima, do contrato nº. 10/2017 de 16 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

LOTE 08

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
23	41	UND/ SERV	Alinhamento Veículos médios (Peugeot Boxer, (saúde), (Ford Transit, Citroen Jumper, Peugeot Boxer, Educação), (Toyota, Obras), (Hilux, Gabinete)).	45,00	1.845,00
TOTAL DO LOTE				1.845,00	

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo será de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Podendo ser renovando por consenso das partes por ser prestação de serviços e se obtiver saldos.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 20/2017

Publicação N° 1477383

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO N° 20/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N°. 20/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E EMPRESA EDEMAR MARCELO PETRY E CIA LTDA ME

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Gilberto Comandolli, nº. 50, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.915.246/0001-07, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Edeimar Marcelo Petry, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 20/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Oficina Mecânica e Elétrica, consertos e revisões nos veículos da frota do setor de obras, Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Funderural, veículos (pesados, leves, médios). O SERVIÇO A SER REQUISITADO DE FORMA FRAGMENTADA SEMPRE QUE ALGUM DOS VEÍCULOS APRESENTAREM DEFEITO MECÂNICO/ ELÉTRICO.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Sexta e décima, do contrato nº. 20/2017 de 31 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.

LOTE: 1																
Participante:		1875	-	EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME												
Item	Especificação				Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário		Preço Total							
1	Serviços de MECÂNICA GERAL para a categoria Veículos Leves, VANS E CAMIONETAS a ser prestada em oficina devidamente equipada com ferramentas e utensílios necessários aos serviços de manutenção e reposição de peças das secretarias de Saúde, Assistência Social, Educação, Funderural, Tributação e Fundo da Infância.				SERV	207	21,15		4.378,05							
2	Deslocamento para socorro de serviços mecânicos				KM	325	1,206		391,95							
4.770,00																
LOTE: 4																

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total		
7	Serviços de MECÂNICA GERAL para a categoria MICRO-ONIBUS a ser prestada em oficina devidamente equipada com ferramentas e utensílios necessários aos serviços de manutenção e reposição de peças das secretarias de Saúde, Educação.	SERV	233,50	59,20	13.823,20		
8	Deslocamento para socorro de serviços mecânicos	KM	346,70	2,44	845,94		
14.669,14							
LOTE: 5							
Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total		
9	Serviços de MECÂNICA GERAL para a categoria CAMINHÕES E ÔNIBUS a ser prestada em oficina devidamente equipada com ferramentas e utensílios necessários aos serviços de manutenção e reposição de peças das secretarias Obras e Educação.	SERV	408,00	68,2909	27.862,32		
10	Deslocamento para socorro de serviços mecânicos....	KM	1.000,00	2,44	2.440,00		
30.302,32							

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo será de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Podendo ser renovando por consenso das partes por ser prestação de serviços e se obtiver saldos.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 21/2017

Publicação Nº 1477385

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS****TERMO ADITIVO Nº 21/2017**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 21/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E EMPRESA **EMERSON DA SILVA ME**

Pelo presente Termo, se dá devido ao aditamento até dezembro de 2018 devido à mudança de dotação orçamentaria e ainda ter saldo dos serviços prestados, de um lado a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro lado **EMERSON DA SILVA ME**, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Pedro Weber, nº 268, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.297.782/0001-14, neste ato representada pelo Senhor Emerson da Silva, resolve entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº. 21/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Oficina Mecânica e Elétrica, consertos e revisões nos veículos da frota do setor de obras, Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Funderural, veículos (pesados, leves, médios). O SERVIÇO A SER REQUISITADO DE FORMA FRAGMENTADA SEMPRE QUE ALGUM DOS VEÍCULOS APRESENTAREM DEFEITO MECÂNICO/ ELÉTRICO.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITANDO O PRAZO

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Sexta e décima, do contrato nº. 21/2017 de 31 de janeiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS – Os preços permanecerão os mesmos.**LOTE: 2**

Participante: **2289 - EMERSON DA SILVA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
3	Serviços de ELETRICIDADE para a categoria Veículos Leves , VANS, CAMIONETAS, Micro-ônibus E ÔNIBUS a ser prestada em oficina devidamente equipada com ferramentas e utensílios necessários aos serviços de manutenção e reposição de peças das secretarias de administração, Saúde, Assistência Social, Educação, Funderural, Tributação e Fundo da Infância.	SERV	212,00	60,1751	12.756,04
4	Deslocamento para socorro de serviços elétricos	KM	400,00	2,2218	888,72
					13.644,76

LOTE: 3

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
5	Serviços de ELETRICIDADE para a categoria,	SERV	479,00	60,0269	28.749,58

CAMINHÕES, a ser prestada em oficina devidamente equipada com ferramentas e utensílios necessários aos serviços de manutenção e reposição de peças da secretaria de Obras.						
6	Deslocamento para socorro de serviços elétricos	KM	400,00	2,2164	886,56	
						29.636,14

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo será de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Podendo ser renovando por consenso das partes por ser prestação de serviços e se obtiver saldos.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
LAERCIO DA CRUZ – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EMERSON DA SILVA ME
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Testemunhas:

Wagner Will
CPF: 081.337.549-50

Eduardo Thechrin
CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 22/2017

Publicação Nº 1477386

ADITIVO Nº. 22/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 27/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA ESTELA APARECIDA BECKER ME

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2017, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, situada à Avenida Jorge Lacerda, 1.180, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº. 83.102.376/0001-34 doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito em Exercício, Senhor Helmut Stoltenberg e de outro lado à empresa ESTELA APARECIDA BECKER ME, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº. 23.999.091/0001-16, com sede em EST RIO DAS PACAS, SN – VIDAL RAMOS- SC, doravante denominada "Contratada", através do Pregão Presencial nº. 19/2017, homologado em 20 de fevereiro de 2017, tem entre si ajustada as seguintes cláusulas deste termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE NOTÍCIAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, ELABORAÇÃO E DIFUSÃO DE CONTEÚDOS, REPORTAGENS PARA INFORMATIVOS, MANUTENÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO SITE E REDES SOCIAIS DA PREFEITURA, COM A PRESENÇA FÍSICA DE UM JORNALISTA COM GRADUAÇÃO DOIS DIAS POR SEMANA, 8 (OITO) HORAS SEMANAIS, NA SEDE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar a Cláusula Sexta, Cláusula oitava do Contrato 27/2017 de 21 de fevereiro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

Conforme item 14.4 do Edital - O prazo de duração da prestação dos serviços será de 12 meses a contar do dia 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, através de TERMO ADITIVO a ser firmado entre as partes, até o limite estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão a conta do Município, através dos recursos orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal na Dotação Orçamentária do exercício de 2018: 3.3.9.0.3.9.0.5.00.00.00.00.00 - Serviços de Comunicação em Geral.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

OBS: Os preços permanecerão os mesmos.

Pelos serviços contratados a Prefeitura pagará o total de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 2.250,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais até dezembro de 2018.

O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas, abaixo assinadas.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
Contratante

ESTELA APARECIDA BECKER ME
Contratada

Testemunhas:

Wagner Will
CPF: 081.337.549-50Eduardo Thechrin
CPF: 083.410.239-03**ADITIVO 23/2017**

Publicação Nº 1477387

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS**1º. TERMO ADITIVO Nº. 23/2017 AO CONTRATO Nº. 28/2017**

Ao 29º (vinte e nove dias) dia do mês de dezembro de 2017, por este aditivo de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Jorge Lacerda, 1180, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.376/0001-34 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor LAÉRCIO DA CRUZ, portador do CPF nº. 494.985.689-87, doravante denominado "Contratante" e de outro lado à empresa Info-VR – Tecnologia e Consultoria Pública Ltda, inscrita no CNPJ sob nº. 08.662.246/0001-30, com sede a Avenida Jorge Lacerda, 1017, no município de Vidal Ramos, neste ato representado pelo seu Gerente Senhor Evaldo Rocha, portador do CPF nº. 291.950.049-04, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de TOMADA DE PREÇOS nº. 78/2015 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de instalação, parametrização, treinamento e serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica do software "Sistema de Obras e Programas Sociais"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SÉTIMA E CLÁUSULA NONA – DA RENOVAÇÃO do Contrato nº. 28/2017 de 01 de março de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VLR UNIT	VLR TOTAL
1.7	12	Mês	Sistema de Obras e Programas Sociais	280,00	3.360,00
Valor Total R\$					3.360,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018 - 3.3.90.39.11.00.00.00.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Info-VR – Tecnologia e Consultoria Pública Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

WAGNER WILL Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 24/2017

Publicação Nº 1477389

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 24/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 37/2017 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA RADIO ITUPORANGA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente termo aditivo:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominado "Município", localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Laércio da Cruz, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: RADIO ITUPORANGA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de ITUPORANGA - SC, à RUA JOÃO STÉFFENS, Nº. 260, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.499.541/0001-33, neste ato legalmente representada pelo Sr. GERVASIO JOSÉ MACIEL.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 33/2017, do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste ADITIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar as Cláusulas Terceira e Quinta, do Contrato 37/2017 de 29 de março de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Permanecerão os mesmos

Pela prestação dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 2.124,00 (dois mil cento e vinte e quatro reais) mensais, equivalentes à prestação de serviço de rádio.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente Aditivo é de 12 (doze) meses do dia 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, podendo ser renovado por igual período, por consenso das partes.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DESPESAS

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente, classificadas e codificadas sob n.º: 33.90.39.90.00.00

CLÁUSULA QUINTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SEXTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos. 29 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Laércio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RADIO ITUPORANGA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Wagner Will
CPF: 081.337.549-50

Eduardo Thechrin
CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 25/2017

Publicação N° 1477391

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO N° 25/2017 AO CONTRATO N°. 04/2017

1º TERMO ADITIVO AO N° 004/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente termo aditivo:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominado "Município" Localizado na Avenida Jorge Lacerda, n°. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA. pessoa jurídica de direito privado com sede a Rua Joao Pessoa, n°. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n°. 00.456.865/0001-67, neste ato representado pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

As partes contratantes sujeitam-se as normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei n°. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial n°. 74/2016, do Município de Vidal Ramos/SC e as seguintes cláusulas deste ADITIVO:

Cláusula Primeira- DO OBJETO - Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo.

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	3	920,00	11.040,00
0.	12	Mês	Planejamento	1	390,00	4.680,00
0.	12	Mês	Compras e Licitações	2	520,00	6.240,00
4.	12	Mês	Folha de Pagamento	3	680,00	8.160,00
5.	12	Mês	Tributação Pública	3	775,00	9.300,00
6.	12	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	9999	587,93	7.055,16
7.	12	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	1	650,00	7.800,00
8.	12	Mês	Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	9999	1.050,00	12.600,00
15.	12	Mês	Portal da Transparência	9999	235,00	2.820,00
18.	12	Mês	Tesouraria	3	280,00	3.360,00
VALOR TOTAL R\$				73.055,16 (setenta e três mil cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos)		

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.9.0.3.9.1.1.00.00.00.00.00.00

Cláusula Terceira – DOS PRAZOS

O presente contrato passará a vigor a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. Sendo automaticamente renovado por até 03 (três) iguais períodos, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57 inciso II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

BETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF n.º _____

Nome: _____
CPF n.º _____

ADITIVO 26/2017

Publicação Nº 1477393

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

1º. TERMO ADITIVO Nº. 26/2017 AO CONTRATO Nº. 38/2017

Ao 29º (vinte e nove) dia do mês de dezembro de 2017, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Jorge Lacerda, 1180, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.376/0001-34 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor LAÉRCIO DA CRUZ, portador do CPF nº. 494.985.689-87, doravante denominado "Contratante" e de outro lado à empresa ROCHA & ROCHA SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob. nº. 24.192.133/0001-75, com sede a Augusto Stoltenberg, 398, no município de Vidal Ramos, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº. 36/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços para Atualizar e Alimentar mensalmente o Sistema de E-SFINGE OBRAS no Sistema "ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E PROGRAMAS SOCIAIS"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SÉTIMA E CLÁUSULA NONA – DA RENOVAÇÃO do Contrato nº. 38/2017 de 03 de abril de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

Entidade: Prefeitura Municipal			
12 mês	Entidade: Prefeitura Municipal	328,00	3.936,00

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada, correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018.

CLÁUSULA SEXTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ROCHA & ROCHA SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME CONTRATADA

Testemunhas:

WAGNER WILL	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 27/2017

Publicação Nº 1477396

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

TERMO ADITIVO Nº 27/2017 AO ADITIVO Nº. 001/2017 DO CONTRATO Nº. 04/2017

2º TERMO ADITIVO AO Nº 004/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente termo aditivo:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominado "Município" Localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA. pessoa jurídica de direito privado com sede a Rua Joao Pessoa, nº. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, neste ato representado pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

As partes contratantes sujeitam-se as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de Pregão Presencial nº. 74/2016, do Município de Vidal Ramos/SC e as seguintes cláusulas deste ADITIVO:

Cláusula Primeira- DO OBJETO

Fica acrescido no objeto do contrato, o sistema de Recursos Humanos para 01 usuário, no valor mensal de R\$ 430,00 (Quatro centos e trinta reais) exercício orçamentário de R\$ 5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais), conforme funcionalidades descritas no item 11º do edital de pregão presencial nº 74/2016.

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.9.0.3.9.1.1.00.00.0 0.00.00.00

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

VIDAL RAMOS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

BETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF n.º

Nome:
CPF n.º

ADITIVO 28/2017

Publicação Nº 1477397

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 28/2017 AO CONTRATO Nº. 42/2017

REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E DEMAIS FUNDOS E A EMPRESA BATURITE ROCHA LYRA & CIA LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominado "Município", localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 01, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: BATURITE ROCHA LYRA & CIA LTDA - ME, doravante denominada "Contratada", estabelecida à AV JORGE LACERDA, 1320 -, centro, no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.141.466/0001-20.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 56/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA SEGUNDA, QUARTA E CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RENOVAÇÃO do Contrato 42/2017 de 04 de julho de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:

O preço para Prestação de Serviços é de R\$ 11.680,00 (onze mil seiscentos e oitenta reais) que será pago conforme prestação de serviço mensal.

Item	Qtd		Descrição	Valor. Unit.	Valor Total
1	500	Hrs.	HORA TÉCNICA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA Instalação, formatação Suporte, instalação de softwares e sistemas operacionais, internet, após a solicitação a empresa vencedora deverá prestar os serviços de imediato ou num prazo máximo de 02 horas após a solicitação e instalação configuração rede.	14,00	7.000,00
2	195	Hrs.	HORA TÉCNICA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA Instalação, formatação Suporte, instalação de softwares e sistemas operacionais, internet, após a solicitação a empresa vencedora deverá prestar os serviços de imediato ou num prazo máximo de 02 horas após a solicitação e instalação configuração rede. Nas Escolas do Interior.	24,00	4.680,00
Total dos itens				11.680,00	

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO CONTRATUAL:

Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de computadores da Administração, Escolas, Agricultura, Ginásio de Esportes e Escola de Música.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018, classificada na dotação: 3.3.9.0.3.9.5.7.00.00.00.00.

CLÁUSULA QUINTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SEXTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

BATURITE ROCHA LYRA & CIA LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Wagner Will	Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50	CPF: 083.410.239-03

ADITIVO 29/2017

Publicação Nº 1477399

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ADITIVO Nº. 29/2017 AO CONTRATO Nº. 44/2017 - DEVIDO A MUDANÇA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E DEMAIS FUNDOS E A EMPRESA INSTALADORA VIDALENSE LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominado “Município”, localizado na Avenida Jorge Lacerda, nº. 01, Centro, CEP 88443-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.376/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LAERCIO DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: INSTALADORA VIDALENSE LTDA, doravante denominada “Contratada”, estabelecida à AVENIDA JORGE LACERDA, 1091 SALA 01, centro, no município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.295.224/0001-33.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8883, de 08 de junho de 1994; ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 63/2017 do Município de Vidal Ramos/SC e às seguintes cláusulas deste termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar CLÁUSULA QUARTA – DA RENOVAÇÃO do Contrato 44/2017 de 06 de julho de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL:

PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, DE FORMA FRAGMENTADA, CONFORME A NECESSIDADE E DE CAMINHÃO MUNCK SEMPRE QUE NECESSÁRIO.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. A despesa com o pagamento da Contratada correrá à conta do orçamento do Município, exercício 2018, classificada na dotação: 33.90.39.05.00.00.00.00.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

As partes elegem o Foro de Ituporanga – SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vidal Ramos, 29 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

INSTALADORA VIDALENSE LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Wagner Will Eduardo Thechrin
CPF: 081.337.549-50 CPF: 083.410.239-03

EDITAL 01

Publicação N° 1477290

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE SUPRACITADO DEVIDAMENTE CIENTIFICADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DO CÓDIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL (LEI COMPLEMENTAR 003, DE 15/12/1992), DA EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, CONFORME RESPECTIVA CERTIDÃO.

FICA TAMBÉM CIENTIFICADO O CONTRIBUINTE DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 94, §1º DO CÓDIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL (LEI COMPLEMENTAR 003, DE 15/12/1992), A SABER, 30 (TRINTA) DIAS PARA PAGAMENTO AMIGÁVEL ANTES DE DEFLAGRADO O PROCESSO DE COBRANÇA JUDICIAL, A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CNPJ
219/2017	06/12/2017	SONA CONSTRUTORA Ltda.	18.205.110/0001-55
220/2017	06/12/2017	SONA CONSTRUTORA Ltda.	18.205.110/0001-55
221/2017	06/12/2017	SONA CONSTRUTORA Ltda.	18.205.110/0001-55

Vidal Ramos, 27 de Dezembro de 2017.

VILSON DOS ANJOS
Gerente Técnico – Matrícula 507822

EDUARDO THECHRIN
Coordenador Geral da Administração

Videira

PREFEITURA

ATA 007/17

Publicação Nº 1477468

ATA 007/2017-CMS– Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, nas dependências do Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, nesse município de Videira, reuniram-se ordinariamente, os membros do Conselho Municipal de Saúde, conforme a lista de presença, com a seguinte pauta: 1. Aprovação da Ata 006/2017-CMS; 2. Discussão para reformulação da composição do CMS; 3. Programação Outubro Rosa; 4. Recadastramento Municipal; 5. Carteiras de Saúde; 6. Avaliação externa PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica; 7. PSE (Programa Saúde Escola); 8. Prestação de contas; 9. Indicadores de Atendimentos; 10. Assuntos gerais. Iniciada a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Após, foi realizada a leitura da Ata 006/2017-CMS a qual foi aprovada, sem ressalvas. Repassada a palavra ao Presidente do Conselho Carlos Antônio Barzotto, o qual explanou o recebimento de ofício do Departamento de Expediente da Prefeitura Municipal de Videira, sugerindo ao Conselho Municipal de Saúde a alteração da composição dos Conselheiros, devido a existência de membros da esfera estadual dentro do Conselho, pois houve uma ação direta de inconstitucionalidade contra o município, onde declarou a inconstitucionalidade da participação destes membros em Conselho Municipal. Após discussões, deliberou-se pela necessidade de orientação jurídica, o qual será encaminhado à Procuradoria Jurídica Municipal para a emissão de Parecer ao Conselho. Em sequência, foi passada a palavra à Diretora de Saúde Andréa Berto, a qual explanou sobre a programação do Outubro Rosa, com o objetivo de mobilizar a comunidade Videirense para diagnóstico precoce de câncer de mama e útero. Comunicou ainda, que no primeiro sábado do mês de outubro, todas as Unidades Básicas de Saúde e o setor de preventivo do PAME estarão abertos das 08h00 às 16h00 para coleta de exames preventivos e autoexame de mama e o setor de mamografia do Posto Floresta estará realizando exames de mamografia com agendamento prévio. Após, foi informado que será realizado o recadastramento municipal, pois atualmente tem 70.000 (setenta mil) cadastros individuais, sendo que o município possui aproximadamente 52.000 (cinquenta e dois mil) habitantes. A Diretora de Saúde informou que inicialmente será filtrado os nomes repetidos, bem como está sendo considerado estar solicitando documento oficial com foto no momento da consulta. Sugerido pela plenária para estar solicitando o título de eleitor ou comprovante de residência ou ainda estar solicitando ao Cartório Eleitoral a relação de eleitores afim de estar filtrando pelo endereço. Após, a Diretora de Saúde Andréa Berto apresentou o protocolo de manejo das carteiras de saúde para manipuladores de alimentos do município. Sugerido para que se faça a alteração deste protocolo para que todo exame VDRL positivo seja notificado a Vigilância Epidemiológica, independente de coleta. Em sequência, foi informado que houve a realização da Avaliação externa PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, com equipe formada por 06 (seis) técnicos do Ministério da Saúde que visitaram nos dias 20/09/2017 e 21/09/2017 as Unidades de Saúde dos bairros Amarante, Carelli, Cidade Alta, De Carli, Farroupilha, Floresta, Rio das Pedras, Santa Gema e Vila Verde. Durante a avaliação, os avaliadores entrevistaram pacientes, e observaram itens de infraestrutura e organização de cada unidade. A divulgação da nota sairá em Janeiro/2018. Neste tocante, a Conselheira Mônica Vanz expôs que chegou a seu conhecimento que os locais que possuem câmara de refrigeração está perdendo pontos nesta avaliação. Comentou ainda, que as salas de vacinação das Unidades Básicas de Saúde do bairro Rio das Pedras, Amarante e De Carli não estão sendo utilizadas no SI-PNI - Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações. Sugerido para estar analisando a possibilidade de desativação das salas supracitadas. Em sequência, foi apresentado o PSE - Programa Saúde Escola, tratando-se de uma política intersetorial da Saúde e da Educação voltada às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública, nos CEMEIs e Escolas. Informou ainda, que este Programa é desenvolvido pelo Ministério da Saúde, o qual estabelece as ações a serem aplicadas, dentre elas: Direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/AIDS; Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas; Promoção da Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos; Promoção das práticas Corporais, da Atividade Física e do lazer nas escolas; Prevenção das violências e dos acidentes; Identificação de educandos com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação; Promoção e Avaliação de Saúde bucal e aplicação tópica de flúor; Verificação da situação vacinal; Promoção da segurança alimentar e nutricional e da alimentação saudável; Promoção da saúde auditiva e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração; Ações de combate ao mosquito Aedes aegypti. Informou ainda, que o programa será aplicado em 2018. Sugerido para estar melhorando as ações referente ao aedes egypt, para estar incluindo por exemplo: gincanas, brindes, etc. Após, passada a palavra ao Presidente, o qual apresentou a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde e do Convênio CIS-AMARP referente aos meses de janeiro a agosto de 2017. Após discussões, houve a aprovação em unanimidade. Em sequência, foi apresentado os indicadores de atendimento do PAME, PAM, ESF's, CAPS dos meses de junho, julho e agosto. Neste tocante, foi informado que em virtude dos dados anteriores terem sido retirado do sistema digitalizado, foram encontrados inconsistências e recontados manualmente, por isso foram reapresentados. Cientificou-se ao Conselho que a próxima reunião será na data de 26/10/2017. Encerradas as discussões às 20h50min, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do CMS agradeceu a presença de todos. Eu, Carlos Antônio Barzotto, Presidente do CMS, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

ATA 008/17

Publicação Nº 1477469

ATA 008/2017-CMS– Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, nas dependências do Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, nesse município de Videira, reuniram-se ordinariamente, os membros do Conselho Municipal de Saúde, conforme a lista de presença, com a seguinte pauta: 1. Aprovação da Ata 007/2017-CMS; 2. Apresentação dos novos Conselheiros representantes da UNOESC e CREFITO - 10; 3. Aprovação SISPACTO 2017; 4. Relatório Comissão Hospitalar do Hospital Salvatoriano Divino Salvador; 5. Projeto de Implantação das Práticas Integrativas Complementares na Atenção Básica - Auriculoterapia e Técnica Shantala; 6. Emenda parlamentar para compra de ressonância magnética; 7. Contratação médicos (Bairro Amarante e Santa Gema); 8. Resultado da campanha Outubro Rosa / Novembro Azul; 9. Indicadores de Atendimentos; 10. Assuntos gerais. Iniciada a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Após, foi realizada a leitura da Ata 007/2017-CMS a qual foi aprovada, sem ressalvas. Em sequência, o Presidente do Conselho, Sr. Carlos Antônio Barzotto apresentou os novos Conselheiros representantes da UNOESC, a Sra.

Ana Paula Scherer De Brum e os Conselheiros Adriano Slongo e Edima Moresco representantes do CREFITO 10. Em sequência, quanto ao SISPACTO este será apresentado na próxima reunião. Após, foi apresentado o relatório da Comissão Hospitalar do Hospital Saluatoriano Divino Salvador referente ao mês de Outubro/2017, com o controle de infecção hospitalar de 1,03% dentro da normalidade, a revisão de óbitos e prontuários onde foram encontradas algumas inconformidades nos registros médicos e de enfermagem (anotação sem COREN, ausência do horário de liberação ou internação, justificativa de mudança de procedimento, etc), que estão sendo reavaliados e corrigidos, e a segurança do paciente e gerenciamento de riscos. Em sequência, foi passada a palavra à Fisioterapeuta do NASF, Alcidália Granemann de Mello, a qual explanou o projeto de implantação de práticas integrativas complementares da Atenção Básica, dentre elas a Auriculoterapia que consiste na estimulação com agulhas, sementes de mostarda, objetos metálicos ou magnéticos em pontos específicos da orelha para aliviar dores ou tratar diversos problemas físicos ou psicológicos, como ansiedade, enxaqueca, obesidade ou contraturas, para atendimentos individuais e grupos de atividade coletiva (seleção de pontos específicos), com encaminhamento da equipe da saúde: médicos, enfermeiros, nutricionista, dentista. Sugerido para estar apresentando os resultados desta técnica ao Conselho a cada 03 (três) meses e abrangendo para outros grupos, como por exemplo: diabéticos, hipertensos, etc. Após, foi apresentada a técnica Shantala que consiste em massagem que pode ser realizada diariamente em crianças a partir do primeiro mês até os 09 anos de idade, que trabalha com várias regiões do corpo, com isso a criança fica mais tranquila e o alívio das cólicas. Esta técnica foi utilizada no ESF Floresta e Vila Verde e será implantado aos demais ESF's do município mediante encaminhamento médico. Em sequência, o Presidente explanou que foram recebidos R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) de emenda parlamentar do Deputado Federal João Rodrigues, e este valor foi utilizado para a realização de 585 ressonâncias magnéticas ao preço da tabela SUS. Após, foi explanado sobre a contratação de médicos para o ESF Amarante e Santa Gema, pois o ESF Amarante possuía 01 (um) médico, porém este solicitou o seu desligamento e foram convocados os médicos aprovados no Concurso Público, mas todos desistiram, logo foi autorizado pela Administração Municipal a contratação emergencial, e por enquanto como o ESF Santa Gema haviam 02 (dois) médicos, um deles foi para o ESF Amarante até que se efetive esta contratação. Em sequência, a Diretora da Secretaria de Saúde Andréa Berto apresentou os resultados da Campanha Outubro Rosa e Novembro Azul. No tocante ao Outubro Rosa, foram realizadas 194 (cento e noventa e quatro) mamografias e 534 (quinhentos e trinta e quatro) exame preventivo. Quanto ao Novembro Azul foram realizados 292 (duzentos e noventa e dois) atendimentos, e montado ambulatório no Posto do Bairro Cibrázem e realizado atendimento odontológico, a qual atingiu o dobro de atendimentos do ano passado. Neste ponto, o Conselheiro Alexandre solicitou se há procedimento de biopsia de próstata pelo SUS. Ficou acordado para o Presidente do Conselho estar averiguando esta situação e trazer nas próximas reuniões. Após, a Diretora da Secretaria de Saúde informou que o cadastramento será realizado juntamente com as agentes de saúde das Unidades Básicas de Saúde em Janeiro/2018. Em sequência, foi apresentado o relatório trimestral referente aos meses de Agosto à Outubro, de atendimentos do PAME, PAM, ESF's, CAPS, atendimentos odontológicos, e outros dados relevantes como os exames laboratoriais, atendimentos na Farmácia Central, medicamentos dispensados por produto, vacinas, exames ecocardiograma, ressonância magnética, ultrassom, endoscopia, densitometria óssea, eletrocardiograma, colonoscopia, entre outras consultas específicas. Após, o Presidente do Conselho apresentou a prestação de contas do FMS - Fundo Municipal de Saúde, referente ao período de Janeiro a Outubro de 2017, sendo R\$ 26.045.106,81 (vinte e seis milhões e quarenta e cinco mil e cento e seis reais e oitenta e um centavos) provenientes de transferências da União, Estado e Município, e outras receitas (taxa de fiscalização da Vigilância Sanitária, alienação de bens, recursos próprios e vinculados) e gasto R\$ 22.273.862,39 (vinte e dois milhões e duzentos e setenta e três mil e oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e nove centavos) com pessoal, manutenção e investimento, sendo investido 17,58% com a Saúde do município, no período de Janeiro à Outubro deste ano. Quanto ao convênio CIS-AMARP foi gasto o valor de R\$ 1.244.918,95 (um milhão e duzentos e quarenta e quatro mil e novecentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos), com exames e consultas e R\$ 20.460,00 (vinte mil e quatrocentos e sessenta reais) de despesas fixas (manutenção do consórcio). Após análise, a prestação de contas do período de Janeiro à Outubro de 2017 foi aprovada sem ressalvas. Encerradas as discussões às 20h50min, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do CMS agradeceu a presença de todos. Eu, Carlos Antônio Barzotto, Presidente do CMS, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

ATA 011 COMAD

Publicação Nº 1477459

ATA 011/2017-COMAD – Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, nº 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, conforme a lista de presença, com a seguinte pauta: 1. Andamento do Projeto do COMAD; 2. Cronograma de reuniões para 2018; 3. Assuntos gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. A Presidente do COMAD, Sra. Jociane Oliveira Dutra informou que os alunos do 8º e 9º ano da E.E.B. Inspetor Eurico Rauen, E.E.B.M. Fidélis Antonio Fantin e Conselheiros visitaram a Unidade Prisional Avançada (UPA) de Videira, sendo esta uma das etapas do Projeto de Prevenção do Conselho. A Presidente apresentou o relatório enviado pela E.E.B. Inspetor Eurico Rauen, o qual obteve resultados positivos e a Direção desta Escola sugeriu estar dando continuidade do projeto para iniciar em Fevereiro/2018. Entretanto, a E.E.B.M. Fidélis Antonio Fantin não estava aplicando o projeto devido a falha de comunicação, porém a Direção desta Escola sugeriu para estar aplicando o projeto na escola no início de 2018. Após discussões, foi constatado que o objetivo do projeto do Conselho de buscar a conscientização/prevenção ao uso de drogas foi alcançado. Após, os Conselheiros expuseram que houveram dificuldades para articulação com os pais e professores dos alunos, o qual será revisto no próximo ano. Em sequência, os Conselheiros acordaram para a definição na próxima reunião a escolha das Escolas a serem aplicadas o Projeto de Prevenção do Conselho e ainda, estar verificando as faltas injustificadas dos Conselheiros para possível substituição. Após, foi apresentado o cronograma de reuniões do ano de 2018, para serem realizadas na primeira terça-feira mensal, o qual foi aprovado. Registre-se que a próxima reunião ordinária do Conselho será na data de 06/02/2018. Encerradas as discussões, às 14h10min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do COMAD agradeceu a presença de todos. Esta Ata foi lida e aprovada nesta data. Eu, Jociane Oliveira Dutra _____, Presidente do COMAD, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

ATA 246

Publicação Nº 1477467

ATA 246-2017/CMAS – Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Assistência Social com a seguinte pauta: 1. Apresentação da Cartilha de Usuários SUAS - CNAS; 2. Aprovação do cronograma de reuniões para 2018; 3. Assuntos gerais. Instalado o quórum, a Presidente do CMAS, iniciou a reunião e cumprimentou todos os presentes. Em sequência, foi apresentado aos presentes a Cartilha dos Usuários do SUAS, a qual foi lançada na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e explana de forma sucinta os programas socioassistenciais, e os equipamentos da Assistência Social (CRAS, CREAS). Após, foi apresentado o calendário de reuniões do Conselho para o ano de 2018, o qual foi aprovado em unanimidade pelos presentes. Em sequência, a Presidente apresentou uma mensagem reflexiva de fim de ano e agradeceu a presença de todos e desejou um feliz natal e ano novo à todos. Reiterou-se que a próxima reunião do CMAS está designada para a data de 08/02/2017. Encerradas as discussões, às 14h15min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMAS agradeceu a presença de todos. Eu, Jussara Zambom, _____ Presidente do CMAS, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

ATA COMAD

Publicação Nº 1477450

ATA 010/2017-COMAD – Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, nº 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, conforme a lista de presença, com a seguinte pauta: 1. Andamento do Projeto do COMAD; 2. Cronograma de reuniões para 2018; 3. Convite do I Seminário de Formação: Fortalecendo a Rede de Atendimento de Crianças e Adolescentes de Videira/SC; 4. Assuntos gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, e foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Os conselheiros presentes, então, em razão da ausência de quórum, conforme registro das presenças, decidiram por cancelar a reunião agendada para a data de hoje. Encerradas as discussões, às 14h, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do COMAD agradeceu a presença de todos. Esta Ata foi lida e aprovada nesta data. Eu, Jociane Oliveira Dutra _____, Presidente do COMAD, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

ATA Nº 263

Publicação Nº 1477474

ATA 263/2017-CMDCA – Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a seguinte pauta: 1. Discussão do Memorando nº 04/2017-CPNR. Dando início, a Presidente informou que foi recebido ofício do Conselho Tutelar informando que a Conselheira Juliana Weber encontrava-se dormindo em uma sala na sede do Conselho Tutelar na data de 14/12/2017 por volta das 15h00, sendo observado pelas Conselheiras Tutelares Gisele, Miriane, Marilene e a secretária Marilise, e algum tempo depois o Conselheiro Rodolfo presenciou a referida Conselheira dormindo durante horário de trabalho. Neste tocante, foi apresentada a certidão com o relato do Conselheiro Rodolfo, o qual constatou a Conselheira Juliana Weber dormindo no local de trabalho, e lhe acordou indagando se estava bem, e a Conselheira disse que a pressão estava baixa e não estava se sentindo bem e foi levada ao Posto de Saúde e o Sr. Rodolfo retornou à Prefeitura. Repassado o ofício para a Comissão de Normas e Regulamentação, os quais se posicionaram pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos e, o afastamento preventivo da Conselheira Tutelar Juliana Weber considerando a gravidade dos fatos narrados. Diante de várias práticas reiteradas de seu comportamento com os Conselheiros Tutelares e aos usuários, conforme relatado em ofício do Conselho Tutelar, foi deliberado em unanimidade pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar e o afastamento preventivo da Conselheira Tutelar Juliana Weber, ficando a cargo da Presidente, comunicar o fato à Conselheira através de ofício. Reiterou-se que a próxima reunião do Conselho, está designada para a data de 06/02/2018. Encerradas as discussões, às 14h10min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos. Eu, Viviane de Fátima e Silva Spörr _____, Presidente do CMDCA, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

ATA Nº 264

Publicação Nº 1477475

ATA 264/2017-CMDCA – Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às 08h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a seguinte pauta: 1. Eleição de Comissão Eleitoral do Processo de Eleição Suplementar do Conselho Tutelar de Videira; 2. Escolha de Conselheiros para a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar da Conselheira Tutelar Juliana Weber; 3. Aprovação do registro/inscrição do Colégio Imaculada Conceição - CIC; 4. Assuntos gerais. Dando início, a Presidente informou que devido a decisão do Conselho de afastamento preventivo da Conselheira Tutelar Juliana Weber para a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, foi convocada a próxima candidata eleita pelo Edital 002/2015, com observância pela ordem de classificação e que participaram da capacitação de Conselheiro Tutelar, de acordo com o item 12.6 do referido edital. Porém esta não irá assumir a vaga, e já apresentou termo de desistência. Neste tocante, será necessária a elaboração de novo edital para a eleição de Conselheiros Tutelares Suplentes. Dessa forma, foram eleitos os Conselheiros Rodrigo Telles de Oliveira, Viviane Spörr, Marilda Pelissaro e Daiane Rostirola para comporem a Comissão Eleitoral do Processo de Eleição Suplementar do Conselho Tutelar, sendo

agendada a primeira reunião da Comissão para a data de 02/01/2018 às 13h30min. Após, no tocante a escolha de Conselheiros para a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar da Conselheira Tutelar Juliana Weber foram nomeados os Conselheiros Rodolfo Pires Filho, Luana Lourenço Longhi e Teresinha Frâncio para comporem a comissão supracitada. Após, o Conselheiro Rodolfo expôs que é possível estar interrompendo as férias dos Conselheiros Tutelares, desde que haja justificativa caso necessário. Em sequência, foi apresentado o relatório favorável da Comissão composta pelos Conselheiros Claudia Cesca, Rodrigo Telles de Oliveira e Suelen Paravisi do Colégio Imaculada Conceição para o registro/inscrição da Instituição no Conselho, o qual foi aprovado pela plenária. Após, foi exposto pelos Conselheiros para na próxima reunião estar realizando diagnóstico das metas do Plano de Ação e Aplicação do FIA do ano de 2017. Reiterou-se que a próxima reunião do Conselho, está designada para a data de 02/02/2018. Encerradas as discussões, às 09h40min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos. Eu, Viviane de Fátima e Silva Spörr _____, Presidente do CMDCA, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2017 - FMAS

Publicação Nº 1477270

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2017 - FMAS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, retifica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2017 - FMAS

HOMOLOGAÇÃO: 29/12/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA INTERNAÇÃO DO SENHOR C.B, EM CUMPRIMENTO AO MANDADO JUDICIAL DOS AUTOS Nº 0900051-07.2017.8.24.0079, EM FACE DA AÇÃO INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

VALOR TOTAL DA DESPESA: 2.895,00 (dois mil oitocentos e noventa e cinco reais)

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE PROFESSORA GEORGETE.

FUNDAMENTO: Artigos 24, inciso IV e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 29 de dezembro de 2017.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice – Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 151/2017 - FMAS

Publicação Nº 1477583

Contrato nº.: 151/2017

Contratada...: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE PROFESSORA GEORGETE.

Valor : R\$ 2.895,00 (dois mil oitocentos e noventa e cinco reais)

Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 30/03/2018

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017-FMAS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA INTERNAÇÃO DO SENHOR C.B, EM CUMPRIMENTO AO MANDADO JUDICIAL DOS AUTOS Nº 0900051-07.2017.8.24.0079, EM FACE DA AÇÃO INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

RESOLUÇÃO Nº 014/17

Publicação Nº 1477472

RESOLUÇÃO Nº 014/2017/CMS

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) e do Convênio CIS-AMARP referente aos meses de janeiro a outubro de 2017.

O Conselho Municipal de Saúde - CMS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 343, de 05 de novembro de 1997, com suas alterações,

Considerando, a redação do art. 3º, IX da Lei Municipal nº 343/1997 a qual dispõe que " Art. 3º Ao Conselho Municipal de Saúde compete, sem prejuízo das funções dos Poderes Legislativo e Executivo: [...] IX - apreciar o Plano de ampliação e prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, bem como acompanhar e fiscalizar a sua movimentação;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, nos termos da Ata 008/2017 - CMS, da Reunião Ordinária realizada na data de 31 de novembro de 2017, a prestação de

contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) e do Convênio CIS-AMARP referente aos meses de janeiro a outubro de 2017.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA - Janeiro a Outubro de 2017			
RECEITAS	Jan a out 2017	DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA	Jan a out 2017
Transferências da União	6.758.494,75	Pessoal	10.778.053,60
Piso de Atenção Básica - PAB	922.372,46	Manutenção	11.145.698,39
Programa Saúde da Família - PSF	629.370,00	Investimento	350.110,40
Prog Agentes Comunitários de Saúde - PACS	345.774,00	TOTAL	22.273.862,39
Programa Saúde Bucal	44.600,00		
Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade	254.300,00		
Ações de Média e Alta Complexidade	3.621.317,11	DESPESAS POR RECURSOS	Jan a out 2017
Serv de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	219.190,00	Gastos com recursos próprios	14.677.307,88
Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	181.500,00	Gastos com recursos vinculados	7.596.554,51
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	65.010,00	TOTAL	22.273.862,39
Prog Vigilância Epidemiológica e Ambiental	175.048,63		
Programa Vigilância Sanitária	17.967,30		
Programa DST/AIDS	59.249,97	Cálculo do Percentual dos Gastos com Saúde	Jan a out 2017
Farmácia Básica - União	209.795,28		
Programa das ações de Alimentação e Nutrição	13.000,00	Receita de Impostos	83.495.376,64
Transferências do Estado	575.254,00	Percentual mínimo 15%	12.524.306,50
Farmácia Básica	142.854,00	Valor aplicado	14.677.307,88
Programa Estratégia Saúde da Família	149.400,00	PERCENTUAL APLICADO	17,58
Outras Receitas	872.942,36		
Tx. de Fisc de Vigilância Sanitária	434.356,54	Gastos através do CIS -AMARP	Jan a out 2017
Receita Aplic Financ. dos Recursos Vinculados	187.361,96	Despesas fixas (manutenção do consórcio)	20.460,00
Receita Aplic Financ Recursos Próprios	134.156,08	Despesas variáveis (exames e consultas)	1.244.918,95
Outras Receitas - FMS	1.267,78	TOTAL	1.265.378,95
Alienação de Bens	115.800,00		
TOTAL RECEITAS FMS	8.206.691,11		
Transferências Financeiras da Prefeitura	13.623.316,22	Obs: Considerado a despesa pelo valor liquidado	
Superávit Financeiro de 2016	4.215.099,48		
TOTAL	26.045.106,81		

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 31 de novembro de 2017.
Carlos Antônio Barzotto
Presidente do CMS de Videira - SC

RESOLUÇÃO Nº 41

Publicação Nº 1477445

RESOLUÇÃO Nº 041/2017-CMDCA

Dispõe sobre a determinação de afastamento preventivo de Conselheiro Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando, a redação do art. 75 da Lei Municipal nº 3.215/2015, o qual expressa que "Como medida cautelar e a fim de que o Conselheiro Tutelar não venha interferir na apuração de irregularidades, poderá o Presidente do CMDCA determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até trinta dias, sem prejuízo da remuneração. No caso de necessidade, o prazo pode ser prorrogado uma única vez por igual período";

Considerando, a redação do art. 76 da Lei Municipal nº 3.215/2015, o qual expressa que "Art. 76. Para apuração das irregularidades noticiadas, aplicam-se as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da legislação correlata, no que concerne ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar, bem como a legislação esparsa própria do CMDCA, naquilo que não for contrário ao disposto nesta Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR, nos termos da Ata 263/2017-CMDCA, o afastamento preventivo da Conselheira Tutelar Juliana Weber, pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, sem prejuízo da remuneração, para fins de instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 19 de dezembro de 2017.

Viviane de Fátima e Silva Spörr

Presidente do CMDCA de Videira - SC

RESOLUÇÃO N° 42/17

Publicação N° 1477449

RESOLUÇÃO N° 042/2017-CMDCA

Dispõe sobre a determinação de convocação de Conselheiro Tutelar Suplente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando o disposto no art. 42, da Lei Municipal 3.215/2015, o qual dispõe que "ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente convocará o suplente para o preenchimento da vaga"; e,

Considerando, ainda, o disposto no art. 42, §1º, da Lei Municipal 3.215/2015, o qual disciplina que "os Conselheiros Tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares",

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR, nos termos da Ata 263/2017-CMDCA, a convocação da Sra. Scheila Rodrigues da Silva, candidata eleita em ordem decrescente no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, conforme o Edital CMDCA nº 002/2015, com observância do item 12.6 do referido edital, para assumir a função de Conselheira Tutelar durante o período de afastamento preventivo da Conselheira Tutelar Juliana Weber.

Art. 2º. A convocada, a partir do recebimento da convocação, terá o prazo de 2 (dois) dias para comparecer junto à Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, situada à Rua Lauro Muller, 288 - Centro - Videira/SC, a fim de tomar posse na referida função, sob pena de renúncia ao mandato.

Art. 3º. Formalizada a posse, a convocada deverá assumir imediatamente a função de Conselheira Tutelar, durante o período de afastamento preventivo da Conselheira Tutelar Juliana Weber.

Art. 4º. Em atenção ao §1º, do art. 42, da Lei Municipal 3.215/2015, a remuneração será proporcional aos dias de atuação no órgão.

Art. 5º. Conforme referido no §2º, do art. 42, da Lei Municipal 3.215/2015, a não aceitação do exercício da suplência acarretará na renúncia ao mandato.

Art. 6º. A convocada deverá comprovar a participação no "Curso de Formação de Conselheiros Tutelares: Desafios Teóricos e Práticos, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 25/02/2016 e 26/02/2016.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 19 de dezembro de 2017.

Viviane de Fátima e Silva Spörr

Presidente do CMDCA de Videira - SC

RESOLUÇÃO Nº 43/17

Publicação Nº 1477455

RESOLUÇÃO Nº 043/2017-CMDCA

Tornar sem efeito a resolução 042/2017-CMDCA, a qual dispõe sobre a convocação de Conselheiro Tutelar Suplente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º- Tornar sem efeito a Resolução 042/2017-CMDCA, a qual dispõe sobre a convocação de Conselheiro Tutelar Suplente, em razão da desistência da candidata Scheila Rodrigues da Silva em assumir a vaga de Conselheira Tutelar.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de dezembro de 2017.

Viviane de Fátima e Silva Spörr

Presidente do CMDCA de Videira - SC

RESOLUÇÃO Nº 44/17

Publicação Nº 1477458

RESOLUÇÃO Nº 044/2017-CMDCA

Dispõe sobre a nomeação de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de fatos de Conselheiro Tutelar de Videira.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Videira - SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando, a redação do art. 75 da Lei Municipal nº 3.215/2015, o qual expressa que "Como medida cautelar e a fim de que o Conselheiro Tutelar não venha interferir na apuração de irregularidades, poderá o Presidente do CMDCA determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até trinta dias, sem prejuízo da remuneração. No caso de necessidade, o prazo pode ser prorrogado uma única vez por igual período";

Considerando, a redação do art. 76 da Lei Municipal nº 3.215/2015, o qual expressa que "Art. 76. Para apuração das irregularidades noticiadas, aplicam-se as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da legislação correlata, no que concerne ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar, bem como a legislação esparsa própria do CMDCA, naquilo que não for contrário ao disposto nesta Lei;

Considerando, a decisão do colegiado do CMDCA, nos termos da Ata 263/2017-CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, nos termos da Ata 264/2017-CMDCA, da Reunião Extraordinária realizada na data de 27/12/2017, os Conselheiros Luana Lourenço Longhi, Rodolfo Pires Filho e Terezinha Frâncio, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apuração de fatos e conclusão, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, referente a Conselheiro Tutelar de Videira.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 27 de dezembro de 2017.

Viviane de Fátima e Silva Spörr

Presidente do CMDCA de Videira - SC

RESOLUÇÃO Nº 45/17

Publicação Nº 1477460

RESOLUÇÃO Nº 045/2017-CMDCA

Dispõe sobre a revogação da resolução 035/2017-CMDCA, a qual dispõe sobre a aprovação do registro/inscrição do Colégio Imaculada Conceição.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º- REVOGAR a Resolução 035/2017-CMDCA, a qual dispõe sobre a aprovação do registro/inscrição do Colégio Imaculada Conceição (CIC) junto ao Conselho, em razão da constatação de erro material.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de dezembro de 2017.
Viviane de Fátima e Silva Spörr
Presidente do CMDCA de Videira - SC

RESOLUÇÃO Nº 46/17

Publicação Nº 1477462

RESOLUÇÃO Nº 046/2017-CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do Registro/Inscrição do Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição (CIC) no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Videira - SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando o disposto nos arts. 90, §1º, e 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que estabelecem, respectivamente, que "as entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente" e que "As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente";

Considerando o disposto no art. 6º, XIII, da Lei Municipal 3.215/2015, sobre a competência do CMDCA de "efetuar o registro das organizações da sociedade civil sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em execução por entidades governamentais e das organizações da sociedade civil".

Considerando a redação do art. 2º, IX, do Decreto Municipal 9.509/10, o qual trata das funções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: [...] IX- proceder a inscrição de programas de proteção e sócio-educativos de entidades governamentais e não governamentais, na forma dos artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando a Resolução 006/2017-CMDCA, a qual "dispõe sobre o registro no CMDCA de entidades governamentais e não governamentais e inscrição de programa, projetos ou serviços que tenham por objetivo a educação profissional de adolescentes, a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e dá outras providências";

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos da Ata 264/2017-CMDCA, da Reunião Extraordinária realizada na data de 27/12/2017, o registro e inscrição do Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição (CIC), inscrita no CNPJ nº 86.552.809/0002-22, com sede na Rua Padre Anchieta, 482 - Matriz, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira-SC.

Art. 2º - Expeça-se o competente Comprovante de Registro/Inscrição, de acordo com a Resolução 006/2017-CMDCA.

Art. 3º - Cientifique-se à entidade.

Art. 4º - Validar o Comprovante de Registro/Inscrição a partir de 27 de dezembro de 2017 com vigência até 27 de dezembro de 2020, devendo os responsáveis pela Instituição manter a documentação cadastral atualizada.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 27 de dezembro de 2017.
Viviane de Fátima e Silva Spörr
Presidente do CMDCA - Videira

RESOLUÇÃO Nº 47/17

Publicação Nº 1477466

RESOLUÇÃO Nº 047/2017-CMDCA

Dispõe sobre a Criação de Comissão Especial Eleitoral do Conselho Tutelar

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando a redação do art. 6º, XII, da Lei Municipal nº 3.215/15 o qual dispõe "Art. 6º. Compete ao CMDCA: [...] XII - realizar o processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar conforme Lei Municipal";

Considerando ainda, a redação do art. 33 da lei supracitada, a qual dispõe "Art. 33. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a antecedência devida, regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante resolução específica, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069, de 1990, e nesta legislação municipal".

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, nos termos da Ata 264/2017-CMDCA, da Reunião Extraordinária realizada na data de 27/12/2017, os Conselheiros Rodrigo Telles de Oliveira, Viviane Spörr, Marilda Pelissaro e Daiane Rostirola para comporem a Comissão Especial Eleitoral para fins de organização do Processo de Eleição Suplementar do Conselho Tutelar de Videira.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 27 de dezembro de 2017.
Viviane de Fátima e Silva Spörr
Presidente do CMDCA - Videira

RESOLUÇÃO 013/17

Publicação Nº 1477470

RESOLUÇÃO Nº 013/2017/CMS

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) e do Convênio CIS-AMARP referente aos meses de janeiro a agosto de 2017.

O Conselho Municipal de Saúde - CMS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 343, de 05 de novembro de 1997, com suas alterações,

Considerando, a redação do art. 3º, IX da Lei Municipal nº 343/1997 a qual dispõe que " Art. 3º Ao Conselho Municipal de Saúde compete, sem prejuízo das funções dos Poderes Legislativo e Executivo: [...] IX - apreciar o Plano de ampliação e prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, bem como acompanhar e fiscalizar a sua movimentação;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, nos termos da Ata 007/2017 - CMS, da Reunião Ordinária realizada na data de 28 de setembro de 2017, a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS) e do Convênio CIS-AMARP referente aos meses de janeiro a agosto de 2017.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 28 de setembro de 2017.
Carlos Antônio Barzotto
Presidente do CMS de Videira - SC

RESOLUÇÃO Nº 02/2017

Publicação Nº 1477463

RESOLUÇÃO Nº 002/2017-COMAD

Dispõe sobre a aprovação do cronograma de reuniões do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Videira/SC para o ano de 2018

O Conselho Municipal Antidrogas do Município - COMAD de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. APROVAR, nos termos da Ata 011/2017-COMAD, de 07/12/2017 o cronograma de reuniões do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Videira/SC para o ano de 2018, nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS - COMAD DE VIDEIRA/SC PARA O ANO DE 2018			
ORDEM	DATA	HORÁRIO	LOCAL
1	06 fevereiro de 2018 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
2	06 março de 2018 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
3	03 abril de 2018 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
4	08 maio de 2018 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
5	05 junho de 2018 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
6	03 julho de 2018 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
7	07 agosto de 2018 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
8	04 setembro de 2018 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
9	02 outubro de 2018 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
10	06 novembro de 2018 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
11	04 dezembro de 2018 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira/SC, 07 de dezembro de 2017.

Jociane Oliveira Dutra

Presidente do COMAD de Videira - SC

RESOLUÇÃO Nº 030/2017

Publicação Nº 1477465

RESOLUÇÃO Nº 030/2017-CMAS

Dispõe sobre a aprovação de cronograma de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira para o ano de 2018

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 10, caput, do Decreto Municipal 13.147/16, o qual disciplina que "o Plenário reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, segundo o cronograma fixado no início de cada exercício",

RESOLVE:

Art. 1º. APROVAR, nos termos da Ata 246/2017-CMAS, de 14 de dezembro de 2017, o cronograma de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, para o ano de 2018, nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE VIDEIRA/SC PARA O ANO DE 2018			
ORDEM	DATA	HORÁRIO	LOCAL
1	08 fevereiro de 2018 (quinta-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
2	08 março de 2018 (quinta-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
3	12 abril de 2018 (quinta-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
4	10 maio de 2018 (quinta-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
5	08 junho de 2018 (quinta-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
6	13 julho de 2018 (quinta-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
7	10 agosto de 2018 (quinta-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
8	14 setembro de 2018 (quinta-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
9	05 outubro de 2018 (quinta-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
10	09 novembro de 2018 (quinta-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
11	14 dezembro de 2018 (quinta-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 14 de dezembro de 2017.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira-SC

TERMO ADITIVO 211/2017 - FMS

Publicação N° 1477626

Termo Aditivo nº 211/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 136/2017

Processo: PR nº 22/2017 - FMS

Contratada: MÓVEIS LAZZARI LTDA ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de entrega e vigência do contrato de fornecimento nº 136/2017, com efeitos a partir de 01/01/2018 até 28/02/2018.

Data: 29/12/2017.

TERMO ADITIVO 212/2017 - FMS

Publicação N° 1477629

Termo Aditivo nº 212/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 137/2017

Processo: PR nº 22/2017 - FMS

Contratada: LETICIA LOPES DA SILVA.

Objeto: Prorrogar o prazo de entrega e vigência do contrato de fornecimento nº 137/2017, com efeitos a partir de 01/01/2018 até 28/02/2018.

Data: 29/12/2017.

TERMO ADITIVO 213/2017 - FMS

Publicação N° 1477631

Termo Aditivo nº 213/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 138/2017

Processo: PR nº 22/2017 - FMS

Contratada: ELISEU FLECK ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de entrega e vigência do contrato de fornecimento nº 138/2017, com efeitos a partir de 01/01/2018 até 28/02/2018.

Data: 29/12/2017.

TERMO ADITIVO 214/2017 - PMV

Publicação N° 1477652

Termo Aditivo nº 214/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 134/2017

Processo: PR nº 125/2017 - PMV

Contratada: GPS – AGRIMENSORA EIRELI – EPP.

Objeto: Prorrogar o prazo de entrega e vigência do contrato de fornecimento nº 134/2017, com efeitos a partir de 01/01/2018 até 28/02/2018.

Data: 29/12/2017.

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 300/2017

Publicação Nº 1477292

PORTARIANº 300/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: SANDRO LUNELLI

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 19/12/2017 a 02/01/2018, sendo que a partir desta data, se necessário, o servidor deverá ser encaminhado ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando o servidor licenciado pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 301/2017

Publicação Nº 1477296

PORTARIANº 301/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JORGE GOMES MONTEIRO NETO

Cargo: MÉDICO DA ESF

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 13 dias, pelo período de 18/12/2017 a 30/12/2017, sendo que a partir desta data, se necessário, o servidor deverá ser encaminhado ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando o servidor licenciado pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 302/2017

Publicação Nº 1477325

PORTARIANº 302/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: WAGNER DE BRITO

Cargo: PROFESSOR NIVEL II – ACT

Do Quadro de Pessoal de provimento temporário, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 12/12/2017 a 27/12/2017, sendo que a partir desta data, se necessário, o servidor deverá ser encaminhado ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando o servidor licenciado pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 12 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 303/2017

Publicação Nº 1477341

PORTARIANº 303/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARCIA SCHRAMM NARDI

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 17/11/2017 a 01/12/2017, sendo que a partir desta data, se necessário, a servidora deverá ser encaminhada ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 17 de novembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 304/2017

Publicação Nº 1477401

PORTARIANº 304/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARIA GONÇALVES DE AMORIM

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria

de Saúde, contratada pela Portaria nº 047/2014, de 19 de março de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 20 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE DEZEMBRO DE 2017.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 305/2017

Publicação Nº 1477647

PORTARIANº 305/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O disposto na portaria de n.º 228/2017, que nomeia Comissão de Sindicância para apurar possíveis fatos irregulares referentes ao servidor JORGE GOMES MONTEIRO NETO;

CONSIDERANDO: o período de recesso de servidores municipais;

CONSIDERANDO: a necessidade de prazos para tramitação e análise do Processo de Sindicância acima mencionado;

RESOLVE: Prorrogar o prazo de tramitação do Processo de Sindicância acima mencionado pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE DEZEMBRO DE 2017.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 306/2017

Publicação Nº 1477648

PORTARIANº 306/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O disposto na portaria de n.º 218/2017, que nomeia Comissão de Sindicância para apurar possíveis fatos irregulares referentes ao servidor SALVIO JOSÉ BARBETTA;

CONSIDERANDO: o período de recesso de servidores municipais;

CONSIDERANDO: a necessidade de prazos para tramitação e análise do Processo de Sindicância acima mencionado;

RESOLVE: Prorrogar o prazo de tramitação do Processo de Sindicância acima mencionado pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE DEZEMBRO DE 2017.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xavantina

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES 001/2018 PMXV

Publicação Nº 1477609

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARS INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC, Nº 001/2018 PMXV.

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina – SC, através do Prefeito, Senhor ENOIR FAZOLO, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que está aberta a inscrição para os novos fornecedores e atualização para os já existentes, conforme dispõe o artigo 34 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

1 – DO OBJETO

O Presente Edital destina-se as inscrições de novos fornecedores e promover a atualização de dados, dos fornecedores já cadastrados, no cadastro de Fornecedores do Município de Xavantina - SC, para fins de habilitação em qualquer modalidade de licitação ou para contratação.

2 – DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 – Para fins do cadastramento e atualização os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

- a) Ficha Cadastral, devidamente preenchida, nos termos do anexo único;
- b) Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor, devidamente registrado no órgão competente, devendo, no caso de sociedades por ações, estar acompanhado do documento de eleição (ata publicada em órgão de imprensa oficial) de seus atuais administradores;
- c) Cópia do cartão de inscrição no CNPJ;
- d) Prova de regularidade para com os Tributos federais - Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, englobando os créditos tributários federais administrados pela RFB – INSS e PGFN);
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade de Situação – CRS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011; e
- i) Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27.10.1999.

2.1.1 – Para as empresas que se cadastrarem para obras ou serviços de engenharia, além dos documentos acima mencionados, também serão exigidos:

- a) Comprovante de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia – CREA, bem como comprovação de que possui em seu quadro permanente profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços;
- b) Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa e registrado no CREA, com o respectivo acervo técnico.

2.2 – Todos os documentos poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada em Tabelionato de Notas ou por Servidor da Prefeitura Municipal de Xavantina - SC.

2.3 – Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou entrelinhas.

3 – DA VALIDADE

3.1 – O interessado que providenciar sua inscrição e ou atualização receberá um Certificado de Registro Cadastral que terá validade até 31/12/2018.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As inscrições estarão permanentemente abertas aos interessados.

4.2 – Os casos omissos ao presente Edital serão analisados sob os aspectos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.3 – O Certificado de Registro Cadastral, não dispensa a documentação prevista nos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.4 – A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do artigo 27 da Lei n. 8.666/93, ou as estabelecidas para a classificação cadastral.

Xavantina – SC, em 02 de janeiro de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES	Inicial ()	Renovação ()
------------------------------------	-------------	---------------

Informações Gerais

Nome/Razão Social: _____
Nome de Fantasia: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP _____
Telefone: _____ Endereço eletrônico: _____
Pessoa de Contato: _____ Cargo: _____

Atividade Principal**Documentos Apresentados – Item 2.1**

()	Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor, devidamente registrado no órgão competente, devendo, no caso de sociedades por ações, estar acompanhado do documento de eleição (ata publicada em órgão de imprensa oficial) de seus atuais administradores.
()	Cópia do cartão de inscrição no CNPJ.
()	Prova de regularidade para com os Tributos federais - Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, englobando os créditos tributários federais administrados pela RFB – INSS e PGFN).
()	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.
()	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal
()	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade de Situação – CRS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
()	Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.
()	Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27.10.1999.

Documentos apresentados – Item 2.1.1

()	Comprovante de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia – CREA, bem como comprovação de que possui em seu quadro permanente profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços
()	Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa e registrado no CREA, com o respectivo acervo técnico

Local e Data:	Carimbo e assinatura da empresa:
---------------	----------------------------------

Para uso da Comissão

Deferido ()	Indeferido ()
Xavantina/SC, em _____	

EXTRATO CONTRATUAL FMS 12/2017

Publicação Nº 1477513

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1 TA CT 005/2016 - Contrato Nº: 005/2016

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Contratada...: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA

Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO NA SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE COM MIGRAÇÃO DE TODOS OS DADOS DOS SISTEMAS ORA EM USO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS E SUPORTE TÉCNICO, JÁ INCLUSAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS QUANDO HOUVEREM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 1 TA CT 006/2017 - Contrato Nº: CT 006/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Contratada...: SOCIEDADE MÉDICA GONZALLES S/C LTDA

Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mensais de ultra-sonografia, conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 1 TA CT 003/2017 - Contrato Nº: CT 003/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Contratada...: HOSPITAL SAO ROQUE

Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto : PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA (400 EXAMES) PARA OS MUNICÍPIOS. EM ANEXO SEGUE SOLICITAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS. REFERENTE AO CONTRATO 003/2017 FMS.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 1 TA CT 004/2017 - Contrato Nº: CT 004/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Contratada...: LABORATÓRIO XAVANTINA LTDA

Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento 003/2017 de prestadores de serviço de assistência à saúde, para a realização de exames laboratoriais de análises clínicas.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 1 TA CT 005/2017 - Contrato Nº: CT 005/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Contratada...: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LABVITA LTDA. - M

Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento 003/2017 de prestadores de serviço de assistência à saúde, para a realização de exames laboratoriais de análises clínicas.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

EXTRATO CONTRATUAL PREF 12/2017

Publicação Nº 1477518

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1 TA CT 66/2017 - Contrato Nº: CT 066/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada....: Sérgio Conrado Casasola & Cia LTDA EPP
Vigência : Início: 06/12/2017 Término: 03/02/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2017
Objeto : A presente licitação tem por objeto Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a execução de obra de Muro de Contenção de Gabião, conforme projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 5 TA CT 115/2017 - Contrato Nº: 115/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada....: TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 30/06/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2014
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA HILÁRIO JOSÉ RAVADELLI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO CONSTANTE NO ANEXO "E" DESTE EDITAL.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 3 TA CT 038/2016 - Contrato Nº: 038/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada....: SUL BRITAS LTDA ME
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 30/06/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO MELHORAMENTO DE ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DESTE EDITAL.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 2 TA CT 040/2016 - Contrato Nº: 040/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada....: SUL BRITAS LTDA ME
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 30/06/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO MELHORAMENTO DE ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DESTE EDITAL.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 3 TA CT 052/2017 - Contrato Nº: 052/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada....: Controller Tecnologia e Sistemas Informação LTDA
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CESSÃO DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL, DE ACORDO COM OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 1 TA CT 040/2017 - Contrato Nº: CT 040/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada....: SPEEDT INTELIGÊNCIA EM TECNOLOGIA LTDA
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2017
Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço de conectividade IP Dedicado à rede internet mundial, suportando aplicações TCP/IP com velocidade de 30 Mbps, para as unidades administrativas da Prefeitura de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde e escolas municipais, conforme as necessidades do município.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 1 TA CT 050/2017 - Contrato Nº: CT 050/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada....: EDITORA BELOS MONTES LTDA - ME.
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS DO INTERESSE DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, CONFORME DESCRIÇÕES DO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 1 TA CT 051/2017 - Contrato Nº: CT 051/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: RÁDIO BELOS MONTES DE SEARA LTDA EPP
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2017
Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM BASE NO CREDENCIAMENTO Nº 004/2017, PARA A CONTRATAÇÃO DE MINUTOS PARA A DIVULGAÇÃO DE ATOS INSTITUCIONAIS, PROGRAMAS E INFORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE XAVANTINA, EM EMISSORAS DE RÁDIO COM ABRANGÊNCIA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 1 TA CT 062/2017 - Contrato Nº: CT 062/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: INSTITUTO GIOMBELLI DE EDUCACAO E ASSESSORIA EM GE
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2017
Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de forma continuada de serviços em gestão, consultoria e auditoria nas áreas administrativa, legislativa, tributária, gestão de recursos humanos ao Gabinete do Prefeito Municipal, conforme especificações constantes nos Anexos "C" e "E", deste Edital

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 2 TA CT 021/2016 - Contrato Nº: 021/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: LIDER MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - EPP
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, SENDO PEÇAS GENUÍNAS HOMOLOGADAS PELA CELESC, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 1 TA CT 035/2017 - Contrato Nº: CT 035/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: EPAGRI - Emp. de Pesquisa Agrop. e Extensão Rural
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017
Objeto : Prestação de Serviço de assistência Técnica e Extensão Rural, em conformidade com a lei 8.66/93, artº 24 inciso XXX.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 1 TA CT 042/2017 - Contrato Nº: CT 042/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: TRANSPORTES POZZA LTDA
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2017
Objeto : A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos das redes municipal e estadual de ensino, conforme especificações constantes nos Anexos "C" deste Edital.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 2 TA CT 006/2017 - Contrato Nº: CT 006/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: CARLOS WUICIK MEI
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 2 TA CT 012/2017 - Contrato Nº: CT 012/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: NILSON TREVISAN MEI
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 2 TA CT 011/2017 - Contrato Nº: CT 011/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: NIOMAR MARCHIORO MEI
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 1 TA CT 010/2017 - Contrato Nº: CT 010/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: SANTA TEREZINHA TRANSPORTE ESCOLAR EIRELI
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 2 TA CT 007/2017 - Contrato Nº: CT 007/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: DEITRE TRANSPORTE ESCOLAR LTDA
Valor : 78.473,46 (setenta e oito mil quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e seis centavos)
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 2 TA CT 009/2017 - Contrato Nº: CT 009/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: VALENTINA TRANSPORTE FRETAMENTO LTDA - ME
Valor : 81.106,20 (oitenta e um mil cento e seis reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Aditivo Nº : 9 TA CT 127/2013 - Contrato Nº: 127/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: LICS SUPER ÁGUA EIRELI
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 11/10/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2013
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ATUAÇÃO NO CONTROLE E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA DE UM POÇO ARTESIANO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS E COMODATO DE UMA ETA - ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA, NUM TOTAL DE APROXIMADAMENTE 190 ECONOMIAS SERVIDAS NO DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA, CONFORME DESCRITIVO CONSTANTE NO ANEXO "E" DESTE EDITAL.

Xavantina, 29 de Dezembro de 2017

Associações

AMFRI

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 07 DE 2017 - RR SERVIÇOS

Publicação Nº 1455657

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 07/2017.

CONTRATADA: RR SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 28.113.338/0001-79.

Objeto: Fica por este ato prorrogada a vigência do presente contrato, iniciando-se em 01/01/2018, e findando em 31/12/2018, podendo ser novamente prorrogado mediante a necessidade e interesse das partes, por meio de novo Termo Aditivo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 13 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 10 DE 2017 - W3 AGRO

Publicação Nº 1455687

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 10/2017.

CONTRATADA: W3AGRO - APLICATIVOS PARA O AGRONEGOCIO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.685.098/0001-38.

Objeto: Fica por este ato prorrogada a vigência do presente contrato, iniciando-se em 01/01/2018, e findando em 31/12/2018, podendo ser novamente prorrogado mediante a necessidade e interesse das partes, por meio de novo Termo Aditivo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 13 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 12 DE 2017 - ECOSEG

Publicação Nº 1455721

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 12/2017.

CONTRATADA: ECO SEG LAZER E SEGURANCA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.871.890/0001-59.

Objeto: Fica por este ato prorrogada a vigência do presente contrato, iniciando-se em 01/01/2018, e findando em 31/12/2018, podendo ser novamente prorrogado mediante a necessidade e interesse das partes, por meio de novo Termo Aditivo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 13 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 13 DE 2017 - SOPA DE SIRI

Publicação Nº 1455761

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 13/2017.

CONTRATADA: CASTRO E BELING LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.120.545/0001-80.

Objeto: Fica por este ato prorrogada a vigência do presente contrato, iniciando-se em 01/01/2018, e findando em 30/04/2018, podendo ser

novamente prorrogado mediante a necessidade e interesse das partes, por meio de novo Termo Aditivo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 13 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 14 DE 2017 - AGIPREV

Publicação Nº 1455788

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 14/2017.

CONTRATADA: AGIPREV – CONSULTORIA GLOBAL LTDA - ME., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.158.166/0001-50.

Objeto: Fica por este ato prorrogada a vigência do presente contrato, iniciando-se em 01/01/2018, e findando em 31/12/2018, podendo ser novamente prorrogado mediante a necessidade e interesse das partes, por meio de novo Termo Aditivo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 13 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO PS-INOVAMFRI Nº 05-2017 - SMART

Publicação Nº 1457615

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PS/INOVAMFRI nº 05/2017.

CONTRATADO: SMART CONSULTORIA E GESTÃO DE PROJETOS EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ sob nº 28.470.874/0001-21.

Objeto: Fica por este ato prorrogada a vigência do presente contrato, iniciando-se em 01/01/2018, e findando em 31/01/2018, podendo ser novamente prorrogado mediante a necessidade e interesse das partes, por meio de novo Termo Aditivo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 14 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 01 DE 2017 - LDS

Publicação Nº 1455626

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 01/2017.

CONTRATADA: LDS PUBLICIDADE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.044.709/0001-30.

Objeto: Fica por este ato prorrogada a vigência do presente contrato, iniciando-se em 01/01/2018, e findando em 30/06/2018, podendo ser novamente prorrogado mediante a necessidade e interesse das partes, por meio de novo Termo Aditivo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 13 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 08 DE 2017

Publicação N° 1457491

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 08/2017.

CONTRATADO: NORDT SOLUÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.914.355/0001-54,

Objeto: Fica por este ato prorrogada a vigência do presente contrato, iniciando-se em 01/01/2018, e findando em 31/01/2018, podendo ser novamente prorrogado mediante a necessidade e interesse das partes, por meio de novo Termo Aditivo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 14 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

Consórcios

ARIS

DELIBERAÇÃO Nº 037/2017 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA REPOSIÇÃO DAS TARIFAS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PRESTADOS PELO SEMAE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

Publicação Nº 1477496

DELIBERAÇÃO N. 037/2017

Dispõe sobre a autorização para recomposição das tarifas dos serviços de abastecimento de água prestados pelo SEMAE São José do Cedro.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, e considerando as justificativas apresentadas em anexo ao procedimento administrativo n. 353/2017 vem:

1. Conceder a recomposição das tarifas em 5,94%, conforme índice identificado no parecer da diretoria de regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 353/2017;
2. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados desta deliberação;
3. A veiculação do comunicado de reajuste deve se dar no mínimo, em jornal de circulação corrente no município;
4. O Semae deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária de água e esgoto e cópia da publicação em jornal;
5. Esta deliberação substitui a deliberação 035/2017 em todo o seu teor.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2017.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

CIGA

ATO DE DISPENSA Nº 34/2017

Publicação Nº 1477491

Ato de Dispensa nº 34/2017

Processo administrativo nº 43/2017

OBJETO: Aquisição de mobiliário, conforme tabelas de itens a seguir:

Móveis de escritório:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Cadeira de reunião - Giratória - Estofado de espaldar alto com encosto de tela mash dupla - Assento de espuma injetada - Revestimento de tecido space preto - Contracapa de acento e prolipropileno rígido - Regulagem de altura na base a gás - Regulagem de inclinação e altura do enconsto (back-system) por alavanca - Braços com altura regulável	6	R\$ 431,00	R\$ 2.586,00
2	Cadeira de escritório - Giratória - Estofado de espaldar médio com encosto de tela mash dupla - Assento de espuma injetada - Revestimento de tecido space preto - Contracapa de acento e prolipropileno rígido - Regulagem de altura na base a gás - Regulagem de inclinação e altura do enconsto (back-system) por alavanca - Braços com altura regulável	6	R\$ 546,00	R\$ 3.276,00

3	Gaveteiro - Em MDF 15 mm - 3 gavetas - 1 gaveta para pastas suspensas - Com chave - Com rodinhas - Medidas aproximadas: 69x46x40cm	5	R\$ 348,00	R\$ 1.740,00
---	--	---	------------	--------------

JUSTIFICATIVA: Devido ao crescimento do consórcio e o número de colaboradores, principalmente teceirizados, faz-se necessária a aquisição de móveis que complementem a necessidade de acomodação destes novos funcionários, bem como a substituição de equipamentos danificados ou alijados. Para tanto, orçamentos foram efetuados junto a diversos fornecedores para que a aquisição ocorra com a maior brevidade possível. Já existe a deficiência de mobiliário atualmente, bem como a necessidade de substituição de equipamentos defeituosos, fazendo-se necessária a aquisição imediata. Considerando que o volume de itens para aquisição não é alto, bem como o valor da compra não representará uma despesa significativa, tais aquisições deverão ser realizadas por meio de Dispensa de Licitação. Vale ressaltar, que é mais vantajoso para esta Administração adquirir tais materiais por dispensa de licitação, pois o custo de estruturação de Edital e de realização de um pregão será maior em comparação às despesas administrativas inerentes ao processo de aquisição por dispensa de licitação. Por fim, para a presente aquisição é necessário atentar aos aspectos legais inerentes à efetivação de aquisições nesta modalidade, tais como: pesquisa de preços e verificação da regularidade fiscal e trabalhista do(s) fornecedor(es).

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

ITEM	FORNECEDOR		CNPJ	VALOR
1 – Cadeira de reunião	Mercadão Comércio de Móveis para Escritório Ltda.		80.983.869/0001-32	R\$ 2.586,00
2 – Cadeira de escritório	Mercadão Comércio de Móveis para Escritório Ltda.		80.983.869/0001-32	R\$ 3.276,00
3 – Gaveteiro	Mercadão Comércio de Móveis para Escritório Ltda.		80.983.869/0001-32	R\$ 1.740,00
	TOTAL		R\$ 7.602,00	

CONTRATADOS:

Florianópolis, 29 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

ATO DE DISPENSA Nº 35/2017

Publicação Nº 1477493

Ato de Dispensa nº 35/2017

Processo administrativo nº 44/2017

OBJETO: Aquisição de equipamentos eletrodomésticos, conforme tabelas de itens a seguir:

Equipamentos eletrodomésticos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Bebedouro elétrico refrigerado de coluna: - 220 volts - Gabinete de aço inox - Torneiras tipo alavanca (uma para água natural e outra para água gelada) - Bandeja de água removível, com espaço para copos de até 15 cm - Suporte a galões de até 20 litros - Capacidade de resfriamento: mínimo de 5,2 L/h - Reservatório de água gelada: mínimo de 2,2 L	4	R\$ 960,00	R\$ 3.840,00

JUSTIFICATIVA: Há a necessidade de aquisição imediata de equipamentos eletrodomésticos, já que o processo licitatório para a aquisição destes equipamentos não alcançou sucesso (não houveram interessados no seu fornecimento ao CIGA), e ocorreu o aumento no número de funcionários do CIGA, o que, com a proximidade do verão, aumenta a demanda pelo uso deste tipo de equipamento. Para tanto, orçamentos foram efetuados junto a diversos fornecedores para que a aquisição ocorra com a maior brevidade possível. Estes itens são utilizados diariamente pelos cerca de vinte funcionários Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, bem como por eventuais visitantes, que hoje dispõem apenas de um frigobar, fazendo-se assim necessária a aquisição imediata. Considerando que o volume de itens para aquisição não é alto, bem como o valor da compra não representará uma despesa significativa, tais aquisições deverão ser realizadas por meio de Dispensa de Licitação. Vale ressaltar, que é mais vantajoso para esta Administração adquirir tais materiais por dispensa de licitação, pois o custo de estruturação de Edital e de realização de um pregão será maior em comparação às despesas administrativas inerentes ao processo de aquisição por dispensa de licitação. Por fim, para a presente aquisição é necessário atentar aos aspectos legais inerentes à efetivação de aquisições nesta modalidade, tais como: pesquisa de preços e verificação da regularidade fiscal e trabalhista do(s) fornecedor(es).

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADOS:

ITEM	FORNECEDOR		CNPJ	VALOR
1 - Bebedouro	JDG Máquinas e Equipamentos Ltda - EPP		09.344.826/0001-42	R\$ 3.840,00
	TOTAL		R\$ 3.840,00	

Florianópolis, 29 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0001_2018

Publicação Nº 1475344

Resolução n. 0001/2018

Delega Competência ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público (artigo 33, § 1º) e do Estatuto (artigo 27) do Consórcio, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Delegar competência ao Sr. Elói Rönna, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, das atribuições insculpidas no artigo 33, incisos II a X, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, para prática de todos os atos administrativos previstos, de acordo com o que estabelece o parágrafo primeiro, do artigo supracitado.

Art. 2º. A presente Resolução deverá ser homologada pela Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Resolução nº 01 de 02 janeiro de 2017.

Florianópolis SC, 02 de janeiro de 2018.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA

Prefeito de Abdon Batista

Presidente do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0002_2018

Publicação Nº 1475345

Resolução n. 0002/2018

Delega Competência ao Diretor Financeiro do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público (artigo 33, § 1º) e do Estatuto (artigo 27) do Consórcio, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Delegar competência ao Sr. Luiz Fernando Raldi, Diretor Financeiro do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, para autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do consórcio através de depósitos bancários e/ou de cheques bancários nominais, em conformidade com o artigo 33, inciso VII, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º. A presente Resolução deverá ser homologada pela Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Resolução nº 02 de 02 de janeiro de 2017.

Florianópolis SC, 02 de janeiro de 2018.
LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA
Prefeito de Abdon Batista
Presidente do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0003_2018

Publicação Nº 1475346

Resolução n. 0003/2018

Dispõe Sobre a Nomeação de Empregado Público Aprovado em Concurso Público Edital n. 001/2017, Para Provimento de Vaga do Quadro de Pessoal do CIMCATARINA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, tendo em vista o resultado final do Concurso Público nº 001/2017, devidamente HOMOLOGADO em 24 de julho de 2017, através da Resolução 0026/2017, publicado no DOM, Ed. 2303, pg. 796;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. Adriana Manarim, inscrita no CPF sob n. 006.304.299-10, RG n. 4.090.769, SSP/SC, aprovada em concurso público, para provimento na vaga no quadro de pessoal de empregado público de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV em regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, na função de Contador, com lotação na cidade de Fraiburgo/SC com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis SC, 02 de janeiro de 2018.
LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA
Prefeito de Abdon Batista
Presidente do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0004_2018

Publicação Nº 1475348

Resolução n. 0004/2018

Dispõe sobre nomeação do cargo em comissão de Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

RESOLVE:

Art.1º Nomear o Sr. Mauricio Perazzoli, brasileiro, casado, portador de RG n. 4.785.769 SSP/SC inscrito no CPF sob n. 059.185.269-19, residente e domiciliado na cidade de Fraiburgo, SC, para exercer cargo em comissão de Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional, desempenhando as funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

Art. 2º. A nomeação prevista nesta Resolução deverá ser levada a apreciação da Assembléia Geral do Consórcio CIMCATARINA, para ratificação, nos termos do artigo 23, VII, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis SC, 02 de janeiro de 2018.
LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA
Prefeito de Abdon Batista
Presidente do CIMCATARINA

TERMODEPOSSE_CIMCATARINA_ PRESIDENTE E VICE MANDATO 01/01/2018 A 31/12/2018

Publicação Nº 1475343

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de janeiro de 2018, pelo presente termo tomam posse perante a Diretoria Executiva, os membros da Presidência do

Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, estabelecido na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º andar, Sala 1205, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP 88.070-800, inscrito no CNPJ/MF sob nº 12.075.748/0001-32, para mandato de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, os membros abaixo discriminados e firmados, eleitos na Assembléia Geral realizada em 14 de dezembro de 2017, ao assumir suas funções, o fazem sob o compromisso de respeitar fielmente o Contrato e Estatuto do Consórcio e Legislação em vigor.

Por ser expressão da verdade, assinam a seguir:

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA	MOISES DIERSMANN
Presidente do CIMCATARINA	Vice – Presidente do CIMCATARINA
Prefeito de Abdon Batista	Prefeito de Luzerna
Gestão 01/01/2018 a 31/12/2018	Gestão 01/01/2018 a 31/12/2018

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMFRI

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO - PP 02-2017

Publicação Nº 1450076

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO PP 02/2017

Contratado: CELK SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 03.434.978/0001-50

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogado a vigência do contrato, tendo início em 01/01/2018 e findando em 31/12/2018, podendo ser novamente prorrogado, mediante necessidade e vontade das partes.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo..

Itajaí/SC, 31 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino – Diretor Administrativo CIS-AMFRI

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 01/2014

Publicação Nº 1450101

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 01/2014

Contratado: ARMAZENA BEM ARMAZENAGEM DE DOCUMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 07.800.640/0001-25

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogado a vigência do contrato, tendo início em 01/01/2018 e findando em 31/12/2018, podendo ser novamente prorrogado, mediante necessidade e vontade das partes.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo

Itajaí/SC, 31 de Dezembro de 2017.

Célio José Bernardino – Diretor Administrativo CIS-AMFRI

CIS/AMURC

RESOLUÇÃO CISAMURC Nº 012/2017

Publicação Nº 1471200

RESOLUÇÃO Nº 12/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado, CISAMURC, Prefeito JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto Social, resolve expedir a presente Resolução nos seguintes termos:

Considerando os procedimentos médicos realizados pelo Centro de Diagnósticos por Imagem Dr. Oswaldo Segundo de Oliveira e demais consultas/procedimentos prestados por empresas terceirizadas;

Considerando que o CISAMURC tem por objetivo assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, diante da elevada demanda apresentada ao sistema único de saúde;

Considerando que os municípios consorciados são entidades mantenedoras das despesas decorrentes do referido Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado e a necessidade de atualizar o rol dos procedimentos realizados através deste consórcio e seus respectivos valores, resolve:

Art. 1º - Atualizar a listagem de procedimentos conforme anexo I da presente resolução, conforme valores especificados na presente resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, SC, 18 de dezembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

PRESIDENTE

ANEXO I RESOLUÇÃO CISAMURC 12 2017

Publicação Nº 1471204



ANEXO IV Códigos por Procedimentos
Editais de Chamamento Público nº 01/2016 - CISAMURC

ANÁLISES CLÍNICAS		
A FRESCO, EXAME	0202080145	2,67
ÁCIDO 5-HIDROXI-IDOL-ACÉTICO	0202060071	43,75
ÁCIDO CÍTRICO (CITRATO)	0202050084	22,41
ÁCIDO FENILPIRÚVICO, DOSAGEM	9018662	16,01
ÁCIDO FÓLICO (FOLATO)	0202010406	26,68
ÁCIDO ÚRICO	0202010120	2,24
ÁCIDO VANIL MANDÉLICO (VMA)	0202010139	24,54
ÁCIDO VALPROICO	0202070050	42,68
ADRENOCORTICOTRÓFICO (ACTH)	0202060080	51,54
ALDOLASE	0202010147	7,47
ALDOSTERONA	0202060098	30,68
ALFA-1-ANTITRIPSINA, DOSAGEM	0202010155	19,21
ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	0202010163	16,01
ALFA-2-MACROGLOBULINA	0202010171	22,41
ALFA-FETO-PROTEÍNA	0202030091	36,81
AMILASE	0202010180	2,24
ANAERÓBIAS, CULTURA PARA BACTÉRIAS	0202080129	12,27
ANALISE DE CARACTERES FÍSICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URIN	0202050017	11,00
ANDROSTENEDIONA	0202060110	39,27
ANTIBIOGRAMA (TESTE SENSIBILIDADE A ANTIBIÓTICOS E	0202080013	12,27
ANTIBIOGRAMA P/ BACILOS ÁLCOOL-RESISTENTES - DROGA	0202080013	12,27
ANTICARDIOLIPINA, ELISA - IgG	0202030253	23,47
ANTICARDIOLIPINA, ELISA - IgM	0202030261	23,47
ANTICENTRÔMERO	9018603	23,47
ANTICOAGULANTE LÚPICO (INIBOR LÚPICO)	0202020169	30,94
ANTICORPOS ANTIENDOMISIO	9018565	41,61
ANTI-DNA, IFI OU HA	0202030270	16,01
ANTIESCLERODERMA (SCL 70) - IMUNODIFUSÃO (Idi) DUP	0202030458	32,01
ANTIGLIADINA (GLÚTEN), ELISA - IgG e IgA (CADA)	0202030490	32,01
ANTI-JO1, ELISA	9018743	23,47
ANTI-LA/SSB - IMUNODIFUSÃO (Idi) DUPLA	9018735	22,41
ANTI-LKM-1, IFI PARA	9018751	24,54
ANTIMICROSSOMAL (TIREÓIDEANO)	0202030555	26,68
ANTIMITOCONDRIA, IFI	0202030563	26,68
ANTIMÚSCULO CARDÍACO, IFI	9018794	21,34
ANTIMÚSCULO ESTRIADO, IFI	0202030571	24,54
ANTIMÚSCULO LISO, IFI	0202030580	25,61
ANTINEUTRÓFILOS (ANCA) I.F.	0202120066	30,94
ANTIPARIETAL,IFI	0202030601	29,88
ANTI-CCP	0202030946	92,19
ANTI-RNP IMUNODIFUSÃO (Idi) DUPLA	9018700	24,54
ANTI-RNP, ELISA	0202030326	22,41
ANTI-Ro/SSA - IMUNODIFUSÃO (Idi) DUPLA	9018786	22,41
ANTI-Ro/SSA, ELISA	9018778	22,41

ANTI-Sm	0202030342	21,34
ANTI TRANSGLUTAMINASE IGG	901172	90,69
ANTI TRANSGLUTAMINASE IGA	901202	85,36
ANTITIREOGLOBULINA	9018816	34,14
APOLIPOPROTEÍNA A OU B, LIPOPROTEÍNA A (Lp a) E OU	9018824	16,01
ASLO-HEMÓLISE OU LÁTEX	9018808	4,91
B.A.A.R. (ZIEHL OU FLUORESCÊNCIA, PESQUISA DIRETA	9018832	3,20
BACTERIOSCOPIA (GRAM, ZIEHL, ALBERT ETC), POR LÂM	9018867	3,20
BETA-2-MICROGLOBULINA	0202030113	24,54
BILIRRUBINAS TOTAL DIRETA E INDIRETA	9018859	2,40
BLASTOMICOSE, RFC, Idi, DUPLA OU CIE (CADA)	9018891	21,34
BRUCELA, Pesquisa	9019111	5,34
C1q, IDiR	9019170	88,56
CA 50	9014870	50,15
CA-125	9014888	61,35
CA-15-3	9014896	61,35
CA-19/9	9014900	46,63
CA-242	9015205	50,15
CA-72 4	9015213	61,35
CÁLCIO	0202010210	2,24
CÁLCIO IÔNICO	0202010228	3,73
CALCITONINA	0202060128	55,22
CÁLCULOS URINÁRIOS, EXAME QUALITATIVO	0202050130	3,20
CANDIDÍASE, RFC, Idi DUPLA OU CIE (CADA)	9015019	12,80
CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DE FERRO	0202010023	9,07
CARBAMAZEPINA	0202070158	39,48
CARBOXIHEMOGLOBINA (PARA MONÓXIDO DE CARBONO DICL	0202070166	10,67
CARIÓTIPO	0202100014	266,75
CATECOLAMINAS LIVRES URINÁRIAS	9015116	24,54
CAXUMBA, ELISA (IgG IgM)	9014918	64,02
CEA-ANTÍGENO CARCINOEMBRIOGÊNICO	0202030962	46,63
CÉLULAS LE	0202020410	12,80
CHAGAS, HA	9014926	16,01
CHAGAS, IFI - IgG	9014934	16,01
CHAGAS, RFC (MACHADO GUERREIRO)	9014942	16,01
CHLAMYDIA - IFI - (IgG e IgM), CADA	9014950	34,14
CHLAMYDIA, CULTURA, ELISA OU IFD (CADA)	9014969	32,01
CHUMBO	0202070174	19,63
CISTICERCOSE - HA	0202030415	16,01
CISTICERCOSE, ELISA	9014977	16,01
CISTINÚRIA, PESQUISA	9014985	3,20
CITOMEGALOVÍRUS - IgG - IFI ou IgM	9014993	26,68
CLEARANCE DE CREATININA	9015000	8,54
CLEARANCE DE URÉIA	9015027	8,54
COAGULOGRAMA, (TS, TC, PROVA DO LAÇO, RETRAÇÃO D	9015035	16,01
COBRE	9015043	26,68
COLESTEROL (HDL)	0202010279	4,80
COLESTEROL FRAÇÕES (LDL, HDL, VLDL) INCLUI TRIGLIC	9015051	37,35
COLESTEROL TOTAL	0202010295	2,24
COLINESTERASE (PARA CARBAMATOS ORGANOFOSFORADOS)	0202010309	10,67

COMPLEMENTO C2	9015060	16,01
COMPLEMENTO C3, IDiR	0202030121	16,01
COMPLEMENTO C4, IDiR	0202030130	16,01
COMPLEMENTO CH-50, DOSAGEM	0202030067	16,01
COOMBS DIRETO	9015078	3,20
COOMBS INDIRETO - INCLUI O QUANTITATIVO	9015086	5,34
COPROLÓGICO FUNCIONAL (CARACTERES, PH, DIGESTIBILI	0202040038	16,01
COPROPORFIRINAS (PARA CHUMBO INORGÂNICO)	9015108	16,01
CORTISOL	0202060136	36,81
CORTISOL LIVRE	9015124	19,21
CREATINA	9015132	2,24
CREATININA	0202010317	2,24
CREATINO FOSFOQUINASE	0202010325	8,00
CREATINO FOSFOQUINASE - FRAÇÃO MB	0202010333	24,54
CRESCIMENTO, HORMÔNIO	0202060225	26,68
CULTURA GERAL - COMPREENDENDO CITO-PARASITOLÓGICO	9015140	12,27
CULTURA PARA MYCROBACTERIUM	9015159	16,01
CULTURA, FEZES PARA CAMPYLOBACTER SP OU YERSÍNIA E	9015167	12,27
CULTURA, FEZES: SALMONELA, SHIGELLAE E ESC. COLI E	9015175	12,27
CULTURA, FUNGOS (MICOSSES SUPERFICIAIS)	0202080137	16,01
CULTURA, MICOPLASMA OU UREAPLASMA	9015183	35,74
CULTURA, URINA, CONTAGEM DE COLÔNIAS, (TSA/QUANDO	9015191	12,27
CURVA GLICÊMICA (4 DOSAGENS) VIA ORAL OU ENDOVENOS	0202010066	29,88
DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	9015248	26,14
DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHT)	9015256	22,41
DEHIDROEPIANDROSTERONA, SULFATO DE (S-DHEA)	9015264	26,68
DEHIDROXI 1,25 - VITAMINA D	9015272	73,94
DETECÇÃO GENÉTICA DE INTOLERÂNCIA A LACTOSE	902926	250,00
DESIDROGENASE LÁTICA	0202010368	6,40
DEZESSETE (17) CETOGÊNICOS (17-CGS)	9015280	13,87
DEZESSETE (17) CETOSTERÓIDES TOTAIS (17-CTS)	0202060055	13,87
DEZESSETE (17)ALFA-OH-PROGESTERONA (HIDROXIPROGEST	9015299	39,48
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	0202030164	19,34
DOSAGEM COCAINA	902667	29,88
DOSAGEM MACONHA	902675	29,88
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	0202030164	19,34
DOSAGEM DE ZINCO	0202070352	15,65
ELETROFORESE DE LIPOPROTEÍNAS	0202010716	21,34
ERITROGRAMA (ERITRÓCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATÓCRITO	9015310	3,20
ERITROPOIETINA	9015329	80,03
ERROS INATOS DO METABOLISMO (PESQUISA DE AMINOACID	9015337	45,00
ESPERMOGRAMA (CARACTERES FÍSICOS, PH, FLUDIFICAÇÃO	9015345	16,01
ESTRADIOL	0202060160	24,54
ESTRIOL	0202060179	24,54
ESTRIOL URINÁRIO	9015353	25,61
ESTROGÊNIOS TOTAIS (FENOLESTERÓIDES)	9015361	73,62
ESTROGÊNIOS TOTAIS E FRAÇÕES (URINA)	9015370	73,62
ESTRONA	0202060187	24,54
ETANOL	9015388	22,41
FATOR REUMATÓIDE, TESTE DO LÁTEX	0202030075	4,91

FATOR V, DOSAGEM	0202020207	256,08
FATOR VIII, DOSAGEM	0202020223	22,41
FENILALANINA, DOSAGEM	9015396	22,41
FENILCETONÚRIA, PESQUISA	9015400	19,21
FENITOÍNA	9015418	36,28
FENOBARBITAL	9015426	36,28
FERRITINA	9015434	29,88
FERRO SÉRICO	9015442	2,88
FIBRINOGENIO, DOSAGEM	9015450	17,07
FOLÍCULO ESTIMULANTE, HORMÔNIO (FSH)	9015469	15,90
FOSFATASE ÁCIDA FRAÇÃO PROSTÁTICA	0202010449	12,80
FOSFATASE ÁCIDA TOTAL	9015477	7,47
FOSFATASE ALCALINA	0202010422	2,88
FOSFATASE ALCALINA COM FRAÇÃO OSSEA	9015485	106,70
FÓSFORO	9015493	2,24
FUNGOS, PESQUISA DE (A FRESCO LACTOFENOL, TINTA DA	0202080137	16,01
GAD-AB-ANTIDECARBOXILASE DO ACIDO	902900	150,00
GAMA-GLUTAMIL TRANSFERASE	9015515	3,20
GASTRINA	9015523	24,54
GLICEMIA APÓS SOBRECARGA COM DEXTROSOL OU GLICOSE	9015531	19,21
GLICOSE	9015540	2,24
GLICOSE-6-FOSFATO DEHIDROGENASE (GGFD)	0202010481	22,41
GONADOTROFINA CORIÔNICA - HEMAGLUTINAÇÃO OU LÁTEX	9015558	10,40
GONADOTROFINA CORIÔNICA (BHCG), RIE, EIE, Quantitativo	0202060217	32,01
GORDURA FECAL, PESQUISA (SUDAN III)	0202040070	3,20
GRUPO ABO, CLASSIFICAÇÃO REVERSA	9015566	4,80
HELICOBACTER PYLORI, ELISA, IgG E IgM (CADA)	0202080218	32,01
HEMATÓCRITO, DETERMINAÇÃO DO	9015574	4,27
HEMOCULTURA (POR AMOSTRA)	9015582	16,01
HEMOGLOBINA GLICOSILADA	0202020444	19,21
HEMOGRAMA COMPLETO (ERITROGRAMA + AVALIAÇÃO DE PLA	9015590	4,80
HEMOSEDIMENTAÇÃO, (VHS)	9015604	1,60
HEPATITE A - HAV - IgG, ELISA	0202030806	24,54
HEPATITE A - HAV - IgM, ELISA	9015612	24,54
HEPATITE B - HBcAc - IgG (ANTI-CORE IgG OU ACOREG)	9015620	28,81
HEPATITE B - HBeAc - IgM (ANTI-CORE IgM OU ACOREM)	9015639	18,14
HEPATITE B - HBeAc (ANTI HBe)	0202030644	24,54
HEPATITE B - HBeAg (ANTÍGENO "e")	0202030989	24,54
HEPATITE B - HBsAc (ANTI-ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE),	9015647	24,54
HEPATITE B - HBsAg (AU, ANTÍGENO AUSTRÁLIA) ELISA	0202030970	18,14
HEPATITE C - ANTI-HCV, ELISA	0202030679	49,08
HERPES SIMPLES - IgG, ELISA	0202030822	20,27
HERPES SIMPLES - IgM, ELISA	0202030854	29,45
HERPES ZOSTER - IgG, ELISA	0202030938	29,45
HERPES ZOSTER - IgM, ELISA	0202030849	29,45
HIV1 OU HIV2, ELISA, PESQUISA DE ANTICORPOS	0202030300	49,08
HLA	9015655	69,14
HOMOCISTEÍNA, DOSAGEM DA URINA	0202050262	24,54
HORMÔNIO ANTIDIURÉTICO (VASOPRESSINA)	9015663	201,66
HPV (VÍRUS DO PAPILOMA HUMANO) + SUBTIPAGEM QUANDO	9015671	117,37

IgE, TOTAL	9015680	21,34
IGF BP3 (PROTEÍNA LOGADORA DOS FATORES DE CRESCIM"50"0"0"0"0	9015698	56,02
IgG, IDiR	9015710	21,34
IgM, IDiR	9015701	21,34
INSULINA	0202060268	23,47
LACTOSE, TESTE DE TOLERÂNCIA	9015728	23,47
LEPRA (HANSEN), PESQUISA DE (POR MATERIAL)	9015736	7,47
LEPTOSPIROSE - IFI OU ELISA - IgM	9015744	22,41
LEUCÓCITOS FECAIS, PESQUISA	0202040097	3,20
LEVEDURAS, PESQUISA	9015752	3,20
LIPASE	0202010554	2,40
LIPÍDIOS TOTAIS	9015760	3,20
LIPIDOGRAMA (COLESTEROL, TRIGLICERÍDIOS, HDL-COL.E	9015779	26,68
LISTERIOSE - AGLUTINAÇÃO, POR ANTÍGENO	9015787	16,01
LÍTIO	0202070255	10,67
LUTEINIZANTE HORMÔNIO (LH)	9015795	15,95
MAGNÉSIO	0202010562	2,40
METANEFRIAS URINÁRIAS, DOSAGEM	9015809	20,27
METANOL	9015817	22,41
MICROALBUMINÚRIA (RIE, TURBID, NEFELOMETRIA)	9015825	24,54
MONONUCLEOSE - EPSTEIN BARR - PCR	9015833	128,04
MONONUCLEOSE - MONOTESTE	9015841	10,67
MONONUCLEOSE, PAUL-BUNNELL DAVIDSOHN	9015850	10,67
MUCO-NASAL, PESQUISA DE EOSINÓFILOS E MASTÓCITOS	9015868	7,47
MUCOPROTEÍNAS	9015876	2,40
OXCARBAZEPINA, DOSAGEM	9015884	68,29
OXIURUS COM COLHEITA PELO SWAB ANAL, PESQUISA	9015892	5,34
PARASITOLÓGICO, MÍNIMO 3 MÉTODOS	9015906	3,20
PARATORMÔNIO - PTH OU FRAÇÃO (CADA)	9015914	49,08
PEPTÍDIO C	9015922	29,88
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA	0202030512	100,00
PESQUISA OU DOSAGEM DE UM COMPONENTE URINÁRIO	9015930	5,34
PLAQUETAS, CONTAGEM	9015949	4,27
POTÁSSIO	0202010600	3,73
PROGESTERONA PLASMÁTICA	0202060292	25,61
PROLACTINA	0202060306	20,86
PROTEÍNA C (Antigênica e Funcional)	9019294	448,14
PROTEINA C FUNCIONAL	9015957	106,70
PROTEÍNA C REATIVA, Ultrassensível	0202030202	25,61
PROTEÍNA C REATIVA, TURBID. OU NEFELOMÉTRICA	0202030083	16,01
PROTEÍNA S (Antigênica e Funcional)	9019090	512,16
PROTEINA S FUNCIONAL	9015965	213,40
PROTEÍNAS TOTAIS ALBUMINA E GLOBULINA	0202010619	2,40
PROVA DO LAÇO	9015973	1,60
PROVAS DE FUNÇÃO TIREOIDEANA (T3, T4, ÍNDICES E TS	9015981	52,76
PSA (ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO)	9015990	36,81
PSA LIVRE (INCLUI O PSA TOTAL)	9016007	49,08
RETICULÓCITOS, CONTAGEM	9016015	2,67
RETRAÇÃO DO COÁGULO, TESTE	9014624	1,60
ROTAVIRUS, PESQUISA, ELISA	9014632	21,34

RUBÉOLA - ANTICORPOS IgG, ELISA	0202030814	26,68
RUBÉOLA - ANTICORPOS IgM, ELISA	0202030920	26,68
SANGUE OCULTO, PESQUISA	9014640	2,13
SARAMPO, ANTICORPOS IgG OU IgM ANTIVÍRUS DO (CADA)	0202030695	25,61
SHBG (GLOBULINA TRANSPORTADORA DE HORMÔNIOS SEXUAL)	9014659	53,74
SÍFILIS - FTA-Abs-IgG	0202031128	34,14
SÍFILIS - VDRL, INCLUSIVE QUANTITATIVO, OU OUTRO C	0202031110	4,27
SÓDIO	0202010635	3,73
SOMATOMEDINA C	0202060322	49,08
SUBSTÂNCIAS REDUTORAS NAS FEZES	0202040151	3,20
T3 (TRIIODOTIRONINA)	0202060390	15,95
T3 LIVRE	9014667	20,86
T3 REVERSO	0202060039	47,85
T4 (TIOXINA), T4 NEONATAL	0202060373	15,95
T4L (TIOXINA LIVRE)	9014675	20,86
TBG (GLOBULINA TRANSPORTADORA DA TIOXINA)	9014683	53,74
TEMPO DE COAGULAÇÃO (LEE-WHITE)	0202020070	1,60
TEMPO DE PROTROMBINA	0202020142	2,40
TEMPO DE SANGRAMENTO (DUKE)	0202020096	3,20
TEMPO DE TROMBINA	0202020126	2,40
TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA	0202020134	5,34
TESTOSTERONA LIVRE	0202060357	36,81
TESTOSTERONA TOTAL	0202060349	25,61
TIREOGLOBULINA, DOSAGEM	0202060365	34,14
TOXOPLASMOSE - RFC, HA	9014691	22,41
TOXOPLASMOSE -IFI-IgG e IgM (CADA)	9014705	22,41
TOXOPLASMOSE AVIDEZ	9900012	46,20
TRAB (ANTICORPO E ANTI-RECEPTOR DE TSH)	9014713	53,74
TRANSAMINASE OXALACÉTICA (AMINO TRANSFERASE ASPART)	0202010643	2,24
TRANSAMINASE PIRÚVICA (AMINO TRANSFERASE DE ALANIN)	0202010651	2,24
TRANSFERRINA	0202010660	16,01
TRIGLICERÍDEOS	0202010678	3,20
TSH (TIREOESTIMULANTE HORMÔNIO), TSH NEONATAL	0202110087	20,86
URÉIA	0202010694	2,24
VARICELA, IgG, ELISA OU IF	9014721	54,42
VARICELA, IgM, ELISA OU IF	9014730	54,42
VITAMINA A, DOSAGEM	9014748	76,82
VITAMINA B-12, DOSAGEM	0202010708	24,54
WAALER-ROSE (FATOR REUMATÓIDE)	0202031012	10,67
WESTERN BLOT (ANTICORPOS ANTI-HIV)	0202030296	204,86
WIDAL, REAÇÃO DE	9014756	8,54

ANATOMIA PATOLÓGICA

EXAME ANATOMOPATOLÓGICO P/ CONGELAMENTO /PARAFINA (EXCETO COLO	0203020030	26,89
EXAME CITOPATOLÓGICO HORMONAL SERIADO (MÍNIMO 3 coletas)	0203010027	12,80
EXAME CITOPATOLÓGICO CÉRVICO-VAGINAL/MICROFLORA	0203010019	13,44
CITOLOGIA DE LÍQUIDOS	9014764	19,21

ANESTESIA

ANESTESIA PARA EXAMES RADIOLOGICOS ULTRASSONOGRÁFICOS	9014772	85,36
ANESTESIA PARA EXAMES RADIOLOGICOS TOMOGRAFIAS	9018670	128,04
ANESTESIA PARA EXAMES RADIOLOGICOS RESSONANCIA MAGNETICA	9018697	128,04

AUDIOLOGIA

AUDIOMETRIA TONAL VIA AÉREA E ÓSSEA C/TESTE DISCRIMINAÇÃO	901377	18,67
AUDIOMETRIA TONAL VIA AÉREA E ÓSSEA	901385	16,01
AUDIOMETRIA OCUPACIONAL	901393	10,67
AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR INFANTIL CONDICIONADA (QUER TÉCNICA)	9017461	26,68
TESTE DE PROCESSAMENTO AUDITIVO (BAT.COMPLETA)	901407	64,02
INSTÂNCIA ACÚSTICA	901415	18,67
TESTES SUPRALIMINARES: TONE DECAY/FOWLOER/SISI/TDT REGER (UNID.)	0211070335	6,40
TESTES VESTIBULARES C/PROVA CALÓRICA C/ELETRONISTAGMOGRAFIA)	9014551	42,68
TESTES VESTIBULARES C/VECTO-ELETRONISTAGMOGRAFIA)	9014560	85,36
REABILITAÇÃO LABIRÍNTICA (SESSÃO)	9014578	16,01
PESQUISA DE POTENCIAIS AUDITIVOS DE TRONCO CEREBRAL (BERA)	9014586	80,03
OTOEMIÇÃO	9014594	26,68
INDICAÇÃO DE APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL	9014608	21,34
AUDIOMETRIA EM CAMPO LIVRE	0211070033	21,34
GANHO DE INSERÇÃO	9014616	21,34

BIÓPSIAS

BIÓPSIAS DOS TECIDOS MOLES DA BOCA	201010526	32,01
BIÓPSIA DE PÁLPEBRA (DERMATOLOGIA)	201010356	32,01
BIÓPSIAS DE PELE E PARTES MOLES	201010372	32,01
BIÓPSIA DE PAVILHÃO AURICULAR (DERMATOLOGIA)	201010364	32,01
BIÓPSIA PUNÇÃO DE TUMORES SUPERFICIAIS DE PELE (DERMATOLOGIA)	0201010020	32,01
BIÓPSIA GUIADA POR RX, US, TC	9018654	261,20
BIÓPSIA DE PRÓSTATA	0201010410	98,57
BIÓPSIA (ENDOSCOPIA/COLONOSCOPIA)	9015230	20,00

CARDIOLOGIA

ELETROCARDIOGRAMA (ECG)	0211020036	21,51
ECOCARDIO COM DOPPLER	0205010032	153,65
ECO DOPPLER VERTEBRAL OU VASCULAR PERIFÉRICO	9018689	92,83
ECO DOPPLER CARÓTIDAS COM MAPEAMENTO	9018921	153,65
DOPPLER COLORIDO VASOS CERVICAIS ARTERIAIS BILATERAL (CARÓTIDAS E VER	901334	128,04
MONITORIZAÇÃO AMBULATORIAL DE PRESSÃO ARTERIAL (24HS)	901342	92,83
SISTEMA HOLTER	901350	92,83
TESTE ERGOMÉTRICO	0211020060	74,69

CINTILOGRAFIA

ABSORÇÃO DE GORDURAS	031020011	107,15
ABSORÇÃO DE VITAMINAS B12 (TESTE DE SCHILING)	031050018	476,55
ANGIOGRAFIA RADIOISOTÓPICA	031010016	96,51
ASPIRAÇÃO PULMONAR	031090010	125,83
CINTILOGRAFIA CEREBRAL	031070019	101,03

CINTILOGRAFIA CORPO INTEIRO COM GÁLIO 67	031080014	334,79
CINTILOGRAFIA DA GLANDULA LACRIMAL-DACRIOCISTOGRAFIA	03210102	57,93
CINTILOGRAFIA DA TIREÓIDE E/OU CAPTAÇÃO	031030017	61,32
CINTILOGRAFIA DAS ARTICULAÇÕES E/OU EXTREMIDADES	031060013	118,04
CINTILOGRAFIA DAS GLÂNDULAS SALIVARES COM OU SEM ESTIMULO	031020020	69,43
CINTILOGRAFIA DE CORAÇÃO COM GÁLIO 67	03207207	220,47
CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)	031080049	255,89
CINTILOGRAFIA DE PARATIREÓIDE	031030076	286,56
CINTILOGRAFIA DE PULMAO COM GÁLIO 67	03207206	220,47
CINTILOGRAFIA DE RIM COM GÁLIO 67	03207208	220,47
CINTILOGRAFIA DO FÍGADO E BAÇO	031020038	124,15
CINTILOGRAFIA DO FÍGADO E VIAS BILIARES	031020046	178,16
CINTILOGRAFIA DO MIOCÁRDIO NECROSE	031010024	134,41
CINTILOGRAFIA DO MIOCÁRDIO PERFUSÃO - ESTRESS	03201301	358,52
CINTILOGRAFIA DO MIOCÁRDIO PERFUSÃO - REPOUSO	031010040	290,45
CINTILOGRAFIA DO SISTEMA RETICULOENDOTELIAL (MEDULA OSSEA)	031050026	103,74
CINTILOGRAFIA ÓSSEA (CORPO TOTAL) COM OU SEM FLUXO SANGUINEO	03205103	143,61
CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DO FLUXO VENOSO	03201204	125,29
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DO CORPO INTEIRO (PCI)	03203106	196,61
CINTILOGRAFIA PULMONAR (INALAÇÃO)	031090028	96,52
CINTILOGRAFIA PULMONAR (PERFUSÃO)	031090036	121,42
CINTILOGRAFIA RENAL (QUANTITATIVA OU QUALITATIVA)	031040012	123,92
CINTILOGRAFIA SEGMENTO OSSEO COM GÁLIO 67	03207209	220,47
CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DAS CÂMARAS CARDÍACAS -ESFORÇO	031010067	182,21
CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DAS CÂMARAS CARDÍACAS - REPOUSO	031010059	148,67
CINTILOGRAFIA TESTICULAR (ESCROTAL)	031040047	92,60
CISTERNOCINTILOGRAFIA	031070027	195,36
CISTOGRAFIA DIRETA	031040020	119,98
CISTOGRAFIA INDIRETA	031040039	120,23
DEMONSTRAÇÃO DO SEQUESTRO DE HEMÁCIAS PELO BAÇO	031050077	66,14
DENSITOMETRIA ÓSSEA DUO ENERGÉTICA P/ COLUNA LOMBA	031110070	60,97
DETERMINAÇÃO DA FILTRAÇÃO GLOMERULAR	031040063	39,93
DETERMINAÇÃO DA VOLEMIA	031050034	55,85
DETERMINAÇÃO DE SOBREVIDA DAS HEMÁCIAS	031050069	53,70
DETERMINAÇÃO DO FLUXO PLASMÁTICO RENAL	031040055	39,93
DETERMINAÇÃO DO VOLUME ERITROCITÁRIO	031050050	53,70
DETERMINAÇÃO DO VOLUME PLASMÁTICO	031050042	55,85
DIVERTÍCULO DE MECKEL	031020054	98,45
ESTUDO DAS FÍSTULAS LIQUÓRICAS	031070043	139,46
ESTUDO DO "SHUNT" DE LEE VEEN	03210101	107,40
ESTUDO DO TRÂNSITO LIQUÓRICO	031070035	173,33
ESTUDO RENAL DINÂMICO COM OU SEM DIURÉTICO	031040080	140,72
ESVAZIAMENTO ESOFÁGICO (LÍQUIDOS)	031020062	132,24
ESVAZIAMENTO ESOFÁGICO (SEMI-SÓLIDOS)	031020070	132,24
ESVAZIAMENTO GÁSTRICO	031020089	140,98
FLUXO SANGUÍNEO CEREBRAL	031070078	80,16
FLUXO SANGUÍNEO DAS EXTREMIDADES	031010075	82,60
FLUXO SANGUÍNEO HEPÁTICO (QUALITATIVO OU QUANTITATIVO)	031020100	99,90
HEMORRAGIAS ATIVAS	031010083	125,29
HEMORRAGIAS NÃO ATIVAS	031010091	262,00

IMUNO CINTILOGRAFIA (ANTICORPOS MONOCLONAIS)	031110037	1.089,98
LINFOCINTILOGRAFIA	031080022	136,63
MIELOCINTILOGRAFIA	031070051	139,46
PERDAS PROTÉICAS	031020119	65,64
PERFUSÃO CEREBRAL	031070086	319,73
QUALIFICAÇÃO DA CAPTAÇÃO PULMONAR COM GÁLIO-67	031080030	220,47
QUANTIFICAÇÃO DE "SHUNT" DA DIREITA PARA	0320106	103,29
QUANTIFICAÇÃO DE "SHUNT" PERIFÉRICO	031010113	116,86
REFLUXO GASTRO-ESOFÁGICO	031020097	132,24
RENOGRAMA	031040098	89,75
TESTE DE ESTÍMULO DA TIREÓIDE COM TSH	031030041	65,91
TESTE DE SUPRESSÃO DA TIREÓIDE COM T3	031030050	60,83
TESTE DO PERCLORATO	031030068	53,40
TRATAMENTO DA DOR OSSEA COM SAMARIO - POR PACIENTE	03211201	475,97
TRATAMENTO DA POLICITEMIA VERA	031100040	125,46
TRATAMENTO HIPERTIROIDISMO (GRAVES)	031100015	199,65
TRATAMENTO HIPERTIROIDISMO (PLUMMER)	031100023	321,80
VENOGRAFIA RADIOISOTÓPICA	031010121	91,39
VENTRICULOCINTILOGRAFIA	031070060	139,46

CIRURGIAS AMBULATORIAIS

CANTOPLASTIA UNGUEAL (PÉ)	054120101	74,69
CANTOPLASTIA UNGUEAL (MÃO)	054080126	74,69
DEBRIDAMENTO CIRÚRGICO (POR U.T)	054010101	160,05
ELETROCOAGULAÇÃO LESÕES PELE E MUCOSAS (Grupos de até 5 lesões)	042030072	85,36
EXCISÃO E SUTURA COM PLÁSTICA EM Z	042030129	160,05
EXCISÃO SUTURA DE UNHA ENCRAVADA	042030110	74,69
EXCISAO E SUTURA DE LABIO OU ORELHA - EM CUNHA	042030099	160,05
EXCISÃO E SUTURA DE HEMANGIOMA, LINFANGIOMA (5 LESÕES)	042030102	160,05
EXÉRESE DE CALO	054010195	74,69
EXÉRESE DE CISTO SEBACEO	054010179	160,05
EXÉRESE DE LIPOMAS	054010187	160,05
EXÉRESE DE TUMOR DE PELE E MUCOSAS (ATÉ 5 LESÕES)	054010098	160,05
EXÉRESE UNGUEAL	054120012	74,69
INCISAO E DRENAGEM DE ABCESSO	054010217	74,69
INFILTRAÇÃO INTRALESIONAL (POR SESSÃO)	054010284	64,02
CRIOCIRURGIA E CRIOTERAPIA	9019189	64,02
PLASTICA UNGUEAL	054080010	24,54
SUTURA DE FERIMENTO DE PEQUENAS DIMENSÕES	054010233	85,36

CIRURGIAS - PROCEDIMENTO AMBULATORIAL/HOSPITALAR

ABSCESO FARÍNGEO - QUALQUER ÁREA	0404010059	116,52
ADENO-AMIGDALECTOMIA	0404010024	491,03
ADENOIDECTOMIA	0404010016	327,36
AMIGDALECTOMIA DAS PALATINAS	9016180	327,36
AMIGDALECTOMIA LINGUAL	9016198	360,65
BIÓPSIA DE PELE E MUCOSA	9016201	76,29
BIÓPSIA DE TUMOR DE CAVUM, BOCA OU OROFARINGE	9016210	116,52
BIÓPSIA DE TUMOR DE HIPOFARINGE	9016228	116,52
CANTOPLASTIA UNGUEAL MAO	9016031	29,45

CANTOPLASTIA UNGUEAL PE	9016023	29,45
CAUTERIZAÇÃO (Grupo de 5 Lesões)	9016244	81,84
CRIOCIRURGIA E CRIOTERAPIA COM NITROGENIO LIQ GRUPO DE CINCO LESOES	9019189	64,02
ESTRANHO DE FARINGE - RETIRADA SOB ANESTESIA	9016252	116,52
CURETAGEM E ELETROCOAGULAÇÃO DE CA DE PELE	9016260	94,96
CURETAGEM SIMPLES DE LESÕES DE PELE (POR GRUPO DE	9016279	69,36
ELETROCOAGULAÇÃO DE LESÕES DE PELE E MUCOSAS – Grupos de até 5 lesões	9016287	81,84
EXCISÃO E SUTURA COM PLÁSTICA EM Z	9016295	130,39
EXCISAO E SATURA DE HEMANGIOMA LINFANGIOMA CINCO LESOES	9016082	61,35
EXCISÃO E SUTURA DE LESÕES COM ROTAÇÃO DE RETALHOS	9016309	242,88
EXCISÃO E SUTURA SIMPLES DE CA DE PELE E MUCOSAS	9016317	116,52
EXCISÃO E SUTURA SIMPLES DE LESÕES DE PELE E MUCOS	9016325	116,52
EXCISÃO SUTURA DE UNHA ENCRAVADA PELA DOBRA UNGUEA	9016333	76,29
EXCISAO SUTURA DE UNHA ENCRAVADA	9016066	36,81
EXÉRESE DE LESÃO COM ENXERTIA	9016341	174,77
EXÉRESE DE UNHA	9016350	76,29
EXERESE DE CALO	9016090	74,69
EXERESE DE CISTO SEBACEO	9016104	36,81
EXERESE DE LIPOMAS	9016112	160,05
EXERESE DE TUMOR DE PELE E MUCOSAS ATE CINCO LESOES	9016120	61,35
EXERESE UNGUEAL	9016139	74,69
INCISAO E DRENAGEM DE ABCESSO	9016147	24,54
INCISÃO E DRENAGEM DE ABSCESSO, HEMATOMA OU PANARÍ	9016368	76,29
INCISÃO E DRENAGEM DE FLEGMÃO	9016376	94,96
INFILTRACAO INTRALESIONAL POR SESSAO	9016155	19,63
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO SUBCUTÂNEO	0401010112	81,84
TRATAMENTO DA MIIASE FURUNCULÓIDE (POR LESÃO)	9016392	81,84
TUMOR BENIGNO DE BOCA OU FARINGE - RESSECÇÃO	9016406	116,52

CONSULTA MÉDICA/PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA

ANGIOLOGIA	0301010072	52,30
ALERGIA E IMUNOLOGIA	0301010072	52,30
ANESTESIOLOGIA	0301010072	52,30
CARDIOLOGIA	0301010072	52,30
CIRURGIA GERAL	0301010072	52,30
CIRURGIAO DENTISTA	0301010048	52,30
CLINICA GERAL	0301010072	52,30
DERMATOLOGIA	0301010072	52,30
ENDOCRINOLOGIA	0301010072	52,30
GASTROENTEROLOGIA	0301010072	52,30
GERIATRIA E GERONTOLOGIA	0301010072	52,30
GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA	0301010072	52,30
HEPATOLOGIA	0301010072	52,30
HEMATOLOGIA	0301010072	52,30
INFECTOLOGIA	0301010072	52,30
MASTOLOGIA	0301010072	52,30
NEUROLOGIA	0301010072	52,30
NUTRICIONISTA	0301010048	52,30
ONCOLOGIA	0301010072	52,30
OFTALMOLOGIA	0301010072	52,30

OTORRINOLARIONGOLOGIA	0301010072	52,30
ORTOPEDIA	0301010072	52,30
PEDIATRIA	902888	70,00
PNEUMOLOGIA	0301010072	52,30
PROCTOLOGIA	0301010072	52,30
PSICOLOGIA	0301010048	52,30
PSIQUIATRIA	902942	80,00
REUMATOLOGIA	0301010072	52,30
UROLOGIA	0301010072	52,30

FISIOTERAPIA (ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS)

CRONAXIMETRIA	9016414	12,80
CURVA I/T	9016422	14,51
ELETRODIAGNÓSTICO	9016430	9,60
EXAME MUSCULAR MANUAL	9016449	9,60
TESTE DE HEALD	9016457	8,54
EMG - OUTROS SEGMENTOS OU TECNICAS ESPECIAIS: ESTI	9016465	64,02
POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO	9016473	53,35
POTENCIAL EVOCADO SOMATO-SENSITIVO (POR MEMBRO)	9018727	53,35
POTENCIAL EVOCADO VISUAL	9016490	64,02
BIOFEEDBACK COM EMG	9016503	21,34
ATAXIAS	9016511	5,98
DISTROFIA E HEMIPARESIA	9016538	8,54
HEMIPLEGIA E HEMIPARESIA	9016538	8,54
LESÃO NERVOSA PERIFÉRICA AFETANDO MAIS DE UM NERVO	9016546	6,83
LESÃO NERVOSA PERIFÉRICA AFETANDO UM NERVO COM ALT	9016554	5,34
MIOPATIAS	9016562	10,67
MONOPLÉGIA	9016570	5,98
PARAPLEGIA E PARAPARESIA	9016589	12,80
PARALISIA CEREBRAL (TRATAMENTO GLOBAL)	9016600	12,80
PARALISIA CEREBRAL (TRATAMENTO MOTOR)	9016597	10,67
PARKINSON	9016619	8,54
QUADRIPLÉGICA E QUADRI-PARESIA	9016627	12,80
RETARDO DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR (TRATAMENTO GLOBAL)	9016635	10,67
RETARDO DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR (TRATAMENTO MOTOR)	9016643	6,83
ASSISTÊNCIA FISIÁTRICA RESPIRATÓRIA EM PRÉ E PÓS-O	9016660	6,40
ASSISTÊNCIA FISIÁTRICA NO TRATAMENTO DE PATOLOGIA	9016651	14,94
DOENÇAS PULMONARES ATENDIDAS EM AMBULATÓRIO	9016678	6,82
PACIENTE C/ D.P.O.C. EM ATENDIMENTO AMBULATORIAL N	9016686	6,83
ALTERAÇÕES DE ORDEM IMUNOLÓGICA OU INFLAMATÓRIA AFETANDO 1 MEME	9016694	5,98
ALTERAÇÕES DE ORDEM IMUNOLÓGICA OU INFLAMATÓRIA AFETANDO MAIS DE	9016708	10,67
ALTERAÇÕES DEGENERATIVAS OU INFLAMATORIAS AFETANDO 1 SEG.COL. VERTI	9016716	5,98
ALTERAÇÕES DEGENERATIVAS OU INFLAMATORIAS AFETANDO MAIS DE 1 SEG.C	9016724	10,67
ALTERAÇÕES DEGENERATIVAS OU INFLAMATORIAS AFETANDO 1 SEG.COL. VERTI	9016732	10,67
AMPUTAÇÃO UNILATERAL (PREPARAÇÃO DO COTO)	9016740	6,83
AMPUTAÇÃO BILATERAL (PREPARAÇÃO DO COTO)	9016759	10,67
CONTUSÕES	9016767	5,98
DESVIOS POSTURAI DA COLUNA VERTEBRAL	9016775	8,54
ENTORSES	9016783	5,98
RECUPERAÇÃO FUNCIONAL PÓS-OPERATÓRIA OU PÓS-IMOBIL /1 MEMBRO/	9016791	8,54

RECUPERAÇÃO FUNCIONAL PÓS-OPERATÓRIA OU PÓS-IMOBIL /+1 MEMBRO/	9016805	10,67
RECUPERAÇÃO FUNCIONAL PÓS-OPERATÓRIA OU PÓS-IMOBIL. FRAT. LUX. COL.VI	9016813	5,98
RECUPERAÇÃO FUNCIONAL DE ARTICULAÇÃO TÊMPORO-MANDIBULAR	9016821	5,98
SEQUELA DE LESÕES TENDÍNEAS	9016830	7,47
SEQUELAS DE TRAUMATISMOS TORÁXICOS E ABDOMINAIS	9016848	5,98
QUEIMADURAS AFETANDO MAIS DE UMA REGIÃO	9016856	10,67
TRATAMENTO FISIÁTRICO DE PATOLOGIA OSTEOMIOARTICUL	9016864	10,67
TRATAMENTO FISIÁTRICO DE PATOLOGIAS QUE AFETEM MUL	9016910	21,34
TRATAMENTO FISIÁTRICO DE PATOLOGIAS DIVERSAS EM DI	9016937	21,34
PACIENTES COM DOENÇA ISQUÊMICA DO CORAÇÃO ATENDIDO	9016945	6,40
PACIENTE PÓS OPERATÓRIO DE CIRURGIA CARDÍACA	9016953	6,40
PACIENTES SEM DOENÇA CORONARIANA CLINICAMENTE MANI	9016961	4,27
DISTÚRBIOS CIRCULATORIOS ARTÉRIO-VENOSOS E LINFÁTICA	9016970	5,34
ASSISTÊNCIA FISIÁTRICA AOS PACIENTES COM HIPO OU A	9016902	8,54
TRATAMENTO FISIÁTRICO DE SEQUELAS EM POLTRAUMADIZA	9016929	21,34
AMPUTAÇÃO UNILATERAL (TREINAMENTO PROTÉTICO)	9016872	10,67
RECUPERAÇÃO FUNCIONAL PÓS-OPERATÓRIA OU PÓS-IMOBIL	9016899	11,74
PACIENTES C/ DOENÇAS DERMATOLÓGICAS SENSÍVEIS A ACTINOTERAPIA	9016996	5,34
BLOQUEIO FENÓLICO (ALCOÓLICO E COM BOTULINA) DE PONTOS MOTORES	9016988	37,35
BLOQUEIO ANESTÉSICO SIMPÁTICO	9017003	37,35
INFILTRAÇÃO ARTICULAR OU TECIDOS MOLES OU AGULHAME	9017011	12,80
ATIVIDADE REFLEXA OU APLICAÇÃO DE TÉCNICA CINÉSIO	9017020	21,34
DOENÇAS UROLÓGICAS	9017038	3,20
PROCESSOS INFLAMATÓRIOS PÉLVICOS	9017046	3,20
ATENDIMENTO FISIÁTRICO NO PRÉ E PÓS-PARTO	9017062	6,83
SINUSITES	9017054	3,20
ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA DOMICILIAR	0301050031	30,76
EQUOTERAPIA	901423	26,68
ATEND. FISIO/ SESSÃO DE HIDROTERAPIA	0301070067	25,00

FONOAUDIOLOGIA TERAPEUTICA

ANAMNESE	9014780	18,67
AVALIAÇÃO (INDEPENDENTE DO Nº SESSÕES)	902861	40,00
AVALIACAO DE LINGUAGEM ORAL	0211070076	8,00
SESSÃO 30 MINUTOS	9014799	16,00
SESSÃO 45 MINUTOS	9014802	18,67
SESSÃO 60 MINUTOS	9014810	21,34
CAUTERIZAO FONOAUDIOLOGIA	902659	26,67
AUDIOMETRIA	901210	34,14
IMPEDANCIOMETRIA	901229	35,85
TESTE DE PROTESE AUDITIVA	902772	45,00
LOGOAUDIOMETRIA (LDV-IRF-LRF)	902845	28,00
ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE C/ IMPLANTE COCLEAR	902853	62,54
TESTES VESTIBULARES COM VECTO ELETRONISTAGMOGRAFIA	9014560	85,36
OTOEMISSAO	9014594	26,67

FONOAUDIOLOGIA ESCOLAR

TRIAGEM FONOAUDIOLOGICA	9014829	8,00
TRIAGEM AUDITIVA	901156	6,40
ORIENTAÇÃO A ESCOLA (P/ HORA)	9014837	18,67

GASTROENTEROLOGIA / PROCTOLOGIA

COLONOSCOPIA	0209010029	320,00
ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA)	0209010037	160,00
ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (ACIMA DE 60 ANOS) COM BIOPSIA	9016384	160,00
LIGADURA ELASTICA DE HEMORROIDAS INTERNAS (POR SESSÃO)	0407020314	50,00
POLIPECTOMIA - RETIRADA DE PÓLIPOS DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA	0407010254	160,00
RETIRADA DE CORPO ESTRANO DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA	0407010246	180,00
RETOSIGMOIDOSCOPIA FLEXÍVEL	0209010053	220,00
DILATAÇÃO DE ESOFAGO COM OGIVAS SOB VISAO ENDOSCOPICA	0303070013	350,00
LIGADURA ELASTICA	902616	350,00

GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA

COLPOSCOPIA	0211040029	42,68
CAUTERIZACAO GRUPO CINCO LESOES	9016244	81,83

RADIOLOGIA ORTODONTICA

INTERPROXIMAL (BITE-WING)	9015221	4,80
OCLUSAL	020401016	11,14
RX POSTERO-ANTERIOR	9014462	24,01
RX DA ATM SÉRIE COMPLETA (TRÊS INCIDÊNCIAS)	9014470	53,20
PANORÂMICA	9014489	24,97
TELERRADIOGRAFIA COM TRAÇADO COMPUTADORIZADO	9014497	34,19
TELERRADIOGRAFIA SEM TRAÇADO COMPUTADORIZADO	9014500	24,01
MODELOS ORTODÔNTICOS (PAR)	9014527	28,42
SLIDES (UNIDADE)	9014535	4,99
FOTOGRAFIA (UNIDADE)	9014543	5,19

NEUROLOGIA

ELETROENCEFALOGRAMA (EEG)	901105	103,50
ELETROENCEFALOGRAMA COM FOTO	901113	37,35
ELETROENCEFALOGRAMA SONO / VIGILIA	901121	66,15
MAPEAMENTO CEREBRAL	901130	164,32
POLISSONOGRAMA BASAL	9019200	533,50
POLISSONOGRAMA COM MONTAGEM EEG	9019014	554,84
POLISSONOGRAMA COM TITULAÇÃO DE CPAP	9019286	554,84
TESTE DE LATÊNCIA MÚLTIPLA DO SONO	9018875	320,10
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE FACE	90034	150,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES	90042	230,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS SUPERIORES	90050	230,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES E FACE	90069	400,00

OFTALMOLOGIA

BIOMETRIA ULTRA-SÔNICA	901148	58,69
CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA	0211060038	58,69
FOTOCOAGULAÇÃO (LASER) - POR SESSÃO - MONOCULAR	901164	144,05
MAPEAMENTO DE RETINA (OFTALMOSCOPIA INDIRETA)	0211060127	26,68
PAQUIMETRIA ULTRA-SÔNICA	0205020020	48,02
RETINOGRAFIA DIGITAL	901199	37,35
RETINOGRAFIA FLUORESCENTE DIGITAL	0211060186	106,70

OTORRINOLARINGOLOGIA

AUDIOMETRIA	901210	34,14
IMPEDANCIOMETRIA	901229	35,85
NASOFIBROSCOPIA	901237	53,35
VÍDEO-LARINGOSCOPIA COM FITA	901245	80,03
VÍDEO-NASOFIBROSCOPIA COM FITA	901253	80,03
CAUTERIZAÇÃO	901261	26,68
REMOÇÃO CORPO ESTRANHO	901270	32,01
REMOÇÃO CERUMEN	901296	16,01
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA NASAL	901300	80,03
TESTE DE PROTESE AUDITIVA	902772	45,00

ORTOPEDIA

ABCESSOS SUPERFICIAIS ACIMA DO PUNHO	90158	12,27
ABCESSO DE MÃO E DEDOS - TENOSSINOVITES / ESPAÇOS	90166	73,62
ABCESSO DE UNHA (DRENAGEM) - TRATAMENTO CRUENTO	90174	12,27
ABCESSOS DE DEDO (DRENAGEM) - TRATAMENTO CRUENTO	90182	61,35
AMPUTAÇÃO DE DEDO (CADA) - TRATAMENTO CRUENTO	90190	61,35
AMPUTAÇÃO DIGITAL	90204	44,17
AMPUTAÇÃO/DESARTICULAÇÃO DE PODODÁCTILOS (POR SEGM	90212	61,35
ÁXILO-PALMAR OU PENDENTE	90220	14,72
BOTA COM OU SEM SALTO	90239	14,72
CISTO SINOVIAL - RESSECÇÃO	90247	73,62
COLAR	90255	9,82
COLETE	90263	19,63
CORPO ESTRANHO INTRA-ARTICULAR - TRATAMENTO CRUENTO	90271	73,62
CORPO ESTRANHO INTRAMUSCULAR - TRATAMENTO CRUENTO	90280	73,62
CORPO ESTRANHO INTRA-ÓSSEO - TRATAMENTO CRUENTO	90298	85,89
CORPO ESTRANHO SUBCUTÂNEO - TRATAMENTO CRUENTO	90301	36,81
CRURO-PODÁLICO	90310	19,63
DEDO EM MARTELO - TRATAMENTO CONSERVADOR	90328	49,08
DESCOLAMENTO EPIFISÁRIO DA TIBIA REDUÇÃO INCRUENTA	90336	73,62
DESCOLAMENTO EPIFISÁRIO OSSOS DO ANTE-BRAÇO-TRATAMENTO INCRUENTC	90344	61,35
ENCURTAMENTO DE FÊMUR - TRATAMENTO CRUENTO	90352	184,06
FERIMENTOS INFECTADOS E MORDIDAS DE ANIMAIS (DESBR	90360	122,71
FIOS OU PINOS METÁLICOS TRANSÓSSEOS	90379	29,45
FIOS, PINOS, PARAFUSOS OU HASTES METÁLICAS INTRA-ÓSSEOS	90387	61,35
FIXADOR EXTERNO DINÂMICO COM OU SEM ALONGAMENTO	90395	245,41
FRATURA OU DISJUNÇÃO AO NÍVEL Pelve-TRAT.CON.SEM GESSO	90409	44,17
FRATURA DA CLAVÍCULA OU ESCAPULA - TRATAMENTO CONSERVADOR	90417	49,08
FRATURA DA COLUNA - TRATAMENTO CONSERVADOR COM GESSO	90425	73,62
FRATURA DA COLUNA - TRATAMENTO CONSERVADOR SEM GESSO	90433	44,17
FRATURA DA FALANGE - TRATAMENTO CONSERVADOR	90441	24,54
FRATURA DE ACETÁBULO - TRATAMENTO INCRUENTO	90450	73,62
FRATURA DE BENNETT - TRATAMENTO INCRUENTO	90468	61,35
FRATURA DE FALANGE - REDUÇÃO INCRUENTA	90476	36,81
FRATURA DE FALANGE OU METACARPÍANOS TRATAMENTO	90484	36,81
FRATURA DE UM DOS OSSOS DO BRAÇO - RED.	90565	61,35
FRATURA DO ANTEBRAÇO - TRATAMENTO CONSERVADOR	90573	49,08

FRATURA DO CARPO - TRATAMENTO CONSERVADOR	90581	61,35
FRATURA DO JOELHO REDUÇÃO INCRUENTA	0408050250	122,71
FRATURA DO METACARPIANO - TRATAMENTO CONSERVADOR	0303090162	36,81
FRATURA DO TORNOZELO - TRATAMENTO CONSERVADOR	90590	49,08
FRATURA E/OU LUXAÇÕES DO PÉ (EXCETO ANTEPÉ) - TRATAMENTO CONSERVAC	90603	36,81
FRATURA LUXAÇÃO DE ESTERNO OU COSTELA - TRATAMENTO CONSERVADOR	90611	36,81
FRATURA TIBIA ASSOCIADO OU NÃO DA FIBULA - REDUÇÃO INCRUENTA	902691	122,71
FRATURAS DE COLLES - REDUÇÃO INCRUENTA	90530	73,62
FRATURAS DE FÊMUR - TRATAMENTO conservador com gesso	90492	73,62
FRATURA DE FÊMUR - TRATAMENTO INCRUENTO	90506	122,71
FRATURAS DE FÍBULA - (INCLUI DESCOLAMENTO EPIFISÁR	90514	36,81
FRATURAS DE TÍBIA E FÍBULA (INCLUI DESCOLAMENTO EP	90522	61,35
FRATURAS DO COTOVELO - Redução Incruenta	0408020229	73,62
FRATURAS DO COTOVELO - TRATAMENTO CONSERVADOR	90549	49,08
FRATURAS DO PUNHO - TRATAMANTO CONSERVADOR	90557	49,08
FRATURAS DO UMEROS-Redução Incruenta	0408020199	73,62
FRATURAS DO UMEROS-TRATAMENTO CONSERVADOR	9017070	49,08
FRATURAS E OU LUXAÇÕES - TRATAMENTO INCRUENTO	9017089	73,62
FRATURAS DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO - REDUÇÃO INCRUENTE	0408020202	73,62
FRATURAS E/OU LUXAÇÕES AO NÍVEL DO JOELHO - TRATAMANTO CONSERVADC	9017089	61,35
FRATURAS E/OU LUXAÇÕES AO NÍVEL DO TORNOZELO - REDUÇÃO INCRUENTA	0408050292	85,89
FRATURAS E/OU LUXAÇÕES DE METACARPIANOS - TRATAMANTO CONSERVADO	902705	36,81
FRATURAS E/OU LUXAÇÕES DE FALANGES (INTERFALANGEAN	9017097	24,54
FRATURAS E/OU LUXAÇÕES DO ANTEPÉ - TRATAMENTO INCRUENTO	9017119	61,35
FRATURAS E/OU LUXAÇÕES DO PUNHO - TRATAMENTO INCRUENTO	9017127	73,62
FRATURAS EXTREMIDADE SUPERIOR FÊMUR - TRAT. conservador sem gesso	9017135	44,17
HALO-GESSO	902713	61,35
IMOBILIZAÇÕES NAO GESSADAS (QUALQUER SEGMENTO)	9017151	6,14
INFILTRAÇÃO OU PUNÇÃO ARTICULAR	9017160	14,72
INGUINO-MALEOLAR	9017178	14,72
LESÕES LIGAMENTARES AGUDAS - TRATAMENTO CONSERVADOR	9017186	61,35
LUVA	9017194	9,82
LUXAÇÃO ACROMIO-CLAVICULAR OU ESTERNO CLAV.-REDUÇÃO INCRUENTO	9017208	49,08
LUXAÇÃO AO NIVEL DA Pelve - REDUÇÃO INCRUENTA	9017216	85,89
LUXAÇÃO DO CARPO - REDUÇÃO INCRUENTA	9017224	49,08
LUXAÇÃO DO COTOVELO - REDUÇÃO INCRUENTA	9017232	61,35
LUXAÇÃO DO JOELHO REDUÇÃO INCRUENTA	9017240	73,62
LUXAÇÃO METACARPOFALANGEANA - TRATAMENTO CRUENTO	9017259	73,62
LUXAÇÃO METACARPOFALANGEANA - TRATAMENTO INCRUENTO	9017267	61,35
LUXAÇÃO TRAUMATICA ESCAPULO-UMERAL-REDUÇÃO INCRUENTO	9017275	49,08
MEMBRO INFERIOR	9017283	12,27
MEMBRO SUPERIOR	9017291	7,36
MIORRAFIAS	9017305	73,62
NECROSE ASSEPTICA DA CABEÇA FEMURAL- TRATAMENTO CONSERVADOR	9017313	73,62
OSTEOMIELITE DE ÚMERO - TRATAMENTO INCRUENTO	9017321	49,08
OUTRAS PATOLOGIAS - TRATAMENTO CONSERVADOR C/MOBIL. GESSADA	9017100	36,81
PELVI-PODÁLICO	9017348	49,08
PERDA DE SUBSTÂNCIA DA MÃO (REPARAÇÃO) - TRATAMENT	9017356	73,62
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO - TRATAMENTO CRUENTO	9017364	220,87
ROTURA DO TENDÃO DE AQUILES - TRATAMENTO CONSERVADOR	9017372	49,08

SPICA-GESSADA	9017380	36,81
SUTURA DE EXTENSOS FERIMENTOS COM OU SEM DESBRIDAM	9017399	122,71
SUTURA DE PEQUENOS FERIMENTOS COM OU SEM DESBRIDAM	9016171	24,54
TENORRAFIA - TRATAMENTO CRUENTO	9017410	73,62
TIPO VELPEAU	9017429	24,54
TÓRACO-BRAQUIAL	9017437	36,81
TUMORES DE TENDÃO OU SINOVIAL - TRATAMENTO CRUENTO	9017445	98,16
UNHA (EXTIRPAÇÃO) - TRATAMENTO CRUENTO	9017453	24,54

PSIQUIATRIA

CONSULTA PSIQUIATRA (COM LAUDO/ ATESTADOS /APAC)	902950	150,00
PERICIA COM LAUDO PSIQUIATRA	902969	350,00

PNEUMOLOGIA

OXIMETRIA NÃO INVASIVA	9014845	7,04
PROVA VENTILATÓRIA COMPLETA COM BRONCODILATADOR	9014853	77,99
PROVA VENTILATÓRIA COMPLETA SEM BRONCODILATADOR	9014861	49,30

UROLOGIA

ESTUDO URODINAMICO	9018956	106,70
POSTECTOMIA	0409050083	320,10
VASECTOMIA	0409040240	320,10

LITOTRIPSIA

LITOTRIPSIA EXTRACORPÓREA (onda choque - Tratamento subsequente em 1 re	0309030102	734,10
LITOTRIPSIA EXTRACORPÓREA (onda choque - Tratamento subsequente em 2 re	0309030110	1.284,67
LITOTRIPSIA EXTRACORPÓREA (onda de choque parcial/completa em 1 região re	0309030129	734,10
LITOTRIPSIA EXTRACORPÓREA (onda de choque parcial/completa em 2 regiões r	0309030137	1.284,67

RADIOGRAFIA (RX)

ABDÔMEN - A.P. - LAT OU LOCALIZADA	0204050111	26,25
ABDÔMEN AGUDO	0204050120	37,04
ABDÔMEN SIMPLES - A.P.	0204050138	22,08
ADENÓIDES: LATERAL	9014195	19,48
ANTEBRAÇO	0204040019	19,40
ARCOS ZIGOMÁTICOS - MALAR - ESTILÓIDES: A.P. - OBL	0204010047	22,32
ARTICULAÇÃO ACRÔMIO-CLAVICULAR	0204040027	21,03
ARTICULAÇÃO COXO-FEMORAL (CADA LADO)	0204060060	25,31
ARTICULAÇÃO ESCÁPULO-UMERAL	0204040035	21,03
ARTICULAÇÃO ESTERNO-CLAVICULAR	0204040043	24,23
ARTICULAÇÃO TÊMPORO-MANDIBULAR-BILATERAL	0204010055	24,43
ARTICULAÇÃO TÍBIO-TÁRSICA	0204060087	18,04
ARTICULAÇÕES SACRO-ILÍACAS	0204060079	22,05
ARTROGRAFIA	0204060010	107,12
BACIA	0204060095	25,31
BIÓPSIA PERCUTÂNEA ORIENTADA POR CT, US ou RX	0201010542	283,58
BRAÇO	0204040051	22,39
CALCÂNEO	0204060109	18,04
CAVUM: LAT - HIRTZ OU BOCA ABERTA E FECHADA	0204010063	37,35
CLAVÍCULA	0204040060	24,56

COLANGIOGRAFIA PRE-OPERATÓRIA	0204050022	128,96
COLANGIOGRAFIA PÓS-OPERATÓRIA	0204050030	87,16
COLANGIOGRAFIA VENOSA	9014179	150,67
COLANGIOGRAFIA VENOSA COM PLANIGRAFIAS	9014187	159,22
COLUNA CERVICAL: A.P. - LAT - T.O. - OBLÍQUAS	0204020034	25,45
COLUNA CERVICAL: A.P. - LAT - T.O. OU FLEXÃO	0204020042	22,05
COLUNA CERVICAL: FUNCIONAL OU DINÂMICA	0204020050	29,65
COLUNA DORSAL: A.P. - LAT. - OBLÍQUAS	9014209	24,66
COLUNA LOMBO-SACRA	0204020069	27,16
COLUNA LOMBO-SACRA COM OBLÍQUAS + SELET. L5/S1	0204020077	32,19
COLUNA LOMBO-SACRA: FUNCIONAL OU DINÂMICA	0204020085	40,01
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	0204020107	31,69
COLUNA TOTAL PARA ESCOLIOSE PANORÂMICA (TELESPONDI	9014225	46,54
CONDUTOS AUDITIVOS INTERNOS	9014217	23,41
CORAÇÃO E VASOS DA BASE: P.A. - LAT	0204030064	55,84
CORAÇÃO E VASOS DA BASE: P.A. - LAT - OBLÍQUAS	0204030056	55,85
COSTELAS - POR HEMITÓRAX	0204030072	24,66
COTOVELO	0204040078	18,04
COXA	0204060117	24,66
CRÂNIO: P.A. - LAT	0204010080	22,39
CRÂNIO: P.A. - LAT - BRETTON OU TOWNE	0204010071	24,36
CRÂNIO: P.A. - LAT - OBL. OU BRETTON - HIRTZ	9014233	27,14
DACRIOCISTOGRAFIA	0204010012	175,76
DENSITOMETRIA ÓSSEA (UM SEGMENTO)	9014241	135,71
DENSITOMETRIA ÓSSEA (DOIS SEGMENTOS)	0204060028	141,14
DUCTOGRAFIA (POR MAMA)	0204030021	202,55
DUODENOGRAMA HIPOTÔNICA	0204050049	89,30
ESCANOMETRIA	0204060036	22,63
ESÔFAGO	0204030080	67,86
ESQUELETO (INCIDÊNCIAS BÁSICAS) CRÂNIO, COLUNA, BA	9014250	245,19
ESTERNO	0204030099	24,09
ESTÔMAGO E DUODENO	204050146	103,62
FISTULOGRAFIA	0204050057	69,77
FLEBOGRAFIA DE MEMBRO - UNILATERAL	0210010177	204,04
HIPOFARINGE	9014268	71,38
HISTEROSALPINGOGRAFIA	0204050065	92,84
JOELHO: A.P. - LAT. - OBLÍQUAS + 3 AXIAIS	0204060141	41,39
JOELHO: A.P. - LATERAL	0204060125	19,67
LARINGE	0204010098	22,04
LARINGOGRAFIA	9014284	223,69
MAMOGRAFIA - BILATERAL	9014292	96,49
MÃO OU QUIRODÁCTILOS	0204040094	18,04
MÃOS E PUNHOS PARA IDADE ÓSSEA	0204040108	17,71
MASTÓIDES OU ROCHEDOS - BILATERAL	0204010101	32,97
MAXILAR INFERIOR: P.A. - OBLÍQUAS	0204010110	23,45
MEDIASTINO	0204030102	27,14
MIELOGRAFIA SEGMENTAR - 1 SEGMENTO	0204020018	134,49
RADIOGRAFIA DE OMOPLATA / OMBRO (TRES POSICOES)	0204040116	24,09
ÓRBITAS: P.A. - LAT - OBL - HIRTZ	0204010039	24,43
OSSOS DA FACE: M.N. - F.N. - LAT - HIRTZ	0204010128	24,43

PÉ OU PODODÁCTILOS	0204060150	19,40
PERNA	0204060168	21,94
PLANIGRAFIA - HEMITÓRAX - MEDIASTINO (POR PLANO)	9014306	51,57
PLANIGRAFIA BILATERAL DO TÓRAX	9014314	70,66
PUNÇÃO DE CISTO RENAL (ORIENTADO POR CT, US, RX OU	9014322	306,44
PUNHO: A.P. - PERFIL - OBLÍQUAS	0204040124	20,09
SACRO-COCCIX	902578	23,89
SEIOS DA FACE: F.N. - M.N. - LAT	9014349	22,32
SEIOS DA FACE: F.N. - M.N. - LAT - HIRTZ	0204010144	24,43
SELA TURCA: P.A. - LAT - BRETTON OU TOWNE	9017470	23,45
SIALOGRAFIA (POR GLÂNDULA)	0204010195	184,43
TÓRAX: ÁPICO-LORDÓTICA	9014365	15,48
TÓRAX: P.A.	0204030170	16,11
TÓRAX: P.A. - LAT	0204030153	30,89
TÓRAX: P.A. - LAT - OBLÍQUAS	0204030145	39,15
TÓRAX: P.A. (INS e EXP) - LAT	0204030137	46,64
TÓRAX APICO LORDOTICA	9014365	15,48
URETROCISTOGRAFIA	0204050170	140,03
UROGRAFIA VENOSA COM BEXIGA PRÉ E PÓS-MICÇÃO (SIMP	9014381	111,71
UROGRAFIA VENOSA COM NEFROTOMOGRAFIAS	9014390	142,76
UROGRAFIA VENOSA MINUTADA 1-2-3	9014403	118,46
ÚTERO GRÁVIDO	9014411	31,41
CONTRASTE IONICO PARA INJEÇÃO C/BOMBA	9014420	196,28
CONTRASTE IONICO PARA INJEÇÃO MANUAL	9014438	94,37
CONTRASTE PARA MIELOTOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	9014446	109,87
ENEMA OPACO (DUPLO CONTRASTE)	9014454	172,92

RESSONANCIA MAGNÉTICA (RM)

RM DE CRANIO	0207010064	312,78
RM DE COLUNA CERVICAL	0207010030	317,99
RM DE COLUNA TORÁCICA	0207010056	317,99
RM DE COLUNA LOMBO-SACRA	0207010048	317,99
RM FETAL	902993	317,99
RM DE PESCOÇO	901032	312,78
RM DE PLEXO BRAQUIAL (UNILATERAL)	901040	317,99
RM DE TÓRAX	0207020035	323,20
RM DE CORAÇÃO OU AORTA COM CINE-RM	0207020019	382,29
RM DE ABDOMEN SUPERIOR	0207030014	323,20
RM DE BACIA OU PÉLVIS	0207030022	323,20
RM DE ATM (BILATERAL)	901059	312,78
RM DE OMBRO (UNILATERAL)	901067	317,99
RM DE COTOVELO OU PUNHO (UNILATERAL)	901075	317,99
RM DE COXO-FEMORAL (BILATERAL)	901083	317,99
RM DE JOELHO (UNILATERAL)	901091	317,99
RM DE TORNOZELO OU PÉ (UNILATERAL)	901008	317,99
RM DE SELA TÚRCICA	0207010072	312,78
RM MAMARIA	902977	317,99
ESPECTROSCOPIA POR RESSONÂNCIA	9018328	312,78
ANGIORESSONÂNCIA	9017623	312,78
PERFUSAO CEREBRAL POR RESSONÂNCIA MAGNETICA	9017542	243,27

COLANGIORESSONÂNCIA- MAG HIDRO (COLANGIO OU URO OU MIELO)	9018336	312,78
RM DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL)	0207020027	317,99
RM DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)	0207030030	317,99

TOMOGRAFIAS (TC)

ANGIOTOMOGRAFIA	0207010013	466,85
TC DE CRÂNIO	0206010060	243,27
TC DE SELA TÚRCICA	0206010060	243,27
TC DE COLUNA TORÁCICA	0206010036	243,27
TC DE COLUNA LOMBO SACRA	0206010028	243,27
TC COLUNA CERVICAL	0206010010	243,27
TC DE ARTICULAÇÃO DE MEMBRO SUPERIOR	0206020015	301,19
TC DE ARTICULAÇÃO DE MEMBROS INFERIORES	0206030029	301,19
TC DE FACE/SEIOS DA FACE/ARTICULAÇÕES TEMPERO MANDIBULAR	0206010044	243,27
TC DE OUVIDO	9018930	301,19
TC DE ORBITA	9019154	243,27
TC DE ABDÔMEN SUPERIOR	0206030010	301,19
TC DE ABDÔMEN TOTAL	9018948	347,53
TC DE PESCOÇO	0206010052	301,19
TC DE PELVE/BACIA	0206030037	301,19
TC DE TÓRAX	0206020031	301,19

ULTRASSONOGRAFIAS (US)

ABDÔMEN SUPERIOR (FÍGADO, VIAS BILIARES, VESÍCULA,	0205020038	75,30
ABDÔMEN TOTAL (ABDÔMEN SUPERIOR, RETROPERITÔNIO, R	0205020046	115,84
APARELHO URINÁRIO (RINS E BEXIGA)	0205020054	72,98
ARTICULAÇÃO	0205020062	61,40
CRANIANA	9019197	61,69
DOPPLER COLORIDO DE DOIS VASOS	90832	173,58
DOPPLER COLORIDO DE ÓRGÃO OU ESTRUTURA ISOLADA	90840	192,86
DOPPLER COLORIDO DE TRÊS OU MAIS VASOS	90859	192,86
DOPPLER COLORIDO DE UM VASO	0205010040	143,53
DOPPLER FLUXO OBSTÉTRICO	0205010059	86,89
ESTUDO DE 1 VASO COM DOPPLER PULSADO CONTÍNUO CONV	33010218	122,13
ESTUDO DE 2 VASOS COM DOPPLER PULSADO CONTÍNUO CON	33010226	140,75
ESTUDO DE 3 OU MAIS VASOS COM DOPPLER PULSADO CONT	33010234	187,66
GLOBO OCULAR	0205020089	57,92
MAMAS BILATERAL	0205020097	62,97
MORFOLÓGICO	90964	92,83
OBSTÉTRICA	90867	56,07
OBSTÉTRICA COM DOPPLER COLORIDO	0205020151	127,43
OBSTÉTRICA COM PERFIL BIOFÍSICO FETAL	90875	62,56
OBSTETRICA COM TRANSLUCENCIA NUCAL	9017917	71,66
ÓRGÃOS E ESTRUTURAS SUPERFICIAIS (MAMAS, TIREÓIDE,	9018913	56,90
PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	0205020160	35,18
PÉLVICA (VIA TRANSVAGINAL)	9014160	62,70
PÉLVICA TRANSVAGINAL PARA CONTROLE DE OVULAÇÃO (3	90883	159,13
PÉLVICA VIA ABDOMINAL PARA CONTROLE DE OVULAÇÃO (3	90891	159,13
PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL)	0205020100	48,65
PRÓSTATA (VIA TRANSRETAL)	0205020119	96,15

PRÓSTATA TRANSRETAL COM BIÓPSIA	90905	156,16
RETROPERITÔNIO, GRANDES VASOS E SUPRA-RENAIS	33010170	81,96
TÓRAX (EXTRACARDÍACO)	0205020135	36,63

CIS/AMURES

TERMO DE POSSE PRESIDÊNCIA 2018 E CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL - CIS/AMURES.

Publicação Nº 1477901

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na sede da AMURES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa – 112 em sessão convocada para essa finalidade, com a presença dos excelentíssimos Prefeitos que firmaram a competente lista de presença, após prestar compromisso legal, tomou posse para exercício do cargo de Presidente do CIS/AMURES, a Prefeita Municipal de Palmeira, Senhora FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, devidamente reeleita, para o período de 02 de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018. Do que para contar lavrou-se o presente Termo, que vai assinado por mim, Nalú Júlio, Diretora Executiva, pela Presidente transmitente e pelo empossado.

Lages, 02 de janeiro de 2018.
Fernanda de Souza Cordova
Presidente Empossado
Prefeita de Palmeira
Brasileira, casada,
RG: 43.997.732 CPF: 007.142.639-66

Fernanda de Souza Cordova
Presidente Transmitente
Prefeita de Palmeira
Brasileira, casada,
RG: 43.997.732 CPF: 007.142.639-66

Nalú Terezinha Júlio
Diretora Executiva da CIS/AMURES
CPF nº 443.262.549-04
RG 1.174.920

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de janeiro de 2018, às quatorze horas, na sede da AMURES, compareceram os Prefeitos abaixo nominados, eleitos no dia 07 de dezembro de 2017, pela Assembleia Geral de Prefeitos, para tomarem posse para o período de 02 janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, os quais, após prestar compromisso legal, foram empossados em seus respectivos cargos:

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO CIS/AMURES

Fernanda de Souza Cordova
Presidente Empossado
Prefeita de Palmeira
Brasileira, casada,
RG: 43.997.732 CPF: 007.142.639-66

Giovani Nunes
1º Vice-Presidente
Prefeito de São Joaquim
Brasileiro, casado
RG nº 3.159.997 CPF nº 007.788.519-82

Ademilson Conrado
2º Vice-Presidente
Prefeito de Cerro Negro
Brasileiro, casado
RG nº 3.422.333 CPF nº 025.716.469-31

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de janeiro de 2018, às quatorze horas, na sede da AMURES, compareceram os Prefeitos abaixo nominados, eleitos no dia 07 de dezembro de 2017, pela Assembleia Geral de Prefeitos, para tomarem posse para o período de 02 janeiro de 2018 a dezembro de 2018, os quais, após prestar compromisso legal, foram empossados em seus respectivos cargos:

CONSELHO FISCAL CIS/AMURES**Titulares**

Evandro Frigo Pereira
Prefeito de Urupema
Brasileiro, casado
RG nº 3.399.461 CPF nº 018.811.849-78

Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito de Bom Jardim da Serra
Brasileiro, casado
RG nº 1.438.676 CPF nº 481.958.209-72

Arno Tadeu Marian
Prefeito de São José do Cerrito
Brasileiro, casado
RG nº 125.378 CPF nº 392.333.248-34

CONSELHO FISCAL CIS/AMURES**Suplentes**

Luiz Carlos Xavier
Prefeito de Otacílio Costa
Brasileiro, casado
RG nº 3445802-6 CPF nº 023.513.209-80

Luiz Paulo Farias
Prefeito de Ponte Alta
Brasileiro, casado
RG nº 1.353.535 CPF nº 479.645.109-91

Luiz Carlos Schmuller
Prefeito de Bocaina do Sul
Brasileiro, casado
RG nº 30. 482.992 CPF nº 892.787.399-87

A Presidente do CIS/AMURES, Senhora Fernanda de Souza Cordova, assina o presente termo e DECLARA empossados os membros do Conselho Fiscal.

Fernanda de Souza Cordova
Presidente CIS/AMURES

Lages, 02 de janeiro de 2018.

CITMAR

EXTRATO DE CONTRATO - CITMAR - TP 12 DE 2017

Publicação Nº 1463756

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.**EXTRATO DE CONTRATO Nº. TP 12/2017**

Objeto: É objeto do presente contrato a continuidade da locação de Licença do Sistema de Centro de Monitoramento do Turismo em modalidade SaaS para o CITMAR para os Municípios de das cidades que compõem o Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, quais sejam Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo para uma gestão e promoção mais eficaz do CITMAR conforme os ditames do Edital de Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 001/2015 e o Termos de Referencia anexo ao Edital.

Valor Global: Para o pleno desenvolvimento do presente contrato, o CITMAR pagará o valor total de R\$ 30.198,12 (trinta mil cento e noventa e oito reais e doze centavos), que deverão ser pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 2.516,51 (dois mil quinhentos e dezesseis reais e cinquenta e um centavos) até o 5º dia útil de cada mês, mediante a apresentação de Nota Fiscal do serviços prestados.

Contratado: RUDER BRASIL – SOFTWARE E SOLUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 07.598.887/0001-00, com sede à Rua Acarapé, nº. 346, Bairro Chácara Inglesa, na cidade de São Paulo/SP, CEP 04.139-090
Vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018.

Itajaí/SC, 19 de dezembro de 2017.
Célio José Bernardino
Diretor Executivo CITMAR

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. DL 08/2017

Publicação Nº 1461906

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. DL 08/2017

Contratado: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.515.859/0001-06

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Fica através do presente Termo Aditivo prorrogada a vigência do contrato, tendo início em 01/01/2018 e findando em 31/01/2018/2016, podendo ser novamente prorrogado, mediante necessidade e vontade das partes.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 18 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino – Diretor Executivo CITMAR

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 07/2014

Publicação Nº 1449997

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 07/2014

Contratado: SOMADATTA INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 02.339.355/0001-35

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Fica através do presente Termo Aditivo prorrogada a vigência do contrato, tendo início em 01/01/2018 e findando em 31/12/2018, podendo ser novamente prorrogado, mediante necessidade e vontade das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica estabelecido entre as partes que o CITMAR pagará ao CONTRATADO mensalmente o valor de R\$ 498,63 (quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos), de hospedagem manutenção, administração do site online (www.costaverdemar.com.br) e off-line (totens). Fica estabelecido também, entre as partes, que o CITMAR pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 101,83 (cento e um reais e oitenta e três centavos) por hora técnica previamente aprovadas pelo CITMAR para manutenção corretiva nos totens e no computador, (Hardware e Software) quando necessário.

Parágrafo Primeiro - Será cobrado o valor, conforme Anexo I, referentes à taxa de deslocamento, toda vez que se fizer necessário o atendimento presencial até o município onde estão os totens do CITMAR.

Parágrafo Segundo – No que se refere aos valores de técnica previamente aprovadas pelo CITMAR para manutenção corretiva nos totens e no computador, (Hardware e Software) quando necessário, tais passam a ser fracionados em intervalos de 30 (trinta) minutos.

Anexo I

Tabela de Deslocamento

Município	Valor – R\$
Balneário Piçarras	R\$ 71,23
Bombinhas	R\$ 71,23
Camboriú	R\$ 25,44
Ilhota	R\$ 91,59
Luiz Alves	R\$ 106,85
Itajaí	R\$ 35,62
Navegantes	R\$ 67,16
Itapema	R\$ 45,79
Penha	R\$ 61,06
Porto Belo	R\$ 61,06

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 06 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino – Diretor Executivo CITMAR

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 004 DE 2015

Publicação Nº 1465920

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO nº 004 de 2015

Contratado: ACBC - ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito privado, qualificada como uma organização social, inscrita no CNPJ sob nº. 07.987.351/0001-87

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Através do presente Termo Aditivo fica prorrogada a vigência do Termo de Cooperação nº 004/2015, passando a vigorar de 01 de janeiro de 2018 a 28 de fevereiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REPASSE

Não serão repassados valores à ACBC, devido a prorrogação do contrato ser necessária à conclusão dos serviços de alteração do circuito não realizados no ano de 2017, conforme justificativas apresentadas pela ACBC .

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 18 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino – Diretor Executivo CITMAR

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 03/2016

Publicação Nº 1448144

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 03/2016

Contratado: ARMAZENA BEM ARMAZENAGEM DE DOCUMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.

07.800.640/0001-25

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do Contrato n.º 03/2016, passando a vigorar de 01/01/2018 à 30/06/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 06 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino – Diretor Executivo CITMAR

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 012015 - OFICINA DAS PALAVRAS

Publicação Nº 1452677

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 001 de 2015

Contratado: OFICINA DAS PALAVRAS COMUNICAÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº. 09.037.462/0001-58.

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá sua vigência prorrogada, tendo seu início em 01/01/2018, e findando em 31/12/2018, podendo novamente ser renovado, de acordo vontade das partes, mediante novo Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor do presente contrato será reajustado, passando a vigorar no valor de \$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais), pagos mensalmente, na forma do estipulado no contrato principal.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 11 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino – Diretor Executivo CITMAR

CONSÓRCIO CISAMA

ATA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - DEZEMBRO 2017

Publicação Nº 1477452

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA - LAGES - 07 DE dezembro de 2017.

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, com início às quatorze horas e trinta minutos, na sede da Fazenda Rancho de Tábuas na localidade de Rincão dos Albinos – Município de São José do Cerrito, realizou-se a presente assembleia geral ordinária de prefeitos dos municípios consorciados, conforme lista de assinaturas, com a seguinte pauta: 1) Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o mandato de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018; 3) Assuntos Gerais. A secretária executiva da AMURES Iraci de Souza abriu os trabalhos cumprimentando a todos e agradecendo aos proprietários da Fazenda Rancho de Tábuas pela acolhida. Agradeceu também ao prefeito de São José do Cerrito Arno Marian que recebeu em seu Município esta importante assembleia de eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal da AMURES, CIS/AMURES e CISAMA. A palavra foi repassada ao presidente da Amures prefeito de Otacílio Costa Luiz Carlos Xavier que agradeceu a todos e destacou que a realização das assembleias de prefeitos nos Municípios permite uma maior integração e a possibilidade dos prefeitos conhecerem melhor a região. Iraci de Souza passou a palavra ao prefeito anfitrião, Arno Marian para dar suas boas-vindas. Cumprimentou a todos e comentou sobre o desenvolvimento do município de São José do Cerrito. Arno Marian lembrou da pavimentação da BR-282 e disse que se não tivesse sido feita o município não estaria no mapa do desenvolvimento. Defendeu a melhoria das estradas rurais, sendo necessária uma ação conjunta dos Prefeitos para implementação de um programa e elaboração de projetos para captação dos recursos necessários a manutenção da extensa malha viária dos Municípios. Transcorrida a assembleia da AMURES e do Consórcio Intermunicipal de Saúde, o Diretor Executivo do CISAMA, Selênio Sartori, justificou a ausência do Presidente do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – Prefeito de Capão Alto – Tito Pereira Freitas. Ato contínuo, colocou a ata da assembleia anterior em discussão e, não havendo manifestação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade dos presentes. No segundo item da pauta sobre o processo de eleição e posse do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do CISAMA, foi aberto espaço às manifestações dos presentes. Inicialmente discutiram os nomes para composição do Conselho de Administração com mandato de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, sendo aclamados por unanimidade: como Presidente do CISAMA, o Prefeito Municipal de Otacílio Costa, Senhor Luiz Carlos Xavier, como 1º Vice-Presidente do CISAMA, o Prefeito Municipal de Bocaina do Sul, Senhor Luiz Carlos Schmuler, como 2º Vice-Presidente do CISAMA, o Prefeito Municipal de São Joaquim, Senhor Giovani Nunes. Ato contínuo foram aclamados os membros do Conselho Fiscal com mandato de 01 de janeiro de

2018 a 31 de dezembro de 2018, como efetivos: o Prefeito de Urupema – Evandro Frigo Pereira e o Prefeito de Rio Rufino – Thiago Costa e; como conselheiros suplentes o Prefeito de Paineira – Flávio Antonio Neto da Silva e o Prefeito de Campo Belo do Sul – José Tadeu Martins de Oliveira. O Presidente eleito, agradeceu o apoio dos colegas e defendeu que a razão de ser do CISAMA é a elaboração e implementação de planos, programas e projetos conjuntos em benefício dos Municípios consorciados. Desejou um Feliz Natal e um próspero ano novo à todos e deu por encerrada a assembleia. Nada mais havendo para tratar, encerrou-se a presente ata, assinada pelos presentes. Lages (SC), 07 de dezembro de 2017.

Luiz Carlo Xavier João Cidinei da Silva
Prefeito de Otacílio Costa Prefeito de Anita Garibaldi

Bocaina do Sul Cerro Negro
Luiz Carlos Schmler Ademilson Conrado

Serginho Rodrigues de Oliveira Vilmar Neckel
Prefeito de Bom Jardim da Serra Prefeito de Bom Retiro

José Tadeu Martins Tito Pereira Freitas
Prefeito de Campo Belo do Sul Prefeito de Capão Alto

Celso Rogério Pereira Alves Antônio Ceron
Prefeito de Correia Pinto Prefeito de Lages

Flávio Antônio Neto da Silva Fernanda Córdova
Prefeito de Paineira Prefeita de Palmeira

Luiz Paulo Farias Thiago Costa
Prefeito de Ponte Alta Prefeito de Rio Rufino

Giovani Nunes Arno Tadeu Marian
Prefeito de São Joaquim São José do Cerrito

Antônio Zili Evandro Frigo
Urubici Urupema

Selênio Sartori
Diretor Executivo do CISAMA

CVC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2017

Publicação Nº 1477484

Edital de Convocação n. 004/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Rudimar Conte, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 13 do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC,

Convoca:

Os senhores membros da Diretoria do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como todos os representantes dos municípios associados, para a assembleia geral extraordinária, com fundamento no artigo 13 do Protocolo de Intenções do CVC, a ser realizada no dia 19 de janeiro de 2018, no Centro de Eventos de Coronel Freitas, com a seguinte ordem do dia:

Data: 19 de janeiro de 2018 (sexta feira)
Horário: Início às 14:00 (quatorze horas)
Local: Centro de Eventos de Coronel Freitas.

Ordem do dia:

- 1º) Homologação do Contrato de Programa do Município de Iporã do Oeste;
- 2º) Eleição ou Recondução do Diretor Executivo;
- 3º) Assuntos Gerais.

Coronel Freitas, SC, 29 de dezembro de 2017.
Rudimar Conte
Presidente do CVC.

CIAPS**TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2018/001**

Publicação Nº 1461374

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2018/001

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, (01/01/2018), às 08:00 horas, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, presente a Sr(a) Etinéia Berkembrock Ceruti, Coordenadora Executiva do CIAPS, compareceu o(a) Sr(a) Paulo Roberto Weiss, que declarou vir, na forma do artigo 30, § 1º, do Estatuto do CIAPS, prestar o compromisso de posse para função de Presidente do CIAPS, para o mandato de 01/01/2018 à 31/12/2018.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a função pública, na qual foi empossado a partir desta data.

Assim sendo, ordenou a Sr(a) Coordenadora Executiva lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Apiuna (SC), 01 de janeiro de 2018

Etinéia Berkembrock Ceruti
Coordenadora Executiva do CIAPS

Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio/SC – Presidente do CIAPS

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2018/002

Publicação Nº 1461379

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2018/002

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, (01/01/2018), às 08:00 horas, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, presente a Sr(a) Etinéia Berkembrock Ceruti, Coordenadora Executiva do CIAPS, compareceu o(a) Sr(a) Lairton Antônio Possamai, que declarou vir, na forma do artigo 30, § 2º, do Estatuto do CIAPS, prestar o compromisso de posse para função de Vice-Presidente do CIAPS, para o mandato de 01/01/2018 à 31/12/2018.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a função pública, na qual foi empossado a partir desta data.

Assim sendo, ordenou o Sr(a) Coordenadora Executiva lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Apiuna (SC), 01 de janeiro de 2018

Etinéia Berkembrock Ceruti
Coordenadora Executiva do CIAPS

Lairton Antônio Possamai
Prefeito de Ascurra/SC – Vice-Presidente do CIAPS